



**UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA**  
**FACULDADE DE MOTRICIDADE HUMANA**

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO KARATÉ**  
**Os Modelos Organizacionais do Karaté em Portugal**

Tese elaborada tendo em vista a obtenção do grau de  
Doutor em Motricidade Humana, na especialidade de Ciências do Desporto

**Orientador: Doutor Gustavo Manuel Vaz da Silva Pires**

Constituição do Júri:

Presidente – Reitor da Universidade Técnica de Lisboa

- Vogais
- Doutor Gustavo Manuel Vaz da Silva Pires, professor catedrático da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa;
  - Doutor Manuel Sérgio Vieira e Cunha, professor catedrático convidado aposentado da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa;
  - Doutor Fernando Franco de Almada, professor associado da Universidade da Beira Interior, na qualidade de especialista;
  - Doutor Alan David Stoleroff, professor associado do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;
  - Doutor Carlos Jorge Pinheiro Colaço, professor associado da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa;
  - Doutor Jorge Fernando Ferreira Castelo, professor auxiliar da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa;
  - Doutora Maria Teresa Guardado Mateus Oliveira, professora adjunta da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu.

**Abel Aurélio Abreu Figueiredo**

**2006**



## AGRADECIMENTOS

*A palavra sobrevive aos factos quando a língua a bebe no mais profundo do coração.*

*(Píndaro, Canto a Timasarco, vencedor na luta de infantis – in: JAEGER, 1989, p. 176)*

### **Agradecimentos Académicos**

Um dos encantos de viver no mundo do ensino e investigação livres é que professores e alunos são categorias que se confundem em alguns espíritos, dando origem a laços humanos na mesma rota de destino que nos une e, às vezes, desune.

Agradecer a todos os que me ensinam a aprender e a ensinar é um dever que se torna prazer presente pela consciência que tomamos sobre o papel que representa o passado no entendimento do futuro, e este trabalho é um importante momento pessoal vivido intencionalmente.

Uma primeira palavra de agradecimento ao Prof. Doutor Gustavo Pires pela vigorosa e perspicaz paciência e ao Prof. Doutor Manuel Sérgio pela sábia e serena motivação. Ao primeiro devo o entendimento do Desporto como realidade pentadimensional, desde a organização e administração do desporto que nos introduziu na licenciatura e prolongou no mestrado; ao segundo devo o entendimento da Motricidade Humana como objecto de estudo num paradigma pós-moderno, desde o encontro na defesa da sua tese nesta escola universitária de que me orgulho, aceitando dar corpo ao nosso grito em 1988: quem tem medo da epistemologia? Ambos vincularam, neste trabalho, alguma da sua doura sapiência orientadora, na medida das minhas muitas limitações e, por isso, me fizeram e fazem crescer. São meus mestres presentes que guardo no cofre dos segredos mais profundos que venho desvendando desde a minha entrada no ISEF de Lisboa, hoje FMH. Em equipa, percorri todos os andares e espaços desta casa e acompanhei-os na nascitura de um novo ramificar do conhecimento da Educação Física e Desporto para modelar uma tipologia centrada na Motricidade Humana com muitos contextos onde todos juntos somos de menos.

Assim, uma segunda palavra de agradecimento a todos os meus professores de licenciatura e de mestrado que me projectaram sempre a imagem de que estão a contar comigo no caminho comum que escolhemos: humanizar pela corporalidade intencional em contextos específicos e diversificados. Eu escolhi mais o da Educação e Treino nos contextos da Escola e das Associações Desportivas, mas outros há.

A Equipa do Prof. Doutor Armando Moreno que me situou no biofuncionalismo humano essencial para o biofisiológico específico explorado com a Equipa do Prof. Doutor Gomes Pereira, hoje situadas no contexto da gestão do treino físico e da análise das condicionantes biofisiológicas da natureza da tarefa humana. A Equipa do Prof. Doutor João Abrantes que me situou no biomecânico, sendo depois o meu orientador da monografia de Licenciatura, e que nos situou no contexto da gestão do treino técnico e da análise das condicionantes biomecânicas da natureza da tarefa. A Equipa do Prof. Doutor Carlos Neto que me orientou na dissertação de Mestrado e que, além de nos situar na motricidade infantil, nos introduziu, em cruzamento com a Equipa dos Professores Doutores Melo Barreiros e Francisco Madeira, os fundamentos para a gestão do treino tático e da análise das condicionantes bioinformacionais da natureza da tarefa contextualizada. A Equipa do Prof. Doutor Paula Brito que nos iniciou na dimensão psicológica essencial à gestão do treino psicológico e da análise das condicionantes afectivo-emocionais da natureza da tarefa desenvolvimentista. A Equipa do Prof. Doutor Jorge Crespo que, em transversalidade com o Prof. Doutor Teixeira de Sousa, nos fez compreender o papel da história e do olhar social no cultural humano, essencial à gestão do treino teórico e da análise das condicionantes sócio-axiológicas e histórico-culturais na análise da tarefa em comunidade.

A Equipa da Prof.<sup>a</sup> Doutora Jenny Candeias com o Dr. José Curado e o Prof. Doutor Pedro Sarmiento, focadas na compreensão da Metodologia Geral do Treino e da Pedagogia do Desporto, especificadas depois na inesquecível viagem com a Equipa do Prof. Doutor Fernando Almada que ultimaram o nosso salto epistemológico contextualizado nos Desportos de Combate, orientando o meu estágio profissionalizante em Karaté em companhia dos Drs. Amália Rocha e João Roquete. As profundas reflexões sem horas, nos corredores, nos gabinetes, no tatami, onde as bases programáticas e os conceitos eram desconstruídos, mais especialmente desde o terceiro ano até ao quinto ano, robusteceram-me para uma vida científica que escolhi com eles.

A Equipa do Prof. Doutor Carreiro da Costa que nos completou, em estudos de mestrado, a dimensão da problemática pedagógica do ensino e da aprendizagem e da didáctica que hoje me servem para espalhar cuidadosamente a matéria de ensino e treino, e olhar como o novo paradigma pode ser assegurado numa visão eclética e inclusiva, em coerência com a dimensão da análise da instituição escolar com o Prof. Doutor António Nóvoa que nos situou no “entre dois” organizacional escolar, em equipa com a cuidada estruturação curricular introduzida pelo Prof. Doutor Arturo de La Orden.

Os Professores Doutores Jorge Crespo, Carlos Neto e Gustavo Pires acompanharam-nos na Licenciatura e no Mestrado, simbolizando, respectivamente, o social, o desenvolvimento e a gestão, representando referências de uma instituição onde aprendi a olhar o trabalho de equipa nos momentos mais difíceis e onde aprendo sempre a redimensionar a gestão do desenvolvimento social através da intervenção pela Motricidade Humana.

Uma terceira palavra de agradecimento aos professores e colegas que nos tocaram (des)institucionalmente. Os professores simbolizados da figura do Dr. Nelson Mendes, acompanhando o crescer dos gritos fraternos de liberdade, fazendo-nos constantemente (re)pensar o (re)sentido do (re)agir e, assim, a olhar para o meu “Caim”. Os colegas simbolizados na figura do Dr. Vítor Rosa a quem devo uma exausta revisão da versão provisória deste trabalho e nele simbolizo também as livres trocas de informações e conhecimentos entre investigadores que se entregam para além do visível.

### **Agradecimentos Desportivos**

Se aqui estou, devo-o à minha escolha inicial pelo treino de “artes marciais” há pouco mais de 25 anos. O meu primeiro professor foi Walter Pestana, na esteira de Rui de Mendonça, atrás do qual conheci homens de pesquisa pela natureza humana interior através do desafio que o combate exercitadamente estimulava. Walter Pestana representa o agarrar de um futuro que me transformou, tal como Carlos Alberto, o meu último treinador de Basquetebol, representa o lugar da minha modalidade estruturante para o percurso seguinte. Um agradecimento também ao Tó, Jorge e Brandão. Eles representam, para mim, esse lado bom do início no caminho dos desportos wushu/bujutsu - budô que se alargaram aos desportos de combate e se especificaram

posteriormente no Karaté Goju-Ryu, o estilo institucionalizado de percurso seguinte. José Oliveira, Jaime Sequeira Pereira, Paul Coleman e Leo Lipinski, na esteira de Morio Higaona, Teruo Chinen, Eiichi Miyazato e Shuji Tasaki, marcaram um trajecto que, com outros como Kenji Tokitsu, Roland Habersetzer e Patrick McCarthy, me fizeram e fazem continuar, conhecendo colegas de treino que me acompanham em prática constante.

Uma segunda palavra de agradecimento vai para todo o mundo associativo do Karaté simbolizado na Federação Nacional de Karaté – Portugal (FNK-P), na esteira da UBU, CDAM, FPK e FPKDA. Através deste rico mundo associativo tive encontro com vários investigadores do que em comum se pode institucionalizar para melhor instrumentalizar o desenvolvimento desse ser carente em desenvolvimento. De todas aquelas instituições recebi informações importantes para este trabalho, pelo que, na pessoa de Raul Cerveira simbolizo essa vontade humana de fazer crescer a modalidade nas suas diversas facetas. Raul Cerveira simboliza também todos os pares que colaboraram abertamente neste estudo através da cedência de documentação e de informações em entrevista, ficando no nosso coração para sempre. São mestres de Karaté e amigos de viagem a quem não posso deixar de agradecer com admiração os livros que me emprestaram, os documentos que me facilitaram, as histórias que me contaram e, essencialmente, as técnicas de Karaté que me modificaram. Também um agradecimento aos Presidentes anteriores da FNK-P que permitiram iniciar o projecto de formação de treinadores de Karaté e a construção de uma equipa aberta onde destaco, pela amizade pessoal construída e pela parceria na investigação, o Engenheiro José Patrão, simbolizando nele toda a energia colocada ao serviço da Formação na FNK-P pelos outros Dirigentes do Departamento. João Salgado destaca-se no contexto deste percurso pelo carinho com que sempre nos acompanhou e auxiliou na obtenção de alguns dados quer a nível nacional, quer internacional. Um último agradecimento ao Prof. Doutor George Yerolimpos, Secretário-geral da Federação Mundial de Karaté (WKF), que nos enviou alguns dados oficiais, nele representando todos os presidentes e dirigentes das federações estrangeiras de Karaté que participaram no estudo.

Uma terceira palavra de agradecimento aos meus companheiros investigadores do Departamento de Formação da FNK-P, pela amizade pessoal já robustecida, representados nas pessoas do Dr. João Dias que, nos momentos mais difíceis esteve sempre ao meu lado, do Dr. Joaquim Gonçalves que cresceu e nos fez crescer e do Dr.

José Ramos que nos mostra a serenidade da simplicidade. O fervilhar de novos talentos neste projecto de formação e crescimento, entre os quais está o Dr. Bruno Rosa, demonstrando como a riqueza nacional no Karaté é indicadora de futuro, a par com os novos desafios do trabalho de equipa que, com o pioneiro ibérico António Oliva, simbolizando a internacionalização pela partilha dos tesouros do conhecimento, desabrochará, em próximos trajectos, os segredos ainda por desvendar. Obrigado a todos.

### **Agradecimentos Profissionais**

Uma primeira palavra de agradecimento às colegas docentes do Conselho Directivo, lideradas pela Prof.<sup>a</sup> Mestra Maria de Jesus de quem obtive também literatura sobre Filosofia e Hermenêutica que muito me auxiliou, assim como às colegas dos Serviços Administrativos, na pessoa da Dna. Lurdes Neves, no contexto da ajuda profissional relativa ao PRODEP, sem o qual seria impossível a realização deste trabalho. Todas no feminino marcam a sensibilidade e rigor só possíveis com o “sexto sentido”. Prolongo este agradecimento a todos os colegas do Conselho Científico da Escola Superior de Educação de Viseu pela ajuda demonstrada e compreensão académica e pessoal pelo percurso que fizemos.

Uma segunda palavra de agradecimento aos colegas da minha área científica que não só me ajudaram a substituir o ensino das disciplinas que instrumentalizam a actividade que abracei como vocação, como também me ajudaram com amizade e paciência a olhar o futuro com entusiasmo. A companhia nesta viagem que com alguns fazemos há mais de 15 anos, alimenta a crença humana que convosco, todos juntos, somos de menos. O Prof. Doutor Pimentel representa o nascer dessa Área Científica na nossa Escola de Profissão e o Dr. Idalino Almeida representa o colega mais velho, amigo de Mestrado e companheiro de sempre, numa lealdade e paixão profissional que sempre coloquei como trajecto a imitar sem nunca igualar.

Uma terceira palavra de agradecimento aos nossos alunos de ontem e de hoje que se juntam aos nossos olhares críticos perante o fenómeno da educação e do treino pela motricidade humana em contexto escolar e também associativo-desportivo. Eles são a companhia que nos “alimenta” o entusiasmo permanente que, por eles também, não conseguimos ver desaparecer.

## **Agradecimentos Finais**

Não posso deixar de agradecer a três matrizes referenciais que atravessam os três quadros apresentados anteriormente: os meus amigos, os meus alunos de karaté e a minha família.

Os amigos que me acompanharam engrandeceram toda a perspectiva que me une à vida através, também, do olhar científico, mas bem para lá dele. Só assim faz sentido. Os meus alunos companheiros de prática de karaté da Associação de Karaté de Viseu que, fazendo 10 anos, estimula a aprendizagem mútua em esferas que prolongam o humano no mais humano. Na família tenho a feliz companhia dos meus queridos pais e irmãs que sempre estiveram presentes a acompanhar o trabalho, sentindo também que nele se projectava algo mais que um simples trabalho; tenho também a companhia dos meus sogros, como segundos pais, a olhar expectantemente para algo que o meu entusiasmo abre. Tenho, enfim, a família nuclear, onde acaricio para a esperança da vida aqueles que me pegam na mão e procuro tornar feliz no meu abraço.

Obrigado Afonso, pela espera em me teres para aquém dos limites do que às vezes querias, coração sem fôlego por tanto amor querer neste mundo coleccionar. Obrigado André pela ajuda na digitalização das imagens, mas, essencialmente, obrigado pelo crescer que me fazes admirar, voz penetrante por tanta astúcia no esperto olhar. Obrigado Paula pela serenidade que és no afecto seguro no mundo que tanto precisa de ti e, também por isso, viu adiada aquela ultrapassagem... para crescermos um pouco mais para cá dela.

## DEDICATÓRIA

*Aos amigos no karaté, pela energia que me deram e tiraram; assim me estimularam e, por isso, com eles cresci.*

*Aos outros, principalmente aos com quem ainda nada troquei, sempre pronto para a amizade entusiasmada.*

*Dedico este trabalho, fruto de uma pena ainda pouco aparada.*

*Julgar não é compreender.  
Se compreendermos, não julgaremos.*

*(André Malraux in: PLÉE, 2005, p. 53)*



# ÍNDICE GERAL

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1.1	PRESSUPOSTOS.....	1
1.2	OBJECTO E ÁREA DE ESTUDO.....	1
1.3	A PROBLEMÁTICA E A PERGUNTA DE PARTIDA.....	3
1.4	O MODELO DE ANÁLISE.....	6
1.5	METODOLOGIA.....	8
1.6	ORGANIZAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DO ESTUDO.....	9
<b>2</b>	<b>ENQUADRAMENTO GERAL.....</b>	<b>13</b>
2.1	A HERMENÊUTICA DA MOTRICIDADE DESPORTIVA.....	15
2.1.1	<i>Introdução</i> .....	15
2.1.2	<i>A Fluxo-Consciência</i> .....	17
2.1.3	<i>A (Sobre)Vivência Comunitária Educativa</i> .....	20
2.1.4	<i>O Contexto Desporto</i> .....	25
2.1.4.1	Como Facto Social.....	25
2.1.4.2	Paradigma Cartesiano: Pensar é existir.....	27
2.1.4.3	O Corpo Espacializado.....	28
2.1.4.4	Metáforas do Erro de Descartes.....	30
2.1.4.5	A Gestão Integrada dos Factores de Treino.....	32
2.1.5	<i>A Matriz da Motricidade Humana</i> .....	34
2.1.5.1	A Crise e a Dupla Vigilância Epistemológica.....	39
2.1.5.2	Do Código Industrial ao Código Emergente.....	43
2.1.6	<i>Reflexão Hermenêutica</i> .....	48
2.1.7	<i>As Finalidades Estruturantes das Federações Desportivas</i> .....	57
2.1.8	<i>O Karaté no Contexto do Desporto e das Artes Marciais</i> .....	61
2.2	PROTO-DESporto DA MOTRICIDADE DE COMBATE.....	69
2.2.1	<i>Introdução</i> .....	69
2.2.2	<i>Gilgamesh e Enkidu - O Marco do Valor Mitológico</i> .....	71
2.2.3	<i>A Representação e Organização da Luta Corporal Egípcio</i> .....	79
2.2.4	<i>A Institucionalização nos Jogos Homéricos</i> .....	80
2.2.5	<i>A Luta na Educação Institucional Aristocrática - Arete</i> .....	86
2.2.6	<i>A Consciência Institucional do Bem Comum - Sólon</i> .....	89
2.2.7	<i>A Luta na Educação Institucional - Platão</i> .....	90
2.2.8	<i>Aristóteles e a Política</i> .....	96
2.2.9	<i>Os Locais da Luta na Grécia Clássica</i> .....	102
2.2.10	<i>As Lutas nos Jogos Olímpicos da Antiguidade</i> .....	104
2.2.11	<i>A Competitividade nos Jogos Olímpicos da Antiguidade</i> .....	107
2.2.12	<i>A Decadência dos Jogos Olímpicos da Antiguidade</i> .....	108
2.2.13	<i>As Lutas Institucionalizadas na Idade Média</i> .....	111
2.2.14	<i>O Vínculo Patriarcal da Guerra nas Actividades de Luta e outras</i> .....	113
2.2.15	<i>A Ficção Nobre e a Realidade Popular</i> .....	117
2.2.16	<i>O Refinamento Renascentista: O Duelo</i> .....	121
2.2.17	<i>Emergência do Dualismo Moderno</i> .....	123
2.2.18	<i>As Ginásticas nos Séculos XVII e XVIII</i> .....	124
2.2.19	<i>As Influências Básicas para as Novas Metodologias Educativas</i> .....	125
2.2.20	<i>As Condições Específicas do Nascimento do Desporto Moderno</i> .....	131
2.2.20.1	Generalidades.....	131
2.2.20.2	O Associativismo.....	132
2.2.20.3	As Apostas, o Espectáculo e o Gestor de Desporto.....	133
2.2.20.4	A Generalização inicial do Desporto.....	136
2.2.20.5	Os Limites do Desporto em Portugal.....	139
2.2.21	<i>A Institucionalização Olímpica</i> .....	141
2.2.22	<i>Conclusão</i> .....	145
2.3	PROTO-GEOGRAFIA DO KARATÉ: JAPÃO, OKINAWA E CHINA.....	149
2.3.1	<i>Povoamento do Japão</i> .....	149
2.3.2	<i>A Emergência dos Clãs</i> .....	151
2.3.3	<i>O Apogeu da Corte na Centralização</i> .....	153

2.3.4	<i>A Era dos Guerreiros</i> .....	155
2.3.5	<i>Situação no Contacto com o Ocidente</i> .....	158
2.3.6	<i>Cipango de Marco Polo</i> .....	159
2.3.7	<i>Cristóvão Colombo</i> .....	161
2.3.8	<i>O Encontro Concreto do Japão e dos Léquios</i> .....	162
2.3.9	<i>Os Gores</i> .....	164
2.3.10	<i>Os Léquios</i> .....	167
2.3.11	<i>As Ilhas Léquias</i> .....	171
2.3.12	<i>Representação Geográfica das Ilhas Léquias</i> .....	172
2.3.13	<i>O Léquio Grande</i> .....	182
2.3.14	<i>Okinawa</i> .....	186
2.3.15	<i>O Exagero do Episódio do Desarmamento de 1509</i> .....	193
2.3.16	<i>A descoberta do Japão</i> .....	196
2.3.17	<i>Os Três Unificadores do Japão</i> .....	209
2.3.18	<i>Kyushu – O Porto de Abrigo Inicial e o Clã Satsuma</i> .....	211
2.4	<b>PROTOCOLURA DO KARATÉ: SHAOLIN E BUDO</b> .....	216
2.4.1	<i>Shaolin - A Primeira Sistematização Institucional</i> .....	216
2.4.1.1	<i>A Metodologia Analógica – Os Animais</i> .....	216
2.4.1.2	<i>A Importância Lendária de Shaolin</i> .....	219
2.4.1.3	<i>A Emergência do Templo</i> .....	222
2.4.1.4	<i>Bodidharma – Damo e a Dinastia Tang</i> .....	223
2.4.1.5	<i>A Primeira Queda e Início do Apogeu</i> .....	225
2.4.1.6	<i>Wudang – O Templo Taoista</i> .....	227
2.4.1.7	<i>A Segunda Queda – Shaolin do Sul</i> .....	229
2.4.1.8	<i>Conclusão</i> .....	230
2.4.2	<i>Budo – A Institucionalização Moderna</i> .....	232
2.4.2.1	<i>Bugei e Bujutsu</i> .....	232
2.4.2.2	<i>Bushi e Samurai</i> .....	237
2.4.2.3	<i>Bushido e Dô – O Caminho do Bushi</i> .....	241
2.4.2.4	<i>O Jujutsu</i> .....	254
2.4.2.5	<i>Influência de Erwin Baelz no Renascer dos Bujutsu</i> .....	255
2.4.2.6	<i>Jigoro Kano – O Grande Reformador Institucional</i> .....	259
2.4.2.7	<i>Dai Nippon Butokukai – A Primeira Instituição de Artes Marciais</i> .....	265
2.4.2.8	<i>Os Títulos e Graus dos Professores e Praticantes de Budo</i> .....	268
2.4.2.9	<i>Conclusão</i> .....	272
<b>3</b>	<b>ENQUADRAMENTO ESPECÍFICO</b> .....	<b>277</b>
3.1	<b>O KARATÉ EM OKINAWA E JAPÃO</b> .....	<b>279</b>
3.1.1	<i>Introdução</i> .....	279
3.1.2	<i>A Primeira Referência Literária - Bubishi</i> .....	280
3.1.3	<i>As Referências Chinesas Personalizadas Iniciais</i> .....	285
3.1.4	<i>A Base Ética nas Referências Iniciais em Okinawa</i> .....	288
3.1.5	<i>A Primeira Institucionalização do Karaté em Okinawa</i> .....	294
3.1.6	<i>De Okinawa ao Japão</i> .....	308
3.1.7	<i>A Modernização Meiji em Okinawa</i> .....	315
3.1.8	<i>O Início da Massificação Escolar – Influência das Metodologias Militares</i> .....	318
3.1.9	<i>Karaté e As Instituições Escolares em Okinawa</i> .....	322
3.1.10	<i>Os Limites Institucionais do Karaté no Sistema Educativo</i> .....	329
3.1.11	<i>A Institucionalização do Karaté em Okinawa</i> .....	334
3.1.12	<i>O Desenvolvimento Institucional do Karaté no Japão</i> .....	340
3.1.13	<i>A Influência de Jigoro Kano em Okinawa</i> .....	343
3.1.14	<i>Primeiras Aulas Regulares e Primeiras Graduações no Japão</i> .....	344
3.1.15	<i>Os Clubes Universitários No Japão</i> .....	346
3.1.16	<i>O Primeiro Mestre de Okinawa no Japão</i> .....	349
3.1.17	<i>O Shotokan e a JKA</i> .....	351
3.1.18	<i>O Goju-Ryu e a Goju-Kai</i> .....	357
3.1.19	<i>O Shito-Ryu e a Shito-Kai</i> .....	360
3.1.20	<i>O Wado-Ryu e a Wado-Kai</i> .....	363
3.1.21	<i>A Preparação da Expansão Mundial no Japão</i> .....	364
3.1.22	<i>A Institucionalização Competitiva no Japão</i> .....	368
3.1.23	<i>Conclusão</i> .....	372
3.2	<b>O KARATÉ NA EUROPA E EM PORTUGAL</b> .....	<b>374</b>

3.2.1	<i>A Emergência do Karaté na Europa</i> .....	374
3.2.2	<i>A Federação Europeia de Karaté</i> .....	383
3.2.3	<i>A Emergência do Karaté em Portugal</i> .....	385
3.2.4	<i>A União Portuguesa de Budo</i> .....	386
3.2.5	<i>A Ignorância Conceptual da Tutela</i> .....	388
3.2.6	<i>A Emergência Conceptual do Karaté</i> .....	394
3.2.7	<i>O Nascimento Institucional Concreto do Karaté</i> .....	398
3.2.8	<i>O Karaté no Porto</i> .....	402
3.2.9	<i>O Enquadramento Técnico de Topo</i> .....	406
3.2.10	<i>A Confirmação Tulelar das Cisões Institucionais</i> .....	410
3.2.11	<i>A Dinâmica Competitiva Inicial e as Graduações Institucionais</i> .....	411
3.2.12	<i>A Massificação do Karaté na Mocidade Portuguesa e a CDAM</i> .....	415
3.2.13	<i>A Diversificação Vertical</i> .....	421
3.2.14	<i>A Cisão Intra-Vertical Inicial</i> .....	425
3.2.15	<i>As Cisões nas Instituições Horizontais</i> .....	427
3.2.16	<i>Conclusão</i> .....	429
3.3	<b>O KARATÉ E O OLIMPISMO</b> .....	435
3.3.1	<i>O Querer Ser Olímpico</i> .....	435
3.3.2	<i>Período Pré-GAISF – Até 1976</i> .....	437
3.3.3	<i>O Reconhecimento Olímpico de 1985</i> .....	440
3.3.4	<i>Un Young Kim no COI</i> .....	441
3.3.5	<i>Retirada do Reconhecimento – Até 1992</i> .....	442
3.3.6	<i>Reconhecimento da WKF – Até 1999</i> .....	444
3.3.7	<i>Programa Olímpico – Até 2005</i> .....	445
3.3.8	<i>As Diferenças Fundamentais entre o Karaté e o Taekwondo</i> .....	451
3.3.9	<i>A Institucionalização do Taekwondo</i> .....	455
3.3.10	<i>O Modelo de Desenvolvimento Institucional no Taekwondo</i> .....	460
3.3.11	<i>Conclusão</i> .....	463
3.4	<b>OS RECURSOS INSTITUCIONAIS ACTUAIS NO KARATÉ</b> .....	467
3.4.1	<i>A Unificação Horizontal e Inglaterra</i> .....	467
3.4.2	<i>Federação Nacional de Karaté – Portugal</i> .....	468
3.4.3	<i>A Novidade Organizacional da FNK-P</i> .....	470
3.4.4	<i>Dos Conselhos Técnicos aos Departamentos</i> .....	473
3.4.5	<i>A Classificação dos Recursos Humanos no Karaté</i> .....	475
3.4.6	<i>Os Recursos Institucionais Nacionais</i> .....	479
3.4.7	<i>Indicadores Nacionais de Recursos Humanos e Associativos</i> .....	481
3.4.8	<i>A Formação de Recursos Humanos</i> .....	487
3.4.9	<i>Os Técnicos de Arbitragem</i> .....	489
3.4.10	<i>Os Treinadores de Karaté</i> .....	491
3.4.11	<i>Descentralização / Liberdade Associativa</i> .....	493
3.4.12	<i>A Descentralização</i> .....	496
3.4.13	<i>O Modelo Híbrido – Uma Porta Aberta</i> .....	497
3.4.14	<i>Conclusão</i> .....	501
<b>4</b>	<b>ESTUDOS EMPÍRICOS</b> .....	<b>505</b>
4.1	<b>A PROLIFERAÇÃO INSTITUCIONAL EM PORTUGAL</b> .....	507
4.1.1	<i>Metodologia</i> .....	507
4.1.1.1	<i>Objectivo do Estudo</i> .....	507
4.1.1.2	<i>Processo de Medida</i> .....	507
4.1.1.3	<i>Limitações do Estudo</i> .....	508
4.1.2	<i>Apresentação e Discussão dos Resultados</i> .....	508
4.1.3	<i>Conclusões Iniciais</i> .....	509
4.2	<b>A UTILIDADE PÚBLICA DESPORTIVA DO BUDO EM PORTUGAL</b> .....	511
4.2.1	<i>Introdução</i> .....	511
4.2.2	<i>A Utilidade Pública Desportiva das “Artes Marciais”</i> .....	512
4.2.3	<i>O Regime Jurídico</i> .....	513
4.2.4	<i>A Modalidade Budo</i> .....	516
4.2.5	<i>Conclusão</i> .....	517
4.3	<b>AS FEDERAÇÕES NACIONAIS DE KARATÉ</b> .....	521
4.3.1	<i>Introdução</i> .....	521
4.3.2	<i>Metodologia</i> .....	522

4.3.2.1	Objectivo.....	522
4.3.2.2	Amostra.....	522
4.3.2.3	Instrumento de Recolha de Dados.....	522
4.3.2.4	Processo de Construção.....	523
4.3.2.5	Organização do Questionário.....	523
4.3.2.6	Aplicação do Questionário.....	523
4.3.2.7	Fidelidade do Questionário.....	524
4.3.2.8	Tratamento dos Dados.....	524
4.3.2.9	Apresentação dos Dados.....	524
4.3.2.10	Validade.....	525
4.3.3	<i>Apresentação e Discussão dos Resultados</i> .....	525
4.3.3.1	Identificação Organizacional.....	525
4.3.3.2	Os Exames de Graduação dos Praticantes.....	527
4.3.3.3	A Titulação Institucional de Treinadores.....	529
4.3.3.4	A Titulação Institucional de Técnicos de Arbitragem.....	531
4.3.4	<i>Conclusão</i> .....	533
4.4	OS DIRECTORES TÉCNICOS DE TOPO EM PORTUGAL.....	535
4.4.1	<i>Introdução</i> .....	535
4.4.2	<i>Metodologia</i> .....	536
4.4.3	<i>Objectivo do Estudo</i> .....	536
4.4.3.1	Amostra.....	536
4.4.3.2	Instrumento de Recolha de Dados.....	538
4.4.3.3	Processo de Construção.....	538
4.4.3.4	Organização do Questionário.....	539
4.4.3.5	Aplicação do Questionário.....	539
4.4.3.6	Fidelidade do Questionário.....	540
4.4.3.7	Tratamento dos Dados.....	540
4.4.3.8	Apresentação dos Dados.....	541
4.4.3.9	Validade.....	541
4.4.4	<i>Apresentação e Discussão dos Resultados Individuais</i> .....	542
4.4.4.1	Como Praticantes e Competidores.....	542
4.4.4.2	Como Treinadores.....	543
4.4.4.3	Como Seleccionadores.....	545
4.4.4.4	Como Director Técnico.....	546
4.4.4.5	Como Juiz de Graduação.....	548
4.4.4.6	Representação Técnica de Estilo.....	549
4.4.4.7	Como Técnico de Arbitragem.....	551
4.4.4.8	Como Dirigentes e Fundador.....	552
4.4.4.9	Como Formador.....	554
4.4.5	<i>Apresentação e Discussão dos Resultados Associativos</i> .....	557
4.4.5.1	Caracterização Geral das Associações.....	557
4.4.5.2	Caracterização do Sistema de Graduações.....	558
4.4.5.3	Formação de Treinadores e Técnicos de Arbitragem.....	561
4.4.6	<i>Conclusão</i> .....	562
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES</b> .....	<b>567</b>
5.1	CONCLUSÕES GERAIS.....	567
5.2	CONCLUSÕES PARTICULARES.....	570
<b>6</b>	<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>579</b>
<b>7</b>	<b>ANEXOS</b> .....	<b>613</b>
7.1	ANEXO I – PERÍODOS DA HISTÓRIA DO JAPÃO.....	615
7.2	ANEXO II – CAMPEONATOS DA EUROPA DE KARATÉ.....	616
7.3	ANEXO III – CAMPEONATOS DO MUNDO DE KARATÉ.....	617
7.4	ANEXO IV – O ASSOCIATIVISMO INSTITUCIONAL NO KARATÉ.....	618
7.5	ANEXO V – LISTAGEM DE FEDERAÇÕES COM UTILIDADE PÚBLICA DESPORTIVA (IDP).....	620
7.6	ANEXO VI – ASSOCIAÇÕES INTEGRANTES DA FNK-P.....	623
7.7	ANEXO VII – GUIÃO BÁSICO DE ENTREVISTAS A PIONEIROS DE KARATÉ.....	625
7.8	ANEXO VIII – QUESTIONÁRIO PARA RESPONSÁVEIS FEDERATIVOS EXTERNOS.....	627
7.9	ANEXO IX – QUESTIONÁRIO PARA RESPONSÁVEIS TÉCNICOS ASSOCIATIVOS DE TOPO.....	637

## ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1 - Modelo Geral de Investigação .....	7
Fig. 2 - Kaizen – Kanji de Yuko Parker .....	25
Fig. 3 - Metáfora do Homem Computador.....	30
Fig. 4 - Factores de Treino de T. BOMPA (1999) .....	31
Fig. 5 - Natureza dos Factores de Treino.....	32
Fig. 6 - Matriz Referencial da Motricidade Humana .....	36
Fig. 7 - Integração Cultural .....	38
Fig. 8 - Código Operacional do Desporto Actual .....	44
Fig. 9 - Dimensões do Conceito de Desporto .....	45
Fig. 10 - Motricidade Desportiva.....	48
Fig. 11 - Os Termos da Hermenêutica de Dilthey .....	50
Fig. 12 - Tarefas Hermenêuticas na Motricidade Humana.....	53
Fig. 13 - Círculo Hermenêutico .....	54
Fig. 14 - Elementos do Processo do Conhecimento Hermenêutico.....	55
Fig. 15 - Interface entre Sistema Desportivo e Sistema Educativo.....	57
Fig. 16 - Finalidades Institucionais a Elogiar .....	59
Fig. 17 - Níveis Organizacionais das Instituições.....	60
Fig. 18 - Adaptação em Piaget .....	63
Fig. 19 - Principais Vias de Povoamento das Ilhas .....	150
Fig. 20 - Trajecto de Fernão Mendes Pinto por Visconde da Lagoa .....	180
Fig. 21 - Reino Ryukyu.....	187
Fig. 22 - Okinawa no Séc. XIV (em cima) e do séc. XV-XIX (em baixo) .....	189
Fig. 23 - Sho Shin (1477-1526) e os seus feitos - 1522 .....	192
Fig. 24 - Desenho de Habitantes de Okinawa em despedida.....	195
Fig. 25 - Posição geográfica de Tanegashima .....	198
Fig. 26 - A Introdução da Espingarda – Teppôki .....	201
Fig. 27 - Ásia em 1550 .....	203
Fig. 28 - Regiões de chegada inicial dos Portugueses.....	205
Fig. 29 - Kyushu (Japão) - A partir de EarthSat 2005 (Google Earth).....	211
Fig. 30 - Sho Nei (7º rei / 2ª Dinastia de Okinawa).....	214
Fig. 31 - Portão principal do Templo da Pequena Floresta (Shaolinshi) .....	221
Fig. 32 - Bodidharma - Cortesia de Patric McCatthy .....	223
Fig. 33 - Kanji Bu .....	236
Fig. 34 - Um ícone clássico do Monge Zen Lazen .....	238
Fig. 35 - Bun Bu Ryo Do - Desenhado por Shoshin Nagamine.....	239
Fig. 36 - Wakizashi preparado para Seppuku .....	243
Fig. 37 - Dô – O caminho ou o sentido por: Nakamura Taisaburo .....	244
Fig. 38 - Taijitu .....	245
Fig. 39 - Katana (刀) ou daitô (大刀) .....	252
Fig. 40 - Máxima Eficiência Jita-kyôei - Benefícios mútuos .....	263
Fig. 41 - Butokuden da Dai Nipon Butokukai – Quioto .....	266
Fig. 42 - Dai Nipon Butokukai – Quioto – J. Kano ao centro .....	267
Fig. 43 - Líderes do Kodokan em Julho de 1906 .....	268
Fig. 44 - Versões do Bubishi ao longo do tempo.....	282
Fig. 45 - Fang Qiniang e a Arte da Grou Branca.....	284
Fig. 46 – Kempô Taiyô Akku.....	284
Fig. 47 - Tode Sakugawa e o respectivo filho, muito parecido.....	287
Fig. 48 - Anko Itosu (1832-1915) e seu mestre Sokon Matsumura (1809-1896) .....	295
Fig. 49 - Regente de Lew Chew e seus Seguranças .....	296
Fig. 50 - Gichin Funakoshi e os seus 20 Preceitos .....	298
Fig. 51 - Chojun Miyagi .....	304
Fig. 52 - Reunião após demonstração de Karaté no Butokuden - Kyoto - 5/7/1938.....	305
Fig. 53 - Documento de HANASHIRO de 1905 - a referência Karaté – Mão Vazia (空手).....	309
Fig. 54 - Capa original do Livro de MOTOBU, 1932 Shobu – “Como Guerreiro” .....	310
Fig. 55 - Capa do Manuscrito de MIYAGI.....	312
Fig. 56 - Chonmage com Alfinete Característico de Ryukyu.....	316
Fig. 57 - Kosaku Matsumora (1829-1898) – Bushi de Tomari.....	317

Fig. 58 - Samurais do Clã Satsuma na Guerra Boshin (1868-1869) .....	319
Fig. 59 - Kentsu Yabu (1866-1937) em 1927 .....	321
Fig. 60 - Alunos da Okinawa Kenritsu Dai Ichi Chu Gakko – Shuri – 1937 .....	330
Fig. 61 - Alunos da Okinawa Kenritsu Dai Ni Chu Gakko – 1937 Instrutor: Juhatsu Kyoda .....	331
Fig. 62 - Mestres de Okinawa – 1937 .....	333
Fig. 63 - Butokuden da Dai Nipon Butokukai – Naha (Okinawa) Antes e após Guerra .....	334
Fig. 64 - Demonstração ao Príncipe Hirohito – 6/3/1921.....	341
Fig. 65 - Um dos primeiros diplomas de dan de Funakoshi (iniciados a 1924) .....	345
Fig. 66 - Gichin Funakoshi (dir.) e Hironori Otsuka (esq.).....	347
Fig. 67 - Troca de Personagem Vitoriosa no relato da “Kingu Magazine” (Set. 1925) .....	350
Fig. 68 - Gichin Funakoshi (1968-1957) – O Mestre Shoto (松濤).....	352
Fig. 69 - Gichin Funakoshi em 1950.....	354
Fig. 70 - Kenwa Mabuni (Cortesia de Patrick McCarthy).....	362
Fig. 71 - Hironori Otsuka recebe 1º dan de Gichin Funakoshi – 12/4/1924.....	363
Fig. 72 - Organização Geral da JKF, in: site oficial JKF.....	370
Fig. 73 - Relações Institucionais da JKF.....	371
Fig. 74 - Revista Life – 27 de Outubro de 1948 Artigo na p. 65 – “O Desporto dos Cavalheiros” ..	375
Fig. 75 - Revista “Sport et Vie” - 1956 Artigo que levou a vários desafios de Judokas .....	377
Fig. 76 - Primeiro Livro de Karatê no Ocidente – H. Plée - 1954.....	378
Fig. 77 - Primeiro Mestre Japonês na Europa Hiroo Mochizuki – 1957. ....	379
Fig. 78 - Tsutomu Oshima com Henri PLÉE em França – 1957 .....	381
Fig. 79 - António Corrêa Pereira (MINURO) – Cortesia José Araújo .....	386
Fig. 80 - Academia de Judo na R. de S. Paulo (1946) e Academia de Budo em Entrecampos.....	387
Fig. 81 - Dr. Luis Franco Pires Martins (? – 2003) Pioneiro do Karatê em Lisboa em 1963 .....	395
Fig. 82 - Hidetaka Nishiyama – 1060 Karate – The Art of “Empty-hand” Fighting .....	398
Fig. 83 - Primeira Classe de Karatê – 1964 - Academia de Budo.....	399
Fig. 84 - Dr. Pires Martins com Raul Cerveira (Esq.) e Manuel Ceia (Dir) - 1964.....	399
Fig. 85 - M. A. Águas, M. J. Águas, Mestre Kobayashi, José Romano (c. 1962) .....	403
Fig. 86 - Diploma de Graduação da UBU – 1967 (Cortesia de António Cacho).....	405
Fig. 87 - Orientação Técnica de Tran na Inauguração de Academia da Soshikai .....	406
Fig. 88 - Murakami em Estágio na Academia de Budo – 1970 .....	410
Fig. 89 - Hironori Otsuka (1892-1982) em Portugal – 1970 .....	413
Fig. 90 - 1º Estágio da JKA em Portugal – Toru Miyazaki – 1971 .....	414
Fig. 91 - 2º Campeonato do Mundo WUKO, Portugal assinalado na Cruz .....	417
Fig. 92 - 1º e 2º livros portugueses de Karatê (1972 e 1973).....	418
Fig. 93 - Bu Dô – Símbolo da Internacional de Kung Fu - Ruy de Mendonça (1942-2005) .....	421
Fig. 94 - Reunião na CDAM – Cortesia José Patrão .....	427
Fig. 95 - Modelo Bidimensional (V-T) de Institucionalização do Karatê .....	432
Fig. 96 - Dinâmica regular da Evolução Institucional.....	433
Fig. 97 - Modelo Tridimensional (T-P) da Institucionalização do Karatê.....	434
Fig. 98 - I Campeonato do Mundo em Tóquio - 1970.....	438
Fig. 99 - Carta de Reconhecimento Oficial da FMK/WKF pelo COI.....	445
Fig. 100 - Análise Interpretativa Pentadimensional da Emergência do Taekwondo.....	460
Fig. 101 - Nova Estrutura da Federação Inglesa (2005) (POW WOW SPORTZ, 2005c) .....	468
Fig. 102 - Representatividade Institucional na Assembleia-geral da FNK-P .....	471
Fig. 103 - Do Clube à Federação – Novo Modelo em Inglaterra (2005).....	480
Fig. 104 - Estrutura do Departamento de Formação da FNK-P .....	489
Fig. 105 - A Sigmóide no Karatê .....	498
Fig. 106 - Visão anti-sistémica e anti-macroscópica do desenvolvimento .....	500
Fig. 107 - Componente Transversal - Visão sistémica e mesoscópica do desenvolvimento.....	501
Fig. 108 - Modelo Pentadimensional e Círculo Hermenêutico .....	569
Fig. 109 - O Mesoscópio Transversal pela Circularidade Hermenêutica .....	569
Fig. 110 - Dinâmica regular da Evolução Institucional.....	574

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - REGISTOS DE GRADUAÇÕES E TITULAÇÃO UBU .....	401
Quadro 2 - Países na WKF não na WTF .....	450
Quadro 3 - Países na WTF não na WKF .....	450
Quadro 4 - Eleições em Assembleia Geral para Órgãos Directivos FNK-P .....	469
Quadro 5 - Distribuição de Recursos Humanos e Institucionais na FNK-P .....	482
Quadro 6 - Distribuição do Número de Participações em Competições FNK-P (2005/2006) .....	484
Quadro 7 - Distribuição Competidores por Regiões FNK-P (2005/2006) .....	485
Quadro 8 - Relação Competidores / praticantes Praticantes (03/04), Competidores (04/05).....	486
Quadro 9a - Cursos e Acções de Formação de Técnicos de Arbitragem .....	490
Quadro 9b - Caracterização dos Técnicos de Arbitragem.....	490
Quadro 10 - Cursos e Acções de Formação de Treinadores de Karaté .....	492
Quadro 11 - Caracterização dos Treinadores Habilitados até Novembro de 2003.....	492
Quadro 12 - Dados de Identificação Geral .....	525
Quadro 13 - Relação com o Estado e Organização Eleitoral Interna .....	527
Quadro 14 - Responsabilização pelos Exames de Praticantes .....	528
Quadro 15 - Pré-Requisito da Graduação .....	529
Quadro 16 - Recursos Humanos Treinadores I .....	530
Quadro 17 - Recursos Humanos Treinadores II.....	531
Quadro 18 - Recursos Humanos Técnicos de Arbitragem I .....	532
Quadro 19 - Recursos Humanos Técnicos de Arbitragem II.....	533
Quadro 20 - Caracterização da População de Treinadores no 1º Curso NII e NIII .....	536
Quadro 21 - Caracterização da Amostra de Treinadores de Topo (N2 e N3) .....	537
Quadro 22 - Treinadores como Praticantes .....	542
Quadro 23 - Treinadores como Competidores.....	543
Quadro 24 - Treinadores de 1 Dojo e de Vários Dojo .....	544
Quadro 25 - Treinadores de Estágios .....	545
Quadro 26 - Treinadores como Seleccionadores.....	545
Quadro 27 - Treinadores como Directores Técnicos de Dojos .....	547
Quadro 28 - Treinadores como Directores Técnicos de Associações .....	547
Quadro 29 - Treinadores como Juizes de Graduações Nacionais .....	548
Quadro 30 - Treinadores como Juizes de Graduações Internacionais .....	549
Quadro 31 - Treinadores como Representantes de Estilo I .....	549
Quadro 32 - Treinadores como Representantes de Estilo II.....	550
Quadro 33 - Treinadores como Técnicos de Arbitragem Associativa.....	551
Quadro 34 - Treinadores como Técnicos de Arbitragem Federada.....	551
Quadro 35 - Treinadores como Dirigentes Associativos .....	552
Quadro 36 - Treinadores como Dirigente Federativo .....	552
Quadro 37 - Treinadores como Fundadores .....	553
Quadro 38 - Treinadores como Formador de Treinadores Associativo .....	555
Quadro 39 - Treinadores como Formador de Treinadores Federativo .....	556
Quadro 40 - Caracterização da Associação - Tipologia .....	557
Quadro 41 - Caracterização da Associação – Recursos Gerais .....	557
Quadro 42 - Caracterização das Graduações dos Praticantes - Geral.....	558
Quadro 43 - Responsabilidade das Graduações dos Praticantes.....	559
Quadro 44 - Modelo Formal de Graduações dos Praticantes I .....	560
Quadro 45 - Modelo Formal de Graduações dos Praticantes II.....	560
Quadro 46 - Modelo de Formação de Treinadores e Técnicos de Arbitragem .....	561

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1 - Questionário sobre desportos referidos gostaria de ver no Programa Olímpico?.....</b>	<b>447</b>
<b>Gráfico 2 - N° de Federações Inscritas por Ano na WTF (Taekwondo).....</b>	<b>448</b>
<b>Gráfico 3 - Crescimento do N° de Federações Inscritas no Taekwondo e Karate .....</b>	<b>449</b>
<b>Gráfico 4 - Competidores de Karaté.....</b>	<b>485</b>

## NOTA

Para os termos japoneses costuma ser seguida a transcrição através do sistema Hepburn, onde as consoantes se pronunciam como em inglês, tendo atenção que o “g” é sempre duro como em “água” e nunca “j” como em “girar”, o “s” é sempre como em “sussurrar” e nunca “z” como em “atrasar”, o “n” tem valor de sílaba nunca mudando para “m” antes do “b” ou do “p”, o “h” é sempre aspirado e o “r” é próximo do “l” português. O “sh” lê-se como o português “x”.

As vogais pronunciam-se normalmente, tendo em atenção que “e” pronuncia-se como no primeiro “e” de “esse” e nunca como o último, nem como “i”, assim como o “o” se pronuncia como o primeiro “o” de “outro” e nunca no sentido do último “o” desta palavra que se pronuncia “u”.

Os ditongos pronunciam-se separadamente, ou seja, “ai” pronuncia-se “a-i”, “ie” pronuncia-se “i-é”, e assim sucessivamente. O alongamento da vogal é indicado por um macron (aqui colocado como acento circunflexo por facilidade de impressão). Nas sílabas oclusivas repete-se a consoante como em “gakkô”, excepto no “ch” que em vez de repetir o “c” se coloca um “t” como em “setchi”.

Em japonês o plural e o feminino não são distinguidos.

Para os nomes Japoneses o apelido costuma vir antes do nome próprio. No entanto adaptámos este sistema à maneira Portuguesa, colocando o nome próprio antes do apelido como em Gichin Funakoshi e não Funakoshi Gichin come surge por vezes em literatura especializada.

Usámos a palavra Karaté como está assumida nos dicionários de Língua Portuguesa fugindo à regra Hepburn de que não há acentuação excepto o circunflexo para denotar prolongamento da vogal como em Gôjû-ryu. Tal como Judo já faz parte da língua portuguesa sem se escrever jûdô em hepburn, a liberdade é aqui assumida para muitos termos já utilizados na literatura especializada da História, como Xogum ou Dáimio, ou do Karaté como Shotokan e Wado-ryu, na vez de Shôtôkan ou Wadô-ryu, por exemplo. No resto mantém-se a fidelidade hepburn.

Os macrons só serão usados em palavras novas e não muito usadas na bibliografia específica, apresentando-se em itálico. Alguma liberdade de interpretação do autor poderá conflitar com a precisão da romanização das palavras japonesas.



# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Pressupostos

Este trabalho pretende ser uma intervenção científica e, por isso mesmo, apresenta inicialmente a caracterização dos seus limites, definindo os conceitos de base da metodologia caracterizada no movimento interpretativo da construção do objecto de estudo em causa.

A acção interpretativa científica pergunta, por um lado, para orientar a recolha de dados suficientes à demonstração de uma explicação do fenómeno em estudo delimitado; por outro lado, pergunta para compreender as possibilidades de generalização (leis). E as leis são modelos hipotéticos científicos que nos ajudam a agir no presente, prevendo o futuro sem necessidade de gastar novamente energia na repetição da recolha de dados para a acção eficaz em contextos semelhantes.

As leis não são, portanto, verdades absolutas, mas sim um instrumento humano para agir nos seus limites existenciais. Cumpre à comunidade científica a sua identificação criativa.

Mas a construção de uma lei leva à testagem experimental daquilo que antes de ser lei deve ser visto como uma hipótese: a resposta prévia a uma pergunta útil difícil de responder com bom senso.

As leis, na sua incomensurabilidade cósmica, pela epistemologia contemporânea, sem medo (FIGUEIREDO, 1989b), são hipóteses humanas notáveis sempre em evolução científica, pelo que o árduo caminho da comunidade científica nunca terminará a bem comum; bem para além da comunidade científica restrita, o homem de ciência é, acima de tudo, caminhante de vida com todo o companheiro. Assim, se a separação com o senso comum é passageira, também por isso nunca deve deixar de ser feita. Daí o conceito de dupla vigilância epistemológica (FIGUEIREDO, 1999, 2000).

## 1.2 Objecto e Área de Estudo

A nossa investigação situa-se no estudo da *motricidade humana* em contexto desportivo. Num primeiro capítulo, vamos definir o paradigma das hipóteses de estudo em que nos situamos, com Manuel SÉRGIO e Gustavo PIRES entre outros.

No domínio de estudo que é o desporto, o nosso enfoque é o *desenvolvimento organizacional* e, mais especificamente, na *análise institucional* da esfera *tecnologia* (PIRES, 2003, pp. 13; 45; actualizado: 2005, pp. 27; 119).

Esta dimensão institucional no conceito operacional de desporto, situa as normas, valores e símbolos de uma organização de pessoas, numa entidade que denominaremos *comunidade intencional*. Para este estudo, não nos é essencial por si só a entidade jurídica, administrativa ou outra. Interessa-nos, em primeiro lugar, situar as operações sociais de definição de uma identidade própria para fins de prática desportiva e, no caso presente, de Karaté. O conceito de instituição procura ser explorado numa perspectiva fenomenológica onde se “salienta o modo como os indivíduos criam ou adaptam as instituições”, integrando, interpretando e superando, quando possível, a perspectiva funcionalista que “tem visto as instituições como respostas às necessidades dos indivíduos ou das sociedades”<sup>1</sup>.

O objecto de estudo é *a materialização institucional da motricidade humana no desporto Karaté* e a área de estudo é *a Gestão do Desporto*.

Para DRUCKER (1909-2005), recentemente perdido para a eternidade, a gestão deveria ser vista como uma função social, e a sua tarefa fundamental, a mesma:

*Tornar as pessoas capazes de um desempenho conjunto, através de uma partilha de objectivos comuns, valores comuns, uma estrutura certa, e do desenvolvimento e treino de que necessitam para se adaptarem à mudança (DRUCKER, 2001, p. 4)*<sup>2</sup>.

Pressupõe-se, assim, pelo objecto de estudo definido e pela área de estudo em questão, a *comunidade intencional no Karaté* como fenómeno social de materialização institucional entre actores sociais. Pressupõe-se também, desde logo, que o aspecto essencial dessa comunidade intencional é a *prática de Karaté*, em coerência com o modelo de análise institucional que temos vindo a construir desde 1987 (FIGUEIREDO, 1987), mas que inicia o seu robustecimento após o lançamento do projecto federativo de

---

<sup>1</sup> Instituição Social, in: Infopédia [Em linha], Porto, Porto Editora, 2003-2005 [Consulta 2005-04-05]. Disponível na www: <<http://www.infopedia.pt/E1.jsp?id=104258>>.

<sup>2</sup> Todas as citações em inglês, francês e espanhol foram traduzidas por nós com ajuda de dicionários da Porto Editora. Algumas traduções de Japonês foram também feitas com base em dicionários específicos referenciados. O sentido das traduções feitas referencia assim o sentido da nossa interpretação. Foi uma opção do investigador correr esse risco, explicitando o sentido dado pela tradução efectuada.

formação de treinadores de Karaté (idem, 1994, 1995, 1997, 1998c) que tivemos a oportunidade de acompanhar, num trabalho de equipa.

### **1.3 A Problemática e a Pergunta de Partida**

No desporto, a interacção entre as comunidades intencionais é relevante em torno de agrupamentos mais complexos. Dos grupos de prática, equipas e clubes, até às federações e confederações nacionais que, por sua vez, se prolongam nas internacionais, passa-se quase sempre pela associação entre clubes ou grupos de prática.

A este respeito, o Karaté demonstra relevantes indicadores de riqueza institucional no associativismo em Portugal. Como veremos na apresentação dos estudos empíricos, as entidades sem fins lucrativos inscritas no Registo Nacional de Pessoas Colectivas com denominações de Karaté só é inferior à do Futebol. Por outro lado, a Federação Nacional de Karaté – Portugal (FNK-P) com utilidade pública desportiva desde 1995 (Cf. D. R. 213 de 14/09/95 - Desp. 55/95), tem 60 sócios ordinários que pagam uma cota anual de 500 Euros, entrando todos os anos mais pedidos de filiação, o que é, sem qualquer dúvida, um número anormal no contexto da tipologia associativa do restante movimento desportivo. Note-se, por fim, que esses sócios não são “simples clubes”: a sua esmagadora maioria, senão a totalidade, são agrupamentos de centros de prática e ainda não se conseguiu perceber, nestes associados, quantos clubes estão filiados no tecido institucional com a utilidade pública desportiva, de maneira a saber quantos estão do lado de fora da Federação (porque serão alguns e hipoteticamente “muitos”).

Neste sentido, o pressuposto assumido como pólo inicial de estudo foi o de que existe uma complexificação institucional que vai do grupo de praticantes até à federação nacional e, no caso português, a visão institucional do desporto federado focaliza-se na *utilidade pública desportiva* como grau máximo de institucionalização desportiva.

Em 1997, preocupados com a coerência da formação de treinadores, sem fugir às finalidades do sistema desportivo e no desenvolvimento do nosso modelo de contextualização da intervenção no desporto<sup>3</sup>, reflectindo sobre o contexto micro (o dos centros de prática, ou clubes), insistíamos:

---

<sup>3</sup> Corrigido mais tarde (FIGUEIREDO, 1998c; 1999; 2000), onde elogiamos as federações de modalidade como face estruturante visível do desporto em abstracto.

*O que poderá ser menos evidente é que as competências exercidas a nível micro contenham componentes aparentemente referentes aos outros contextos. Por exemplo: quando o treinador leva o jovem jogador a casa, contactando com os pais, poderá exercer funções sócio-desportivas e afectivas que ultrapassam claramente o contexto exclusivo da equipa, pois está a representar o clube, a associação, a modalidade e, assim, a federação ou, em certa medida, o enquadramento desportivo do país (FIGUEIREDO, 1997, p. 4).*

Não há dúvidas que essa referência da Utilidade Pública Desportiva é um caso específico de relação entre o espaço privado e a intervenção pública no desporto (MEIRIM, 2002, p. 508). Por isso, independentemente da validade jurídica do que afirmámos mais levemente em 1997, é a questão do “imperativo lógico do exercício de poderes públicos por parte destas entidades” (*ibidem*) que interessa aqui realçar.

Neste pressuposto, o sentido positivo de complexificação da institucionalização das *comunidades intencionais no Karaté* será o da tutela nacional, e, por extensão internacional: Comité Olímpico Internacional. Será isso evidente no Karaté, querendo ser modalidade olímpica desde 1964? Ou será que impera o separatismo institucional sem tendência para esse movimento associativo complexo?

É conhecida pelas estruturas tutelares nacionais, regionais e concelhias, assim como em alguma comunicação social, que existe a tendência para a divulgação, por parte de clubes, associações e federações de Karaté, de muitos “campeões nacionais”, “internacionais” e “mundiais” da modalidade. A tensão institucional por vezes é grande. Há várias federações em Portugal com a denominação Karaté, embora seja a utilidade pública desportiva apenas dada a uma, como já referimos. Também é conhecido que modalidades evoluídas a partir do Karaté se autonomizaram, tornando-se, nalguns casos, Olímpicas. E também é conhecida a atribuição precipitada da utilidade pública desportiva a desportos de combate de raiz oriental (artes marciais que, no caso japonês, têm um grupo em particular que são os desportos *budo*), demonstrando alguma ignorância tutelar num país que foi pioneiro na respectiva institucionalização.

Não há nenhum trabalho sobre a institucionalização do Karaté (como um todo) em Portugal que direcione qualquer tipo de estudo sociológico estruturalmente consolidado na cultura da modalidade. Mesmo a nível internacional não encontramos nenhum estudo específico sobre esta problemática da institucionalização da modalidade, havendo mesmo muitas lacunas nas abordagens históricas e sociológicas sobre o Karaté.

Estudos aparentemente correctos do ponto de vista metodológico em áreas científicas disciplinares como a psicologia, por exemplo, erram sobre a caracterização da modalidade, pondo em causa, por isso mesmo, toda a sua aparente validade. Tornam-se hipóteses sem sentido do ponto de vista científico. Mesmo se testadas laboratorialmente e com regras metodológicas análogas a outros objectos de estudo, erram pela falta de identificação correcta do objecto de estudo.

Por outro lado, também há estudos tão generalistas que não sendo suficientemente focados perdem fidelidade, já que não podem ser testáveis no caso do Karaté, e não incluem variáveis adequadas ao contexto desportivo em causa. Outros abordam uma realidade tão restrita da modalidade, empobrecendo-a de tal maneira que não podem ser generalizados para a modalidade, como pretendem, e parece-nos que essa interpretação se baseia sempre na falta de um modelo sobre a estrutura institucional que seja simultaneamente simples e completo.

Pelo senso comum, sabemos que a cultura de institucionalização no Karaté (e nas outras artes marciais) é muito particular. Mas é um facto que não está estudada e, desde logo, não se pode compreender, embora seja facilmente julgada por muitos intervenientes tutelares com o adágio: “é a modalidade da confusão”.

Há indícios para essa precoce resposta que, pela nossa parte, não convém julgar, pois que: julgar é não compreender.

Neste contexto, fizemos a nossa pergunta de partida:

*Os clubes, associações, federações e sociedades desportivas de Karaté são um movimento de agitação institucional descontrolada ou contêm em si um movimento social explicável e compreensível por um modelo de análise institucional?*

Duas interrogações orientam a definição do nosso problema:

- 1 – Como explicar e compreender a institucionalização do Karaté?
- 2 – Como modelar interpretativamente esse fenómeno?

## 1.4 O Modelo de Análise

Se por um lado vamos procurar identificar o percurso das ideias iniciais que os actores sociais no Karaté vão deixando no rasto da sua história, ou seja, o rasto das comunidades intencionais no Karaté, por outro avançamos com a hipótese de que tal acontece no sentido da complexificação já referida, ou seja, de que há um sentido de federalizar nacional e internacionalmente a modalidade com o reconhecimento tutelar respectivo, no quadro desportivo institucional conhecido.

Se esse é o paradigma dominante, então é também provável que se encontrem pontualmente os discursos marginais, subculturais que não se deixam apagar pelo paradigma dominante da complexificação no mesmo sentido e, por isso, teremos de encontrar um modelo que o integre.

A análise exploratória da informação disponível sobre o tema específico em 2002 e 2003 foi desanimadora. As conversas com alguns dos pioneiros do Karaté em Portugal fez-nos entender que não tinham documentação suficientemente organizada sobre o assunto. Desde logo surgiu uma tarefa: colher e organizar a informação sobre a história do Karaté. No nosso caso, interessava-nos estudar o nascimento das instituições e procurar indícios sobre a razão fundamental para esse nascimento, quando possível.

Estávamos claramente no domínio do paradigma da sociologia da acção, em coerência com o paradigma da motricidade humana, onde o actor social colectivo estabelece relações sociais de cooperação e de conflito, mas sem qualquer modelo estruturado da sua organização cultural que permitisse, assim, lançar modelos de análise e hipóteses mais complexas de serem testadas.

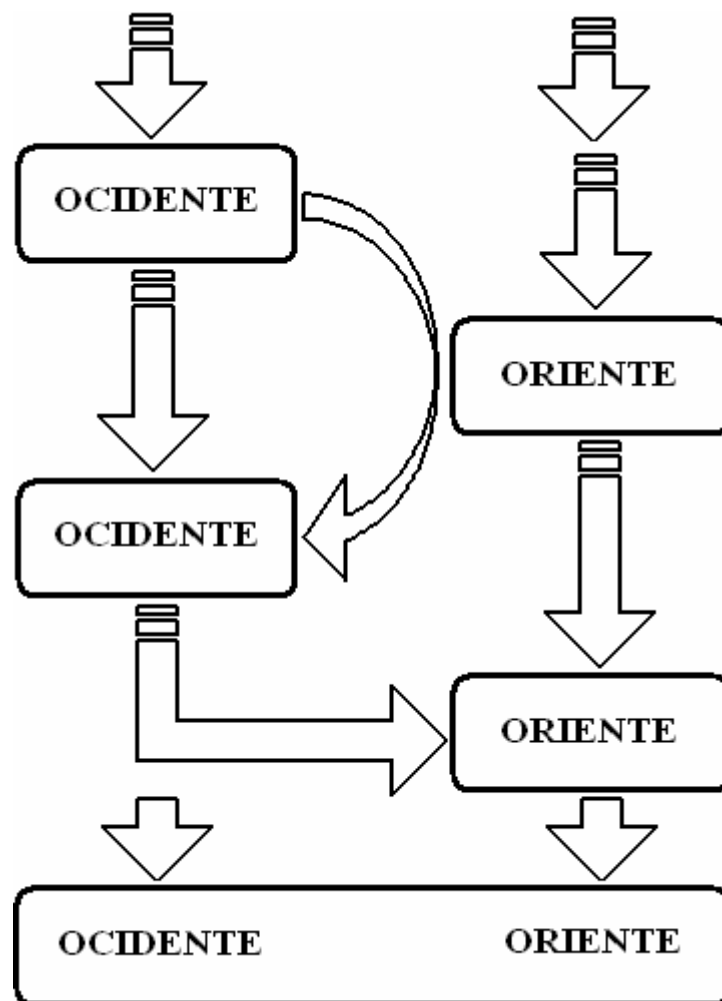
Além de ser necessário identificar o rasto sociológico da *complexificação da institucionalização das comunidades intencionais no Karaté*, era necessário estudar a sua dinâmica geral, as suas necessidades, motivações e aspirações, seja: a sua cultura.

O modelo de análise utilizado nesta investigação apresenta os pressupostos culturais marcantes para estudar a nascitura das instituições com relação ao mundo do combate ritualizado nas dinâmicas prévias ao envolvimento do Karaté contemporâneo.

Não se trata de estudar a história dos desportos de combate no Ocidente e no Oriente, mas o rasto institucional das normas, valores e símbolos principais

identificáveis com vínculo cada vez mais directo ao nascimento do Karaté contemporâneo.

O Karaté Português toca-se com o Karaté Europeu (Francês) e este, com o Japonês, o país original da modalidade. Mas a compreensão do fenómeno da institucionalização do Karaté, tocava-se com a institucionalização dos *Budo* Japoneses do século XIX para o XX, por um lado, e com a institucionalização em Okinawa dos sistemas Chineses, pelo que foi necessário prolongar o estudo para estes dois campos específicos que se manifestaram interessantes.



**Fig. 1 - Modelo Geral de Investigação**

A sua exploração levou-nos à percepção das relações precoces com o ocidente na época dos descobrimentos, pelo que resolvemos aprofundar a recolha de dados sobre os traços que investigadores nos legaram respeitantes ao descobrimento do Japão e de

Okinawa (ilhas léguas), já que isso até era esboçado em alguns autores mais recentes no estudo da História do Karaté.

Por fim, embalados neste traço sociológico de identificação da inércia cultural significativa para os desportos de combate e artes marciais, porque se esboçava no nosso espírito a questão da síntese entre mundo ocidental e mundo oriental japonês, continuámos a viagem de recolha de dados até Gilgamesh e, aí repousados, ambicionámos então interpretar os fundamentos do combate humano inerme ritualizado, ou seja, o combate onde a acção essencial não era o utilitarismo claro da guerra, nem mesmo da morte do outro, mas sim um encontro de medida de energias para decisão sobre algo.

Procuraremos, assim, o âmago do olimpismo que o Karaté tanto demonstra querer alcançar desde 1964.

## **1.5 Metodologia**

Sendo um estudo de natureza social, no âmbito da gestão do desporto, perante a fragilidade teórica sobre o assunto em causa, mostrou-se importante uma metodologia hipotético-indutiva, inicialmente, para depois poder consolidar, de uma forma hipotético-dedutiva, o modelo de análise institucional do Karaté que procuramos identificar.

O modelo é um conjunto de conceitos logicamente articulados entre si por razões presumidas (QUIVY, 1992, p. 139) e aqui vamos perseguir uma construção de um modelo operativo isolado que, pela sua fragilidade dará origem a uma etapa de robustecimento no sentido do modelo sistémico. Saltaremos assim das pré-noções rumo ao nível superior do modelo sistémico na hierarquia de QUIVY, (*ibidem*, pp. 134-136), sem fugir ainda do nível mimético, mas tentando construir um modelo teórico para que estudos seguintes possam usar em hipóteses teóricas e conceitos sistémicos bem mais evoluídos para o contexto específico em análise.

O método utilizado para encontrar o percurso da institucionalização do Karaté em Okinawa, no Japão e no Mundo foi da selecção bibliográfica referencial à maioria dos estudos actuais, tendo em conta a sua cientificidade, ou seja, a sua justificação metodológica e apresentação documental relevante para o presente estudo. Perante a

impossibilidade de acesso directo a alguma documentação, utilizaremos muitas vezes a fonte indirecta, por tradução e consulta directa, cruzando dessa forma, referências até ao próprio protagonista.

O método utilizado para encontrar o percurso da institucionalização do Karaté em Portugal foi o da recolha de dados bibliográficos e da sua confrontação, através de entrevista, a pioneiros que foram os respectivos intervenientes na fundação dessas instituições de Karaté.

O método principal utilizado para a recolha de dados empíricos foi a observação indirecta através do inquérito por questionário aplicado a Presidentes de Federações de diversos países, entre os quais Portugal, Espanha, França e Inglaterra.

Por fim, é de evidenciar que este trabalho faz parte de um projecto de investigação mais extenso que visa interpretar a prática de Karaté nas diversas comunidades em Portugal através da visão de um *insider* da própria inter-comunidade, baseando-se assim na “tradição metodológica da observação participante” elogiada pelo pioneiro dos estudos sociológicos *insider* do Karaté em Portugal (STOLEROFF, 2000), atravessando também a praxiologia hermenêutica evidenciada em GIRTON (1986).

## **1.6 Organização da Apresentação do Estudo**

A identificação dessa inércia cultural é o segundo capítulo da primeira parte do nosso trabalho interpretativo, em três momentos fundamentais: de Gilgamesh aos Helenos com o apogeu em Platão e Aristóteles; dos Jogos Olímpicos da antiguidade aos Torneios e Justas da Idade Média; a emergência institucional do desporto e do Olimpismo moderno. O ocidente desportivo seguiu esse rumo e o Karaté Português adere a essa cultura, por vezes pouco compreendida nas contradições que o desporto, como actividade não neutral, assume; mas: “A Culpa não é do Desporto” (ALMADA, 1995).

Por isso mesmo, antes desse protodesporto interpretativo, vamos iniciar na primeira parte por contextualizar o paradigma emergente que traduz o estudo do Desporto num contexto epistémico novo: o da Motricidade Humana. Assumindo a novidade da *Motricidade Desportiva*, o seu estudo implica a *dupla vigilância epistemológica*. Robustece-se o modelo de Desenvolvimento Organizacional de

Gustavo PIRES. Elogia-se a intencionalidade operante (rumo à transcendência) de Manuel SÉRGIO e, na Motrícia Desportiva, afirma-se a institucionalização intencional (dimensão projecto de Gustavo Pires) como grito de solidariedade: estou implicado logo existo (ORTIS-OZÉS). Melhor: “estou implicado na motrícia desportiva, logo existo como desporto”.

Na inércia cultural deixada no momento do primeiro contacto entre Portugal e o Japão, vamos situar a protogeografia do Karaté no terceiro capítulo, caracterizando inicialmente o Japão, num mar da China onde os Portugueses se intrometem permitindo perceber alguns dos rastros deixados para interpretação. No desenvolvimento de uma imagem ocidental de Japão, encontram-se as Ilhas Léquias que, inicialmente em relação tutelar com a China, passam a ser ocupadas pelo clã japonês Satsuma, marcando o início do isolamento externo na unificação construtora do berço do nosso objecto de estudo.

Após este penúltimo capítulo do enquadramento geral é então necessário apresentar a protocultura do Karaté, e aí, *Shaolin* e *Budo* serão interpretados com acuidade lendária, no primeiro caso, e precisão terminológica, no segundo.

A modernidade institucionaliza o Karaté à luz do código oculto da revolução industrial, desde finais do século XIX guardando espaço para, no movimento de expansão mundial e, em especial em Portugal, manter algumas contradições especiais. *Shaolin*, *Bugei*, *Bujutsu* e *Budo*, são as narrativas ideológicas inicialmente legitimantes da prática de Karaté.

Chegados ao enquadramento específico característico da segunda parte, a recolha de dados sobre os traços da institucionalização é feita e apresentada, identificando-se o seu ritmo próprio em Okinawa e no Japão. O mesmo é feito num capítulo referente à Europa e Portugal e, a sua discussão, permite evidenciar aspectos comuns, levando-nos à construção de um modelo de complexificação institucional do Karaté, finalizando com o seu robustecimento na análise do problema Olímpico no Karaté e da situação Federativa em Portugal.

Na parte da investigação empírica de alguns dados de estimulação do modelo em construção, apresentaremos todos os dados recolhidos durante o estudo, em quatro capítulos principais, para caracterizar melhor a interpretação dos *traços de*

*complexificação da institucionalização das comunidades intencionais no Karaté em Portugal.*

As conclusões constituem o primeiro capítulo de finalização do trabalho, seguido da bibliografia e dos anexos.



## **2 ENQUADRAMENTO GERAL**

- 2.1 A Hermenêutica da Motricidade Desportiva**
- 2.2 Proto-Desporto da Motricidade de Combate**
- 2.3 Proto-Geografia do Karaté: Japão, Okinawa e China**
- 2.4 Protocultura do Karaté: Shaolin e Budo**



## 2.1 A Hermenêutica da Motricidade Desportiva

*On Ko Chi Shin*<sup>4</sup>

*Estudar o velho é entender o novo.*

(FUNAKOSHI in: McCARTHY, 2002, p. 6)

*Não podemos deixar que o nosso passado, ainda que glorioso, esbarre o caminho do nosso futuro.*

(C. Handy, 1995, in PIRES, 2005, p. 34)

*Só o contingente é o universal [...]*

(M. SÉRGIO, 2004, p. 48)

### 2.1.1 Introdução

A maior parte das interrogações actuais nas ciências humanas respeitam “a questão das origens e dos fundamentos” (BRAUNSTEIN e PÉPIN, 1999, p. 18). Por isso, questionar as origens e os fundamentos do Desporto é procurar a construção de modelos de gestão mais adequados ao novo espaço institucional que, connosco, emerge “aqui e agora”.

A intencionalidade operante da motricidade humana (SÉRGIO, 1987), no quadro institucional do desporto (PIRES, 1989, 2003, 2005), caracteriza a consciência do sentido de “estar implicado” (ORTIZ-OSÉS, 1995). Na verdade, o hermeneuta Andrés ORTIZ-OSÉS chama a atenção para a questão central das “interpretações do sentido” (ORTIZ-OSÉS, 1995), culminando no elogio do sentido relacional ou relacionista evidenciado nas categorias de co-implicação ou cumplicidade da sua mitologia pós-moderna (ORTIZ-OSÉS, 2001). A tomada de consciência do sentido da mitologia actual na nossa cultura, faz-nos perceber “a divinização do dinheiro como verdade abstracta (capitalismo)”, estando o “seu ritual mais característico [...] representado hoje pelo futebol, síntese do livre jogo individual e do poder trans-individual do dinheiro” (*ibidem*, p. 2).

---

<sup>4</sup> “Há quatro tipos de letras para se expressar graficamente a língua japonesa: o *kanji* (ou ideograma chinês), o *hiragana* (silabário japonês de uso corrente), o *katakana* (silabário japonês empregado na representação de palavras estrangeiras e outros casos especiais) e, por fim, o alfabeto romano” (SAKANE e HINATA, 1986, p. iii). Neste trabalho, utilizaremos usualmente o *hepburn*, ou *hebonshiki* como sistema de romanização da escrita japonesa e que tem algumas regras de pronúncia que seguiremos, excepto quando a utilização da palavra em português se tornou regulamentada (Karaté e Judo, por exemplo, que seriam *karate* e *jûdô*), ou quando a utilização regular na literatura especializada se impôs no sentido da simplificação. Para mais detalhes, ver SAKANE e HINATA, pp. iii e seguintes).

As operações paradigmáticas “penso logo existo”, “sinto logo existo” e “movo-me logo existo”, obtêm, no nosso modelo (FIGUEIREDO, 1996), um quadro referencial institucional mais actual com o “estou implicado logo existo”. É hoje tempo de integração do pensar, sentir e agir do indivíduo co-implicado culturalmente.

Assim sendo, às origens e aos fundamentos do Desporto como procura transversal das ciências humanas, junta-se a eterna pergunta humana sobre o seu sentido. Mais do que o lado operacional na motricidade humana, que é o lado motor expresso em contexto desportivo propriamente dito, temos o seu sentido intencional que nos intriga fundamente. Trata-se de captar o sentido latente, o não expressado na acção motora, o não feito. Trata-se de olhar para o acto motor como conduta *motricia* que integra o “motor” e o “não motor”, estando o motor para a mobilidade como o motricio está para a motricidade. Também nós nos juntamos a Eugenia TRIGO, na “criação do termo ‘MOTRÍCIO/A’ para adjectivar a motricidade” (1999, p. 104).

No entanto, é preciso não se confundir a categoria da intencionalidade inerente à interpretação da *conduta motricia* como pressuposto de que a motricidade depende exclusivamente da vontade do seu agente. Assumindo o postulado evidenciado por Gaston BOUTHOU (1966, p. 15) de que a “qualquer ciência do homem [...] se reserva o direito de compreender os fenómenos melhor do que aqueles que os vivem”, numa atitude cientificamente vigilante portanto, devemos-nos interrogar constantemente “se uma realidade mais profunda não se esconde sob as aparências imediatas”.

É assim que o conceito de *acção motricia*<sup>5</sup>, “numa perspectiva de acção-fenómeno, de acção-sistema” (PARLEBAS, 1999, p. 38), emerge como integrador do conceito de *conduta motricia*, símbolo do ponto de vista do sujeito em acção.

Este capítulo inicial procurará situar as bases programáticas, num exercício de autoconsciência conceptual interpretativa, como num pensamento, sentimento e movimento “entre dois”: entre uma dimensão calculativa e uma dimensão meditativa – inspirados no percurso de GIRTON (1986, p. 82), na esteira de Heidegger, para a analogia entre o pensamento e o movimento.

---

<sup>5</sup> “Acção” com Paul RICOEUR (orig: 1977, 1988) e o seu Discurso da Acção. “Motricia” com Manuel SÉRGIO explicitado em Eugénia TRIGO (1999).

Para interpretar esse sentido intencional, vamos utilizar alguns pressupostos de uma hermenêutica da motricidade humana, com Manuel SÉRGIO, em contexto desportivo concreto, com Gustavo PIRES.

### **2.1.2 A Fluxo-Consciência**

A consciência humana sobre a vida e a morte traduzem os seus níveis de interpretação sobre a mudança (a sua própria, a dos outros e em tudo o que o rodeia). Por isso, a acção consciente do Homem sobre si, sobre os outros e sobre o mundo é reflexo dos modelos que desenvolve sobre o pensar e o sentir no agir, e a sua contextualização intencional traduz-se em normas, valores e símbolos concretos.

A natureza *biopsicosocial* do ser humano torna-se visível nas consequências das suas acções que, quando intencionais, pressupõem consciência intencional. Porque os outros são valorizados na sua liberdade e procura de bem social comum, a dimensão axiológica assume relevância nas instituições que se vão criando, desenvolvendo e morrendo, num mundo humano civilizacional em mudança difícil de fotografar pelos limites do ângulo que se escolhe, e dos instrumentos que se assumem.

A organização prática do social humano institucionaliza, em maior ou menor grau, as normas, os valores e os símbolos, no contexto do concreto em que se actua intra, inter e trans-individualmente.

Sem dúvida que a percepção do eu-nós-mundo é um momento fulcral do homem no encontro dos seus limites. Se a *pena* representou a organização do pensamento sobre esse mundo-nós-eu, a *espada* e o *escudo* representaram a acção organizada no nós-eu-mundo-eu-nós. Podem mudar os instrumentos de acção organizada (a espada, o arco, a espingarda... o cavalo, o carro, o barco, o avião, a nave... etc.); podem mudar os instrumentos de organização do pensamento (a pedra, o ferro, o carvão, o pincel, a pena, a caneta, o teclado, etc.); podem mudar também os instrumentos de organização da percepção humana sobre o mundo (o eu, a mãe, a família, o grupo, a horda, a escola, a equipa, o clube, o partido, a seita, a religião, a comunidade, o país, etc.) – que se mantém o espaço humano nas operações existenciais da construção do seu pensar (futuro), sentir (passado) e agir (presente).

É a intencionalidade humana de modelação da percepção da informação que modela a sua instrumentalização.

Obviamente que a tecnologia de disponibilização da informação, quando coerente com os modelos da sua organização (quadros de referência), se afirma como força de primeira ordem ao serviço da educação individual em grupo. Essa informação do mundo, em fluxo constante, pronta para a respectiva apreensão e organização pessoal significativa (força centrípeta), transforma-se, assim, em conhecimento pessoal (força interior), sendo este a base fundamental da competência, ou seja, da acção concreta intencional sobre o mundo (força centrífuga), sendo o mundo exterior em mudança aquilo a que poderemos denominar a força exterior. A mudança constante, com ciclos difíceis de identificar sem referenciais que também em ciclos próprios de mudança, é análoga à do ciclo respiratório do ponto de vista ventilatório. Entre inspiração e expiração nos seus ritmos próprios, os momentos de pausa, maiores ou menores, não indicam a qualidade de todos os fenómenos químicos e biológicos envolvidos, mas com eles se relacionam numa influência mútua difícil de separar dos estados da alma de que se vive e respira. Isto porque uma emoção despoleta uma cadeia de acções fisiológicas cardio-respiratórias tal como uma acção, num “como se” que ao “sinto logo existo” pouco importa.

Pensar foi a operação que, nesse fluxo energético de mudança, DESCARTES isolou como âmago primordial de prova suficiente de uma consciência individual existencial humana, assumindo, pressupomos hoje, o movimento do fluxo energético da existência no que julgamos ser a distinção da condição humana frente à existência que, não pensante, só assumirá consciência em nós próprios.

Mas a separação abissal entre corpo não pensante e espírito pensante foi o foco derradeiro de um dualismo importante na nascitura ciência moderna, leia-se, ciência feita pelo espírito pensante sobre a natureza não pensante, e assim, ciência da objectividade material.

Por isso DAMÁSIO (1995) interpreta um hedónico “sinto logo existo” que reflecte exactamente o “faz de conta” existencial paradigmático na operação de sonho. O homem estrutura-se também emocionalmente no “real” existencial e mesmo no “não real” como se real. As sensações e as emoções tocam-se no fundamento da existência como grito contra a mentira do exclusivismo existencial do pensar.

Obviamente que o “movo-me logo existo” elogiados por SÉRGIO (1987) integram o sentir e o pensar humano (FIGUEIREDO, 1996). Mover-se intencionalmente reflecte o presente aqui e agora, numa ligação do passado-presente percebido, construído no sentir real e emocional, com o presente-futuro pensado no projecto vida. Agir intencionalmente é agir centrifugamente com pensar e centripetamente com sentir, pelo que o presente dinâmico (mudança), característica da existência, é influenciável pela participação activa de cada sujeito, de cada comunidade e a gestão desses fluxos de energia podem fazer direccionar o fluxo energético para caminhos mais rentáveis ao ritmo particular de um momento no conjunto.

É interessante que o modelo de “sopro de vida”, como criação de uma corrente de fluxos de Deus ao barro corpóreo surge na segunda narrativa bíblica da criação: “Deus modelou o homem com a argila do solo, soprou-lhe nas narinas um sopro de vida, e o homem tornou-se um ser vivente”<sup>6</sup>.

Por isso mesmo, olhar e conceber o sistema aberto ou fechado é, fundamentalmente modelar o fluxo de energia entre sistemas, interpretando o ritmo no espaço referenciado.

A abordagem sistémica e macroscópica ao fenómeno educativo e desportivo como sistemas abertos tem sido importante desde os anos 70. Metaforicamente tal modelação advém do bio mais visível, especificamente nas células e organismos particulares. No entanto, este modelo de sistema aberto não corresponde à visão complexa de *sistema sócio-cultural*, já que falamos de comunidades humanas determinadas por normas, valores e símbolos, para os quais se necessita de uma teoria dos sistemas culturais (BERTALANFFY, 1977, p. 51). Na falta desta, a teoria geral dos sistemas vai-nos auxiliando, e, de forma mais visível, as noções de abertura e complexidade são o primeiro elogio a reter no modelo mais simplificado de *sistema aberto* (ROSNAY, 1977, pp. 85-89), tornando-se por isso interessante a utilização dos *macroscópios* já que estamos no domínio dos *infinitamente complexos* (*ibidem*, p. 10), o que significa também, uma certa mudança de perspectiva.

Pensar no *Sistema Desportivo* como um todo aglomerador do fenómeno desportivo em Portugal, traduz a ideia de “interacção dinâmica” entre os “elementos” do fenómeno desportivo, assim como traduz a ideia de “objectivo”, em coerência com a

---

<sup>6</sup> Génesis: 2,7.

definição de Joel de ROSNAY há cerca de trinta anos (*ibidem* p. 85) ou do tipo de “finalidade” (teleologia), conforme sugestões de Ludwig BERTALANFFY (1977, pp. 111-114).

### 2.1.3 A (Sobre)Vivência Comunitária Educativa

Com LABORIT (1971) consideramos a “revolução neolítica”<sup>7</sup> como marco evolutivo fundamental e nunca posteriormente igualado. O Homem tornou-se pastor e agricultor. A partir daí, os *valores*<sup>8</sup> sociais iniciaram o desenvolvimento que fundamentou a vida humana até hoje<sup>9</sup>. O Homem assume assim a sua natureza comunitária, onde se pretende elogiar a característica educadora. Transcendem-se, assim, os traços adaptáveis de combate do paleolítico estudados por HAYES (1998) na sua “fenomenologia do combate” (p. 1).

A educação permite alargar os limites individuais aos limites comunitários e, quanto maior a qualidade comunitária, maior a qualidade individual porque aquela e esta não são, desde que nos conhecemos, indissociáveis. Foi assim que se fundou a *cidade*<sup>10</sup>. Esta fundação institucionaliza o sentido da cumplicidade evidenciada por ORTIZ-OSÉS (s.d.): “sou cúmplice, logo existo”. No entanto, muitos de nós perdem a oportunidade de aprenderem a ser cúmplices nas tarefas da cidade, pelo afastamento com que nos convidam a ter das decisões políticas concretas, já que tudo nos surge sem qualquer participação concreta... Só quando isso deixa de acontecer é que a consciência real da importância de estar implicado surge.

A cidade, possível pelo sedentarismo provocado pela invenção da agricultura cujos indícios se notam na mesopotâmia em 7000 a.C., e na Ásia entre 2000 a 1500 a.C., permite a institucionalização mais robusta dos aspectos sociais deixando, assim, traços mais profundos como a escrita.

---

<sup>7</sup> Que TEILHARD DE CHARDIN (1947, trad: 1970) denomina deliciosamente como Metamorfose Neolítica (p. 216).

<sup>8</sup> “Automatismos resultantes da vida em sociedade” (LABORIT, orig:1971, p. 90).

<sup>9</sup> Sílvio Lima evidenciava várias vezes isso mesmo ao afirmar que o homem era uma unidade bio-psico-sócio-axiológica. Queria elogiar a natureza axiológica do desenvolvimento humano.

<sup>10</sup> Para PLATÃO (428-347 a.C.) “uma cidade tem a sua origem [...] no facto de cada um de nós não ser auto-suficiente, mas sim necessitado de muita coisa [...]. Assim, portanto, um homem toma outro para uma necessidade, e outro ainda para outra, e, como precisam de muita coisa, reúnem numa só habitação companheiros e ajudantes. A essa associação pusemos o nome de cidade [...]” (*República*, 369b-c).

Não se trata, portanto, de compreender que a aprendizagem humana é natural e que acontece por efeito das condições genéticas deixadas ao sabor da natureza regular. O complemento humano para a natureza prende-se com a transmissão das maneiras de pensar, sentir e agir que, apreendidas, vinculam o potencial genético a direcções que continuamos a tentar compreender e explicar.

A novidade na sociedade actual prende-se com a maior riqueza dos canais de comunicação horizontais (sincronia da “aldeia global”) em relação à vertical (diacronia da tradição). LÉVI-STRAUSS (1986, p. 376) constata que “de ora em diante, cada geração comunica com todos os seus membros com muito mais facilidade do que com a que a precede ou se lhe segue”.

Para aquele autor, é notório que a família moderna vem perdendo o protagonismo do passado no alargamento dos horizontes individuais, tal como a comunidade restrita à cidade o perde também. Por outro lado, as razões porque algumas instituições não consegue competir com outras formas de educação através dos métodos tradicionais, deve-se, na sua opinião, ao facto do contexto social, cultural e económico se ter alterado e não porque os métodos tradicionais sejam “maus”.

Como evidenciou CORREIA (2000, p. 50), “entender as organizações como culturas é abandonar a ideia de que a organização tem uma cultura e vê-la como sendo uma cultura” modelando-a como *realidade social* que supera o modelo de realidade física e económica.

Assim, é inconcebível a ideia estática de desenvolvimento cultural, como se a cultura fosse um “pacote” de energia fechado a introduzir no seio de uma pessoa, de um grupo, de uma organização. Também não parece aceitável a ideia de neutralidade da educação institucionalizada<sup>11</sup> e a facilidade com que o conceito de *cultura organizacional* se impôs e consolidou junto dos especialistas e do público em geral deve ter a ver com a facilidade com que todo o adulto normal percebe a sua própria natureza sistémica e inter-relacional. Todos nós percebemos que a cultura individual que vamos desenvolvendo é uma configuração de sub-culturas circunstancialmente influenciadas e influenciadoras da nossa própria vida.

---

<sup>11</sup> Como realça António DAMÁSIO (1995, p. 190), pode haver efeitos mais ou menos dramáticos de uma “cultura doentia” sobre um sistema de raciocínio adulto normal; como exemplos realça os anos 30 e 40 na Alemanha e na União Soviética, a Revolução Cultural na China e o regime Pol Pot no Camboja. Por outro lado, há escolas que fazem a diferença não pela sistemática insistência na escola instituição (MENDES, Nelson, 1977, contra-capá), mas sim pela sua peculiar cultura organizacional.

É a energia fruto da cultura organizacional que vai construindo o emergir, o funcionar e o desgaste das instituições. Por exemplo, por detrás da instituição escola (e mesmo clube) está uma energia particular. A palavra escola vem do grego “scolé” que significa ócio. O espaço escolar institucional tem então nos seus primórdios “o espaço e tempo para dedicar ao gratuito, ao pensar, à arte, à filosofia, ao passeio, à religião, ao desporto. Assim o entendia Aristóteles. O resto que sobrava seria, então, para o neg-ócio, para as práticas baixas e pragmáticas, mas úteis à sobrevivência” (MAGALHÃES, 2003, p. 168).

Era no Ginásio que se educava institucionalmente o Homem nas suas diferentes facetas. Assim, os clubes, associações e federações, tal como as escolas e agrupamentos escolares são espaços institucionais modernos de referência educativa, vinculados também ao ócio educativo com vínculos notórios às ordens aristocráticas medievais.

Como é óbvio, hoje pede-se mais ao clube-escola. Em analogia do que se pede à instituição formal a que chamamos escola<sup>12</sup>, também ao clube pede-se hoje que assuma diferentes figuras: clube-escola-enquanto-família com a diluição afectiva no *clan* familiar; clube-escola-enquanto-empresa onde pode imperar a tecnocratização do gestor; a clube-escola-burocrático, prudente na aplicação das regras com o conservantismo do funcionário; enfim, a clube-escola-inovador com o vedetismo quase-mediático do inovador.

Mas a inovação que pretendemos estudar não se situa, no essencial, nem ao nível *macro* da organização formal das instituições, nem ao nível *micro* da sala do clube-escola. “É este *entre dois* que importa agarrar enquanto espaço possível de inovação” (NÓVOA, 1988, p. 7). Há, portanto, um elogio claro à natureza organizacional da realidade institucional capaz de inovar, ou seja: há um elogio à matriz da co-implicação intencional.

Hoje, mais do que um gestor culturalmente especializado, necessitamos de um *gestor trans-cultural*<sup>13</sup>. Não só tem que ser um técnico exímio na transmissão de saberes

---

<sup>12</sup> Aqui inspirados no discurso de Jorge Correia JESUÍNO ao prefaciá-la obra de Rui GOMES (1993).

<sup>13</sup> Este termo identifica claramente a episteme hodierna: a cultura deixa a sua predominância vertical e diacrónica (transmissão e desenvolvimento de geração em geração) e integra uma predominância horizontal e sincrónica (transmissão e desenvolvimento na mesma geração). O risco será a perda da diversidade... Por outro lado, torna-se evidente como esses dois eixos, de um modelo que desenvolveremos mais à frente, assumem relevância interpretativa do macro ao micro. É a evidência do mesoscópio com a criação de um “eixo” transversal (circular). Esse modelo será desenvolvido ao longo do trabalho.

e saberes-fazer, mas, para o ser realmente, tem que perceber os novos contextos culturais em que os indivíduos se vão situando, o que tem a ver com competências crítico-reflexivas (NÓVOA, 1989, p. 68), ou seja, competências hermenêuticas.

Quanto a nós, o espaço para o movimento inovador nas organizações é a resposta à consciência de que o acto de gestão nas organizações é essencialmente de responsabilidade individual. Os níveis institucional, comunitário e de envolvimento em organizações educativas do ócio (HUBERMAN, 1973, p. 86) são por nós vistos como níveis complexos, mas sempre de origem e finalidade individual. Face à heterogeneidade e complexidade inter-individual, criamos modelos necessários às nossas limitações circunstanciais na compreensão dos fenómenos biopsicossociais, identificando assim subprodutos organizacionais mais operacionalmente visíveis, passando do micro para o macro, por vezes em exagerada analogia. Esse exagero leva a que o indivíduo se sinta desresponsabilizado face à responsabilização de uma unidade organizacional em abstracto, sem esforço por não esquecer que as relações inter-individuais elogiam os papéis dos diferentes indivíduos dessa unidade organizacional.

Como diria ORTIZ-OSÉS, “estou implicado, logo sou”, depois de salientar a categoria pós-moderna da cumplicidade. O afastamento individual da cumplicidade organizacional é, sem dúvida, um problema de gestão. Mas será esse afastamento hoje mais distante que os conflitos com que sempre nos debruçamos culturalmente: o bem individual e o bem comum?

Diogo do COUTO (1542-1616) foi daqueles personagens portugueses que, no Oriente do sonho mais distante, escreveu sobre os feitos alheios e deu matéria para que se escrevesse sobre os seus próprios, compondo e lutando, manejando a História com a pena e a espada (*Historiam calamo tractat, et arma manu*). Além da continuação das *Décadas* de João de BARROS, o seu livro *O Soldado Prático* é uma lúcida crítica atemporal aos excessos descuidados no mundo institucional por homens criados. Mais uma vez a lição parece ser a dos ciclos das instituições, cujas personagens, ao começarem a sua empresa, gritam com CAMÕES<sup>14</sup>:

*Cesse tudo o que a Musa antiga canta,  
Que outro valor mais alto se alevanta (Canto I, 3).*

---

<sup>14</sup> Diogo do Couto foi amigo de Camões. Reis Brasil que aqui parafraseamos, faz uma excelente nota introdutória do *Soldado Prático* com cuja leitura nos cruzámos durante esta investigação, onde releva tal amizade e sintonia: “É preciso ler Camões e Couto...” p. 13.

E ao finalizarem tal empresa gemem:

*O favor com que mais se acende o engenho,  
Não no dá a Pátria, não, que está metida  
No gosto da cobiça e na rudeza  
Duma austera, apagada e vil tristeza (Canto X, 145).*

A organização institucional humana é fruto da intra-individualidade, da inter-individualidade e da trans-individualidade numa verticalidade e horizontalidade biopsicossocial interpretadas hermeneuticamente por uma transversalidade explicável e compreensível do pensar, sentir e agir expresso nas normas, valores e símbolos que respondem às necessidades, motivações e aspirações do homem que quer intencionalmente o mais humano.

O combate desenvolvimentista é contra a ignorância, pois ela é base de manipulações menos felizes da intencionalidade centrípeta. Há que informar contextualmente os caminhos centrífugos e centrípetos para que essa intencionalidade opere em crescimento autónomo em benefícios comuns em todos os quadros da organização.

Os equilíbrios e desequilíbrios são sistémicos e é difícil identificar um sistema externo neutral referenciador da natureza do estado de outro sistema objecto de análise. Não são só os gestores de topo quem necessitam de maior estimulação para gerir a mudança e nela intervirem com inovação. Quer os quadros intermédios quer os de base estão implicados sistemicamente no pensar, sentir e agir a inovação da organização onde se encontram implicados e a liderança passa exactamente por essa função.

É necessário instrumentalizar esses quadros de *mesoscópios* equipados com a opção “melhoria contínua” (IMAI, 1986, p. 3; 1997, p. 1), que em japonês se denomina Kaizen (改善), expressão usada em gestão, no sentido da melhoria gradual, mas contínua, vista durante as décadas de 80 e 90 como o segredo do sucesso industrial japonês.

Trata-se de uma filosofia de fundo no processo de mudança organizacional, mais aeróbia que anaeróbia, orientada mais para as pessoas do que para a tecnologia, e assim, baseada na habilidade e no saber convencional de todas as pessoas intervenientes mais do que dependente dos rompantes tecnológicos e das novas inovações de alguns

especialistas de elite, assumindo ritmos de pequenos passos e não grandes saltos, claramente adequada a situações económicas de crescimento lento (IMAI, 1986, p. 24).



**Fig. 2 - Kaizen – Kanji de Yuko Parker<sup>15</sup>**

É nesse pano de fundo mais virado para o processo do que para o resultado que poderão surgir os tão elogiados e procurados movimentos inovadores, mais visíveis mas raros, funcionalmente importantes para as situações económicas de crescimento rápido, onde a tecnologia deve assumir o seu papel operacional da intenção humana mais virada para o resultado.

Diluída no tecido completo da instituição, como que virada para si própria, numa atitude de locus de controlo interno focada nos pontos fortes e fracos, esta atitude completa a do locus de controlo externo, que assume o sentido especializado dos analisadores às oportunidades e ameaças.

É na instituição, fruto da força intencional social, e na sua análise, que reside o estudo do humano que aqui iniciamos, e o seu contexto cultural é o do Desporto com uma proto-função que descortinaremos no capítulo seguinte, focados, essencialmente, pelo Karaté em estudo, no movimento relativo ao dos Desportos de Combate, mas não só.

## **2.1.4 O Contexto Desporto**

### ***2.1.4.1 Como Facto Social***

Se o Desporto é um *Facto Social* (DURKHEIM, 1895), é também um *Fenómeno Social Total* (MAUSS, 1950; GURVICH, 1968) explicável e compreensível à luz da ciência.

---

<sup>15</sup> <<http://cee.citadel.edu/other/Kaizen%20-%20Our%20new%20Motto.htm>> [Consulta 2005-07-05].

Como facto social, encerra um conjunto de “maneiras de agir, pensar e de sentir” (DURKHEIM, 1895, p. 30) que, com “uma existência própria, independente das suas manifestações individuais”, exercem “uma coerção exterior sobre o indivíduo” (*ibidem*, p. 39), seja ele agente desportivo directo ou não. Os grupos ou organizações no desporto são entidades identificáveis, com uma existência própria, para além dos indivíduos que as integram.

Se DURKHEIM considerou a realidade social como uma realidade específica e irreduzível a qualquer outra, MAUSS desenvolve a ideia de que “os factos sociais são fenómenos totais, cujos diferentes aspectos perdem o seu sentido logo que os isolamos”, negando assim a “nefasta teoria do ‘factor predominante’” (GURVITCH, 1968, p. 72). As teorias unilaterais ou as teorias dos factores predominantes consistem em se escolher, entre as causas ou os motivos de fenómenos sociais, um que se promova à categoria de causa universal.

O grupo, a equipa, o clube, a associação, a federação, a confederação, enfim, a instituição identificável num desporto organizado, dá, por um lado, sentido completo ao Desporto como fenómeno social total, mas necessita, por outro lado, de ser estudada nos limites da sua totalidade: como modalidades desportivas concretas.

É dos grupos de praticantes e competidores de cada uma as múltiplas modalidades que as instituições surgem e se desenvolvem. A política desportiva mais ligada ao Estado olha para a diversidade e encontra o factor predominante, de forma a poder melhor gerir essa diversidade, criando estruturas “macro” de gestão do Desporto.

O próprio Desporto complexifica-se epistemicamente na sociedade em que se desenvolve. Nesse sentido, como toda a cultura refere parcialmente o mundo do Homem, a interpretação dos modelos próprios de diferentes culturas ajuda-nos a encontrar modelos mais adequados para o humano hodierno: trans-cultural; trans-parcial. Se hoje o Desporto dá lições à liderança no mundo dos negócios como uma rica metáfora de exame (WESTERBEEK, 2005), sem dúvida que a sua globalização não deixa de ter em conta a sua natureza cultural essencial (*idem*, 2003). É também nessa característica que a globalização toma sentido: as diferentes culturas de partida têm uma intencionalidade comunicacional no mesmo espaço hoje cada vez mais global.

Foi o elogio da “natureza anti-neutral da Educação Física e do Desporto” que se tornou “a essência das problematizações actuais nestes domínios de actividade e, pelo seu enquadramento epistémico, também na cultura contemporânea onde se inclui a concepção científica moderna emergente dos séculos XVII e XVIII, consolidada com o positivismo do século XIX” (FIGUEIREDO, 1996, p. 58).

#### **2.1.4.2 Paradigma Cartesiano: Pensar é existir**

Nesse percurso, não podemos deixar de evidenciar a operação epistémica da modernidade, culminando com a expressão cartesiana *Penso, logo existo* (DESCARTES, 1636, p. 28), onde se releva a separação entre *mente* (coisa pensante) e *corpo* (coisa não pensante).

Na verdade a perspectiva dualista de Anaximandro<sup>16</sup> e de Heraclito<sup>17</sup> de Éfeso, perante a percepção da mudança constante, do “devir”, fazem assentar essa mudança e o progresso na luta (JORDÃO, 1977, p. 117): “a verdadeira unidade está na luta dos contrários, afirmando cada uma a sua posição, conseguindo assim uma harmonia”. Emerge, no primeiro caso, a imaterialidade do “arkhé”, algo infinito, indefinido, ilimitado ou indeterminado que, se para Anaxímenes era o “ar” e para Tales era a “água”, em Heraclito é o “Fogo”: éter divino, assume a base da constituição do mundo, o “Logos”, o “Verbo”. Estão, portanto, para lá do dualismo; são a sua essência, a sua “Razão”.

Com DESCARTES, o dualismo como pano de fundo da ciência moderna anti-neutraliza-se e uma das partes assume relevância maior, o que muda a perspectiva. Atribuindo mais relevância subjectiva a uma das partes, assumindo-a como fundamento último, o pensar e a razão assumem a liderança sob a *res extensa*. É esse movimento de afastamento subjectivo de uma parte essencial do ser, em relação à outra que se afirma como “dualismo cartesiano”. Trata-se, portanto, de um dualismo radical, onde o ser humano é essencialmente *res cogitans*, embora sujeito a uma reunião com o corpo, *res extensa*.

---

<sup>16</sup> O mais filósofo dos três pioneiros da escola de Mileto (JORDÃO, 1977, p. 116).

<sup>17</sup> O maior expoente da escola jónica: “Foram os primeiros a passar da consideração da origem do facto do mundo para investigar sobre o seu fundamento último” (JORDÃO, 1977, p. 117).

A partir de então, o Homem “tem” um corpo, nascendo assim o *corpo-objecto* que, de qualquer forma, se torna um centro incontornável da curiosidade científica, dele se apoderando. Áreas científicas como a anátomo-fisiologia são berço da medicina moderna elogiando, pois essa qualificação material do *corpo-objecto* e dela se apoderando.

### **2.1.4.3 O Corpo Especializado**

Nelson MENDES em muitas partes das suas obras evidencia o sujeito na sua totalidade: “*A criança é o seu corpo. O corpo também é gente*” (1977, p. 392).

António DAMÁSIO (trad: 1995) afirma que o corpo “contribui com um *conteúdo* essencial para o funcionamento da mente normal.” (p. 234) e evidencia a unicidade corpo-cérebro, embora sugerindo que a mente surge da actividade de circuitos neuronais<sup>18</sup>, clarifica que “só poderá haver uma mente normal se esses circuitos contiverem representações básicas do organismo e se continuarem a representar os novos estados do organismo em acção” (pp. 233-234). Para compreensão satisfatória do “modo como o cérebro cria a mente e comportamento humanos, é necessário considerar o seu contexto social e cultural.” (p. 265).

Saliente-se o primado que DAMÁSIO dá ao corpo, tanto do ponto de vista filogenético como ontogenético, mais do ponto de vista *espacial* do que temporal: a representação do mundo exterior depende primordialmente da sensibilidade do corpo nesse espaço, enquanto se move e não move. Daí, surge-nos a ideia operacional comum à intervenção de que somos protagonistas na Motricidade Humana: a gestão do movimento<sup>19</sup>.

Na verdade, o estar-no-mundo é um estar especializado. O movimento faz entender-nos a diferença entre o aqui e o além. Maurice MERLEAU-PONTY (1945, p. 491) diz-nos que “o mundo é inseparável do sujeito”. Assim, aprender e apreender o espaço tem a significação inerente à realização pessoal, pois que o estar especializado é específico de um ser essencialmente relacional.

---

<sup>18</sup> Mais à frente Damásio refere: “Naturalmente que gostaria de poder afirmar que sabemos com certeza como é que o cérebro cria a mente, mas não o posso fazer - e receio bem que ninguém possa” (p. 262).

<sup>19</sup> Gerir o movimento pode ter a ver com a gestão da ausência do movimento. A motricidade qualifica a intencionalidade subjectiva na relação corpo/espaço.

Este conceito de estar espacializado é um conceito precoce na filosofia moderna japonesa. O filósofo Japonês Yasuo YUASA (1987), evidencia como a filosofia de Tetsuro Watsuji (1889-1960) denomina a sua ética como “a ciência da pessoa”, sendo o conceito pessoa que se romaniza como *ningen* (人間)<sup>20</sup> literalmente “entre homem e homem”. “Viver como pessoa, significa, no caso presente, existir nesse estado entre”, o que caracteriza claramente os modelos japoneses de comportamento e de pensamento em que o significado social é fundante, assumindo a existência no espaço o facto e o significado primordial da existência do ser humano (YUASA, 1987, p. 37-38). Essa existência é definida num espaço determinado, num *lugar* que a tradução inglesa do livro de YUASA manteve, pela falta de termo próprio para *basho* (場所)<sup>21</sup>, a sua romanização japonesa (*ibidem*). Interessante notar como Watsuji identifica o limite da temporalidade do ser em Heidegger porque os seus limites, disse-nos aquele sobre este, restringem-se ao individual. Em complemento: “eu existo no meu corpo, ocupando o *basho* [lugar] espacial aqui e agora” (*ibidem*, p. 39).

Um pouco mais operacionalmente, nas artes marciais *budo*<sup>22</sup>, os diferentes espaços relativizam a distância (*maai*) subjectivada pela sua percepção (*yomi*) onde a intencionalidade qualifica o movimento em ritmos (*yoshi*) próprios.

Mas não foi esse o caminho da modernidade no Ocidente mais individual, mais pensante, mais conceptualmente histórico-temporal. Pensar é acima de tudo projectar-se no futuro que ainda não é mas poderá ser se se agir em conformidade.

*No mundo Ocidental a primeira razão para o uso do Walkman é a audição da música sem ser incomodado. O co-fundador da corporação japonesa Sony, no entanto, projectou o Walkman como um meio de ouvir música sem incomodar os outros (WESTERBEEK, 2003, 178).*

Este exemplo esclarece que realmente não podemos deixar de pensar culturalmente como seres humanos, o que cria o *paradoxo global* (*ibidem*, p. 172), corroborando a ideia de que “globalização” não será sinónimo de “homogeneização” já que embora “todas as pessoas sejam confrontadas com problemas similares, é a sua

---

<sup>20</sup> *Nin* significa “ser humano”, “homem”, “pessoa” < <http://kanji.free.fr/kanji.php?unicode=4EBA>> e *ken* significa “intervalo”, “espaço”, “duração” <<http://kanji.free.fr/kanji.php?unicode=9593>>. [Consulta 2005-08-10].

<sup>21</sup> *Ba* significa “lugar”, “local”, “sítio” < <http://kanji.free.fr/kanji.php?unicode=5834>>, e *sho*, significa “lugar”, “local” < <http://kanji.free.fr/kanji.php?unicode=6240>>. [Consulta 2005-08-10].

<sup>22</sup> Aprofundaremos mais os níveis institucionais dos *budo*, no local próprio neste estudo.

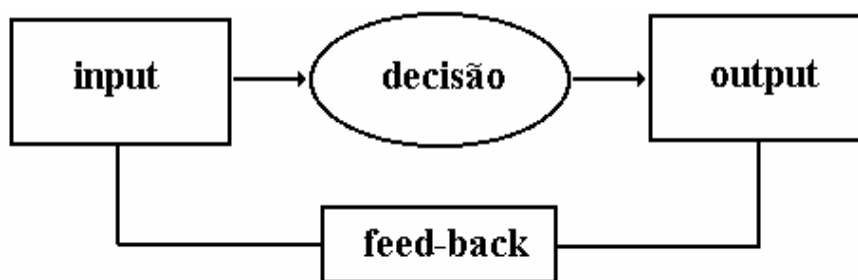
cultura que determina como é que esses problemas vão ser resolvidos” (*ibidem*, pp. 176-177).

Vejamos como isso leva a um modelo interpretativo dissonante e fundamentalmente arritmico, já que o espaço percorrido na análise fragmentar da operação isolada, fecha o subsistema num *cronos* descontextualizado, ou seja, retira-lhe a essência inter-espacial, que é a essência da referência sistémica.

#### 2.1.4.4 *Metáforas do Erro de Descartes*

António DAMÁSIO, na esteira de outros autores, identifica o “erro de Descartes” na separação abissal entre o corpo e a mente. E o erro de Descartes leva a uma certa metaforização do “homem computador” ou ainda de uma “hierarquia natural”, para dar dois exemplos perfeitamente infiltrados epistemicamente no Desporto actual.

A metáfora anti-sistémica assume como possível a separação de fases diversas no modelo de comportamento humano, como se fosse possível “pensar” (decisão) deixando de sentir (*input*) ou agir (*output*), ou agir deixando nesse “tempo” de pensar e sentir. Mais mesoscopicamente seria como se numa organização uns pensassem sem sentir e agir, outros agissem sem pensar por eles, etc.



**Fig. 3 - Metáfora do Homem Computador**

A filosofia de Kitaro Nishida (1870-1945), onde a teoria de “acção intuitiva”, que costuma ser também traduzida como “intuição activa”, é definida como “actuar baseado na intuição” (YUASA, 1987, p. 50), liga centripetamente o corpo ao mundo pela intuição e liga-o centrifugamente pela acção. Mais uma vez a consciência do espaço é primordial enquanto em Heidegger é a consciência do tempo.

Com Descartes, o pensar sobrevalorizou-se em relação do corpo que sente e age. Quer isto simbolizar que o futuro se destacou temporalmente do passado (memória do sentir) e do presente (agir). Se introduzirmos assim o conceito primordial de tempo futuro, é a projecção intencional que se estrutura como pensar. No entanto, se o conceito primordial for o espaço, significa que o tempo é apenas e só o ritmo das acções intra, inter e trans espaciais, como que trocando energia pela acção e pela percepção que, quando intencionais, incluem necessariamente a evidência do pensar.

A visão das pessoas na sua totalidade, nas respectivas funções onde a mudança emerge ao seu nível próprio de competências e vivências, suporta a imagem de gerir a mudança organizacional com todas as pessoas a pensar, sentir e agir, tal como na perspectiva Kaizen já referida.

Um outro exemplo claro da penetração “instrumental” daquela concepção anti-sistémica afirma-se como se houvesse um gradiente de percurso das *res extensa* para a *res cogitas* nos modelos de ensino e treino.

Tal como evidenciámos em 1996 (FIGUEIREDO, 1996), para Tudor BOMPA, existem cinco factores fundamentais no treino: físico, técnico, tático, psicológico e teórico. Inicialmente, aquele autor não deixou de elogiar a seguinte ordem:

*A preparação física e técnica representam a base sobre a qual a prestação desportiva é construída. À medida que o atleta vai adquirindo uma técnica mais aperfeiçoada, vai-se enfatizando a preparação tática. E quando a preparação tática estiver adquirida, o atleta deve enfatizar a preparação psicológica (BOMPA, 1990, p. 51).*



**Fig. 4 - Factores de Treino de T. BOMPA (1999)**

Assumia-se ali, claramente, “uma relação corporalmente centrífuga ou, melhor ainda, *espiritualmente centrípeta*, continuando a emergir do dualismo corpo-espírito em que o primeiro serve para qualificar o segundo” (FIGUEIREDO, 1996, p. 61).

Hoje esse modelo de subida qualitativa, da *res extensa*, para a *res cogitas*, já não existe na edição mais actualizada da sua obra (BOMPA, 1999). Evidentemente que daquela forma expunha as dificuldades reais de aplicação metodológica no treino, já que, o exercício<sup>23</sup> surge como dinamizador, de uma só vez, de todos os factores ali descritos.

#### **2.1.4.5 A Gestão Integrada dos Factores de Treino**

Para nós (FIGUEIREDO, 1996, p. 63), aqueles factores de treino são, antes de mais, condicionantes a gerir em qualquer momento do treino (porque nunca se deixa de ser Homem). Essas condicionantes são a natureza dos Factores de Treino assumidos com BOMPA (1990, 1999) e na sua esteira, com CASTELO *et al.* (1996).



**Fig. 5 - Natureza dos Factores de Treino**

O “Treino Físico” estrutura-se em tarefas / exercícios cuja natureza, estimulando sempre a totalidade humana, tem a intencionalidade estrutural de manifestar coerência e controlo ao nível das condicionantes bioenergéticas (ou bioquímicas) onde o ATP assume relevância na transformação da energia química em mecânica. Qualidades como a força, a resistência, a flexibilidade e a velocidade assumem o seu papel condicional,

---

<sup>23</sup> Como instrumento metodológico fundamentador do treino na Educação Física e no Desporto é encarado como o conjunto ordenado de estímulos orientados intencionalmente, visando essencialmente obter respostas supercompensatórias baseadas na capacidade adaptativa do ponto de vista bio-psico-social.

num modelo de intervenção intencional na organização das tarefas de treino, levando a tomadas de decisão sobre a gestão da carga de treino ao nível do volume, da intensidade, da complexidade e densidade. O “Treino Técnico” estrutura-se prioritariamente no controlo da estimulação das condicionantes biomecânicas. O “Treino Tático” fá-lo relativamente às condicionantes bioinformacionais sendo uma base fundamental para o pensamento estratégico individual e colectivo. O “Treino Psicológico” foca a gestão prioritariamente nas condicionantes afectivo-emocionais da tarefa de exercitação proposta. Por fim, o “Treino Teórico” apresenta-se como espaço de controlo da carga de treino ao nível das condicionantes sócio-culturais.

Nenhum exercício de treino é, por natureza, instrumentalmente exclusivista de um ou outro factor, mas a respectiva manipulação é controlada no contexto prioritariamente por um determinado nível de indicadores mais focados numa parte do todo.

Esta concepção obriga a um planeamento integral e total, e a um controlo sistémico da “carga de treino”, integrando o todo na parte que, por limites determinados, se tenta ultrapassar.

Esse percurso evidencia exemplarmente a referência de FEYERABEND (1988, trad:1993): “A necessidade de mostrar todas as partes essenciais de uma situação conduz com frequência a uma separação de elementos que na realidade se encontram em contacto” (p. 228); “A capacidade de ‘ler’ [...] implica também que saibamos identificar os [...] traços *irrelevantes*” (p. 229). Só com muito cuidado é que a sua interpretação errada não impede a formação de um modelo desadequado à realidade do treino desportivo.

Deve-se, portanto, evidenciar a neutralidade de uns factores em relação a outros, à partida. É o treinador, como gestor de superação dos níveis de competência na actividade em causa, que lança as suas hipóteses de antineutralidade factorial, passando a intervir junto do praticante ou competidor desportivo para ultrapassar os limites identificados. Não há anti-neutralidade natural. Só a intencionalidade é que foca momentaneamente essa relevância de uns em relação a outros e, sempre, provisoriamente. Esta modelação é mais neutral em interpretações teóricas como as dos Budo. TOKITSU (1979) salienta três dimensões da técnica: *maai* (distância), *yomi* (ritmo) e *yoshi* (leitura da situação). Se quisermos: espaço, velocidade e percepção.

Veremos como a falta de relevância de um elemento do dualismo em relação a outro não se traduziu assim nessa concepção dualista inerente à modernização ocidental.

António DAMÁSIO evidencia o erro de DESCARTES na separação abissal do pensar em relação ao corpo e coloca a emoção no âmago da existência: *sinto, logo existo*. Com ele, entre outros, podemos evidenciar a necessidade estruturante e significadora da sensibilidade ao mundo.

Trata-se de um elogio à estrutura da memória emocional, estrutura focada no passado, seja reptiliano, seja paleo-mamífero, seja cortical, quer num eixo ontogenético quer filogenético. O homem não é só futuro no sentido restrito do termo, pelo que deixa de ser só pensar. O homem é passado integrado, pelo que é também sentir.

Na *tarefa motrícia*, as condicionantes bioinformacionais fundamentam e dão intenção à passagem de energia química a energia mecânica (condicionantes energéticas - mecânicas). Note-se que é gerindo intenções que se leva o sujeito de prática a treinar as capacidades de análise e percepção da situação (táctica) que lhe permite executar um movimento eficaz (técnica) para a situação que acaba por ser um estímulo das condicionantes bioenergéticas para a sua realização (físico). Mas a qualidade dessas capacidades está intimamente ligada a factores psicossociais, sendo ainda de salientar, com o saudoso Sílvio Lima, a característica axiológica que evidencia a anti-neutralidade de todo este processo<sup>24</sup>.

### **2.1.5 A Matriz da Motricidade Humana**

Manuel SÉRGIO (1986b, p. 12; 1987), sempre atento ao tempo em que vive, identifica a Motricidade Humana nesse movimento integrador do indivíduo em sociedade. Gustavo PIRES (2003, p. 50; 2005, p. 125), fundamenta com aquela identificação de Manuel SÉRGIO as suas componentes do projecto relativas ao Desporto, dentro do modelo pentadimensional de geometria variável que, a seu tempo, identificou (PIRES, 1988; 1994). A proposta de substituição do termo “educação física” pelo de “educação motora” (SÉRGIO, 1986b, p. 24) ou por “educação desportiva” (PIRES, 2005, p. 344) simbolizam, para nós, um corte epistémico e operacional: “porque não se educam físicos, educam-se pessoas através de instrumentos de educação,

---

<sup>24</sup> Na sua feliz expressão: Homem como ser biopsicosocioaxiológico.

como entre vários é o caso do desporto” (*ibidem*). Poderíamos até falar de uma “desconstrução”, ao jeito de Jacques DERRIDA (2001), levada a cabo por Manuel SÉRGIO e Gustavo PIRES, visto que eles reinventam e não pretendem eliminar.

A “educação física” é a “pedagogia das condutas motrizes” e fundamentalmente “é uma prática de intervenção que exerce uma influência sobre as condutas motrizes dos participantes em função de normas educativas implícitas ou explícitas” (PARLEBAS, 1999, p. 119). Mais atrás este autor define que “a conduta motriz é o comportamento motor enquanto portador de significação” e que “não pode ser observada a não ser indirectamente”, manifestando-se por “um comportamento motor cujos dados observáveis são investidos de um sentido vivido de forma consciente ou inconsciente pela pessoa activa” (*ibidem*, p. 74). De referir o facto de PARLEBAS não mostrar um conhecimento evidente do contributo da fenomenologia e da hermenêutica a uma definição actual de motricidade. Quando se cita PARLEBAS, falando de “comportamento motor enquanto portador de significação”, não se deve omitir que, antes dele, já MERLEAU-PONTY tinha definido a “intencionalidade operante”.

É notório que o termo “educação física” corresponde hoje fundamentalmente a um conteúdo curricular que extravasa claramente o conceito restrito do “físico”. O factor físico é um dos aspectos da gestão do processo, junto de outros (técnico, tático, psicológico e sócio-cultural). Nenhum profissional de “educação física”, ou seja, de intervenção no sistema educativo através da disciplina de “Educação Física” eclética, inclusiva e multilateral, olha para a sua praxis como focada essencialmente na educação e treino do *físico*. Por outro lado, a instrumentalidade do Desporto nos seus diversos aspectos tem uma natureza referenciadora essencial para os curricula da disciplina, pelo que tem algum sentido a crítica teórica à utilização de “educação física” no discurso da educação pelo desporto no sistema educativo, não só pelos investigadores no âmbito da epistemologia da Motricidade Humana como também pelos investigadores do Desporto. O que a expressão “educação física” não explicita é a complexidade do humano e, como tal, a expressão é declaradamente imperfeita. Não devemos esquecer que ela nasce à luz do dualismo Cartesiano para distinguir-se da educação puramente intelectual.

A palavra “desporto”, com origem latina, pode provir da expressão “de-portare” referente aos jogos fora das portas da cidade (CAGIGAL, 1966, p. 42), ou do francês antigo “déport” ou “desport”, que se conota com actividades “sem porte” e que MAGALHÃES (2003, p. 166) faz questão de esclarecer como “sem cobrança”,

“gratuita por si mesma (lúdica)”. Este mesmo autor identifica a provável linhagem do “latim tardio ‘desportare, diportare’ com o significado mais comum (...) de divertimento, recreação, decerto modo oposto a ‘suportar’” (*ibidem*).

ORTEGA Y GASSET (1987), após análise da distribuição dos fenómenos orgânicos, coloca o esforço das acções da vida plena em duas classes:

*O esforço que fazemos pelo mero deleite de o fazer (...); e o esforço obrigado a que uma necessidade imposta e não inventada ou solicitada por nós próprios nos esgota e paralisa. E tal como este esforço obrigado, no qual satisfazemos estritamente uma necessidade, tem o seu exemplo máximo naquilo que o homem costuma chamar trabalho, assim também aquela classe de esforços supérfluos encontra o seu exemplo mais claro no desporto.*

*Isto levar-nos-á a modificar a inveterada hierarquia e a considerar a actividade desportiva como primária e criadora, como a mais elevada, séria e importante da vida, e a actividade laboriosa como derivada daquela, como sua mera decantação e precipitado (...) (ORTEGA y GASSET, 1987, p. 5).*

É assim, a dimensão projecto, e a motivante natureza intencional que fazem o homem transcender-se na sua operacionalidade em contextos diversificados, como seja o contexto do Desporto (sistema desportivo), o contexto da Educação Física e Desportiva (sistema educativo), entre outros.

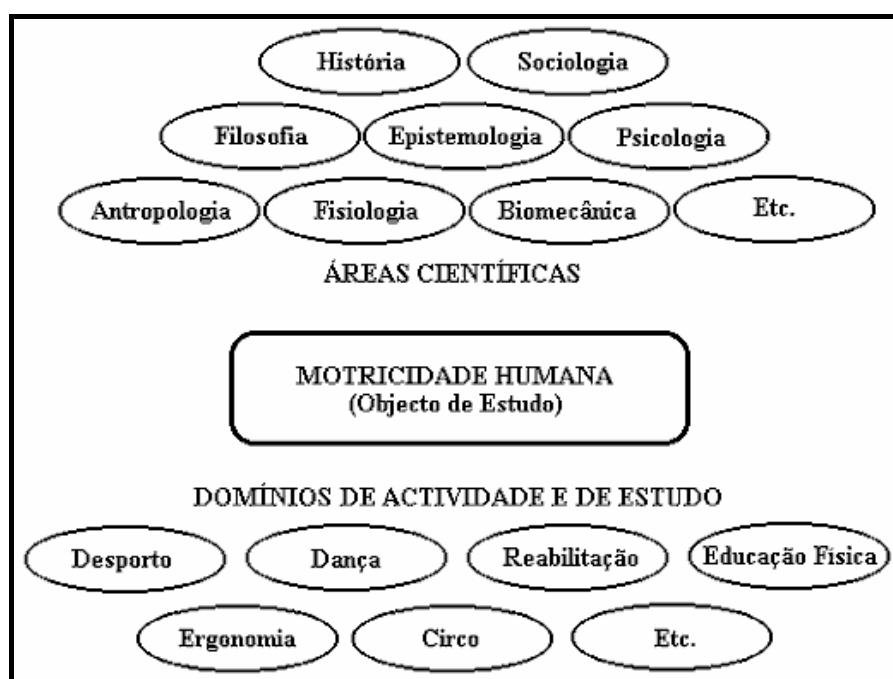


Fig. 6 - Matriz Referencial da Motricidade Humana (FIGUEIREDO, 1994b; 1995)

A transcendência biopsicossocial promovida pela gestão adequada das dimensões lúdica, institucional, motora e agonista, num espaço integrado do Homem holístico, caracteriza a pós-modernidade em áreas de intervenção social com o Desporto, seja no sistema educativo seja no desportivo, em relação epistémica com outras áreas de intervenção sobre a *motricidade humana* (Educação Especial e Reabilitação, Medicina, Etc.).

É neste sentido que se faz a integração e superação do “sinto, logo existo”, tal como se faz em relação ao “penso, logo existo”. No Desporto pós-moderno olha-se para a tarefa motora ou exercício físico como instrumento fundamental para gerir a natureza intencional do sujeito de prática na sua globalidade. Porque há virtualidade e actualidade no movimento, são geridos intencionalmente os estímulos nele implícitos, inclusivamente os sensitivos e cognitivos (penso e sinto enquanto me movo intencionalmente).

Assim sendo, em coerência de paradigma, damos primazia ao *movo-me, logo existo*<sup>25</sup>. Não é que o sistema motor, em relação ao sistema sensorial ou cognitivo, esteja primordialmente envolvido no que entendemos fundamento da existência. É apenas porque, nas nossas áreas, o objecto de estudo é fundamentalmente a Motricidade Humana e através da acção, se intencionalmente assumida, cognição<sup>26</sup> e sensorialidade<sup>27</sup> estão certamente em evidência.

Assinale-se que não se trata de um absolutismo da qualidade ou da quantidade da “mobilidade” ou “motilidade” ou ainda da “operacionalidade actuante” que ali importa realçar. Essencialmente importa elogiar a *intencionalidade operante* rumo à *transcendência*, ou seja, à *passagem do virtual ao actual*.

Por outro lado, não é o movimento isolado que fundamenta o Homem biopsicossocial. É na transcendência do virtual ao actual estimulada em *tarefas motricias* intencionalmente geridas enquanto professores ou treinadores que tocamos na Acção, Emoção e na Razão elogiadas por Damásio. Operacionalmente, essas maneiras de

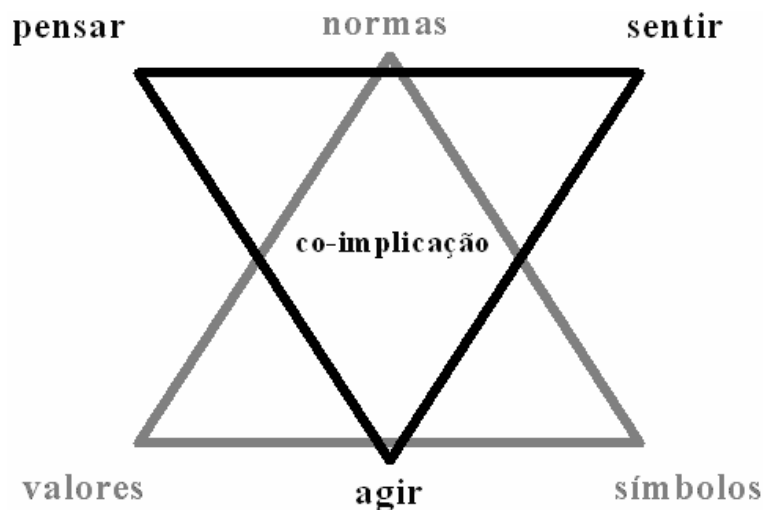
---

<sup>25</sup> Citando Manuel SÉRGIO, “*Movo-me, logo existo*: há assim uma ínsita garantia de que a motricidade sugere aspectos essenciais da existência e é, com toda a certeza, a sua expressão mais imediata.” (SÉRGIO, 1987, p. 15).

<sup>26</sup> Pensamento também. Integrando a cognição em complexas elaborações mentais, num mundo interno e subjectivamente virtual.

<sup>27</sup> Sentimento também. Integrando a sensorialidade com as emoções, ou seja com o seu sentido subjectivo quer centrífuga, quer centripetamente.

pensar, sentir e agir evidenciam-se nas operações de co-implicação através das normas, valores e símbolos assumidos em comunidade.



**Fig. 7 - Integração Cultural**

Movo-me, logo existo! Há aqui, na expressão que Manuel SÉRGIO diz com frequência há já 30 anos, uma clara mudança de paradigma a que a Educação Física e o Desporto não podem ficar indiferentes, se não fora por mais, pelas três razões que, de forma indicial, enunciamos:

- Assume a morte do paradigma cartesiano na Educação Física;
- Faz do movimento intencional visando a transcendência (a que Manuel SÉRGIO chama Motricidade Humana) um processo e não um facto;
- Assinala que há uma história corporal do conhecimento.

Assim sendo, o conceito de Motricidade Humana (intencionalidade operante) assume a sua função plena de “campo e natureza das condutas motrizes” de PARLEBAS (1999, p. 252), que, do nosso ponto de vista, deve ser assumido como campo e natureza das condutas motrícias<sup>28</sup> e, assim, poderá ser definido como intencionalidade motrícia.

---

<sup>28</sup> Pierre PARLEBAS no seu “lexique de praxéologie motrice”, publicado sucessivamente desde 1981 e mais recentemente com o novo título (Jeux, Sports et Sociétés), distingue o termo “moteur” de “motrice”. Este último, dado o aspecto relevante atribuído à intencionalidade e ao sentido atribuído pelo sujeito actuante em motricidade, deverá aqui, e em coerência com Eugénia TRIGO na esteira de Manuel

A Motricidade Humana é objecto de estudo nos domínios da biomotricidade, psicomotricidade e sóciomotricidade, sem perder a sua natureza integradora referenciável como biopsicosóciomotricidade. Os contextos diversos do seu estudo são essencialmente, com PARLEBAS (1999, p. 252) os do trabalho (ergomotricidade) ou os do lazer (ludomotricidade), de entre os quais, o contexto mais institucional hodiernamente é o desporto.

### ***2.1.5.1 A Crise e a Dupla Vigilância Epistemológica***

Na verdade, “a educação física atravessa hoje uma crise profunda que a faz vacilar tanto nos seus fundamentos como nas suas camadas institucionais” (PARLEBAS, 1999, p. 17). O desporto, nos contextos actuais de grande influência económica e política, perante operações limite como o “olimpismo, nacionalismo, competição e outros mais” (ESTEVES, 1975, p. 6) em escala cada vez mais global neste século XXI, permite um agudizar das crises.

*O problema actual do “Modelo Europeu de Desporto” tem sobretudo a ver com o facto de o Desporto Federado, durante os primeiros quartéis do século XX ter sido desenvolvido numa lógica corporativa de prática desportiva amadora e numa dinâmica organizacional de promoção social. Hoje, o Desporto Federado está a ser desenvolvido numa lógica económica de prática desportiva profissional e numa dinâmica organizacional de gestão de negócios. Em conformidade estão subvertidos os princípios, os valores, os objectivos e as estratégias do modelo inicial. Consequentemente, as contradições estão a evoluir inexoravelmente para níveis de ruptura [...] sem que os poderes públicos ou de direito privado demonstrem qualquer capacidade para alterarem o processo a caminho da ruptura total (PIRES, 2005, p. 35).*

São as diversas mudanças que criam situações de crise. E é esse fenómeno de crise que interessa epistemicamente compreender, pois em mudança social que é constante no homem em evolução, mais do que julgar é a compreensão que permite interagir no mundo em mudança, para que a acção humana sequente modifique conscientemente o rumo do bem comum.

---

SÉRGIO, ser traduzido por *motricio*, apesar dos dicionários apontarem para “motriz”, do latim e francês *motrice*. Motricio está para a motricidade como motor ou motriz estão para a mobilidade. Do nosso ponto de vista, dever-se-á evoluir para uma especificidade de léxico com base na hipótese de que o motor tem a ver com o observável sendo claramente referenciável ao bio (biofisiológico, biomecânico e bioinformacional) enquanto que o motriz poderá ter a ver com o referenciável ao psico e ao sócio. Pelo que o pano integrador da motricidade terá, hipoteticamente, a adjectivação predominante de motricio.

A palavra crise vem do grego antigo *Krinein*. Significava distinguir, separar, decidir. Crise é, na origem, uma peneira para separar elementos de tamanho diferente. O momento de crise é um momento decisivo na evolução de um fenómeno.

A crise está identificada em diversos domínios da cultura contemporânea, sendo por isso um movimento epistémico. O exemplo mais paradigmático é o da ciência.

Existem dois tipos de crise na evolução da ciência:

- Crises de crescimento.
- Crises de degenerescência.

As crises de crescimento acontecem ao nível da *matriz disciplinar* de um dado ramo da ciência. Revelam-se na insatisfação perante métodos ou conceitos básicos até então usados sem contestação. Decorrem da existência, ainda que às vezes apenas presentida, de alternativas viáveis.

As crises de degenerescência dão-se ao nível do *paradigma*, atravessando todas as disciplinas, ainda que de modo desigual.

Para Boaventura de Sousa SANTOS (1989), estamos actualmente no âmbito de uma crise de degenerescência, ou seja: numa *crise de paradigma*.

Duas condições devem existir para esta crise de paradigma acontecer:

- A acumulação de crises no interior do paradigma quando as soluções que este vai propondo para elas, em vez de as resolver, geram mais e mais profundas crises.
- A existência de condições sociais e teóricas que permitam recuperar todo o pensamento que não se deixou pensar pelo paradigma, e que foi sobrevivendo em discursos vulgares, marginais, subculturais.

Se a primeira condição é perfeitamente visível no presente, “a renovação da reflexão hermenêutica e o vincar das suas virtualidades para congregar no mesmo campo cognitivo discursos tão díspares como o discurso científico, o discurso poético e estético, o discurso político e religioso é sinal evidente que a segunda condição está na forja” (SANTOS, 1989, p. 39).

Está, pois, instalada a crise da ciência moderna onde a epistemologia bachelariana emergiu como o auge desse paradigma que elogiou a primeira ruptura epistemológica fundamental para a emergência da ciência moderna: o corte com o senso comum.

Naquele paradigma, só a ruptura epistemológica e uma atitude de constante vigilância epistemológica permitem que o discurso científico ultrapasse os obstáculos epistemológicos (ideias vulgares, preconceitos idealistas, noções pseudo-científicas, erros tenazes, etc.) que dificultam a prática científica. Para BACHELARD (1972, p. 14), “a ciência opõe-se absolutamente à opinião”. Só assim se consegue a vitória do racionalismo sobre o irracionalismo. E para SANTOS (1989, p. 39), “na actual fase de crise não se recomenda que esta epistemologia seja pura e simplesmente abandonada” já que representa um progresso notável no sentido da racionalização do mundo, continuando a ser um factor de tradição, ordem e estabilidade sem o qual não é possível pensar a próxima revolução científica que a crise actual indica nascitura.

A revolução científica iniciada nesta transição de milénio (séc. XX) aponta para o reencontro da ciência com o senso comum e a ela está inerente a dupla ruptura epistemológica: a ruptura com a ruptura epistemológica.

Se a primeira ruptura, imprescindível para constituir a ciência, deixou o senso comum como ele estava, a segunda ruptura “transforma o senso comum com base na ciência constituída e no mesmo processo transforma a ciência”, conseguindo-se “um senso comum esclarecido e uma ciência prudente”, ou seja, “uma configuração de conhecimentos que sendo prática não deixa de ser esclarecida e sendo sábia não deixe de estar democraticamente distribuída” (SANTOS, 1989, p. 45).

O conceito de dupla ruptura epistemológica lançado por Boaventura de Sousa SANTOS sugeriu-nos, a nós, o conceito de *dupla vigilância epistemológica* (FIGUEIREDO, 1999; 2000). Tal duplo movimento só é possível porque hoje entramos na sociedade aberta de informação: “A sociedade de informação é uma sociedade para todos” (MSI, 1997, p. 9).

Assim sendo, temos de estar vigilantes perante a necessidade de vencer os primeiros obstáculos epistemológicos e, assim, fazer a primeira ruptura epistemológica rumo ao conhecimento científico. E a um mesmo tempo, temos de estar vigilantes para que aquela ruptura epistemológica seja culturalmente significativa sem adulterar a essência cultural, social e humana do objecto de estudo em causa.

O desporto não se assumiu no senso comum como uma ciência e ainda vive um estado de procura epistemológica de uma matriz referenciadora nas ciências humanas, sendo de destacar até agora, como uma das propostas mais holísticas e coerentes com a pós-modernidade, a matriz da Motricidade Humana proposta por Manuel SÉRGIO.

É no contexto do sistema desportivo, em crise, que se notam dois movimentos actuais a um só tempo:

- Uma crise de crescimento revelada na insatisfação perante métodos ou conceitos básicos até agora usados sem contestação, emergindo de forma pressentida algumas alternativas viáveis;
- Essa crise de crescimento numa crise de degenerescência (paradigma), e nela a reflexão hermenêutica contribuirá no sentido de aumentar o rigor metodológico essencial ao desporto.

Assim, a crise no sistema desportivo reflecte o facto de vivermos a crise de paradigma já identificada, simultaneamente aos movimentos característicos da *crise de crescimento* que o desporto vem vivendo.

Se ao Desporto ainda urge crescer fazendo a primeira ruptura epistemológica, tal movimento não deve ser feito em analogia ao movimento conseguido pela ciência do séc. XVII ao séc. XIX. O ritmo é outro: urge ao Desporto assumir, de uma só vez, a dupla ruptura epistemológica e não esperar pela primeira para que, anacronicamente, surja posteriormente a segunda. A um mesmo tempo emerge assim a atitude de dupla vigilância epistemológica.

Actualmente vivemos num mundo em que a tecnologia faz no senso comum aquilo que a reflexão epistemológica representou na fase de emergência social da ciência moderna do séc. XVII aos meados do séc. XIX<sup>29</sup>, ou seja, numa fase em que a ciência passa a ser socialmente reconhecida pelo desenvolvimento tecnológico proporcionado (não pelas suas causas, portanto, mas sim pelas suas consequências). Há, pois, uma transformação radical: deixamos de estar fundamentalmente centrados na estrutura ou sintaxe (palavra-significante) da linguagem do discurso científico, ou mesmo na sua semântica ou sentido (significado), para nos centrarmos na sua pragmática e finalidade. Assume-se claramente que o objectivo existencial da ciência

---

<sup>29</sup> ver: SANTOS, 1989, pp. 29-30.

está fora dela e que esse objectivo é o de “democratizar e aprofundar a sabedoria prática, a *phronesis* aristotélica, o hábito de decidir bem” (SANTOS, 1989, p. 31), e esse objectivo deve ser interiorizado pela prática científica num novo paradigma. Nesse contexto, a reflexão converte-se numa pragmática epistemológica<sup>30</sup>, sendo a hermenêutica a pedagogia da sua construção (*ibidem*).

A epistemologia da Motricidade Humana de Manuel SÉRGIO (1981, 1987) evidencia, quanto a nós, dois movimentos a um só tempo:

- Enquanto por um lado essa epistemologia centra-se substancialmente no corte epistemológico necessário à nascitura de uma nova ciência (corte, portanto, com a falta anterior de matriz científica própria para a Educação Física e Desporto) - crise de crescimento;
- Por outro lado essa ciência nascitura, porque acontece epistemicamente, identifica e assume relevância numa crise de paradigma - crise de degenerescência portanto.

### ***2.1.5.2 Do Código Industrial ao Código Emergente***

A visão pós-moderna do Desporto, não é a visão normal. Na verdade, o desporto moderno é um fenómeno cultural resultante da Revolução Industrial (séc. XVIII-XIX), pelo que encerra o seu código oculto - standardização, especialização, sincronização, concentração, maximização e centralização (TOFLER, 1984, pp. 49-64), como Gustavo PIRES nos introduziu à mais de uma década.

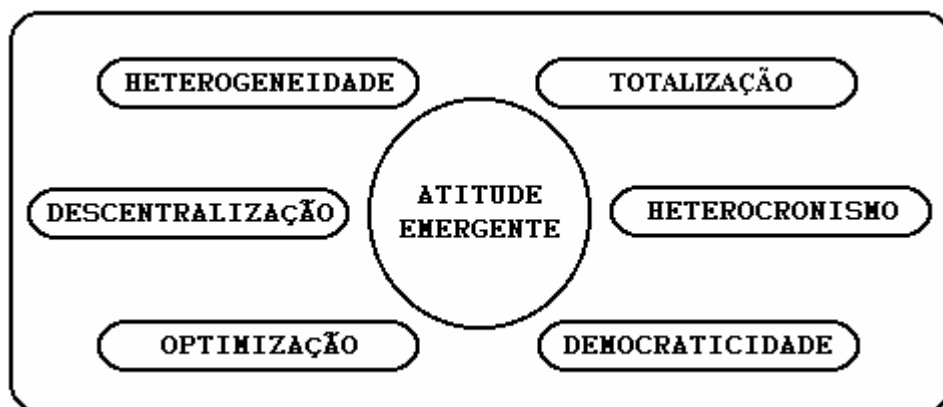
Inspirados nesse passado recente, poderemos antever um movimento equilibrador do código oculto da revolução industrial, um código operacional para o desporto actual.

A standardização passada começa hoje a dar maior evidência à *heterogeneidade* entre os indivíduos, preparando-os para a criatividade em ambientes de *totalização* e não de especialização, já que é “a superespecialização que se desvincula de uma visão do *todo*.” (SÉRGIO, 1989, p. 21). A concentração e centralização são mediadas pela *democracia* e *descentralização* de forma a evidenciarem e consolidarem a ideia de que, cada vez mais, o respeito por *todos* os indivíduos leva a enquadrá-los, a cada um, como particular (daí o local e o total substituírem a especialização). Assim, da sincronização

---

<sup>30</sup> Que Santos (1989, p. 31) prefere a “epistemologia pragmática”.

esbatedora das diferenças de ritmos de desenvolvimento, o projecto desportivo leva em conta o *heterocronismo* diferenciador, pelo que a maximização cega de conteúdo individual e situacional transcende-se em *optimização*, ou seja, uma “maximização” que deixa de estar enquadrada no espírito anterior, para passar a ser uma operação ao serviço do desenvolvimento de todos os protagonistas ao seu respectivo nível.



**Fig. 8 - Código Operacional do Desporto Actual**  
(adaptado de FIGUEIREDO, 1994, p. 290)

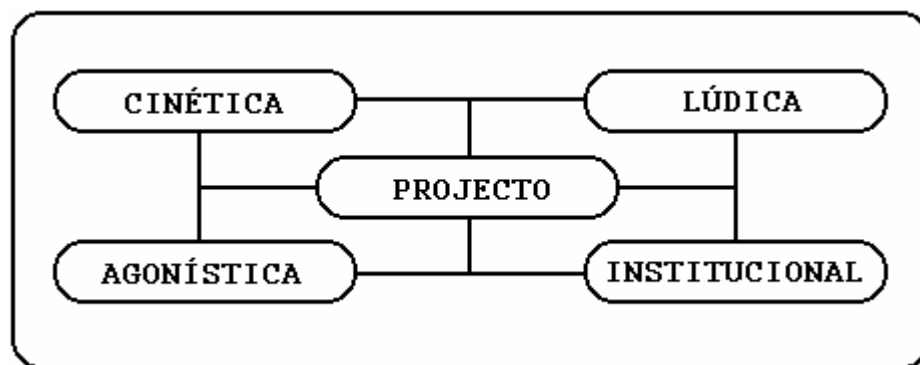
A crítica ao código oculto da civilização industrial, num desporto em mudança, identificado por PIRES (2005, pp. 61-70) na esteira de TOFLER (orig: 1980; 1984, pp. 49-64) indicia a natureza epistémica do Desporto e elogia a sua anti-neutralidade, ou seja: não é a existência de Desporto que faz “bem” ou “mal”, mas é sim o projecto intencional do seu desenvolvimento que assume relevância na operação de gestão.

Essa gestão pentadimensional integra relevância tecnológica no modelo de desenvolvimento organizacional proposto (PIRES, 2005, p. 27), assumido, quanto a nós, uma forma aberta em diferentes contextos como o do sistema educativo ou o do sistema desportivo.

A utilização institucional diversificada do desporto é, ao contrário do passado que o proibia, evidente também na escola, com destaque para as aulas de “Educação Física” onde os desportos, tal como os jogos tradicionais, as danças e as actividades de exploração da natureza são vistas como actividades a gerir pedagogicamente em aulas curricularmente *ecléticas* e *inclusivas* e que, sendo actividades da motricidade humana culturalmente significativas e significadoras são, por um lado, um *fim* em si mesmo e,

por outro lado, tendo virtualidades desenvolvimentistas, são um *meio* para desenvolver o indivíduo, o grupo e mesmo a organização em motricidade. Este é o domínio da gestão micro do desporto no espaço de aula do sistema educativo, onde a predominância pedagógica dá um sentido ao *projecto de desenvolvimento* protagonizado na escola pelos professores de Educação Física.

As dimensões ou componentes evidenciadas por Gustavo PIRES são por nós aceites como essenciais na compreensão do fenómeno a gerir do ponto de vista micro, meso e macro.



**Fig. 9 - Dimensões do Conceito de Desporto (in: FIGUEIREDO, 1994, p. 287)**

A primeira dimensão que queremos evidenciar é a cinética, ou seja a dimensão que caracteriza a acção motora observável e mensurável ao nível das metáforas de gestão que são um pouco mais do que capacidades “físicas” como a resistência, a força, a flexibilidade e a velocidade, por vezes vistas como nada mais para além de modelos de interpretação operacional das cinco características da célula muscular: excitabilidade, conductibilidade, extensibilidade, elasticidade e contractibilidade. Mas a sensorialidade cinestésica essencial do músculo e das articulações, em conjugação com a sensorialidade tátil alteram o estado físico noutras dimensões necessárias a gerir do ponto de vista técnico, tático, psicológico e mesmo social. Assim sendo, gerir a dimensão cinética com maior ou menor grau de libertação é gerir uma das dimensões do desporto, não se confundindo desporto exclusivamente com essa dinâmica cinética.

A segunda dimensão que aqui evidenciamos é referencial à dinâmica agonística<sup>31</sup> onde se gerem e observam diversos graus institucionais de hetero-emulação e auto-emulação, ou seja, “o desejo subjectivo de ultrapassar o outro ou de melhorar os seus próprios resultados”, normalmente confundidas com a competição (PARLEBAS, 1999, p. 73), e principalmente com a “competição-hostilidade em que o vencedor ganha, toma ou conquista alguma coisa do vencido” (ESTEVES, 1975, p. 6). É uma tendência centrífuga: emulação do outro(s). É a tendência para a hostilidade que leva alguns autores a um afastamento do conceito desporto, já que “o desporto, como o conhecemos nas suas formas habituais, é, quase sempre, uma competição-hostilidade, uma competição típica ou expressiva de agressividades e estruturas sociais” (*ibidem*) sem se notar que é o projecto de utilização do sentido da hetero-emulação que está em causa e não o desporto como fenómeno social total. O Desporto como projecto específico ao ser gerido na dimensão agonística promove a divulgação da respectiva imagem das estruturas sociais em que se enraíza, oferecendo-nos um próprio meio de melhor compreensão da sociedade em que se enraíza estruturalmente.

A dimensão lúdica, conotada com divertimento e recreação, onde o prazer intrínseco ao jogo humano é evidenciado, um pouco na linha de PARLEBAS (1999, pp. 222-223), será uma dimensão que mede “as características de prazer espontâneo e de motivação jovial, desprovidas de finalidades utilitárias, habitualmente associadas ao jogo”. O jogo é explorado dimensionalmente por Gustavo PIRES (2005, p. 121) com as duas categorias verticais de Roger CAILLOIS, entre o *ludus* (disciplina) e *paidia* (instinto de jogar), e as quatro categorias horizontais: *agôn* (competição), *alea* (sorte), *mimicry* (simulacro) e *ilinx* (vertigem).

José Maria CAGIGAL associa de forma interessante as dimensões lúdica e agonista:

*O homo ludens é especialmente apto para criar cultura. O homo competitivus é uma forma fundamental de situar-se correctamente na vida. O ludens competitivus, quer dizer, o que hoje entendemos como desportista, é, por conseguinte, uma forma vital de postura correcta e fundamental e simultaneamente, de possibilidades criadoras poderosas (CAGIGAL, 1966, p. 79).*

---

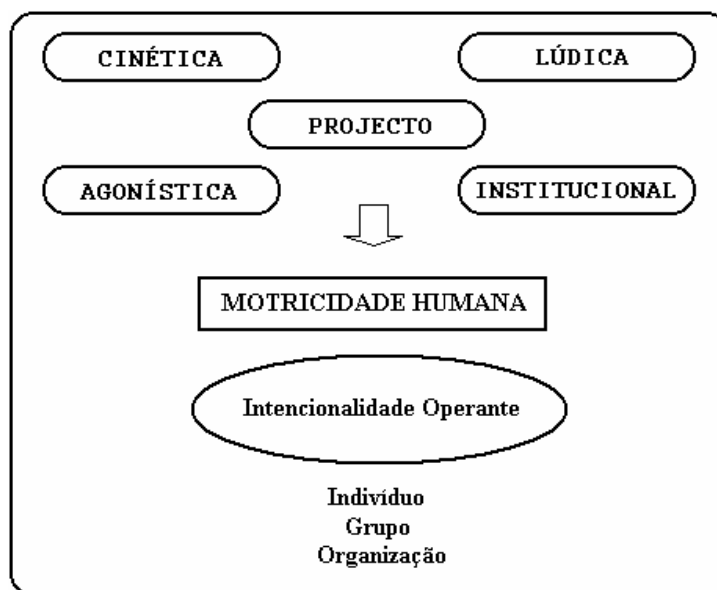
<sup>31</sup> Como refere Gustavo PIRES, “Agôn em grego antigo significava competição. Contudo, a palavra era polissémica já que podia assumir vários sentidos. Entre outros, combate, luta, batalha, prova, concurso, jogo, e ainda assembleia, para além do processo judiciário” (2005, p. 344, nota 25).

Quer a dimensão agonística quer a lúdica podem assumir um grau maior ou menor de institucionalização no projecto de desporto em causa. Instituir é marcar ou fixar o estabelecimento mais ou menos duradouro de normas, valores e símbolos através de uma organização com objectivos comuns aos seus participantes. Assume o papel de memória e projecção do pensar, sentir e agir colectivos. A institucionalização dos jogos no formato do código oculto da revolução industrial fez nascer alguns dos desportos actuais numa dinâmica profundamente europeia. Desporto é jogo institucionalizado. Por outro lado, a institucionalização da dimensão agonística tem assumido contornos parciais, tendenciosamente vinculadores ao duelo hetero-emulatório com hipervalorização do resultado: elogio de quem ganha. Poderemos mesmo dizer que a natureza institucional da competição no desporto é mais relevante que a componente institucional da dimensão lúdica. No entanto, é necessário compreender o fenómeno da institucionalização desportiva sem a regulamentação explícita da competição hetero-emulatória, pois veremos como isso acontece nos Desportos *Budo*, onde se pretende valorizar mais o processo, centrado no executante e na forma como executa a acção, mais do que no resultado.

Destas dimensões, abertas e com interfaces entre si, tem emergido também uma ideia fundamentadora da direccionalidade da organização desportiva: a ideia de projecto. PIRES (1988) evidencia que “a ideia de projecto é aquilo que de mais importante [...] deve dimanar do conceito quadridimensional e aberto de desporto” (p. 104). Isto comprova a visão de que não há um “desporto” fechado em determinados graus de liberdade das suas dimensões.

A realização do projecto desportivo olha-se, cada vez mais como um processo holístico inter-factorial, multi-factorial, trans-factorial, assumindo-se no desenvolvimento organizacional uma reflexão epistemológica sobre si próprio, ao nível da Motricidade Humana como intencionalidade operante do indivíduo em grupo, numa organização numa dada sociedade.

A Motricidade Desportiva emerge, assim, como objecto de estudo do Desporto. Este é a contextualização da Motricidade Humana ao nível do projecto integral cine-ludo-agon-institucional que indicia o indivíduo biopsicossocial em contextos individuais, de grupo ou de organização.



**Fig. 10 - Motricidade Desportiva**

Com base no movimento precursor iniciado por Manuel SÉRGIO (1981; 1986b; 1987), resta agora assumir a pragmaticidade da epistemologia da Motricidade Humana: a hermenêutica surge, a nosso ver como pedagogia da construção de uma epistemologia pragmática da Motricidade Humana.

É esse movimento interpretativo que interessa, emergindo a Motricidade Desportiva como objecto de estudo do Desporto, em gestão transdisciplinar. Isso é visível no pensamento de Gustavo PIREZ (1988), base do conceito e modelo de *desenvolvimento organizacional* (2003; 2005).

### **2.1.6 Reflexão Hermenêutica**

Para o matemático<sup>32</sup> Keith DEVLIN (1999), “... a compreensão e a explicação são *relativas*: ambas envolvem observações do fenómeno implicado relacionadas com aquilo que já se sabe e compreende” (DEVLIN, 1999, p. 344). A seguir este autor elogia

---

<sup>32</sup> Num elogio à matemática, somos tentados a colocar aqui um pensamento que não merece mais apontamento que esta nota de rodapé para em equipa ser reflectido: A biologia é a emoção da física projectada na matemática. A biologia é percepção especializada da física cosmogónica e, portanto, nos seus limites existenciais. A física é a relação entre os movimentos da matéria, é o presente do cosmos, efeito do passado só conhecido se biologicamente interpretado. A acção biológica intencional assume relevância estratégica numa visão de futuro modelador, com existência presente moldada pela física da biologia neuronal. E, assim, a matemática é representação simplificada da física que só existe biologicamente pois sem recolha de dados não se podem modelizar e, assim, prever.

a *metáfora* ou o *entendimento metafórico* como matriz referencial dos passos essenciais à compreensão de um fenómeno, o que significa necessariamente que “... aquilo que constitui uma explicação aceitável ou adequada de um fenómeno para um sociólogo pode não ser uma explicação aceitável ou adequada para um matemático, e vice-versa...” (*ibidem*, p. 346).

Se com Manuel SÉRGIO o Paradigma da Motricidade Humana emerge fundamente da filosofia fenomenológica, pensamos que a teoria geral da interpretação ou hermenêutica, ao iniciar as interrogações sobre o destino da fenomenologia contemporânea (RICOEUR, 1975, p. 31), deve interrogar o destino da Motricidade Humana, fundamentalmente sobre a sua problemática metodológica em contextos como os da Educação Física e do Desporto.

Hermenêutica, etimologicamente do grego *hermeneutiké* significa *arte de interpretar*. Ligado a *Hermes*, deus grego do conhecimento, identificado com o deus egípcio *Thot* sob o nome de *Hermes Trimegisto* (LEGRAND, 1986, p. 201), o seu simbolismo “é a uma só vez o deus do hermetismo e da hermenêutica, do mistério e da arte de o decifrar” (CHEVALIER e GHEERBRANT, 1982, p. 500).

Na esteira de F. Schleiermacher, enquanto “pai fundador da nova Hermenêutica” (CASAL, 1996, p. 54), é principalmente por obra de Wilhem Dilthey (1833-1911) que a hermenêutica assumiu relevância na filosofia contemporânea.

Para Schleiermacher, a hermenêutica é a arte de compreender, sendo o seu dispositivo principal a “reconstituição” do processo de criação de objectos (como um texto, uma história, uma cultura), “revivendo” a experiência dos seus autores. A compreensão pela interpretação centra-se no diálogo entre quem cria e o hermeneuta, e a reconstituição ou reconstrução do objecto fundamenta-se no princípio do *círculo hermenêutico*.

O princípio do círculo hermenêutico indicia que a compreensão é sempre circular, existindo uma interacção dialéctica entre o todo e a parte com base numa fusão de sentidos e de horizontes entre o intérprete (observador, hermeneuta) e o interpretado (objecto, criador).

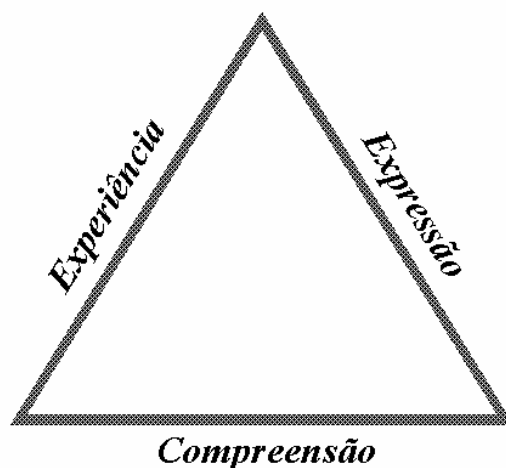
Wilhem Dilthey, segundo CASAL (1996, p. 54), introduz a componente histórica que faltou a Schleiermacher. A hermenêutica para Dilthey “é uma interpretação baseada num prévio conhecimento dos dados (históricos, filosóficos, etc.) da realidade que se

trata de compreender, mas que simultaneamente dá sentido aos citados dados por intermédio de um processo inevitavelmente circular [...]. A hermenêutica permite compreender um autor melhor do que ele se compreendia a si mesmo, e uma época histórica melhor do que puderam compreendê-la os que nela viveram [...]" (MORA, 1978, pp. 176-177).

Citando Ricman, CASAL (1996, p. 54) faz salientar que “o problema da compreensão era - para Dilthey - o problema da recuperação da consciência da historicidade da nossa própria existência que se perde nas categorias estáticas da ciência”.

Para PALMER (orig: 1969, 1996, pp. 113-118) a hermenêutica de Dilthey sintetiza-se conjugando três termos:

- Experiência, entendida como “experiência imediatamente vivida” e “pré-reflexiva”, sendo a “unidade primitiva” onde se concentram os dados e as categorias de compreensão.
- Expressão, entendida como “expressão da vida” (estética, linguística, cultural, social, histórica), sendo compreensível desde que partilhada.
- Compreensão, do sentido condensado na experiência da vida, e entendida como histórico-temporal.



**Fig. 11 - Os Termos da Hermenêutica de Dilthey**

Mas é o hermeneuta Paul RICOEUR quem mais longe levou a metodologia da interpretação até à hermenêutica da acção:

*A acção significativa é como um texto que se oferece à leitura, a várias leituras, e que a dialéctica entre explicação e compreensão implicada na*

*leitura e na interpretação de um texto nos convida igualmente a buscar na interpretação das acções dos homens uma alternativa semelhante entre compreender e explicar. Mas tal analogia do texto deverá elaborar-se com grande cuidado (RICOEUR, orig: 1977, 1988, p. 25).*

RICOEUR assume a crítica à tradição romântica da hermenêutica de Schleiermacher e Dilthey que identificava interpretação com compreensão e baseava a compreensão no reconhecimento e reconstituição da intenção do criador do objecto interpretado. Na hermenêutica romântica a intencionalidade autoral e o diálogo assumem o fundamento da compreensão. O excesso de ambas foi o tentar “compreender um autor melhor do que ele a si mesmo se compreendeu”, dando uma definição errada da tarefa hermenêutica (RICOEUR, orig: 1976; 1996, p. 34).

Por outro lado, não opõe àquela hermenêutica, uma estrutural não dialogal do género que Lévi-Strauss desenvolveu (CASAL, 1996, p. 63). Paul RICOEUR amplia a reflexão hermenêutica e liberta-a de polarizações exclusivas. A questão essencial para a sua teoria hermenêutica, “é medir até que ponto a distanciação [...] pode ser complementar da restauração do sentido e da escuta do ser” e coloca-se assim como conciliador das hermenêuticas em conflito (SUMARES, 1989, p. 118).

Para RICOEUR, “a interpretação implica, não só a compreensão, mas também a explicação”, deixando de ser como eram na hermenêutica romântica, formas distintas e irreduzíveis de inteligibilidade (CASAL, 1996, p. 64). A relação compreensão - explicação assume-se de forma dialéctica e não opositora.

Numa primeira fase (da compreensão à explicação) inicia-se o processo hermenêutico com a tentativa de compreensão do objecto, conjecturando o seu sentido a partir da sua objectividade existencial e não a partir da experiência e intenção do seu criador. As conjecturas são validadas não com base na lógica da explicação empírica, mas sim numa lógica de probabilidade subjectiva: uma interpretação deve ser não só provável, mas mais provável que qualquer outra.

Numa segunda fase a explicação consuma-se com a compreensão, cabendo ao intérprete (leitor, observador, etc.), escolher o tratamento a fazer: tratar o texto em si mesmo sem referência à realidade, ou tratá-lo procurando reactualizar as referências. Esta escolha fundamenta-se no facto que o texto abriu-se a novos horizontes referenciais, suspendendo a situação originária.

Como sintetiza CASAL (1996, p. 65), “a análise estrutural - explicativa - é, pois, uma fase legítima e por vezes necessária, mas deve ser dirigida à compreensão para se completar o trabalho hermenêutico que decide o sentido, não tanto o sentido de uma situação inicial já desaparecida, como o sentido possível de uma situação exterior, do mundo da vida.”

Para RICOEUR, a analogia entre texto e acção fundamenta-se no facto de que ambos estão separados dos seus autores e actores, podendo ser interpretados independentemente do sentido subjectivo por eles atribuído na sua criação originária. Nas palavras do editor da sua obra em Inglês,

*tal como a inscrição do discurso envolve a ultrapassagem do instante do dizer pelo significado do dito, também a objectivação de uma acção é marcada pelo eclipsar do acontecimento do fazer pela significância do que é feito [...]. Uma acção, como um texto, é uma entidade significadora que deve ser construída como um todo; e o conflito de interpretações pode ser resolvido apenas por um processo de argumentação e debate, no qual as intenções do agente podem ser relevantes mas não são decisivas (John Thompson, in: RICOEUR, 1981, pp. 15-16).*

As necessidades, motivações e aspirações serão as forças que fazem as pessoas agir desta ou daquela forma, assim como serão as forças que fazem sentido como resultado do bem aparente que é o correlativo da característica seu carácter-desejável (RICOEUR, 1981, p. 214).

Este “carácter-desejável” ou esta “característica de desejabilidade” baseada em E. Anscombe tem a ver com o carácter da acção com um determinado propósito, reconhecível quando à pergunta “o quê” se responde como se se tivesse perguntado “porquê”: “Eu *entendo* a tua intenção na acção se fores capaz de me *explicar* porque é que fizeste esta ou aquela acção” (*ibidem*, p. 213-214).

O exercício hermenêutico encerra três tarefas a desempenhar, a saber:

1. Compreender a acção no seu sentido independente ou para além das intenções de quem a executa, tendo em conta que esse sentido origina-se, reside, no contexto histórico-social da acção. As acções uma vez executadas entram na corrente da história, produzindo aí os efeitos que o hermeneuta interpretará desde o seu próprio contexto histórico-social de intérprete.
2. Compreender o sentido que o intérprete atribui à acção que observa (autocompreensão), examinando auto-reflectidamente e no contexto do

intérprete os preconceitos e conceitos, revelando as suas possibilidades negativas e positivas.

3. Compreender a dialéctica que opera entre os dois sentidos anteriores, o campo histórico comum e a respectiva fusão de horizontes. A compreensão e a autocompreensão efectivam vários efeitos que produzem a interpretação mais correcta.



**Fig. 12 - Tarefas Hermenêuticas na Motricidade Humana**

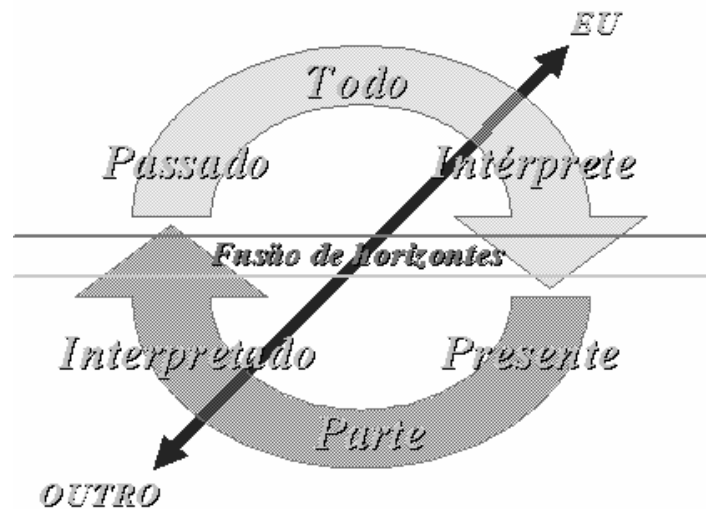
As constantes tendenciais identificadas para uma sistemática da Motricidade Humana (SÉRGIO, 1987, pp. 149-150), são três:

- *Lei do reflexo* já que a motricidade é epistémica ao espaço, tempo e cultura específicos.
- *Lei do género* já que as condutas motoras possuem o seu campo e não outro, onde a corporeidade se descobre e se articula a um mundo novo.
- *Lei do génio* já que por força da subjectividade do indivíduo as condutas motoras são projecto.

A lei do reflexo e a do génio referenciam-se claramente na primeira tarefa do exercício hermenêutico após a produção motora. A lei do génio rompe com a objectividade tentada na hermenêutica Ricoeuriana, mas apela à hermenêutica romântica.

A segunda tarefa do exercício hermenêutico em RICOEUR, traduz a noção de que a conduta motora pode ser apropriada pelo observador como o é pelo agente.

Assim, reflexo, género e génio não são exclusivos do agente, mas também do intérprete, e talvez por isso se explique a magia da partilha, levando assim a possibilitar a transcendência do outro (observador, espectador) pela transcendência na motricidade de quem a produz. Por isso assume-se a Motricidade Humana não exclusivamente como virtualidade para a acção, mas sim *a virtualidade pela acção*, assumindo o papel de espectáculo desportivo uma transcendência pessoal pela identificação com a transcendência do outro.



**Fig. 13 - Círculo Hermenêutico**

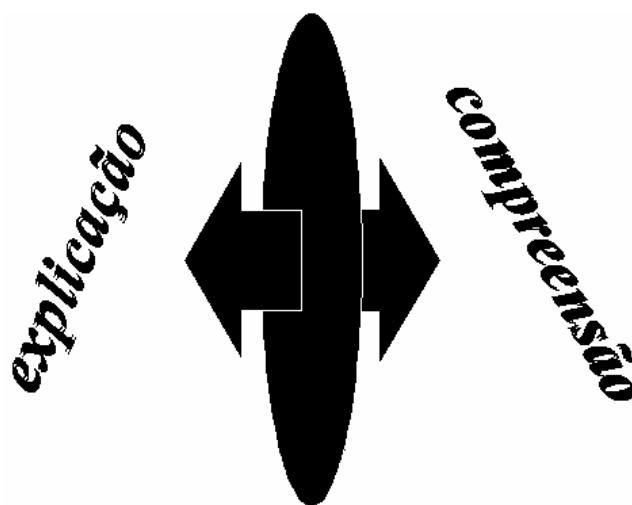
O acto hermenêutico actual (ricoeuriano) consuma-se na interpretação através da compreensão e da explicação, e estes elementos constitutivos do processo de conhecimento do mundo hermenêutico, pressupondo um mundo de sentido partilhado entre o eu e o outro, entre o passado e o presente, entre o todo e a parte, entre o interpretado e o intérprete, formam o *círculo hermenêutico*. É no interior deste círculo que o conhecimento compreensivo se torna possível.

A compreensão dá sentido, pressupondo a  *fusão de horizontes*  de quem compreende e do que é objecto de compreensão. Assim, o intérprete assume a relevância activa no processo de compreensão, sendo a linguagem o elemento fundamental do processo de construção dos horizontes e assim essencial ao próprio processo de interpretação.

Fica mais uma vez evidente que o quadro de referência cultural entre o intérprete e o interpretado devem ter um nível suficiente de globalização, embora pormenores culturais próprios sejam mais dificilmente compreendidos.

O termo interpretação deve, pois, aplicar-se não a um caso particular de compreensão [...] mas a todo o processo que abarca a explicação e a compreensão (RICOEUR, orig. 1976, 1996, p. 86).

Parece-nos que a hermenêutica ricoeuriana assume-se claramente como uma matriz referenciadora ao *método integrativo* evocado por Manuel Sérgio para a Motricidade Humana. “Enfim: a compreensão e a explicação!” (SÉRGIO, 1987, p. 159). “Em última análise, a correlação entre explicação e compreensão, entre compreensão e explicação, é o ‘círculo hermenêutico’” (RICOEUR, 1981, p. 221).



**Fig. 14 - Elementos do Processo do Conhecimento Hermenêutico**

Em analogia ao referido para o texto (RICOEUR, orig: 1976; 1996, p. 35), se a Motricidade Humana for uma forma de discurso – discurso sob a forma de inscrição como registo (natural ou artificial) da intencionalidade operante –, então as possibilidades do discurso são também as da acção motrícia. Sem uma investigação específica do Desporto contextualizado, uma teoria do ensino e treino ainda não será uma teoria da acção motrícia.

Assim, a compreensão e explicação da motricidade humana contextualizada no Sistema Educativo ou no Sistema Desportivo, funda-se no entendimento metafórico assente no observador estudioso. A fusão de horizontes contribuirá, necessariamente, para uma melhor compreensão e explicação.

Enquanto com Manuel SÉRGIO a epistemologia da Motricidade Humana se centra substancialmente no corte epistemológico de uma nova ciência (corte, portanto,

com a falta de cientificidade), resta agora corroborar esse corte assumindo a pragmaticidade da epistemologia da Motricidade Humana: a hermenêutica surge como pedagogia da construção de uma epistemologia pragmática da Motricidade Humana.

Na verdade, a atitude hermenêutica perante a Motricidade Humana como ciência é fundamentalmente a atitude hermenêutica sobre um discurso epistemológico, mas não só. Tal como, após Dilthey, o “passo decisivo não foi aperfeiçoar a epistemologia das ciências humanas, mas questionar os seus postulados fundamentais, nomeadamente que estas ciências podem competir com as ciências da natureza através de uma metodologia própria de si mesma” (RICOEUR, 1981, p. 53), é de referir que Manuel SÉRGIO passou também da epistemologia à ontologia afirmando a criação da Ciência da Motricidade Humana.

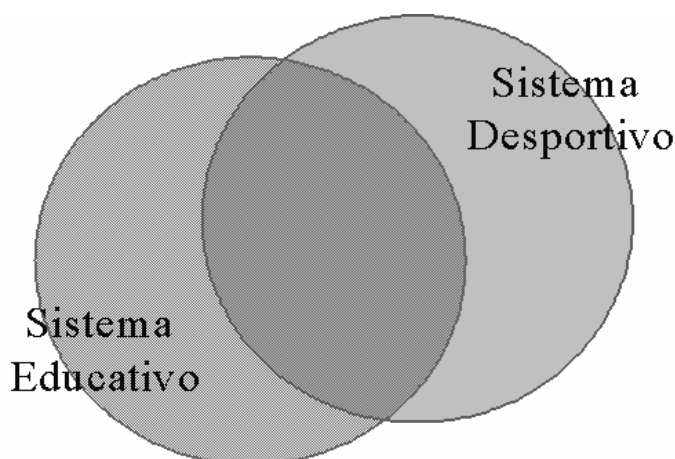
Estamos, portanto, não só numa consciência conseguida em ciências paradigmáticas como a fisiologia, a anatomia, a mecânica, etc. ou pré-paradigmáticas como a psicologia, a pedagogia, etc.: é assumida a tese de Manuel SÉRGIO, afirmando que a consciência científica advém da investigação epistemológica sobre a Educação Física e o Desporto, sintetizada numa disciplina curricular denominada Epistemologia da Motricidade Humana (FIGUEIREDO, 1989b).

É evidente que não estamos a falar de ciências cujo desenvolvimento tecnológico justifica claramente a sua consciência social generalizada. É mais visível que a aplicação do conhecimento tecnológico conseguido pelo desenvolvimento científico serve ao fenómeno desportivo e ao fenómeno da educação física, da mesma forma que serve ao fenómeno da medicina e da enfermagem ou da engenharia civil ou outra, ou ainda ao fenómeno da gestão de empresas e outras organizações. Se socialmente a ciência se “passou a justificar não pelas suas causas, mas pelas suas consequências” (SANTOS, 1989, p. 30), com o Desporto e a Educação Física poderíamos cair também no exclusivismo do resultado em esquecimento do processo.

Inspirados em Paul RICOEUR (orig: 1977; 1988), poderemos concluir que se o discurso falado for prévio ao discurso escrito, o discurso da acção sê-lo-á a ambos. A precocidade onto e filogenética da acção corporal permite, no estudo da Motricidade Humana, reconhecer a urgência de uma teoria da interpretação nos seus contextos actuais, com destaque para as instituições mesoscópicas: as que se situam “entre dois”.

### 2.1.7 As Finalidades Estruturantes das Federações Desportivas

O nosso contexto referenciador deste trabalho diz mais respeito ao Sistema Desportivo, mas não descuramos a interface entre o sistema Desportivo e o Sistema Educativo.



**Fig. 15 - Interface entre Sistema Desportivo e Sistema Educativo.**

**(in: FIGUEIREDO, 1994b; 1995)**

A referenciabilidade teórica ao sistema educativo e ao sistema desportivo vivem a par, também, de uma referenciabilidade prática assumida juridicamente com as Leis de Bases. As normas e os valores nos diferentes sistemas têm obviamente zonas comuns e zonas em que não são comuns. Por vezes algumas normas afastam os protagonistas de um sistema para outro, quase como em oposição, mas a tendência educativa e formativa do Desporto deverá sempre impor-se pela natureza humana que, cada vez mais culta, deixará as “migalhas” do biopsicosocial mais egocêntrico para um social mais transcêntrico; ou seja: atravessando os egos em comunidade global, usando as tecnologias sem inviabilizar a cultura de valores próprios como direito e dever à diferença no global comum. É esse o sentido que Sílvio LIMA evidenciava quando apelava ao bio-psico-sócio-axiológico. A construção axiológica urge ter o sentido do bem comum como direcção compatível do progresso individual, pois sem indivíduos não há comunidade.

Curiosamente a Lei de Bases do Sistema Educativo não fez o salto evidenciado com a Lei de Bases do Sistema Desportivo ao passar a Lei de Bases do Desporto hoje em reflexão. Será isso um indicador das tais modificações com robustez teórica forte ou antes um indiciador de modificações de discurso sem procura de modelos integradores, indiciando a tendência para a mudança pela mudança, como um agir intencionalmente

centrípeto mas não focado teoricamente (pelo menos de forma justificada) no discurso modelador do comum?

Esta pergunta, que não pretende ter aqui uma resposta, serve apenas para exemplificar o tipo de preocupações que podem imperar nos quadros normativos, por vezes evidenciador de uma mudança com base na “Tábua Rasa” (PIRES, 2005, p. 44).

O treino de Karaté, num centro de prática em Portugal ou na maioria dos centros de prática no mundo é identificável, não propriamente pelas regras competitivas que se utilizam, mas por características como: o vestuário utilizado (*karate-gi*), uma organização formal da classe com momentos de saudação codificados (*rei*), um sistema de graduações do nível de prática visível na cor do cinto (*obi*) e códigos de conduta adequados entre os praticantes menos graduados e os mais graduados (*sensei*), uma linguagem técnica japonesa, uma vinculação institucional a uma escola que se costuma denominar de estilo de Karaté onde se fundamentam as graduações dos mais graduados, etc. Todas estas características não são emergentes da cultura própria do local de prática, mas são características de uma cultura de prática da modalidade que se desenvolveram em condições determinadas no princípio do século XX.

Esse centro de prática está normalmente vinculado institucionalmente ao movimento desportivo do respectivo país através de uma associação / federação.

Os momentos institucionais principais da vida da maioria dos centros de prática são os exames de graduação dos praticantes e /ou competições (entre outros). Alguns centros de prática podem não projectar participação em competições institucionalizadas, mas quase todos, senão mesmo todos, projectam formas mais ou menos organizadas de graduação dos níveis de prática.

Os seus gestores principais planeiam o treino ao nível físico (bio-energético), técnico (bio-mecânico), tático (bio-informacional), psicológico (afectivo-emocional) e social (histórico-cultural e axiológico), num quadro de referência em que os valores do desenvolvimento humano integral (bio-psico-sócio – axiológico) são elogiados pelos autores mais credíveis, sempre numa referência fundante com os denominados *Budo* (modernização das artes marciais).

É notório que a investigação histórica global na modalidade é um fenómeno tardio cuja expressão dentro do Karaté só muito tarde ultrapassou os limites das visões parcelares de cada autor, compreensível perante a falta de experiência académica

relevante. Este quadro inicia uma alteração interessante a nível internacional a partir dos anos noventa, levando a que as descobertas documentais alterem as informações anteriores.

Existem tensões no Karaté que normalmente assumem a denominação generalista de tensão entre “arte marcial” e “desporto de combate” ou entre “karate budo” e “karate desportivo”, ou ainda entre “karate tradicional” e “karate de competição”. Mas estas tensões devem ser estudadas sobre os fundamentos do encontro entre culturas e tal estudo nunca foi realizado em Portugal, e internacionalmente sempre foi focado mais num segmento do desenvolvimento do que noutro. É neste contexto que o presente trabalho se enquadra, dedicando-se à interpretação dos factores fundamentais para a organização de uma imagem mais clara do facto social que é o Karaté em Portugal.

No Karaté em particular e no fenómeno desportivo em geral é possível identificar, como o fizemos antes (FIGUEIREDO, 1999; 2000), organizações heterogéneas, por vezes com finalidades completamente divergentes, e por isso mesmo, em certa competitividade entre missões divergentes, por exemplo, na mesma modalidade e mesmo clube, dificultando a sua gestão sem assumir a dimensão mesoscópica. Demonstraremos isso no estudo da emergência federativa no Karaté mais à frente.

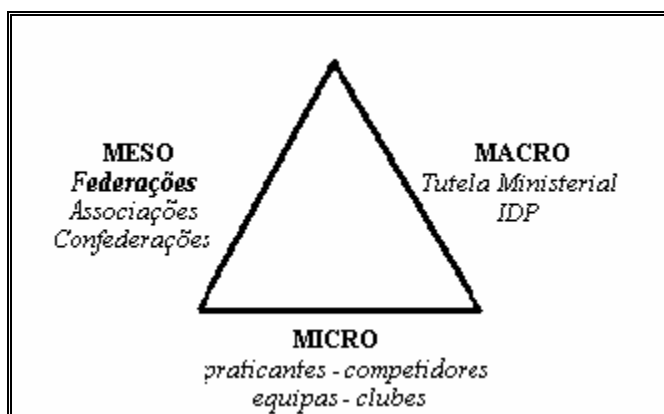


**Fig. 16 - Finalidades Institucionais a Elogiar – In: FIGUEIREDO (1999)**

Um elogio central é feito nas finalidades institucionais para o Karaté: a formação de praticantes e competidores. Nela assentam todas as expressões fundamentais do desporto no seu quadro normativo em Portugal.

Note-se desde já como se explicita claramente a diferenciação de “praticante” da de “competidor” e demonstraremos mais à frente como essa diferenciação é importante, ao contrário de uma certa tendência unidireccionadora do elitismo competitivo institucionalizado.

Por outro lado, elogia-se também o corte com a visão instrumental das federações assente numa concepção de sistema desportivo comandado pelo Estado e de federações comandadas por um Estado único, quase unipessoal. Isso não impede de notar, como faremos mais à frente, uma influência das decisões macro, seja a nível nacional, seja a nível internacional, directa ou mesmo indirectamente nas decisões micro no fenómeno desportivo. Demonstraremos isso mesmo quer ao nível da emergência do Karaté em Okinawa e Japão, quer ao nível do Karaté em Portugal, sem deixar de o fazer a nível internacional. No entanto, são as decisões intermédias as que influenciam pró-activamente a direcção do fenómeno desportivo em particular, já que nelas consegue-se chegar como agente desportivo local.



**Fig. 17 - Níveis Organizacionais das Instituições**

Quanto a nós “cabe fundamentalmente às Federações desportivas o papel central de pensamento estratégico sobre o desporto em Portugal, já que são essas instituições que conseguem atravessar vertical e horizontalmente o desporto através de cada uma das modalidades desportivas. Estas são a face estruturante e visível do desporto em abstracto. As modalidades são através dos agentes desportivos, o produto a gerir.” (FIGUEIREDO, 1999).

Abel CORREIA (2000), na esteira das suas preocupações com o movimento federado em Portugal (CORREIA, 1993), avança claramente com o estudo específico

desse pensamento estratégico no ciclo de tutela olímpica, evidenciando como os apoios da tutela nacional “incentivam a prevalência do oligopólio no sector federado já que os apoios assimétricos permitem a certas federações continuarem a dominar a situação” (CORREIA, 2000, p. 161), sendo notório o pensamento estratégico focado na alta competição em “comunhão de interesses com o principal fornecedor dos recursos: o Estado” (*ibidem*, p. 165).

### **2.1.8 O Karaté no Contexto do Desporto e das Artes Marciais**

O Desporto deve ser gerido “sobre um material vivo e organizado nas estruturas do imaginário ancestral que está dentro de cada ser humano e através da síntese estilizada de toda uma experiência comunitária”, a que Gustavo PIRES (2005, p. 44) e Bernard Jeu chamam de *racionalidade do imaginário*.

Os Desportos de Combate têm origem em épocas medievais, sendo “a evolução directa do combate singular, contra um ou contra vários [...] o que fez com que até há bem pouco tempo fossem chamados de artes marciais” (ALMADA, 1992, p. 49). Na sua origem, os Desportos de Combate encerravam valores numa relação íntima e global com o seu protagonista e hoje, em coerência com o Paradigma Emergente, podem ser espaços que “privilegiam o conhecimento do ‘eu’ total integrado no grupo” (ALMADA, 1992, p. 52).

Antes das Idades Médias historicamente reconhecíveis pelas obras e relatos escritos, percebe-se como se prolongou a institucionalização marcante da Guerra e dos códigos dos Guerreiros. Esses prolongamentos devem-se a momentos de desenvolvimento marcantes que, no caso Europeu, foi o berço helénico. Mas mesmo quando recuamos mais um pouco, ao “princípio” do escrito, vemos como no primeiro relato a função mitológico-simbólica assume relevância numa luta ritualizada entre o Gilgamesh e Ekidu que, apesar de ganha pelo semi-deus, traça-lhe o destino de consciência final sobre o que é ser verdadeiramente humano.

Os Desportos de Combate institucionalizados no extremo oriente, à medida da cultura ocidental, foram mediatizados e popularizados no ocidente sobre a denominação de Artes Marciais e o sucesso da sua implantação e difusão no seio da cultura ocidental tem suscitado interrogações e espanto (BRAUSTEIN, 1999, p. 11). Esta dupla operação entre ocidente-oriente-ocidente é algo que tentaremos melhor compreender.

A raiz do combate ritualizado está no combate real. Este é a matriz da preparação em diferentes graus de institucionalização do confronto ritualizado e festivo entre os homens. E os Jogos institucionalizados dimensionam essa natureza e neles se enraíza posteriormente o desenvolvimento do Desporto e dos Jogos Olímpicos modernos que, num movimento de globalização sem precedentes, arrastam o querer intencional e o surgimento das instituições lideradas pelos mais abertos à mudança no global. Ocidente e oriente reúnem-se nesse grito de mudança da modernidade.

No entanto, “a denominação fácil de ‘Artes marciais’, para designar globalmente o conjunto de todas as práticas de combate asiáticas, cobriu-as com uma uniformidade que não tem em conta a sua história” (BRAUSTEIN, 1999, p. 29).

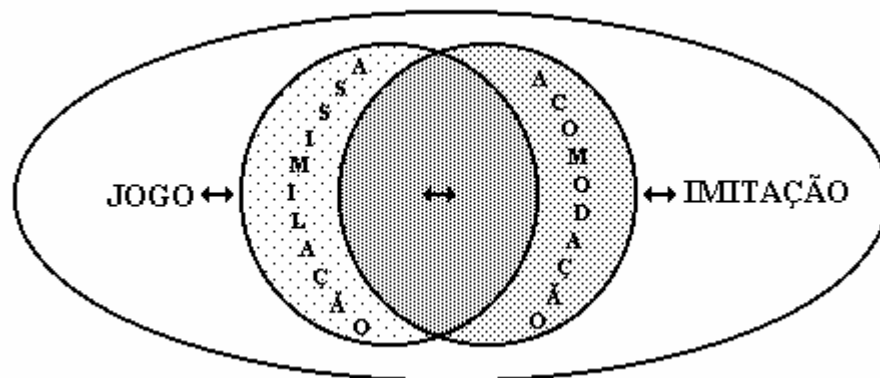
Há um certo “orientalismo” na denominação “artes marciais”, no sentido complexo do termo desenvolvido por Edward SAID:

*[...] o orientalismo não é uma simples área ou tema político com um reflexo passivo na cultura, no âmbito erudito ou das instituições; nem representa ou manifesta uma vil conspiração imperialista “ocidental” que pretende oprimir o mundo “oriental”. É, antes, a distribuição da consciência geopolítica por textos estéticos, eruditos, económicos, sociológicos, históricos e filológicos; é a elaboração não apenas de uma distinção geográfica básica (o mundo é constituído por duas metades desiguais, o Oriente e o Ocidente) mas também de uma série completa de “interesses” que, através de meios como os descobrimentos eruditos, a reconstrução filológica, a análise psicológica, a descrição sociológica e geográfica, não só cria como também mantém; mais do que expressar, o orientalismo é uma certa vontade ou intenção de compreender, nalguns casos de controlar, manipular ou até incorporar, aquele que é um mundo manifestamente diferente (ou alternativo e novo); é acima de tudo, um discurso que de modo algum se relaciona em correspondência directa com o poder político, mas que é produzido e existe numa troca desigual com diferentes tipos de poder, moldado até certo ponto pelo intercâmbio com o poder político (com um status colonial e imperial), com o poder intelectual (com as ciências predominantes como a linguística comparativa, a anatomia, ou qualquer uma das ciências políticas modernas), com o poder cultural (com ortodoxias e cânones de gosto, textos, valores), com o poder moral (com ideias sobre o que “nós” fazemos e o que “eles” podem fazer ou compreender como sendo “nós”). Efectivamente, o meu argumento é que o orientalismo é – e não se limita a representar – uma dimensão considerável da moderna cultura político-intelectual, e neste sentido tem menos a ver com o Oriente do que com o “nosso” mundo (SAID, 2004, p. 15).*

Embora este autor seja limitador ao estudo profundo do médio Oriente e com algumas lacunas importantes que nós poderemos completar em relação ao extremo oriente, afirma uma tendência generalista do sentido colonizador característico que é oposto ao sentido integrador existente nas artes marciais.

Essa polaridade diferenciada, entre o “nós” ou o “eu” e o “eles” ou o “outro” é algo que nos faz recordar o modelo cognitivista Piagetiano.

A abordagem Piagetiana encara o jogo como resultado de um desequilíbrio na função da adaptação. Uma categoria da actividade é a *imitação* que surge como acomodação quase pura, ou seja, reestruturação dos esquemas inoperantes face ao entendimento do mundo; a outra categoria é o *jogo* que surge com a predominância da assimilação, onde se faz a recepção activa do mundo através dos esquemas actuais operantes.



**Fig. 18 - Adaptação em Piaget**

O que PIAGET realça é que

*o jogo distingue uma modificação, de grau variável, das relações de equilíbrio entre o real e o eu. Pode-se portanto sustentar que se a actividade e o pensamento adaptados constituem um equilíbrio entre a assimilação e a acomodação, o jogo começa desde que a primeira leva vantagem sobre a segunda. Da assimilação puramente funcional que caracteriza o jogo de exercício até às diversas formas de assimilação do real ao pensamento que se manifesta no jogo simbólico, o critério parece bem geral (PIAGET, orig:1964, p.192).*

Assim sendo, o orientalismo característico nas “Artes Marciais” é, no lado ocidental, mais num sentido acomodativo que assimilativo no quadro piagetiano da adaptação, ou seja, mais tendente para a imitação face aos esquemas actuais inoperantes

do que para o jogo possível quando com esquemas actuais operantes. Isto levará a que muitas leituras das artes marciais se diferenciem claramente da ideia de Desporto (que é jogo institucionalizado) e se aproximem mais da ideia de Arte (mais no sentido da institucionalização da imitação). Faz também com que uma certa mitificação narrativa seja penetrante no lado mais analógico do que lógico da faceta humana.

Há, no entanto, que clarificar que “se o jogo fosse pura assimilação, não levaria em consideração as características dos objectos. Mas no jogo [...] as necessidades de adaptação estão sempre presentes, havendo um grande esforço, por parte do sujeito, de acomodação aos objectos, isto é, de se ajustar às características dos elementos com os quais ele se relaciona.” (FREIRE, 1989, p. 119).

As regras competitivas institucionalizadas que fundamentam, em grande parte, o movimento de institucionalização da modalidade através da Federação Mundial, Continental e Nacional, claramente tendentes para a integração plena no movimento desportivo e apelando à integração nos Jogos Olímpicos, envolvem mais o sentido assimilativo para o protagonista em termos individuais, mas envolvem muito de acomodação face ao querer ser um Desporto Olímpico como os outros, por exemplo.

O querer institucional e a relevância do projecto criado nesse querer por parte dos diversos intervenientes, vivificam a própria instituição em análise. Olhar a rede de mudanças e seus ciclos no surgimento passado é percorrer um laboratório racional de futuros possíveis e de entendimento do presente em causa.

A origem institucionalizada das Artes Marciais, na mancha do extremo oriente, tem um marco fundamental que é o Japão. O Japão é um dos países do extremo oriente que mais cedo, e de forma marcante, sai da tardia idade média de todo o Extremo Oriente, tornando-se, nas palavras de Martins JANEIRA, “o paradigma dos novos caminhos que os antigos países do Oriente estão a abrir para um mundo novo” (JANEIRA, 1988, p. 19). Com a Era Meiji iniciada em 1868, envolve-se de braços abertos com a modernidade ocidental.

O oriente abre-se ao ocidente e essa abertura demonstra que “a aceitação de um traço cultural corresponde a um traço voluntário de identificação” e implica “forjar novamente uma identidade adaptada aos preceitos das civilizações redescobertas” (BRAUSTEIN, 1999, p. 29).

É característico como a cultura ocidental, em contacto com o oriente, extraiu do passado formas vazias de conteúdo e importou ideias vazias de forma” (BRAUSTEIN, 1999, p. 31). A redescoberta e institucionalização das artes marciais no Japão e a sua introdução no ocidente são duas operações pouco estudadas e, claramente, pouco compreendidas no contexto desportivo ocidental.

Ao nível do senso comum, os praticantes de Artes Marciais adquirem um entendimento falseado do contexto cultural de origem (Japonês), levando

*a comportamentos no limite do patológico dentro dos Dojo. A vontade de perder o seu ego conduziu a uma vontade de submissão que faz do Sensei, não um mestre, no sentido do magister latim, [...] mas um dominus. As respostas oscilam entre a afirmação de si e a negação de si, simultânea e contraditoriamente, num movimento que, em cada um dos seus extremos, pode conduzir à transposição de um limiar patológico. O indivíduo pode evitar a sua solidão na psicose, entre exaltação e depressão, entre a certeza paranóica de ser único e centro de tudo e o trabalho esquizofrénico de afastamento de si (BRAUSTEIN, 1999, p. 31).*

As Artes Marciais são um elemento cultural dessa ligação entre o oriente e o ocidente e a dificuldade ocidental de as compreender “não tem apenas a ver com a frequente impossibilidade de integrar alguns dos seus princípios essenciais, mas também com a diversidade de conhecimentos que lhes dizem respeito” (*ibidem*, p. 35). Nesse sentido, os conhecimentos disciplinares dados nas últimas décadas, “não podendo ter em conta de forma global e unitária o seu significado, concentraram-se mais sobre algumas das suas particularidades” (*ibidem*, p. 32). A História ligou-as “à emergência do estado ou de uma casta política, os *Samurais*”; A Filosofia, “às doutrinas zenistas, taoistas, confucionistas ou budistas”; o desporto, “a práticas de competição e a simples prestações motoras”; as “técnicas de consciência à Yoga e à sofrologia”; a sociologia, “a um fenómeno essencialmente urbano na sua origem” (*ibidem*). Florence BRAUSTEIN conclui que podemos estar com um “estrabismo divergente”, ou seja que se “focaliza a reflexão sobre os contornos delicados do sujeito e não sobre o seu centro” (*ibidem*).

A consideração central que o ocidente não tem feito sobre as artes marciais para Florence BRAUSTEIN é que elas “são tanto o puro produto de um aperfeiçoamento na aprendizagem de técnicas de combate como na via, *do*, que conduz à sabedoria” (BRAUSTEIN, 1999, p. 32)

O Karaté é o movimento institucional Japonês forjado inicialmente à luz de outros Desportos de Combate Japoneses (Judo e Kendo, por exemplo), institucionalizando-se como Budo. Estudar o seu surgimento institucional no Japão, como faremos, é estudar o surgimento dos Budo e demonstrar como a sua institucionalização foi essencial ao surgimento de vários desportos Olímpicos: Judo e Taekwondo.

No entanto aquela institucionalização Japonesa foi uma acção num presente que encerrou um conflito sócio-cultural latente entre o sentimento passado (conhecido pelos sentidos e armazenado na memória) e o futuro pensado (projectado), leia-se, entre a China original (quanfa / wu shu) e o Japão Imperial nascente (para Okinawa), entre os valores das artes marciais mais vinculadas com o instinto individual de sobrevivência em guerra ou agressão restrita e os desportos de combate mais vinculados com a instituição do desenvolvimento pessoal no colectivo e a respectiva educação (emergência dos Budo). Este último conflito expande-se ao desenvolvimento da modalidade em Portugal e ainda hoje é latente nas concepções de senso comum existentes (“arte marcial” versus “desporto de combate”).

Não há estudos sobre o desenvolvimento institucional dos Budo no sentido da demonstração das operações que caracterizem um modelo. Partindo da pergunta sobre o conflito apregoado entre arte marcial e desporto, estudando as suas consequências, vamos explicar e compreender esse fenómeno de institucionalização recolhendo dados diversificados relativos à problemática em causa.

O quadro do desenvolvimento do desporto, como jogo institucionalizado, não parece servir para explicar o nascimento dos Budo, e, assim, não servirá para compreender os desportos de combate que emergiram num outro quadro de institucionalização. É essa visão egocentrista de um mundo global desportivo racionalmente europeu e tecnologicamente americano e japonês que nos impelem para outras dimensões no processo de institucionalização do Desporto.

Desporto não é só Jogo institucionalizado. Desporto é actividade motrícia institucionalizada em coerência com o Paradigma da Motricidade Humana (SÉRGIO, 1989; 1994). Desporto é Motricidade Desportiva.

O Karaté é considerado “uma arte marcial e um desporto de combate em grande desenvolvimento” (BATIGNE, 1996, p. 70) num interessante estudo onde esta

modalidade é a mais evidenciada numa definição que vincula um triângulo peculiar: arte marcial, desporto e desenvolvimento.

O Karaté ainda procura institucionalmente o movimento desportivo olímpico que lhe tem sido negado, apesar da maior expansão mundial (quando comparado com outras como o Taekwondo que já o obteve e com o Wushu que o quer obter). O Karaté mantém estruturalmente do ponto de vista técnico, como desporto de confrontação individual inerme, um grande ecletismo no ensino (percussões, projecções, imobilizações, chaves e estrangulamentos), sem romper com regras institucionais de segurança que impedem o controlo da expressão da vitória (no Karaté não há KO).

TUBINO apresenta-nos como perspectivas de projecção do desporto no séc. XXI “a proliferação de modalidades esportivas derivadas das artes marciais, principalmente no mundo ocidental [...]”, entre as quais o Karaté, principalmente pela axiologia fomentada nessas modalidades (TUBINO, 1992, p. 136).

Torres Baena, um dos poucos doutorados no mundo com um estudo sobre Karaté, referiu-nos, em conversa na manhã do dia 9 de Abril de 2005, no Funchal, num encontro a propósito de um torneio internacional de Karaté, o seguinte:

*Kárate es la denominación más conocida de las artes marciales generales. Se ve una patada en un filme y se connota con Kárate... Kárate es el icono de las artes marciales.*

Estudos recentes, com metodologias fenomenológicas, pela falta de teoria suficiente para estudos experimentais, têm-se centrado no estudo do impacto da prática das artes marciais no processo do desenvolvimento familiar (LANTZ, 2002).

Outros estudos exploratórios centraram-se na análise da actividade dos instrutores de Karaté (Treinadores), estudando sociologicamente a credencialização e sustentação da instrução como actividade com um fraco grau de profissionalização numa Associação de Karaté em particular (de índole vertical e não horizontal) (STOLEROFF, 2000).

FIADEIRO (1986) e FIGUEIREDO (1994; 1995; 1997; 1998c; 1998d), debruçaram-se sobre os modelos de formação de Treinadores de Artes Marciais em Geral e de Karaté em particular.

O desenvolvimento económico e institucional das artes marciais em geral e do Karaté em particular é um assunto ainda não estudado com profundidade, mas especialistas com contactos constantes a nível internacional, como é o caso de Patrick McCARTHY, identificam claramente que é um negócio em grande expansão internacional.

O Karaté é precisamente uma das actividades que tem proporcionado maior ambiente associativo em Portugal. Por outro lado, a análise desta problemática, como apresentaremos mais à frente, põe em evidência as ramificações dentro dos Desportos de Combate com origem oriental. O Karaté é a actividade que há mais tempo quer ser modalidade olímpica, depois do Judo e antes do Taekwondo e do Wushu (englobado na Federação Portuguesa de Artes Marciais Chinesas).

Por outro lado, é interessante notar que a “Federação Portuguesa de Budo” obteve e detém o estatuto de utilidade pública desportiva para um grupo de modalidades que tinham e têm também a utilidade pública desportiva em federações unidesportivas. Este indicador, entre outros que apresentaremos à frente, manifesta a incultura com que se tem gerido o quadro institucional destas modalidades desportivas e veremos como essa cultura inculta tem tido consequências interessantes de interpretar, não só a nível nacional, mas fundamentalmente internacional.

No modelo aqui desenvolvido, pressupomos o estudo da institucionalização concreta de uma das modalidades que melhor temos oportunidade de conhecer hermeneuticamente: o Karaté. O mesmo é dizer: que nos permite uma relação prática-teoria donde se descortina o *sentido*.

## 2.2 Proto-Desporto da Motricidade de Combate

### 2.2.1 Introdução

Ao analisar a dinâmica do desenvolvimento organizacional na gestão do desporto, PIRES (2003) evidencia que “se existe domínio, nas mais variadas actividades humanas, onde, para além da guerra, a palavra estratégia ainda tem significado, é no desporto” (p. 118), apresentando-se as modalidades desportivas como “fósseis culturais” da conquista<sup>33</sup>, da arte da guerra, da derrota do *outro*.

Embora descontextualizado, parafraseando aqui ARISTÓTELES (trad: 1977, p. 6) ao referir que “uma atitude excelente, nesta como noutra matéria, consiste em remontar às origens”, vamos remontar às origens deste fenómeno, sem perder o sentido vinculativo que nos norteia: encontrar indicadores de vínculo claro com o combate ritualizado e sua utilização com fins sociais educativos.

Propomo-nos fazer uma análise genética dos fundamentos essenciais nas operações institucionais do *combate ritualizado* ao nível da história mais conhecida, procurando, portanto, uma matriz da construção social desse facto. Temos de ir antes do Desporto. Antes do século XIX. Antes mesmo do Renascimento e da Idade Média, ultrapassando Roma e entrando no berço helénico. Mas mesmo assim, para o entender será melhor começar um pouco antes. Ir à génese primordial e identificá-la. Onde começou a escrita, isso: Gilgamesh. Porque não há ainda mais textos alusivos ao avançar no conhecimento do passado.

É comum fazer-se a história do Desporto iniciando pelos povos primitivos, assumindo-se a existência de um proto-desporto. É também certo que, antes deste nome genérico (desporto), e na raiz de uma praxis pré-desportiva, estiveram actividades humanas que lhes deram suporte; não sendo então definidas como desporto, são como tal sentidas hoje. Também certo é que a face visível do Desporto se estrutura a partir das diversas actividades humanas que se caracterizam como modalidades desportivas.

Sem dúvida que os factos sociais são locais e totais. Assumir que existe um ou mais factores preponderantes que são fios condutores do desporto, em todas as civilizações, em todas as culturas e sociedades, e mesmo em todas as modalidades de

---

<sup>33</sup> Apesar do termo ter sido usado no sentido “da conquista da mulher não consanguínea pela preservação da espécie”, usamo-lo aqui no seu sentido lato.

expressão do dito desporto, é uma tese que não será aqui assumida, nem mesmo uma hipótese a ser por nós testada. A tese que assumimos é a de que o desporto é historicamente, também, jogo institucionalizado, ou seja, que o jogo está antes do desporto e lhe dá sentido. No entanto, há um fio condutor constante na evolução da institucionalização dos Jogos e que é um dos eixos evolutivos do desporto para BLANCHARD e CHESKA (1986): o significado adaptativo ou ecológico cada vez menos evidente conforme se vão desenvolvendo as sociedades.

Na verdade, a iniciação e treino de habilidades de caça, de defesa e de guerra estão patentes em jogos diversos, e nenhum autor põe em causa que tenha sido um dos eixos evolutivos centrais do surgimento da institucionalização de Jogos em grupos, em sociedades, em civilizações.

Peter SAUL (2004), numa análise do papel estratégico que a gestão de recursos humanos tem na criação da cultura de voluntariado nas organizações, chama a atenção para as referências mitológicas, os símbolos e os cerimoniais (p. 205), em todas as organizações, com destaque para o Comité Olímpico Internacional (COI).

Neste capítulo que agora introduzimos, vamos partir da ideia de uma mitologia simplificada das origens do Desporto, considerando que a Guerra é a deusa mãe do Desporto e representa o mito matriarcal, e que o Jogo representa o seu mito patriarcal ao ser o deus pai do Desporto, desde os primórdios mais conhecidos documentalmente até ao COI que marca, institucionalmente, o arranque da globalização dos desportos.

Numa espécie de protomitologia do Desporto, veremos como os deuses foram as referências que permitiriam aos humanos usufruir dos benefícios dessas actividades divinas. Os humanos imitaram os deuses e, no caminho da organização social mundana mais institucionalizada e hierarquizada, a Guerra, construíram ordens e tempos sociais de expressão de normas, valores e símbolos próprios. A Paz permitiria a institucionalização do impulso lúdico com os corpos cada vez menos interessados na Guerra (impulso combativo) pelo seu desenvolvimento tecnológico e, assim sendo, foram-se consolidando os tempos de institucionalização dos Jogos.

A tese da catarse energética dos impulsos selváticos naturais, junto com a tese da sublimação do instinto combativo ancestral, são teses que nos levam à hipótese que o desporto pode ser mais ou menos catártico ou que pode ser espaço social de sublimação, em maior ou menor grau daquele instinto.

Não é isso que queremos aqui comprovar, mas é essa hipótese que, ainda por testar, queremos também assumir provisoriamente sem grande reflexo no contexto do que tentaremos responder especificamente. Assim sendo, assumiremos um hipotético modelo de intensidade subliminal do desporto em função da maior ou menor aproximação do confronto guerreiro a nível físico, técnico, tático, psicológico, sociológico e teórico. Teremos, portanto, espaço para dizer que as artes marciais e os desportos de combate são actividades onde se sublima em menor grau o instinto combativo humano, sendo o corpo do Outro o objecto explícito de concretização da conquista.

O essencial desta análise é a percepção da operação de descolagem da guerra, ou seja, a sublimação do inimigo de guerra mortal em adversário de jogo vivencial, ritualizado no espaço e ritmo mágicos modelados à episteme específica em causa. Faremos isso logo desde o início, de Gilgamesh a Caim.

## **2.2.2 Gilgamesh e Enkidu - O Marco do Valor Mitológico**

Nos limites da condição humana individual, com um longo tempo de gestação biológica e uma prolongada infância, só o seio da entreaajuda grupal e familiar se apresenta como alternativa à inviável existência humana solitária.

Como Sylvain SALVINI reconhece no início da sua fabulosa “Epopéia dos Desportos de Combate”, publicada durante mais de uma década<sup>34</sup>,

---

<sup>34</sup> Publicada mensalmente desde Novembro de 1984 com o nº 108 da revista francesa “Karaté” (que passou em Setembro de 1988 a denominar-se “Karaté Bushido”), até Junho de 1995 com o nº 225 (embora sem terminar, já que essa última parte termina a dizer “à suivre”). A última parte, desde Dezembro de 1991 (nº 186), aborda a história do Savate, num percurso até ao Boxe Francês, passando pelo “Chausson”. Até Novembro de 1991 aborda inicialmente os primeiros passos dos “Desportos de Combate” no Egipto e mundo Egeu (nºs 108-111), passando depois à era Olímpica onde aborda a luta, o pugilato (Boxe) e o Pancrácio (nºs 112-118), depois à época romana, desde os jogos romanos até ao fim dos gladiadores (119-133, não publicando apenas no nº 132), para penetrar numa análise desde a Idade Média até à época moderna, com incursões diversificadas em temas que vão desde os duelos judiciais (nºs 161, 172, 173), a defesa pessoal (com figuras reproduzidas de tratados raros desde 1467), o porte de arma, as protecções nos desportos de combate (169), a esgrima moderna, o boxe, etc. Queremos aqui destacar os excelentes artigos em que se refere às relações com o extremo oriente na antiguidade, China, wushu, Japão e ju-jitsu (nºs 135-137; 155-156). Por fim, destacar a excelente síntese feita no nº 185 de Novembro de 1991. Como são cerca de 115 artigos, optámos por não referenciá-los individualmente no final. A referência específica para consulta original é apresentada com o ano e nº da respectiva publicação. Somos em crer que a revista poderia fazer uma publicação em livro de todos estes artigos em analogia com o que fez Henri PLÉE com as suas crónicas. Estranhámos mesmo a falta de publicações de SALVINI que consideramos um dos grandes especialistas e investigadores dos Desportos de Combate na sua globalidade.

[...] *À luz dos comportamentos das crianças “selvagens” encontradas de tempos em tempos (como a célebre criança de Aveyron) que, sem a educação parental ou da sociedade, um bebé humano, deixado à sobrevivência na natureza no meio dos animais, não alcançará durante toda a sua vida a não ser os comportamentos destes, sem que o seu cérebro lhe permita elevar-se para lá da condição animal; um retrocesso de 2 ou 3 milhões de anos no total (SALVINI, 1984, nº 108, p. 56).*

Como nos deixa dito COUBERTIN (orig: 1919, 2003, p. 176), “o gesto que a natureza ensina a um homem ameaçado por um ataque é agarrar qualquer arma de mão – ou ainda prender o oponente e tentar atirá-lo ao chão”. A história ensina-nos realmente isto, pois os registos através das primeiras gravuras de luta, assim como os primeiros relatos, são coincidentes com a luta e a utilização do bastão.

A utilização do bastão de pau ou osso terá sido o início instrumental de muitos utensílios da vida<sup>35</sup> e, assim, de combate, seja ao nível da guerra, seja ao nível ritual e simbólico. A sua utilização habilidosa implica aprendizagem e treino e, na vida individual e colectiva, a luta pela sobrevivência sempre se vinculou com a cultura que se transmitia de geração em geração e, assim, a educação, como comunicação institucionalizada.

Mas os registos mais firmes vincutivos às operações de sublimação dessa função de sobrevivência primordial, demonstrando a sua utilização desvinculada da morte do outro, marcam o início dos relatos escritos conhecidos da existência humana.

É costume evidenciar na história do Desporto as corridas de cavalos<sup>36</sup> surgidas na mesopotâmia. O treino e sacralização do cavalo têm como pano de fundo a ritualização da actividade guerreira em jogos de corrida de carros puxados a cavalo, paralelamente a outras actividades evidentes em baixos-relevos e figuras mesopotâmicas: natação, corrida, pugilato e luta. O *texto Kikuli* da metade do segundo milénio a.C., onde se narra detalhadamente o dia-a-dia do treino e cuidado de cavalos na sua preparação para as

---

<sup>35</sup> Auguste Laforêt no século XIX escreve um tratado de dois volumes sobre a utilização do bastão, sem esgotar o assunto, pois como nos diz SALVINI, “ele esqueceu-se, entre outras coisas, das técnicas de combate” (1984, nº 108, p. 56).

<sup>36</sup> O cavalo só se domesticou a partir do II milénio a.C. na mesopotâmia, com utilização imediata na Guerra, puxando carros de combate, muito antes de se passar a montar directamente. Na Guerra de Tróia (Ilíada) que se pensa ter decorrido nos finais do II milénio os combatentes lutam a pé ou desde o carro de combate: não montados (LOPEZ, 2003, p. 16).

corridas em pista, puxando um carro, é um dos elementos mais antigos que costuma ser referido com ligação ao Desporto.

No entanto, há alguns elementos anteriores que nos interessa referir como indicadores da existência e desenvolvimento objectivo de uma certa sublimação da luta como acção guerreira para a luta ritualizada e para a luta regulamentada e que não devem ficar esquecidos na história do Desporto.

As tábuas de argila de escrita cuneiforme do séc. XIII a.C. descobertas em 1870 na biblioteca da cidade mesopotâmica<sup>37</sup> Ninive (hoje Iraque), devolveram ao mundo a mais antiga obra literária até hoje conhecida. Trata-se da Epopeia de Gilgamesh, rei que se pensa ter vivido na primeira metade do terceiro milénio antes da nossa era (cerca de 2700 a.C.) na cidade Uruk (ou Ourouk) da Suméria (CORRÊA, s/d). Pensa-se que essa epopeia nasce na cultura Suméria (3000-1900 a.C.), desenvolve-se na cultura Babilónica (1900-1200 a.C.) e consolida-se na cultura Assíria (1200-612 a.C.), tornando-se uma matriz referencial para a literatura posterior, entre a qual se relevam trabalhos como os épicos de Homero.

Sabe-se terem existido diversas versões do épico. A versão mais completa foi preservada em onze tábuas de argila da colecção do Rei Assírio Ashurbanipal, do séc. VII a.C. Na versão Babilónica, mais antiga, o conflito é entre o herói e o Homem. Na versão de onze tábuas, é o conflito do herói com o rei. Na versão de doze tábuas é o conflito do herói com deus (ABUSCH, 2001).

Pela sua ancestralidade, esta epopeia encerra alguns aspectos fundantes que merecem uma reflexão mais pormenorizada.

No contexto da epopeia, o rei Gilgamesh, dois terços deus, um terço humano, assume-se como herói sem rival. No entanto, o seu comportamento impede a ordem humana na cidade de Uruk.

*Os deuses ouviram os seus lamentos, os deuses do céu gritaram ao Senhor de Uruk, a Anu, o deus de Uruk:*

*“Uma deusa o fez, forte como um touro selvagem; ninguém pode resistir aos seus braços. Nenhum filho é deixado com o seu pai, porque Gilgamesh os tira a todos; será isto o rei, o pastor do seu povo? O seu desejo não deixa uma só virgem para aquele que ama – nem a filha do guerreiro, nem a mulher do nobre.”*

---

<sup>37</sup> A Mesopotâmia (“país entre os rios” – Tigre e Eufrates), na Ásia Ocidental, foi o berço das grandes sociedades organizadas (cidades), do grande cultivo de regadio e da escrita (3400 a.C.).

*Quando Anu ouviu a sua lamentação, os deuses gritaram a Aruru, a deusa da criação:*

*“Tu o fizeste, ó Aruru: cria agora o seu igual; que este seja semelhante a ele como o seu próprio reflexo, como um outro ele, coração de tempestade para coração de tempestade. Eles que briguem um com o outro e deixem Uruk em paz.”*

*E, assim, a deusa concebeu uma imagem no seu espírito, que era a essência de Anu no firmamento. Mergulhou a deusa as suas mãos na água, entre os dedos apertou argila e deixou-a cair no deserto: e o nobre Enkidu foi criado. Havia nele a virtude do deus da guerra, do próprio Ninurta [...] (Gilgamesh, Trad: Tamen, pp. 13-14).*

Assim, Enkidu surge como o humano “selvagem” que se civiliza pela entrega ao amor de uma mulher e se torna capaz de enfrentar Gilgamesh perante as queixas do povo de Uruk que o procura.

*[...] O homem respondeu dizendo a Enkidu:*

*“Gilgamesh entrou na casa da boda e fechou a porta ao povo. Ele faz estranhas coisas em Uruk, a cidade das grandes ruas. Ao rufar o tambor o trabalho começa para os homens, começa o trabalho para as mulheres. Gilgamesh, o rei, vai celebrar o casamento com a Rainha do Amor e ainda exige ser o primeiro com a noiva, primeiro o rei e o marido a seguir, pois isso foi ordenado pelos deuses desde o seu nascimento, desde que o cordão umbilical lhe foi cortado. Mas agora os tambores rufam para a escolha da noiva e a cidade lamenta-se.”*

*Ao ouvir estas palavras, o rosto de Enkidu empalideceu.*

*“Eu irei ao lugar onde Gilgamesh reina sobre o seu povo, eu o desafiarei corajosamente, e em alta voz gritarei em Uruk:*

*Eu vim para alterar o curso das coisas, pois aqui sou eu o mais forte.” [...]*

*Em Uruk estava feita a cama nupcial, digna da deusa do amor. A noiva esperava o noivo, mas de noite Gilgamesh levantou-se e foi à casa. Então Enkidu saiu, pôs-se na rua e barrou o caminho. Chegou o poderoso Gilgamesh e Enkidu encontrou-se com ele à entrada. Atravessou o pé e impediu que Gilgamesh entrasse na casa, e então agarraram-se um ao outro como touros. Quebraram as ombreiras da porta e as paredes foram sacudidas, resfolgavam como touros enganchados. [...] Gilgamesh dobrou o joelho com o pé assente no chão, e com uma volta Enkidu foi derrubado. Então imediatamente a sua fúria faleceu. Quando Enkidu foi derrubado, disse a Gilgamesh:*

*“Não há no mundo outro como tu. Ninsun, que é tão forte como um boi selvagem no estábulo, foi a mãe que te gerou, e agora ergues-te acima de todos os homens; e Enlil deu-te a realeza, porque a tua força ultrapassa a força dos homens.”*

*E então Enkidu e Gilgamesh abraçaram-se, e foi selada a sua amizade (Gilgamesh, Trad: Tamen, pp.20;21)*

Uma peça em bronze representando dois lutadores nus em acção de pega através de uma espécie de cinto preso à cintura de cada um, representando indícios de combate ritualizado, foi descoberta pelo Dr. Speiser em 1938 na região da antiga babilónia, sendo datada a 3000 a.C. e atribuída como representando o combate entre Gilgamesh e Ekidu (ALVAREZ, 2000, p. 15). Sylvain SALVINI apresenta essa peça de bronze datada a 2600 a.C (1984, nº 109 p. 69).

Dos símbolos mais interessantes a notar naquele relato da luta ritualizada, emerge o touro, símbolo da força divina de Gilgamesh e símbolo da energia da luta entre Gilgamesh e Enkidu. Não podemos deixar de pensar em Creta e os seus singulares jogos de touros, reflectindo sobre a influência que terá tido este símbolo em tais desenvolvimentos. Nota-se também na história um certo conflito entre o mundo selvagem e o mundo civilizado. Este como que perde a força daquele... Um saudosismo naturalista.

O mesmo valor simbólico do touro é identificado por Ortiz-OSÉS:

*No nosso contexto cultural dualizado entre o Norte faustico (viking) e o Sul humanista (latino), os contrários estão simbolizados respectivamente pelo cavalo indo-europeu solar e pelo touro mediterrâneo lunar: composição de cavaleiros e toureiros, Hipódromo e Tauromaquia, espaço linear e tempo cíclico. Precisamente no seu enigmático Guernica, o malagueño Picasso pinta a confrontação do cavalo voador germano sobre a pele do touro espanhol: mas em Guernica o cavalo é vencido paradoxalmente por um touro redivivo. Poderíamos interpretar a cena como uma nova versão das invasões indo-arianas sobre o mediterrâneo (a partir de 2000 a.C.), mas com a incidência de que o cavalo vencedor (politico-militarmente) é finalmente vencido pelo touro (culturalmente) [...].*

*Enquanto o cavalo solar indo-europeu representa classicamente a incursão da razão patriarcal do Norte, o touro mediterrânico simboliza a presença ctónica da deusa: confrontação do homem ruivo (apolíneo) e do homem moreno (dionisiano), da ciência baseada na vidência e da consciência baseada na vivência, do intelectualismo de Hegel e do mater-naturalismo de G. Bruno, o paisano de Empédocles predicador de um “Deus mestiço” quase panteísta [...] (Ortiz-OSÉS, 1991, pp. 159-160).*

Interessa-nos realçar que este registo, esta descrição de um combate de certa forma ritualizado, simboliza a existência da necessidade ancestral de institucionalizar a noção de “mais forte” sem a perda de vidas entre os “mais fortes” (mais competentes). Por outro lado, simboliza a passagem do antagonismo individual ao agonismo associativo, ou seja: de uma divergência de objectivos que os levam à luta (ritualizada:

apenas para se sentir quem seria o mais forte), pela forma como agiram, sublimam a divergência inicial pela convergência da amizade e partem na busca comum dos segredos da morte, como se nota no resto da história que, perto do final, recebe uma resposta de Siduri, a mulher da vinha:

*Gilgamesh, para onde vai a tua pressa? Nunca encontrarás essa vida que procuras. Quando os deuses criaram o homem, atribuíram-lhe a morte; mas a vida, essa ficou para eles. Quanto a ti, Gilgamesh, enche a barriga de coisas boas; de dia e de noite, de noite e de dia, dá-te a danças e alegrias, a festas e a júbilos. Que as tuas roupas sejam novas, banha-te na água, acarinha o menino que te pega na mão e torna feliz tua mulher no teu abraço; porque também isso cabe ao homem (Gilgamesh, Trad: Tamen, p. 58).*

Afinal, tendo-se passado há cerca de 5000 anos, nada de mais actual ao Homem civilizado: para onde vai a nossa pressa? Será que vai para o “sítio” certo?

Arthur WISE (1971) começa a sua obra sobre a história do combate pessoal com a constatação da falta de documentação sobre os primórdios e, embora refira que só na renascença é que homens empunharam a espada e a pena sobre o assunto, poderemos notar neste trabalho que bem antes encontramos documentadas referências básicas ao confronto mortal que, neste nosso trabalho, não interessam.

Dada a relevância fundante, julgamos essencial colocar aqui o episódio bíblico do rompimento da fraternidade humana.

*O homem uniu-se a Eva, sua mulher, e ela concebeu e deu à luz Caim. E disse: «Adquiri um homem com a ajuda de Javé». Depois ela também deu à luz Abel, irmão de Caim. Abel tornou-se pastor de ovelhas e Caim cultivava a terra. Depois de algum tempo, Caim apresentou produtos da terra como oferta a Javé. Abel, por sua vez, ofereceu os primogénitos e a gordura do seu rebanho. Javé gostou de Abel e de sua oferta, e não gostou de Caim e da oferta dele. Caim ficou então muito enfurecido e andava de cabeça baixa. E Javé disse a Caim: «Por que estás enfurecido e andas de cabeça baixa? Se agisses bem, andarias com a cabeça erguida; mas, se não ages bem, o pecado está junto à porta, como fera agachada, a espreitar-te. Acaso conseguirás tu dominá-la?» Entretanto, Caim disse a seu irmão Abel: «Vamos sair». E quando estavam no campo, Caim lançou-se contra o seu irmão Abel e matou-o (Génesis: 4,1-8).*

Esta é a diferença entre o combate ritualizado e o combate mortal. Neste, demonstra-se como o sentimento de ineficácia perante Deus (símbolo da referência humana) germina uma inveja mortal. Esta qualidade humana pecaminosamente

atribuída a Caim fere a nobreza do comportamento visível em Gilgamesh que, semi-deus, e portanto, um pouco para além da carne, sentiu a força da dignidade humana de Enkidu e, assim, vencendo-o sem mortalidade e com controlo absoluto, lança-lhe a mão da amizade, partindo para a senda conjunta da imortalidade.

É este último aspecto geral que nos posicionamos investigar, procurando, notícias da dignificação e fundamentação educativa do que de humano existe na medida das forças no combate em contextos ritualizados. É este o contexto que nos interessa investigar no proto-desporto, pois essa é a chama evidente da sua diferença em relação à proto-guerra. As suas vinculações merecem uma interpretação cuidada, pela explicação e compreensão, do essencial em relação ao acessório.

Segundo escritos hindus do século VI a.C., Krishna, por volta de 3000 a.C., durante a sua vida e antes de se retirar e subir aos céus, envolveu-se também em jogos de luta. Para vencer os seus adversários, Krishna utilizou joelhadas no peito, socos na cabeça, puxões de cabelo e estrangulamentos (SVINTH, s/d), o que permite identificar, por um lado, técnicas de luta inermes, e, por outro lado, identifica a ancestral ligação dos jogos de combate e da guerra às divindades na cultura hindu.

Mais para o extremo oriente, e segundo documentos escritos entre o século VI e II a.C., Wang Ti<sup>38</sup>, o Imperador Amarelo, reinava na China por volta de 2700 a.C., creditando-se-lhe imensas invenções, embora sem qualquer tipo de achados arqueológicos confirmatórios (SALVINI, 1987, nº 135, p. 76). Entre essas invenções, pelo que refere SVINTH (s/d), o Professor Gunsun Hoh, do Colégio Tsing Hua, de Pequim, estabelece, em 1926, a ligação de Wang Ti com a invenção do Desporto, tal como o Tiro ao Arco, a Luta, a Esgrima e o Futebol. Em 1939, L. K. Kiang repete as declarações de Hoh e esta tese começa a ser difundida sem crítica pelos praticantes de artes marciais do Este da Ásia. Como é óbvio, não tem tido base científica comprovada, e nenhum eco externo se tem notado com seriedade científica digna de reparo.

É um facto que a arqueologia não comprova uma civilização evoluída, conhecedora do bronze e escrita pictográfica em evolução para os ideogramas actuais, a não ser a partir da dinastia Shang (1600-1100 a.C.) e que SALVINI coloca paralela à civilização dos Aqueus na Grécia, mas bastante depois das civilizações do

---

<sup>38</sup> É preciso não confundir este Wuang Ti (ou Huangdi) com “Qin Shi Huangdi (259-210), ilustre unificador da China, tendo-se desenterrado depois de 1974 o exército estatuado em torno do seu túmulo ganhando, a partir deste Imperador, o título Huangdi.

mediterrâneo, adiantando mesmo a hipótese de que poderá o bronze, aparecido cerca de 1500 anos antes no médio oriente, ter entrado na China ao mesmo tempo que o cavalo e carro de guerra pelos invasores indo-europeus (1987, nº 135, p. 77). Mas teremos de aguardar pelas investigações que, sem dúvida, aparecerão mais cedo ou mais tarde.

A luta denominada Jiaodixi foi muito popular nas dinastias Qin (221-206 a.C.)<sup>39</sup> e Han (206 a.C. – 220 d.C.) da China e é descrita pelos historiadores como uma espécie de Sumo, embora não pareça ter sido integrada nos currículos da nobreza.

*A educação dos jovens nobres chineses, entre a idade de 10 e 20 anos – na época de Confúcio (551-479 a.C.) – consistia no estudo dos ritos e de 6 artes: a escrita, o cálculo, a música, a condução de carros, tiro ao arco e as danças; as 3 primeiras disciplinas estudavam-se no interior e no Outono e Inverno, as outras 3 durante a bela estação (SALVINI, 1987, nº 137, p. 68).*

As danças são um aspecto fundamental na ligação religiosa e mitológica que nunca largará a China, democratizando-se na dinastia Han (206 a.C. – 220 d.C.). Danças de combates simulados com animais são frequentes.

Ainda mais a extremo oriente, a mitológica história Japonesa escrita no Kojiki, o registo das coisas antigas (712 d.C.), relata um combate entre Takeminakata-no-kami representando a raça comum contra Takeminazuti-no-kami representando a raça divina. Combatendo pela posse do Japão a luta foi ganha pelo segundo. Mais recentemente, é colocado um combate menos mitológico no ano 22 a.C. entre Nomi-no-Sukuné e Tagima-no-Kwehaya, numa espécie de pancrácio já que houve pontapés, tendo o primeiro matado o segundo combatente, tendo que se saltar depois para o século VIII d.C. para encontrar eventos históricos relacionados com o Sumo.

A construção mitológica da atribuição da natureza guerreira humana aos próprios Deuses, como é óbvio, indica, por um lado, a vinculação do “‘instinto combativo’ inerente à própria natureza humana” (LIMA, 1987a, p. 12), e, por outro, indica-nos os conhecimentos sobre as técnicas de luta que os homens foram desenvolvendo. A sua sistematização cultural foi construindo escolas de preparação para se lutar com projecção funcional na educação para a cidadania.

Veremos como de uma descrição e admiração da função mitológica do combate ritualizado, vamos olhando mais de perto para a função artística e técnica desse combate

---

<sup>39</sup> Para uma melhor consulta das Dinastias da China ver GASCOIGNE (2003).

circunstanciado, por um lado, e da função ética e deontológica dos comportamentos estimuláveis na sua correcta exercitação (educação/treino).

### **2.2.3 A Representação e Organização da Luta Corporal Egípcio**

A organização institucional da luta corporal nos currículos de educação dos jovens, seja com objectivos militares evidentes, seja com outras funções religiosas e educativas, indica a importância que tais práticas demonstram ter tido desde sempre.

Frescos de túmulos egípcios datados de 2300 a.C., mostram jovens a lutar e rapazes em túnica a boxear e a esgrimir com rolos de papiro. Em outros três túmulos de 1950 a.C., foram pintadas cerca de 400 pegadas e saídas de luta, representando “o manual de luta mais antigo que conhecemos” (SVINTH, s/d).

O Deão, do Instituto Superior de Educação Física de Alexandria, em 1961, refere esse documento arqueológico como uma base dos desportos de luta subsequentes (OSMAN, 1961, p. 107).

A luta ritualizada tem também um grande destaque nos túmulos do antigo Egípcio, existindo “muita informação visual, mais do que em qualquer outro desporto em termos do número de imagens”. Dos trinta túmulos dos príncipes do distrito de Antílope, em quatro deles temos representações diversas. Num são figuras de seis pares, noutra são 59 pares, noutra são 122 e noutra ainda são 219 (LÓPEZ, 2003, p. 18).

Por outro lado, este autor aponta que os Egípcios parecem ter desenvolvido uma esgrima com bastões de madeira, sugerindo alguns autores que os seus movimentos seriam semelhantes ao actual sabre da esgrima. Muitos destes bastões de esgrima conservaram-se até hoje, como os de Tutankhamon, medindo de um metro a mais. Parece que incluíam no seu programa educativo a esgrima junto com a luta.

Entre 1700-1550 a.C. parece terem surgido acontecimentos que fizeram pôr em causa o mito da invencibilidade divina dos Faraós. Povos estrangeiros denominados *hicsos*<sup>40</sup>, dispendo de cavalos e carros de combate, assim como de armas potentes, retiraram o poder político aos Faraós e governaram nesse período.

---

<sup>40</sup> Povo ou grupo de povos estrangeiros procedentes de diversos lugares do oriente: Síria, Palestina, Indoarianos mais do norte da Mesopotâmia (LOPEZ, 2003, p. 20).

*O Egipto teve de reagir actualizando os seus exércitos, adoptando o cavalo, os carros, os arcos compostos... e começou a expulsar os hicsos e a conquistar territórios no exterior, o Novo Reinado ou Império, que levou a grandes transformações sociais: a sociedade rural tradicional transformou-se em urbana com a conseqüente desorganização cultural, perda de tradições; o secular avançou às custas do sagrado; o faraó intervém nos desportos dos homens, algo incompreensível anteriormente.*

*Para o egiptólogo Willson [<sup>41</sup>], o desporto é, naquele momento, tal como em muitos outros ao longo do tempo até à história recente, algo semelhante à guerra, e o desportista vencedor vem a coincidir com o guerreiro vencedor; além disso, os faraós necessitavam de recuperar o prestígio perdido historicamente e serviram-se, além dos feitos bélicos, dos feitos desportivos e da propaganda desportiva (LOPES, 2003, pp. 20-21).*

Esta vinculação do Desporto à manifestação do poder político (entre outros) é bem mais precoce que aquela tão bem apresentada por José ESTEVES (1975) desde a antiguidade clássica Grega à modernidade actual e que aqui escusamos apresentar. Apenas a referência para esclarecer que o fracasso em Guerra ancestral, perante os governados, tentou ser contrabalançado pelo sucesso no terreno do ritual que representava o Jogo institucionalizado.

#### **2.2.4 A Institucionalização nos Jogos Homéricos**

A luta e o pugilismo ritualizados têm representações em praticamente todas as culturas (LÓPEZ, 2003, p. 24). Creta, para além dos conhecidos Jogos de Touros, também tem representações da luta e pugilismo, sendo de realçar o fresco de Tera, representando duas crianças a boxear, apenas com luva numa das mãos e metade do antebraço, o que sugere a possível utilização desportiva, para além da militar, ou de preparação de gladiadores para espectáculo (*ibidem*, p. 27).

O passo de organização institucional de Jogos com fundo sagrado, que depois se vão secularizando perante realidades sociais mais pragmáticas, pode ser evidenciado num ritmo que envolve necessidades sociais diversas, entre as quais a utilitária preparação para a guerra é evidente. Mas o sagrado das mitologias compromete-se com um desenvolvimento de uma ética comportamental fundante dos valores treináveis nos jovens em educação e mediáveis pelos símbolos de comportamento que merecem visibilidade: os vencedores.

---

<sup>41</sup> WILSON, J.A. (1980), La Cultura Egípcia. FCE. México, pp. 285-297.

O encontro e reconhecimento formal dos vencedores, num jogo com regras, mas onde a intervenção divina pode fazer diferença, justificando a ligação energética a um momento simbólico (jogos fúnebres, por exemplo), e sempre com a vertigem mais ou menos por perto (perigo de morte mais ou menos latente) e por isso, espaço para a demonstração de qualidades e virtudes humanas excepcionais que actualizem o mundo dos deuses na terra (carácter sagrado), são a energia para o apogeu dos Jogos Homéricos que a seguir estudaremos. É aqui, neste berço, que nasce o elogio do mito dessa distinção cuja ideia base foi tão bem identificada, criticamente, por José ESTEVES (1975, p. 98): “o sucesso do vencedor revela uma superioridade essencial sobre os outros homens, ou seja, um direito de viver diferentemente dos vencidos”. Deixamos na neutralidade do momento a interpretação da positividade ou negatividade desenvolvimentista que tal operação tem. É um facto que o seu elogio homérico, será mais tarde institucionalizado nos Jogos.

É com a *Ilíada* e a *Odisseia* atribuídas a HOMERO (725 a.C.), relatando a civilização micénica (entre 2000 a 1200 a.C.), que se registam os denominados Jogos Homéricos, com uma grande relação com os Jogos Pan-Helénicos. Na verdade, quer nos Jogos definidos na *Ilíada*<sup>42</sup>, quer nos da *Odisseia*<sup>43</sup> várias provas são referidas e muito bem descritas no caso da *Ilíada*. Os prémios não são só para os vencedores, são também para os restantes participantes e o interesse é sempre o de medir o melhor entre os melhores, dando-se espaço para a intervenção dos Deuses, também num jogo que dá um sentido à sorte e ao azar entre os homens e os heróis.

Interessa aqui realçar que os Jogos fúnebres em honra de Pátroclo, mandados realizar por Aquiles para alegria dos corações, têm duas provas que nos interessam particularmente: o pugilato e a luta (onde participa Ulisses). Os Jogos dos Feaces para alegrar Ulisses na sua viagem de regresso de Tróia, também incluem essas mesmas provas.

Vejamos os detalhados relatos das provas de pugilismo e luta na *Ilíada* através de um relato da *Ilíada* que a seguir apresentamos.

*Então ele propôs prémios para o pugilismo doloroso (...) E em pé, disse no meio dos Argivos:*

*- Atrida, e outros Aqueus de belas grevas, convidamos, para estes prémios, dois homens, os melhores, a que se batam erguendo alto os*

---

<sup>42</sup> Ver canto XXIII.

<sup>43</sup> Ver canto VIII.

*punhos. Aquele a quem Apolo tiver concedido a vitória, a juízo de todos os Aqueus, partirá levando a mula resistente para a sua tenda; o vencido ganhará a taça de duas asas.*

*Ele disse. Imediatamente se levantou um homem bravo e grande, hábil pugilista, Epeu, filho de Panopeu. Deitou a mão à mula resistente, e exclamou:*

*- Aproxime-se o que irá ganhar a taça de duas asas. Afirmo que nenhum outro Aqueu levará a mula, depois de me vencer no pugilismo; pois gabo-me de ser o melhor. Não basta que eu deixe a desejar no combate? De facto, não é possível que nenhum homem seja hábil em todos os exercícios. Declaro, e isto há-de consumir-se: rasgarei a pele e machucarei os ossos do adversário que me aparecer pela frente; os seus amigos devem ficar ao pé, em bom número, prontos a transportá-lo e a tratá-lo, domado pelas minhas mãos.*

*Ele disse, e todos, mudos, guardaram silêncio. Só Euríalo se levantou, homem igual a um deus, filho de Mecisteu, o príncipe nascido de Tálao, que outrora veio a Tebas, quando Édipo tombou estrondosamente, para o seu funeral; e ele venceu aí todos os filhos de Cadmo. O filho de Tideu, célebre pela sua lança, afadigava-se em torno de Euríalo, encorajando-o com as suas palavras, pois desejava bastante a vitória dele. Passou-lhe primeiro o cinto, depois deu-lhe as correias, bem talhadas no coiro de um boi campestre.*

*Os dois adversários, tendo-se cingido, vieram para o centro da arena, e, erguendo diante de si as suas mãos sólidas, os dois ao mesmo tempo, caíram um sobre o outro, enredando as suas mãos pesadas. Era terrível o estalo dos seus queixos, e o suor corria por toda a parte dos seus membros. O divino Epeu arrojou-se e atingiu Euríalo, embora este o espiasse, na face; e ele não se aguentou mais tempo em pé, pois os seus membros brilhantes desfaleceram. Tal como, ao agitar o Bóreas a água, um peixe salta sobre as algas da costa, e a vaga negra o recobre, assim, socado, saltou no ar Euríalo. Mas o magnânimo Epeu, segurando-o nos seus braços, endireitou-o; os seus companheiros rodearam-no, e levaram-no através da assembleia, arrastando os pés, cuspindo um sangue espesso, de cabeça pendente para o lado. Colocaram-no no meio deles e levaram-no, privado de sentidos; e eles próprios, abalando, transportaram a taça de duas asas.*

*O filho de Peleu depôs logo, pela terceira vez, outros prémios, os quais mostrou aos Dánaos, os da luta dolorosa: para o vencedor uma grande trípede, indo ao lume, que os Aqueus entre si avaliavam-na em doze bois; para o vencido, expôs uma mulher; ela sabia fazer muitos labores, e avaliaram-na em quatro bois. Aquiles, de pé, disse aos Argivos:*

*- Levantai-vos, vós que ides tentar mais esta prova!*

*Ele disse. Avançou então o grande Ajax, filho de Télamon, e ergueu-se também Ulisses, o astucioso, conhecedor de tudo o que é vantajoso. Ambos, tendo-se cingido, vieram para o centro da arena, e envolveram-se estreitamente um ao outro nos seus braços sólidos, como as vigas que um carpinteiro famoso ajustou, no alto de uma casa, para obstar à violência dos ventos. As suas costas estalavam sob as suas mãos ousadas, duramente puxadas; o seu suor escorria. Tuores abundantes – sobre os seus flancos e os seus ombros – purpúreos de sangue, inchavam; mas eles não cessavam*

*de desejar a vitória, pela trípode bem feita. Nem Ulisses podia fazer deslizar o outro, e levá-lo ao solo, nem Ajax, detido pela forte resistência de Ulisses. E, como eles aborrecessem os Aqueus de belas grevas, o grande Ajax, filho de Télamon, disse a Ulisses:*

*- Descendente de Zeus, filho de Laertes, astucioso Ulisses, levanta-me ou levanto-te eu: Zeus fará o resto.*

*Tendo dito ele levantou-o. Mas Ulisses não esqueceu a manha. Bateu-lhe com o calcanhar na curva da perna, fez vergar os seus membros, derrubou-o para trás; e sobre o seu peito caiu Ulisses. As tropas olharam e admiraram. Por sua vez, o divino, o resistente Ulisses levantou Ajax, mas pouco arrancando ao solo, sem o elevar mais acima; entretanto dobrou-lhe o joelho, e ambos caíram por terra, um ao lado do outro, e sujaram-se de poeira. Erguidos de um salto, eles lutariam uma terceira vez, se Aquiles em pessoa, levantando-se, os não houvesse travado:*

*- Não insistais mais, não vos canseis mais em pegas dolorosas, a vitória pertence a ambos. Tomai prémios iguais, e parti, para deixar concorrer outros Aqueus.*

*Ele disse. Os outros escutaram-no bem e obedeceram-lhe; e sacudindo a poeira, revestiram as suas túnicas (HOMERO, A Ilíada, s/d, p. 333-335)*

Ficamos com a ideia de que não há uma rigidez de programa nem uma organização institucionalizada desses Jogos. Acontecem para revivificar as energias perdidas entre momentos de consumação da vida “real”. HOMERO coloca Ulisses a referir na Odisseia o seu sucesso em provas de Jogos que não acontecem em qualquer das obras, onde se assiste também a jogos na dança, na música e no canto, o que permite a demonstração pública do nível de execução dos protagonistas num espectáculo literariamente impressionante.

Pelo relato apresentado, fica evidente que há uma regulamentação diferenciada para a luta desarmada com objectivos de derrube através de pegas e projecções, e outra com objectivos de ferida intencional com os punhos (pugilismo). Pela primeira vez na história escrita tal é observável.

Por fim, interessa evidenciar que é o ambiente heróico e literariamente perfeito que dá magia educativa a estas obras. A disputa pela vitória cria a tensão emocional que coloca deuses e homens nos seus limites próprios, permitindo-nos perceber a orientação dada aos comportamentos dos participantes sempre em respeito pela *arete*, “virtude para a perfeição” ou “excelência” (PIRES, 2005, p. 43).

O ponto alto é quando Antíloco, atrás de Diomedes (filho de Tideu), “impeliu os seus cavalos, por manha, não em velocidade, antecipando-se a Menelau” (ILÍADA, p.

330), e porque Eumelo, chegando em último lugar, teve o seguinte comentário de Aquiles: “O homem que melhor conduz os seus cavalos de cascos maciços chegou em último! Pois bem, dêmos-lhe um prémio, como é justo, o segundo; o filho de Tideu que leve o primeiro” (ILÍADA, p. 331).

Veja-se o que sucede a seguir, procurando compreender o aspecto mais relevante, ou seja, o espírito com que as personagens vivem nas bocas do poeta, numa lição interessante:

*Ele disse. Todos aprovaram esta proposta; e ele ter-lhe-ia dado a égua, pois todos os Aqueus haviam-no aprovado, se Antíloco, filho do magnânimo Nestor, não respondesse acertadamente ao filho de Peleu, Aquiles, erguendo-se:*

*- Aquiles, querer-te-ei muito mal, se fizeres o que dizes. Vais tirar-me o prémio, pensando no que sofreram o carro de Eumelo, os seus cavalos rápidos, e ele próprio, embora seja excelente. Mas deveria ter endereçado preces aos imortais; assim não teria chegado em último, nesta perseguição. Se o lamentas, se ele é caro a teu coração, tens na tua barraca muito ouro, tens bronze e gado, tens cativas, e cavalos de cascos maciços. Vai lá buscar um prémio, daqui a pouco, e dá-lho, até maior do que este; fá-lo mesmo agora, para que os Aqueus te louvem. Mas eu não darei a égua; por ela, o homem que a desejar terá de experimentar medir-se comigo!*

*Assim disse, e o rápido, o divino Aquiles sorriu, satisfeito com a linguagem de Antíloco, pois ele era seu companheiro. E respondeu-lhe estas palavras aladas:*

*- Antíloco, já que me convidas a tomar da minha tenda um outro prémio para o dar a Eumelo, eu farei como dizes. Dar-lhe-ei a couraça que arrebatei a Asteropeu, couraça de bronze, orlada de um vazamento de estanho brilhante que passa a toda a volta: será para ele de grande valor.*

*Assim disse, e ordenou ao seu companheiro Automedonte que a fosse buscar à sua tenda. Ele partiu e trouxe-lha, e entregou-a nas mãos de Eumelo, que a recebeu com alegria.*

*No meio deles levantou-se então Menelau, de coração desgostoso, violentamente irritado com Antíloco. Um arauto pôs-lhe um ceptro na mão, e exortou os Argivos ao silêncio. Depois esse homem, igual a um deus, falou:*

*- Antíloco, até aqui sensato, o que fizeste? Ofuscaste o meu valor, causaste dano aos meus cavalos metendo os teus à frente, que eram bastante inferiores (...). Ora bem! Eu próprio pronunciarei a sentença, e afirmo que ninguém, nenhum dos Dánaos me censurará: pois ela será recta. Antíloco, vem cá, discípulo de Zeus, como é de regra; e, em pé, diante dos cavalos e do carro, com o chicote nas mãos, flexível, graças ao qual conduziás há bocado, tocando nos teus cavalos, jura por Aquele que sustém e sacode a terra que não entravaste voluntariamente, e por manha, o meu carro.*

*O prudente Antíloco respondeu-lhe:*

*- Tolera isto sem te zangares agora: sou muito mais novo que tu, rei Menelau; tu és mais velho e melhor. Sabes até onde podem ir os desvarios*

*de um jovem: o seu espírito é demasiado pronto, as suas ideias são frágeis. Que o teu coração suporte portanto isto; e eu próprio te darei a égua, a que obtive; se, além dela, pedires algum presente mais importante, dos meus bens, logo me disporei a dar-to, criatura de Zeus, em vez de para sempre ficar longe do teu coração, e culpado entre os deuses.*

*Ele disse, e levando a égua, o filho do magnânimo Nestor pô-la nas mãos de Menelau, cujo coração amoleceu como as espigas, sob o orvalho, de uma seara crescente, quando os campos se arrepiam. Assim, Menelau, em tua alma, se amoleceu o teu coração. Logo, dirigindo-se a Antíloco, Menelau lhe disse estas palavras aladas:*

*- Antíloco, é agora a minha vez de te ceder, apesar de enfurecido. Na verdade, antes tu não eras estouvado ou insensato. Hoje a tua razão foi vencida pela juventude. Na próxima vez, evita enganar alguém melhor que tu. Um outro Aqueu teria necessitado de muito tempo para me persuadir; mas tu sofreste muito, penaste muito, bem como o teu bravo pai e o teu irmão por mim. Eis porque o teu rogo me persuade, e dar-te-ei a própria égua, ainda que minha, a fim de também estes reconhecerem que o meu coração nunca é arrogante, nem inflexível (HOMERO, A Ilíada, s/d, pp. 331-332).*

Há, portanto, um fundamento ético, para além da simples façanha lúdica, não só em relação aos que participam como jogadores, mas também aos que assistem, sendo a descrição da prova de corrida de carros de cavalos um dos mais belos momentos literários que demonstram isso mesmo.

Curiosamente, a primeira referência explícita à arte do Te (nome então dado ao Karaté), foi encontrada num poema escrito por Teijunsoku (também chamado Nago Oyakata), nascido em 1663, num contexto muito significativo:

*Seja qual seja o teu grau de excelência na arte do te,  
assim como nos teus deveres escolares,  
nada é mais importante do que o teu comportamento  
e o teu humanismo observáveis na vida diária.  
(NAGAMINE, 1976, p. 20, n.t.)*

Na procura da perfeição humana, é dado primeiro relevo ao aspecto ético-social do comportamento do praticante de uma arte marcial. Vemos aqui como esse fundamento é ancestral ao berço axiológico dos Jogos Olímpicos.

### 2.2.5 A Luta na Educação Institucional Aristocrática - Arete

Píndaro (518-438 a.C.) “coloca-se ao serviço dos ideais homéricos e arcaicos da aristocracia” (LÓPEZ, 2003, p.52), fazendo emergir uma mitologia que dá vida à “essência deste homem agonístico que a arte nos revela na vigorosa harmonia das suas nobres formas” (JAEGER, 1989, p. 172): “a luta da nossa natureza mortal para se aproximar do modelo dos deuses em forma humana” (*ibidem*, p. 173).

Esse sentido religioso, é evidenciado por Píndaro “também nos hinos aos vencedores das competições de Olímpia, Delfos, Istmo e Neméia”, fazendo Werner JAEGER notar como neles vigora o “sentimento religioso dos concursos” e a “emulação sem exemplo” que constituem o acme da vida religiosa do mundo aristocrático (JAEGER, 1989, p. 173).

Duas questões centrais aqui tomam sentido: i) por um lado, evidencia-se o homem agonístico com hinos às suas vitórias; ii) por outro, releva-se a cultura aristocrática.

*Que as primitivas lutas eram originariamente próprias da aristocracia, depreende-se da natureza das coisas e confirma-o a poesia. Isto é um pressuposto essencial para a concepção de Píndaro (...) Entre os nobres não só era tradicional o mais alto apreço pelos jogos competitivos, mas tinham herdado também as qualidades físicas e anímicas necessárias a eles. Com o tempo, no entanto, os membros da burguesia foram ganhando as mesmas qualidades e chegaram a triunfar nas lutas. Foi só mais tarde que o atletismo profissional venceu aquela estirpe de lutadores de alto nível, formada no esforço perseverante de uma tradição inquebrantável, e só então é que as lamentações de Xenófanes sobre a supervalorização da força física bruta e sem espírito acharam eco, tardio mas persistente. No momento em que o espírito foi considerado contrário ou até inimigo do corpo, foi degradado sem esperança de salvação o ideal da velha agonística, que perdeu o seu lugar de destaque na vida grega, embora persistisse como simples esporte durante longos séculos. Originalmente, nada lhe era mais estranho que o conceito meramente intelectual de força ou eficiência “física”. A unidade do físico e espiritual que nas obras-primas da escultura grega admiramos e que para nós está irremediavelmente perdida, aponta-nos o caminho para chegarmos à compreensão da grandeza humana do ideal agonístico, embora a realidade nunca lhe tenha correspondido (JAEGER, 1989, p. 174).*

Na verdade, compreender o *ideal agónico* grego leva-nos à sua interpretação nas estátuas representadoras da encarnação corporal dos vencedores olímpicos, através da energia que lhes é dada pelos cantos pindáricos aos vencedores (JAEGER, 1989, pp. 12-13).

*Não sou um escultor que edifica obras imóveis sobre o seu pedestal. Caminha, doce canção, desde Egina, sobre todos os navios e no pequeno batel e anuncia que Píteas, o possante filho de Lâmpon, conquistou em Neméia a coroa do pancrácio (Píndaro, quinto canto Nemeu; in: JAEGER, 1989, p. 177).*

Píndaro, “ao colocar a sua concepção aristocrática dos concursos, em que o homem luta para atingir a perfeição da sua humanidade, sob o ponto de vista de uma interpretação religiosa e ética da vida (...), penetra de modo inaudito no mais fundo da existência humana e parece elevar-se até os mais altos e misteriosos problemas do seu destino” (*ibidem*, p. 175). A vinculação à circunstância passageira, exterior e fortuita transcende-se no vencedor exemplar que exige o canto: “a *areta*<sup>44</sup> que triunfa na vitória não quer ‘esconder-se silenciosa no seio da terra’, mas pede que a eternizem nas palavras do poeta” (*ibidem*).

É na noção de *arete* que podemos notar o ideal da cultura aristocrática helénica e, assim, como o fizemos já anteriormente, (FIGUEIREDO, 1998b) o ideal da educação grega. A sua raiz<sup>45</sup> remonta às concepções fundamentais da nobreza cavaleiresca e quer em Homero, quer nos séculos posteriores o conceito de *arete* é usado no sentido amplo para designar a *excelência*, tanto nos Homens como nos Deuses, e mesmo animais. “Originalmente a palavra designava um valor objectivo naquele que qualificava, uma força que lhe era própria, que constituía a sua perfeição” (JAEGER, 1989, p. 19), tanto que às vezes definiam directamente como *vigor e saúde* a *arete* do corpo e *sagacidade e penetração* como a *arete* do espírito.

Ainda em HOMERO, é notório que, primitivamente, o conceito tem o sentido da *força e destreza* dos guerreiros ou lutadores e, essencialmente, *heroísmo* intimamente ligado à força. Numa idade guerreira de grandes migrações é natural que o valor do Homem assentasse na nobreza e bravura militares e menos no elogio da virtude moral que mais tarde surge.

O código da nobreza cavaleiresca influencia a educação grega posterior no sentido elogiador da *coragem* e posteriormente da *virilidade*, como uma das mais altas virtudes na ética cidadina. Por outro lado, influencia notoriamente a distinção que livremente

---

<sup>44</sup> JAEGER (1989, p. 176) escreve a palavra na sua forma severa e na dórica ressonância da língua pindárica.

<sup>45</sup> A raiz da palavra encontra-se no superlativo de *distinto* e *escolhido* sendo no plural empregado para designar a *nobreza* (JAEGER, trad:1989, p. 19).

emerge da aristocracia, ao assumir o dever de prosseguir constantemente o seu ideal ético.

O episódio de Creugas e Damoxenus, com as excelentes esculturas no Museu do Vaticano, mostram como este código elogiador da coragem é penetrante.

Cerca de 400 a.C. em Nemeia, aqueles dois lutadores, combatendo até ao anoitecer sem uma decisão, acordaram permitir que cada um desse um golpe final ao outro sem defesa. Creugas golpeou Damoxenus na cabeça sem qualquer efeito finalizador. Damoxenus pediu a Creugas para levantar o braço esquerdo e golpeou-o com a mão aberta como uma faca, penetrando no seu ventre lateralmente, matando-o (DRAEGER e SMITH, 1969. p. 8).

Assim, temos identificado o ideal ético da aristocracia, onde há o dever de luta constante pelo prémio da *arete*, sendo a vitória o seu sinal positivo, em distinção das obrigações inerentes à moral burguesa<sup>46</sup>. Aquela vitória não significava simplesmente a superação física do adversário, mas também a rigorosa exercitação das suas qualidades naturais. Só assim se sentiria reconhecido comunitariamente e adquiriria *honra*<sup>47</sup>. Este heroísmo grego é distinto do simples desprezo selvagem pela morte. É claramente um ideal escolhido de subordinação do *físico* a algo mais elevado. O *eu* deixa de ser o sujeito físico, mas sim o mais alto ideal de Homem que se consegue forjar e que todo o nobre deve (aspira livremente) realizar em si próprio. Só assim se consegue a imortalidade.

A educação visava preparar para a imortalidade e esta era conseguida em dois fundamentos essenciais Homéricos: *proferir palavras e realizar acções*<sup>48</sup>.

Estava encontrada a função do elogio pindárico da excelência dos lutadores e de outros competidores: elogiar-lhes a *arete*. Píndaro coloca-os num mundo de *modelos ideais* e, assim, situa-os no mundo dos *mitos*. A sua função educativa é essencial, pois valoriza a elevação e faz despertar as suas melhores forças (JAEGER, 1989, p. 180).

---

<sup>46</sup> O Homem homérico “é um produto da sua classe e mede a *arete* própria pelo prestígio que disputa entre os seus semelhantes. O Homem filosófico dos tempos seguintes pode prescindir do reconhecimento externo, embora - [...] segundo Aristóteles - não lhe possa ser totalmente indiferente” (JAEGER, trad: 1989, p. 22).

<sup>47</sup> Para perceber melhor o conceito de honra grega, ver JAEGER, trad:1989, p. 22.

<sup>48</sup> Ao lado da acção estava a nobreza de espírito e só na união de ambas se encontrava o verdadeiro objectivo (JAEGER, trad: 1989, p. 21).

A nobre epopeia “cavaleiresca” homérica é a base da filosofia jónica, com Sólon, Sócrates, Platão e Aristóteles a emergirem do Estado ao ser, e do ser ao Estado, sendo importante perceber, desde já, que tal não acontecerá no nascimento da filosofia medieval: na vez de se fundamentar na epopeia cavaleiresca medieval, “fundamenta-se na aceitação escolástica da filosofia antiga pelas universidades, e não tem nenhuma influência na cultura nobre e na subsequente cultura burguesa da Europa Central e Ocidental” (JAEGER, 1989, p. 132).

### **2.2.6 A Consciência Institucional do Bem Comum - Sólon**

Sólon está no começo da formação política de Atenas e é apresentado como tal por JAEGER (1989, pp. 119-129). Mas o essencial de Sólon é que ele concebe a ideia de uma legalidade intrínseca da vida social, e isto na esteira Jónica com Tales de Mileto e Anaximandro a ensaiarem por essa época as primeiras passadas na ousada senda do conhecimento de uma lei estável do devir eterno da natureza, ou seja, no elogio de uma ordem imanente do curso da natureza e da vida humana: o sentido e a norma interna da realidade.

Com Sólon as culpas de uma boa parte do destino dos homens passam a ser da responsabilidade do homem em si mesmo, ao contrário do homem homérico que aceitava passivamente o destino nas mãos dos deuses. Os apelos Solónicos têm um sentido: que os homens ganhem consciência da responsabilidade na acção.

Na esteira da mensagem já perceptível desde Gilgamesh, o sentido dos deuses imortais está completamente oculto aos homens e, em face disto, os homens encontram júbilo pelos dons da existência, o crescimento das crianças, os vigorosos lazeres desportivos, a equitação, a caça, as delícias do vinho e do canto, a amizade dos homens e a felicidade sensível do amor (Sólon, Frag. 12-14; 17 in JAEGER, 1989, p. 128).

Sólon é o primeiro Ateniense, pois une a comunidade ao indivíduo, superando o individualismo, elogia os direitos da individualidade com um fundamento ético inovador: é pela individualidade responsável na comunidade que se prospera mutuamente.

JAEGER parafraseia Kant dizendo que “a intuição mítica, sem o elemento formador do *Logos*, ainda é ‘cega’ e que a conceituação lógica, sem o núcleo vivo da ‘intuição mítica’ originária, permanece ‘vazia’” (JAEGER, 1989, p. 132).

A concepção religiosa do mundo, implícita nos mitos, com a filosofia Grega assume uma racionalização progressiva. Sócrates e Platão chegam ao centro, ou seja, à Alma; a partir daqui, muda novamente o sentido com o neoplatonismo. Restou ainda assim o mito platónico da alma, resistente na filosofia antiga à racionalização integral, onde a religião cristã encontrou um vínculo importante.

Ter começado pelos problemas da natureza e não propriamente com os relativos ao eu humano deve-se ao facto de que os problemas eram fundamentalmente práticos e não teóricos. Diz-nos JAEGER (1989, p. 133) que a concepção do Estado é, pela sua própria natureza, de um carácter imediatamente mais prático que a investigação da génese ou origem. Com o estudo dos problemas do mundo externo (particularmente a matemática e medicina) emergiram intuições do tipo de uma *techne* exacta que serviram de modelo para a investigação do Homem interior.

A sintetizar, JAEGER (1989, p. 133) usa Hegel:

*O rodeio é o caminho do espírito. Enquanto a alma do Oriente, no seu anseio religioso, se afunda logo no abismo do sentimento, sem ali encontrar, no entanto, um terreno firme, o espírito grego, formado na legalidade do mundo exterior, cedo descobre também as leis internas da alma e chega à concepção objectiva de um cosmos interior.*

Veremos mais à frente como a legalidade do mundo interior característico à nascitura das escolas de artes marciais no Japão dão natureza institucional ao que, na descoberta da legalidade do mundo exterior Ocidental, emerge como algo que denominaremos: institucionalização horizontal.

### **2.2.7 A Luta na Educação Institucional - Platão**

A esmerada educação de Platão (427-347 a.C.) tem nos seus conteúdos a luta: chegou a vencer a prova de luta para rapazes nos Jogos Ístmicos. Na sua obra intitulada República, Platão coloca a ginástica na educação, a seguir à música, depois de concluir que seria necessário cuidar da educação dos guerreiros, porque a arte da luta da guerra

tem especificidades próprias, sendo a origem da guerra fundamentada na necessidade material de alimentar a cidade-estado em crescimento.

Mas acompanhemos de perto a exposição de Platão sobre a motivação para a educação cuidada do guardião da cidade.

- *Portanto, temos de tornar a cidade maior (...)*
- *E a região que então fora suficiente para alimentar a população de outrora, de bastante que era, se tornará exígua (...)*
- *Portanto, não teremos de ir tirar à terra dos nossos vizinhos, se queremos ter o suficiente para as pastagens e lavoura, e aqueles, por sua vez, de tirar à nossa, se também eles se abandonarem ao desejo de posse ilimitada de riquezas, ultrapassando a fronteira do necessário?*
- *Será inteiramente forçoso ó Sócrates.*
- *Havemos então de fazer guerra (...)*
- *(...) descobrimos a origem da guerra, de onde derivam sobretudo as desgraças particulares e públicas para as cidades, cada vez que ele se origina (...)*
- *Então, meu amigo, é preciso uma cidade ainda maior, com um exército, não exíguo, mas completo, que saia a dar combate, lutando contra o invasor por todos os bens da cidade e quanto acabámos de dizer.*
- *(...) Os próprios cidadãos não bastam?*
- *Não (...). Assentámos (...) que era impossível que uma só pessoa exercitasse na perfeição diversas artes (...)*
- *(...) A luta da guerra não te parece ser uma arte?*
- *(...) E no que respeita à guerra, não deve ligar-se ainda mais importância ao seu aperfeiçoamento? (...)*
- *Portanto (...) quanto maior for o trabalho dos guardiões tanto mais necessitará de vagar do que os outros e da maior arte e cuidado (...)*

A importância fundante do papel do guardião na cidade do seu tempo, leva ao elogio de um grande cuidado na sua educação e treino quer no que respeita ao tempo (mais vagar) quer em relação ao conteúdo (maior arte e cuidado). O sentido dessa educação e treino começa a tomar forma nos diálogos seguintes.

- *E, para esta finalidade, acaso não é necessário também uma natureza apropriada? (...)*
- *(...) perspicaz a sentir o inimigo, (...) rápido na perseguição, (...), forte, para combater, se for apanhado (...).*
- *E, além disso, de ser valente, para lutar com energia.*
- *Portanto, são já evidentes as qualidades físicas que dever ter o guardião (...)*
- *E, quanto às psíquicas que é o ânimo? (...)*
- *(...) é sem dúvida necessário que eles sejam brandos para os compatriotas, embora acerbos para os inimigos (...)*
- *Ora não se te afigura que o futuro guardião precisará ainda de acrescentar ao seu temperamento feroso um instinto de filósofo?*

- (...) como não terá alguém o desejo de aprender, quando é pelo conhecimento e pela ignorância que se distinguem os familiares dos estranhos?

- Não pode ser de outro modo.

- Ora – disse eu – ser amigo de aprender e ser filósofo é o mesmo?

- É o mesmo (...)

- Por conseguinte, será por natureza filósofo, fogoso, rápido e forte quem quiser ser um perfeito guardião da nossa cidade (...)

A educação e treino do tão belo e bom guardião da cidade perfeita em análise toca diversos factores de âmbito bio-psico-social. É evidente que se assume que a natureza das tarefas educativas e de treino (exercícios) deverão estimular várias grandezas do homem. Que metodologia educativa deveria ser utilizada?

- (...) Mas de que maneira é que se hão-de criar e educar estes homens?

- (...) a ginástica para o corpo e a música para a alma (...) (376e).

É necessário contextualizar o que se entende por música e por ginástica em Platão, pelo que vamos continuar a apresentar estratos que consideramos representativos desse exercício, iniciando pela música.

- *Incluis na música a literatura (...)*

- (...) *E servimo-nos de fábulas para as crianças, antes de as mandarmos para os ginásios (...)*

- (...) *devemos começar por vigiar os autores de fábulas, e seleccionar as que forem boas, e proscrever as más. As que forem escolhidas, persuadiremos as mães e as mães a contá-las às crianças, e a moldar as suas almas por meio de fábulas, com muito mais cuidado do que os corpos com as mãos. Das que agora se contam, a maioria deve rejeitar-se. (...)*

- *Quais são elas então – perguntou – e em que as censuras?*

- *Aquilo – disse eu – que se deve censurar antes e acima de tudo, que é sobretudo a mentira sem nobreza.*

- *Que é isso?*

- *É o que acontece quando alguém delinea erradamente, numa obra literária, a maneira de ser de deuses e heróis (...)*

- (...) *É que quem é novo não é capaz de distinguir o que é alegórico do que não é. Mas a doutrina que aprendeu em tal idade costuma ser indelével e inalterável. (...)*

- *Esta seria pois – prossegui eu – a primeira das leis e dos moldes relativos aos deuses, segundo a qual deverão falar os oradores e poetar os vates: que Deus não é a causa de tudo, mas só dos bens (376e-381d).*

Aqui, ao elogiar a anti-neuralidade do processo educativo, Platão censura a imagem primordial das alegorias de Gilgamesh a Homero: os Heróis e os Deuses apresentados com fins educativos têm uma progressão pedagógica. Para Platão, a literatura (poesia ou prosa, em diálogo, narrativa ou imitação: tragédia ou comédia<sup>49</sup>) educativa das crianças, tem de largar o relato dos Heróis e os Deuses com as fraquezas e os males dos homens.

*Palavras como estas e todas as outras da mesma espécie, pediremos vénia a Homero e aos outros poetas, para que não se agastem se as apagarmos, não que não sejam poéticas e doces de escutar para a maioria; mas, quanto mais poéticas, menos devem ser ouvidas por crianças e por homens que devem ser livres, e temer a escravatura mais do que a morte (387b).*

Mas a literatura é uma das partes da música. Platão tenta então encontrar as harmonias e os ritmos que interessam para as palavras escolhidas na educação do guardião, desde criança.

*- E certamente a harmonia e o ritmo devem acompanhar as palavras (...)*

*- Não entendo de harmonias – prossegui eu -. Mas deixa-nos ficar aquela que for capaz de imitar convenientemente a voz e as inflexões de um homem valente na guerra e em toda a acção violenta, ainda que seja mal sucedido e caminhe para os ferimentos ou para a morte ou incorra em qualquer outra desgraça, e em todas estas circunstâncias se defenda da sorte com ordem e com energia. E deixa-nos ainda outra para aquele que se encontra em actos pacíficos, não violentos, mas voluntários, que usa do rogo e da persuasão, ou por meio da prece aos deuses, ou pelos seus ensinamentos e admoestações aos homens, ou, pelo contrário, se submete aos outros quando lhe pedem, o ensinam ou o persuadem, e, tendo assim procedido a seu gosto sem sobranceira, se comporta com bom senso e moderação em todas as circunstâncias, satisfeito com o que lhe sucede. Estas duas harmonias, a violenta e a voluntária, que imitarão admiravelmente as vozes de homens bem e mal sucedidos, sensatos e corajosos, essas, deixa-as ficar.*

*- (...) não precisaremos para os nossos cantos e melodias de instrumentos com muitas cordas e muitas harmonias.*

*- (...) A seguir às harmonias, deveremos tratar dos ritmos – não os procurar variados, nem pés de toda a espécie, mas observar quais são os correspondentes a uma vida ordenada e corajosa. Depois de os distinguir, devem forçar-se os pés e a melodia a seguirem as palavras, e não estas aqueles. (...)*

*- (...) a boa qualidade do discurso, da harmonia, da graça e do ritmo dependem da qualidade do carácter (...), da inteligência que verdadeiramente modela o carácter na bondade e beleza.*

---

<sup>49</sup> Ver PLATÃO (República: 395b-c)

- (...) Devemos mas é procurar aqueles dentre os artistas cuja boa natureza habilitou a seguir os vestígios da natureza do belo e do perfeito, a fim de que os jovens, tal como os habitantes de um lugar saudável, tirem proveito de tudo, de onde quer que algo lhes impressione os olhos ou os ouvidos, procedente de obras belas, como uma brisa salutar de regiões saudias, que logo desde a infância, insensivelmente, os tenha levado a imitar, a apreciar e a estar de harmonia com a razão formosa?

- Seria essa, de longe, a melhor educação.

- Não é então por este motivo, ó Gláucon, que a educação pela música<sup>50</sup> é capital, porque o ritmo e a harmonia penetram mais fundo na alma e afectam-na mais fortemente, trazendo consigo a perfeição, e tornando aquela perfeita, se se tiver sido educado? E, quando não, o contrário? E porque aquele que foi educado nela, como devia, sentiria mais agudamente as omissões e imperfeições no trabalho ou na conformação natural, e, suportando-as mal, e com razão, honraria as coisas belas, e, acolhendo-as jubilosamente na sua alma, com elas se alimentaria e tornar-se-ia um homem perfeito<sup>51</sup> (...) (398d-401e)

Mais uma vez, é a qualidade do carácter que se elogia como pano de fundo da qualidade do discurso de um homem, antes de se explorar a necessidade da ginástica na sua educação.

- Depois da música, é na ginástica que se devem educar os jovens.

(...)

- (...) desde crianças, e pela vida fora. (...)

- É preciso uma dieta mais apurada para os nossos atletas guerreiros

(...)

- (...) a ginástica conveniente é simples, e acima de tudo a dos guerreiros. (...)

- (...) a simplicidade na música gera a temperança na alma, e a ginástica, a saúde do corpo (...)

- E acaso não se arranjará prova maior do vício e da educação vergonhosa numa cidade do que serem necessários médicos e juizes eminentes, não só para as pessoas de pouca monta e os artífices, mas também para os que se dão ares de terem sido criados em grande estado? (403c405a).

É importante realçar a perspectiva higiénica da “ginástica” do seu tempo. Vincula-se a alimentação à ginástica que não é só exercitação. A seguir explora-se a necessidade de equilíbrio educativo.

---

<sup>50</sup> “A música é, para os Gregos, a arte das Musas, na qual, (...) os sons e as palavras não podem ser dissociados” (p. 133).

<sup>51</sup> “No texto lê-se a famosa expressão *αχαλοζ τε χαγαθοζ* (literalmente: «belo e bom»), que no sé. V a.C. traduzia o ideal de perfeição física e moral.” (p. 133).

- (...) aqueles mesmos que assentaram na educação pela música e pela ginástica, não o fizeram pela razão que alguns supõem, de tratar o corpo por meio de uma, e a alma de outra?

- Mas porquê – perguntou ele.

- É provável – respondo – que ambas tenham sido estabelecidas sobretudo em atenção à alma. (...)

- (...) Os que praticam exclusivamente a ginástica acabam por ficar mais grosseiros do que convém, e os que se dedicam apenas à música tornam-se mais moles do que lhes ficaria bem (...)

- Para estas duas faces da alma, a corajosa e a filosófica, ao que parece, eu diria que a divindade concedeu aos homens duas artes, a música e a ginástica, não para a alma e o corpo, a não ser marginalmente, mas para aquelas faces, a fim de que se harmonizem uma com a outra, retesando-se ou afrouxando até onde lhes convier (410c-411e).

A ginástica grega surge claramente como um dos conteúdos da educação, do guerreiro ao governante, em cujo projecto identifica-se um sentido dualista mais analítico do que nos seus predecessores da Grécia arcaica<sup>52</sup>, preocupando-se em elogiar a alma. No entanto, este sentido dualista inicialmente explicitado<sup>53</sup>, não assume o menosprezo reducionista pelo corpo, embora vincule que a educação pela música e pela ginástica tenha sido estabelecida “sobretudo em atenção à alma” (PLATÃO, *República*, 410c). Como notámos e tal como foi evidenciado por JAEGER (trad: 1989), “É a alma que ambos educam primordialmente”, e “Foi por isso que um deus deu aos homens a ginástica e a música, formando a unidade indivisível da *paidéia*<sup>54</sup>, não como educação separada do corpo e do espírito, mas como as forças educadoras da parte corajosa da natureza humana que aspira à sabedoria” (pp. 550-551).

Veremos também como esta operação de elogio institucionalizador da dinâmica reflexiva que integra sentir o passado e pensar o futuro, acontece no Oriente japonês. O símbolo da pena do guerreiro nobre japonês (*bun bu ryu do*), neste caso aqui fundidas na literatura (parte integrante da música do seu tempo) educativa de Platão, são, quanto a nós, isso tudo: a educação da atitude reflexiva do sentir e do pensar. Por outro lado, a acção é a dimensão do presente e, se aqui se projecta a ginástica, a visão japonesa projectou a espada, como símbolo de acção de transcendência individual do homem ao mais humano. O sabre japonês em sincronismo com todas as outras artes do período

---

<sup>52</sup> Para Heraclito, “todas as coisas são uma só”. Em *Timeu*, PLATÃO refere que a alma e o corpo eram emanações em diferentes proporções dos mesmos elementos.

<sup>53</sup> “A ginástica para o corpo e a música para a alma” (PLATÃO, *República*, 376e).

<sup>54</sup> A palavra *paidéia* só aparece no século V a.C. tendo “o simples significado de criação dos meninos, em nada semelhante ao sentido elevado que adquiriu mais tarde” (JAEGER, trad: 1989, p. 18).

Edo, representam, como veremos, esse ideal de treino da acção: “movo-me, logo existo” (SÉRGIO, 1987, p. 15).

### 2.2.8 Aristóteles e a Política

Aristóteles (384-322 a.C.) seguiu as lições de Platão na Academia, tendo-se afastado do mestre e sendo-lhe atribuída a célebre frase: “sou amigo de Platão mas mais ainda da verdade”. Tendo sido preceptor de Alexandre (“o Grande”), quando por este questionado sobre quem tinham sido os seus mestres, respondeu-lhe: “foram as próprias coisas que me instruíram e nunca me ensinaram a mentir.” Com este pensador grego, inicia-se uma demarcação mais clara para o papel da educação que influenciará todo o mundo ocidental: “formar pessoas honestas” (ARISTÓTELES, trad: 1977, p. 50).

ARISTÓTELES, no seu *Tratado da Política*, inicia por referir no capítulo V (finalidades do Estado) que “O homem é, por sua natureza, (...) um animal feito para a sociedade civil” e adianta a seguir que “mesmo quando já não houvesse necessidade uns dos outros, nem por isso se deixaria de desejar a vida em comum” (*ibidem*, p. 41).

A reflectir sobre as condições de felicidade individual, pega na divisão dos bens em três classes: “os da alma, os do corpo e os exteriores”, afirmando que “Todos estes bens devem encontrar-se nas pessoas felizes” e que

*Nunca se contará entre as pessoas felizes um homem que não tem nem coragem, nem temperança, nem justiça, nem prudência; que receia até o voo das moscas; que se entrega a todos os excessos no comer e no beber; que, pelo mais vil interesse, mata os seus melhores amigos; que se mostra tão desprovido de razões como as crianças e os furiosos (ibidem, p. 43).*

O dualismo já evidenciado em Platão é confirmado em Aristóteles: “a alma, pela sua natureza e relativamente a nós, é dum valor muito diferente do do corpo e do dos bens”, o que vem na sequência da ideia original de que “não é pelos bens exteriores que se adquirem e conservam as virtudes, mas que é, antes, pelos talentos e pelas virtudes que se adquirem e conservam os bens exteriores” e mais à frente: “os bens da alma, não são somente honestos, são também úteis, e quanto mais ultrapassam a medida comum mais utilidade têm.” (*ibidem*, p. 44)

Na relação entre o “privado” e o “público” esclarece o seguinte:

*Aqueles que colocam a felicidade dos homens nas riquezas só consideram felizes os Estados ricos. Aqueles que colocam a felicidade no despotismo e na força fazem consistir a suprema felicidade do Estado na dominação sobre vários outros. Aqueles que não vêem felicidade para o homem senão na virtude só consideram feliz o Estado em que a virtude é honrada. (...)*

*Mas mesmo aqueles que estão de acordo em preferir a vida virtuosa não estão de acordo acerca do problema: se será de preferir a vida activa e política ou a vida contemplativa e livre do barulho dos negócios humanos; vida que alguns consideram como sendo a única digna do filósofo. É, na realidade, entre estes dois géneros de vida, a vida filosófica e a carreira política, que escolheram todos aqueles, quer antigos quer modernos, que ambicionam distinguir-se pelo seu mérito.*

*Pertence à sabedoria, quer de cada homem tomado individualmente, quer de todo o Estado em geral, o dirigir as acções e a conduta para o melhor fim (ibidem, pp. 45-46).*

No caminho do elogio da vida activa e da intervenção concreta, em contraponto à vida inactiva e afastada da política e dos negócios, Aristóteles não considera a dominação como objecto da política.

*Um legislador sábio não deve considerar no Estado, no género de homens ou nas sociedades particulares de que é composto, senão a sua aptidão para a vida feliz e para o género de felicidade de que são susceptíveis. Não quer isto dizer que seja necessária a mesma constituição e as mesmas leis por toda a parte. Dependerá da sua prudência, se houver povos vizinhos, providenciar ao modo de se comportar para com eles, aos exercícios militares que esta circunstância exige e aos serviços que se lhes podem prestar (ibidem, p. 47).*

Mais à frente culmina o capítulo V do Livro II da sua Política com uma lição magnífica pela sua universalidade:

*Entre semelhantes, a honestidade e a justiça é ter cada um a sua oportunidade. Só isto conserva a igualdade. A desigualdade entre iguais e as distinções entre semelhantes são (...) contra a honestidade.*

*Se, contudo, se encontrasse alguém que ultrapassasse todos os outros em méritos e em poder e que tivesse dado grandes provas através das suas actuações, seria belo ceder-lhe o mando e justo obedecer-lhe. Mas não basta ter mérito, é preciso ter suficiente energia e actividade para estar seguro do sucesso.*

*Uma vez isto aceite, sendo aliás, constante que a felicidade consiste na acção, a melhor vida, para todo o Estado como para cada um em particular, é, sem qualquer dúvida, a vida activa. (...)*

*Os mais isolados Estados não podem ficar na ociosidade, ainda que o quisessem. Não pode ser senão por partes e por intervalos. Se não têm comércio para fora, há, pelo menos, comunicação necessária duma parte*

*para outra. O mesmo acontece com as cidades e com os indivíduos entre si. Apenas o próprio Deus e o mundo, no seu conjunto, seriam felizes se, para além dos seus actos internos, não se expandissem para fora através dos seus benefícios.*

*É, portanto, claro que a fonte da felicidade é a mesma para os Estados e para os particulares (ibidem, p. 49).*

No que respeita à reflexão sobre o papel da Guerra e da sua preparação no Estado, Aristóteles constata que “é interessante lançar um olhar para todas as constituições das diversas regiões e verificar que, se as suas leis, na maioria bastante confusas, têm um fim particular, esse fim é sempre dominar” (*ibidem*, p. 46), e apresenta a Guerra e a sua preparação como a face mais visível da organização institucional desse mesmo fim, terminando a referir-se ao povo da então Ibéria: “Os Iberos, nação guerreira, levantam à volta dos túmulos tantos obeliscos quantos os inimigos que o defunto matou.” (*ibidem*).

A conclusão aparente que apresenta das constatações anteriores é a de que: “Não há Estado feliz por si próprio senão aquele que está constituído na base da hostilidade”. Mas não desiste e, logo a seguir, afirma que “É possível encontrar algum cuja situação não lhe permita nem entrar em guerra nem pensar em vencer” e que, assim sendo, “Nem por isso a sua felicidade deixará de estar assegurada, desde que se use de civilização e de leis virtuosas”, pelo que conclui: “Se é, portanto, necessário julgar honestos os exercícios militares, não é enquanto fim último, mas como ordenados para um fim melhor” (*ibidem*, p. 47).

Mais à frente, no Capítulo VI introduz a seguinte questão:

*Toda a vida se divide entre o trabalho e o repouso, a guerra e a paz e todas as nossas acções se dividem em acções necessárias, acções úteis ou acções honestas. É preciso estabelecer entre elas a mesma ordem que entre as partes da nossa alma e os seus actos, subordinar a guerra à paz, o trabalho ao repouso e o necessário ou útil ao honesto. Um legislador deve ter tudo isto diante dos olhos quando escreve leis; seguir a distinção das partes da alma e dos seus actos; fixar dum modo especial o olhar no que há de melhor e no fim que se quer propor; guardar a mesma ordem na partilha da vida e das acções; dispor tudo de maneira que se possa dedicar aos negócios e fazer a guerra, mas que se prefira sempre o repouso aos negócios, a paz à guerra e as coisas honestas às coisas úteis e mesmo às necessárias. É neste plano que se deve dirigir a educação das crianças e a disciplina de todas as idades que dela têm necessidade (ibidem, p. 51).*

Para melhor esclarecer a forma de educar o cidadão para aprender a viver em paz, inicia por apresentar como preconceito que “a maioria dos homens têm o hábito de dominar os outros para procurar todas as vantagens (...)”, mas culmina a referir o seguinte:

*Vários Estados, fazendo a guerra, conservaram-se mas, a partir do momento em que conquistaram a superioridade, caíram em decadência, tal como acontece com o ferro que ganha ferrugem com a inacção. A culpa há, portanto, quer atribuí-la ao legislador, que não soube ensinar-lhes a viver em paz.*

*(...) Não há, portanto, qualquer dúvida de que se devem cultivar preferentemente as virtudes pacíficas. Como já dissemos outras vezes, a paz deve ser o fim da guerra e o repouso a paz do trabalho. Ora nada mais útil para o repouso e para a organização da vida do que as virtudes, cujo uso é importante não só no repouso mas na ocupação. Porque é preciso ter o necessário para seguidamente poder gozar de algum tempo livre.*

*(...) É precisa, portanto, coragem e constância para os negócios, filosofia para os tempos livres, temperança e justiça tanto num como noutro tempo, mas dum modo especial em tempo de paz e de repouso. Porque a guerra, por si mesma, nos obriga à justiça e à temperança. Pelo contrário, na paz e no repouso é normal que a prosperidade nos torne indolentes (ibidem, p. 52-53).*

No que respeita ao sub capítulo da educação da infância, e retirando os aspectos ainda actuais aos tempos de hoje<sup>55</sup>, Aristóteles dá primordial valor às primeiras experiências: “São as primeiras impressões que mais nos marcam. É preciso, portanto, afastar dos jovens as más impressões, especialmente aquelas que levam ao desaforo ou à malvadez” (ibidem, p. 59).

Iniciando por alertar que “Nem toda a gente está de acordo sobre o seu objecto [o da educação] (...) nem sobre a sua finalidade” e que “Também há divergências sobre o género de exercício a praticar”, e ainda que “O que se aprende actualmente é, repetimo-lo, de natureza muito duvidosa”, Aristóteles refere que:

*Há, mais ou menos, quatro coisas que vulgarmente se ensinam às crianças: 1ª, as letras; 2ª, ginástica; 3ª, a música; alguns acrescentam ainda uma 4ª, a pintura; a escrita e a pintura, para os vários usos da vida; a ginástica, como auxiliar para formar a coragem (ibidem, p. 61).*

---

<sup>55</sup> A desigualdade do escravo e da mulher, a concepção sobre a eliminação dos recém nascidos deficientes, etc., defendidas no tempo histórico de Platão e Aristóteles, “não têm qualquer tipo de actualidade”. Hoje é tempo de bioética e ultrapassamos a episteme das categorias sociais de então.

A música é evidenciada em Aristóteles como o aspecto mais gratuito da educação. Enquanto a escrita “serve para o comércio, para a administração doméstica, para as ciências e para a maioria das funções civis”; a pintura serve para nos colocar “em condições de melhor julgar a obra dos artistas” e para “formarem o gosto pela teoria das formas do belo físico”; a ginástica “serve para a saúde e o desenvolvimento as forças”; a música serve “para passar agradavelmente o seu tempo livre”. É de notar que para ARISTÓTELES o tempo livre do homem livre não deveria ser ocupado com jogos. Estes servem para o descanso entre as ocupações, como forma de, pelo prazer, refrescar o corpo e a alma desgastados no trabalho. O tempo livre assume uma relevância diferente.

*Se o repouso e o trabalho são ambos indispensáveis, o repouso é, pelo menos, de preferir; e é um problema importante saber em que é que se deve empregar o tempo livre. Não é seguramente no jogo; se assim fosse, o jogo seria o nosso fim último. Se isso é possível, devem entremear-se com jogos as ocupações. Aquele que trabalha tem necessidade de descanso; só para isso foi imaginado o jogo. O trabalho traz consigo dor e esforço. É preciso, por conseguinte, entremear esse trabalho com recreios, que devem ser usados como remédio. O descanso é, ao mesmo tempo, um movimento da alma e um repouso, pelo prazer de que é acompanhado (...).*

*Este prazer não é, contudo, o mesmo para todos; cada um o adapta à sua maneira de ser e aos seus hábitos, O homem de bem coloca-o nas coisas honestas. É preciso, pois, aprender (...) a passar honesta e agradavelmente os momentos de repouso que se tiverem na vida e a saber também ocupá-los para a utilidade dos outros.*

*Esta a razão pela qual os nossos pais introduziram a música na educação, e não que ela seja necessária (...) como a escrita (...), como a pintura (...) ou como a ginástica (...). Pareceu aos seus inventores como o divertimento mais conveniente para as pessoas livres (ARISTÓTELES, trad: 1977, pp. 61-62).*

No elogio das actividades educativas não necessárias (como a música) e das mais necessárias (como os talentos da leitura e escrita, da pintura e da ginástica), ARISTÓTELES clarifica:

*É preciso também ensinar às crianças qualquer talento útil (...) não somente pelo proveito que daí se pode tirar, mas como um meio de chegar às outras ciências. (...) Procurar em todas as partes unicamente o ganho é uma maneira de pensar que não convém de modo nenhum às pessoas livres e bem nascidas (Ibidem, p. 63).*

Antes de se referir especificamente à ginástica, na conclusão do seu capítulo sobre a educação (capítulo IV), o autor esclarece:

*Uma vez, portanto, que se torna necessário começar por imprimir hábitos às crianças antes de as instruir pelo raciocínio e aperfeiçoar o seu exterior antes de trabalhar sobre a sua inteligência, concluímos com a ginástica e com a pedotribica [treino desportivo]: uma fortifica o temperamento e a outra dá graça [destreza] às acções (Ibidem, p. 63).*

É notório que ARISTÓTELES afirma ser ponto de concórdia que a ginástica é precisa na educação das pessoas. Além de ter descrito como finalidades “a saúde” e o “desenvolvimento das forças”, como já notámos, afirma ainda o seu benefício educativo “como auxiliar para formar a coragem”. No entanto, evidencia o seu carácter anti-neutral: por um lado, exclui o deformador “regime dos atletas” e a rudeza do “excesso de fadiga”, por outro, prescreve para as crianças até aos sete anos jogos estimuladores de movimento “para lhes preservar o corpo da preguiça e da gordura”, sem se proibir “os choros e os movimentos expansivos”, salientando que “até à puberdade só se praticarão exercícios ligeiros”. Após a puberdade, refere que quando “tiverem passado três anos noutros estudos, será então a altura conveniente para ocupar a idade seguinte com trabalhos e regime prescritos pelas leis da ginástica” (pp. 50-64).

Neste contexto, não consideramos secundária a função dada por ARISTÓTELES à ginástica. Mesmo quando afirma que “não é necessário atormentar simultaneamente o corpo e o espírito” ou quando salienta que “Destes exercícios, um impede o outro; o do corpo prejudica o espírito e o do espírito prejudica o corpo” (*Ibidem*), não se pode assumir que ele inicia o caminho à consideração da educação como o estudo exclusivo da literatura e da oratória, silenciando-se e esquecendo-se o corpo.<sup>56</sup> ARISTÓTELES critica sim a excessiva atenção para com a ginástica em detrimento de outras coisas, apresentando exemplos:

*Os próprios Lacedemónios, que venceram todos os outros, a medida em que foi o único povo que se exercitou, não os vemos presentemente inferiorizados relativamente aos outros nos mesmos exercícios e nos combates? Se tivessem vantagem, não foi porque exercitavam a sua juventude, mas porque estavam perante povos que não exercitavam a deles (...).*

*Aqueles povos que orientam demasiado a juventude para os exercícios de ginástica e que a deixam sem instrução sobre coisas mais*

---

<sup>56</sup> Neste sentido somos contra a perspectiva assumida por VAZQUÉZ (1989, pp. 60-61) na linha de ULMANN (1981; 1982).

*necessárias não fazem deles, a bem dizer, mais do que vis rufiões, bons, quando muito, para alguma tarefa da vida civil, mas função que, se se consulta a razão, é a menor de todas. Não é pelas proezas antigas, mas pelas actuais, que é preciso julgá-los. Não tinham na altura antagonistas nesta disciplina, mas têm-nos hoje.*

*Que é precisa, portanto, ginástica é um ponto em que se está de acordo. Mas até à puberdade só se praticarão exercícios ligeiros, sem sujeitar os corpos aos excessos da alimentação, nem aos trabalhos violentos, receando-se que isso impeça o crescimento.*

*A prova do efeito funesto deste regime forçado é que, entre aqueles que conquistaram o prémio nos Jogos Olímpicos na sua juventude, encontrar-se-ão dificilmente dois ou três que o tenham ainda conseguido numa idade mais avançada (ARISTÓTELES, trad: 1977, p. 64).*

### **2.2.9 Os Locais da Luta na Grécia Clássica**

Platão e Aristóteles nas obras que elegemos essenciais - *A República* e *A Política* - fundamentam a educação no equilíbrio entre o dualismo identificado: o corpo e o espírito. E esse vínculo claro de procura de harmonização seguirá até hoje as teses educativas do desenvolvimento humano, ora identificando os excessos pendentes para um lado, ora os excessos pendentes para o outro; ora o desleixo de uma das facetas, ora o desleixo da outra. Mas a ideia de *arete*, de virtude, com elogio para a honestidade em ARISTÓTELES, dá a matriz essencialista ao comportamento humano nos contextos instrumentais da educação a institucionalizar: ginástica, letras, pintura e música.

Num tempo em que os Gregos não tinham uma interrupção semanal dos dias de trabalho como temos hoje, o jogo é prazer recreativo de descanso entre as ocupações do trabalho. O dito tempo livre deveria ser educativo e o jogo, por si só, para Aristóteles não o era.

LÓPEZ (2003), antes de entrar na análise histórica dos Jogos Olímpicos da antiguidade, aborda a educação desportiva na Grécia, iniciando por perspectivar a concepção de jogo e, antes de culminar no ginásio Grego, passa pelos modelos educativos de Esparta e Atenas.

A estatização da educação em Esparta era grande. As crianças permaneciam com os pais até aos sete anos, com várias etapas sequentes de educação formal, sendo notório que o exercício físico dominava a vida dos espartanos até aos trinta anos de vida, e mesmo depois, nos ginásios e com os exercícios da caça. Existia um *dromos* ou

“lugar para correr” fora da cidade e uma *palestra*<sup>57</sup> ou “lugar para lutar” dentro da cidade. Os jogos de luta eram importantíssimos e assume-se que foram os espartanos quem pediu a inclusão do pugilismo para jovens na 41ª Olimpíada de 616 a.C. As raparigas não escapavam a esta educação militarista estatizada (LOPEZ, 2003, pp. 72-75).

O contexto nuclear da educação Grega dos jovens era a Palestra, um recinto privado de pertença de um paidotriba (professor e proprietário) ou estatizado no caso de Esparta. Entre os exercícios praticados estavam a luta, o pugilismo e o pancrácio. Fora do programa das palestras as crianças de boas famílias praticariam equitação (LOPEZ, 2003, p. 77). Os adolescentes passavam para os Ginásios onde, em continuidade com as actividades das Palestras, se consolidava a formação militar e manejo de armas e se estruturava uma formação intelectual e literária fundamentalmente (*ibidem*, p.78; DURÁNTEZ, 1965, p. 106).

*O ginásio parece ser o lugar físico central onde os adolescentes realizam as suas actividades, onde se formam física, militar, intelectual e politicamente. Estes programas variaram muito ao longo da dilatada história Grega, incluindo o período romano, no qual, ao que parece, perdeu importância a preparação física e ficaram convertidos em centros elitistas intelectuais e políticos (LOPEZ, 2003, p. 79).*

*Há uma certa analogia interior entre o diálogo socrático e o ato de se desnudar para ser examinado pelo médico ou pelo ginasta, antes de se lançar no combate, na arena. [...] Era ali, sob a transparência do céu da Grécia, que diariamente se reuniam novos e velhos para se dedicarem ao cultivo do corpo. Os pedaços de lazer dos intervalos eram dedicados à conversa. [...] as mais famosas escolas filosóficas do mundo, a Academia e o Liceu, têm os nomes de dois famosos ginásios de Atenas (JAEGGER, 1989, pp. 361-362).*

*Os primeiros mestres de treino foram antigos atletas que se dedicaram a ensinar aos jovens as técnicas e modos de realização dos exercícios. Nos começos do séc. VI a.C., Sólon promulga uma série de leis e regulamentos sobre o funcionamento e utilização das instalações desportivas. Com base nelas, começa a aparecer uma classe docente constituída por uma espécie de oficiais adiantados a quem se denominam indistintamente paidotribos ou ginastas. O paidotribo vem a ser uma espécie de médico-treinador já que ao mesmo tempo que ensinava aos seus discípulos os segredos da educação física, punha-os ao corrente de todas as práticas higiénicas necessárias para a consecução dos melhores resultados*

---

<sup>57</sup> De pale, luta (CORRAL, p. 105).

*(banhos, massagens, alimentação, relaxamento muscular, calma, pausas e repouso, etc.).*

*A sua figura vê-se frequentemente reproduzida nos desenhos de vasos e ânforas antigas. Representava-se envolto numa túnica ampla, sustentando numa das mãos uma fina e comprida vara (...) (DURÁNTEZ, 1965, p. 105).*

É interessante que DURÁNTEZ coloca Sólon a montante do paidotribo ou ginasta, o professor e a respectiva institucionalização do seu papel. Assim sendo, é a racionalização da responsabilidade individual que está na base do papel institucional do mestre de ginástica, o professor ou treinador da altura.

### **2.2.10 As Lutas nos Jogos Olímpicos da Antiguidade**

Com base em Conrado DURÁNTEZ (1975), Fernando Romero (1992) e D. Vanhove (1992), e respectivas revisões bibliográficas, LÓPEZ apresenta os jogos que, segundo alguns indícios, os Gregos utilizavam ao longo da sua vida. Dos dez grupos apresentados, interessa-nos destacar três: a luta, o pugilismo e o pancrácio. Nas cinco provas do pentatlo, incluído nas olimpíadas de 708 a.C., estava incluída a luta (salto, disco, dardo, corrida de estádio e luta), sendo provável que as provas inovadoras de salto, disco e dardo seriam iniciais, e que a corrida e luta poderia ser usada como fase final de definição do vencedor, caso necessário. Algumas fontes permitem referir que o pugilismo fez parte de algumas provas de pentatlo com a luta (LOPEZ, 2003, p. 99).

A Luta existiu nos Jogos antes do pentatlo, assumindo fundamentalmente a ideia de luta em pé (*orthè pale*) e projecção (*kilexis*) sem continuação no solo, ao contrário do pancrácio, “evoluindo de um estilo ágil, técnico e nobre para um estilo pesado e torpe de força bruta, como o testemunha a evolução da pintura cerâmica grega” (LOPEZ, 2003, p. 97), havendo certamente uma certa “perca de valores” (JAEGER, capítulo dedicado a Píndaro). Decorrendo em terra cavada (*skámma*), tecnicamente a Luta envolvia projecções, prisões/imobilizações, estrangulamentos e chaves/luxações. Milon de Crotona foi um lutador invicto com seis vitórias m Olímpia a partir de 540 a.C., seis ou sete em Delfos, dez nos Jogos Ístmicos, e nove nos Nemeus, tendo pertencido ao círculo de Pitágoras (LOPEZ, 2003, p. 98).

O Pugilismo introduz-se a 688 a.C. e em 616 para os jovens, havendo indícios de ser uma prova bem mais violenta que a Luta<sup>58</sup>, o que levava a um treino mais especializado e cuidado, tendo havido um grau de profissionalização maior que nos outros grupos de modalidades. Eram usados sacos (*khórykio*), assim como homem estátua com proteções (*adriantes*), e treino individual de sombra (*skiamakhía*) (PLATÃO, Leis, 830 a-e, in LOPEZ, 2003, p. 104). Apesar de em alguns momentos se terem permitido os golpes com os pés, estes eram proibidos, assim como a luta corpo a corpo, sendo fundamentalmente os socos à cabeça e tronco os mais utilizados. Antes do século V, as “luvas” (*himantes*) eram de tiras de couro suave passando a partir daquele século a serem de couro duro e cortante, o que corrobora a tese clássica de JAEGER da perda dos valores educativos anteriores. No entanto, o pugilismo romano posterior ao Grego é considerado mais violento, ao ponto de se adoptarem *coestus* com massas metálicas (LOPEZ, 2003, p. 105). O combate entre Polideuces e Amico, num texto de Teócrito recolhido por Garcia Romero e citado por LOPEZ, elucida-nos do ambiente:

*E eles, uma vez reforçadas as suas mãos com tiras de pele de boi e enladas as largas correias à volta dos braços, reuniram-se no meio respirando morte um contra o outro (...) E este deteve-se, bêbado de golpes e cuspiu sangue vermelho. E eles, todos ao mesmo tempo, os caudilhos, romperam em gritos quando viram as funestas feridas em torno da sua boca e à sua mandíbula. Os seus olhos mergulhavam no seu rosto inchado. O soberano Polideuces confundia-o lançando as suas mãos por toda a parte com ameaças de golpes, mas quando se deu conta que já estava indefeso, alcançou-o com o punho nas sobrancelhas por cima do nariz, e descarnou toda a frente até ao osso. Ele, pelo efeito do golpe, ficou estendido de boca para cima sob o céspede florescente. Quando se levantou, renovou-se o violento combate, e tentavam acabar um com o outro golpeando-se com as duras correias. Mas o caudilho dos bébrices dirigia as suas mãos ao peito e longe do pescoço, enquanto que o invencível Polideuces lhe revolvia todo o rosto com golpes horríveis (...); golpeou-o com a sua pesada mão abaixo da fonte esquerda e deixou cair todo o peso do ombro. Brotou sangue negro rapidamente da fonte aberta e Polideuces acertou-lhe na boca com a esquerda e os dentes apertados rangeram; com golpes mais e mais violentos foi-o ferindo no rosto até lhe rasgar as maçãs do rosto. LOPEZ (2003, p. 106).*

O Pancrácio (*pankrátion* que etimologicamente significa “força completa”) introduziu-se nos Jogos Olímpicos logo após o pugilismo, em 648 a.C. Utilizava técnicas da Luta misturadas com as de Pugilismo. As suas origens míticas encontradas

---

<sup>58</sup> Na luta registou-se um caso mortal enquanto no pugilismo quatro.

em Píndaro (Memeas, 3.27 a) e citadas por LOPEZ (2003, p. 107), colocam Teseo como seu criador empregando o Pancrácio na sua luta contra o Minotauro cretense.

Tecnicamente, o pancrácio incluía pontapés e joelhadas, mesmo aos genitais, assim como imobilizações no solo, seja por assentamento, por chaves às articulações (tornozelos, joelhos, dedos, etc.) ou por estrangulamento. A projecção não era objectivo em si própria. O combate poderia continuar mesmo depois de uma projecção já que o objectivo era a rendição do adversário ou o KO. Valia basicamente tudo menos introduzir os dedos nos olhos ou nariz, embora fosse considerada menos dura que o pugilismo, pelo que, para os que quisessem participar em ambas, a ordem era primeiro o Pancrácio e depois o Pugilismo.

Os sistemas de disputa eram similares: por sorteio (sagrado) encontravam-se os opositores e construía-se a grelha que por eliminatórias simples daria o vencedor. Em caso de número ímpar, o felizardo passava a eliminatória sem combater.

De entre os partidários, um relato de Filóstrato (*Eikones*, 2.6.4) recolhido por Vanhove e citado por LOPEZ (2003, p. 106-107):

*O adversário colheu Arriquión pela cintura, com a intenção de o matar. Pressionou o cotovelo contra o seu pescoço, de maneira a cortar-lhe o alento. Além disso, cravou-lhe as pernas na zona inguinal e com a ponta dos pés agarrou-o por ambas as partes de trás dos joelhos. Quando a morte parecia ao sono já ia penetrando nos sentidos de Arriquión, diminuiu por um instante a pressão das pernas, com o qual nada pode fazer para à astúcia deste. Arriquión, com um pontapé, desprende-se de um dos pés e colocou ameaçado o costado direito do adversário porque agora o joelho pendurava-se solto, como que por assim dizer. Arriquión agarrou o adversário, que já não era adversário, firmemente pela virilha, apertando-a com todo o peso do seu flanco direito, pegou na ponta do outro pé com a parte de trás do joelho e, fazendo um movimento brusco para fora com toda a sua força, conseguiu que o tornozelo se deslocasse da articulação.*

De entre os críticos detractores do Pancrácio, um relato de Luciano recolhido por Durantez e citado por LOPEZ (2003, p. 107-108):

*Queres-me tu dizer o que é que pretendem estas pessoas? Uns lançam-se a pontapear o adversário; outros rodam conjuntamente abraçados pelo solo, como se fossem cães. E daí precipitam-se um contra o outro com a cabeça baixa, golpeando-se no crânio como bodes (...) aquele acaba de colher o adversário pelas pernas e golpeia-o contra o solo. Este recebeu um terrível murraço sobre o queixo, tem a boca cheia de sangue e de areia o desgraçado! Vai cuspidando com ela os seus próprios dentes! Eu gostaria de boa vontade saber para que serve tudo isto. Estas gentes têm o*

*aspecto de serem verdadeiros loucos e creio que não vale a pena persuadir-se estão ou não em toda a sua razão.*

### **2.2.11 A Competitividade nos Jogos Olímpicos da Antiguidade**

HUIZINGA (1938, Trad: 2003, p. 47) identifica na cultura helénica três conceitos diferentes para o jogo, no sentido amplo que hoje temos: *paideia* (*paidiá* – da criança - e *paidía* – criança, infantilidade), *adurma* (conotada com a noção de trivialidade frívola) e *agon* (desafio e competição).

Aquele autor chama claramente a atenção para o facto do conceito geral de jogo ser tardia em relação a pré-conceitos diferentes para actividades com intensidades características do jogo como hoje o entendemos.

*Há vários indícios que nos convencem de que a abstracção do conceito geral de jogo foi tão tardia e secundária em algumas culturas como a função de jogo, em si mesma, é fundamental e primária. A este respeito, parece-me altamente significativo que em nenhuma das mitologias que conheço o jogo tenha sido objecto de personificação numa figura divina ou semi-divina, enquanto que, por outro lado, os deuses são frequentemente representados a jogar (HUIZINGA, orig. 1938, trad: 2003, p. 46).*

Esclarece, mais à frente, a sua posição frente à crítica e à distinção entre “jogo” e “competição”:

*O agon presente na vida dos Gregos, ou a competição em qualquer outra parte do mundo, assume todas as características formais do jogo e, no que respeita à sua função, insere-se quase exclusivamente na esfera do festival, que é a esfera do jogo. É praticamente impossível separar a competição, enquanto função cultural, da envolvente complexa do “jogo-festa-ritual”. (...) desde tempos muito remotos, as competições sagradas e profanas preencheram um espaço importante na vida social dos Gregos e adquiriram um significado tão grande que as pessoas deixaram de se dar conta do seu carácter de jogo. Em todos os seus aspectos e ocasiões, a competição tornou-se numa função cultural tão intensa que os Gregos a sentiam como “normal”, como um dado adquirido. Por essa razão, os Gregos, que possuíam duas palavras diferentes para jogo e competição, não se aperceberam com clareza da presença do elemento jogo nesta última, resultando daí que a unificação conceptual, e consequentemente linguística, nunca tenha tido lugar (ibidem, p. 48).*

A apresentação da vida grega no seu conjunto era dominada pelo impulso competitivo, não só nas actividades agónicas mais expressivas. A vida para os Gregos

era um jogo onde se visava a expressão exemplar e, assim, o aperfeiçoamento da virtude humana, no sentido do belo.

Do nosso ponto de vista, é a institucionalização do jogo que aduz relevância ao conceito *agon*, tal como hoje acontece numa das mais visíveis facetas do desporto. É com os Gregos e os seus jogos pan-helénicos que tal traço se vinca na história conhecida.

O elogio do carácter ritualizador do Jogo institucionalizado é evidente na cultura Espartana que, ao se aproximar fulcralmente de uma educação militar, identifica o carácter sublimador que as provas dos Jogos acarretam.

Tirteu representa a ideologia espartana:

*Não quereria recordar nem fazer menção de um homem pela sua excelência na corrida ou na luta, nem mesmo que tivesse o tamanho e a força dos Ciclopes e que vencesse correndo o trácio Bóreas, nem mesmo que pelo seu porte fosse mais agraciado que Titono, e tivesse mais riquezas que Midas e Cíniras, nem mesmo que fosse mais régio que Pélope, filho de Tântalo, e tivesse a língua de Adasto, doce como o mel, nem ainda que tivesse toda a glória excepto um valor impetuoso no combate. Pois não é homem de valia na guerra senão o que ousa contemplar a matança sangrenta e ataca os inimigos aproximando-se deles. Esta é a excelência, esta é a melhor e mais bela recompensa de alcançar para um jovem entre os homens. E é um bem comum para a cidade e para todo o povo aquele homem que, com as pernas bem afastadas, em vanguarda, se mantém incansavelmente firme, e se esquece por completo da vergonhosa fuga, expondo a sua vida e o seu ânimo sofrido, e enaltece com as suas palavras o guerreiro que está a seu lado chegando-se a ele (Tirteo, in LÓPEZ, 2003, p. 71, n.t.).*

Se até ao século VI a.C. os Espartanos se centraram numa ginástica também referenciada aos Jogos, com excelentes resultados<sup>59</sup>, a partir daqui, concentraram-se numa ginástica fundamentalmente militar, deixando a participação nos Jogos de ser importante, passando até a ser criticável, como já notámos.

### **2.2.12 A Decadência dos Jogos Olímpicos da Antiguidade**

É geralmente aceite que a decadência dos Jogos Pan-helénicos começa por volta do séc. IV a.C. com a introdução dos prémios monetários (*aethlon*) o que leva à

---

<sup>59</sup> Entre 720 e 576 a.C. (cerca de 200 anos) dos 81 vencedores conhecidos, 46 eram espartanos (LOPEZ, 2003, p. 84).

profissionalização de alguns competidores que deixam de competir pela honra e reputação (arete). Essa decadência consolida-se com os jogos romanos que abriram as portas à violência discricionária.

A institucionalização pelo Estado (Senado Romano) dos espectáculos de gladiadores (*munera* de *munus* que significa função<sup>60</sup>) em 105 a.C. complementa as corridas de circo (*ludi*) que passam a ocupar mais de metade do ano em dias de festa no baixo império romano, tendo os imperadores investido numa política de alimentação literal da população e alimentação do seu tempo de ócio através destes espectáculos, onde participava com os seus cidadãos numa política interessantíssima de aproximação às massas nunca depois igualada.

Juvenal nas suas Sátiras do séc. I lança duas famosas máximas: “*mens sana in corpore sano*” (mente sã em corpo são), como crítica ao dualismo brutalizador da época, e “*panem et circencis*” (pão e circo), apontando o dedo ao poder que adormecia e tiranizava o povo (MAGALHÃES, 2003, p. 165). Teodósio I proíbe no ano 394 d.C. os Jogos Olímpicos.

Nos espectáculos de circo desenrolavam-se as corridas com os seus protagonistas principais: aurigas (condutores), cavalos e carros, e facções às quais pertenciam os aurigas. Os donos das facções (clubes) recebiam o pagamento das autoridades organizadoras e responsabilizavam-se pelo pagamento de todo o seu pessoal (aurigas com grandes somas, que poderiam mudar de facção). Os espectadores assumiam o papel de adeptos de uma ou outra facção. Casos especiais com o caso do Circo de Bizâncio assumiram características interessantes, pois as facções verdes e azuis representaram as tensões sociais entre a aristocracia proprietária das terras e o povo desprovido de terras, com verdadeiras batalhas campais à saída (LOPEZ, 2003, p. 118).

Nos *munera*, cujos espectáculos decorriam em anfiteatros, havia os combates entre gladiadores (*hoplomachia*) e combates com animais (*venationes*). Estes últimos ofereciam-se entre os combates de gladiadores.

Os espectáculos de gladiadores, que remontam ao século III a.C. nos tempos da República crescem mais ainda no Império Romano, para se converterem no principal espectáculo de Roma e desaparecerem subitamente após o édito de Milão no séc. IV. O Coliseu marca o apogeu institucional destas actividades que tiveram alguns Imperadores

---

<sup>60</sup> Honra e calma aos defuntos.

que tentaram fazê-las diminuir de popularidade, tentando institucionalizar jogos do estilo Grego. Domiciano instaurou o *circus agonalis* onde hoje é a praça Navona de quatro em quatro anos, “mas estas lutas de atletismo ou artísticas não entusiasmaram nem pobres nem ricos” (LOPEZ, 2003, p. 126). Outros Imperadores modificavam os munera para os *lussio*: combates simulados ou com armas protegidas sem objetivos de matar ou ferir. Mas Roma manteve-se, regra geral, apaixonada pelas sangrentas lutas dos anfiteatros até ao séc. IV.

Desde o início que se desenvolveram escolas de gladiadores, lideradas por um *lanista* que era um empresário, que recrutava os gladiadores de escravos, prisioneiros (mesmo condenados à morte) e até cidadãos livres que faziam contratos em busca de dinheiro e fama. Havia várias especialidades: escudo e espada (*samnitas*), rede e tridente (*traeces*), etc. A escola mais famosa foi a de Cápua ao sul de Itália, chegando a influenciar uma revolta (74 a.C.) que deu origem a uma guerra civil de dois anos.

A institucionalização dos espectáculos de circo e de anfiteatro apresentam, pela primeira vez, uma institucionalização prolongada em que o combate ritualizado se torna o fim em si mesmo, esgotando-se sem ser um meio de treino para a guerra, ou sem ser um ritual fúnebre de características profundamente míticas ou religiosas, evidenciando-se, como indicadores mais visíveis da sua secularização a respectiva preparação e apresentação como espectáculo público e consequente profissionalização.

Foi o momento em que a Guerra e a luta pela vida se transformam em espectáculo institucionalizado. Nunca tal se voltaria a institucionalizar com a força com que se fez nesse momento histórico da cultura Europeia.

Curiosamente, a memória que iria ser recuperada na transição do Séc. XIX para o Séc. XX para o surgimento dos Jogos Olímpicos Modernos seria o período helénico e Grego, e não o período Romano. Mas antes disso, na Idade Média, os Jogos populares por um lado e os Torneios, as Justas, entre outros, foram espaços sociais importantes para o nascimento do Desporto e dos jogos desportivos organizados como hoje os temos.

### 2.2.13 As Lutas Institucionalizadas na Idade Média

As actividades motrícias da idade média (séc. VI – séc. XIV) incluíam corridas de circo, jogo de polo, lutas festivas entre grupos nas cidades, jogos de bola, jogos populares, exercícios físicos da cavalaria, festivais de tiro de arco e besta, competições de luta, saltos, corridas, torneios, actuações de acrobatas e esgrimistas assim como, claro, a caça, sendo as referências às actividades desportivas na Europa até ao século XI muito escassas (LOPEZ, 2003, p. 131).

A paixão da caça nos Árabes é modelo da paixão pela caça da Idade Média e influencia a montaria nos reis Espanhóis e Portugêses. Afonso XI tem atribuído um livro de montaria assim como D. João I escreve um. Também a arte de equitação tem uma influência Árabe notória, assim com a luta entre animais com destaque para os touros.

Mas são os torneios que se tornam o principal espectáculo e diversão das cortes e cidades medievais importantes. As justas são combates homem a homem e os torneios são muitos contra muitos (*ibidem*, p. 137).

O torneio apresenta-se como uma batalha simulada, imitando a guerra, de onde importa as armas, numa perspectiva de divertimento dos espectadores pela observação de uma guerra simulada, “como os combates feitos no século IX perante Charles de Chauve e de Luís o germano”. No entanto outros combates em torneio assumiam características menos simuladas e terá sido Godefroi de Preuilly, falecido em 1066, o primeiro a fixar regras e prescrições dos combates dos cavaleiros (BOUET, orig: 1968, p. 243).

Michel BOUET evidencia magistralmente como a regulamentação institucional se começa a compreender na evolução dos torneios que no início da idade média eram uma guerra (sem motivo de conflito) de um dia, num campo alargado e não muito bem limitado, e no final passaram a ser apenas uma batalha que decorria num tempo mais curto e num espaço bem delimitado, e neste espaço apareceram lugares de refúgio bem traçados, e juizes para separar com bastões brancos os combatentes demasiado engalfinhados, as armas transformaram-se em armas cortesias como a espada amolgada e a massa, passaram a definir-se golpes permitidos e não permitidos, desenvolveu-se um cerimonial para antes e depois do torneio.

A importância social assumida pelos torneios é também demonstrada pelos inúmeros indicadores de interdição tanto religiosos como governamentais. “Em

Inglaterra, sobre Eduardo II, contamos não menos que quarenta ordenanças contra os torneios” (*ibidem*, p. 244).

Um fenómeno interessante é que nos torneios iniciais (até ao início do século XIV), o realismo era tal que seria possível fazer capturas, principalmente cavalos dos adversários, tornando lucrativa a actividade, emergindo torneadores profissionais mais à procura do lucro do que da honra, maculando a gratuitidade e o desinteresse que animavam a maioria dos cavaleiros.

Antecipando os traços do desporto que conhecemos hoje, parece-nos que devemos sublinhar como o torneio livre se tornou naquela altura um espectáculo, através da delimitação do terreno, através da intervenção de diferentes regulamentos e do estabelecimento de cerimónias. Estes torneios mais institucionalizados do final da idade média, são contemporâneos do estilo resplandecente, com acentuação nas boas maneiras, implicando o respeito pelas convenções, lealdade, cortesia e um refinamento da cultura estética para o fim do seu desenvolvimento (*ibidem*, p. 247). No entanto, apesar de todas as regulamentações, a força continuava a ser o factor predominante em relação à destreza, e isso poderá também ter sido um obstáculo para a sua integração na cultura estética que se abria.

O último torneio terá tido lugar por volta de 1512, e M. BOUET identifica que terá sido o facto desta actividade continuar muito dependente da actividade e técnicas de guerra que se modificou com o desenvolvimento da artilharia e canhões e com a adopção do arcabuz e do mosquete, desmotivou a sua continuidade como espectáculo de guerra, e o facto de ser muito dispendiosa inviabilizou a sua consolidação como desporto.

Ao lado dos torneios, desenvolveram-se as justas, inumeráveis nos séculos XIV, XV e XVI. Parecem ter emergido da matriz dos torneios, sendo o assalto de lança e a cavalo, em combate singular, permitindo assim a apreciação mais individual do valor do cavaleiro.

Começam a ter maior sucesso que os torneios, talvez pelo facto de requererem menos recursos, colocando menos vidas de uma só vez em perigo. Foram-se regulamentando e codificando cada vez mais com a adopção de armas de cortesia e toda uma série de precauções com destaque para a introdução, no século XV, de uma barreira

separadora, ao longo da qual galopavam em sentido inverso os diferentes cavaleiros, e para o desenvolvimento de armaduras especializadas.

*Diferentes prémios eram atribuídos e a sua classificação mostra que tivemos desde então, da maneira como hoje o entendemos, o sentido do desporto. Tinham direito aos prémios:*

*1º Aquele que fizesse o golpe de lança mais belo de todo o dia.*

*2º Aquele que rompesse mais lanças.*

*3º Aquele que permanecesse mais tempo como concorrente sem tirar o elmo (ibidem, p. 249, citando Jusserand).*

Durante este percurso de construção das regras da justa, várias críticas dos defensores do torneio apareciam, evidenciando como a justa preconizava o afastamento completo da realidade do combate: porque se debatiam, antes do combate começar, as condições do encontro, porque só havendo um adversário, não se poderia ser atacado a não ser de um lado, porque se desenvolveram armaduras cada vez mais adaptadas às regras da justa ao ponto de mecanizarem o encontro, sendo mais o justador um projectil a procurar partir muitas lanças<sup>61</sup> para ganhar a justa...

Estas dificuldades evidenciadas por BOUET, na passagem das actividades guerreiras a actividades de tipo desportivo, ainda hoje são argumentos válidos de uns defensores de um tipo de desporto de combate mais “livre” em relação a outros desportos de combate com contacto mais “restrito”. A isso voltaremos noutra capítulo.

#### **2.2.14 O Vínculo Patriarcal da Guerra nas Actividades de Luta e outras.**

As organizações sociais próximas do desporto, tiveram sempre o vínculo patriarcal da Guerra. Como sintetiza Sílvio LIMA,

*A guerra contra a moirama era [...] uma caçada; e a verdadeira caçada contra o porco montanhês um treino ou equivalente da futura guerra contra a moirama. Durante a guerra não se limpam armas; está certo, mas limpam-se na paz com os exercícios militares e os exercícios desportivos (LIMA, 1987b, p. 43).*

---

<sup>61</sup> “Pois é a maior tontaria do mundo dizer: parti dez lanças em torneio ou em batalha, pois um carpinteiro o faria muito bem”, fez o julgamento Rabelais (BOUET, orig: 1968, p. 250; LOPEZ, 2003, p. 143).

Este mesmo autor, num outro ensaio sobre a modernidade e o livro de montaria de D. João I, pergunta e responde:

*Quais os objectivos do desporto medievo? A que intuítos obedecia o cavaleiro nobre quando se entregava ardorosamente ao “jogo de andar ao monte de ursos ou de porcos”? Que significava o torneio e a braçaria, a altaria e a montaria?*

*Em primeiro lugar: estas boas manhas do corpo serviam de equivalentes preparatórios e compensatórios da luta contra a moirama imperialista. A caça do urso ou a peleja hípica visavam, como escreve D. João I, “guardar o feito das armas que se nom perca” ou, por outras palavras, “este uessem em paz, que se nom perdesse”. Quer dizer, o desporto medieval constituía um treino de guerra; um exercício tónico, dinamogénico, anti-reumatizante, para conservar sempre em forma (como se diz na linguagem desportiva moderna) o corpo e a alma; manter ágil, viril e alerta o organismo, sempre disposto a submergir-se na moleza, no quietismo bocejante, no espreguiçamento voluptuoso. Portanto, guardar a forma, defender o estilo (ibidem, pp. 67-68).*

O Livro de Montaria composto por Dom João I (1357-1433), inicia por demonstrar porque foram inventados todos os jogos com a função dupla de *recrear* e para que *o uso das armas nom se perdesse*. Depois de apresentar o *jogo do axadrez*, a *pella*, o *dançar* e o *tanger*, no sentido de se não perder o *bão fôlego* entre muitos outros benefícios, D. João I apresenta actividades importantes, jogos, para que não se perdesse o uso das armas: correr bem, saltar bem, lançar bem uma lança, justar e tornear. No entanto, nos limites que tais jogos ofereciam perante as necessidades de estar bem preparado para a guerra, elogia o *jogo de andar ao monte*, sendo a montaria a actividade considerada principal para o treino das habilidades fundamentais de guerra.

É interessante esta procura da melhor exercitação para cumprir duas questões essenciais: recreação do entendimento, ou seja recuperação das energias perdidas no esforço mental quotidiano pela sua repetição, e preparação para a guerra.

O filho de D. João I, D. Duarte, no seu *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda a Sela* elogia vigorosamente a importância das habilidades (*louvor das manhas*): “Mais a pratica das virtudes nom deve tolher a husança das boas manhas do corpo que sempre per os senhores e grandes foram prezadas e louvadas” (DUARTE, orig: 1438, 1944, p. 119).

O tipo de manhas evidenciadas são as referenciadas ao cavalgar e lutar com uma finalidade central:

*“Todas boas manhas do corpo que perteeem a cadahúu seguno aquel stado que tever, nunca devem seer leixadas, specialmente cavalgar e luytar, que som fundame[n]to de que se percalçom as mays das onrras; ca do bem cavalgar vem grande ajuda pera todallas que de cavalo se fazem, e o luitar faz perder o rreceo aas que de pee se costumam. E muyto se percalça per ella força de todo [o] corpo em geeral e boa leva, que pera os feitos da guerra [e] todas boas manhas dá grande ajuda (DUARTE, 1944, p. 121).*

Não concordamos com Joseph Piel, editor crítico da edição consultada do Livro de D. Duarte, ao afirmar que “o último capítulo, *Dos erros da luyta*, com preceitos sobre o combate sem armas e com interessante terminologia dos diferentes golpes (*erros*), sai um pouco fora do quadro da obra” (PIEL in: DUARTE, 1944, p. xiii).

Na nossa interpretação, uma das finalidades do desenvolvimento das habilidades de cavalgar e lutar era, também e ainda, para D. Duarte, a guerra. Por isso, as técnicas de base e as metodologias de treino descritas no “nosso primeiro tratado [...] de pedagogia desportiva” (LIMA, 1987a, p. 38), culminam com técnicas de lança, espada e luta desarmada.

Certo é que a obstinação de considerar fundamentalmente este livro como um compêndio de equitação como hoje se vê, levará alguns a menorizar o objectivo fundamental em detrimento dos objectivos intermédios. A equitação não era um fim em si mesmo, era um meio para outras “manhas”, “pois nosso stado he dos defendores, as que per tal mester de pelleja mais convem som as principaaes que devemos aprender e a aver” (DUARTE, 1944, p. 120), o que estava em coerência clara com a perspectiva de seu pai, D. João I.

Estamos perante um interessante tratado de técnicas de preparação para a guerra com várias incursões de nível físico, técnico, tático, psicológico e teórico (factores de Treino) num momento histórico em que os perigos do desleixo pelas “manhas do corpo” são sentidos pelo Rei<sup>62</sup> que merecerá, no futuro, um estudo técnico bem mais aprofundado.

Por agora, interessa-nos realçar que em pleno declínio da idade média, D. João I e D. Duarte elogiam a necessidade de estimular os ideais de cavalaria, porque se perdiam

---

<sup>62</sup> Ver capítulo XV: “Do Louvor das Manhas”.

os tempos das cruzadas, dos torneios e dos cavaleiros andantes, num quadro de preocupação latente com o desenvolvimento e organização comunal.

Como nos diz BOUET (orig:1968, p. 254), “A luta situa-se bem na perspectiva eminentemente combativa, agonística, das actividades desportivas da Idade Média”, tendo sido “[...] um exercício simultaneamente real, senhorial e popular”.

*Largamente expandida nas camadas não nobres onde era um dos seus jogos – e pouco dispendioso – os reis e senhores praticavam-na como de grande utilidade nas guerras onde a junção e o combate corpo a corpo eram frequentes, mesmo a cavalo [...] ou em certas circunstâncias dos duelos: É assim que em 1402 um jovem nobre desnorteia um Inglês porque “se une ao adversário e vence-o à luta por cima dele”. Brantôme<sup>63</sup> citará um duelo onde um adversário, deixando o seu estoque “agarra o corpo de M. de Bayard que o prende também à maneira da luta”, e fará uma outra narração que merece ser examinada, já que nos demonstra, além da intervenção da luta, como a noção de combate estava ainda longe de poder levar à competição desportiva tal como a entendemos hoje, tanta a irregularidade se mistura. Trata-se de um duelo no tempo do “louco rei Henri II” entre o barão das Guerras e o senhor de Frandilles “para resolver a sua querela (já que por acordo não o puderam fazer)”. Quanto à sua origem, Brantôme não diz mais que: “O assunto era indecoroso<sup>64</sup>, já que tocava a sodomia.” Os dois senhores eram “dois bravos cavalheiros”. Todo o cerimonial preliminar foi perfeitamente respeitado; merque-se bem este ponto, pois ele contrasta como o que se segue que nos mostra que a regulamentação [...] apenas tocou o lado de fora. O barão das Guerras, que recebeu um grande golpe de espada a atravessar a coxa direita e por isso as suas forças começaram a diminuir “prevendo o seu inconveniente, resolve de ir às pegas e à luta [...]. Tendo, assim tão cedo deitado o seu homem por terra, colocando-se por cima dele (notemos de passagem a coragem deste homem ferido), não tendo nenhum deles nenhuma arma ofensiva, que foram largadas para melhor se servirem das mãos na luta, se derrubarem e atirarem ao chão: pelo que o barão recorreu às mãos e aos punhos, pondo-se a dar grandes golpes ao seu inimigo, e o mais que podia”. No entanto o barão, perdendo sangue, enfraqueceu. Mas “a sorte” interveio: “um andaime que estava muito perto do campo partiu-se e caiu, onde estavam muitas senhoras e senhoritas, cavalheiros e outros, que ali estavam para ver este cruel passatempo”. Seguiu-se uma grande confusão. E Brantôme tem estas palavras marcantes: Tanto que não sabíamos com o que nos distrair, ou ver o fim do combate, ou ir socorrer as pobres criaturas que se feriram.” Então, os amigos do barão das Guerras “aproveitando a ocasião a propósito, meteram-se a gritar: mete-lhe areia nos olhos e na*

---

<sup>63</sup> “Discours sur les duels. OEuvres, Paris, MDCCC XXXVIII.”

<sup>64</sup> Bouet está a citar um autor que escreve em Francês antigo pelo que algumas expressões não são escritas da mesma maneira, tal como no português. Neste caso traduzimos “fort salle” por indecoroso, assumindo que seria “fort sale”. No entanto, “salle” é compartimento, sala, pelo que a expressão poderá ter a ver com “conversas de sala”, o que acaba por ser o mesmo sentido do da expressão usada.

boca” o que o barão fez imediatamente. O outro foi obrigado a render-se (BOUET, orig: 1968, pp. 255-256).

### 2.2.15 A Ficção Nobre e a Realidade Popular

É Johan HUIZINGA que, numa das suas obras essenciais, no caso “O Declínio da Idade Média”, caracteriza a “ficção” (p. 99) e a “ilusão” (p. 104) da cavalaria no quadro do século XV, criticando-a à distância.

*O ideal da elegante vida heróica só podia ser cultivado dentro dos limites de uma casta fechada. Os sentimentos da cavalaria eram correntes somente entre os membros da casta e de modo nenhum se estendiam às pessoas de nível inferior. A corte de Borgonha, que estava saturada do prejuízo cavaleiresco, e não teria tolerado a mais leve infracção das regras num combat à outrance entre nobres, adorava a ferocidade desenfreada de um duelo judicial entre burgueses, onde não havia código de honra a observar. Nada poderia ser mais digno de nota a este respeito do que o interesse que por toda a parte despertou o combate entre dois burgueses de Valenciennes em 1455. O velho duque Filipe quis ver o raro espectáculo a todo o custo. Vale a pena ler a descrição viva e realista feita por Chastellain para se apreciar como um escritor da cavalaria que nunca consegue dar mais do que um relato vagamente fantasioso de um feito de armas o conseguiu neste caso, dando livre curso aos naturais instintos de crueldade. Nem um único pormenor da “belíssima cerimónia” lhe escapou. Os adversários, acompanhados pelos seus mestres-de-esgrima, entraram na liça, primeiro Jacobin Plouvier, o queixoso, e depois Mahuot. Os seus cabelos foram rapados e eles iam envolvidos da cabeça aos pés em cordovão talhado numa só peça. Ambos estão muito pálidos. Depois de terem saudado o duque, que estava sentado debaixo de um tolde de grades, esperam o sinal sentados em duas cadeiras estofadas de preto. Os espectadores trocam impressões em voz baixa a respeito da sorte do combate: como o pobre Mahuot está pálido ao beijar o Testamento! Dois criados vieram untá-los com gordura do pescoço até aos pés. Ambos os campeões esfregaram as mãos com cinza e comeram açúcar; a seguir deram-lhes as maçãs e os escudos pintados com imagens de santos, segurando, além disso, nas mãos, “uma flâmula de devoção”.*

*Mahuot, um homem pequeno, começou o combate atirando areia à cara de Jacobin com uma aresta do escudo. Não tardou que caísse no chão atingido por um formidável golpe de Jacobin, que se atirou para cima dele, encheu-lhe os olhos e a boca de areia e espetou-lhe o polegar no olho para que Mahuot soltasse o dedo que lhe prendera entre os dentes. Jacobin torce os braços do adversário, puxa-lhos para as costas e procura quebrar-lhos. Em vão Mahuot grita a pedir misericórdia e pede que o confessem. “Ó meu senhor de Borgonha”, grita ele, “servi-vos tão bem na guerra de Gand! Ó meu senhor, pelo amor de Deus, peço-vos misericórdia, salvei a minha vida!...” Neste ponto faltam algumas páginas na crónica de Chastellain; sabemos por outras informações que o moribundo foi arrastado para fora da liça e enforcado pelo carrasco (HUIZINGA, 1985, pp. 105-106).*

Em alguns países estes jogos não eram exclusivos da nobreza.

*Na Alemanha os 'ludi gallici' foram praticados, no momento da sua adopção no século XII, por todos os homens livres; mais tarde só os cavaleiros a eles tinham acesso, à medida que o papel do cerimonial aumenta. Mas com o desenvolvimento das cidades, implicando maior comunicação entre as classes, papel organizador da cidade, necessidade de espectáculos, riquezas para os montar, necessidade de exercitação nas armas num objectivo de defesa, os burgueses foram admitidos a torneiar. E mesmo em 1386, em Magdebourg, os Judeus participam. Em Hamburgo, ricas corporações tinham companhias de torneio. Elas ajudaram em 1375 os habitantes de Lubeck a proteger a sua cidade. Dos torneios populares é de realçar as contendidas entre os burgueses de Paris com os de Amiens e de Reims, entre outros (BOUET, orig: 1968, pp. 253-254).*

É também de evidenciar um facto fundamental: surgem em alguns casos, como na Alemanha, uma espécie de associações de maneira que para participar nas justas, ter-se-ia que pertencer a uma dessas associações, e nesse tempo, o desafio é a forma fundamental de institucionalizar um encontro que decorreria em calendários coerentes com as festas.

O povo, constituído fundamentalmente por uma população campestre e dispersa, não poderia entregar-se ao associativismo nos modos dos cavaleiros, mas isso não impedia a organização de jogos tradicionais colectivos com bola nas festas, quer em campos abertos ou restritos, numa atmosfera de franco combate corpo a corpo pela posse da bola, característico da Idade Média, nem impedia a organização de combates singulares de luta.

Os três estratos sociais (clero, nobreza e povo – ou terceiro estado) tinham tensões entre si, entre as quais destacamos a tendência da burguesia (que com os agricultores e artesãos se encontravam no terceiro estado) em querer imitar a nobreza, mas mantendo a sua própria identidade. É o fenómeno da imitação, acomodação quase pura, ou seja, reestruturação dos esquemas inoperantes face ao entendimento do mundo, segundo o interessante modelo da psicologia genética Piagetiano.

As ilusões de uma vida social pura e nobre serviram para transcender os exactos limites do que era possível fazer na realidade. A cavalaria, como ideal de vida, exagerava os seus fantásticos e generosos objectivos, e essa era a sua força. A cavalaria conteve, em si mesmo, elevados valores sociais (HUIZINGA, 1985, p. 110).

As suas origens religiosas são pagãs e foi o pensamento feudal que as cristianizou, e os ritos sagrados remotos desenvolvem-se em outros ritos característicos das ordens da cavalaria (como a ordem dos templários), que são ramificações da “ordem da cavalaria propriamente dita” (*ibidem*, p. 87), entre os quais estão os torneios. Este autor é lapidar na afirmação de que os clubes, os jogos e os desportos da aristocracia mais recente, correspondem à mesma primitiva concepção de ordem dos séculos XIV e XV (*ibidem*, pp. 87-88).

O elemento estético, evidenciado muitas vezes por HUIZINGA nas aristocracias guerreiras, acentua-se sobretudo nos tempos em que a sua função era mais vital, como no tempo das primeiras cruzadas, emergindo o ideal de homem bem-nascido e livre de apegos terrenos, tornando-se essenciais a compaixão, a fidelidade e a justiça decorrentes de um complexo imaginário informado numa: a) forte base ética; b) instinto combativo do homem; c) amor. Este último inspira o aspecto cavalheiresco do amor – o cavaleiro e a sua dama (*ibidem*, pp. 79-80).

*A concepção da cavalaria como forma sublime da vida secular podia ser definida como um ideal estético revestindo o aspecto de ideal ético. Tem por base a fantasia heróica e o sentimento romântico. Mas o pensamento medieval não permitia formas ideais de nobreza independentes da religião. Por essa razão a piedade e a virtude têm de ser a essência da vida do cavaleiro. A cavalaria, porém, nunca virá a realizar perfeitamente esta função ética. A sua origem terrena impede-lho. Porque na origem da ideia cavalheiresca está o orgulho que aspira à beleza, e o orgulho formalizado dá lugar à concepção da honra, que é o cerne da vida nobre. “O sentimento da honra”, diz Burckhardt, “essa mistura estranha de consciência e de egotismo” é compatível com muitos vícios e susceptível de ilusões extravagantes; não obstante, tudo o que permaneceu puro e nobre no homem pode encontrar apoio nele e dele extrair novas forças (HUIZINGA, 1985, p. 71).*

Na concepção hierárquica da sociedade, a imagem que perdura logo após o final da Idade Média é a da importância da nobreza.

*[...] um leitor assíduo das crónicas e da literatura do século XV dificilmente resistirá à impressão de que a nobreza e a cavalaria ocupam nele um lugar muito mais considerável do que hoje nos parece. A razão desta desproporção reside no facto de muito depois de a nobreza e o feudalismo terem cessado de ser factores essenciais no estado e na sociedade continuarem a impressionar o espírito como formas dominantes de vida. Os homens do século XV não podiam compreender que os motivos determinantes da evolução política e social pudessem ser vistos de outro ângulo que não fossem os feitos de uma nobreza belicosa e cortesã.*

*Persistiam em considerar a nobreza como a mais elevada força social e atribuíram-lhe uma exageradíssima importância, desvalorizando completamente o significado social das classes mais baixas (ibidem, pp. 57-58).*

Na verdade, para HUIZINGA, porque a História se democratizou no nosso tempo, a cavalaria deixou de ser o centro e objecto de interesse principal como foi no século XV, com uma imaginação histórica fixada nas cruzadas, nos torneios e nos cavaleiros andantes. A cavalaria passou a ser vista como “uma florescência muito especial de civilização” embora não dominante do curso da história medieval. Para o autor, os problemas da Idade Média residiram no desenvolvimento: a) da organização comunal; b) das condições económicas; c) do poder monárquico; c) das instituições administrativas e judiciais; e, em segundo lugar, no domínio: a) da religião; b) da escolástica; c) da arte (*ibidem*, p. 57).

Mas mais à frente, confrontando a ideia central de que a cavalaria já não bastava como princípio militar, este autor afirma que os frutos que ficaram, mesmo depois da morte das ideias da cavalaria, foram importantíssimos: “um sistema de regras de honra e de preceitos de virtude”.

Foram as ideias da cavalaria que permitiram desenvolver a lei das nações com origem na Antiguidade e na lei canónica: a ideia das cruzadas e das ordens da cavalaria está ligada à aspiração à paz universal e sua instrumentalidade; o ideal de uma vida embelezada pela honra e pela lealdade precedem a noção de direito internacional, já que a honra de um cavaleiro concebia o dever militar e tal sentimento de honra foi introduzindo gradualmente alguma clemência na prática militar; e é o orgulho aristocrático, ao contrário do interesse próprio mediano, relevando os aspectos de um alto valor ético que abre o caminho para a clemência e o direito.

*Todos os melhores elementos do patriotismo – o espírito de sacrificio, o desejo de justiça e a protecção dos oprimidos – brotaram do solo da cavalaria. [...]*

*A cavalaria não poderia ser o ideal de vida durante alguns séculos se não contivesse em si elevados valores sociais. A sua força residia no grande exagero dos seus fantásticos e generosos objectivos [...]*

*A realidade sempre tornou mentirosas estas elevadas ilusões de uma vida social pura e nobre, quem ousará negá-lo? Mas onde estaríamos nós se os nossos pensamentos não tivessem transcendido os exactos limites do que é possível fazer? (HUIZINGA, 1985, p. 107-110).*

### 2.2.16 O Refinamento Renascentista: O Duelo

No Renascimento passa-se a uma espécie de procura profana dos valores, que BOUET evidencia suportado em ULMANN, juntamente com o surgimento do individualismo renascentista, que o mesmo evidencia suportado em Burckhardt. A emergência da mobilidade social, procurando os nobres impor-se pelo seu próprio valor e mérito pessoal, misturando-se com os burgueses nas cidades, acontece a par da procura do refinamento da existência.

Pela redução do peso e do comprimento da espada, pouco a pouco, a força medieval vai dando lugar à destreza renascentista: a arte dos torneios acaba, mas começa a grandiosa época da esgrima dos duelos.

Pela introdução das tecnologias da pólvora, o utilitarismo medieval das práticas cavaleirescas deixa de ter sentido directo com as técnicas de guerra e combate através das armas medievais. Por outro lado, a dissolução das instituições feudais substitui a sua função guerreira pelo profissionalismo centralizado, com base em mercenários sob o comando do reino ou governo centralizador.

O desenvolvimento de armas de duelo, sem a perspectiva da guerra, tem o seu espaço. É a esgrima italiana que lidera esse movimento, transformando-se a espada e complexificando o estudo táctico do combate, elogiando a destreza e agilidade. As defesas, as fintas, etc., desenvolvem-se e os mestres de armas italianos são procurados pelos mais exigentes. No entanto, o espaço institucional para o treino e desenvolvimento da esgrima renascentista é o duelo. Não se trata ainda do espaço institucional característico do desporto já que “a competição ainda não saiu do combate” (BOUET, orig: 1968, p. 275). Inicialmente, é o duelo judicial, sancionado civil e canonicamente. Depois, com a proibição da Igreja e do Rei, entra em clandestinidade, nunca deixando de existir, bem pelo contrário, robustecendo-se como menos religioso e mais mundano.<sup>65</sup>

Na Alemanha, os mestres de esgrima fundam confrarias com escolas suportadas pelos alunos nas cidades, abrindo-se à praça pública através de espectáculos pagos, tendo Montaigne assistido em 1580 a um desses espectáculos. Os candidatos a mestres de esgrima têm que passar por provas precursoras do desenvolvimento dos combates não mortais e, por outro lado, “o exercício, o treino, adquirem uma importância

---

<sup>65</sup> Eduardo NOBRE tem uma publicação interessante sobre o assunto.

crescente, adicionando-se as actividades atléticas e gímnicas de preparação ou complemento” (*ibidem*, p. 276).

A Renascença, pela facilidade dada pela impressão e pela motivação racionalista e científica, é produtiva em muitos livros de especificação técnica. A esgrima lidera<sup>66</sup> e, nesta, a esgrima italiana com imensas publicações no século XVI, desenvolvendo-se por toda a Europa. A exercitação física, numa perspectiva humanista, é apresentada como instrumental ou a aspectos higiénico-terapêuticos (perspectiva médica) ou a aspectos educativo-formativos (perspectiva pedagógica).

Mas a esgrima de que falamos era em sistema eclético que incluía sistemas de defesa pessoal extremamente eficazes na abordagem à luta corpo a corpo. Os tratados de esgrima da época assim o comprovam (SALVINI, 1984-1995).

Dos manuais de combate com armas (bastões) e sem armas (corpo a corpo) nos túmulos do Egipto, até aos manuais de esgrima renascentistas, um longo período de metamorfoses várias foram acontecendo, mas não tenhamos dúvida que se atinge um nível profundo de excelência na abordagem ao combate corpo a corpo inerme, paralelamente ao uso do bastão (bengala, pau) e espada.

Neste momento, importa reflectir sobre uma questão:

*Se tivessem existido na China ou Japão métodos de combate no século XVI (e antes), mostrando qualquer superioridade sobre o que se praticava na Europa, dois povos que estiveram constantemente, depois desta data, instalados nessas regiões: os Portugueses e os Holandeses, não teriam deixado de divulgar aos restantes Europeus essas descobertas... ora nem em Lisboa, nem em Amesterdão, nos séculos passados, houve, ao que parece, qualquer mestre a ensinar uma qualquer disciplina de combate oriental; pelo contrário... mas a isso voltaremos. Marco Paulo também não descreve absolutamente nada sobre isso nos seus escritos... Seria talvez interessante folhear os arquivos jesuítas em Roma (geralmente bem informados sobre todos estes assuntos) ou de outras congregações que tivessem estado muito tempo na China; com o risco de que um trabalho assim tão considerável não desse a não ser um resultado negativo? (SALVINI, 1987, n.º 137, p. 69).*

É nesse sentido que procuraremos melhor as referências a estes encontros, em capítulo próprio. Antes disso, é conveniente interpretarmos o salto seguinte que o Ocidente dá.

---

<sup>66</sup> O século XVI é produtivo em grandes tratados e manuais de esgrima, principalmente a segunda metade. Ver BOUET (orig: 1968, pp. 284-285).

### 2.2.17 Emergência do Dualismo Moderno

O apogeu da cultura humanista iniciada por Petrarca em 1350, em que se insistia fundamentalmente sobre a formação intelectual, mas sensível ao cuidado da saúde e nas questões militares do manejo das armas, consolida-se com Mercurialis, Rabelais e Montaigne no século XVI. Na generalidade, os séculos XVII e XVIII foram os séculos de desenvolvimento da concepção científica moderna, consolidada com o positivismo do século XIX.

As bases gerais do desenvolvimento dos contextos da educação física e do desporto na modernidade, assentaram principalmente em áreas científicas paradigmáticas como a Física<sup>67</sup> (Biomecânica), a Fisiologia e Anatomia e mesmo a Matemática (métodos quantitativos), ou em ciências pré-paradigmáticas como a Psicologia, Sociologia, Pedagogia, etc.

Galileu (1564-1643) constitui a mecânica como a ciência das máquinas<sup>68</sup> e Descartes (1596-1650) foi dos primeiros a sistematizar a analogia entre as máquinas a vapor e o corpo humano. Borelli (1608-1679) explica com leis estritamente mecânicas os movimentos dos animais, e, segundo PEREIRA (1953, p. 16), dos seus estudos deriva a escola iatromecânica onde tentaram explicar por leis mecânicas os fenómenos vitais do corpo humano.

Certamente que estas concepções mecanicistas, fruto da episteme da época, imperaram no início da passagem das concepções fundamentadas no humorismo galénico para uma cada vez maior influência dos sistemas mecânico, químico e fisiológico, sem esquecer o sempre presente pano ideológico de fundo.

É este percurso que vem culminar em 1637 com a expressão cartesiana *Penso, logo existo* (“*Je pense, donc je suis*”), onde se relewa a separação entre *mente* (coisa pensante) e *corpo* (coisa não pensante), dando espaço para que, sobre este último, se pudessem dizer as “heresias” que sobre o espírito se não podiam livremente referir.

---

<sup>67</sup>O termo grego *physis* (natureza) vai derivar nas ciências naturais, estando na base da Física e da Fisiologia. É de notar que o médico de hoje já foi o *Físico*, estando a anatomia, fisiologia e bioquímica integradas nos seus estudos.

<sup>68</sup>Arquimedes (287-212 A.C.) estudou e definiu a teoria das alavancas, estabelecendo as bases da mecânica teórica; Galileu (1564-1643) estabelece a lei da queda dos corpos; Huygens (1629-1695) estabelece o princípio da acção e reacção; Newton (1642-1727) estabelece a lei fundamental da gravitação universal; Bernoulli (1645-1705), d'Alembert (1717-1783) e Lagrange (1736-1813) estabelecem as bases da dinâmica; Laplace (1748-1827) estuda a mecânica celeste.

Trata-se de um dualismo radical onde o ser humano é essencialmente *res cogitans*, embora sujeito a uma reunião com o corpo, *res extensa*. A partir de então, o Homem “tem” um corpo, nascendo o *corpo-objecto* para se tornar centro incontestável da curiosidade científica. A medicina moderna, predominantemente anátomo-fisiológica, nasceu com Descartes e apoderou-se do corpo-objecto.

### 2.2.18 As Ginásticas nos Séculos XVII e XVIII

A publicação da *Arte Gymnastica*, em 1565, do médico Mercurialis, exprime o apreço pela ginástica clássica Grega elogiada pelos Filósofos como Platão, com as advertências médicas de Hipócrates e Galeno. É no elogio da sua função médica que ele vê uma diferença: “era o gymnasta o que sabia o poder de todos os exercícios, julgava e ordenava o seu uso diverso pelos homens por causa de sua saúde e, mas o pedotribo executava e demonstrava efectivamente de que modo se deviam e podiam fazer”. Identificando claramente as finalidades atléticas (competição institucionalizada para obter a coroa), militares (preparação para a guerra) e médicas (conservação da saúde e boa disposição do corpo), Mercurialis elogia esta última e reivindica-a como exclusividade dos médicos (LOPEZ, 2003, p. 141, citando Mercurialis, 1569). Chega mesmo a considerar os exercícios atléticos característicos dos Jogos Olímpicos da antiguidade como legítimos mas perigosos (BOUET, orig: 1968, p. 287).

No campo médico, e a acompanhar o racionalismo mecânico já referido, podemos notar o desenvolvimento das preocupações portuguesas com o “*corpo são*”. Nas palavras de Fernão Solis da Fonseca, em 1626, no seu *Regimento para conservar a saude e vida*, considerado por Jorge CRESPO que o cita como “o primeiro tratado de higiene em língua portuguesa”,

*E primeiramente o exercicio e movimento he causa de quentura como diz Arist. «Mortus est causa caloris», quẽ se move e exercita adquire quentura com a qual, e por virtude do exercicio se gastão as superfluidades e ruins humôres do corpo, e se distribue o calor natural pellos mêmbrs, para lhe dar ser e força como diz Galeno (CRESPO, 1990, p.537).*

Um século depois, em 1721, na *Anchora Medicinal para conservar a vida com saude* de Francisco da Fonseca Henriques, elogia-se que o exercício físico:

*... aumenta o calor natural, de que resulta o fazerem-se bem os cozimentos do estomago, e o haver boa nutrição do coprpo. Elle adelgaça*

*os humores, e alarga os ductos, e vasos por onde se movem, de sorte que facilita a circulação do sangue, e da lymphá, e as expulsão dos excrementos, que á natureza deturbaõ pelas vias para isto destinadas. Move, e agita os espiritos, que com o ocio estão quasi entorpecidos. Dissipa os flatos, attenua os humores crassos, que fazem obstrucões nas primeiras vias; e por isto he grande remedio dos hypocondriacos, e melancolicos. Desseca as humidades do cerebro; excita o appetite de comer; conforta o estomago, fortifica as juntas, e todo o genero nervoso (in: CRESPO, 1990, pp. 538-9).*

Estes estratos evidenciam claramente concepções funcionalistas e humorais (galenismo) baseadas na doutrina aristotélica, salientando que nos séculos XVI e XVII o fundamento do exercício físico generalizável consolida-se na perspectiva higiénica e terapêutica. Com PEREIRA (1953, p. 21), podemos identificar o surgimento de uma concepção funcional da educação física moderna, embora ainda sem uma perspectiva biológica bastante desenvolvida.

É de evidenciar com CRESPO (1990) que a perspectiva galénica arrastava ainda uma certa ideia de um “corpo mole e passivo, sem capacidades para se responsabilizar pela sua própria formação [...], definitivamente marcado por factores que lhe eram estranhos”, tal como os “condicionamentos das heranças” (p. 542). Por isso, numa hierarquia social em que a aristocracia ocupava lugar de destaque, diferenciando os seus corpos pela prática da esgrima, equitação e dança, a diferenciação entre “exercício” (carácter intencional) e “movimento” (sem carácter intencional)<sup>69</sup> as referências à importância do exercício físico em geral surgem como uma tímida crítica inicial à situação, sem nunca ultrapassar os limites da biologia.

### **2.2.19 As Influências Básicas para as Novas Metodologias Educativas**

Rabelais com a publicação de Gargantua (1534) e Pantagruel (1532) concentra-se num plano de início radical da reforma da educação contra os métodos de memorização, focando-se no desenvolvimento das competências para a vida real, incluindo no seu

---

<sup>69</sup>Esta diferenciação é feita por Francisco da Fonseca Henriquez na sua *Anchora Medicinal para conservar a vida com saude* com a primeira edição em 1721 e por Francisco José de Almeida no seu *Tratado da Educação Fysica dos Meninos, para uso da Nação Portugueza*, de 1791 (CRESPO, 1990 pp. 542 e 565).

eclético método, muito desporto, onde também estão incluídos os exercícios de luta, e das armas diversas do seu tempo, mas não sem uma crítica clara os objectivos advindos da excessiva codificação da justa: “Pois é a maior tontaria do mundo dizer: parti dez lanças em torneio ou em batalha, pois um carpinteiro o faria muito bem” (BOUET, orig: 1968, p. 250; LOPEZ, 2003, p. 143).

Na mesma linha deste último, Montaigne, que publica em 1572 e 1580 os seus Ensaio, afirma-se defensor da escola activa aberta ao mundo e aos alunos e não centrada nos programas abstractos e livros. Nota-se um forte discurso de relevante introspecção quer no sentido crítico da vida (“mais que aprender história deve-se aprender a julgar a história”) quer da moral (“todo o outro saber é prejudicial para quem não tem o da bondade”) e da virtude (“tem de se ensinar a render-se e a depor as armas”). A identificação dualista platónica de corpo e alma é feita para se elogiar a necessidade de intervir sobre ambas sem oposição, mas defende como instrumentalidade relevante da educação física, onde a luta e o manejo de armas são parte integrante do seu estudo, o endurecimento do carácter através de exercícios físicos exigentes. A finalidade é “a realização da essência humana” (BOUET, orig: 1968, p. 295, citando Ulmann).

Apesar do período Barroco nos monarcas durante o século XVII, onde desaparece o anterior ideal renascentista de força e gosto pelas competições físicas, refinando-se em França a norma geométrica do comportamento com a esgrima presente entre outras poucas actividades desportivas, o século XVIII é dominado na Europa pelo racionalismo e empirismo onde a razão é a mais alta autoridade, reivindicando-se melhorias dos serviços públicos e o aumento da qualidade de vida ao nível da “vida terrena”. Por um lado, desenvolvem-se os sistemas de ginástica (vistos como uma educação física geral) e, para o final, criam-se as condições para nascer o Desporto na Inglaterra e autores como Locke, Rousseau e Bassedow estimulam conceptualmente a matriz fundante ao seu desenvolvimento institucional.

Locke (1632-1704), representando o empirismo Inglês e a classe burguesa a conquistar o poder político, evidencia a importância do Jogo para além do conteúdo cultural, da disciplina e da didáctica no contexto educativo. Pode-se dizer que começa a ter mais força a psicologia que a pedagogia. As finalidades da educação são a formação do carácter e da capacidade de julgar, através do endurecimento dado pela educação física, a lógica utilitária da educação intelectual e o desenvolvimento do sentimento da

honra na educação moral, relevando na sua ética que “sendo todos iguais e independentes, ninguém deve causar dano a outro na sua vida, na sua saúde, na sua liberdade e na sua propriedade” (LOPEZ, 2003, pp. 150; 151).

É Rousseau (1712-1778) que vai marcar a educação contemporânea com os seus dois livros radicais: “O Contrato Social” e “Emílio”. Com o primeiro, passa-se a responsabilidade para os cidadãos que delegarão a sua autoridade individual de governo do comum, designando as pessoas para exercer a função de governo e realizando um contrato social. Os governantes respondem pelos seus feitos aos governados que podem destitui-los dessa função escolhendo outros. O conceito de homem defendido no “Emílio” é o de que ele é naturalmente bom e que é a sociedade que o corrompe, pelo que a educação da criança e do jovem devem ser mais espontâneas e autodidatas e não tão formais e dirigidas. A criança é naturalmente activa e tem os seus interesses naturais próprios. O centro da educação evidenciado é, mais uma vez, o estar atento à criança, e não o currículo fechado ou o professor, o que faz aumentar a atenção e o respeito, ainda hoje fundamentais, para o estudo das leis do desenvolvimento ontogenético ao nível bio-psico-social. Como diz Rousseau: “os melhores mestres de filosofia são os nossos pés e as nossas mãos” (LOPEZ, 2003, pp. 178-180). Os perigosos excessos e erros<sup>70</sup> de Rousseau serão corrigidos pelos seus percursos.

A teoria de educação de Kant (1704-1804) é a superação crítica do naturalismo de Rousseau, focando-se na necessidade das referências ao trabalho no desenho das tarefas educativas. O vigor pedagógico (mas não espartano) para o desenvolvimento do valor e endurecimento fundamentais ao amadurecimento do carácter é central, utilizando na educação física<sup>71</sup> tarefas baseadas nas disposições naturais, entre as quais está também lutar. LOPEZ (idem, p. 183), evidencia como era contra os prémios que, segundo ele, fariam as crianças tornarem-se mercenárias.

Bassedow (1723-1790), a partir das ideias de Rousseau (naturalismo), escreve um tratado enciclopédico com 100 quadros ilustrativos (pedagogia da ilustração) “Trabalho

---

<sup>70</sup> Defesa do alheamento social e do afastamento precoce da mãe, por exemplo (LOPEZ, 2003, p. 181).

<sup>71</sup> Convém aqui referir que a “educação física” para Kant, pela noção sinónima que a palavra “físico” tem com “natural” e, assim, oposta ao sobrenatural é alargada, mais do que o habitual nos restantes autores. “Kant, como sabemos, entende por “educação física” não tanto a educação do corpo mas mais aquela que se dirige a um homem submetido ao determinismo; ele alarga neste ponto o ser físico do homem em que o corporal não é mais que um caso particular. A maior parte daqueles que se tornam teóricos, práticos e praticantes da educação física não foram assim tão longe. A educação física foi aquela do corpo.” (ULMANN, 1989, P. 408).

Elementar” e funda em Dessau, Alemanha, o Philantropinum (1774), a primeira escola Alemã onde os exercícios físicos são objecto de ensino como as outras matérias, reunindo-os pela primeira vez num plano curricular coerente (*ibidem*, p. 182, citando Vázquez e Ulmann).

Pestalozzi (1746-1827), baseando-se em Rousseau, corrige alguns erros, salientando a componente social e familiar, a necessidade de orientação de um professor adequadamente estimulador e disciplinador sem violência, aceitando o seu método indutivo de aprendizagem directa das coisas, mais do que dos livros, incluindo o trabalho como método educativo. Porque equilibra o intelectual, o moral e o corporal. Na educação física elogia a forma planificada e sistemática de intervenção do educador para colmatar as insuficiências da forma natural e instintiva. Estabelece assim uma ginástica elementar e desenvolve posteriormente uma ginástica industrial e uma ginástica militar. Os jogos desportivos e a ginástica elementar são importantes na estimulação educativa.

Guts Muths (1778-1839), defensor de uma educação integral unindo “a força do corpo à moral, o valor e a virilidade aos dons do coração e do espírito”, publica “A Ginástica da Juventude” onde sistematiza três grupos de exercícios: os da força (saltos, corridas e luta); os da agilidade (nadar, lançar, escalar, balancear e equilibrar-se); os da harmonia (dança, marcha e esgrima). O racionalismo inerente levava à defesa da planificação lógica de exercícios e jogos, deixando estes de ser meros passatempos, mas exercícios prescritos onde o espaço e o tempo, a forma de actuação e os recursos a utilizar deveriam submeter-se a um plano para o cumprimento mais eficaz dos objectivos. Utilizava tabelas de registo dos resultados das corridas, natação e saltos, utilizando cronómetros de precisão e estimulava-se o rendimento para atingir médias estatísticas, elogiando e premiando os vencedores e incluindo-os no boletim de notícias da escola. Como evidencia LOPEZ (2003, p. 186), embora alemão, tem uma grande semelhança com o desporto anglo-saxónico na importância dada às normas, precisão das medidas e interesse pela alta competição, mas diferencia-se no carácter, ideológico, promotor da saúde, e patriótico característico dos momentos seguintes.

Para Friedrich MALHO, “Guts Muths é o representante mais importante do filantropismo no domínio da educação física [...] [cuja] obra pedagógica foi um combate para a realização das ideias e dos objectivos democráticos e humanistas dos racionalistas John-Locke e Jean-Jacques Rousseau e da burguesia ascendente”

(MALHO, orig: 1969, trad: s/d, p. 19). Refere ainda que quando na sua obra de 1796<sup>72</sup> “descreve os jogos nas suas «regras», encontramos já a enumeração de comportamentos táticos [...] (*ibidem* p. 20)”, questão fundamental para MALHO.

Por outro lado, Peztaozzi procurava uma ginástica “graças à qual a formação do corpo se tornasse, do ponto de vista do espírito, o meio de formação espiritual, do ponto de vista moral, um meio de progresso moral, e do ponto de vista estético, da apresentação, ou da manutenção física e da beleza, um meio de desenvolvimento estético” (*ibidem*, p. 21).

Assim, podemos afirmar que na abertura do século XIX há uma tentativa de estruturação da mudança que leva a consolidar a ideia da importância da Educação Física na escola: o paralelismo entre a educação física e a *educação moral*, inicialmente, e, com Almeida Garrett (1829), na sua obra *Da Educação*, o reforço entre esses vínculos não esquece a *educação intelectual*.

*“Um mau corpo, mal formado e doentio, com mau estomago e maus nervos, raro e quasi impossivelmente tera um coração bem formado, forte, aberto, generoso. Com maus nervos e mau coração, mau ha de ser o cerebro. E vice versa, o mau coração desarranjará tarde ou cedo a flexibilidade e justa tensão dos nervos, e a perfeição do cerebro, - e o cerebro a um d’elles e a todos; e mútua e simultaneamente assim” (in: CRESPO, 1990, pp. 561).*

Assim, pretende-se contextualizar a educação física num discurso científico novo que trazia uma nova concepção de corpo: “o organismo é considerado como uma totalidade integrando órgãos e funções em íntima relação; o corpo não é, por sua vez, uma entidade isolada do mundo envolvente, necessitando mesmo, para que as funções se cumpram, de viver em certo equilíbrio com as condições exteriores...” (*ibidem*, p. 563).

O exercício físico tenta surgir como dinamizador, de uma só vez, de todos os elementos, não só essenciais à saúde, mas também ao “entendimento”, estimulando particularmente a capacidade de autonomia, proporcionando oportunidades excepcionais de aperfeiçoamento do indivíduo em todas as suas dimensões. Para isso era fundamental a participação da “vontade individual”.

---

<sup>72</sup>MAHLO considera a *Ginástica para a Juventude* (1793) e os *Jogos para o Exercício e Recreação do Corpo e do Espírito* (1796) como as “primeiras obras relevantes do género. Elas orientaram a evolução da educação física até à nossa época” (s/d., p. 19).

Ainda nas palavras de CRESPO (1990), “a educação física adquiria, neste contexto, uma importância que nunca mais deixaria de possuir.” (pp. 560-561).

É, pois, de compreender a noção de que a ginástica<sup>73</sup> deixava de ter um mero conteúdo higiénico-terapêutico no sentido *corporal*, mas, poderia ser utilizada, mais uma vez, para “fortalecer” o *espírito*. A história ensina-nos que o *sentido* dessa orientação foi sempre a questão essencial, reflexo das concepções de corpo então existentes.

Os sistemas de ginástica da Europa continental são marcados por reacções nacionalistas claras às invasões napoleónicas, vivificando assim uma necessidade de regeneração nacional mais militar e agressiva, como na Alemanha, ou mais populista e higiénico-terapêutica como na Suécia.

Com Peter Henrik Ling<sup>74</sup> (1776-1839), por exemplo, inicia-se uma direcção em que se atribui um interesse particular à análise mecânica e anatómica dos exercícios gímnicos, em paralelo com Amoros, Clias e Jahn, o criador do *turnen*<sup>75</sup>, movimento esse seguido pelos seus percursores (PEREIRA, 1953, p. 16) de entre os quais MAHLO destaca A. Spiess.

Spiess, introdutor do *turnen* nas escolas alemãs durante a segunda metade do século XIX, “fiel à atitude idealista fundamental, esforçava-se por fazer do espírito o mestre e senhor do corpo. A educação mental que perseguia com a «tomada de consciência» dos exercícios não era outra coisa senão uma aprendizagem de cor de elementos, encadeamentos e de várias formas de carácter militar. Reprimia, deste modo, toda e qualquer iniciativa do aluno que tivesse em vista uma actuação autónoma” (MAHLO, orig: 1969, trad: s/d, p. 22).

---

<sup>73</sup>“Nela se compreendendo os mais simples exercícios (a corrida, a luta, etc.) até às técnicas mais complexas (a equitação, a esgrima, etc.)” (CRESPO, 1990, p. 551)

<sup>74</sup>Para SOBRAL (1980, p. 18-19), Ling foi “o primeiro que fundamentou a Educação Física (ou, melhor, a Ginástica) num corpo de conhecimentos científicos consagrados, lhe atribuiu finalidades claramente expressas e de teor educativo irrefutável para a época, sistematizando os exercícios físicos num método coerente, o «método sueco», adaptado às finalidades enunciadas”.

<sup>75</sup>Ginástica alemã de índole militar preconizada inicialmente por Ludwig Jahn (1778-1852). O desenvolvimento do Turnen de Jahn, é sintoma do nacionalismo alemão reactivo à invasão napoleónica de 1806, corroborando o nacionalismo de Fichte, excluindo toda a autoridade e elogiando a democracia reaccionária, o seu Turnen (como reacção a não adoptar palavras estrangeiras como “ginástica”) quase que morre com a repressão das suas sociedades ginásticas após o assassinato de Katzebue por um dos alunos de Jahn: Karl Stand. “A insígnia ‘Turners’ retrata a data 919 (introdução da cavalaria na Alemanha) e 1519 (morte do último cavaleiro)” (BOUET, orig: 1968, p. 349, nota 2).

Certamente que a crítica de MAHLO ao mecanicismo antológico<sup>76</sup> de Spiess surge no sentido de realçar a necessidade de se sistematizar também o ensino da tática, e não ficar na visão reducionista da “técnica”, situação que ainda hoje tem tendência a imperar. No entanto, a episteme da modernidade ainda não permitiu esse salto qualitativo que surgirá mais tarde.

Ao contrário das características rebeldes de Jahn, Ling foi um homem bem relacionado com o poder, sendo protegido da família real sueca. A sua formação médica vincula e expande a sua ginástica a características médicas de saúde e reabilitação com características mais “democráticas” que o sistema Alemão ou Francês, ou seja, “pensada para que todos possam exercitar-se nela” (LOPEZ, 2003, p. 202).

O sistema Francês preconizado e importado pelo Espanhol Amoros (1770-1848), fundador de uma Escola Normal Civil e Militar cuja prática era fundamentada em exercícios mais acrobáticos no solo e em aparelhos, integra depois exercícios provenientes do “sport” Inglês, integrando analogicamente o Boxe Francês (Savate), o seu Jogo do Pau e de Bastão (LOPEZ, 2003, p. 201).

## **2.2.20 As Condições Específicas do Nascimento do Desporto Moderno**

### **2.2.20.1 Generalidades**

A regulamentação do Desporto tem por base a aristocracia no século XVIII e a burguesia no século XIX.

Como fruto civilizacional da passagem dos tempos medievais para a modernidade, através do controlo da violência, nasce o desporto: fenómeno democrático integrador, aproveitado para fins educativos e higiénico-terapêuticos.

O apogeu do nascimento do desporto, é um fenómeno de institucionalização do jogo que acontece em plena revolução industrial e que encerra as características sócio-económicas do mundo ocidental contemporâneo. É na Inglaterra que este fenómeno de institucionalização é consolidado quando os jogos populares mais violentos se regulamentam de forma mais institucional e civilizada, nos padrões

---

<sup>76</sup> De antologia, numa perspectiva “coleccionista”.

contemporâneos. Só nesse modelo se integram depois as ginásticas para a grande expansão mundial que se avizinha no século XX.

Para LOPEZ, a mobilidade social característica da cultura Inglesa tem como origem a lei da primogenitura da nobreza, segundo a qual, só o filho primogénito herdaria o título de nobreza e a terra, enquanto os restantes filhos, depois de receberem a educação característica dos nobres, passariam ao estado burguês. Para além desta mobilidade descendente, a mobilidade ascendente também permitia que muitas personagens da burguesia, principalmente políticos, ascendessem à aristocracia (LOPEZ, 2003, p. 171).

Thomas Arnold, director do colégio Inglês Rugby a partir de 1828, supervisionava e estimulava nos alunos tarefas de auto-suficiência e capacidade de organização como parte integrante do currículo, entre as quais estavam as organizações das práticas desportivas dos alunos, estimulando o espírito cavaleiresco de fair play (jogo limpo / espírito desportivo), e a supressão de alguma brutalidade e falta de regras específicas em jogos populares, exemplificando um eixo educativo essencial naqueles tempos e seguintes. O seu papel no desporto foi super valorizado<sup>77</sup> no romance de Thomas Huges, “Tom Brown’s Schooldays” que “oferece em 1837 a primeira exposição sobre a filosofia do desporto das Escolas Públicas e é isso que tocará Coubertin” (BOUET, orig: 1968, p. 341, citando McIntoch).

#### ***2.2.20.2 O Associativismo***

A extensão dos jogos populares colectivos através dos colégios e escola públicas Inglesas, nas novas condições sociais, imprime espontaneamente um movimento único que terá as suas repercussões. Os antigos alunos, integrados na sociedade, não deixam de estar estimulados para dar continuidade à prática dos seus jogos populares mais regulamentados e, assim sendo, pouco depois da metade do século XIX, começam a surgir os clubes desportivos, as associações e as federações de cricket, futebol, rugby, boxe, remo, etc., em torno das competições com equipas, juízes e árbitros, etc. Os jogos populares, de lúdicos tornam-se desportivos.

---

<sup>77</sup> Tinha fraco interesse pelos desportos em si, “não mostrando nunca o mínimo interesse pelo futebol” (McIntoch, 1960, Sport in Society, London, Watts, pp. 65-66, in BOUET, 1968, p.340).

Se os primeiros campeonatos oficiais de Cricket se realizam em 1730 com regulamentação definitiva em 1774, aparecendo o primeiro clube em 1787, é de evidenciar que em 1720 cria-se a primeira escola de Boxe, e que em 1743 faz-se a primeira regulamentação, surgindo, em 1747, o primeiro livro para o ensino de Boxe.

A prévia adaptação aristocrática do boxe antes de se regulamentar como desporto é evidenciada magistralmente por Michel BOUET (orig: 1968, p. 103),

*A outra espécie de Boxe é aquela que merece a famosa expressão de “nobre arte”, ou mais exactamente de “science of noble art of self defense”<sup>78</sup>.*

*A expressão parece relativa à passagem do boxe do profissionalismo ao amadorismo, logo que os aristocratas ingleses se prestaram a resolver as suas querelas de honra através de confrontos de boxe mais do que se confrontando à espada ou pistola. Esta introdução do boxe no mundo da aristocracia e a sua transformação em arte nobre foi preparada por uma certa tendência estética da prática do boxe como arte, notavelmente por Broughton.*

*É preciso admitir [...] o carácter que Montherland reconhece ao boxe, e que se baseia na simplicidade de golpes que constituem todo o arsenal do pugilista: “directo”, “swing”, “cruzado” e “uppercut” dão a este desporto – somos tentados a dizer – um classicismo que contrasta com o barroco das inumeráveis formas de luta.*

*No mesmo sentido que o boxe, para chegar à sua pureza, [...] a esgrima separa-se da luta logo que se torna a arte preferida dos homens de qualidade, enquanto que, previamente, na Idade Média, luta e esgrima eram ensinadas como exercícios da mesma natureza.*

### **2.2.20.3 As Apostas, o Espectáculo e o Gestor de Desporto**

Por detrás do surgimento do Desporto e, neste caso, do boxe como desporto, porque são as actividades que surgem e não o desporto em si próprio, estão um outro conjunto de operações que, com BOUET (orig: 1968) interessa referir. A Burguesia, com mais dinheiro e tempo livre, influencia os seus pares, assim como também influencia a ociosa aristocracia, através da organização de eventos sob o timbre da aposta, também abertas ao operário com algumas possibilidades de tentar mudar o rumo da sua vida. Os objectos das apostas são, normalmente, as performances e as competições. As performances dão origem a três questões importantes: procura de um recorde, obsessão pela mensurabilidade e interesse grande pela velocidade. As competições que aqui nos interessa realçar são as que se ligavam directamente com o

---

<sup>78</sup> Ciência da nobre arte de defesa pessoal.

combate da sociedade feudal e guerreira. São estas que passarão a ter um grande sucesso.

Os espectáculos pagos de luta e esgrima tinham como protagonistas pessoas que recebiam parte das entradas, tornando-se profissionais que viviam também das somas que apostavam em si próprios<sup>79</sup>. Mas os combates não tinham a evidência incontestável do resultado final, do vencedor, pelo que falava-se em falsificações e manipulação dos resultados. A natureza da subjectividade da avaliação de um combate de esgrima ou de luta, sem o conhecimento técnico claro do público, traduzia-se em dificuldade. Os organizadores chegaram a colocar na arena duelos de aristocratas, mesmo sendo ilegais, mas foram os combates de boxe, inicialmente colocados apenas para preencher o programa que se tornaram a atracção principal.

Era inicialmente um boxe próximo do antigo pancrácio ou do catch<sup>80</sup> dos anos 60 e 70, ou ainda do “vale tudo” ou “ultimate fighting combat” actuais, sem divisão de tempo em *rounds*, e a certeza de quem ganhava não deixava dúvidas: o combate durava até que um deles estava fora de combate.

É necessário referir que, em Inglaterra, o combate aos punhos estava suficientemente difundido nos séculos XVII e XVIII e muitas das querelas eram resolvidas desta forma. Os aristocratas cediam a este tipo de combate quando disputavam duelos contra pessoas de classes diferentes que não podiam ter o porte de armas. Os combates entre nobres e burgueses eram submetidos à arbitragem espontânea do público que sancionava os golpes baixos e que foi contribuindo para emergir uma maneira correcta de combater e mesmo entre aristocratas alguns resolviam as querelas sem o uso a armas para além dos punhos. Por outro lado, BOUET lança a hipótese de que a paixão popular por estes combates indica o reconhecimento e a celebração de um símbolo de igualdade social.

Autores diversos (BOUET, orig: 1968, p. 324) fazem remarcar que saber combater com os punhos era uma necessidade no período de expansão colonial pelo que o interesse geral demonstrado provocou melhorias técnicas, tácticas e de precisão das regras e expandiu o boxe pelos Estados Unidos, pelo Canadá, pela Austrália, Índia, etc.

---

<sup>79</sup> Este fenómeno de profissionalismo é mesmo anterior ao surgimento do Desporto no Século XIX e a relação profissional / amador será uma dialéctica importante no seu desenvolvimento (BOUET, orig: 1968, pp. 331-332)

<sup>80</sup> “cach as can cach”.

Em 1620 um projecto de construção de um anfiteatro em Londres é apresentado para a realização “de todos os exercícios possíveis das Olimpíadas”, citando particularmente “encontros de luta, mesmo de dois ou três homens contra um, corridas a pé, saltos e combates de gladiadores [...]” o que significa que a possibilidade de tal poder ser aprovado significa que a cidade tinha mercado para tal tipo de espectáculo e que combates profissionais deste género deviam acontecer nessa altura (BOUET, orig: 1968, p. 321). Há registos da organização de combates de punhos desde o início dos anos 80 do século XVII (1681-1682). Boxe a punhos livres em Salisbury Square, em 1698.

Até James Figg, as competições, de corrida, esgrima ou luta, aconteciam com o desafio dos adversários a apostar neles mesmos ou através dos seus mestres que, numa espécie de gestão amadora, recolhiam as apostas feitas. James Figg tem uma carreira como campeão de esgrima (o atlas da espada), como pugilista (até à morte em 1734) e principalmente como um dos primeiros, senão o primeiro, gestor do desporto do mundo.

*Figg foi um empresário seguro de si próprio e independente que impôs uma ordem e uma organização no funcionamento anárquico da actividade desportiva. Ele organizava o programa, zelava pela publicidade para encher a sala, encaixava ele mesmo as entradas e arranjava os gladiadores, segundo uma tarifa fixada por ele segundo os honorários combinados (BOUET, orig: 1968, p. 322).*

Como praticante é também responsável por declarar-se “campeão” e ser desafiado por outro a quem ganha, dando início ao título “campeão” – “cabeça de cartaz”. Como professor de pugilismo e treinador de profissionais, abre um anfiteatro na Oxford Road em Londres, tendo imitadores que o seguem. J. Broughton, campeão e director de um anfiteatro, um verdadeiro gentleman que elabora em 1743 a “London Prize Ring Rules” e introduz em 1747 as luvas para a protecção das mãos no treino das crianças, sendo o grande artesão da transformação de uma luta selvagem numa nobre arte de defesa pessoal.

Nota-se assim, uma dimensão interpretativa riquíssima da cultura da própria actividade que fazem de James Figg um homem de sucesso através da instrumentalização da luta e do pugilismo na episteme da altura.

#### ***2.2.20.4 A Generalização inicial do Desporto***

Traços característicos do surgimento do hipismo, corridas a pé e boxe em Inglaterra são (BOUET, orig: 1968, p. 325):

- Procura da performance;
- Perseguição do recorde;
- A medida, notavelmente o tempo para as corridas;
- O aperfeiçoamento da técnica;
- A competição incessante;
- A organização;
- A regulamentação;
- O espectáculo de massas;
- A inserção do desporto na actividade económica;
- Penetração em diferentes estratos sociais que coloca em comunicação.

Desportos com outras características, como o caso do cricket ou golf, contam com menos jogadores e espectadores, e embora não sendo exclusivamente aristocratas não lançam as massas em loucura. No entanto, a sua organização é aristocrata. Roda em torno da fundação de clubes, como o Clube de Blackheath fundado por cortesãos de Jacques I em 1608 para a prática do golf, mas só em 1754 é que os membros do Golf-club de Saint-Andrew redigem as regras deste desporto. O desafio de uns membros de um clube a outros para uma partida segue o mesmo esquema do desafio em desportos profissionalizados como o boxe. No entanto, as apostas e a massificação ainda está longe de ser o tom marcante como foi nas corridas e boxe.

Um outro fenómeno prepara-se para dar o tom de massificação da própria prática desportiva, ao se pegar nos jogos colectivos populares que a aristocracia não só encoraja como adopta perante uma evolução social ligada ao desenvolvimento do Estado democrático e à expansão industrial e comercial. Os colégios e as escolas públicas darão o mote formativo massificador a ser aproveitado pela sociedade civil que, com mais tempo livre, se encontra em clubes, associações e federações. A transição do campo

para a cidade permite também o aumento da regularidade e frequência das competições em consonância com a libertação do meio sábado para a classe operária.

O século XIX consolida a organização institucional de actividades desportivas diversas construídas em quadros de referência similares, apesar de herdarem rotinas organizacionais antitéticas: por um lado organizações decorrentes da actividade desportiva dos gentlemen e por outro, organizações decorrentes do profissionalismo.

*O que é notável é que no século XIX, em Inglaterra, o desporto popularizou-se como prática geral a partir, por um lado, de um exercício desinteressado primitivamente restrito a certos privilegiados pela fortuna e, por outro lado, a partir de uma actividade desportiva profissional objecto de espectáculos e apostas. Mas o que é marcante é a passagem do profissionalismo exclusivo a alguns campeões para um amadorismo massificador. A originalidade dos Ingleses do século XIX é de se colocarem cada vez mais a praticar exercícios sobre os quais tinham inicialmente contentado com apostas e distraído ou deleitado a observar. [...] Pensamos que o fenómeno de imitação do profissional pelo amador terá tido uma certa importância (BOUET, orig: 1968, pp. 328-329).*

As regras de Boxe do London Prize Ring, a que já aludimos anteriormente, são melhoradas em 1838 e em 1866 é promulgada uma carta do boxe pelo Marquês de Queensbury, mas só em 1884 é que surge a Amateur Boxing Association.

No Remo, a organização é puramente amadora, não permitindo a participação de profissionais, negando o título de amadores a obreiros, artesãos ou jornalistas. Não se tratava, portanto, de uma questão de ganhar ou não dinheiro com a participação no desporto<sup>81</sup>, mas sim de se ser ou não um “amador”, ou seja, um *gentleman* (alta burguesia e aristocracia).

Entre estes dois extremos, os Jogos Populares colectivos adaptados nas Escolas públicas, como a de Rugby, permitem o desenvolvimento posterior de clubes de futebol, como o de Cambridge em 1839 e, sem se conseguir a unificação das regras pelas várias Escolas públicas ou pelos vários clubes civis, surgem duas modalidades distintas: o Rugby Futebol e o Futebol.

Os membros dos dois parlamentos do Estado Inglês apresentam uma proposta de criar uma direcção sólida e legalizante dos desportos atléticos: “National Gymnasium”. Jornais especializados surgem: Sporting-Journal; Sporting-Cronicles. Movimentos

---

<sup>81</sup> Remar por um prémio financeiro era usual.

religiosos como o “Muscular Christians” do Reverendo Kingsley consolidam a atitude de energia leal que o desporto implicava.

Os Estados Unidos<sup>82</sup> seguem um movimento de desenvolvimento idêntico à Inglaterra, apanhando essa transformação dos Jogos Populares em Desportos, assim como uma forte implantação dos exercícios físicos na educação pela influência da ginástica, quer o Turnen alemão, quer a ginástica eslava.

No entanto, imprime-lhe o seu próprio ritmo e paradigma social.

*O jovem Americano não respeita nem pessoa, nem tradição, nem situação profissional, mas inclina-se perante uma proeza pessoal de qualquer indivíduo. A isso ele chama democracia (BOUET, orig: 1968, p. 353, citando Weber).*

O desporto proporciona a aproximação entre imigrantes de diferentes estratos sociais e adapta-se ao novo paradigma. Por um lado, a procura clara do rendimento máximo onde a competição é encarada como natural e altamente estimulada nas novas regras sociais características da sociedade americana em construção moderna, por outro uma inteligência fundamentalmente dirigida pelo pragmatismo científico e técnico na procura de soluções rápidas vinculadas para a prestação eficaz. Essa intensidade de ritmo de existência, esse culto pela eficácia, essa atitude de se medir em provas objectivas e essa tolerância aos riscos do fracasso ou sucesso marcam um estilo de vida coerente com a regulamentação de novos jogos. Por fim, os Estados Unidos contribuem grande mente para uma influência na organização e expansão do espectáculo desportivo massificado e do desporto profissional.

No futebol, o campo é reduzido, e as regras são adaptadas na procura da acção espectacularmente rápida e eficaz, surgindo o Futebol Americano. Os fundamentos do cricket evoluem para o atlético, analítico e preciso baseball. Nascem desportos de sala como Basquetebol e o Voleibol, evitando a brutalidade dos contactos corporais.

O desporto Inglês é assimilado progressivamente no mundo inteiro, misturando-se com outras actividades similares como é o caso das ginásticas na Alemanha, Suécia<sup>83</sup> e

---

<sup>82</sup> Declaram independência em 1776 e guerra civil termina em 1865.

<sup>83</sup> A fundação do Instituto Central em 1813 por Ling, através dos movimentos dos seus sucessores permite o desenvolvimento em 1882 da Federação Sueca de Ginástica e Esgrima, agrupando todos os desportos, mas que passa a ser em 1902 uma Federação Desportiva Central forte.

França<sup>84</sup>, que se desportivizam por um lado e que dão um cunho estilizado ao desporto a institucionalizar-se para o desafio global que se lhe coloca a seguir: o Olimpismo Moderno.

#### ***2.2.20.5 Os Limites do Desporto em Portugal***

Enquanto o povo necessitava de um mestre para ter acesso às aulas de Educação Física, que se vai desenvolvendo na abordagem higiénico-terapêutica com influências profundas das investigações médicas, o desporto vai emergindo do livre associativismo entre os aristocratas, profundamente ligado à noção de ludismo (jogo com a função de prazer). É a burguesia que, mais tarde, vem transformar todo este quadro democratizando alguns desportos (futebol em primeiro plano).

Na transição do séc. XIX para o séc. XX, consolida-se o claro elogio de uma Educação Física higienista em oposição à “mania desportiva”.

Em 1932, a concepção de Educação Física que o Estado tentava inculcar era a de uma Educação Física sem “[...] pretexto para divertimentos ou prazeres”, mas antes um “elemento poderoso para o melhoramento das condições individuais e sociais”, assente numa “ginástica de formação verdadeiramente analítica, mas aplicada com uma sábia preparação da educação da respiração”, e nunca numa perspectiva de formação de atletas já que estes “marcam a decadência dos grandes povos. Grécia e Roma dos atletas são precisamente Grécia e Roma da decadência” (Decreto nº 21:110 de 16 de Abril de 1932).

O Desporto era simplesmente excluído da escola já que “[...] os organismos infantis depauperados não os suportavam sem graves perigos”. A concepção de Desporto não era a de “meio de desenvolvimento” mas pelo contrário, o praticante de desporto tinha que estar desenvolvido (só depois dos 25 anos como o afirmam) para o suportarem.

Nesta concepção nota-se, profundamente enraizado, o dualismo cartesiano, evidenciando o “conceito de Ling” em que “o corpo é um instrumento da alma”, não

---

<sup>84</sup> França, para além da grande apetência para a estimulação e participação em organizações desportivas internacionais, tem movimentos nacionais de institucionalização como a União das Sociedades Francesas dos Desportos Atlético em 1889, após, em 1888 ter tido o Comité para a Propagação dos Exercícios Físicos e antes ter tido a União das Sociedades de Ginástica de França (1873).

podendo prevalecer sobre o espírito; “antes lhe deve estar subordinado.” Por outro lado, fica clara a concepção fechada de “desporto”: era visto como acervo, final e completo e, por isso, sem possibilidades nenhuma de utilização pedagógica já que é o desportista que tem que estar pronto para o desporto e nunca o desporto ser utilizado de forma adaptada no desenvolvimento individual.

As investigações científicas vão evidenciando, cada vez mais, não só os limites e as potencialidades terapêuticas dos exercícios (influências biológicas), mas também as influências psicológicas, sociais e axiológicas.

É em 5 de Setembro de 1942 que se cria a Direcção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, que em 1971 é substituída pela Direcção-Geral da Educação Física e Desportos (exclui-se a “saúde”) e em 1974 é substituída pela Direcção-Geral dos Desportos (retira-se a “Educação Física”). Em Abril de 1993, a DGD é substituída pelo Instituto do Desporto (INDESP), agrupando a DGD e o Fundo de Fomento do Desporto.

Nascido com a industrialização, profundamente marcado pelo paradigma passado que lançava um determinado conceito de Homem e de motricidade humana, o conceito de desporto vai assumindo, cada vez mais, uma perspectiva holística, ou seja, ultrapassa o reducionismo passado para lançar uma visão integradora das várias facetas possíveis a assumir e, assim, a gerir.

Hoje o estatuto da Educação Física (obrigatoriedade curricular) e do Desporto Escolar (liberdade de participação), com existência na estrutura escolar não é análogo ao estatuto vigente à 60 anos atrás.

A utilização dos desportos nas aulas de Educação Física comprova que não há um “desporto” fechado em determinados graus de liberdade das suas dimensões, mas que os desportos, onde poderemos colocar até os Jogos Tradicionais, as Danças e as Actividades de Exploração da Natureza, são actividades a gerir pedagogicamente em aulas curricularmente *ecléticas* e *inclusivas* e que, sendo actividades físicas culturalmente significativas e significadoras são, por um lado, um *fim* em si mesmo e, por outro lado, tendo virtualidades desenvolvimentistas da motricidade humana, são um *meio* para a desenvolver.

Esta concepção de utilização do desporto comprova uma diferença: o desporto passa a não ser visto como espaço fechado, mas, através de um *projecto de*

*desenvolvimento* protagonizado na escola pelos professores de Educação Física, passa então a ser encarado pelas suas potencialidades. Assim, juntando as necessidades diagnosticadas às motivações das crianças em idade escolar actualiza-se a Educação Física em programas que projectam claramente o seu sentido.

Tendo sido na escola que estes movimentos transformadores da concepção de desporto se iniciaram, sabemos que a análise do fenómeno desportivo actual (dentro e fora da escola), assenta predominantemente na dimensão projecto reflexo de uma gestão das quatro dimensões já evidenciadas no capítulo anterior.

### **2.2.21 A Institucionalização Olímpica**

A Burguesia olhou para o desporto, durante alguns anos, como um jogo de sorte, apresentado como espectáculo e onde poderia eventualmente fazer as suas apostas e ganhar dinheiro, ou no melhor dos casos, uma ocasião para matar o tempo livre e combater o enfado. A classe operária não poderia ter os mesmos interesses que a burguesia, pois além da falta de tempo livre, também não tinha os recursos financeiros dos Burgueses. Mas o desporto tem o conteúdo próprio da vida do operário e trabalhador que é a luta contra as resistências do ambiente envolvente, contra o tempo e contra o espaço, num ambiente concreto mas irreal (BOUET, orig: 1968, p. 344).

Há dois factos sociais importantes que fazem os fundamentos da institucionalização dos Jogos Populares e aristocráticos tocarem e interessarem também a classe operária. Por um lado, a concentração em cidades e o transporte dos Jogos populares do campo para a cidade; por outro lado, o meio-dia livre se sábado (BOUET, orig: 1968, pp. 326-327)

A classe operária estava, a partir dos anos 40 do século XIX, a combater pela sua saúde, contra as 16 horas de trabalho, a pobreza, o trabalho infantil, a doença, etc. A libertação do Sábado faz com que para além do Domingo, que era dedicado às actividades religiosas e onde em alguns casos o puritanismo não cedia ao gosto pelo Jogo, os operários passassem a ter um dia dedicado às actividades lúdicas (BOUET, orig: 1968, pp. 344-345), o que coincide com a proliferação de clubes desportivos e de organizações distritais principalmente a partir das últimas décadas do século XIX.

Mas ainda assim, é uma minoria do proletariado que, na transição do século XIX para o século XX, assiste aos espectáculos desportivos no fim-de-semana e que entra nos clubes onde é admitida sem dificuldade. A alteração deste quadro faz-se mais pela assistência do que pela participação. Através dos meios de comunicação social o espectáculo desportivo chega para poder ser comprado directa ou indirectamente. Faltava acontecer um ímpeto desse movimento massificador.

É Pierre de Frédy, Barão de Coubertin (1863-1937), jovem aristocrata francês que se impulsiona para um movimento de internacionalização das actividades desportivas, estimulado e estimulando as inércias existentes no seu país e nos diferentes países em desenvolvimento moderno na transição do século XIX para o século XX.

Como evidencia Norbert MULLER (2000), “os festivais Olímpicos acabaram em 393 c.C., mas a memória e significado dos Jogos não se perdeu” (p. 36). Quer o interesse pelas escavações quer os tratados sobre os Jogos Olímpicos da antiguidade<sup>85</sup> remontam a mais de um século antes de Coubertin. Talvez ainda mais motivados pela união europeia em torno da libertação da Grécia de trezentos anos de subjugação Turca em 1827, e o aprofundar do gosto pela história do berço helénico no século XIX<sup>86</sup>, unindo as culturas europeias em torno do berço comum.

Coubertin viaja pela Europa, Estados Unidos e Canadá para reportar experiências educativas novas:

*A “União Francesa de Desportos Atlético” vê o dia em 1889. Coubertin deve ter compreendido rapidamente a importância, a seguir à partida do grande animador que foi Georges de Saint-Clair. Ele encontra um trampolim para se lançar na campanha que enceta para a ressurreição dos Jogos Olímpicos, à qual o seu nome se liga de seguida. Em 1892, ele idealiza a ideia. Em 1894, foi decidido o restabelecimento dos Jogos e, em 1895, o Comité Olímpico Internacional foi fundado (sob a forma de organismo cooptado). Em 1896, tiveram lugar em Atenas os primeiros Jogos Olímpicos modernos: Coubertin tinha conseguido (BOUET, orig: 1968, p. 361).*

---

<sup>85</sup> Em 1732, Th. Antonides em Groningen escreve um extensivo trabalho sobre os Jogos Olímpicos. Planos para escavações na cidade são feitos pelo Francês Beneditino Bernard de Montfaucon em 1723.

<sup>86</sup> Cujas fase inicial culmina em 1852 com a apresentação científica em Berlim sobre a finalização das escavações iniciais principais em Olímpia tendo algumas das descobertas ido para Louvre desde 1829. Mas são as escavações de 1875-1881 que entusiasmarão toda a Europa, influenciando num estilo classicista no século XIX.

Mas é preciso realçar que Coubertin demonstrou desde o início estar consciente que “antes de popularizar, é preciso internacionalizar” (BOUET, orig: 1968, p. 362, citando Coubertin), aparecendo a internacionalização do desporto como um meio de desenvolvimento do desporto em cada um dos países. Este era o novo impulso realmente necessário, assumindo-se o movimento olímpico como um quadro de referência global para a evolução de todos os desportos em cada país.

O mesmo quadro de referência aristocrático para se encontrar o espaço de expressão humana da virilidade, testemunhando-se a si mesmo o atingir o seu próprio limite, surge no quadro inicial de referência do desporto moderno. O desporto seria o espaço para isso tal como o amor e a guerra, nas palavras de Coubertin. A consolidação do movimento olímpico, no espírito do seu fundador, desenvolve-se no elogio do culto da beleza, a emulação pacífica, o ideal de cavalaria para uma aristocracia dos atletas de elite baseada democraticamente na igualdade de condições à partida, num quadro mais intenso de uma religião dos atletas (*religio athletae*).

Há, sem qualquer dúvida, o elogio da organização institucional civilizacional ao referir que a diferença fundamental entre um meio bárbaro e um meio civilizado é que, no segundo, a injustiça, a lei do mais forte e o poder da opinião estão organizados, conforme evidencia BOUET (orig: 1968, p. 365).

No entanto, torna-se claro que o idealista Coubertin não quis deixar sacrificar as suas crenças humanistas em função das tendências tecnocratas que se desenvolveram no COI ou em função dos movimentos desportivos internacionais que cresceram independentemente (MULLER, 2000, p. 46). Chegou a ter muitas iniciativas fora do contexto institucional do COI, numa frente educativa, que sempre foi o fundamento essencial do seu trabalho<sup>87</sup>. Ou seja: foi um homem consciente dos limites das instituições também. As suas ideias podem-se sumariar nas seguintes citações:

1. “Celebrar os Jogos Olímpicos é apelar à História”;
2. “O Olimpismo não é um sistema, mas uma atitude moral e espiritual”;
3. “A minha inabalável fé no futuro e na juventude, foram e permanecem como o princípio que dá vida ao meu trabalho”.

---

<sup>87</sup> Sob recomendação de Coubertin fundou-se a “União Pedagógica Universal” em 1925. Propôs um programa universal de educação em 1930. Fundou em 1926 o “Bureau International de Pédagogie Sportive” (Comité Internacional de Pedagogia do Desporto), tendo sido seu Director.

Mas, como afirma José Maria CAGIGAL (1966, p. 137), “desgraçadamente nem todos os dirigentes olímpicos têm conceitos claros sobre o olimpismo como factor energético de pedagogia social”.

Seguindo o modelo de desenvolvimento organizacional de PIRES (2003, p. 13), do ponto de vista do desenvolvimento, na interpretação da nascitura do movimento olímpico moderno, há claramente uma ideia de mudança social, e embora ainda não suficientemente democrática na sua pureza (é ainda aristocraticamente elitista e sexista), foi influenciadora do rumo de desporto no século XX. A identidade cultural com o mítico berço Grego, enraíza o homem perdido no rumo da história europeia comum, abrindo-se a valores universais de aperfeiçoamento humano e de contacto entre todos os povos e todas as raças. A simplicidade da tecnologia conceptual (*citius, altius, fortius*) direcciona o conceito de desporto. Mas é a dinâmica organizacional que nos interessa agora realçar.

Como é óbvio, “não há desporto, na sociedade moderna, sem um claro suporte institucional e não há instituições sem uma prática política efectiva no contexto social. O desporto apolítico é uma doce mentira ou uma tremenda ignorância” (PIRES, 2003, p. 107).

O aspecto radicalmente novo que emerge na internacionalização do movimento olímpico prende-se com a visão horizontal do desporto sem deixar de olhar para a sua dimensão vertical, ou seja: em 1896, surge o início da construção de uma matriz institucional referencial para acelerar as instituições nacionais e internacionais no caminho do desporto.

Os desportos constituem-se institucionalmente adquirindo, elementos materiais e produtos culturais, agrupamentos de pessoas, agentes de autoridade, papéis diversificados, símbolos colectivos e representações, concepções e crenças (BOUET, orig: 1968, p. 391). Tudo isso é acelerado com a matriz do movimento Olímpico moderno.

A distinção de uma instituição do ponto de vista da antropologia cultural é ter um estatuto, um quadro de pessoal, um quadro material, normas próprias e funções. A satisfação da função ou funções para a qual a organização é criada é um aspecto central nas organizações e é preciso ter em conta que nem sempre as acções concertadas pelos

humanos, repercutindo-se nos seus arranjos sociais, têm necessidade de serem intencionais (BOUET, orig: 1968, p. 392).

Também nem sempre a função social predominante da instituição funciona de maneira a satisfazer as necessidades individuais e, como salienta Michel BOUET, na medida em que o faz, “é para necessidades que ela socializou que se dirige (por exemplo, a necessidade de movimento tornou-se necessidade desta ou daquela prática desportiva, socialmente definida)” (*ibidem*). Por isso, as várias interpretações institucionais do desporto, as várias modalidades desportivas, emergem como ambientes socializadores de necessidades, motivações e aspirações. Não são, como é óbvio, respostas naturais às necessidades naturais na sua plenitude. São, pelo contrário, ambientes socializadores, ou seja, ambientes criadores de necessidades, motivações e aspirações para responderem à generalidade dos intervenientes.

Sendo antropológicamente a função da instituição basicamente a estrutura dinâmica correspondente a um valor, o desporto é “trans-funcional” tal como o jogo pois não poderemos responder com um sim ou não à pergunta: “para que serve isto?” (*ibidem*, p. 393). O que não pode faltar às pessoas são as “crenças que lhes orientem a vida” (PIRES, 2003, p. 106).

### **2.2.22 Conclusão**

A instituição desportiva não é homogénea e há uma grande pluralidade de funções entre e dentro das modalidades. Os critérios para o reconhecimento de uma função nas organizações do desporto são, segundo BOUET (orig: 1968, p. 450): Efeitos produzidos segundo Meios organizados socialmente de acordo com Necessidades individuais ou sociais e Representações e valores implícitos ou explícitos que lhe correspondem. Esta matriz de BOUET, para interpretar as organizações de desporto, orienta todo o nosso estudo.

Assim sendo, o estudo funcional da institucionalização na sociedade civil do combate ritualizado ou da luta corporal que aqui assumimos como a institucionalização das acções motrícias de combate ritualizado, permitiu-nos até agora compreender os significados sociais principais dos desportos de combate na cultura ocidental, na episteme da formação deste ritmo. Permitiu-nos, à medida da explicação, ir

compreendendo a sua evolução até ao início da internacionalização desportiva com o Olimpismo.

Para Coubertin, os exercícios desportivos poderiam ser classificados segundo uma função utilitária generalista em exercícios de salvamento, de locomoção e de defesa. No entanto, adopta uma classificação mais detalhada com os Desportos atléticos, gímnicos de defesa, hípicas, náuticos, combinados, de gelo, de turismo e Jogos. Os exercícios desportivos de defesa ou os desportos de defesa seriam dois tipos de esgrima: com arma e sem arma (SOBRAL, 1980, pp. 145-147).

Num texto sobre “O Valor do Boxe”, nota-se, em primeiro lugar, a sua visão ecléctica dos Desportos de Combate, e, em segundo lugar, o elogio do seu valor real.

*Boxear não é instintivo. Tentem, se nunca tiveram uma lição, diferir um soco directo ou um pontapé. Descobrirão que não só a vossa falta de jeito mas também a ineficácia do vosso esforço, que resvalará sem conseguir o alvo ou perderá a força por si só. O gesto que a natureza ensina a um homem ameaçado por um ataque é agarrar qualquer arma de mão – ou ainda prender o oponente e tentar atirá-lo ao chão, o que é uma forma de arriscar tudo. A atitude do boxeur é muito mais calculada. Ele começa por se cobrir através de uma posição hábil, por detrás da qual ele prepara-se para o combate, vê os golpes a vir, decide esquivá-los ou pará-los, escolhe os locais para os seus ataques ou contra-ataques, e atira toda a sua força para a frente no momento crucial. Um conjunto completo de tática e estratégia em miniatura que requer um alargado número de qualidades psico-fisiológicas. O boxeur necessita sangue-frio e calma, rapidez de vista e decisão, notória velocidade e acima de tudo, uma contínua fonte de coragem demonstrada firmemente durante o combate, sem qualquer tipo de fraqueza (COUBERTIN, orig: 1919, 2000, p. 176).*

Michel BOUET, nas suas cinco categorias de desportos, coloca em primeiro lugar os Desportos de Combate e embora SOBRAL (1980, pp. 149-153) não o tenha evidenciado, BOUET faz um elogio grande aos Desportos de combate, relevando-os na apresentação geral do capítulo dedicado aos cinco grandes grupos de desportos.

A *motricia de combate ritualizado*, desde Gilgamesh, assumiu componentes simbólicas, valorativas e normativas diversas, de procura do mais humano, quando ultrapassado o estádio das necessidades fisiológicas e das de segurança. Desde a procura da imortalidade à consciência da alma humana, uma característica foi essencial no apogeu helénico: a arete (virtude) no comportamento em ritos de luta (entre outros) e na vida do homem livre que se manifestava no proferir palavras e no realizar acções.

A idade média europeia trouxe, após a decadência de Roma, a cavalaria, numa interpretação própria do cristianismo na matriz do feudalismo emergente, numa Europa atacada por várias frentes, entre as quais a mais marcante foi a Árabe. A nobre educação do cavaleiro entranhava-se na educação cristã do seu carácter e o dualismo valorativo da alma e do espírito em relação ao corpo, também ainda pela necessidade guerreira, mantém a exercitação física, técnica e tática, mas sempre a par dos valores de lealdade, generosidade e cortesia cavaleiresca em coerência com o ideal de soldado cristão (PIETER, p. 31-32). Os torneios e as justas assumem a função primordial dos espectáculos desportivos futuros. Mas a sua codificação passaria pelo requinte renascentista, após a decadência do rude e desordenado torneio que, mesmo na justa pesada, libertará o corpo da armadura para o requinte da técnica necessária ao duelo.

Foi a raiz aristocrática renascentista que deu a essência do comportamento virtuoso ao homem desportivo, herdando por aí os valores medievais e helénicos mais importantes. A força e resistência medievais requintam-se na arte e destreza renascentistas; desenvolvem-se especializando-se nos ritmos epistémicos da revolução industrial, rumo à modernidade.

A objectividade assume relevância no racionalismo da modernidade, quer ao nível do individual (penso, logo existo), quer ao nível do social “operacionalista” que WILLEY (1993, p. 37) caracteriza baseado nos seus conterrâneos holandeses Van Peurson, DeVries e Verbrugh. O reducionismo da previsão operacional do mundo como um computador, aquilo que denominámos como o “agir pelo pensar”, sendo o pensar a operação focada no projecto de futuro previsível pela lógica racional base do pensamento científico, “enfraquecem a percepção intuitiva de que a realidade é um todo unificado” (*ibidem*). Ou seja, diríamos nós: enfraquecem o “agir pelo sentir”, sendo o sentir a operação focada no projecto de passado intuitivamente captado.

O movimento Olímpico culmina este círculo racionalista acelerando todas as modalidades na via da internacionalização: todos queriam participar na festa da modernidade, ou seja no Desporto global.

Os Jogos Populares, de lúdicos tornaram-se desportivos. Os espectáculos populares, de lúdicos tornaram-se desportivos. As actividades populares de aposta, de lúdicas tornaram-se desportivas. As formas gímnicas utilitárias para a saúde e robustecimento físico e moral, tornaram-se desportivas.

A precisão da medida é um dos aspectos fundamentais que envolve a avaliação desportiva objectiva, decorrendo do espírito científico da modernidade e da competitividade mercantil e industrial que é a essência do crescimento económico actual, levando à procura da maximização da prestação. O código oculto da revolução industrial identificado por TOFLER (orig: 1980), assume a relevância elogiada por PIRES (2003; 2005) e a interpretação do desporto só poderá ser outra, numa matriz conceptual epistemicamente renovada (SÉRGIO, 1987). É na terceira vaga e na pós-modernidade que o desporto se torna novamente lúdico e abre-se à desinstitucionalização extrema, descendo do recorde paradigma da maximização industrializante, num verdadeiro código operacional já evidenciado no primeiro capítulo após a introdução e que aqui escusamos repetir.

A atitude moral e espiritual do Olimpismo de raiz helénica concretiza-se numa visão operacional de desporto moderno, marcado, portanto pelo racionalismo acelerado pela visão tecnológica do tempo e do espaço hodiernos. O cruzamento desse movimento global de liderança europeia com o Japão acontece logo desde o seu início, mas é centrípeto para o ocidente, criando algumas operações interessantes no futuro desenvolvimento do que se pode momentaneamente denominar como artes marciais, sendo verdadeiramente actividades motrícias de combate ritualizado ao se descolarem do combate instrumental à guerra.

Compreender a institucionalização do Karaté até ao momento em que se vai cruzar com a inércia agora explicada (a do Ocidente), leva-nos a interpretar o seu Oriente inicial, passando pelo primeiro cruzamento entre o Oriente e o Ocidente, verificando se realmente as idades médias em decadência se encontraram com funções de supremacia das actividades marciais, para depois interpretar os dados da institucionalização propriamente dita do Karaté em Okinawa, no Japão, em Portugal, na Europa e no mundo.

É isso que vamos iniciar no próximo capítulo.

## **2.3 Proto-Geografia do Karaté: Japão, Okinawa e China**

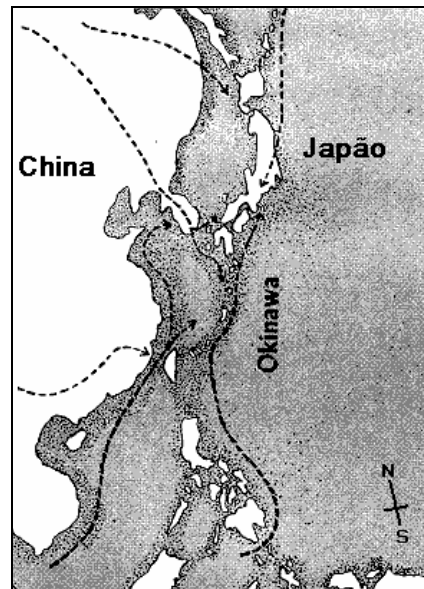
### **2.3.1 Povoamento do Japão**

O Japão é um país insular constituído por várias ilhas. As quatro ilhas principais que se costumam referir como corpo do Japão (Hondo) são Hocaido a norte, Honxu no centro, Xicoco a sul e Quiuxu a sudoeste. No seu prolongamento em arco até à Formosa, situam-se um conjunto de ilhas que, em tempos, foram dominadas pelo Senhor de Okinawa, constituindo o Reino Riu Kiu (Ryu Kyu), e que hoje fazem parte do Japão, mas que, pela sua relevância para o nosso estudo, abordaremos à parte.

A terra das actuais ilhas japonesas foi formada há cerca de 70 milhões de anos e, durante a última idade do gelo (ocorrida entre 50000 a 10000 anos atrás), os movimentos tectónicos separaram o continente Euro-Asiático e as ilhas japonesas formaram-se, dando uma certa protecção geográfica para a construção da sua cultura e identidade.

O povoamento do Japão foi feito por três vias naturais, com uma natureza composta, fundamentalmente, por povos do Norte, do Sul e do Leste. O Noroeste de Hocaido dista 300 Km da Sibéria Oriental, sendo o acesso facilitado pela ilha Sacalina. O Noroeste de Quiuxu dista 177 Km da península Coreana com duas ilhas que permitem em três troços fazer a travessia, e se foi através da Coreia que os contactos com a China prevaleceram, também foi por aí que “parecem ter vindo as populações que dominaram o país” (COSTA, 1995, p. 24). Por fim, entre a Formosa e o Japão, temos o longo arco de ilhas (Ryu Kyu), que permitiram a passagem da população durante a história do Japão, tendo sido por esta terceira via (Sul) que os Portugueses foram desembarcar em Tanegashima no início dos anos 40 da era quinhentista. No entanto, COSTA (1995, p. 27) evidencia que, apesar desta proximidade, várias condições fizeram do Japão um território tendencialmente semi-isolado. Após a última glaciação, com a subida das águas, nunca mais se deu nenhuma invasão maciça do território por novas gentes (*ibidem*, p. 33). Por outro lado, a relação “intensa entre o homem e o mar não despertou nos Japoneses uma vocação marítima, acentuando antes uma noção de isolamento” (*ibidem*, p. 28). Apesar desta ideia, veremos ainda que a vocação marítima dos habitantes de Ryu Kyu se assume relevante nos séculos XIV e

XV, tornando-se um centro importante de comércio na zona entre a Coreia, Japão, China e o Sul nas portas para o Índico.



**Fig. 19 - Principais Vias de Povoamento das Ilhas**

**Adaptado de KERR, 2000, p. 25.**

Os restos mais antigos da cerâmica, o primeiro sinal de evolução do Paleolítico Superior, têm cerca de 14000 anos e é por volta de 8000 a.C. que os arqueólogos colocam o início da era Jômon (olaria decorada com cordas), dando-se uma lenta evolução interna, fundeada na tecnologia dos caçadores-recolectores.

Com a chegada de populações através do estreito da Coreia, origina-se entre 300 a.C. e 300 d.C. uma modernização com o afluxo de novas técnicas e o seu aperfeiçoamento e amadurecimento posteriores.

*Podemos mesmo ver nesta primeira alteração tecnológica significativa, o prenúncio de uma das principais características da História japonesa: a períodos de lenta evolução interna, em que decorre um aperfeiçoamento de técnicas anteriormente importadas (como é o caso de Jômon), sucede um afluxo rápido de novas técnicas criadas, desenvolvidas e amadurecidas no exterior (como decorreu na época Yayoi, depois nos momentos da sinização do país e posteriormente nos contactos com os Portugueses), que são rapidamente adoptadas pelos Japoneses, que as “digerem” mais tarde durante um novo período de semi-isolamento. [...] Em cerca de oito séculos, os habitantes do Japão passaram de uma civilização pré-histórica, sem agricultura nem metalurgia, para um estado centralizado e burocratizado, que procurava ser uma réplica fiel da civilização chinesa, que se formara ao longo de milénios. [em nota 12:] cremos que é um fenómeno único na História da Humanidade, uma*

*sociedade passar, em cerca de oito séculos, de uma cultura de caçadores-recolectores para um estado centralizado gerido por uma administração assente numa burocracia complexa, sem se ter dado ao mesmo tempo a conquista do seu território por um povo mais evoluído, que impusera essa mudança (COSTA, 1995, pp. 34; 36).*

Com o povoamento consolidado, no séc. III os chefes locais começaram a agrupar-se e o embrião do futuro Império Japonês emerge da consolidação do reino do Yamato, antes mesmo do desenvolvimento da escrita no território, introduzida em finais do século IV<sup>88</sup>.

### 2.3.2 A Emergência dos Clãs

Foi por volta de 404 d.C. que a escrita foi introduzida no Japão, através da Coreia, mas só dois séculos depois é que a primeira história escrita do Japão é produzida, em 621. No entanto, a parte relativa à História dos Imperadores perdeu-se na grande revolução de 645, mas a parte referente à História do País foi salva e incorporada em um ou outro dos dois documentos seguintes que, actualmente, estão ao dispor dos historiadores (MURDOCH, 1949, pp. 53-54).

Os livros que pretendem traçar as origens míticas do império são o *Kojiki*<sup>89</sup>, escrito numa mistura de chinês com japonês em 712 d.C. por Yasumaro, e o *Nihon Shoki*<sup>90</sup> escrito em chinês em 720 por doze escribas. Estes livros “relatam ao leitor as origens divinas da família imperial, só descrevendo a fundação do Yamato depois de explicarem o nascimento das principais divindades nipónicas” (COSTA, 1995, p. 41).

O *Kojiki* “descreve um combate de Sumo entre duas divindades Shinto (Takemikazuchi and Takeminakata) na praia de Izumo. Takemikazuchi venceu o combate rodando o braço de Takeminakata e projectando-o para o chão. Com esta vitória, Takemikazuchi ganhou o direito de governar a região”. O *Nihon Shoki* relata

---

<sup>88</sup> Por um lado, interessa referir que a reconstituição dos factos históricos é muito difícil, quer pela falta de escrita, quer mesmo pelo paradigma mítico com que mais tarde são relatados. Enquanto nas ilhas ainda se movimentavam pessoas que nem sequer conheciam a escrita, na China, uma administração robusta desenvolvia censos nacionais da população, contando no ano 2 d.C. 51 671 000 indivíduos (COSTA, 1995, p. 37).

<sup>89</sup> Ou *Kojiki* – Registo dos Assuntos Antigos (MURDOCH, 1949, p. 53) –, ou ainda *Koziki* (SALVINI, 1987, nº 135, p. 76) e também: *Kojiti* (ORTIZ-OSÉS, 1991, p. 166).

<sup>90</sup> Ou *Nihongi* (MURDOCH, 1949, p. 54), ou ainda *Shoku Nihongi*, referido por WILSON (1982, p. 17) como terminado em 797.

um combate de Sumo menos mitológico mas ainda lendário, “em frente do Imperador Sujin em 23 a.C., onde Nomi no Sukune derrota Kehaya partindo-lhe as costelas com pontapés” (OMI, s.d.).

Desde meados do séc. II até ao final do séc. IV, temos o período *kofun jidai* (período dos grandes túmulos) – o primeiro sinal de uma sociedade baseada estruturalmente no clã, com um forte culto dos antepassados.

*Durante o período kofun, os grupos humanos foram aumentando e tornando mais complexas as suas relações, tendo-se dado então a passagem de uma estrutura tribal para uma chefatura hierarquizada; nesta, a autoridade do chefe resultava do ascendente que exercia sobre os chefes dos restantes clãs, surgindo, pela primeira vez, laços de dependência territorial independentes da solidariedade familiar; tratava-se de um poder limitado, que se devia, em grande parte, ao prestígio religioso do clã que dominava e a um equilíbrio de vontades sempre precário e dependente da forma como os governantes exerciam a sua função redistribuidora junto dos chefes dos clãs mais poderosos e influentes.*

*[...] os dez primeiros chefes da linhagem imperial representam, precisamente, a época de transformação da sociedade tribal numa chefatura, o que terá levado os autores das duas crónicas já referidas a denominarem, quer Jimnu, quer o seu nono sucessor, Sujin, pelo mesmo epíteto: “O primeiro governador do país”. Jimnu seria assim chamado por ter sido o primeiro a chegar à região do Yamato e a impor a autoridade da sua tribo sobre a parcela daquela planície. Sujin teria sido assim apelidado, por ter consolidado o ascendente da sua tribo sobre todas as outras da região, concluindo dessa forma a obra iniciada por Jimnu (COSTA, 1995, pp. 42-43).*

A entrada definitiva do Japão na órbita da civilização chinesa, onde tentam ser reconhecidos como protectores da Coreia meridional, dá-se nesta altura e é bem caracterizada por COSTA (1995).

Essa primeira política expansionista protagonizada pelo Yamato termina militarmente fracassada em 562, mas o potentado Japonês beneficia internamente dessa situação, consolidando a sua autoridade pelo aumento da capacidade de coordenação das tropas e pela preparação das infra-estruturas necessárias para as campanhas militares. Curiosamente, mil anos mais tarde, nos finais do século XVI, Toyotomi Hideyoshi lidera nova invasão da Coreia (COSTA, 1995, p. 69) com maus resultados externos, mas com um reforço da sua autoridade e acções centralizadoras dentro do arquipélago nipónico. Esse esforço expansionista na última década do século XVI protagonizado por Hideyoshi foca-se também no pressuposto de que o senhor de Shuri,

em Okinawa (centro do reino de Ryu-Kyu), o apoiaria nos planos de invasão da China e conquista da Ásia (KERR e SAKIHARA, 2000, p. 124).

Os Europeus, através dos Portugueses primeiro, seguidos de perto pelos Espanhóis e Holandeses, vão assumir um papel de relevo nesse outro momento histórico de encerramento do Japão que fará com que uma sociedade medieval se dinamize até finais do século XIX, oferecendo um retrato interessante na abertura fulminante que se segue no século XX, antes da terceira tentativa expansionista militarmente falhada do Dai Nippon (grande Japão), à qual não se segue um enclausuramento cultural como nas eras anteriores: dá-se uma completa abertura ao mundo ocidental protagonizado pelos Estados Unidos da América.

No final da época dos grandes túmulos, o território japonês estava dividido por clãs (*uji*) relacionados directamente com a casa real e tendo um conjunto de dependentes, sendo o século VI uma época de tensões. O clã Soga, em ascensão, prevalece sobre os mais antigos Nakatomi, Ôtomo e Mononobe, derrotando em 587 este último e colocando no trono a imperatriz Suiko.

### **2.3.3 O Apogeu da Corte na Centralização**

O Xintoísmo, ou *kami no michi* (via dos Deuses), é a religião original do Japão, onde as forças da natureza e o animismo próprio se fundem com o culto pelos espíritos dos antepassados; “se as forças da Natureza e os mitos criados à sua volta, por serem comuns a todos, davam uma certa unidade nacional, as divindades do clã estabeleciam os limites dessa mesma unidade” (COSTA, 1995, p. 45).

Nos séculos VII e VIII, há a introdução das ideias chinesas que conduzem à centralização política e cultural. A corte adopta o Budismo como religião oficial e não se identifica assim com nenhum dos clãs em especial; vinga a ideia de uma autoridade central única (Confucionismo) e a noção de que os cargos públicos deveriam ser ocupados pelos méritos de cada um; o príncipe e conselheiros redigiram um código de relações entre governantes e governados – a Constituição dos 17 artigos (*kenpô jushichi jô*) que culmina posteriormente em 701 com a redacção definitiva do primeiro código de leis; uniformizam-se as medidas e cunham-se moedas; em 710 a corte fixa-se numa cidade à imagem da capital dos T’ang (China) que denominam Nara o que simboliza o notório esforço de sinização.

*Iniciava-se nesta época um comportamento político típico dos Japoneses, que, com episódicas intermitências, se prolongou até aos nossos dias; de facto, desde então os imperadores em título raramente detiveram o poder político. Assim, as grandes lutas pelo poder travar-se-iam, normalmente, entre facções que desejavam dominar a casa imperial, e não substituí-la, para deter por essa via o verdadeiro poder (COSTA, 1995, p. 46).*

É por isso mesmo que em 645 se dá a Grande Reforma (Taika)<sup>91</sup>, sendo a influência dos Soga afastada por assassinatos ou suicídios, substituída a imperatriz Kôgyoku pelo seu irmão Kôtoku, e ascendendo ao poder o príncipe herdeiro Nakanôe que continuou os trabalhos de Shôtoku-Taishi (574-622) a quem os Soga se opunham. Assim, o clã Nakatomi ascende à influência através de Nakatomo no Kamatari que, com o príncipe herdeiro e os antigos estudantes Japoneses no Celeste Império, tomam medidas importantes (COSTA, p. 47):

- Reafirmação da centralização da autoridade na corte (dando assim mais espaço para a sua manietação entre os clãs mais poderosos);
- Reestruturação governamental consolidando o sistema de funcionalismo baseado em exames de admissão para os cargos públicos;
- Divisão do país em províncias submetidas à capital;
- Nacionalização das terras e redistribuição igualitária – sistema *jôri*;
- Reforma fiscal;
- Interdição da possibilidade dos Nobres erigirem grandes túmulos.

É interessante notar que o novo sistema de posse de terra tirou, por um lado, as terras aos clãs, mas transformou os senhores nos governadores dos distritos, assumindo o papel de intermediários entre a casa imperial e as populações, mantendo a sua importância política e social. Como refere COSTA (1995, p. 50), “os direitos históricos dos clãs evoluíram assim, para direitos administrativos, até a corte voltar a ser incapaz de impor a sua autoridade”. A partir de 749 passa a ser possível a posse perpétua dos

---

<sup>91</sup> Este golpe de Estado é considerado com um grau de importância tão grande como a reforma Meiji de 1868 (MURDOCH, 1949, p. 57). No entanto, não o vamos aqui aprofundar; interessa apenas perceber a tipologia fundante para compreender a inércia cultural em que se forja o modelo de base do associativismo pré-democrático.

arrozais começando-se a concentrar as terras nas grandes casas senhoriais e nos mosteiros.

Em 794, transfere-se a capital imperial para Heian (actual Quioto), marcando o afrouxamento da influência Chinesa e o apogeu da cultura cortesã, mergulhando o Japão sobre si próprio até ao desenvolvimento firme do feudalismo Japonês que os Portugueses encontram mais tarde.

As tendências regionalistas incentivaram as relações de solidariedade à distância da corte e limitaram o controlo dos funcionários centrais. Os laços de protector e protegido evidenciaram-se tão importantes como os da corte, e o aparecimento de grupos organizados de guerreiros por todo o país, ao mesmo tempo que surgia na corte o serviço de policiamento, faz-nos colocar também a hipótese de que a influência do modelo da organização da corte, por analogia, se prolonga no clã, senhor do distrito. As famílias Taira e Minamoto tiveram muitos membros a entrarem para os serviços de policiamento da corte, e o mundo dos guerreiros consolidou-se.

### **2.3.4 A Era dos Guerreiros**

O Nihon Shoki escrito em 720 d.C. relata um torneio de Sumo organizado pelo Imperador Seibu em Julho de 726 d.C., que se tornou num importante ritual do Palácio ao longo do qual havia concursos de tiro ao arco em Janeiro e Maio. Neste último, as provas de tiro ao arco eram feitas a galope em cavalos. Estas competições de artes marciais continuaram por cerca de 300 anos até que a guerra civil entre os Taira e Minamoto colocou um fim à tradição no século XII (OMI, s.d.).

Assim sendo, o cavalo medieval Europeu é o veículo idêntico ao cavalo medieval oriental onde o cavaleiro arremessava flechas e lanças, assim como manuseava varas, lanças e espadas. A organização institucional de tarefas de manifestação das habilidades guerreiras em tempo de paz foi sendo feita nos Torneios e nas Justas.

É no período Heian (794-1185) que o Japão inicia o estabelecimento da sua identidade, separando a religião do estado e, principalmente, iniciando uma aristocracia guerreira que foi ganhando poder a nível local (grupos), sem grandes capacidades de controlo civil nacional.

A política de imperador em título e controlo do poder é evidente neste episódio de transformação da história do Japão e aqui a colocamos, a seguir, para evidenciar a respectiva tipologia do modelo.

Sutoku-tennô foi o 75º imperador em título entre 1123 e 1141. O seu irmão Konoe-tennô foi o 76º imperador em título entre 1141 e 1155. O irmão de ambos, Go-shirakawa, foi o 77º imperador em título entre 1155 e 1158. Quando em 1156 morre o pai de todos eles (o imperador retirado Tora), Go-shirakawa tem de lutar pelo poder contra o seu irmão Sutoku-tennô, tornando-se imperador retirado em 1158, e, como tal, governou até à sua morte em 1192. Sutoku morreu exilado em 1164.

Nesta dança de poder imperial, sob o controlo dos influentes Fujiwara<sup>92</sup>, formaram-se dois campos de cortesãos aos quais se juntam as famílias Taira e Minamoto, dos clãs senhoriais que protagonizarão uma transformação fundamental: a da implementação do xogunato.

Sutoku-tennô é apoiado por Fujiwara no Yorinaga e por Minamoto no Tamayoshi. Go-shirakawa é, pelo contrário, apoiado por Fujiwara no Tadamachi, por Minamoto no Yoshitomo (filho de Tamayoshi) e por Taira no Kiyomori. A vitória deste último grupo foi total, tendo sido eliminados os adversários com excepção do seu irmão que foi enviado para o exílio. Entretanto, as rivalidades Fujiwara, Minamoto e Taira estalaram e Kiyomori elimina os seus rivais directos, passando ao plano de controlo do país como cortesão, num modelo análogo ao que já tinha sido seguido pelo clã Fujiwara.

*Kiyomori marca, assim, um momento de transição entre a época dos cortesãos e a dos guerreiros; ele foi um guerreiro fascinado pela corte, e, no fundo, acabou por ajudar a destruir o que restava do prestígio da capital sobre o país. Quando a corte se tentou desembaraçar de Kiyomori, os guerreiros, pela mão de Minamoto no Yoritomo, inauguraram a idade média japonesa. Yoritomo já não se preocupou em casar as filhas com os príncipes, mas em assegurar a fidelidade dos senhores das províncias; já não exigiu do imperador um título civil, como o dos Fujiwara, mas um título militar: ele tornou-se xogum<sup>93</sup> – o chefe de todos os exércitos.*

*O Japão passou então a ser governado pela espada e não por um aparelho burocrático – já não precisava da corte para legitimar direitos adquiridos; bastava ter condições para os defender, e, eventualmente, para*

---

<sup>92</sup> Que desde o século VIII se enlaçaram com o sangue imperial, estabeleceram o *Kampaku*, ou seja, a regência em nome do imperador adulto, tornando-se os mais poderosos cortesãos que governaram o país.

<sup>93</sup> “*Shôgun* ou *Seii-Taishôgun* – o generalíssimo; o imperador delegava no seu titular todos os poderes militares.” (COSTA, 1995, p. 71, nota 33). O título tinha sido temporariamente usado durante alguns séculos por generais em campanha, mas Yoritomo foi o primeiro a usá-lo permanentemente (HENSHALL, 2004, p. 205, nota 34).

*os alargar. Os “senhores dos ritos” davam, definitivamente, lugar aos “senhores da guerra” (COSTA, 1995, p. 54).*

A idade média Japonesa é estabelecida com base na administração xogunal, instalando-se de 1185 a 1868 o *bakufu* (幕府) que, literalmente, quer dizer “governo da tenda”<sup>94</sup>. Um novo governo, fora de Quioto, passou a ser iniciado por Minamoto no Yoritomo em Kamakura, na região de Kantô, onde o Xogum concentrou em si mesmo a fidelidade dos chefes regionais, e, embora inicialmente o prestígio pessoal e a sua capacidade de manter a disciplina dos guerreiros ambiciosos tivessem sido suficientes, repetiu-se o modelo já exemplificado para o imperador. Os novos jogos políticos para os que ambicionavam o poder passaram a concentrar-se no domínio da família dos Xoguns.

*Quando Yoritomo morreu, em 1199, a família de sua mulher, os Hôjô, chamou a si a tutela dos seus filhos; dominou também o bakufu, criando um novo título: em 1203 Hôjô Tokimasa foi aclamado shikken, o regente do xógum. Entretanto Minamoto no Yoriie, o segundo xógum, foi assassinado em 1204, e em 1219 seu irmão, Sanemoto, também não escapou; nesse mesmo ano morreu o último neto de Yoritomo. Desaparecidos os Minamoto, os Hôjô colocaram no xogunato um bebé Fujiwara, de um ano de idade e continuaram a governar o bakufu (COSTA, 1995, p. 56).*

A concepção instalada do poder mantém-se, procurando dominar as instituições políticas e não eliminá-las. O Imperador em exercício e o Xogum eram meros figurantes. O Imperador dependia do Imperador retirado que dependia do clã dos Fujiwara que assumiam o papel de regentes. Mas estes últimos dependiam do Xogum, controlado pelos respectivos tutores: o clã dos Hôjô.

A autoridade centralizadora inicia uma desagregação cada vez mais acentuada, com lutas entre a estrutura Imperial e a Xogunal, estando na base a ambição dos guerreiros e respectivos conflitos regionais, sendo difícil identificar outra lógica que não a da “ambição pessoal desmedida” (COSTA, 1995, p. 59).

No entanto, há uma lógica estrutural: são os senhores das terras provinciais, cada vez menos relacionados com o *bakufu* xogunal, quem aumenta o respectivo prestígio

---

<sup>94</sup> Ou “tenda do estado-maior” (HENSHALL, 2004, p.53).

tornando-se os *dáimio* (大名)<sup>95</sup> que, na desagregação da política centralizadora desde o início do declínio Heian, e perante a maior insegurança, começam a aumentar o seu poder militar, estabelecendo alianças e robustecendo fidelidades que alargam a necessidade de uma classe de guerreiros para que os seus territórios se tornassem cada vez mais autónomos. A classe dos guerreiros (*bushi*) consolida-se, identificada com o *bushido*<sup>96</sup>, com valores de coragem, fidelidade, honra e justiça, elogiados no nobre *samurai*<sup>97</sup>.

### 2.3.5 Situação no Contacto com o Ocidente

João Paulo Oliveira e COSTA, com Edwin Reischauer (1973), compara as raízes do feudalismo Japonês com as do Europeu, assumindo como relevantes

*os antigos princípios da centralização imperial, as velhas tradições primitivas de organização semi-tribal e as redes de fidelidades pessoais. Na Europa, os dois principais componentes da mistura foram a centralização romana e a organização tribal germânica; no Japão foram as instituições copiadas à China dos T'ang e a organização social primitiva fundada sobre os uji (clãs) (COSTA, 1995, pp. 59-60).*

Um outro autor, estudioso das idades médias, chama-nos a atenção para a globalidade do fenómeno:

*Uma concepção da vida militar parecida com a da cavalaria medieval encontra-se quase em toda a parte, especialmente nos hindus do Mahâbhârata e no Japão. As aristocracias guerreiras necessitavam de uma forma ideal de perfeição humana. A aspiração a uma vida pura e bela, expressa na Kalokagathia dos Gregos, dá origem, na Idade Média, à*

---

<sup>95</sup> Literalmente significa “grande nome” (HABERSETZER, 2000, p. 103). Na origem, para se distinguir uma porção vasta de terra destinada ao cultivo do arroz, e que fosse diferente das “terras do Estado” (*koden*), designava-se essa terra como *myoden* e o seu proprietário denominava-se *myoju*. Se fosse uma terra de pouca importância, esse proprietário denominava-se *shomyo* mas se fosse uma grande propriedade, esse senhor seria denominado *dáimio*. A partir do séc. X as famílias militares denominadas *buke* assumem relevância paralela às famílias da nobreza denominadas *kuge*, passando a dominá-las no jogo político característico da época. As terras dos *dáimio* tornam-se territórios onde eles constroem fortalezas e desenvolvem exércitos próprios de guerreiros (*bushi*).

<sup>96</sup> Literalmente significa a via (*do*) do guerreiro ou soldado (*bushi*). Analisaremos mais à frente em pormenor.

<sup>97</sup> No século XII, é sinónimo de servidor. Mas a partir do século XIV aparece a descrever uma classe dos guerreiros (*bushi*) profissionais, com privilégios hereditários e treino especializado (DRAEGER, 1974, p. 21). Samurai é assim uma espécie de guerreiro de origem nobre com direito de usar dois sabres que, durante o xogunato dos Tokugawa (1603-1868), teve uma regulamentação mais estreita (COSTA, 1995, p. 72, nota 46), sendo de evidenciar, na compreensão desse contexto, a obra de Daidoji Yuzan (1639-1730): O Código do Samurai.

*cavalaria. Durante alguns séculos esse ideal continua sendo uma fonte de energia e ao mesmo tempo uma capa para todo o mundo de violência e do interesse pessoal (HUIZINGA, 1985, p. 79).*

Os novos senhores *daimio* replicaram a nível regional o modelo centralizador nacional das épocas passadas, tornando seus vassalos directos todos os que tivessem direito sobre as terras ou autoridade sobre os camponeses, reorganizando a nível regional o Japão que os Portugueses vão encontrar em meados de Quinhentos, contribuindo para a aceleração da nova unificação política que será conhecida a seguir, tendo como protagonista inicial Oda Nobunaga (1534-1582), como continuador Toyotomi Hideyoshi (1536-1598) e como consolidador, Ieyatsu Tokugawa (1542-1616).

Mas a posição estratégica do Japão, protegido pelo seu isolamento geográfico no pacífico, permite que eles próprios façam a gestão do contacto externo, fechando-se quando ameaçados e abrindo-se quando necessário.

É o decorrer do segundo grande momento de abertura ao exterior que permitirá ao Japão o segundo grande salto no seu desenvolvimento rumo à unificação. É no contacto com os Europeus, inicialmente com os Portugueses, que o Japão se abre agora ao mundo do Renascimento para se voltar, depois, a fechar sobre si mesmo, antes de finalizar a sua nova abertura à Modernidade.

Por outro lado, do lado de cá, do Ocidente, a imagem do Oriente vai-se construindo de uma forma particular que interessa perceber. Para isso, vamos estudar como se desenvolve a representação desse extremo oriente onde nascerá o Karaté e a institucionalização de outras artes marciais.

Ao mesmo tempo que olhamos para trás, interpretando essa representação, podemos melhor analisar o presente e prospectivar o futuro, tal como Gustavo PIRES (1990, p. 3) inicia a sua abordagem à aventura desportiva onde elogia Fernão Mendes PINTO que aqui estudaremos com algum pormenor.

### **2.3.6 Cipango de Marco Polo**

Os Gregos tinham uma imagem difusa da Ásia Oriental, tendo tido relações episódicas com a China. É em meados do séc. IX que Ibn Khordâdzhbeh, de origem

Persa, escreve na Mesopotâmia o Livro dos Itinerários e Reinos (Kitâb al-masâlik wa'l-mamâlik), onde se refere a algumas ilhas designadas por país de wâkwâk, através de informações de comerciantes muçulmanos com o reino de Silâ, na Coreia, difundindo-se a ideia que o Velho Mundo se prolongava para lá da China (COSTA, 1995, p. 156)

A primeira referência ocidental a este país foi feita por Marco Polo (1254-1334). O Japão era denominado “Cipango” ou “Zipangu” pelos estrangeiros, sendo a adaptação do nome chinês (mandarim) “jih-pen-kuo” que significam literalmente “sol-origem-país” – o país do Sol Nascente (COSTA, 1995, p. 108).

No entanto, é Tomé PIRES quem, pela primeira vez e numa forma europeia, denomina a “Ilha de Jampom” na sua *Suma Oriental* (1512-15, p. 373). Na nota a esta referência que Armando CORTESÃO introduz, e citando Henri YULE (1871), afirma que “o nosso Iapão foi provavelmente tirado do malaio *Iapún* ou *Iapáng*” e que o “*Chipangu* de Marco Polo representa o *Jih-pen-kwé*, reino do Japão” sendo *Jjih-pên* de pronúncia chinesa que significam *raiz do sol*, ou *nascer do sol*.

Os ideogramas chineses 日 (Jih) e 本 (Pen) lêem-se em Japonês “Ni” e “Hon”, o que dá “Nihon” ou “Nippon” (HABERSETZER, 2000, p. 806).

É no livro III, capítulo 2, do livro das viagens de Marco Polo, que Cipangu é apresentado como uma ilha independente de qualquer poder externo, governada pelos seus próprios reis, com uma beleza extraordinária e uma riqueza em ouro de valor inestimável, estando protegido pela longa distância e dificuldade de acesso apresentada. Marco Polo refere ainda que, de acordo com navegadores experientes, no extenso Mar de Mangy ou Mar de Chin (China), onde se situa Cipango ou Zipangu (Japão), podem ser contadas não menos de sete mil quatrocentas e quarenta e oito ilhas, a maioria inabitadas (PAULO, orig: 1334; 1922 liv. II, cap. ii; POLO, 1953, p. 268).

O manuscrito de Rustichelo de Pisa, companheiro de cárcere em 1298 a quem Marco Polo ditou suas aventuras da viagem de 1271 a 1295, colocou erradamente o Japão a umas longas 1500 milhas da China, induzindo em erro os geógrafos europeus, e revestiu exageradamente de ouro os edifícios Japoneses, motivando o imaginário de muitos futuros navegadores. Foi esta parte do livro que parece ter motivado Cristóvão Colombo, o genovês, a vir a Portugal propor a chegada ao *Cypango* pelo Oceano Atlântico.

### 2.3.7 Cristóvão Colombo

Como retrata João de Barros, numa nossa adaptação ao Português actual que a seguir apresentamos, esse imaginário não ocupava a visão institucionalizada do pragmatismo com que os responsáveis Portugueses da altura encaravam o Oriente.

*Segundo todos afirmam, Cristóvão Colombo era Genovês de nação, homem esperto, eloquente, e bom Latino, e muito glorioso em seus negócios. E como naquele tempo uma das potências de Itália, que mais navegava por razão de suas mercadorias, e comércios, era a nação Genovesa: este, seguindo o uso de sua pátria, e mais sua própria inclinação, andou navegando pelo mar de levante tanto tempo, até que veio a estas partes de Hespanha, e deu-se à navegação do mar Oceano, seguindo a ordem de vida que ante tinha. E vendo ele que El Rei D. João ordinariamente mandava descobrir a costa de África, com intenção de por ela ir até à Índia, como era homem Latino, e curioso com as coisas da geografia, e lia por Marco Paulo, que falava moderadamente das coisas Orientais do Reino de Canthayo, e assim da grande Ilha Cypango, veio a fantasiar que por este mar Oceano Ocidental se podia navegar tanto, até que fossem dar nesta Ilha Cypango, e em outras terras incógnitas. Porque como no tempo do Infante D. Henrique se descobriram as Ilhas Terceiras, e tanta parte de terra de África nunca sabida, nem cuidada pelos Hespanhoes, assim poderia mais ao Poente haver outras Ilhas, e terras, porque a natureza não havia de ser tão desordenada na composição do orbe universal, que quisesse dar-lha mais parte do elemento água, que da terra descoberta, para vida, e criação de animais. Com as quais imaginações, que lhe deu a continuação de navegar, e prática dos homens desta profissão que havia neste Reino muito espertos com os descobrimentos passados, veio requerer a El Rei D. João que lhe desse alguns navios para ir descobrir a Ilha Cypango por este mar Ocidental [...] El Rei, porque via ser este Cristóvão Colombo homem falador, e glorioso em mostrar suas habilidades, e mais fantástico, e de imaginações com sua Ilha Cypango, que certo no que dizia, dava-lhe pouco crédito. Contudo à força de suas importunações, mandou que estivesse com D. Diogo Ortiz Bispo de Cepta, e com Mestre Rodrigo e Mestre Josepe a quem ele cometia estas coisas da Cosmografia, e seus descobrimentos; e todos houveram por vaidade as palavras de Cristóvão Colombo, por tudo ser fundado em imaginações, e coisas da Ilha Cypango de Marco Paulo, e não em o que Jerónimo Cardano diz. E com este desengano despedido ele d'el Rei, se foi para Castela [...] (BARROS, orig: 1549, Década I, Liv. III, Cap. XI, pp. 247-250).*

Colombo, depois do assalto francês do seu navio ao largo de Lagos, chegou a Portugal em 1476, casou com uma filha de Bartolomeu Perestrelo, vivendo alguns anos em Porto Santo. Fez viagens com Portugueses adquirindo experiência do mar alto e deve-se ter percebido que, saindo dos Açores, os ventos não eram favoráveis ao rumo

ocidental que ele pretendia. A aceitação castelhana faz com que Colombo parta em 1492 das Canárias, e da América retorna convencido que tinha encontrado o lendário Cipango. É em 1513, com a descoberta de mais um oceano por Vicente Nuñez Balboa, que se constata a existência de um outro continente e oceano para além do que era conhecido, e os Espanhóis voltaram a pensar no Cipango de Marco Polo. “O mito de Cipango foi um dos mais poderosos estímulos à continuação das viagens espanholas para o Oriente pela via ocidental” (COSTA, 1995, p. 163).

Tal como salienta Francisco PEREIRA na Introdução à edição Portuguesa do Livro de Marco Paulo em 1922, “no reinado de D. João II, o *Livro de Marco Paulo* era lido na corte, mas parece não se dar grande crédito a algumas das suas narrações” (PEREIRA, 1922 in: PAULO, p. xxxiii). É assumido que “a acção dos Portugueses no Extremo Oriente nas duas primeiras décadas do século XVI não está, assim, directamente relacionada com o Japão” (COSTA, 1995, p. 89).

*Os Portugueses protagonizaram uma expansão marítima baseada essencialmente no empirismo que privilegiou os conhecimentos adquiridos pela experiência das navegações [...], nunca pensaram seriamente em alcançar a Ásia navegando para ocidente, nem mesmo ao cheiro do ouro de Cipango. Os planos expansionistas portugueses dificilmente se despegam da tradição da Cruzada e giram ainda muito em torno do Próximo Oriente (COSTA, 1995, p. 158).*

Na verdade, a fixação dos Portugueses no Extremo Oriente iniciou-se pelo optimismo manuelino, passou pelo aventureirismo (PIRES, 1990) informal para se estabilizar a presença formal em Macau. No entanto, entre estes dois últimos períodos, é fundamental percebermos um outro: com a chegada dos Portugueses ao Japão repercute-se no “Estado da Índia” a descoberta de uma nova e muito lucrativa rede comercial que se revela às autoridades portuguesas de Malaca e de Goa (COSTA, 1995, pp. 77-78).

Nas rotas comerciais identificadas, o papel dos Léquios é afirmado como essencial.

### **2.3.8 O Encontro Concreto do Japão e dos Léquios**

A história dos descobrimentos portugueses na Ásia Oriental é interessantemente análoga à narrativa popular mais erudita do percurso da institucionalização do Karaté.

Pedro Álvares Cabral chega a Calecute em 1501 e, depois de alguns confrontos com o Samorim, dirige-se para Sul e estabelece uma feitoria em Cochim (*Kochi* em malaio) que era a maior cidade do estado de Kerala, na Índia, e um dos melhores portos do país, na costa ocidental, fazendo parte do Estado Português da Índia entre 1503 e 1663. É no Kerala que se origina o Kalaripayat (prática do campo de batalha)<sup>98</sup> que terá servido a Bodidharma como fundamento gímnico para as técnicas corporais dos monges de Shaolin (China) (LOMBARDO, 1993, Vol. 2 p. 175). Em 1514, Jorge Álvares atinge a China, quase que chegam às ilhas léquias (Okinawa), mas tal é retardado ficando por Fukien. É precisamente em Fukien, na China, pelas relações comerciais e culturais significativas, que Okinawenses aprendem a essência da sua arte, primeiro denominada mão da China (tode e karate), assumindo depois, por influência Japonesa a denominação via da mão vazia (Karaté-do). É em 1542 ou 1543 que os Portugueses chegam ao Japão. E é o Japão o responsável por, depois de devidamente institucionalizado, permitir a expansão internacional do Karaté.

Neste capítulo vamos compreender melhor as relações do encontro desses países, construindo um imaginário diferente daquele herdado até Colombo. Trata-se da realidade, o mais documentada possível pelos registos dos Portugueses relativamente aos “Léquios” e aos “Japones”. No fundo é interpretar a inércia cultural que esse berço da modalidade em causa traz, para melhor explicar e compreender o seu desenvolvimento institucional principal no século XX, quando os derradeiros contactos com o resto do mundo se consolidam.

Os Léquios são hoje conotados com os Okinawenses, e “ilhas Léquias” era a denominação dada às ilhas Ryu Kyu. Como o Karaté tem o seu desenvolvimento institucional inicial em Okinawa, o centro actual do arquipélago Ryu Kyu, tem interesse particular explicar a sua descoberta.

George KERR inicia a sua obra de 1958, com uma edição revista por SAKIHARA em 2000 (KERR e SAKIHARA, 2000), referindo que “Ryukyu e Liu Ch’iu são as leituras Japonesas e Chinesas, respectivamente, dos caracteres 琉球”, tendo encontrado, na preparação do seu texto, mais de sessenta variações de leitura e transcrição na linguagem ocidental, desde os comuns *Lewchew* e *Loo Choo* até expressões menos usuais como *Reoo Keoo*, *Likiwu*, *Liquii*, *Liquea* e *Leung-Khieou*.

---

<sup>98</sup> Para HABERSETZER (2000, p. 290), Kalari significa ginásio e Payat significa arte de combate.

Finaliza esta primeira nota referindo que “no dialecto de Okinawa ouvido em Naha no século XIX, Liu Ch’iu torna-se aproximadamente Doo Choo” (KERR e SAKIHARA, 2000, p. xvii).

As referências principais que utilizaremos, para além das dos Portugueses quinhentistas, nomeadamente Leqjios, Lequjos, Lequeos, Lequios e mesmo Léquios, são as de Basil HALL que, em 1818, escreveu a sua obra *Account of a Voyage of Discovery to the West Coast of Corea and the Great Loo-Choo Island*, e as de Commodore Perry que, em 1856, escreveu a sua *Narrative of the Expedition to the China Seas and Japan – 1852-1854*, onde se refere a *Lew Chew* e identifica claramente Okinawa como “Great Lew Chew” (PERRY, 2000, p. 155).

A presença de Portugueses no Oriente foi-se tornando grande. Até 1539 foram 390 as partidas registadas de Portugal para a Carreira da Índia com destino ao oriente (BOXER, 2001, apêndice 1). Veremos que a denominação de Léquio Grande para a ilha que hoje chamamos Okinawa, teve, na sua história, o conhecimento Europeu da geografia do extremo da Ásia, levando-nos a supor que os Portugueses e outros Europeus poderiam ter estado em Okinawa em vários momentos, mesmo antes do desencorajamento de entrarem no Japão. Em coerência com os relatos de Richard KIM, poderemos imaginar a hipótese de terem estado em Okinawa durante bastante tempo, levando mesmo a que alguma descendência por lá tenha ficado, tal como a do famoso mestre Itoman Bunkichi (KIM, 1974, pp. 67-76)<sup>99</sup>. Veremos a seguir se alguns indicadores nos podem robustecer o lançamento desta hipótese.

### 2.3.9 Os Gores

Quando os europeus, através dos portugueses, chegaram à Índia em 1498, mais impulsionados pela procura de “cristãos e especiarias”, a frota chinesa não navegava comercialmente a oeste de Sumatra, apesar dos seus navios terem, em tempos, navegado

---

<sup>99</sup> Não existem referências algumas sobre a importância de Okinawa como porto alternativo aos barcos Portugueses na altura em causa, mas o relato de Richard Kim não deixa de ter sentido informal, sendo um dos relatos dos primeiros contactos entre um Karateca e um Português. Curiosa a referência em nota por Richard Kim que a derrota do marinheiro Pereira (o terror de Lourenço Marques) na luta com Itoman Bunkichi, era contada em Macau como uma derrota numa luta contra um Samurai Japonês e não contra um lutador de Okinawa. Itoman Bunkichi, também conhecido por Kanagushiku, foi contemporâneo de Kanryu Higaonna, que o acompanhou em pelo menos uma das viagens à China em 1891.

o Oceano Índico até ao Golfo Pérsico e à Somália (BOXER, 1948, p. 1)<sup>100</sup>. A razão principal, apontada por BOXER (1948) e corroborada por COSTA (1995) prende-se pelo facto da pirataria estar a ser desenvolvida, principalmente fruto do descontrolo provocado pela guerra civil em território japonês, que já caracterizámos anteriormente.

*As três principais ilhas do Japão estavam dilaceradas por fúteis guerras civis cujas pilhagens deram lugar a uma multidão de corsários que, das costas de Kyushu, assolaram as margens do Mar da China desde Shantung até Hainan. Estes Bahan ou Wako como eram denominados variadas vezes, alternavam o comércio pacífico com as suas actividades de pirataria; e na companhia de (ou disfarçados de) comerciantes legais das ilhas de Ryukyu, ocasionalmente visitaram os portos Malaios de Patani e de Malaca. A Formosa era virtualmente desconhecida e raramente visitada quer por piratas Japoneses quer por mercadores Chineses, mas ambas as partes estavam em melhor comunicação com a ilha Luzon nas Filipinas. Comerciantes Árabes e Gujarati eram encontrados em alguns portos indonésios entre Java e as Molucas; mas neste tempo, eles já não viajavam no Mar da China, e poucos traços permaneciam do seu florescente estabelecimento em Cantão e Ch'uanchow (BOXER, 1948, p. 1).*

Na verdade, nos relatos de Gaspar da CRUZ é evidenciada a influência Chinesa em toda a região e o isolamento a partir de 1433.

*E assim os da terra dizem que os chinas foram senhores de toda a Java e de Jantana, que é o antigo reino de Malaca, e de Sião e de Champá, como comumente se afirma por aquelas partes. Pelo que afirmam alguns serem muitas destas gentes achinadas, que é terem os olhos pequenos e narizes esmagados e rostos largos, pela muita mistura que os chinas tiveram com todas elas, principalmente com os jaus, que comumente são mais achinados. Mas vendo el-rei da China que o seu reino se is desbaratando e arriscando por se quererem estender a senhorear outras muitas terras de fora, se tornou a recolher com suas gentes só em seu reino, com fazer édito público que sob pena de morte nenhum seu natural navegasse para fora da China. O qual édito dura ainda hoje em dia (CRUZ, orig: 1570, 1997, p. 81).*

Nas notas a esta edição, Rui Loureiro alarga-nos a hipótese principal lançada já anteriormente para a interrupção da navegação chinesa em 1433 (hipótese *wako* de

---

<sup>100</sup> A teoria da descoberta chinesa da América em 1421, coloca a frota da China mais longe do que é costume supor. Gavin Menzes, no seu livro de 2002 “1421: The Year China Discovered The World” sugere que durante a dinastia Ming, de 1421 a 1423 e antes de Colombo, uma frota chinesa cruzou o Atlântico. A descoberta de um mapa que parece ser cópia de um original de 1418 veio dar mais impulso à teoria em causa <[http://www.economist.com/books/displaystory.cfm?story\\_id=5381851](http://www.economist.com/books/displaystory.cfm?story_id=5381851)> [consulta em 12-1-2006]. Independentemente da veracidade desta tese ou não, é um facto que a importância da frota chinesa diminuiu concomitantemente com a chegada dos Portugueses e são algumas das razões apontadas para esse fenómeno que se cruzam com o nosso estudo.

BOXER) para três outros aspectos: “o excessivo peso financeiro dessas gigantescas expedições, aliado à necessidade premente de enfrentar ataques tártaros nas fronteiras setentrionais do Celeste Império e ao desejo da burocracia confuciana de evitar o desenvolvimento de influências externas [...]” (*ibidem*, p. 81, nota 97). No desenvolvimento da sua hipótese, BOXER faz uma boa descrição das diferentes perspectivas que os autores tinham lançado até à hipótese *wako* (BOXER, 1951, pp. 5-8).

É um facto que, com as novas notícias de uma região não conhecida pelos Europeus, D. Manuel envia Diogo Lopes de Sequeira para descobrir tudo o possível sobre a China, ainda não identificada com o *Cathay* de Marco Polo (BOXER, 1948, p. 2).

Chegado a Malaca em 1509, Diogo Lopes de Sequeira regressa sem conseguir firmar um acordo com o sultão, ficando aprisionados na cidade o feitor Rui de Araújo e alguns companheiros. Dão-se aqui os primeiros contactos com grupos de comerciantes não muçulmanos: Chineses e Gores, vizinhos dos ainda desconhecidos Japoneses.

Numa carta de 6 de Fevereiro de 1510, Rui de Araújo, cativo em Malaca, escreve:

*Poderá aqui haver quatro mil homens de peleja e não mais porque todos os outros são escravos de serviço que não abrangem senão a ter uma faca ou uma adaga que trazem na cinta e as armas destes que podem pelejar são lanças e algumas espadas que vêm dos gores e outras que se fazem na terra e arcos e zaravetanas posto que disto há muito poucas armaduras de seus corpos adargas poucas que não abrangem mais ... (As Gavetas da Torre do Tombo, Vol. III, p. 790, com adaptação nossa).*

Mais à frente salienta:

*Os gores vêm aqui em Janeiro e partem para a sua terra em Abril [...]. Estes trazem por mercadoria damascos e almisquere e cofres dourados e espadas adagas cobre trigo e ouro em pasta e levam daqui pimenta algum cravo muito pouco e destes vêm cada ano juncos que são do mesmo rei da terra e não consente que venham de lá outros senão os seus” (*ibidem*, p. 793).*

Por fim, relata que “De redor de Malaca há duas ou três minas de ouro e destas e da terra dos gores dizem que entram aqui cada ano nove dez bahares de ouro ...” (*ibidem*, p. 794).

Os arquivos de Naha (Okinawa – centro do reino Léquio) perderam-se na sua grande parte nos bombardeamentos de 1945, tendo ficado ainda alguns registos de

missões comerciais a vários pontos da região. Com Malaca (porta de entrada no Índico) cerca de vinte missões são conhecidas, acabando quatro delas em naufrágio. O assalto e conquista pelas armas de Malaca, em 1511, foi testemunhado pelos léquios, sendo considerado por KERR um acontecimento relevante para a imagem com que ficaram dos Portugueses e relaciona-o com o relato de Fernão Mendes Pinto durante o naufrágio e cativo nas ilhas léquias (KERR, pp. 90-93; 146).

Conhecem-se referências aos gores em dois manuscritos Árabes de 1462 e 1489 trazidos à luz por Gabriel Ferrand, num artigo de 1918 citado por Armando Cortesão na sua edição da *Suma Oriental*. No primeiro refere-se que “por entre as ilhas célebres do mundo habitado, conta-se a ilha de Likyu que é geralmente conhecida sobre o nome de Al-Ghur”, e no segundo, que “encontramos minas de ferro denominadas al-ghuri... O seu nome em língua djawi (neste caso o chinês) é Likiwu”, o que “explicaria a associação do nome *gores* com *lequeos*.” (CORTESÃO, 1978, p. 370, nota 387).

KERR afirma que Gabriel Ferrand “nota que em Java, Ryukyu era conhecido como ‘Likiwu’ ou ‘Likyu’ mas era geralmente referindo como ‘Al Ghur’ (significando ‘o lugar das minas?’) por causa da sua reputação como fonte de excepcionais metais, presumindo-se que nesse reino havia ferreiros excepcionais” (KERR, 2000, p. 477).

Se, por um lado, é indiscutível que a referência de Rui Araújo de 1510 é “a mais antiga referência europeia aos *gores*”, foi Tomé Pires “o primeiro europeu a identificá-la com os *lequeos*, ou os habitantes do arquipélago Liu-Kiu, nome chinês para as actuais ilhas japonesas Ryukyu ou Loochoo” (CORTESÃO, *ibidem*).

### 2.3.10 Os Léquios

A primeira descrição europeia pormenorizada do Extremo Oriente com referência explícita ao Japão é feita por Tomé Pires que esteve em Malaca entre 1512 e 1515, na sua obra *Suma Oriental* (COSTA, 1995, p.95 ou CORTESÃO, 1978)<sup>101</sup>. Nesta obra,

---

<sup>101</sup> Até à descoberta da *Suma Oriental* de Tomé Pires, por Armando Cortesão, a primeira referência conhecida aos *Gores* era a de Brás de Albuquerque, filho de Afonso de Albuquerque, na sua obra baseada nas cartas do pai: *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque*. Afonso de Albuquerque foi governador da Índia (1509-1557) e, conforme o comentário final à obra que consultámos das edições Alfa, feito pelo historiador Luís Albuquerque, foi visto já por alguns como “o homem de maior visão política do seu tempo a respeito do Oriente” (Vol. III, p. 219), apesar das suas falhas identificadas. O relato de Tomé Pires, em relação ao assunto, assume assim uma relevância histórica importantíssima evidenciada por vários autores, entre os quais BOXER (1951, p. 10).

aparecem também referências, entre outras terras, a “Liu Kiu”, “Ylha dos Lequeos”, “lequíos”, “lequjos” ou “guores”, tornando-se evidente que os Léquíos não só eram importantes intermediários no comércio sino-nipónico, mas também com outros pontos da Ásia oriental, até ao empório malaio (SAKAMI, 1964).

[LIU KIU]

*Os lequeos chamam-se guores. Por qualquer destes nomes são conhecidos lequíos é o principal. O Rei é gentio e toda a gente é vassala do Rey dos chins tributário. A sua ilha é grande e com muita gente, têm naus pequenas à sua maneira. Juncos têm três ou quatro que continuamente compram na China e não têm mais. Tratam na China e em Malaca, às vezes em companhia de chineses, às vezes por si só. Na China tratam no porto de foquem [Fukien] que se situa na chijna [China] junto de quamtom [Cantão] a um dia e uma noite de navegação. Dizem os malaios às gentes de Malaca que não há diferença entre portugueses e llequjos a não ser que os portugueses compram mulheres e que os leqos não o fazem.*

*Os lequjos só têm na sua terra trigo e arroz e vinhos à sua maneira, carnes e peixes em grande abundância. São homens grandes debuxadores e armeiros. Fazem os cofres dourados, abanos muito ricos e bem feitos, espadas, muitas armas de todos os tipos à sua maneira. Assim como falamos em nossos reinos em Milão, assim falam os chineses e todas as nações nos lequjos. São homens de muita verdade, não compram escravos, nem vendem um homem dos seus por todo o mundo e sobre isto podem morrer.*

*São os lequjos idólatras. Se navegam e se acham em fortuna, dizem que escapando compram uma moça formosa para sacrifício e degolam-na na proa do junco. Com outras coisas como estas são homens brancos bem vestidos, melhor que os chineses. Mais autorizados navegam estes na china e trazem as mercadorias que vão de Malaca à China e vão ao Japão que é ilha de sete a oito dias de navegação e resgatam ouro e cobre que há na dita ilha pelas mercadorias. São os leqios homens que liberalmente fiam a sua mercadoria. No recebimento se lhe mentem, recebem com a espada na mão.*

*A principal [mercadoria] é ouro, cobre e armas de todas as espécies, cofres e caixas com folhagens de ouro, abanos, trigo. As suas coisas são bem feitas. Trazem muito ouro. São homens de verdade, mais que os chineses, e temidos. Trazem grande quantidade de papel e seda de cores. Trazem mosquetes, porcelanas, damascos, cebolas e muitos legumes.*

*Levam as mercadorias que os chineses levam, partem daqui em [em branco] e cada ano vem a Malaca um, dois ou três juncos e levam muita roupa de bengala. Entre os lequjos é muito estimado o vinho de Malaca. Carregam grandes quantidades dele, de um que é como água ardente com que os malaios se fazem amoques [<sup>102</sup>]. Trazem os lequjos espadas de preço de trinta cruzados cada, e destas muitas.*

---

<sup>102</sup> Transferimos *amoquõs* por *amoques* de “amoque”: delírio de furor assassino observado na Malásia, que é uma forma de loucura homicida – Dicionário da Língua Portuguesa – Porto Editora. Cabe ainda um reparo: “O estilo de Tomé Pires está longe de claro, o que, acrescentado dos enganos do copista e da anárquica pontuação, ou sua total ausência, torna a interpretação do texto extremamente difícil [...]” (CORTESÃO, 1978, p. 7). Nas citações da Suma Oriental de Tomé Pires, adaptámos e colocámos

[JAPÃO]

*A ilha de Jampom segundo todos os chijs dizem, é maior que a dos lequios e o rei mais poderoso e maior e não dado a mercadoria nem seus naturais. É rei gentio, vasalo do rei da china, tratam na china poucas vezes por ser longe e eles não terem juncos nem serem homens do mar.*

*Os lequios em sete, oito dias, vão ao Jampon e levam das ditas mercadorias e resgatam ouro e cobre. Todo o que vem dos lequeos trazem os lequeos de Jampon e tratam os lequeos com os de Jampon em panos, lucões e outras mercadorias (PIRES, 1512-15 in CORTESÃO, 1978, pp. 370-374).*

O impacto comercial que a presença dos guores ou léquios tem no relato de Tomé Pires é importante. Por um lado, às entradas do Índico, vendiam produtos da China e do Japão (e mesmo da Coreia), além de escassos produtos próprios. Por outro, compravam produtos que os Chineses e Japoneses queriam, estando no centro de uma rede comercial fundamental. Estes Gores ou Léquios provêm do centro do que hoje sabemos ser Ryukyu: Okinawa (Naha-Shuri).

De uma expedição à China de Fernão Peres de Andrade em 1517-1518, ficaram-nos vários relatos. No de Fernão Lopes CASTANHEDA (orig: 1552, 1979, Liv. IV, Cap XL e XLI, p. 937), refere-se que Jorge de Mascarenhas foi à terra dos Lequios<sup>103</sup>, mas tal trata-se de uma confusão sobre os registos por ele utilizados (BOXER, 2004, p. 314), pelo que a realidade teve mais a ver com o que de João de Barros<sup>104</sup> nos relatou:

*Fernão Peres, porque levava regimento d'ElRey D. Manuel, que se detivesse nestas partes da China o mais tempo que pudesse, por se melhor informar das coisas dela, e enquanto esteve naquela ilha de Beniaga, e vieram ali ter uns juncos dos povos a que chamam Lequios, de que já em Malaca havia grande notícia que habitavam umas ilhas adjacentes naquela costa da China, e ele viu que a mais mercadoria que traziam era grande cópia de ouro, e outra de muito preço, e pareceu-lhe mais disposta gente, que os Chijs, e melhor tratados de sua pessoa, desejando ter informação da terra deles pelo olho dos Portugueses, ordenou de mandar a isso Jorge*

---

pontuação onde interpretámos dever ser colocada. Comparámos também com algumas partes citadas da edição inglesa usada por KERR (2000, pp. 127-128) e por BOXER, orig: 1951, 1993, pp. 10-11).

<sup>103</sup> Logo o título induz em erro: “De como Jorge Mazcarenhas foy a terra dos Lequios e do que lá passou”. O corpo do texto é passível de induzir a mesma ideia, como se chincheo fosse nas Lequios. Mesmo a forma como começa o capítulo seguinte induz o mesmo tipo de erro: “Depois de partido Iorge mazcarenhas pera Lequia ...” (CASTANHEDA, orig: 1552, 1979, Liv IV, Cap XL e XLI, p. 937).

<sup>104</sup> “Das três crônicas que relatam os feitos dos Portugueses no Oriente na primeira metade do século XVI, é a de João de Barros a mais fidedigna para os acontecimentos ocorridos no Extremo Oriente entre 1517 e 1423” (COSTA, 1995, p. 108, nota 35). As outras duas são, presumimos nós, as de Fernão Lopes Castanheda e as de Damião de Gois.

*Mascarenhas em seu navio, para o que houve licença dos governadores de Cantam. O qual Jorge Mascarenhas partiu dali em companhia de alguns juncos, que iam para a província Foquiem, que é além de Cantão pela costa em diante contra o Oriente, à qual província os nossos, por razão de uma cidade, que ali está marítima chamada Chincheo, onde alguns depois foram fazer comercio, geralmente lhe chamam o nome da cidade. E porque Jorge Mascarenhas foi um pouco tarde, para atravessar dali às Ilhas dos Lequios, que serão contra o Oriente obra de cento e tantas léguas, a primeira das quais está em vinte e cinco graus e meio do Norte, e dali vão correndo uma corda delas pelo muro chamado Lesnordeste, e desde aí caminho do Norte. Havendo conselho com os pilotos Chijs que levava, não partiu dali, e deixou-se estar fazendo o seu comércio com dobrado proveito do que se fez em Cantam. Porque como aquela parte não é tão frequentada dos mercadores, valem as coisas da própria terra pouco e as de fora muito (BARROS, orig: 1549, Déc. III, Liv. II, Cap. VII, pp. 220-221)*

Ficara assim adiada a viagem de descoberta oficial das ilhas léquias pelos olhos dos Portugueses, que parece “não terem feito mais nenhum esforço para encontrarem as ilhas Ryukyu depois da precocemente abortada tentativa em 1517; e isto apesar do facto de encontrarem assiduamente barcos de Ryukyu em Sião tal como sabemos pelos registos Portugueses e Luchus” (BOXER, orig: 1951; 1993, p. 18). Com aquela, ficou também adiada a descoberta do Japão, e este é sempre o facto relevante evidenciado por vários investigadores, o último dos quais é LIDIN (2002, p. 27).

A 10 de Agosto de 1518, em Malaca, Simão Andrade escreve, numa carta a D. Manuel que:

*por um junco que veio da China antes da nossa chegada em que vieram algumas pessoas portuguesas e por mouros pilotos com que falei, soube que Vossa Alteza tinha cá nestas partes muitas coisas para mandar descobrir, de mais riquezas que há na Índia e aqui porque além da China ser coisa tão grande como é, e que Vossa Alteza deve já lá de ter informação, ainda há outras terras no mar dela [da China], das que são ilhas que se chamam as ilhas dos lequeos e que confinam com os tártaros onde há grandes minas de ouro e todas as mercadorias das que há na China, estão duzentas léguas dela, é gente branca como alemães.” (p. 126).*

Consolida-se a ideia de que existiam uns habitantes de umas ilhas por ali situadas e ainda não bem identificadas pelos Europeus, diferentes dos Chineses, e embora se iniciasse por denominá-los de Gores, a denominação principal passou a ser Léquios.

### 2.3.11 As Ilhas Léquiias

Como a posição geográfica das terras dos Léquiios, as ilhas léquiias, não estava ainda perfeitamente identificada, a representação geográfica da origem dos tripulantes dos barcos encontrados teria de ser, naturalmente, mais generalista que precisa.

O primeiro livro impresso na Europa exclusivamente dedicado à China foi escrito pelo frei Gaspar da Cruz em Évora, no ano de 1569, com base na vivência própria e nos relatos recebidos, sendo de destacar como fonte provável o Tratado da China (1552) de Galiote Pereira (BOXER, 2004). No capítulo II do seu “Tratado em que se contam muito por extenso as cousas da China”, CRUZ expõe os seus argumentos para corroborar a tese de que “A China é uma grande parte da Cítia, porque segundo diz Heródoto a Cítia estende-se até à Índia [...]” (CRUZ, 1997, p. 79 – comparar com 1989, p. 57). Nessa exposição identifica que, por erro, se tem representado a China oriental a terminar numa ponta, e identifica os Léquiios com uma ilha que parece ser a Formosa.

*Porque a ponta que fazem em que põem a terra e gente dos Léquiios não é continuada com a terra firme, mas é uma ilha que está no mar da China, parece [que a] mais ou menos trinta léguas da mesma China.*

*E nesta ilha vive esta gente, que é gente bem disposta, mais sobre o branco que sobre o baço, é gente limpa e bem tratada, curam o cabelo como mulheres e arrematam-no numa ilharga da cabeça, atravessado com um prego de prata. A sua terra é fértil, fresca e de muitas e boas águas. E [é] gente que de maravilha navega<sup>105</sup>, com estarem no meio do mar. Usam d’armas, trazem muitos bons terçados. Foram nos tempos passados sujeitos aos chinas, com quem tiveram muita comunicação, pelo que são muito achinados (CRUZ, orig: 1569, 1997, p. 83).*

A nota 103 de Rui Loureiro, na página 83 desta edição de Gaspar da CRUZ, refere que “Léquiios era um nome atribuído pelos portugueses a um conjunto não muito bem delimitado de ilhas que se situavam ao largo da costa sueste da China, e que incluíam a Formosa e parte do arquipélago de Riu Kiu”.

O Visconde de Lagoa que, em 1944, anota o Tratado dos Descobrimentos de António Galvão, publicado postumamente em 1563, e na primeira referência aos Léquiios não hesita: “O grupo Loo-Choo, ao Sul do Japão” (GALVÃO, orig: 1563, 1987, p. 59).

---

<sup>105</sup>Apesar de Rui Loureiro anotar “ Isto é, ‘raramente navegam’”, temos dúvidas. Deverá o sentido ser exactamente oposto: navegam muito bem dado o seu posicionamento geográfico. A reputação dos Léquiios como comerciantes navegadores por toda a Ásia sempre foi grande e justamente reconhecida nos relatos dos Portugueses.

Por outro lado, na edição dos livros de bolso da Europa-América da incontornável Peregrinação de Fernão Mendes PINTO, Neves Águas anota, na página 19 (nota 3), que os Léquios são os “Naturais da ilha Léquia, identificada na Peregrinação com a ilha Formosa”.

### 2.3.12 Representação Geográfica das Ilhas Léquias

Tentámos perceber a representação cartográfica das Ilhas Léquias e, para isso, nada melhor que Armando Cortesão, quem anotou magistralmente o livro de Francisco Rodrigues, em companhia da Suma Oriental de Tomé Pires, e publicou uma magnífica obra de cartografia.

Existe referência a um esboço de uma ilha alongada no sentido norte-sul, com a seguinte legenda: *Exacta he a primçipal Jilha dos Llequeos / dizem que ha nella trigo e obra de cobre//*. Como se sabe, Tomé Pires menciona trigo e cobre entre as mercadorias trazidas pelos Lequeos a Malaca. Armando Cortesão é peremptório: “Esta ilha representará a Formosa, e as duas pequenas ilhas e dois ilhéus ao largo da sua costa sudoeste talvez correspondam às ilhas Pescadores” (CORTESÃO, 1978, p. 466). Este esboço de Rodrigues tem a data de 1513 (CORTESÃO, 1987, Estampa 36 III).

As cartas de Diogo Ribeiro, de 1527 a 1529, têm a seguinte inscrição a ocidente da Ilha Paragua: “estes baixios têm canais através dos quais os lequios vão para Bornéu e outras partes” (CORTESÃO, 1978, p. 371, nota 387 e CORTESÃO, 1987, estampas 38-40, quer no Vol. I, quer nos anexos ampliados).

A carta anónima de 1535 da *Bóies Penrose Colection* apresenta um conjunto circular de cerca de trinta ilhas representadas entre os 17° e 20° de latitude com a denominação “Lecquas” (CORTESÃO, 1978, p. 371, nota 387 e CORTESÃO, 1987, estampa 58, Vol. I).

A carta de Lopo Homem de 1554 tem representada, em letras grandes, a denominação generalista *Os lequios* para denominar umas ilhas imaginárias, mas representa especificamente um conjunto de ilhas com denominações que interessa realçar. Apresenta a denominação de *I. fremosa* e, a ocidente, representa primeiro um conjunto de pequenas ilhas com a denominação de *I. dos reis magos* e um conjunto de três ilhas com a denominação *ilhas dos lequios* e, a noroeste destas, uma ilha com a

denominação *lequios* logo seguida da *ilha do fogo*. Nesta carta, segundo CORTESÃO, aparece também pela primeira vez, num documento cartográfico português, a denominação *japam* sendo a primeira vez que tal denominação foi usada depois da de Tomé Pires num documento Português (CORTESÃO, 1978, p. 371 e 373 notas 387 e 389; CORTESÃO, 1987, estampa 27, Vol. I e anexo ampliado).

É no atlas de Diogo Homem, de 1558, que se confirmam as ilhas referidas anteriormente e respectivas denominações, sem colocar no entanto as ilhas imaginárias e sua referência em letras grandes (CORTESÃO, 1978, p. 371, nota 387 e CORTESÃO, 1987, estampa 105, Vol. II). No atlas de 1568, a folha 15 evidencia cada vez com maior clareza a situação do arquipélago que hoje denominamos Ryu Kyu, desde a formosa até ao extremo sul do Japão (CORTESÃO, 1987, estampa 140A, Vol. II).

Numa carta de Bartolomeu Velho, de 1561, representa-se, a sudoeste da ilha formosa, a outra ilha como lequeo pequeno, como que trocando a ordem anterior, surgindo a norte de todo o arquipélago uma representação de um *Iapam* desenvolvido onde notamos, a sul, a representação de tanegaxima (CORTESÃO, 1987, estampa 204).

No atlas de 20 folhas de Fernão Vaz Dourado, de 1570, a folha 12, assim como no atlas de 18 folhas de 1571, na folha 3, encontramos representado o *llequio pequeno a dos reis magos*, o *llequio grande*, a *I. do fogo*, assim como *tanaxiima* e outras localidades do *Iapam* (CORTESÃO, 1987, estampas 270 e 284).

Apesar de alguns autores destacarem que a denominação “Liqueo Pequeno” passou a designar a ilha Formosa (FLORES e COSTA, 1996, p. 179), é de evidenciar que em algumas das cartas mais evoluídas, a ilha formosa surge ao lado de umas ilhas denominadas léquio pequeno.

O Frei Martín de Rada em 1575 escreve as suas “Relações”, como lhe chama BOXER que as editou, e onde define que “... para noroeste fica o Leuquiu menor, que se situa a este de Hocchiu [Foochow]. Depois continuando para norte, fica o Leuquiu grande. Estas ilhas são denominadas Los Lequios nos nossos mapas” (RADA, 2004, p. 265). Na nota do editor é referido que, tal “como na maioria dos mapas Chineses Ming, o Liu-chiu menor é aqui identificado com a Formosa e o Liu-chiu grande com o moderno grupo de ilhas com aquele nome, hoje melhor conhecidas como Ryûkyû” (BOXER, 2004, p. 265).

É mesmo estranho que, sendo o reino Ryukyu tributário da China, ainda não tenham aparecido investigadores a ligar as denominações Chinesas e respectivas cartas e mapas às cartas e mapas Portugueses.

Embora nenhuma referência tenha sido por nós encontrada por investigadores portugueses dos descobrimentos à denominação da actual Okinawa como Léquio grande, tal foi feito claramente por Basill HALL e Comodore PERRY no século XIX.

O nome “Léquio Grande” dado a Okinawa, mais pequena que a Formosa, mas a maior das ilhas do arquipélago Ryukyu, comprova, no nosso entender, o afastamento da Formosa em relação aos Léquios, o que faz pôr alguns parênteses nas hipóteses de CORTESÃO e BOXER referentes a esta questão.

Rebeca CATZ é das poucas investigadoras dos descobrimentos Portugueses que coloca claramente Okinawa como Lequio Grande em 1983 e 1989.

Charles BOXER, em algumas referências, também o faz, como nesta passagem *in extenso*:

*Estas ilhas eram, então como agora, pobres em recursos naturais, e os seus habitantes só enriqueciam actuando como intermediários entre a China, Coreia e Japão. Dos registos de Okinawa publicados por Akiyama, é sabido que existiam grandes comunidades de Japoneses, Coreanos e Chineses em Naha, relacionadas com o comércio marítimo da ilha. As características guerreiras dadas aos Guores pelos escritores portugueses, concordam mal com a natureza suave e gentil dos Luchus, tão atractivamente evidenciada pelo capitão Basil Hall e outros visitantes do início do século XIX. É verdade que quatro séculos poderão ter modificado a natureza belicosa dos habitantes, mas os registos contemporâneos Chineses, Coreanos e Japoneses não indiciam que os Luchus seriam uma raça muito mais marcial no século de Hideyoshi do que no de Napoleão. Eles nunca foram reconhecidos como armeiros, tal como o seu país nunca produziu ouro ou cobre. Estas características eram e são aplicáveis ao Japão e Japoneses, na vez de Ryukyu e Luchus, ou Coreia e Coreanos. Na linha da descrição de Pires e dos registos de Akiyama, a conclusão óbvia é que os barcos seriam enviados pelo governador do grupo Ryukyu a partir do porto de Naha em Okinawa, mas as suas tripulações seriam maioritariamente compostas por Japoneses, já que as suas cargas eram constituídas fundamentalmente por produtos Japoneses e Chineses (BOXER, 1993, p. 12).*

A direcção de formosa vem, compreensivelmente, na influência de Gabriel Ferrand (1918) a que não tivemos acesso directo, referenciado por CORTESÃO e BOXER entre outros. Aquele autor “identifica ‘Al Ghur’ com a Formosa,

aparentemente desprevenido do facto da ausência das minas de ferro na Formosa (que não existiam antes do século XVII) e sem o conhecimento do papel de Okinawa no transporte marítimo das mercadorias Japonesas para os mercados do sudoeste asiático” (KERR, p. 477). BOXER (1951, pp. 11-12) e CORTESÃO (1978, p. 370) evidenciam esta mesma origem no nome usado pelos Malaios e Portugueses para “Guores”.

Apesar de nos faltarem informações da cartografia Chinesa antiga que não pudemos consultar, é de evidenciar com BOXER que “as fontes chinesas nem sempre distinguem com clareza a Formosa de Ryukyu, mas as descrições dadas por Pires e Albuquerque ca. 1510, serão apenas aplicáveis ao último grupo” (BOXER, orig: 1951; 1993, p. 452).

Este autor é mesmo mais explícito quando refere que

*Tanto os portugueses como os chineses tinham ideias vagas e confusas quanto à posição relativa das modernas ilhas Liu-chiu (Ryûkyû) e da Formosa, nesta época [1564], como se pode concluir dos mapas chineses contemporâneos, tais como os de Ch'ou-hai-t'upien (1562) e nos Roteiros e nas cartas portuguesas reproduzidas no Itinerário de Linschoten (1596). Hsiao Liu-chiu ou Lequio Pequeno era de forma geral identificado com o SW da Formosa, e os portugueses a princípio só aplicaram o termo “Formosa” à região NW daquela ilha (Ver Itinerário de Linschoten, capítulo 34). Neste caso,<sup>106</sup> a identificação parece ser a contrária (BOXER, 1989, p. 288, nota 5)*

É indiscutível que em 1818 e em 1856, navegadores Ingleses e Americanos identificam claramente Okinawa como Léquio Grande (HALL, 1818; PERRY, 1856), consolidando assim a cartografia que vimos analisando. Quanto a nós, esta é uma das grandes razões que levam KERR a interpretar que Okinawa foi, sem qualquer dúvida, o centro dos Léquios e Gores identificados pelos Portugueses.

A representação cartográfica é sempre posterior aos relatos dos navegadores, e nestes poderemos encontrar outras fontes de esclarecimento.

Na primeira carta que hoje temos de Fernão Mendes Pinto, datada de 5 de Dezembro de 1554, bastantes vezes editada antes do seu regresso do oriente e que o tornou famoso na Europa, surge uma referência interessantíssima à localização geográfica e à tipologia do povo: “Daqui a duzentas e cinquenta léguas estão os léquios,

---

<sup>106</sup> A identificação a que se referencia BOXER é à descrita numa carta de um Português no Japão feita em 1564, onde refere no seu itinerário rumo ao Japão: “[...] e dali ate ao Chincheo, ou tanto auante posemos cinco dias, a onde indo nos correndo a ilha fermosa, & o Liquio Pequeno [...]” (BOXER, 1989, p. 288).

cem léguas antes de chegar ao Japão, onde se perderam uns portugueses e el-rei dos Léquios lhes mandou dar embarcação” (PINTO, 1554, in: CATZ, 1983, p. 45).

Na nota referenciadora ao termo “Léquios”, CATZ não tem dúvidas: “As ilhas Ryu-Kyu, entre a Formosa (Taiwan) e o Japão” (CATZ, 1983, p. 136).

Esta mesma autora, nas notas da sua tradução da Peregrinação de Mendes PINTO, apesar de referir BOXER na sua alusão à vaga e confusa ideia que os chineses e portugueses tinham do posicionamento geográfico de Ryukyu (Nota 3, cap. 137), mais à frente, anotando o capítulo 143 da Peregrinação onde PINTO descreve as Léquias, perante a sua referência às “ilhas lequias”, afirma:

*Quer com isto referir-se ao Grand Lu-chu ou a ilha de Okinawa, perto do centro do arquipélago Ryukyu, a única ilha de tamanho considerável. A cadeia consiste em cerca de trinta e seis ilhas localizadas entre a latitude vinte e seis e vinte e oito graus norte. Okinawa tem cerca de sessenta milhas de comprimento e dez milhas de largura. Dicionários geográficos modernos descrevem-na como de origem vulcânica, montanhosa e com vegetação densa. Crescem produtos semitropicais como cana do açúcar, ananazes e bananas além de milho e arroz. A descrição de Pinto, apesar de não muito precisa, não é mais imprecisa que a dos seus contemporâneos, enquanto Barros e Couto têm surpreendentemente muito pouco ou nada a dizer sobre Ryukyu (CATZ, in: PINTO, 1989, p. 597, nota 2).*

Fernão Mendes PINTO é o primeiro Europeu a referir ter estado no reino Ryukyu na sua epopeia Peregrinação, descrevendo os comportamentos e as terras com uma imaginação alargante dos relatos que, empiricamente, ia obtendo na sua estadia por aquelas terras.

Tal viagem acontece durante a tentativa de segunda viagem ao Japão, ocorrendo um terrível naufrágio onde quase todos os viajantes dos nove juncos que partiram pereceram, motivados pela cobiça e mal preparados, “contra vento, contra monção, contra maré, e contra razão”, como nos diz no capítulo anterior ao que descreve a seguir:

*Os poucos que escapámos deste miserável naufrágio, que não foram mais que vinte e quatro, afora algumas mulheres, tanto que a manhã foi clara conhecemos que a terra em que estávamos era do Léquio Grande, pelas mostras da ilha do Fogo e a serra de Taydacão [...] (PINTO, 1995, Cap. 138, 2º Vol., p. 45).*

PINTO deixa-nos indicações que, no dia seguinte, depois de os encontrarem e atarem de três em três, “com mostras de piedade nos disseram que não houvéssemos medo porque el-rei dos léquios era homem muito temente a Deus e inclinado por natureza aos pobres”, encaminhando-os para um pagode num lugar de nome “Simpautor”, foram visitados por “mulheres muito honradas daquele lugar, e por obra de caridade nos trouxeram muito arroz e peixe cozido, e algumas frutas da terra para que comêssemos, mostrando nas palavras que diziam e nas lágrimas que derramavam, condoerem-se muito da nossa triste miséria”, tendo-lhe arranjado roupas. Nesse local foi recebida mensagem do governador do reino para que fossem levados “à cidade de Pongor<sup>107</sup>, que estava dali sete léguas”.

No dia seguinte, foram levados para uma masmorra numa vila que se chamava “Gundexilau” e só no outro dia para “Pongor” onde, interrogados pelo “Pinachilau broquem desta cidade de Pongor”, e por vontade do “rei da nação léquia”, foram questionados sobre várias questões, entre as quais: “qual foi a causa porque as vossas gentes no tempo passado, quando tomaram Malaca pela cobiça das suas riquezas, mataram os nossos tanto sem piedade, de que ainda agora há nesta terra algumas viúvas?”

A seguir à resposta de que fora antes pelo sucesso da Guerra e não pela cobiça de os roubar, a lição de PINTO, na boca do governador: “[...] Negareis que quem conquista, não rouba? Quem força, não mata? Quem senhoreia, não escandaliza? Quem cobiça, não furta? Quem oprime, não tiraniza? [...]” (PINTO, 1995, Cap. 140, p. 51).

Após dois meses de cativo e uma investigação por parte de mais um oficial, estando el-rei com intenção de os libertar, eis que “chegou ao porto um chim cossairo” que faz el-rei ficar sem dúvidas de os mandar esquartejar a todos.

Mas a intervenção da rainha, após notícia de uma carta “assinada por mais de cem mulheres das principais de toda a cidade”, trazida para “Bintor, onde então estava el-rei e a rainha sua mãe, que era seis léguas desta cidade de Pongor”, por uma donzela filha do governador da ilha de Banchá, que jaz ao sul desta nação dos Léquios”, juntamente com o facto do rei ter tido um sonho premonitório, alterou dramaticamente o rumo dos

---

<sup>107</sup> Somos em crer que Pangor, ou Pongor, como Mendes PINTO refere várias vezes a capital do reino Léquio, teria certamente de ser Shuri ou Naha. Bintor é o local onde o Rei e sua Mãe estariam que é Shuri. Naha, actual capital de Okinawa era o porto. Hoje, Naha e Shuri estão ligadas pelo crescimento da actual capital. Nada até hoje conhecido regista essa estadia para além de PINTO nos seus empolgantes exageros literários.

acontecimentos, ficando todos livres, com direito a embarcação para o seu regresso (PINTO, 1995, Cap. 141-142, pp. 54-61).

A finalizar estes importantes relatos relativos às ilhas lequias, PINTO dá informação sobre a ilha, com Pongor como metrópole, “situada em vinte e nove graus, tem duzentas léguas em roda, sessenta de comprimento, e trinta de largo”<sup>108</sup>, tendo “para a parte do oeste cinco ilhas muito grandes, em que há muitas minas de prata, pérolas, âmbar, incenso e seda, pau-preto brasil, águila brava e muito breu [...]”, jazendo “mais ao noroeste desta terra Léquia um grande arquipélago de ilhas pequenas, donde se traz muito grande quantidade de prata [...]” (PINTO, 1995, Cap. 143, pp. 62;63).

A riqueza apresentada por PINTO é ainda acrescentada pela fertilidade das terras que produzem uma “infinitude de mantimentos, principalmente de trigo e arroz” e pelas “serras de que se tira muita quantidade de cobre, o qual por ser muito, vale entre esta gente tão barato que de veniaga carregam juncos dele para todos os portos da China, e Lamau, Sumbor, Chabaqué, Tosa, Miacó, e Japão, com todas as mais ilhas que estão para a parte sul, de Sesirau, Goto, Fucanxi e Polém.” (PINTO, 1995, Cap. 143, p. 62).

Mendes PINTO, sobre os habitantes, refere que “são como os chins, vestem linho, algodão e seda, com alguns damascos que lhe trazem do Nanquim. São muito comedores, e dados às delícias da carne, pouco inclinados às armas, e muito faltos delas [...]”.

A seguir, apresenta a ideia de que, por estarem pouco preparados para a defesa do território e, perante a riqueza grande do reino, “com quaisquer dois mil homens se tomará e senhoreará esta ilha, com todas as mais destes arquipélagos, donde resultará muito maior proveito que o que se tira da Índia, e com muito menos custo, assim de gente como de tudo o mais, porque somente do trato nos afirmaram mercadores com que falámos, que rendiam as três alfândegas desta ilha Léquia, um conto e meio de ouro, afora a massa de todo o reino, e as minas de prata, cobre, latão, ferro, aço, chumbo e estanho, que rendiam ainda muito mais que as alfândegas”.

A maneira como Mendes PINTO literariamente coloriu a sua Peregrinação, ultrapassa o rigor e precisão geográficos e mesmo históricos, relevando outros aspectos por ele considerados mais importantes. Por isso ele refere: “O padre mestre Melchior me mandou que assim da minha vida como de algumas coisas que cá tenho vistas lhes

---

<sup>108</sup> 333 km de comprimento e 167 de largura.

escrevesse mui largo. Eu o farei, não como devo, senão como entender” (PINTO, 1554, in: CATZ, 1983, p. 45).

Esta frase é retirada da mesma carta que foi várias vezes censurada em Portugal, pelos três colegas jesuítas que as copiaram (CATZ, 2000, p. 596), e que faz relevar ainda mais a sua ideia central dos valores humanos e vivências encontradas em povos distantes, pondo em causa a “superioridade da fé cristã”.

Na mesma carta encontramos uma referência aos Lequios, sua localização e forma como foram recebidos depois de terem por lá naufragado, demonstrando que quando escreve o episódio na sua peregrinação, fá-lo literariamente na primeira pessoa com base em relatos obtidos na sua vivência no Extremo Oriente, mas não com base na vivência própria.

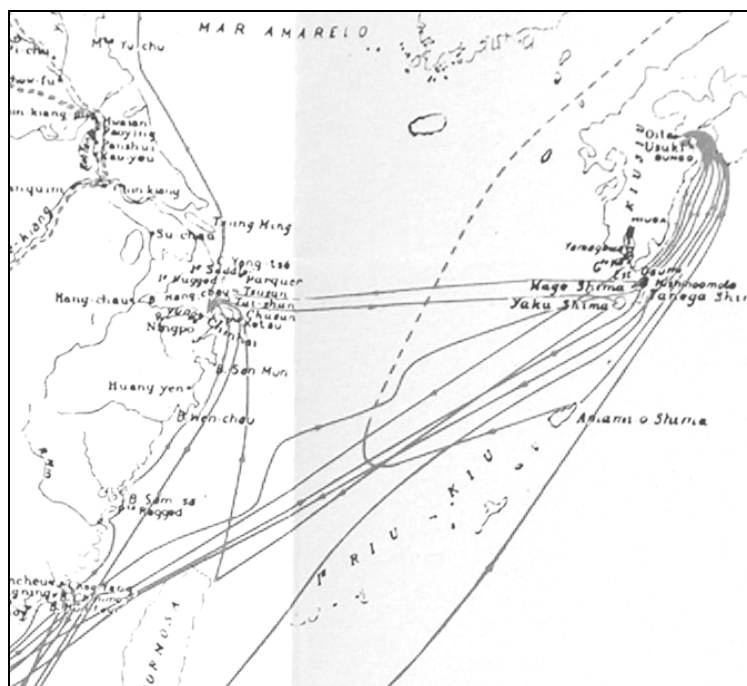
*Daqui [<sup>109</sup>] a duzentas e cinquenta léguas estão os léquios, cem léguas antes de chegar ao Japão, onde se perderam uns portugueses e el-rei dos Léquios lhes mandou dar embarcação<sup>110</sup> e todo o necessário, mas não quis vê-los, dizendo que não prazesse a Deus que ele visse com os seus olhos gente que roubava coisas alheias, dizendo isto pelas terras conquistadas da Índia pelos portugueses. Isto digo, irmãos meus, porque vísseis a gentileza que tem esta gente, sem ter nenhuma notícia do seu Criador (PINTO, 1554, in: CATZ, 1983, p. 45).*

Seria mesmo ilógico que a descrição de todos os pormenores das conversas e acontecimentos que os levaram a ser libertados pelo Rei dos Léquios pudessem ser testemunhadas e relatados por um Português no cativo, sem conhecimento da língua do país em causa. Por outro lado, não são conhecidos registos de tais acontecimentos com base na história de Okinawa e, apesar da maioria dos arquivos se ter perdido em 1945, deve-se continuar a perspectivar uma linha de pesquisa nesses arquivos, assim como nos das outras ilhas mais a norte e mais a sul de Okinawa, pois não são os únicos relatos de naufrágios nos Léquios e presença perto do Rei que a história nos deixou.

---

<sup>109</sup> leia-se “da China”.

<sup>110</sup> É a partir desta palavra que o texto foi censurado pelos copistas nas cópias portuguesas.



**Fig. 20 - Trajecto de Fernão Mendes Pinto por Visconde da Lagoa  
(in: PINTO, 1989, vol. 1)**

Na verdade, Mendes PINTO (1995, cap. 143, p. 63), com natural desconhecimento do relato de Tomé PIRES<sup>111</sup>, poderia ter tido conhecimento de um episódio semelhante, conforme evidenciado por Rebeca CATZ, e que se encontra num relatório escrito para o Vice-Rei do México, em 1548, pelo Espanhol Garcia de Escalante Alvarado:

*Escalante escreve que, durante a sua estadia em Tidore, um Português de nome Diogo de Freitas lhe contou que alguns Portugueses com destino à China “foram conduzidos pela tempestade para uma das ilhas Ryukyu onde foram bem recebidos pelo Rei ... Depois de terem arranjado provisões, deixaram a ilha. Atraídos pela amável recepção recebida e pela riqueza testemunhada, outros Portugueses mercadores fizeram a viagem ... mas desta vez não foram autorizados a desembarcar. Ordenaram-lhes para entregarem uma lista dos bens que traziam e do preço da sua compra... Tendo isto feito, receberam pagamento completo. Depois de terem as provisões necessárias, receberam ordens para partir.” (CATZ, 2000, p. 597).*

<sup>111</sup> Escrito entre 1512-15 e que ficou esquecido durante muitos anos, sendo redescoberto por Armando Cortesão, e ao qual já nos referimos anteriormente: Suma Oriental.

Interessa também sublinhar que as descrições sobre a localização e posicionamento da ilha principal assim como da presença do Rei nessa ilha, dá ideia de se estar próximo da localização certa do centro do Reino dos Léquios.

A maneira como Mendes PINTO refere, como já citámos, que estava no Lequio Grande, pelas mostras da ilha do fogo, terá sido, juntamente com a identificação posterior da latitude 28, o que levou o Visconde de Lagoa, no seu mapa descritivo das viagens de Mendes PINTO, a colocar essa possível estadia em “Amami o Shima”<sup>112</sup>, uma ilha mais a nordeste de Okinawa, antes das doze ilhas dos senhores de Tanegashima e, assim, mais próxima do Japão.

A referência à Ilha do Fogo tem, provavelmente, a ver com a Ilha do Vulcão Sulfúrico identificada por Basil HALL (orig: 1818, 1975, pp. 58-59) na sua descida da Coreia para Okinawa e que fica mais ou menos entre Amami-Oshima e Okinawa, conforme carta de Commodore PERRY (orig. 1856, 2000, p. 155), embora mais próxima da primeira, mas a sul dela. É a pequena Ilha Tori, no grupo das Ilhas Amami.

A descrição de PINTO das restantes ilhas à volta, a descrição das distâncias entre as cidades, a descrição do pormenor com a Mãe do Rei e, mais importante, a descrição dos produtos existentes, sejam minerais ou agrícolas, indicam que se baseou em relatos e em documentos ou cartas marítimas referenciadoras, e não em presença concreta. As ilhas eram, então como agora, verdadeiramente pobres em recursos naturais (BOXER, 1993, p. 12) e a sua riqueza foi apenas o comércio marítimo que, a partir do Século XVI, começou a ser ameaçadoramente comprometido pela intervenção dos Europeus nessas rotas (OKINAWA, 1992, p. 9).

Mas o mais relevante de todo o relato sobre os Léquios e o seu Reino, é, quanto a nós, o facto de que PINTO (1995, p. 62) surge como o primeiro ocidental a caracterizá-los como “pouco inclinados às armas, e muito faltos delas” e isto é um dado que será evidenciado na história de Okinawa como uma característica fundamental.

---

<sup>112</sup> Ver mapa da autoria do Visconde de Lagoa, publicado na edição da Afrodite da Peregrinação de Fernão Mendes Pinto que foi inicialmente publicado em 1947 em “A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto (Tentativa de Reconstituição Geográfica)”, aqui parcialmente reproduzido na fig. 20.

### 2.3.13 O Léquio Grande

São os autores estrangeiros que mais relacionam Lequio Grande com Okinawa (HALL, PERRY, BOXER, CATZ, entre outros). Só investigações mais profundas sobre a cartografia chinesa antiga poderão corroborar a tese de que o Lequio Grande era Okinawa, com referências a todas as outras ilhas de Ryukyu como Lequio Pequeno ou Lequio Menor, pela sua menor importância no grande Reino dos Lequios.

É notório que as excelentes referências iniciais aos gores e ilhas léquias, feitas com base em relatos obtidos em Malaca e noutros portos da área, e não em viagens na primeira pessoa, repercutiram-se na representação cartográfica generalista de uma área total para as ilhas Léquias. Só à medida do conhecimento de relatos com base empírica própria é que essa área generalista veio sendo especificada na cartografia europeia. Primeiro foi a ilha formosa, que se separou de um dos grupos dos léquios a que se denominou Léquio pequeno, com as ilhas dos reis magos logo a seguir. Restavam os outros léquios a que se denominaram sucessivamente Léquio grande, com as ilhas do fogo a seguir e antes do Japão propriamente dito (destaque para Tanegaxima).

O termo Ilhas Léquias a que se referem os escritores e cartógrafos Portugueses dos séculos XVI e XVII, iniciou-se como uma denominação geral dada a toda a cordilheira das ilhas ainda desconhecidas cartograficamente entre o Japão e a China.

Da análise comparativa, entre si, de algumas cartas do século XVI consultadas, assim como da sua análise comparativa com os mapas actuais, podemos verificar que a sul de Tanegashima, surgem algumas ilhas seguidas de uma ilha com denominação de “Ilha do Fogo”<sup>113</sup>, antes de uma outra a que se denomina “Léquio Grande”<sup>114</sup>. Mais para sudoeste, e perto da costa Chinesa, distingue-se ainda um conjunto de ilhas que, em algumas cartas, surge separando a denominação de “Formosa” da denominação “Léquio Pequeno”<sup>115</sup>. Entre o Léquio Pequeno e o Léquio Grande surge também a denominação de “Ilha dos Reis Magos”<sup>116</sup>.

---

<sup>113</sup> Que do nosso ponto de vista reúne o grupo de Ilhas Amami (Amani Oshima, Tokunoshima, Torishima, Okierabu).

<sup>114</sup> Que do nosso ponto de vista reúne o grupo de Ilhas Okinawa (Yoron, Ilheya, Izena, Okinawa, Ie, Aguni, Tonaki, Kerama, Kume).

<sup>115</sup> Que do nosso ponto de vista reúne o grupo de Ilhas Yaeyama (Irabu, Tarama, Ishigaki, Kuro, Iriomote, Hateruma, Yonaguni).

<sup>116</sup> Que, do nosso ponto de vista, reúne o grupo de Ilhas Miyako sendo a ilha deste nome a única relevante.

Quer Basil HALL, quer Commodore PERRY no século XIX, ao denominarem “Great Loo-Choo” e “Great Lew Chew”, respectivamente, fundamentam claramente a tese de que “Léquio Grande” passa a ser a denominação do actual Arquipélago de Okinawa cuja ilha principal dá nome à actual prefeitura Japonesa que deixou de incluir o grupo Amami que passaram para a prefeitura de Kagoshima.

Dos registos de Okinawa publicados por Kenzo Akiyama em 1939<sup>117</sup> e citado por BOXER, “é sabido que havia grandes colónias de Japoneses, Coreanos e Chineses em Naha, intimamente relacionadas com o comércio marítimo da ilha”. Por isso mesmo, seria possível que os primeiros contactos com os Gores das ilhas Lequias tidos em Malaca possam ter sido, na verdade, contactos com Japoneses sediados em Naha. BOXER corrobora esta hipótese com os argumentos seguintes: a) Tomé Pires distingue claramente as ilhas Léquias (Ryu Kyu) do Japão, mas todos os produtos referidos aos Lequios parecem não ser de lá mas sim do Japão (espadas, cobre, ouro e objectos de laca) ou da China (seda, almíscar, porcelana e damasco), deixando as cebolas e vegetais para Ryukyu, pobre em recursos naturais; b) As características guerreiras dadas aos gores pelos escritores Portugueses são antagónicas com as características encontradas trezentos anos mais tarde nos Okinawenses (Ryukyu) por Basil Hall e outros, sendo improvável tal modificação<sup>118</sup>.

Assim sendo, fundamentando-se também em Yoshitomo Okamoto, este autor afirma que “à luz das descrições de Pires e dos registos de Akiyama, a conclusão óbvia é a de que os barcos seriam realmente enviados pelo senhor de Ryukyu do porto de Naha em Okinawa, mas que as suas tripulações eram fundamentalmente compostas por Japoneses, já que as suas cargas consistiam quase inteiramente em produtos Japoneses e Chineses” (BOXER, 1993, p. 12).

Veremos, mais à frente, como a tese dos Léquios enquanto povo sem armas, que é também um dos fundamentos apresentados como essenciais para o surgimento do Karaté, é claramente posta em causa em 2000 por Mitsugu SAKIHARA na revisão da obra de George KERR. Basil Hall é o seu precursor com relatos do episódio com

---

<sup>117</sup> Antes da grande perca pelos bombardeamentos do final da segunda guerra mundial.

<sup>118</sup> Veremos mais à frente como esta tese de um povo pacífico, sem armas, que é um dos fundamentos apresentados como essenciais para o surgimento do Karaté, é posta em causa em 2000. Basil Hall é o seu precursor e, apesar dos relatos iniciais dos Portugueses da atitude aguerrida e honrosa dos Gores e Lequios, os investigadores principais, concluem sempre que não se tratam verdadeiramente de Lequios de Okinawa, mas sim de Japoneses, Chineses ou Koreanos vindos oficialmente a partir de Naha – Okinawa.

Napoleão Bonaparte e, apesar dos relatos iniciais dos Portugueses da atitude aguerrida e honrosa dos Gores e Léquios, os investigadores principais, concluem sempre que não se tratam verdadeiramente de Lequios de Okinawa, mas sim de Japoneses, Chineses ou Coreanos vindos oficialmente a partir de Naha – Okinawa: [...] algumas vezes Japoneses, Chineses e Coreanos viajaram em navios a partir de Naha” (KERR, 2000, p. 132).

Nesse sentido, tudo aponta para o facto de que os navios vinham muito provavelmente, oficialmente, de Naha, com marinheiros de diversas origens (China, Japão e Coreia principalmente), alguns deles fugidos dessas regiões sem se quererem identificar politicamente com elas, mas que lequios haveria com grande probabilidade entre eles.

É um facto que o conhecimento concreto oficial dos léquios pelos Portugueses foi diminuindo apesar do seu progresso para norte pela costa da China, de Cantão a Ningpo, sendo surpreendente não terem descoberto o Japão ou Okinawa nos trinta anos seguintes ao da sua primeira denominação, nem haver registos oficiais de encontro de Léquios ou Japoneses nesse período, mesmo apesar dos *wako* (倭寇)<sup>119</sup> por lá navegarem (BOXER, 1993, p. 14).

Na tentativa precocemente abortada de identificação de Naha como porto central dos Léquios, em 1518, os Portugueses descobriram a cidade e porto Chincheo<sup>120</sup>. Estava assim identificado o porto principal por onde se entrava, a partir de Okinawa, para ir até Fuchow, capital de Fukien e Pequim. O Frade Martín de Rada, depois de expor os países vizinhos que pagavam tributo à China, explicita que “Em Hocchiu [Foochow] vimos alguns homens de Lauquiú, a quem chamamos Lequios, que vieram prestar o seu tributo” (orig: 1575 in: BOXER, 2004, p. 303).

George KERR, revisto por Mitsugu Sakihara, relata a origem oficial desse estabelecimento em Fukien:

---

<sup>119</sup> Piratas originários do sul do Japão do séc. XIII ao séc. XVII. Associavam a partir do século XV o comércio à pirataria, mas TOKITSU refere-nos que a partir deste século a sua actividade desaparece (1994, p. 22).

<sup>120</sup> Como o denominam, entre outros, CASTANHEDA, BARROS e Damião de GÓIS (aqui não citado ao contrário dos outros dois), tratando-se de referências a *Chang-chou*, na baía de Amoy (Enseada de Chincheu) ou *Ch'uan-chou*, um pouco mais a norte, antes de se encontrar, ainda mais a norte, a capital da província em causa (Fukien) que se denomina *Fuchou* – no desaguar do Rio Ming (BOXER, 2004, pp. 313-326 e Fig. 6).

*Em 1439, é estabelecido em Ch'uang-chou, na província de Fukien, um entreposto comercial com funcionários permanentes de Ryukyu, criando um porto de entrada ao qual o comércio de Ryukyu deveria ficar confinado e através do qual era canalizado para Pequim. Estas instalações incluíam armazéns, halls de recepção e uma área residencial para os Okinawenses associados ao comércio e às missões diplomáticas<sup>121</sup>. O entreposto manteve-se em utilização contínua por 436 anos até 1875, quando o último carregamento foi trazido de Naha. Aqui, os estudantes de Okinawa vieram servir como empregados e para estudarem a língua e instituições chinesas, e é para esta época que devemos olhar quando percebemos como os protótipos no artesanato e arquitetura, técnicas agrícolas e modelos sociais que caracterizam a velha tradição de Ryukyu da do Japão. Os distintos túmulos de Okinawa, assim como as suas pontes, géneros alimentícios e têxteis, recreação e modos de procedimento, devem muito às lições aprendidas aqui, em Ch'uang-chou – Fukien (KERR, 2000, p. 93)*

Apesar do aparente sucesso da política iniciada por Fernão Peres de Andrade na China, a política mais agressiva e autoritária continuada pelo seu irmão, Simão de Andrade, a partir de 1519, revelou-se um fracasso. Alguns erros de etiqueta<sup>122</sup>, lutas travadas em Cantão e ameaças de ataque, crescimento desordenado de Portugueses particulares indisciplinados a navegar e comerciar nestas terras, abrandaram as investidas oficiais<sup>123</sup>. Quando em 1527 voltam a surgir juncos chineses em Malaca, para comerciar, não são da zona de Cantão, mas sim de Fukien (ou Fuquiém)<sup>124</sup>. O aumento do comércio clandestino entre Chineses e Portugueses relaciona-se com a grande procura pelas populações pois a proibição imperial mantinha-se (COSTA, 1993, p. 113). Fukien é a região onde Jorge de Mascarenhas já tinha tido mais sucesso comercial que

---

<sup>121</sup> Os pagamentos tributários de Ryukyu à China remontam a 1372 (KERR, 2000, p. 130), numa resposta positiva de Ryukyu (tal como a Coreia e ao contrário do Japão – como um todo) ao apelo do Imperador Ming, Hung Wu, em 1369, para tributação dos países à volta da China (KERR, 2000, p. 135).

<sup>122</sup> Não terem suspenso o comércio em Cantão depois da notícia da morte do Imperador Wu Ts'ung, indo contra a tradição, por exemplo, em 1520.

<sup>123</sup> Diogo do Couto, relatando o feito da descoberta do Japão em 1542, refere a impossibilidade de se ir a Cantão “[...] porque depois que o ano de 1515, Fernão Peres de Andrade, estando na China por embaixador, açoitou um Mandarim (que são os que governam a justiça que entre aqueles gentios é muito venerada), de tal maneira ficaram os Portugueses odiados e avorrecidos que mandou ElRey pôr um Édito geral: ‘que se não consentissem mais em seus Reynos os homens das barbas e olhos grandes’; que se escreveu com letras grandes de ouro e se fixou sobre as portas da cidade de Cantão.” (COUTO, orig: 1612, 1974, Déc. V, Liv VIII, Cap. XII, p. 263). BOXER chama a atenção para o facto de que Diogo do Couto ter confundido Fernão Peres Andrade com o seu irmão Simão Andrade, não lhe retirando o valor de cronista oficial e da veracidade dos seus relatos no que de essencial referem (BOXER, 1993, p. 25).

<sup>124</sup> Diogo do Couto, relatando o rumo e objectivo de comércio em Chincheu do junco que, por causa de um tufão, iria em desgoverno descobrir o Japão faz uma referência interessante: “Depois passaram ao Chincheo, para onde eles iam, e onde os consentiam pelo proveito que tinham do comércio; mas do mar faziam seu negócio porque se não fiavam deles” (COUTO, orig: 1612, 1974, Déc. V, Liv VIII, Cap. XII, p. 263).

em Cantão e atinge-se o auge quando em 1542 se conseguem bases permanentes mais a norte<sup>125</sup> com o apoio discreto das autoridades chinesas, apesar de serem novamente de lá expulsos em 1548 (*ibidem*).

É natural que esta subida de circulação para as costas das províncias chinesas de Fukien e Chekiang fizesse aumentar a probabilidade de contactos directos com os habitantes das ilhas Léquias e do Japão cuja “descoberta” vem a acontecer neste período.

### 2.3.14 Okinawa

Okinawa é a principal ilha da Prefeitura de Okinawa (沖縄県). Esta actual prefeitura do Japão é constituída por três arquipélagos (do sudoeste para o nordeste): Ilhas Yaeyama (八重山諸島 Yaeyama-shotō) que são fundamentalmente três, Yonagune (与那国), Irimote (西表島) e Ishigaki (石垣島)<sup>126</sup>; Ilhas Miyako (宮古諸島 *Miyako-shotō*), fundamentalmente a ilha do mesmo nome; e as Ilhas Okinawa (沖縄諸島 *Okinawa-shotō*), fundamentalmente Kume (久米島), Okinawa (沖縄本島) e Ie (伊江島). Mais ilhas inabitadas poderiam ser referidas, mas não é necessário para o nosso estudo.

Ao norte de Okinawa temos a Prefeitura de Kagoshima que, além de integrar as ilhas Tanegashima (種子島) e Yakushima (屋久島), sempre sobre soberania dos senhores do Japão entre outras mais pequenas daquela zona, integra também o grupo de Ilhas Amami, principalmente Amami Oshima (奄美大島) e Tokunoshima (徳之島) que estiveram integradas no antigo reino Ryūkyū (琉球列島).

---

<sup>125</sup> 1542-1545 – é em Liampó, Liampo ou Liampoo (corrupção de Ningpó situada na costa mais a norte na margem do rio Yung); 1545-1548 – é em Chincheu que tanto poderá corresponder a Chang Chou como a Ch'uang Chou (COSTA, 1993, pp. 120; 128); (BOXER, 2004, pp. 89; 313-326).

<sup>126</sup> A esta ilha estão adstritas as inabitadas ilhas Senkaku (尖閣諸島), cuja disputa territorial existe com a República China. Situa-se à mesma distância de Ishigaki e de Taiwan (170 Km), mas a sua importância no Reino Ryu-Kyu era grande: um marco fundamental para a navegação de Okinawa para Fukien. A falta de acessibilidade a fontes académicas relevantes para este assunto, fazem-nos usar a fonte enciclopédica de publicação livre: Wikipedia.com.



**Fig. 21 - Reino Ryukyu**

**1 – Ilhas Amani; 2 – Ilhas Okinawa; 3 – Ilhas Miyako; Ilhas Yaeyama**

O Reino Ryukyu (Ryūkyū) é fundado em 1429 por Sho Hashi, oriundo de um dos clãs de Okinawa, após 20 anos de luta com os restantes líderes da ilha. O modelo seguido é o modelo da corte imperial chinesa, estabelecendo a capital do reino em Shuri e desenvolvendo o porto de Naha que se torna o centro do comércio marítimo que faz do século XV o século de ouro do Império.

*O Império de Ryukyu como país agricultor foi pobre, mas aproveitando a sua posição frente ao mar orientou o seu desenvolvimento para o comércio exterior, actividade que levou a cabo durante duzentos anos, desde o século XIV até ao século XVI, com países do sudeste asiático, Japão, China e Coreia. [...]*

*Desde Ryukyu, sabres Japoneses, laqueados, abanos, tecidos, eram carregados com destino à China e dali regressavam louças, porcelanas, tecidos, ervas medicinais e moedas para o Japão. Os juncos de Ryukyu carregavam do sudeste asiático perfumes, cornos de veado, ferro, estanho, marfim, açúcar, artesenato, etc. [...]* (OKINAWA, 1992, p. 9).

Até 1872 não há indicadores formais de anexação do Reino. É neste ano que o Japão integra inicialmente o Reino, pelo estabelecimento formal do Clã Ryukyu, mas,

em 1879, faz a abolição do Clã criado e estabelece a Prefeitura de Okinawa. É este reino, com centro em Okinawa (Shuri-Naha), que Basil HALL encontra em 1816 e Commodore PERRY em 1854, e que os Portugueses e restantes Europeus tinham encontrado sem tanta interacção directa dando-lhes o nome de Reino Léquio.

Este reino foi importante do ponto de vista do comércio marítimo na região e a sua história está marcada entre o século XIV e o século XIX. O seu centro organizador foi Okinawa (沖繩) que quer dizer “corda no mar alto” (DRAEGER e SMITH, 1969, p. 57), estendendo-se ao controlo das ilhas para sudoeste até à Formosa, e mesmo para norte, até ao grupo das doze ilhas dos senhores de Tanegashima, a sul de Kyushu (Japão).

A organização política de Okinawa do século X ao séc. XIII centrava-se em torno dos chefes locais, chamados *Aji* ou *Anji* que dominavam as diversas aldeias agrícolas e piscatórias da ilha, com um corpo de servidores armados e que representavam, em aliança, barões de maior destaque que viviam em castelos.

É possível que a chegada de aristocratas guerreiros japoneses a refugiarem-se em terras mais calmas tivessem influenciado os Aji e seus servidores locais com algumas técnicas dos métodos de combate com espada, arco, alabarda, lança e corpo a corpo, desenvolvidos no período Heian (794-1185), como é o caso de Tametomo Minamoto (1139-1170), oitavo filho de Tameyoshi Minamoto, poupado depois dos Taira vencerem os Minamoto em 1156. Este famoso aristocrata guerreiro, casa-se com uma irmã do Aji Ozato, senhor do castelo de Urazoe, de que se torna senhor e cujo filho, Shunten (1187-1237), se torna no aji mais poderoso da ilha, durando a sua dinastia até 1253 (McCARTHY, 1995, p. 45).

As alianças vão-se desenvolvendo e os barões principais no século XIV são os dos castelos de Ozato, Urasoe e Nakijin, identificando os três principados que dividem a ilha: Hokuzan (mais a norte), Chuzan (mais ao Centro) e Nanzan (mais a Sul) (KERR, 2000, p. 62).

Estes grupos vão competindo entre si pelo reconhecimento da China. No entanto, é Satto (1350-1395) que, em 1349, após a morte do príncipe de Chuzan que se estendia até Shuri e Naha, assume a liderança do distrito de Urasoe, marcando a liderança deste principado durante mais meio século.



**Fig. 22 - Okinawa no Séc. XIV (em cima) e do séc. XV-XIX (em baixo)**

**in: KERR, 2000, p. 87**

Embora tenha havido em 607 d.C. uma primeira tentativa pela China, na dinastia Sui, para contactos com Okinawa, é em 1372 que o primeiro imperador da dinastia chinesa Ming (1368-1644), Hung Wu Ti<sup>127</sup>, envia oficiais a Okinawa, sendo pedido a Satto para reconhecer a supremacia da China e para mandar representantes de Chuzan a Nanking (China)<sup>128</sup>. Como a submissão formal significava licença para o comércio com a maior e mais poderosa nação do extremo oriente, Satto agarrou a oportunidade. A data de 1372 tornou-se historicamente importante, marcando o início de uma ininterrupta relação política, cultural e económica de 500 anos (KERR, 2000, p. 65-66).

Os grandes dias de Chuzan começam com a liderança inicial de Satto marcando algumas mudanças importantes na forma de vida de Okinawa (KERR, 2000, p. 63):

- O desenvolvimento de relações formais com a China, Japão e Coreia;
- A introdução e adaptação às necessidades do reino Ryukyu do modelo administrativo Chinês;
- A expansão do comércio marítimo até Java, Sumatra e Malaca.

<sup>127</sup> Referido também como Tchou Yuan Tchang (Zhu Yuan Zhang), ou ainda Zhu Yuanzhang (GASCOIGNE, 2003, p. 151). McCARTHY refere-se a Hong Wu (1995, p. 46).

<sup>128</sup> As missões entravam pelo porto de Ch'uang-chou e as primeiras missões são enviadas a Nanking, mas a partir de 1402 até 1873, são feitas até Pequim (KERR, 2000, p. 71).

Os arquivos reais de Okinawa arderam durante a II Guerra Mundial, onde havia como documentos mais antigos cartas datadas de 1425 entre o Barão<sup>129</sup> de Chuzan e o Rei de Sião, cujo “texto torna clara a existência de um extenso comércio entre Okinawa e o sul da Ásia há muito tempo estabelecidos” (KERR, 2000, p. 74).

Em 1389 é registada a mais antiga comunicação oficial com a Coreia a cujo Rei os enviados de Okinawa levam presentes das Índias Ocidentais ou Indochina (madeiras raras, pimenta, etc.).

Em 1390, os reis locais das Ilhas Yaeama e Ilhas Myako (mais a sul como já vimos), começam a enviar tributo a Satto, Barão de Chuzan a governar a partir de Urasoe. Essas ilhas a sul tornaram-se portos de estacionamento úteis para as viagens a sul, tal como Tanegashima o era a norte (KERR, 2000, p. 75).

Em 1393, é enviada da China uma comunidade de emigrantes conhecida como as “Trinta e Seis Famílias de Fukien”<sup>130</sup>, estabelecendo-se na aldeia de Kume, encarada pela parte chinesa como um gesto de boa graça do Império Chinês para que os Okinawenses aprendessem melhores métodos de construção naval, a civilizada administração chinesa, assim como as diversas formas de arte (pintura, escrita e literatura) e artesanato. A instalação destes emigrantes em Kume, muito bem recebidos e tratados, marcou para sempre uma imagem de educação, formação e academismo superiores, assim como de diplomacia externa. Tal como Shuri marcará uma imagem com o governo e a aristocracia (KERR, 2000, p. 76).

McCARTHY evidencia o estabelecimento de Kume como uma janela para a cultura chinesa adiantando a alta probabilidade de também as artes marciais chinesas serem introduzidas pelas trinta e seis famílias e citando a informação Takanoya (1869) traduzida por Douglas Haring, evidencia que “o enriquecimento da cultura de Okinawa através de Kume foi incalculável” (1995, p. 47).

KERR (2000, p. 80-81) refere a progressiva polivalência cultural em torno de Tomari e Naha, surgindo uma comunidade coreana e outra japonesa em crescimento, além dos mercadores e marinheiros da Ásia tropical.

---

<sup>129</sup> KERR chama-nos a atenção que os Senhores de Chuzan, Hokuzan e Nanzan (veremos já a seguir esta divisão) eram mais barões do que reis (2000, p. 62). Por vezes chamamos-lhes príncipes.

<sup>130</sup> O número 36 não tem aqui importância literal mas sim simbólica não interessando explorar essa questão aqui.

O filho de Satto, de nome Bunei, assume a liderança após a sua morte, mantendo a continuidade das relações entre Chuzan e a China a partir de Shuri. Na verdade os três principados vão mantendo relações formais independentes com a China, assim como com a Coreia, onde enviam missões diplomáticas em 1397, mas apenas Chuzan envia em 1403 missões à corte dos Ashikaga em Kyoto (KERR, 2000. p. 81).

A morte de Satto (Chuzan) em 1395, seguida da morte do senhor de Hokuzan meses depois e da do senhor de Nanzan em 1398, enfraquecendo as relações entre os aji, marcam o final do ponto de viragem na história de Okinawa rumo à unificação.

A força de cada principado residia no comércio e não nos recursos internos, pelo que as cortes dos três principados atropelavam-se para o reconhecimento dos seus príncipes como senhores de Okinawa e é um jovem anji, chamado Hashi que, aproveitando o enfraquecimento das relações de poder já referidas, em 1407, um ano a seguir ao reconhecimento oficial de Bunei<sup>131</sup> como senhor de Chuzan, afasta-o sem que tenha sido deixado qualquer rasto. É comunicado à China que o pai de Hashi era o novo rei de Chuzan. O pai de Hashi morre em 1421, altura em que ele assume o título de rei de Chuzan.

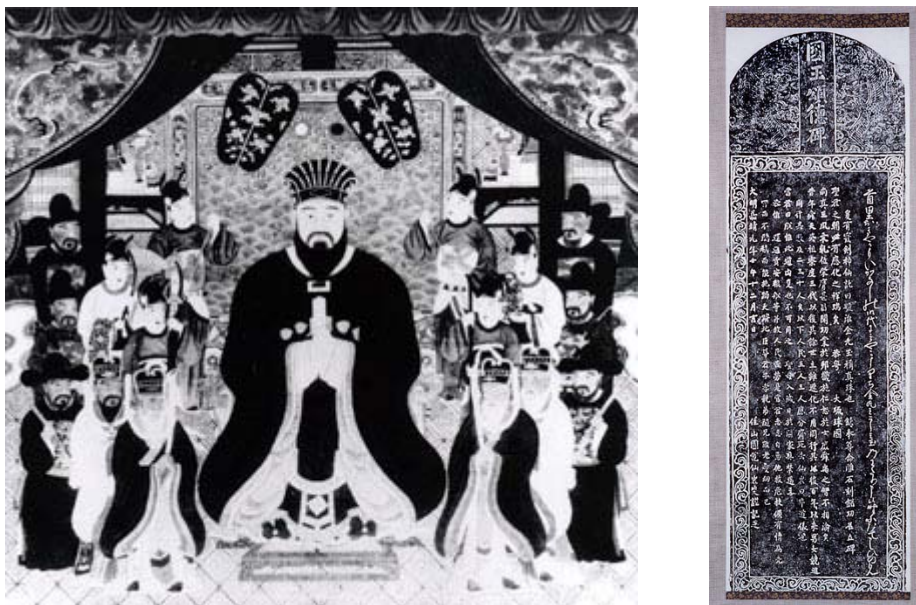
Apesar de se manterem as relações oficiais entre os três principados e a China, a deterioração de Nanzan e Hokuzan vão deixando espaço para a ascendência de Hashi. Quando três aji do norte se juntam a Hashi, uma pequena campanha é feita à península Motobu e o senhor de Hokuzan e os seus principais servidores suicidam-se, e em 1422 Hashi nomeia o seu irmão mais novo como Guarda de Hokuzan. Depois da investidura do senhor de Nanzan em 1415, as querelas internas foram grandes e Hashi moveu-se suavemente para apanhar o respectivo controlo, e Okinawa estava unificada em 1429, ficando ainda as antigas denominações vinculadas às recentes divisões administrativas de Kunigami (Norte), Nakagami (Centro) e Shimajiri (Sul) (KERR, 2000, p. 86).

A diplomacia externa de Hashi teve tão grande sucesso que levou Pequim a subir o nível dos embaixadores que viriam dali para a frente a Chuzan, assim como à atribuição do nome de família Sho (pronunciado Hsiang em chinês), e ainda à atribuição do título de Liu Ch'iu Wang (Rei de Ryukyu), registado nos anais para reconhecer o sucesso de Hashi em reunir os três principados em torno de um governador.

---

<sup>131</sup> A espera de onze anos pelo reconhecimento da sucessão, desde 1395 até 1406, deveu-se à instabilidade política chinesa na altura.

No século XV, Sho Hashi (1422-1439), oriundo de Nanzan, e após 20 anos de luta, assume o poder dos três domínios e funda a dinastia Sho sob investidura imperial chinesa em 1429, e, a partir de Okinawa, funda o reinado de Ryukyu, tomando como modelo o sistema da corte imperial da China, incrementando as relações comerciais e diplomáticas com toda a região, como já ficou evidenciado no estudo do encontro dos Portugueses com a região do extremo oriente.



**Fig. 23 - Sho Shin (1477-1526) e os seus feitos – 1522**

(in: <[http://www.wonder-okinawa.jp/003/dy\\_e/10\\_e/02.html](http://www.wonder-okinawa.jp/003/dy_e/10_e/02.html)>; e <[http://www.wonder-okinawa.jp/003/dy\\_e/05\\_e/10.html](http://www.wonder-okinawa.jp/003/dy_e/05_e/10.html)>)[Julho de 2005]

A segunda dinastia, liderada por Sho Shin (1477-1526) inicia-se em 1469 e marca “a época de ouro do Império Ryukyu”, sendo um período de grande paz e prosperidade e de importantes mudanças a nível político, económico e social (OKINAWA, 1992, p. 6).

A comemorar o 30º ano do reinado de Sho Shin, foi erguido em 1509 um monumento no solo do palácio com uma lista dos feitos que eram conhecidos como “As

Onze Distinções da Idade” e que se podem resumir da seguinte maneira (KERR, 2000, p. 105-106; OKINAWA, 1992, p. 6-7)<sup>132</sup>:

1. Protecção do Budismo pelo Rei.
2. Baixa das taxas de impostos e diminuição do conflito entre classes.
3. Controlo assegurado em Yaeyama e Miyako.
4. Distinção positiva em armamento e finanças<sup>133</sup>.
5. Lei e ordem estabelecida em todo o país.
6. Estabelecimento da burocracia política e sistema de classes sociais.
7. Estabelecimento de leis e ordens governamentais.
8. Introdução da música e arte no palácio real.
9. Fortalecimento das relações com a China.
10. Estabelecimento do sistema religioso com uma sacerdotisa suprema.
11. Restauro do castelo de Shuri em estilo chinês.

### **2.3.15 O Exagero do Episódio do Desarmamento de 1509**

Mitsugu SAKIHARA evidencia que a obra de Georges KERR de 1953 teve um papel importante ao “lembrar os Okinawenses da sua orgulhosa linhagem e ajudou a dar-lhes coragem para enfrentarem o futuro” a seguir à catastrófica destruição de 1945. No entanto, afirma também que KERR “foi algumas vezes menos que imparcial” e que “é tempo de actualizar a história” (SAKIHARA, in: KERR, 2000, p. 543).

Como vai ser evidenciado mais à frente com o artigo de Thomas GREEN (2003) sobre os exageros de narração sem sentido, as chamadas histórias populares nas artes marciais são usadas para estabelecer credibilidade de linhagem, para orientar o espanto

---

<sup>132</sup> Este resumo utiliza as referências citadas que nem sempre coincidem como é o caso de 5, 6, 7 e 10, parecendo-nos a de OKINAWA (1992, pp. 6-7) mais adequada neste caso. A excepção é a 4 que, sendo mais ou menos coincidente nas duas referências citadas, deve ser actualizada. Ver nota seguinte.

<sup>133</sup> Com base na nova tradução feita por Nakahara Zenchû em 1955 que corrige erros da de Ifa Fuyu feita em 1932 e que analisaremos mais à frente. Assim sendo, na vez de optarmos por focar a questão central na proibição de porte de armas a nível privado (KERR, 2000, p. 105; OKINAWA, 1992, p. 6), resumimos esse feito da maneira aqui referida.

através de parábolas de exagerados feitos por determinados mestres, ou para narrar operações histórico-sociais de resistência anti-repressiva.

A actualização da história de Okinawa proposta por SAKIHARA (2000) afecta toda a credibilidade das narrativas de resistência em que se têm baseado muitos dos livros de história sobre o Karaté com génese em Okinawa.

O exagero do episódio do desarmamento tem como ponto de partida a tradução de Ifa Fuyu, o pai dos estudos sobre Okinawa, feita em 1932, e que decifrou, no quarto grupo de feitos do rei Sho Shin, o seguinte: “Este país usou o armamento para utensílios”, explicando, por um lado, que Sho Shin transformou todas as armas de ferro em utensílios e ferramentas, e sugerindo, por outro lado, que a arte marcial karate se desenvolveu com o declínio do número de armas, particularmente a partir da conquista de Satsuma em 1609 (SAKIHARA, 2000, p. 543). Tôyama Kanken, na sua obra de Karate-do de 1962, à qual não temos acesso, refere que “o rei Shô Shin banuiu completamente o uso de armas e, em 1609 Satsuma confiscou todas as armas” (*ibidem*, p. 548, nota ii).

A nova tradução feita por Nakahara Zenchû em 1955, corrigindo os erros da de Ifa Fuyu feita em 1932, é a seguinte:

*Quarto, brocados e tecidos de seda bordados são usados para roupas e utensílios de ouro e de prata são utilizados como utensílios. Espadas, arcos e setas são exclusivamente acumuladas como armas de protecção do país. Em questão de armamento e finanças, este país sobressai perante outros” (SAKIHARA, in: KERR, 2000, p. 544).*

Na viagem de regresso a bordo do navio Lyra e aportados em Santa Helena onde estava exilado Napoleão Bonaparte, perante quem disseram que existia um reino onde não havia armas e onde a arte da guerra era desconhecida, Basil HALL sentiu a sorte de ter algo de tão excepcional para o interesse de Napoleão Bonaparte.

KERR cita o relato de Basil HALL referente ao encontro com Napoleão<sup>134</sup>:

*Várias circunstâncias ... referentes ao povo de Loo-Choo surpreenderam-no bastante; e eu tive a satisfação de o ver mais que uma vez completamente perplexo e incapaz de concordar com o fenómeno que*

---

<sup>134</sup> A edição que temos e consultámos do livro de Basil HALL é uma reimpressão da primeira edição de 1818. Descobrimos que a edição de 1926 tem mais quatro capítulos, onde relata a viagem de regresso e, assim também o encontro com Napoleão. Por isso usamos aqui a referência indirecta já que não tivemos acesso directo.

*lhe relatava. Nada o surpreendia tanto como o facto deles não terem armas. 'Point d'armes!' exclamava ele; ... 'Mais, san armes, comment se bat-on?'*

*Eu não podia responder, pois tanto quanto tínhamos descoberto, eles nunca tinham tido uma guerra, mas mantinham-se num estado de paz interna e externa. 'Sem guerras' chorava ele, com uma expressão incrédula, como se a existência de qualquer povo sobre o sol sem guerras fosse uma anormalidade monstruosa (Basil Hall in: KERR, 2000, p. 259).*



**Fig. 24 - Desenho de Habitantes de Okinawa em despedida  
“O povo Pacífico, sem Armas e sem Guerra” / “Os gentis e inofensivos luchus”  
(in: Basil HALL, 1818, p. 196)**

Esta imagem passou, com toda a probabilidade, pelos historiadores que, perante os relatos dos primeiros portugueses no extremo oriente sobre os Léquiios, referiram que não seriam Léquiios com certeza, corroborando-se assim esta interpretação de Basil HALL. Nenhum dado, no entanto, comprova essa interpretação, pelo que poderá ter sido um verdadeiro encontro com Léquiios o que se relata na devida época.

SAKIHARA evidenciara já em 1987 que a falácia do desarmamento e elogio de um Reino de Ryukyu de paz e harmonia exóticas encaixava surpreendentemente com os relatos do capitão Basil HALL quando visitou o grande Napoleão Bonaparte em 1816. Mas, nas suas palavras, “a verdade é que Ryukyu nunca foi, na sua história, oficialmente desarmado” (SAKIHARA, 1987, p. 165).

Apesar das armas não parecerem ser tão abundantes em Okinawa como no Japão, existiam tropas devidamente armadas observadas por náufragos coreanos em Okinawa, de 1477 (SAKIHARA, 2000, p. 544) a 1479 (TOKITSU, 1994, pp. 22-23) e mesmo em

1853 são vistas pelo Dr. Betelheim armas militares a serem limpas numa guarnição da ilha (PERRY, orig: 1856, p. 222).

A falta de produção de ferro em Okinawa e o facto da guerra entre senhores não ser tão importante para estabelecer o poder como no caso do Japão, fazem com que não se possa comparar o poderio militar de Okinawa com o do Japão. No entanto, a unificação dos principados feita à custa do poder das armas por parte de Sho Hashi, a atitude de suicídio do príncipe de Hokuzan e seus servidores, entre outros episódios, demonstram sentimentos de código guerreiro coincidentes com os princípios culturais da região, à escala de Okinawa. Como refere claramente McCARTHY (1995, p. 44) “Na realidade o Reino de Ryukyu conheceu perfeitamente as artes da guerra”.

Todo aquele enredo encaixa com a “melhor medida”, na operação narrativa das histórias populares de resistência anti-repressiva (GREEN, 2003), alimentando assim a magia do desenvolvimento do Karaté como arte de luta sem armas que se impulsionou, posteriormente, no episódio da invasão japonesa protagonizada por Satsuma, sendo penetrante na esmagadora maioria dos autores com fontes documentais secundárias e sem base científica suficientemente robusta. Mesmo autores com alguma credibilidade, entre os quais nos colocamos penitenciosamente nós (CASTELO, 1984; FIGUEIREDO, 1987, p. IV, ou mesmo mais recentemente OLIVA, 2002, p. 666), citaram erradamente essas fontes, no nosso caso baseados em TOKITSU (1979, p. 18). Mas a evolução do conhecimento nos últimos 20 anos tem sido enorme e mesmo TOKITSU (1994, p. 22) é claro: “É erróneo atribuir o nascimento do Karaté a uma revolta popular contra o poder de Shô Shin”.

### **2.3.16 A descoberta do Japão**

Charles BOXER chama-nos a atenção para que

*vale a pena recordar a sugestão de Dahlgreen de que a palavra ‘descobrimento’ é possivelmente um nome inapropriado para os eventos de 1542-1543. Os Portugueses frequentavam as costas de Fukien e de Chekiang em companhia (ou pelo menos em contacto ocasional) dos Wako durante os dez ou quinze anos anteriores, pelo que não seria estranho que alguns marinheiros tivessem chegado às Ilhas Ryukyu ou ao Japão a bordo desses juncos Wako ou Luchus, em qualquer momento daquele período. Um relatório Português escrito em Ternate, em Fevereiro de 1544, refere-se a um piloto Escocês ao seu serviço indo para ‘a China e Lequeos’ [...]” (BOXER, 2004, p. 27).*

António GALVÃO, no seu Tratado dos Descobrimentos publicado postumamente em 1563, e que aqui citamos na sua versão actualizada, publicada com a versão mais antiga na edição que consultámos, faz referência ao episódio que, em 1542, e por acaso, iria levar portugueses ao Japão:

*No ano de 542, achando-se Diogo de Freitas no reino de Sião na cidade Udiá<sup>135</sup>, capitão de um navio, lhe fugiram três Portugueses em um junco que ia para a China: chamavam-se António da Mota, Francisco Zeimoto e António Peixoto. Indo-se [de] caminho para tomar porto na cidade de Liampó<sup>136</sup>, que está em trinta e tantos graus de altura, lhe[s] deu tal tormenta à popa que os apartou da terra, e em poucos dias, ao Levante, viram uma ilha em trinta e dois graus, a que chamam os Japões que parecem ser aquelas Cipangas e suas riquezas, de que tanto falam as Escrituras<sup>137</sup>. E assim estas também têm ouro, e muita prata, e outras riquezas (GALVÃO, orig: 1563, 1987, p. 295<sup>138</sup>).*

Os três Portugueses, deixando fugidamente o navio português, resolveram contratar um junco chinês para seu comércio próprio em costas da China, na zona de Ningpo (Liampo) e, pela acção de uma tempestade, desviando-se da rota, foram ter a uma das ilhas a 32° de latitude, o que os coloca mais ou menos um grau acima de Tanegashima.

Uma outra versão, com as mesmas personagens, é dada por Diogo do COUTO:

*Estando esse ano de 1542, em que andamos, três Portugueses companheiros, chamados Antonio Mota, Francisco Zeimoto e Antonio Peixoto no porto de Sião, com um junco seu, fazendo suas fazendas, assentaram de ir à China, por ser então viagem de muito proveito. E carregando o junco de peles e de outras fazendas, derão à vela, e com bom tempo atravessaram o grande golfo de Ainão, e passaram pela cidade de Cantão, para irem buscar o porto de Chincheo, porque não podiam entrar naquela cidade [...]. Este junco, indo demandar o porto de Chincheo, deu-lhe um tempo muito grosso, a que os naturais chamam Tuffãom que é tão soberbo e feroz e faz tantas bravezas e terremotos que parece que todos os espíritos infernais andam revolvendo as ondas, e os mares, cuja fúria parece que levanta labaredas de fogo nos ares e em espaço de um relógio de areia, corre o vento todos os rumos da agulha, e em cada um deles parece que se vai refinando mais. [...]*

*[...] Durou esta tempestade a estes homens vinte e quatro horas e no cabo delas quietou o junco; mas ficou tal e tão desgovernado que não houve outro remédio mais que deixarem-se ir à vontade dos ventos que, ao cabo*

---

<sup>135</sup> Ou Dodra.

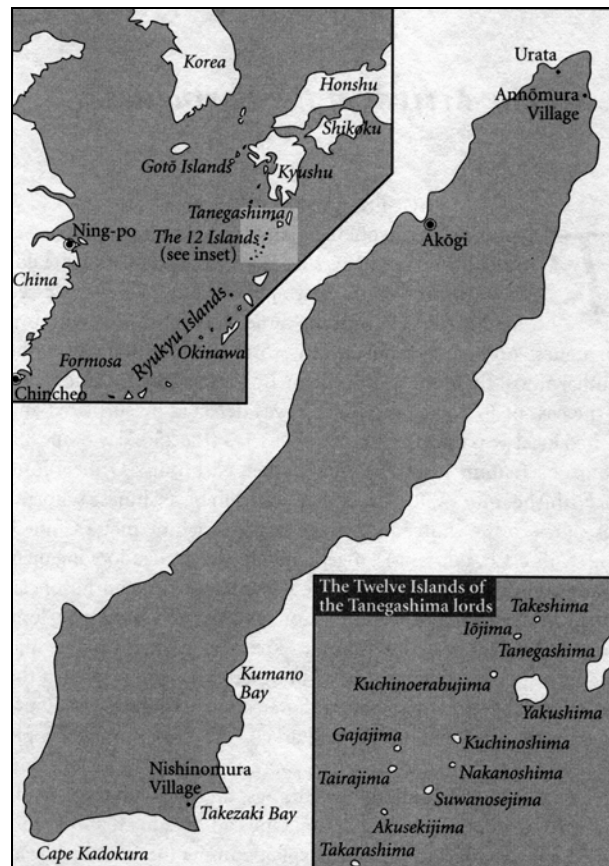
<sup>136</sup> Ou Ningpo.

<sup>137</sup> Referência a Marco Paulo.

<sup>138</sup> Consulte-se também p. 165.

*de quinze dias, os foram lançar ante umas ilhas, onde fugiram sem saberem onde estavam.*

*Da terra acudiram logo embarcações em que vinham homens mais alvos que os Chins, mas de olhos pequenos e de poucas barbas. Deles souberam que se chamavam aquelas ilhas Nipongi, a que comumente chamamos Japão. E achando naquela gente afabilidade, foram-se com eles que os agasalharam bem. Ali concertaram e aparelharam o junco e comutaram as fazendas por prata, que ali não há outras; e como foi tempo, tornaram-se para Malaca (COUTO, orig: 1612, 1974, Déc V, Liv VIII, Cap. XII, pp. 262-266).*



**Fig. 25 - Posição geográfica de Tanegashima (in: LIDIN, 2002)**

Fernão Mendes PINTO é outro autor que, na sua obrigatória e magnífica epopeia histórica, a ser lida sem o cariz da precisão histórico-geográfica dos cronistas oficiais, coloca-se como protagonista dos primeiros Portugueses que chegaram ao Japão e dos que introduziram a espingarda, que costuma ser referido como um instrumento acelerador da viragem da história Japonesa rumo à unificação tardia (quando comparada com a dos países envolventes). Veremos como alguns dados de investigações recentes

não colocam a espingarda em tão grande instrumentalização, mas sim, um instrumento de batalha a par do arco e flecha.

O capítulo 132 da Peregrinação (PINTO, 1995, vol. 2, pp. 25-27) começa por identificar a partida de Huzangué aos doze dias do mês de Janeiro, presumindo-se que será de 1545<sup>139</sup>, com o objectivo de chegarem a Malaca. Passam por Quangueparu, Sanchão (ilha onde S. Francisco de Xavier morreria) e Lancapau, à procura de Juncos para a costa Malaia. Após uma zanga deliciosamente descrita no essencial entre os Portugueses, “por sermos muito afeiçoados aos nossos pareceres”, acabam por perder a boleia no Junco de Huzangué e perdem também boleia nos dois Juncos que iam para Patani e Ligor. Acabam por ter de aceitar, após cerca de um mês de espera, uma boleia com um corsário de nome Samipochecha, fugidio da armada do “aitau do Chinchéu” após ter perdido 26 embarcações das 28 que tinha. Constrangidos pelo facto de terem de assentar partido com ele, cinco Portugueses embarcaram no navio do sobrinho do corsário, e três no principal, entre os quais Mendes PINTO à procura de um porto onde pudessem encontrar transporte para Malaca.

Fugindo sozinhos após combaterem a tentativa de assalto por um ladrão que, com sete juncos, incendiaram o barco dos seus companheiros, foram apanhados por uma tempestade que os afastou da costa chinesa “[...] e como então já a não podíamos tornar a tomar, nos foi forçado arribarmos em popa à ilha dos Léquios onde este corsário era muito conhecido, assim do rei como da outra gente da terra”. Sem piloto, porque perdido no combate com o ladrão, contra o vento de nordeste, “[...] bordejámos às voltas, de um rumo no outro, vinte e três dias com assaz de trabalho, no fim dos quais prouve a Nosso Senhor que vimos terra”, tendo obtido licença para “fazer ali veniaga com eles” por parte do “nautoquim senhor daquela ilha Tanixumá” no “Japão, que era aquela terra que de frente de nós aparecia” (*ibidem*).

O dáimio Japonês visita o junco e interessa-se pelos portugueses de estranhas feições, dando crédito à exagerada grandiosidade de Portugal que lhe constava, e usando como tradutora uma mulher Léquia que vinha no junco, convida-os a irem no dia seguinte a casa dele para conversarem.

---

<sup>139</sup> Embora com as reticências próprias das datas referidas por PINTO, tal como os nomes das localidades, assumimos aqui este ano porque, no capítulo 126, situa-se o autor em Maio de 1544. No entanto, numas notas da entrevista feita pelo jesuíta Italiano Giovanni Maffei em 1582, é referida a data de chegada a Tanegaxima “em dia de São João, no ano de quarenta e um”, ou seja: 1541 (in CATZ, 1983, p. 126).

Enquanto o corsário fazia excelentes negócios, os portugueses, sem nada que comerciar, faziam caça e pesca, tendo Diogo Zeimoto feito tiro com uma espingarda sua, nunca antes visto por aquelas terras, deixando o dáimio Japonês tão satisfeito que decretou que este Português e seus companheiros deveriam ser honrados como seus próprios parentes dali para a frente. Diogo Zeimoto ofereceu-lhe a espingarda, ensinou a fazer a pólvora e, daquele exemplar, mandou o dáimio fazer réplicas que, em cinco meses, passaram a ser seiscentas.

O espanto pela multiplicação das espingardas é tanto que PINTO refere que quando foi ao Japão pela última vez, em 1556, soube no reino do Bungo que “em toda a ilha do Japão havia mais de trezentas mil espingardas, e que eles somente tinham levado de veniaga para os léquios, em seis vezes que lá tinham ido, vinte e cinco mil”, terminando este capítulo a referir: “E por aqui se saberá que gente esta é, e quão inclinada por natureza ao exercício militar no qual se deleita mais que todas as outras nações que agora se sabem.”

Aqui se denota a reputação guerreira dos Japoneses, por um lado, o sucesso que a indústria das espingardas passou a ter, e o relevo dos léquios nessa distribuição.

As fontes Japonesas sobre a chegada dos Portugueses ao Japão aduzem mais informação que interessa relevar. O excelente trabalho de Olof LIDIN (2002) traz, pela primeira vez, a tradução integral de dois documentos fundamentais, e a parcial de um outro que também analisámos com atenção. Tratam-se do *Teppôki* (o registo da espingarda), escrito em 1606 por Nanpo Bunshi, onde se relata que dois Portugueses introduziram a espingarda tendo chegado a Tanegashima em 1543, e o *Kunitomo Teppôki* (o registo da espingarda de Kunitomo), escrito em 1633 por vários anciãos, que refere também a introdução da espingarda em Tanegashima, em 1539, o que é claramente apontado por LIDIN como um erro de escrita quando em comparação com o *Teppoki* e o *Tanegashima Kafu*. Neste último documento, que é a crónica da família de Tanegashima desde o século XII, com a chegada de Taira Nobumoto, até à 27ª geração na era Meiji, e cuja escrita se iniciou em 1673, tendo sido completada até ao Século XIX., refere-se a data de 1543 para a chegada no barco chinês com os Portugueses a bordo: Murashukusha e Kirishita da Mota.



*dito não é convincente. No fundo é baseado no que se ouviu contar (LIDIN, 2002, p. 28).*

BOXER refere que Escalante, apesar de parecer ter tido como base as informações de Diogo de Freitas, o capitão do navio Português, tal como COUTO o teve, afirma que o Junco foi atirado para uma das ilhas de Ryukyu e não para o Japão, como COUTO e GALVÃO afirmam (BOXER, 1993, p. 26). No entanto, mais em baixo, este autor comenta: “A descrição de Escalante dos homens de Ryukyu que Diogo de Freitas e os seus companheiros encontraram em Sião em 1542, soa (cf. A referência de Pires e Albuquerque aos Guores em 1511-1512) muito mais como os guerreiros Wako do que os gentis e inofensivos Luchus” (BOXER, 1993, p. 26).

Um outro documento interessante é o relato de Jorge ALVARES, escrito por volta de 1547 e enviado num volume de relatórios de treze autores, organizado por Garcia de Sá em 1548 com o nome: “Livro que trata das cousas da Índia e do Japão”. É a primeira informação completa sobre o Japão dada por um Português com base na experiência própria e foi publicado com anotações e introdução por Adelino CALADO em 1960.

Também o relato do Padre Francisco Xavier vem no mesmo Livro, tendo sido organizado com base em informações obtidas de outras fontes já que ele ainda não tinha chegado ao Japão: destaque-se que “tomara contacto com o Japonês Angeró, convertido ao cristianismo e baptizado com o nome de Paulo de Santa Fé” (CALADO, 1960, p. 21).

Jorge ALVARES, no seu excelente relato, afirma, entre muitas outras coisas, que os Japoneses são gente pouco cobiçosa e muito maravilhosa, nada ciosa, com muito acatamento ao seu rei, muito soberba e escandalosa, trazem todos em geral terçados grandes e pequenos a que se acostumam desde os oito anos de idade, e que usam à cinta, mesmo comendo em casa, lutam a cavalo, têm muitas lanças, albardas e outras bisarmas, sendo bons arqueiros, usam armaduras de malha e ferro muito finas e pintadas (orig: 1547; 1960, pp. 104; 106; 107).

Depois deste primeiro relato, verdadeiramente na primeira pessoa, outros se seguiram. BOXER (1993, p. 26) refere que o relato do Padre João de Lucena na sua obra sobre a vida de Xavier (1600) deverá ter sido feito com base no de Diogo do Couto. Outros ainda estão identificados como os de Francisco Xavier, Luís FROIS e

João Rodrigues (Tçuzzu – o intérprete). O marco do conhecimento cultural concreto do Japão estava iniciado.

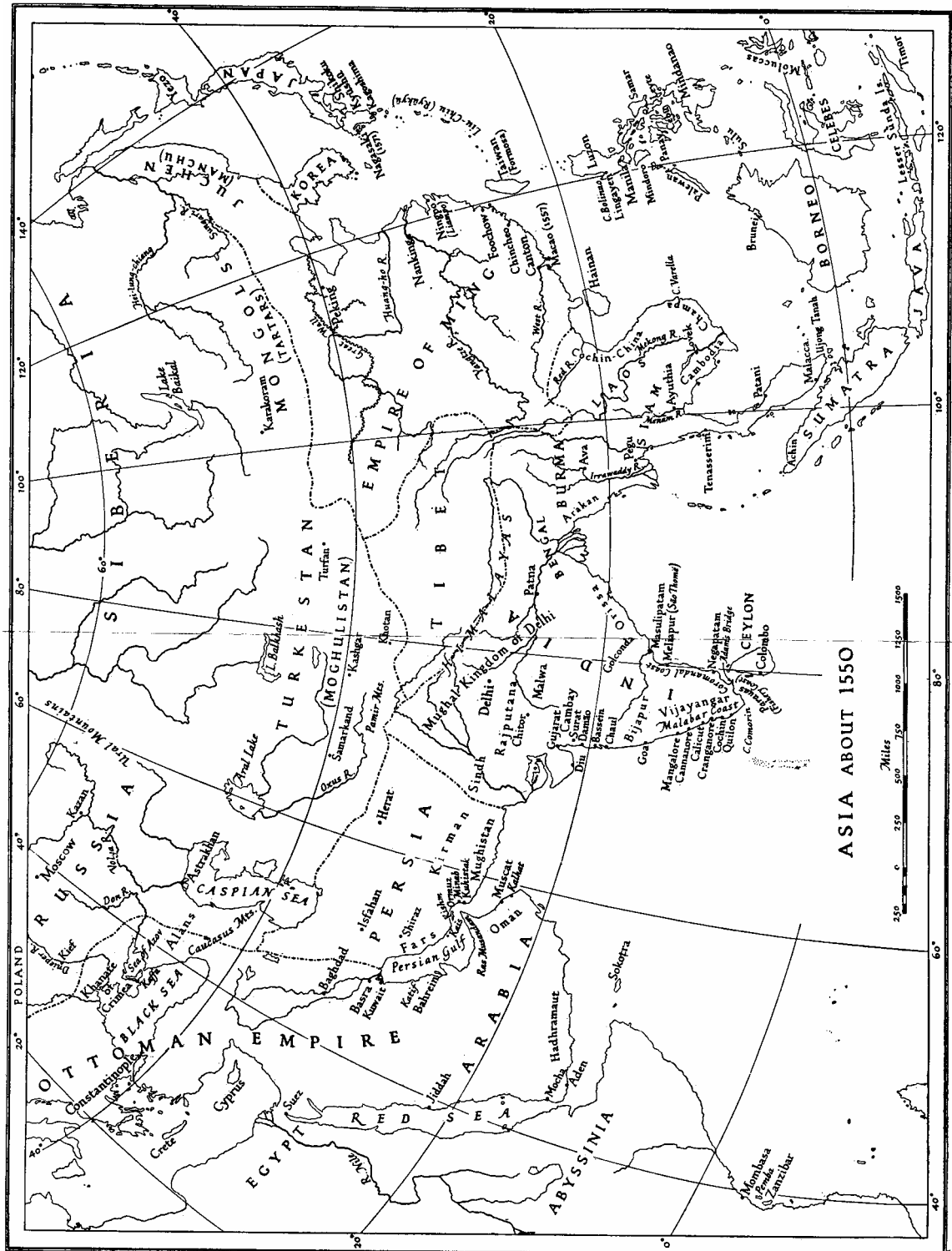


Fig. 27 - Ásia em 1550 (in: BOXER, orig: 1953; 2004)

É de concluir: “Depois de uma comparação da informação disponível em fontes Europeias e Japonesas, inclino-me a concordar com os investigadores Alemães Haas e Schurhammer que a primeira viagem dos Portugueses a Tanegashima teve lugar em 1543 e se em 1542 alguma viagem foi feita, deve ter sido às ilhas Ryukyu” (BOXER, 1993, p. 27).

É assumido historicamente por alguns autores que Portugal foi o país do Ocidente que mais marcou a História do Japão, como o afirma Pedro Canavarro ao prefaciar a 2ª edição do livro de Armando Martins JANEIRA (1988, p. 14).

*O Japão teve três grandes períodos de importação cultural na sua história: nos séculos V e VI, da cultura chinesa e do budismo; nos séculos XVI e XVII, da cultura europeia através de Portugal e, depois, da Holanda, a partir do século XIX a grande corrente de cultura ocidental depois da forçada abertura do Japão pelos Estados Unidos. Quando o Japão travou relações com os países ocidentais, a cultura japonesa estava estagnada, (Shiba Kokan) e foi o contacto com a cultura do Ocidente que a revitalizou. (O mesmo poderá acontecer à hoje decadente civilização ocidental) (JANEIRA, 1988, p. 16).*

É no segundo período que JANEIRA coloca a importância de Portugal, chegando a dizer que foi nessa altura que o Japão começou a sua revolução cultural e que por isso, foi fácil a ocidentalização e o crescimento económico excepcional no século XX. A razão principal porque Portugal perdeu a potencialidade de comércio e convívio com o Japão, a favor dos Holandeses, deveu-se, na opinião daquele autor, à falta de visão dos reis Portugueses que “nunca quiseram admitir que o comércio com o Japão pudesse separar-se das actividades de cristianização” (JANEIRA, 1988, p. 18).

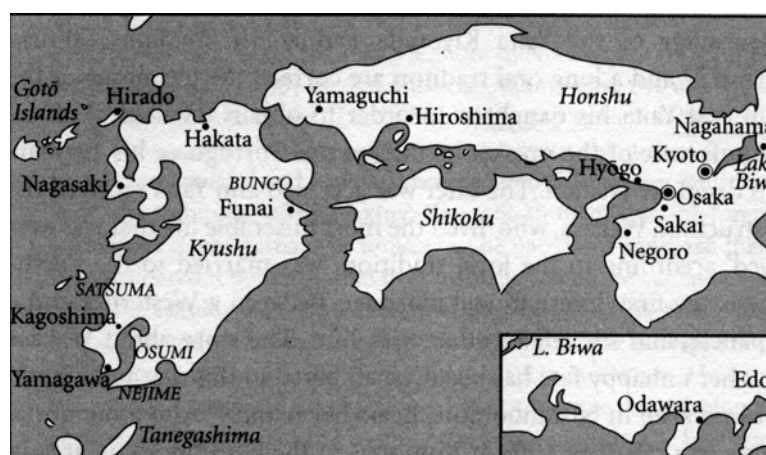
Outros autores, como Jurgis ELISONAS, afirmam que “a amplitude da influência dos europeus foi uma função da política dos dáimios” (in: PINTO, 2004, pp. vi-vii).

*Ao tempo da sua chegada, na década de quarenta do século XVI, o Japão era um estado estilhaçado, composto por centenas de entidades autónomas envolvidas no que pareciam ser perpétuas contendas. Não havia nenhuma autoridade central e eficaz. O soberano nominal do país, o imperador, estava empobrecido e politicamente impotente – era uma figura remota, isolada e nebulosa. A melhor maneira de descrever o seu reinado seria designando-o metafórico, que foi na verdade como um missionário português lhe chamou. A outra pessoa chave na diarquia aparente que governava o reino era o xogum, cabeça da grande família guerreira Ashikaga, um general magnificamente chamado o pilar da ordem militar (buke no tōryō). Sendo teoricamente um delegado do imperador e o seu principal apoio, e historicamente o usurpador do poder do trono, o xogum*

*fora até à década de quarenta do século XV um governante de tipo monárquico, no verdadeiro sentido da expressão. No século XVI também ele fora reduzido a uma figura débil, se não objecta, que era alternadamente um fantoche nas mãos dos seus supostos vassallos ou um fugitivo de Kyoto, a sua cidade capital (no ano de 1573 fora expulso definitivamente da metrópole e o xogunato dos Ashikaga caiu de facto). O país era uma arena onde o combate entre grandes senhores designados como dáimios, barões menores chamados kokujin e vários outros elementos intratáveis estava na ordem do dia. Este era um cenário vantajoso para estrangeiros.*

*Alguns dos senhores guerreiros viram vantagem clara em protegê-los, procuraram comércio com eles e até abraçaram a religião católica que os portugueses trouxeram consigo (ELISONAS in: PINTO, 2004, pp. vi).*

A concentração inicial das actividades dos portugueses no Japão inicia-se pela região sul, ou seja pela ilha Kyushu (Quiuxu). Os seus principais feudos eram Satsuma (mais a sul) controlado pela família Shimazu a cujo dáimio pertencia Tanegashima, e Bungo (mais a oriente), controlado pela família Ôtomo, onde os portugueses já negociavam a partir do ano seguinte. Em 1550, além de Yamagawa, já se negociava em Hirado (Firando) e outros portos meridionais, mas os Ôtomo superaram os Shimazu na competição para atraírem os portugueses aos seus portos, fundando-se Nagasaki em 1571 (COSTA, 1995, p. 135-136).



**Fig. 28 - Regiões de chegada inicial dos Portugueses (in: LIDIN, 2002, p. 7)**

Com a chegada dos missionários em 1549 (até 1639), os navegadores comerciantes passaram a deslocar-se para os portos onde eles apoiariam e facilitariam a sua actividade, o que fez surgir uma “dependência mútua entre comerciantes e

missionários [...] que se tornaria num os traços característicos da presença portuguesa em território nipónico” (COSTA, 1995, p. 138).

Para não perderem o negócio, os senhores feudais tinham de autorizar o cristianismo nos seus territórios:

*Este facto levou a que os Portugueses conhecessem destinos diferentes em Satsuma e Bungo. No primeiro, os religiosos não se fixaram e os navios carregados de seda chinesa deixaram de navegar para os seus portos; em 1556 Shimazu Takahisa (1514-1571) tentou alterar a situação pedindo que lhe enviassem missionários, mas já era tarde. Ôtomo Yoshishige (1530-1587), daimio de Bungo desde o assassinio de seu pai em 1550, é o exemplo oposto; franco apoiante dos Portugueses, autorizou sempre a actividade missionária, e seria mesmo tocado pela Mensagem do Evangelho, vindo a ser baptizado mais tarde, a 28 de Agosto de 1578, tomando o nome de D. Francisco de Bungo (COSTA, 1995, p. 138).*

Embora alguns daimios tenham conseguido momentaneamente manter o comércio sem missionação, pela excelente posição dos seus portos, como foi o caso de Matsuura Takanobu (1529-1599), senhor de Hirado (Firando), mais cedo ou mais tarde acabaria por perder esse comércio. E é exactamente isso que acontece em 1562 quando Omura Sumitaba (1533-1587), daimio da costa ocidental de kyushu, ofereceu os seus portos a comerciantes e religiosos (*ibidem*, p. 139).

Este episódio relaciona-se também com o facto de em 1565, ocorrer o primeiro combate naval entre portugueses e japoneses<sup>140</sup>, exactamente quando uma frota enviada por Matsuura, constituída por 18 embarcações com várias centenas de samurais escolhidos, foi enviada de Firando (Hirado) para Fucunda (Fukuda). Quer FRÓIS (1981, pp. 70-74) quer BOXER (1948, pp. 36-37) relatam, embora com características ligeiramente diferentes, particularidades desse confronto vencido pelos portugueses, o que fez com que “dalli por diante cobrarão os japões outro conceito diferente do que athé alli tiverão, e o Fixu [Matsuura] lhes foi criando mais penetrante ódio” (FRÓIS, 1981, p. 74).

Pelo relato de FRÓIS, pode-se entender que o senhor de Hirado não queria nem era querido pelos missionários católicos e pelos convertidos japoneses. Outros senhores

---

<sup>140</sup> As artes de guerra europeias e japonesas têm o seu primeiro confronto registado em 1561, quando Fernão de Sousa e mais outros catorze Portugueses foram mortos numa rixa com Japoneses em Hirado. No mesmo ano, Afonso Vaz em Satsuma “foi também morto no porto de Akune por um samurai, - acidentalmente, de acordo com Shimadzu, o Daimio local” (BOXER, 1948, p. 33).

da guerra do Japão aceitaram o cristianismo apenas pela vantagem económica do comércio e alguns outros aderiram de corpo e alma sendo baptizados<sup>141</sup>.

É um facto que este foi o tempo de maior conhecimento cultural da vida japonesa, com imensas cartas de missionários jesuítas no Japão, a maioria de Kyushu. São de destacar as cartas arquivadas em Évora e, nestas, as 55 missivas de Luís Fróis escritas de 1563 até à sua morte no Japão em 1597 cuja qualidade literária é exemplar, tendo sido por ele aproveitadas para a sua *Historia de Japam* (PINTO, 2004, pp. 51-55). Ana PINTO faz um excelente trabalho “evidenciando o contraste dualista que justapõe cristãos valentes e virtuosos a ‘gentios’ traidores e cruéis, onde facilmente se distinguem os bons e os maus, como se de um filme de cowboys de Hollywood se tratasse” (ELISONAS in: PINTO, 2004, pp. xiii-xiv). Isto demonstra a evidência de que esse percurso de relato histórico foi vivido “de fora” “por dentro” e as cartas, relatando dia a dia essas vivências, tornando-se, por isso, instrumentos de avaliação do desenrolar das emoções paralelas aos acontecimentos objectivos. Vemos menos um instrumento de propaganda estratégica e mais um instrumento de entrega emocional, embora tenha sido provada a lógica selectiva por parte de Ana PINTO.

Mas são os movimentos seguintes que, influenciando de certa forma a vida de Okinawa, principalmente através de Satsuma em Kyushu, nos interessam clarear.

Como já notámos, a partir do séc. XII o destino do Japão esteve entregue aos senhores da guerra. Começaram por partilhar o poder com a aristocracia da corte (bakufu Kamakura), suplantando este grupo a partir do séc. XIV (bakufu Muromachi), preparando-se para controlar os destinos nipónicos a partir do séc. XVII (bakufu Edo). Três grandes grupos de famílias se destacam neste percurso de governação guerreira: Minamoto-Hôjô (1185-1333); Ashikaga (1338-1572); Tokugawa (1605-1868) (PINTO, 2004, p. 57). Os portugueses encontram o Japão no momento de desagregação dos Ashikaga e de ascensão dos Tokugawa.

---

<sup>141</sup> Em 1563, Ômura Sumitaba converte-se assumindo o nome de Baptismo de D. Bartolomeu e em 1574 força os habitantes do seu domínio à conversão, assim como doa em 1580 o porto de Nagasaki à Companhia de Jesus passando a ser o centro de comércio dos portugueses; em 1564 Takayama Zushu é baptizado com o nome de D. Dário e com ele toda a família; em 1578 Ôtomo Yoshishige converte-se e adopta o nome de D. Francisco, projectando a construção de raiz de uma cidade a ser governada pelos princípios de uma comunidade cristã (o que é abandonado perante o avanço das tropas de Shimazu) e apóstata perante o édito anti-cristão de 25 de Julho de 1587, retornando em 1591; em 1579 Arima Harunobu é baptizado com o nome de D. Trotásio (PINTO, 2004, pp. 190-205).

O desmembramento do corpo político japonês foi positivo à missionação pois permitia a livre circulação no cenário das guerras entre os senhores da guerra, os dáimios (grandes senhores), kokujin (barões menores), etc, também eles interessados no comércio que, no caso português, vinha anexo à missionação<sup>142</sup>.

Mas os portugueses chegaram no início do desenvolvimento da unificação do Japão, assistindo a imensos episódios em que o verbo era a força das armas e os adjectivos eram a honra, a traição e a revolta, numa precariedade de relacionamento entre os guerreiros evidenciáveis depois de um primeiro impacto.

Dois extremos identificados para dar uma imagem concreta. O primeiro de Francisco Xavier a partir de Kagoshima em 1549:

*Todos os fidalgos se prezam muito de seguir o senhor da terra, e são muito sujeitos a ele: isto me parece que fazem por lhes parecer que fazendo o contrário perdem sua honra, mais do que pelo castigo que do senhor receberiam se o contrário fizessem (in: PINTO, 2004, p. 173).*

O segundo de Luís Fróis em 1588:

*Nascem as contínuas guerras e perturbações do Japão, porque se ligam e travam uns senhores com os outros, e como propriamente nenhum é senhor natural nem em Japão há vassalagem de maneira que corre na Europa, e são gentios, há entre eles muito pouca fidelidade, e menos amizade, e facilmente se levantam contra os mesmos com quem estão ligados, quando entendem que lhe vem mal estar com eles (ibidem).*

Esta dupla interpretação evidencia como um primeiro olhar simplista torna aparente uma realidade mais profunda, ou seja, o olhar simplista verifica uma determinada organização aparente, exterior, que leva à interpretação de ordem feudal clara e sem ambiguidades, num código de valores claríssimo em que se identifica facilmente uma hierarquia estável e assumida por todos. Mas a seguir, com o decorrer dos cenários reais de vida política e organizacional, de um momento para o outro, essa aparente ordem torna-se um verdadeiro caos, e o que era deixa de ser a ordem prevista, mas na tentativa de se voltar a assumir novamente essa mesma ordem, com um outro grau de estabilidade que, refira-se sempre, só aos menos atentos manterá a tal evidência externa de ordem.

---

<sup>142</sup> O que, como já evidenciámos, foi um erro estratégico fundamental (JANEIRA, 1988, p. 18).

O motor principal subjacente a este percurso é exactamente a noção de honra. O adágio de “lealdade acima de tudo, menos da honra” é significativo disso mesmo.

Estes extremos são interessantes de reter para posterior análise do associativismo no seio das artes marciais, e especificamente no Karaté. “O mesmo sentido de honra que impulsionava um guerreiro a realizar *seppuko* (pelo qual expressava a lealdade para com o seu senhor) estimulava-o também a repudiá-lo caso o senhor não se revelasse um bom militar” (PINTO, 2004, pp. 173-174).

### **2.3.17 Os Três Unificadores do Japão**

Os três unificadores do Japão que os portugueses encontraram foram Oda Nobunaga (1534-1582), Toyotomi Hideyoshi (1537-1598) e Tokugawa Ieyatsu (1543-1616). Kyushu não escapará a essa unificação e Okinawa também não.

Oda Nobunaga assume os destinos do seu clã em 1551, após a morte de seu pai, impondo-se como chefe a partir de 1559, derrotando o principal vizinho, senhor de três províncias em 1560 e, estabelecendo alianças, continua com sucessos e conquistas, aceitando o desafio de Ashikaga Yoshiaki para a restituição do xogunato Ashikaga em 1568. Mas em 1573 retira-o pelo facto de ter ajudado um inimigo tradicional da família e, apesar de continuar a usar o título de Xogum até 1588, marca o final do Xogunato Ashikaga. Perseguiu o poder secular religioso dos budistas, massacrando-os, tornando-se, por isso, de certa forma admirado pelos missionários cristãos como evidencia ELISONAS (2004, pp. xiv-xv), nada preventivos de que lhes aconteceria o mesmo com Hideyoshi. É o primeiro senhor guerreiro a usar em Junho de 1575 uma força coordenada de 3.000 espingardeiros na batalha de Nagashino, assim como começa a confiscar armas aos camponeses. Morre atraído por Akeshi Mitsuhide em 1582 (PINTO, 2004, pp. 214-215; HENSHALL, 2004, pp. 43-45).

Toyotomi Hideyoshi, de origem humilde, coloca-se ao serviço de Oda Nobunaga desde 1558, e os seus bons serviços são compensados com a atribuição do governo da parte norte da província de Ômi em 1573, onde constrói o castelo, em Nagahama. Torna-se um dos generais líderes de Nobunaga e, após a morte deste, persegue e derrota Akeshi Mitsuhide em 1582. Como Nobunaga, Hideyoshi nunca se tornou Xogum mas actuaram como regentes. As suas alianças foram crescendo numa das campanhas de maior sucesso, em 1587, travando a ambiciosa e poderosa família de Satsuma ao sul de

Kyushu. A seguir às vitórias, redistribuía de forma estratégica o poder pelos senhores leais vassallos, mantendo as respectivas famílias como convidados perto do seu quartel-general em Momoyama (perto de Kyoto), assim como continuava a confiscar armas aos agricultores, separando claramente a classe guerreira das restantes classes, obrigando os Samurais a viver nos castelos das cidades. Logo a seguir à campanha em Kyushu promulga o primeiro édito anticristão em 1587, como um aviso, mas em 1597 crucifica 26 cristãos, entre os quais nove Europeus. A sua personalidade muda para o fim da sua vida, desconfiando de tudo e de todos, levando à morte alguns dos seus seguidores e servidores directos. Morre em 1598 de doença. No conselho dos cinco grandes generais que nomeou três anos antes, estava Tokugawa Ieyasu (PINTO, 2004, pp. 220-222; HENSHALL, 2004, pp. 45-48).

Tokugawa Ieyasu até 1567 é Matsudaira Motoyasu, de um clã com vassalagem aos Imagawa e, depois de conquistados por Oda Nobunaga, alia-se a este num pacto que se mantém até à sua morte em 1582. Em 1584, luta contra as pretensões hegemónicas de Hideyoshi, em defesa dos interesses do terceiro filho de Nobunaga, mas acaba por se render. Apesar de nomeado para a regência em nome do filho Hideyoshi, Toyotomi Hideyori, impõe-se em 1600 como senhor do Japão, derrotando os partidários de Hideyori, recebendo do Imperador o título de Xogum<sup>143</sup> em 1603, resignando a favor do seu filho Hidetada (1579-1632), continuando como regente apesar dos 64 anos de idade pois o seu filho não tinha filhos. Hideyori manteve-se uma ameaça pelo que atacou o seu castelo em Osaka, onde Hideyori se suicidou e o seu filho de sete anos, Kunimatsu, foi capturado e decapitado. Reforçou a estabilidade e ortodoxia, lutando contra a mudança, contra o crime, estabelecendo códigos de conduta e apelando à centralização xogunal. A maior divisão de classes foi entre samurais e não samurais. A terra era dividida pelos dáimio que, na sua base eram *shinpan* (familiares), *fudai*<sup>144</sup> (retentores tradicionais) ou *tozama*<sup>145</sup> (dáimio de lealdade questionável), sendo cerca de 25 shinpan, 150 fudai e 100 tozama. A perseguição aos cristãos inicia-se com a expulsão de todos os

---

<sup>143</sup> Sem uso desde 1588 após acção de Nobunaga já analisada.

<sup>144</sup> Ou *fudai* literalmente “hereditário” (SAKIHARA, 2000, p. 560). Tem a ver com a posse hereditária das terras por tradição.

<sup>145</sup> Literalmente “fora” (*ibidem*). Este autor chama a atenção que os dáimios anti-Tokugawa eram simplesmente abolidos depois de 1600 e que nas décadas seguintes, por um motivo ou outro, muitos dáimios foram desprovidos dos seus direitos, principalmente se ofereciam algum perigo potencial a Tokugawa.

missionários em 1614<sup>146</sup>, culmina com o massacre de Shimambara em 1638, continua em 1640 com a obrigatoriedade de registo nos templos budistas, sendo em 1639 todos os ocidentais expulsos com exceção dos Holandeses que, com Chineses e Coreanos, eram os únicos autorizados a comerciar. Entra-se no período de país fechado: *sakoku jidai* (PINTO, 2004, pp. 210-211; HENSHALL, 2004, pp. 49-59).

Há um provérbio no Japão que diz que se um pássaro de canto não cantasse, Nobunaga matá-lo-ia, Hideyoshi persuadi-lo-ia a cantar e Ieyasu esperaria simplesmente para que cantasse (HENSHALL, 2004, pp. 43-44).

### 2.3.18 Kyushu – O Porto de Abrigo Inicial e o Clã Satsuma



**Fig. 29 - Kyushu (Japão) - A partir de EarthSat 2005 (Google Earth)  
(legendas a partir de PINTO, 2004, mapa 1 e LIDIN, 2003)**

A região que nos interessa compreender agora, pela proximidade e influência que terão com o reino Ryukyu e Okinawa, é a de Kyushu.

---

<sup>146</sup> KERR (2000, p. 148) relata o episódio de que em 1596 um marinheiro Espanhol divulga que os missionários são a primeira linha de preparação de uma invasão e conquista, o que zanga grandemente Hideyoshi.

Nos anos 1550 várias casas exerciam o seu poder sobre os feudos de Kyushu, mas são duas que se vêm a destacar: Shimazu e Ôtomo.

Ôtomo Yoshishige (1530-1587), que se baptiza em 1578 como D. Francisco, recebe de seu pai assassinado em 1550 as províncias de Bungo e de Higo (ao centro), e em 1554 é nomeado pelo xogunato governador militar (shugo) da província de Hizen e em 1559 de Chikuko, Chikuzen e Buzen (todas a norte de kyushu). Se em 1569 consegue dominar estas últimas duas, depois de vencer Môri Motonari, em Hizen sofre uma derrota com Ryûzôji Takanobu e a década de 70 marca o declínio da supremacia Ôtomo. O seu filho, a quem entrega o poder em 1576, não consegue evitar o declínio, e, após o pedido de ajuda a Toyotomi Hideyoshi, perante a ameaça de Shimazu Yoshihisa a dominar Satsuma e Osumi e Hyuga a partir da década de 70, morre a seguir à rendição de Shimazu perante Hideyoshi. Embora ao seu filho tenha sido atribuída a província de Bungo, é-lhe retirada mais tarde perante a sua actuação na conquista da Coreia e exilado na província de Aki.

Shimazu Yoshihisa (1533-1611) em 1570 era o senhor de Satsuma (na família desde o séc. XII) e de Osumi (mais a sul) e mesmo Tanegashima. A partir de 1578 avança para Hyûga controlada pela casa de Itô, que se refugia em Bungo, e derrota-os, concentra-se na ameaça de Ryûzôji Takanobu em Higa, que vence em 1584, e em 1586 avança para o Bungo, mas é interrompido pelas forças aliadas de Toyotomi Hideyoshi, a quem se entrega de cabeça rapada em 1587, como sinal de submissão, sendo-lhe atribuído o domínio sob a província de Satsuma (PINTO, 2004, pp. 207-222; mapas 1 e 2).

Em 1572, estudantes e padres de Okinawa começam a viajar por Kagoshima até Kyoto e, em 1573, uma grande missão diplomática é enviada a Shimazu Yoshihisa, anunciando a ascensão de um novo rei e o pedido de incrementação do comércio, mas é o momento de grandes confrontos entre os dois principais dáimios de Kyushu e, quando uma missão diplomática chega para dar os parabéns a Shimazu pela sua vitória em mais duas províncias, Toyotomi Hideyoshi, ao lado de Ôtomo, tinha forçado aquele a render-se. A presença dos Ôtomo em Shuri alertaram Shimazu para o perigo de um ataque pelo flanco através das ilhas Ryukyu (KERR, 2000, p. 147-148).

O rei Sho Nei (1589-1620) em Shuri (Okinawa) vê-se abraçado com uma mensagem de Shimazu Yoshihisa, dáimio de Satsuma, em nome de Hideyoshi a lembrar

que pararam de enviar tributo ao Shogum Ashikaga e que seria apreciada colaboração em homens e armas para a invasão da Coreia (KERR, 2000, p. 153). Diplomáticamente no início e ignorando os pedidos seguintes, conseguem evitar apoiar essa campanha que acaba por morrer com Hideyoshi em 1598.

Com Tokugawa como Xogum e a seguir como regente do filho, o clã Satsuma fica isolado, pois tinha lutado contra Tokugawa e foi classificado tozama daimio e o filho de Shimazu Yoshihisa, Shimazu Tadatsune, em 1602 passa a ser o daimio de Satsuma, deslocando-se a Edo para prestar homenagem e obtendo de Ieyasu, agradado com a submissão, a confirmação dos títulos hereditários que incluíam o título de Senhor das Doze Ilhas do Sul que foram atribuídas ao clã Shimazu em 1206, e sendo-lhe concedida a honra de usar o nome Iehisa (KERR, 2000, p. 157).

Este novo senhor de Satsuma envia uma carta a Sho Nei em 1606 onde lhe refere a necessidade de prestar homenagem ao Xogum, mas essa carta e outras são completamente ignoradas. A necessidade de comércio com o Sul da China, a necessidade de prevenir vinda de Europeus pelo Sul, e a falta de confiança plena no governante de Okinawa, levam a que a melhor escolha do Shogum fosse a invasão através do clã de Satsuma, o que acontece em Fevereiro de 1609.

Uma frota de mais de cem barcos de guerra desceu pelas ilhas Amami, passou Tokunojima e Kikai e quando aportaram em Unten, na península Motobu, encontraram uma certa resistência, tendo havido consideráveis baixas para ambos os lados<sup>147</sup>, mas a invasão foi feita, o castelo de Shuri ocupado a 5 de Abril, e o Rei enviado ao Japão, entregando-se a administração do reino à liderança do Samurai Honda Chikamasa. As ilhas Amani-Oshima foram integradas como território Satsuma e o Reino Ryukyu foi reconstituído nos grupos de ilhas de Okinawa, Miyako e Yaeyama (KERR e SAKIHARA, 2000, pp. 158-159; 562).

Enquanto KERR apresenta a tese da opressão e exploração, SAKIHARA apresenta a antítese, oferecendo argumentos que fundamentam a questão central:

1 - A sobrevivência do comércio externo de Ryukyu na decadência comercial do século XVII deveu-se à presença de Satsuma, e assim, ao tráfego coordenado e autorizado com o comércio directo Japonês com a China;

---

<sup>147</sup> Do lado Satsuma, 57 mortos; do lado Ryukyu 531 mortos. Possuíam poucas (não é ausência) armas e as espingardas Satsuma fizeram uma grande diferença (TOKITSU, 1994, p. 24).

2 – Não houve nenhum movimento contra as armas, específico para Okinawa. A proibição da exportação de armas de Ryukyu a partir de 1639 foi uma consequência do embargo de exportação de armas emitido por Tokugawa em 1634. Também em 1699 Satsuma estabelece um regulamento intitulado: “Proibição de Carregar Armas para Aqueles que Viajam para Ryukyu”. Aos habitantes de Ryukyu era permitido transportarem as suas armas para reparação em Satsuma, mas era proibida a exportação de Satsuma para Ryukyu pois poderiam a seguir ser exportadas para fora de Ryukyu (SAKIHARA, 2000, pp. 544-545).



**Fig. 30 - Sho Nei (7º rei / 2ª Dinastia de Okinawa)**

A tese de uma política específica de desarmamento difundiu-se como a essência do desenvolvimento de um sistema de luta inerte e de utilização de instrumentos agrícolas por parte dos okinawenses.

Um professor colocado em Okinawa em 1904, também praticante e especialista de Kendo, referiu o seguinte:

*Os luchus são um povo pacífico mas como todos aqueles dados a bebidas fortes e que levam uma vida primitiva, com o sangue a ferver cometiam actos de extrema crueldade. Os luchus desenvolveram ao longo de séculos de prática a arte peculiar de defesa pessoal e agressão conhecida como tekobushi que consiste em fazer ataques incrivelmente destros e poderosos de punho à maneira de jujitsu ou até boxe. Esta era a única forma possível de defesa pessoal dos Luchus, que tinham sido*

*proibidos de usar armas pelos seus dois reguladores centrais da China e Japão. Um especialista luchu na arte mortal poderia esmagar qualquer osso no corpo da sua vítima com os golpes dos seus braços, como se tivesse usado um martelo gigante. Frequentemente eram encontradas nas bermas dos caminhos, pobres vítimas mortas com marcas de golpes terríveis de punhos despidos (Seiji Noma, 1934, in: GOODIN, 2005, p. 17).*

Embora não tenhamos encontrado os documentos iniciais, parece-nos que a referência a Seiji Noma em 1932, é uma das referências iniciais a esta tese que FUNAKOSHI (orig: 1925, p. 24-25) evidenciara como uma das especulações tradicionais para a história do Karaté de Okinawa, mas sem qualquer fundamento.

O novo dado para robustecer aquela tese emerge quando Ifa Fuyu, também em 1932, traduz erradamente o quarto feito do reinado de Sho Shin, no sentido do desarmamento, o que, em coerência com imagem pacífica do povo de Okinawa evidenciada por Basil HALL, se vincula também à tese do desarmamento de Satsuma, já com um certo teor de resistência à opressão, sendo tudo isso um pano de fundo possível para o desenvolvimento do Karaté em Okinawa. Por essa razão, só em obras posteriores às de FUNAKOSHI, aparece essa tese como fundamental para o Karaté<sup>148</sup>, evoluindo para a tese da “arte proibida” (NAGAMINE, 1976, p. 21).

Esta narrativa atravessa o imaginário de muitos dos autores vinculados ao Karaté, mesmo em Portugal, ultrapassando a imagem de Samurai para colorir a história, tal como é exemplo: “os navegadores portugueses [...] tiveram que confrontar-se com os guerreiros ‘samurais’ nas praias de Tanegashima” (CASTELO, 1984, p. 47). Todo o estudo feito sobre esses encontros prévios à introdução das espingardas, não assume relevância de comparações dos sistemas de luta corporal.

Parafraseando SAKIHARA (2000), é tempo de refazer a história. Também aqui emerge uma operação de “desconstrução” evidenciado por Jacques DERRIDA (2001).

---

<sup>148</sup> Tōyama Kanken, na sua obra de Karate-do de 1962, à qual não temos acesso directo, refere que “o rei Shō Shin banuiu completamente o uso de armas e, em 1609 Satsuma confiscou todas as armas” (KERR e SAKIHARA, p. 548, nota ii).

## **2.4 Protocolura do Karaté: Shaolin e Budo**

### **2.4.1 Shaolin - A Primeira Sistematização Institucional**

#### ***2.4.1.1 A Metodologia Analógica – Os Animais***

O fundamento histórico do desenvolvimento das artes marciais chinesas (Wu Shu) aponta assiduamente para a observação e imitação dos animais. Por um lado, são as histórias sobre a origem dos sistemas, por outro, são a sua própria identificação e denominação, por fim, são a sua utilização como nomes de técnicas.

Duas questões se colocam, na utilização da analogia com os animais pelas artes marciais: a questão simbólica e a questão prática.

No que respeita à questão simbólica, há que notar que Thomas GREEN (2003), no seu interessante artigo sobre as “histórias populares” nas artes marciais, chama a atenção para o facto da sua utilização servir fundamentalmente três objectivos: o estabelecimento de credibilidade do sistema numa tradição lendária (como Shaolin, por exemplo), o estabelecimento de um nível superior de verdade pelo conto ou parábola (como a luta do mestre contra um animal ou outro grande mestre), e as narrativas de resistência (como o caso de Okinawa em relação aos Japoneses Satsuma a partir de 1600 ou dos Coreanos em relação à ocupação Japoneses de 1910 a 1945).

Muitos sistemas têm, como história de origem, a observação sobre o comportamento marcial de animais. É, por exemplo, a história que envolve um pássaro, ou um combate contra uma cobra ou serpente, etc. Além de ser comum a vários sistemas, também é comum a vários países. Na China, a criação do t'ai chi ch'uan por Zhang Sanfeng, ou a do wing chun por Ng Mui, é feita depois de testemunharem um combate entre um pássaro e uma cobra. Em Sumatra, a mesma observação feita por uma mulher está na origem do penchak silat (GREEN, 2003, p. 6).

No Bubushi, que os principais mestres de Karaté em Okinawa utilizaram e utilizam como fundamento histórico-lendário, filosófico e técnico para os seus sistemas, a observação do combate entre dois grou marca a criação da arte de combate do grou (McCARTHY, 1995, p. 62).

Há, portanto, claros indícios da utilização simbólica da analogia com os animais para credibilizar o sistema, seja dando-lhe uma grandeza que sublima o humano pela

natureza, ou ainda pela sublimação do humano pelo “mais humano”: o mestre que identificou o que ninguém mais identificou em algo tão palpável à observação comum.

No entanto, isto cruza-se com aspectos práticos, seja a um nível mais popular, seja a um nível técnico mais profundo.

Sylvan SALVINI (1987) alvitra a possibilidade de que “esses movimentos se destinavam mais a amedrontar os espectadores, homens ou animais, do que a ser movimentos de ataque [...]” (SALVINI, 1987, nº 137, p. 74). Ou seja, a imitação de um animal “feroz” como o “leopardo”, “forte” como o “urso”, “ágil” como o “macaco”, etc., poderia ser inibidora de comportamentos agressivos de outros indivíduos ou mesmo animais. Por outro lado, essa imitação parece-nos entrar também no domínio do espectáculo popular, dando hipótese a que se observe a agilidade do imitador, o que é bastante explorado hoje quando observamos alguns dos espectáculos de “monges de shaolin”, com prestações artísticas e atléticas excepcionais, juntamente com proezas difíceis de igualar pelo comum dos mortais. Há, portanto, numa dimensão “prática”, também essa natureza de impressionismo popular.

Do nosso ponto de vista, é preciso compreender que a utilização da imagem do comportamento animal pode ter mais a ver com o facto de se fundamentar numa abordagem analógica e não lógica. Muitas vezes, as metodologias de treino, numa abordagem técnica extrema (inicial ou de alto rendimento), apelam aos modelos analógicos de tal forma que o praticante possa reter uma “imagem” concreta do que se pretende e, com essa imagem concreta como modelo, realize a globalidade da acção sem preocupações retardatárias com este ou aquele grupo muscular ou com esta ou aquela articulação, etc. Por outro lado, pode ainda servir para instalar um pano de fundo emotivo-comportamental rumo à “agressividade” ou a outros estados emocionais, que, por vezes, são importantes induzir na prestação de treino em combate.

Pelos estudos recentes das neurociências, não estamos muito treinados para funcionar de forma consciente sobre o controlo deste ou daquele grupo muscular, desta ou daquela articulação, mas sim com base em *imagens* de acção, mais ou menos globais e funcionais, que dependem muito das imagens perceptivas que temos “armazenadas”. As interpretações do Neurocirurgião António DAMÁSIO (1995), ajudam-nos a perceber melhor esta questão.

Por um lado, define que as “diversas imagens - perceptivas, evocadas a partir do passado real, e evocadas a partir de planos para o futuro - são construções do cérebro do nosso organismo [...]” (DAMÁSIO, 1995, p. 113) e suspeita, mais à frente, “que as imagens mentais explícitas que evocamos surgem de activação sincrónica e transitória de padrões de disparo neuronal que, em larga medida, ocorrem nos mesmos córtices sensoriais iniciais onde os padrões de disparo correspondentes às representações perceptivas ocorreram outrora”, afirmando que “A activação resulta numa representação topograficamente organizada” (*ibidem*, p. 117). Mas para melhor entendermos onde queremos chegar é fundamental então concluir:

*O aparecimento de uma imagem por evocação resulta da reconstrução de um padrão transiente (metaforicamente, uma planta ou carta) nos córtices sensoriais iniciais, e o desencadeador para a reconstrução é a activação das representações disposicionais localizadas noutros locais do cérebro, como, por exemplo, num córtex de associação. O mesmo tipo de activação cartografada ocorre nos córtices motores e constitui base para o movimento. As representações disposicionais, com base nas quais o movimento ocorre, estão localizadas nos córtices pré-motores, gânglios basais e córtices límbicos. Existem dados que indicam que elas activam tanto os movimentos do corpo como as imagens internas do movimento do corpo; devido à natureza veloz dos movimentos, estes últimos são normalmente mascarados na consciência pelo nosso estado de alerta perante o próprio movimento (DAMÁSIO, 1995, p. 121).*

Ora: se tivermos animais comportamentalmente observáveis a construir uma determinada imagem de padrão de comportamento que se inculque perceptivamente num praticante, isso pode ser aproveitado metodologicamente para a aprendizagem de determinados comportamentos técnicos, sendo mesmo um instrumento de estimulação afectivo-emocional.

A partir daí, perante um senso comum medievalmente mistificado, uma erudição analógica permitiria construir diversos percursos místicos até à ideia de um animal heteróclito como o Dragão que Georges CHARLES, no início da sua excelente saga<sup>149</sup>, coloca como correspondendo particularmente à definição do Wu Shu (1985, nº 118, p. 72):

*Cabeça de camelo, cornos de gamo, orelhas de boi, pescoço de serpente, escamas de carpa, patas de tigre, garras de mocho, olhos de salamandra... É capaz de voar, nadar, correr, de mudar de tamanho e de*

---

<sup>149</sup> Um conjunto de 16 artigos publicados a partir de 1985 no ícone europeu das publicações periódicas de artes marciais desde o início dos anos 70 (revista francesa Karaté) com o título geral: A Saga do Wu Shu.

*cor. Definir o Wu Shu a partir de uma escola, de um estilo, de uma tendência ou de uma época corresponde a definir o dragão a partir de apenas um dos seus elementos constitutivos... [...] (CHARLES, 1985, n° 118, p. 72).*

O valor metodológico indiscutível das imagens está lá, quer para a representação mais consciente das imagens simbólicas das modalidades e sistemas, quer mesmo na representação de imagens para a evolução técnica: executa a técnica com a rapidez de um tigre, desloca-te com a suavidade de um gato, equilibra-te como um grou, posiciona-te forte como um elefante... Assim, no planeamento de todos os factores de treino (físico, técnico, tático, psicológico, sócio-cultural), deveremos incluir esse aspecto normalmente negligenciado, que se torna central no treino de alguns estilos de artes marciais, agrupando-o facilmente no domínio da estimulação psicológica e mesmo sócio-cultural, ou dando a imagem de execução técnica específica ou ainda uma representação mental para a estimulação fisiológica pretendida.

Toda a tese de SALVINI se baseia em demonstrar que os sistemas orientais de luta não têm nada superior aos sistemas desenvolvidos na Europa e que foi o esquecimento destes, a par da novidade do Extremo Oriente por influência inicial Japonesa, que fez a Europa e a América acordar para uma ideia mística de artes marciais.

Estamos, em certa medida, de acordo com este argumento, sendo facilmente demonstrável, como o faz magistralmente SALVINI e, embora sem sentido comparativo, WISE (1971). Se, por um lado, esse movimento moderno de captação dos sistemas orientais tem a ver com o Orientalismo, vamos procurar evidenciar que, do ponto de vista institucional, algo mais aconteceu para além do aspecto técnico em si.

#### **2.4.1.2 A Importância Lendária de Shaolin**

A genealogia institucional de várias artes marciais costumam tocar directa ou indirectamente em Shaolin Shi (少林寺), em japonês Shorin Ji – mosteiro da pequena floresta –, tal como a do Karaté, Judo<sup>150</sup> e Aikido<sup>151</sup>, entre outras<sup>152</sup>. Através da série

---

<sup>150</sup> Chin Gen Pin, monge de Shaolin, refugia-se no exílio do Japão em 1650 e cria uma das primeiras escolas de Jiu Jitsu: Kito Ryu. Esta escola estará na linhagem do Judo (CHARLES, 1986, n° 131, p. 73). Em 1638 um especialista chinês de Hangzhou de nome Chen Yuanbin – Chin Gempei em japonês (1587-

televisiva de David Caradine (Kung Fu)<sup>153</sup> em 1972; através dos filmes de Gordon Liu<sup>154</sup>, de onde se recorda o lendário e obrigatório “36ª Câmara de Shaolin” de 1978; ou dos de Jet Li Lian Jie<sup>155</sup>, entre outros – as imagens do famoso templo integraram o imaginário dos praticantes de artes marciais em todo o mundo, muitos deles motivados pelos fantásticos filmes de Bruce Lee (de 1971 a 1973). Publicações mais específicas como as de Gichin FUNAKOSHI (orig: 1956, p. 7) ou as mais generalistas como as de DRAEGER e SMITH (1969), fizeram afirmar o templo num contexto histórico cada vez mais relevante. Shaolin estava adormecido mas iria acordar.

A revista francesa Karaté publica uma reportagem do templo em Julho de 1986 e, apesar de não terem notado prática real de artes marciais por parte dos monges, o templo estava lá, não tinha sido destruído, existia... e as primeiras fotografias a cores dos frescos de representação dos monges a treinar, surgem aos olhos dos Europeus (BÉNOLIEL, 1986).

Thomas GREEN (2003), no seu excepcional artigo relativo às “histórias populares” no seio das artes marciais, usa Shaolin como exemplo claro de utilização deste tipo de operação para estabelecer credibilidade.

---

1671) – chegado a Nagasaki, Japão, ensinou a sua arte a Fukuno Shichiroemon, Miura Yojiemon e Isogai Jirozaemon, fundadores de três linhas de Jujitsu (McCARTHY, 1993, p. 110). Também HARRISON (orig: 1955, p. 55), para dar mais um exemplo, relata como Akiyama Yoshitoki aprende na China com Haku-tei ou Pao-chuan os fundamentos da sua escola de jujitsu Yoshin-ryu. Mas se por um lado este mesmo autor, na página anterior, refere a falta de crédito dada à teoria de que Chin Gen-pin foi responsável pela introdução da arte no Japão, por seu lado, após extensa análise dos koryû jûjutsu, MOL (2001, p. 219) conclui que este e outro homem existiram mas que o seu papel no desenvolvimento subsequente do jûjutsu foi muito limitado e vários sistemas de jûjutsu já existiam previamente no Japão antes deles terem nascido.

<sup>151</sup> Chan Wo Ting, monge de Shaolin, refugia-se no exílio do Japão em 1670 e cria uma escola de Jiu Jitsu: Yagyû Shungan. Esta escola estará na linhagem do Aikido (CHARLES, 1986, nº 131, p. 73).

<sup>152</sup> Chang Wo (1376-1428), diplomata imperial com formação em Shaolin, percorre a China e o estrangeiro (Okinawa, Malásia, Vietnam, Coreia...) divulgando também a arte do punho. Em 1550, os monges Niu Zheng e Hei Hu li vão para a Coreia (CHARLES, 1986, nº 131, p. 73). Quer através de actividades diplomáticas, quer através do exílio após o colapso da dinastia Ming, muitos oficiais foram a Annam (actual Vietname e chamado pelos portugueses como Cochinchina, ou seja – Cochim da China para a diferenciar de Cochim da Índia), Sião (Tailândia), Burma (Birmânia), Malásia, Coreia e Taiwan (Formosa) (McCARTHY, 1993, p. 110).

<sup>153</sup> O termo Kung Fu ou Gong Fu (功夫) é um termo genérico que apela à “acção talentosa” ou virtuosa e entrou no senso comum a denominar uma arte marcial chinesa. No entanto há três termos mais específicos para o significado pretendido. Um é guoshu ou “artes nacionais”, o outro é wushu ou “artes da guerra” e o terceiro é quanfa ou “caminho do punho” (McCARTHY, 1999, p. 123). Neste trabalho cruzaremos com os dois últimos significantes.

<sup>154</sup> A filmografia de Gordon Liu é extensa, desde 1974 até à presente data, e pode ser consultada em <[http://www.kungfucinema.com/people/gordon\\_liu\\_chia\\_hui.htm](http://www.kungfucinema.com/people/gordon_liu_chia_hui.htm)>. [Consulta 2004-10-10].

<sup>155</sup> Desde 1982 com Shaolin Temple até à presente data. Consultar: <[http://www.kungfucinema.com/people/jet\\_li\\_lian-jie.htm](http://www.kungfucinema.com/people/jet_li_lian-jie.htm)>. [Consulta 2004-10-10].

*Os exemplos incluem lendas do templo de Shaolim em Henan. O Templo é um ponto referência histórica largamente aceite e as narrativas tradicionais vinculando sistemas com este ponto de origem são utilizadas para providenciar linhagem aos sistemas cuja origem se tornou obscura ao longo do tempo. Noutros casos as histórias populares reflectem o desejo dos praticantes modernos em estabelecer credibilidade através da associação com um passado lendário. Nestes casos, as ligações à tradição histórica pode ser chamada simplesmente como uma apropriação da fama do Templo para sistemas não tradicionais (GREEN, 2003, p. 6).*



**Fig. 31 - Portão principal do Templo da Pequena Floresta (Shaolinshi)  
na província chinesa de Henan – na actualidade**

Apesar das fragilidades documentais evidentes, vamos aqui colocar uma síntese do percurso das crenças sobre a reputação de Shaolin, baseados fundamentalmente na recolha da lenda descrita em Georges CHARLES (1985-1986, nº 120-131), pois tal é marcante para dar alguns indicadores de uma história da China, básica para a compreensão de alguns aspectos. Compreenderemos melhor porque se denominou em Okinawa, a seu devido tempo, o Okinawa-te “a mão de Tang” (唐手)<sup>156</sup> e, por extensão “a mão da China”, antes de passar a ser “a mão vazia” (空手). Veremos também a sua importância na operação de vinculação escolástica e caracterização específica: Shaolin é diferente de Wudang e escolas emergem com características diferentes – Shaolin do Sul é diferente de Shaolin do Norte – tal como Shorin-ryu será diferente de Shorei-ryu na modernização do To-de para Kara-té.

---

<sup>156</sup> Toudi, Tode, To-Te, etc.

Torna-se evidente a sua importância como fenómeno sistematizador e institucionalizador. Veremos que num início caracteriza-se Shaolin como receptáculo de especializações individuais diferentes (rígido – fluido), mesmo antes de Damo (Bodhidarma); para depois emergir a componente institucionalizadora mais madura.

### ***2.4.1.3 A Emergência do Templo***

As cinco montanhas sagradas situadas nos pontos cardiais da China, passavam pela montanha central: Song. Doze dos grandes Imperadores da China peregrinam em Song Shan e cerca do ano 100 a.C. é ali construída uma primeira Ermida que depois é alargada entre 78 e 100 d.C. por monges do primeiro mosteiro da China (Mosteiro do Cavalo Branco), ao qual fica agregada. A passagem do tesouro do Mosteiro do Cavalo Branco para a Ermida da Montanha Song marca a necessidade de encontrar monges especializados na sua guarda. Em 260, faz melhorias na Ermida e contrata dois especialistas de combate desarmado: Kun Su Wei e Heng Ngai Chan.

Em 495, o Imperador Wei Xiao Wen (471-500), também denominado Hsiao Wen da Dinastia Tsi<sup>157</sup> decide criar no local da Ermida o maior templo budista da época em homenagem ao monge budista indiano Batuo, vindo para a China em 464 (YANG, 1996, p. 6), conhecido também pelos nomes Fo Tche ou Fo Tuo, ficando o templo com o nome de Mosteiro da Pequena Floresta - Shao Lin Shi ou em Japonês Sho Rin Ji – (少林寺).

O crescimento de Shaolin (500 monges, mais de 1000 domésticos e um domínio de cerca de 36000 Hectares) faz com que a necessidade de guarda do tesouro cresça e se especialize ainda mais. É a vez de Hui Guang e Zeng Zhou, discípulos de Batuo, se encarregarem da instrução dos monges especialistas da guarda do tesouro, estabelecendo um método específico de treino de combate com base nos ensinamentos de Kun Su Wei e Heng Ngai Chan deixados nos registos.

Hui Gang especializa-se nos métodos suaves (Força Fluida) baseado nas pegas e projecções, enquanto Zeng Gou se especializa nos métodos duros (Força Rígida), baseados nos ataques de braços e pernas. A prática de bastão é introduzida depois da

---

<sup>157</sup> DRAEGER e SMITH (1969, p. 44) referem-se à dinastia Wei do Norte (386-534).

mítica utilização de Zeng Gou para se ver livre de dois tigres que o atacaram, ficando conhecida como o bastão da pele dupla de tigre.

#### **2.4.1.4 Bodidharma – Damo e a Dinastia Tang**

Por volta de 520 d.C., um monge budista vindo do Kerala na Índia, 28º sucessor de Buda, conhecedor da Lei (Dharma) e da Verdade (Bodhi), entra na China, apresenta-se ao Imperador Wu da Dinastia Liang e desloca-se para Shaolin onde funda o Budismo Chan (Zen em japonês).



**Fig. 32 - Bodidharma - Cortesia de Patric McCatthy**

O seu nome Bodhidarma é transformado em Po Ti Ta Mo, Damo ou Da Mo (达摩 ou 達摩) para abreviar<sup>158</sup>, como patriarca do mosteiro e, perante as necessidades de aumentar a condição física dos monges para a sua exigente prática de meditação, instala um programa de exercícios de fortalecimento do corpo e da mente, inspirado também nos exercícios já utilizados no mosteiro, juntando-lhe conhecimentos de Yoga e Vajramusti, tendo este novo método a particularidade de ligar a prática marcial com a prática de exercícios de saúde e a prática religiosa.

---

<sup>158</sup> A referência principal sobre a lenda de Bodhidharma é o Registo da Transmissão da Lâmpada por Tao Yuan, compilado em 1004. A primeira fonte, regista a sua ida para o templo Yung-ning e que ele era Persa. Não há registos de Damo na Índia (DRAEGER e SMITH, 1969, p. 44). Assim sendo o berço indo-chinês teria que ser alterado historicamente para um núcleo mais perto do Império Otomano, mais médio-oriental.

Os sucessores do patriarcado de Boddhidarma são sete. O segundo foi Hui Ko (486-593), que demonstrou sempre um grande interesse pela arte marcial e algum cepticismo perante a meditação passiva de Damo. Os seguintes foram: Seng Tang (falecido em 606), Tao Shin (580-651), Huen Jen (601-675), Huin Neng (ou Wei Lan - 638-716) e Shen Hsiu (falecido a 716) que não conseguirá manter a integridade do Chan (Zen) extinguindo-se com ele a linhagem directa de Damo (Boddhidarma).

Em 612, um grupo de monges expulsos por querelas internas consegue penetrar a vigilância dos monges e incendiar o pagode sagrado, salvando-se miraculosamente o que a Bodhiddarma dizia respeito. Tao Shin, o quarto patriarca, decide introduzir na guarda especial o treino com armas para além do bastão. Uma expedição punitiva dos causadores da catástrofe dirige-se a Loyang onde os renegados se tinham escondido, massacrando-os sem sofrerem qualquer baixa.

Entramos a seguir na dinastia Tang (618-907) que, embora brevemente interrompida pela segunda dinastia Zhou (690-705), é a idade de ouro da arte e literatura chinesas, assim como da organização do estado em torno de oficiais de governo seleccionados a partir de exames civis à procura dos melhores talentos, retirando o exclusivo poder imperial às famílias aristocráticas de guerreiros desestabilizadores.

Para uma interpretação específica:

*O estado Tang ultrapassa os limites de todos os impérios precedentes. A sua capital em Chang'na (Tchang-ngan). As técnicas marciais florescem, notavelmente a partir do mosteiro de Shaolin, cujos monges-guerreiros intervêm várias vezes para ajudar as tropas imperiais a triunfar expandindo a reputação do seu nome por toda a China. A perfeição da porcelana chinesa torna-se célebre em toda a Ásia (HABERSETZER, 2000, p. 803).*

É, portanto, um momento em que as artes chinesas influenciam o resto dos países da região. O nome de dinastia (朝) Tang (唐), liga-se à época e tudo o que é Tang é chinês e de qualidade, perdurando isso até ao séc. XIX, nomeadamente em Okinawa com a “mão de Tang” – “mão da China”. Voltaremos a este assunto no seu devido lugar.

Voltando ao relato de Georges CHARLES que seguíamos até às explicações relativas à dinastia Tang, o Imperador Tai Tsung (Taizong ou Li Che Min – 627-649), tendo graves problemas com uma rebelião no norte liderada por uma princesa com suporte de um general e em aliança com alguns grupos da Mongólia, pede ajuda a

Shaolin que, com 500 monges, ataca o quartel general dos Mongóis durante a noite, massacra-os, e tem mais algumas incursões que derrotam completamente o movimento revolucionário.<sup>159</sup>

O nome de Shaolin ressoa em todos os cantos do império Tang (唐) e o Imperador vai ao mosteiro, condecora 17 monges e confirma o título de “primeiro mosteiro do império Tang”, retira a interdição de consumo de carne e vinho e aceita que Shaolin possa ter uma tropa armada.

*A seguir a este reconhecimento imperial, torna-se de bom-tom na China enviar o segundo filho fazer estudos religiosos a Shaolin... devidamente acompanhados de presentes... O mosteiro ficará sempre fiel às dinastias chinesas (CHARLES, 1986, n° 122, p. 75).*

Hung Jen, o quinto patriarca, de nome verdadeiro Meng Chang, foi em tempos um general que, destituído, procurou refúgio no mosteiro. A guarda de honra do tesouro cada vez maior, começa a ser uma autoridade religiosa, política e militar de peso na região. Começam a cobrar taxas de passagem e a aterrorizar de certa forma a população. Muitos monges são contra este tipo de actuação e a gestão de Hung Jen fica ligada a uma profunda cisão entre os monges mais próximos do Chan legado por Boddhidarma e os monges Shaolin propriamente dito.

Em 683, a imperatriz Wu Ze Tian (Wou Tso Tien) sobe ao trono apoiada por Shaolin, mas desiludida com o patriarca seguinte, Huin Neng (ou Wei Lan), considerado demasiado mole, prefere construir um enorme templo em Long Men depois de ter transferido a capital para Loyang. Huin Neng sai do mosteiro em 713, três anos antes da sua morte, preferindo ir pregar em meios mais calmos, e nesse tempo difunde um sistema de prática exclusivamente centrado na meditação sentado (Za Zen). Este sistema encontrará o seu desenvolvimento na China e Japão, separando-se então das práticas julgadas demasiado marciais características de Shaolin.

#### ***2.4.1.5 A Primeira Queda e Início do Apogeu***

O último patriarca, Shen Hui, tenta manter a integridade da linhagem Chan (Zen) a Damo, e Shaolin fecha-se sobre ele mesmo, coincidindo esse movimento com a

---

<sup>159</sup> YANG (1996, p. 7) coloca a ajuda de 13 monges Shaolin a Li Shi-Ming antes de ser o primeiro imperador da dinastia Tang, ou seja em 621. No entanto, o interesse fundamental da história é o mesmo.

chegada ao poder do novo imperador, Hiuan Tsong (Xuan Zhong), que se desinteressa completamente de Shaolin, preferindo filósofos e poetas na corte.

A revolta de 755, liderada por um general de origem turca (Na Lu Shan), leva ao suicídio do imperador e marca o final do apogeu da dinastia Tang (618-907) atingido nos sécs. VII e VIII e os 150 anos seguintes nunca encontrarão novamente aquele apogeu, perdurando apenas a reputação do nome Tang para o futuro vindouro.

As reformas fiscais seguintes esvaziam os mosteiros de boa parte das suas riquezas e, pela primeira vez, os monges de Shaolin revoltam-se contra o poder imperial que, em 844 com um exército no monte Song e após uma batalha, dispersa os monges e apodera-se do mosteiro.

Dois monges, Lu Zhishen e Wu Song considerados pelo povo como “deuses das cento e oito estrelas”<sup>160</sup> lideram revoltas campesinas. Apesar do esporádico sucesso de Huang Chau, um letrado budista que estudou em Shaolin na sua juventude, proclamado imperador em 880 e restaurador dos templos budistas, derrotado pelos Turcos, por sua vez derrotados por um antigo rebelde (Tchou Wen) que coloca como imperador Hui Cheng, os templos são puramente abolidos e desmantelados, passando os monges a ser civis e os servidores dos templos a ser servidores do Estado.

A dinastia Tang (618-907) chegava ao fim com a nova revolta de Tchou Wen que lidera o início de mais um outro período de pequenas dinastias<sup>161</sup>. Com a chegada da dinastia Song (960-1279) e com a autorização da prática de artes marciais pelos laicos, o templo cai em desuso e é quase completamente abandonado de 960 a 975.

O sucesso das artes marciais é protagonizado por alguns indivíduos como Yueh Fei, Yen e Chang Wo. Após a fundação do império dos Song do sul, como resguarda do avanço dos bárbaros Jin que capturam o imperador Song em 1126, Yueh Fei é nomeado pelo filho do Imperador, Kao Tsong, para chefe dos Exércitos imperiais. Aquele consegue recuperar terreno até à antiga capital, com o apoio da população, e esse sucesso tão estrondoso é a causa do seu envenenamento mortal por inveja. A Yueh Fei atribui-se a paternidade da escola Hsing I Chuan (Punho da unidade do Corpo e Espírito).

---

<sup>160</sup> Notar relação com a simbologia de Katas de Karaté como Suparimpei (108 passos).

<sup>161</sup> Para entender melhor a problemática das grandes e pequenas dinastias, ver GASCOIGNE, 2003, pp. 85-86; 115). Para um resumo pp. ix-xii.

Os Mongóis vêm descendo do norte e derrotando os Jin que então estavam pacificamente aliados com Kao Tsong, até se apoderarem da capital, e derrotarem o último imperador da dinastia Song. Inicia-se a dinastia Yuan (1279-1368) liderada por Mongóis e muitos antigos militares e nobres destituídos refugiam-se na religião, e, entre eles, Yen, filho de um mandarim militar, apresenta-se em Shaolin em 1280 e influencia um novo fervor pelas artes marciais no esquecido mosteiro, criando-se o berço de uma sociedade secreta que passa a ter por missão a de colocar um Chinês no trono imperial.

Shaolin transforma-se numa referência de acolhimento dos chefes das sociedades secretas em revolta contra o poder Mongol, e uma base do seu crescimento, conhecidas mais tarde como Triades (Lótus Branco, Nuvem Branca, Os Três Paus de Incenso, Lanças Vermelhas, Turbantes Vermelhos, etc.). Numa das grandes revoltas liderada pelos Turbantes Vermelhos, Tchou Yuan Tchang (Zhu Yuan Zhang)<sup>162</sup> ocupa Nankin em 1356, Cantão em 1368 e, nomeando-se Imperador, instala a dinastia Ming (1368-1644).

Após proscrever as sociedades secretas, oferece um estatuto especial aos mosteiros que se vão relacionando outra vez positivamente com o novo império. Chang Wo, um monge de Shaolin, é nomeado para o Grande Conselho que é de facto uma polícia secreta. Apaixonado pelas artes marciais, é um grande divulgador externo para lá das fronteiras da China, notoriamente também em Okinawa.

Esse caminho externo é também evidenciado por YANG (1996, p. 8), indicando que no livro de registo do Templo Shaolin está referenciado o estudo de um monge budista japonês em Shaolin de 1312 a 1324, de nome Da Zhi que regressou depois ao Japão, acontecendo o mesmo com outro monge, de nome Shao Yuan, de 1335 a 1347.

#### **2.4.1.6 Wudang – O Templo Taoista**

Várias escolas emergem na China: Fan Tzi Chuan (Boxe das Garras de Águia), Tam Toi (Pernas Voadoras), Tang Lang Chuan (Boxe da Mantis Religiosa), etc. Mas é no Monte Wu Dang (武當), na província chinesa de Hubei, que emerge a linha rival de

---

<sup>162</sup> Também referido como Hung Wu Ti (KERR, 2000, p. 65) e que terá um importante papel em Okinawa e Ryukyu quando envia em 1372 uma embaixada a Satto, senhor de Chuzan em Okinawa, para que aquele reconheça a supremacia da China e passe a pagar tributo, beneficiando de autorização para o comércio. Uma certa supremacia de Satto e reino Chuzan lideram então o nascimento do reino de Ryukyu.

grande reputação no Wu Shu, baseada no Taoísmo e não no Budismo. Atribuída lendariamente a Chan San Feng, alia a filosofia Tao (道) à prática marcial com base em metodologias mais suaves defendendo que o Boxe não deve servir para encurtar a vida mas sim para a prolongar. Se até aqui os frades Taoístas eram versados nas artes divinatórias e nas técnicas de longa vida, agora, as técnicas marciais complementavam a sua formação em Wu Dang.

As grandes similaridades entre o Budismo e o Taoísmo fizeram surgir a ideia que o Budismo era um prolongamento do Taoísmo já que Lao Tzé, o suposto fundador do Taoísmo, terá viajado para o Oeste, convertido os bárbaros que lhe terão dado o nome de Buda (GASCOIGNE, 2002, p. 87). Assim, o Budismo poderia ter entrada na China, apesar de vir de um país estrangeiro...

A prática em Wu Dang era mais firme nos aspectos higiénico-terapêuticos e, assim, com base na ginástica Taoísta e numa espécie de Yoga chinesa, juntamente com o estudo profundo dos pontos vitais e da energia vital, as metodologias encontradas foram mais suaves e lentas quando comparadas com as metodologias mais duras de Shaolin. Tai Chi Chuan (Punho do Feito Último), Hsing I Chuan (Punho da União do Corpo e Espírito), Pa Kua Chuan (Punho dos Oito Trigramas) evoluem directamente daquela linha.

Em 1547, dão entrada em Shaolin três heróis (Kiho Yuan, Li e Pai Yu Feng), reestruturando a prática através de Wu Hsing Chuan (Punho das Cinco Formas) que integra técnicas do Dragão, do Tigre, do Leopardo, da Serpente e do Grou, assim como um novo método de bastão. Uma nova reestruturação é feita pelos seus sucessores, Ching Chun Kuang (1522-1587) e Chi Chi Kuang (1518-1590), colocando como base do seu trabalho normal cinco animais: Tigre, Leopardo, Urso, Grou e Macaco, adaptando-os à teoria dos cinco elementos da Acupunctura (Wu Hing). Para o trabalho avançado: Serpente e Cervo. Para o trabalho extraordinário: Dragão (energia Yang) e Fénix (energia Yin), assim como as técnicas secretas da Tartaruga e do Licorne que são métodos de meditação activa. Chin, que fazia uso de uma força extraordinária e era um prodígio nas armas longas fica no mosteiro, enquanto Chi, que baseava o seu trabalho na suavidade e velocidade, sendo bom nas armas curtas, parte ao serviço do imperador Wuang Li como general. Excelentes relações serão mantidas entre Shaolin e o império Ming e a influência de Chi Chi Kuang será importante para flamejar ainda mais as rivalidades de Shaolin com Wu Dang, conseguindo não só restringir a audiência

imperial a Wu Dang como a proibição de práticas para além da filosofia mística. O golpe budista na escola taoista é duro e os mestres Wu Dang entram na clandestinidade.

#### ***2.4.1.7 A Segunda Queda – Shaolin do Sul***

Mas a dinastia Ming está em decadência e nova dinastia se estabelece, repetindo-se a história de perda do trono após uma aliança com estrangeiros para retaliar uma revolta. A dinastia Manchu Quing (1644-1912) estabelece-se. Wu Dang decide apoiar o novo poder vindo agora da Manchúria. Shaolin torna-se novamente centro das sociedades secretas revolucionárias (Triades), mas por ordem imperial, em 1736 o Mosteiro de Song Ahan (Shaolin) é atacado, parcialmente destruído e os monges exterminados<sup>163</sup>, tendo escapado Hung Te Ti, Liu Ta Hung, Choi Te Chung, Li Che Kai e Mo Shao Hsing. Estes cinco monges refugiam-se no pequeno mosteiro Shaolin no Monte Ju Lian na província de Fukien<sup>164</sup>, onde fundam as cinco escolas com os seus nomes de família que ficam como a descendência autêntica de Shaolin: Hung Gar, Liu Gar, Choi Gar, Li Gar e Mo Gar. O antigo estilo fica dividido em cinco partes da verdade...

O novo superior do mosteiro de Shaolin do Sul<sup>165</sup> (Fukien), Tche Shan, tenta restaurar o antigo estilo de Shaolin e convida para o mosteiro quatro reputados mestres: Pai Mei, Feng Tao Te, Miao Hsieng e Wu Mei. No entanto esta tentativa terá ficado frustrada pois Pai Mei fundará mais tarde a escola Pai Mei Chuan, depois de, com Feng

---

<sup>163</sup> McCARTHY, citando Liu Yinshan, refere que um incêndio de Shaolin em 1674 é responsável pela fuga de vários monges, entre os quais Fang Zhonggong (também conhecido por Fang Huishi), mestre da escola de boxe do punho dos dezoito monges que se refugia em Fukien, e cuja filha, Fang Qiniang, quer crescerá em Yongchun, será a referência para a fundação do boxe do grou branco, o que está em coerência com o 1º artigo do Bubishi (1993, p. 30). As datas deste incêndio não coincidem mas a história de uma filha de um monge aparecerá após a destruição do templo de Shaolin do sul da China, mais à frente.

<sup>164</sup> De acordo com A. Hiroyama, na sua *A History of Chinese Secret Societies* (Shanghai, Commercial Press, 1935), nas montanhas Chiu Lien no distrito de Pu T'ien da prefeitura de Fu-chou. No entanto, DRAEGER e SMITH que agora estamos a referenciar nesta nota, afirmam que as montanhas Chiu Lien são nas províncias de Kwanhtung e Kiangsi e não em Fukien e que C. C. Chou acredita que a tese de Fukien tem como origem trabalhos de ficção como “A Visita do Imperador Chien Lung ao Sul do Rio Yangtze” (1969, p. 45). McCARTHY afirma também a dificuldade de localização real deste templo do sul: “a localização exacta do templo ainda não foi descoberta”, mas não confirma sequer a hipótese de Fukien (1993, p. 111).

<sup>165</sup> Por referência ao outro Shaolin original do norte. DRAEGER e SMITH referem que tem sido feita uma tentativa para separar os sistemas do norte dos sistemas do sul, tomando o rio Yangtze como limite, tendo algumas razões geográficas e mesmo culturais e de características das pessoas (orig: 1969, p. 47).

Tao Te, se terem junto a Wu Dang. Tche Shan e o seu discípulo Hsing Ying formam os Dez Tigres de Shaolin do Sul<sup>166</sup>.

Este templo é atacado pelo exército Manchu à qual se juntara Feng Tao Te e numerosos alunos de Wu Dang. Alguns dos Tigres de Shaolin do Sul morrem, mas outros dispersam-se na província de Cantão, propagando o Wu Shu. A famosa escola Win Chung é fundada por uma neta de um dos Tigres (Fang Shi Yu). Entretanto, um desses Tigres funda um novo templo Shaolin em Guangzhou sobre o Monte Seu, ao qual se juntam mais dois colegas e retomam as actividades anti-manchús com as sociedades secretas, o que leva a uma derradeira destruição por parte do exército imperial, com o apoio concreto de Wu Dang.

Uma multiplicidade de escolas proliferam com linhagem directa ou indirecta a Shaolin e a Wu Dang. Shaolin não pôde destruir Wu Dang e Wu Dang não conseguiu destruir Shaolin. A dinastia Manchu sempre teve problemas com o Wu Shu e as sociedades secretas: a revolta dos turbantes vermelhos, a revolta do Lótus Branco, enfim, a revolta dos boxeirs (Yi Ho Tuan) em 1900, com a queda da dinastia Ming em 1911 e sequente República da China (1911-1949).

#### **2.4.1.8 Conclusão**

Como é óbvio, muitos traços deste extenso relato de Georges CHARLES não são historicamente confirmáveis e tentámos, com algumas notas, afirmar exactamente esse facto. Não é fundamentalmente o encontro da verdade histórica que nos leva à sua exploração, mas sim a compreensão da operação cultural que, na transição dos métodos chineses de combate desenvolvidos institucionalmente em Shaolin / Wudang para Okinawa. Mais especificamente no âmbito do wushu em análise até agora, interessa-nos o inerme quanfa que em japonês de lê kenpô.

O auge da reputação marcial de Shaolin ficará precisamente ligado à dinastia Tang (618-907) e contribui para o desenvolvimento das artes marciais junto das mais altas castas da sociedade. O símbolo Tang (唐) perdurará nas artes marciais da China, prolongar-se-á pelas de Okinawa onde não se perderá, e liga-se também à literatura e às

---

<sup>166</sup> McCARTHY (1993, p. 111) refere que este templo de shaolin, normalmente descrito como templo Shorei em Japonês, teve um impacto enorme no crescimento e direcção das tradições de luta civil na área a sul do rio Yangtze durante a dinastia Qing. Os segredos dos ataques aos pontos vitais foram-se difundindo a partir dali.

restantes artes, construindo uma referência importante para os séculos seguintes. Muitos monges Shaolin ensinam a arte do punho aos generais da guarda imperial e ao próprio imperador. As revoltas camponesas levam à divulgação por alguns estratos da população. A estimulação do ensino laico das artes marciais da dinastia Song, promove a divulgação generalizada e Shaolin volta a reafirmar-se como centro importante na luta contra a dinastia Mongol Yuan e emerge novamente na dinastia Ming. A revolta na dinastia Manchu Qing marca o seu desmantelamento institucional, sem o apogeu anterior. A referência a Shaolin e à sua “sombra” Wudang, vinculado à dinastia Tang (唐), fica até ao século XX.

Como é evidenciado por McCARTHY,

*é virtualmente impossível traçar a evolução destes estilos e escolas. Na retaguarda de muitos eminentes membros da Associação de Wushu de Fuzhou, Li Yiduan mantém que um número incalculável de escolas e estilos (muitas vezes praticados por poucas ou apenas uma família ou ainda por uma só pessoa) ou se desvaneceram, ou foram exportadas para uma província vizinha, ou foram consumidas por outros estilos ao longo de gerações (McCARTHY, 1993, p. 29).*

Mas uma primeira modelação institucional parece ter sido retida. A escola Shaolin é mais atlética e externamente dura, enquanto a linhagem Wudang era mais higiénico-terapêutica, energeticamente interna, baseada nos pontos vitais e suave. Veremos como essa mesma distinção emerge depois na emergência do Karaté de Okinawa.

Terá a escola de Shaolin do Sul, fundamentalmente seguindo os passos da linha dura e, por isso, levado a abandonos de alguns monges para Wudang? Dá a impressão de iniciar uma tendência equilibradora, uma certa síntese para os movimentos mais internos. Nada confirmável por enquanto.

As lendas tendem a reflectir essa modelação, como é o caso de Zhang Sanfeng (nascido em 1270), formado nos estilos duros de Shaolin, ao resolver criar uma forma de defesa pessoal baseada em vencer o adversário com o mínimo de energia aplicada a pontos vitais, faz uma verdadeira síntese entre a dureza de Shaolin e a suavidade do quanfa Taoista (McCARTHY, 1993, p. 109).

É natural que no século XX, aqueles que aprendem as tradições de luta o fazem baseados em finalidades de recreação, desenvolvimento pessoal e devido à natureza

artística e cultural dos movimentos, pelo que “poucas pessoas hoje entendem os segredos de ataques aos pontos vitais” (McCARTHY, 1993, p. 112).

## 2.4.2 Budo – A Institucionalização Moderna

### 2.4.2.1 Bugei e Bujutsu

A maioria dos autores refere Bugei como sinónimo de Bujutsu, na designação das artes marciais japonesas. No entanto, outros diferenciam-nas claramente.

Serge Mol (2001) chama a atenção para os termos “bugei” e “bujutsu” que, traduzidos como “artes militares” ou “artes marciais”, e sendo utilizados indiscriminadamente, contêm uma diferença a realçar.

*O termo bujutsu refere-se mais às técnicas ou táticas numa primeira fase de desenvolvimento – que é a sua aplicação prática real em situações de combate.*

*Bugei é normalmente associado a uma segunda fase: técnicas ou táticas que tiveram sucesso comprovado em situações de combate, foram posteriormente adaptadas e talvez melhoradas de maneira que pudessem ser também praticadas (MOL, 2001, p. 69).*

Segundo o autor, o termo Bujutsu (武術) será então o fundamento técnico circunstanciado e circunstanciável ao combate de guerra em si mesmo, enquanto o termo Bugei (武芸)<sup>167</sup> tem a ver com a circunstância mais artística e de aperfeiçoamento, mais tecnicamente conotado com o sentido de arte no movimento de aperfeiçoamento técnico do que teve sucesso em combate real.

Para OMI (s.d.), Bugei refere-se à variedade das habilidades de combate requeridas a todos os Samurai, incluindo várias disciplinas (“*bugei ju happan*”<sup>168</sup> – as 18 disciplinas). Bujusu, para este mesmo autor, designa as artes de combate mais refinadas e desenvolvidas de forma sistemática.

O professor da Universidade de Tsukuba, Kohei IRIE (2005, p. 157), aprofunda a noção clara das características estéticas inerentes ao conceito “*Gei*” (芸): “refere-se ao

---

<sup>167</sup> *Gei*, entre outros, significa arte, talento, habilidade, técnica, performance, teatro, truque. É usado também para “*geisha*” que se refere a uma pessoa (*sha*) habilidosa em artes de entretenimento (*gei*), assim como “*mingei*” significa “*gei*” de “*min*” (pessoa comum), logo arte folclórica (LOWRY, 1995, p. 87).

<sup>168</sup> Também referido como “*bugei ju happo*” – as 18 artes marciais, que devem ser entendidas mais no sentido metafórico (LOWRY, 1995, p. 87).

acto de usar uma parte, ou todo o corpo para criar algo de valor cultural”. Embora não o afirme explicitamente, interpretando livremente da nossa parte, os Bugei seriam a cultura da guerra, do ponto de vista das maneiras de pensar, sentir e agir, construídas pelos guerreiros: bushi. Aquele autor conota ainda os Bujutsu ao “uso das técnicas de combate para resolver uma disputa e colocar o inimigo sobre controlo”, sendo então central nos Bujutsu “a questão de vida ou de morte”, pelo que a noção de perder é sinónimo inevitável de morrer (*ibidem*, p. 156).

LOWRY (1995, p. 69) corrobora o vínculo da denominação Bujutsu ao campo de batalha real das artes marciais. Afirma também mais à frente (p. 87) que Bugei é um termo geral aplicável à denominação das artes marciais, quer das referentes aos guerreiros clássicos, quer das modernas disciplinas do século XX (após a revolução Meiji) que se denominam normalmente como Budo (武道) e que abordaremos a seguir.

FREDERIC (1993, pp. 17-18), traduz Bugei por “arte do combate” e Bujutsu por “técnicas do combate” e HABERSETZER (2000, p. 73), aduz ainda a ideia que as técnicas de combate (Bujutsu) se desenvolveram a partir das Bugei. Esta definição é aparentemente contraditória com a definição de MOL que analisámos inicialmente, deixando HABERSETZER a ideia que as Bujutsu (técnicas de combate) se terão desenvolvido cronologicamente a partir das Bugei (artes marciais). Como que teríamos um período Bugei seguido de um período Bujutsu antes do moderno período Budo.

Esta ideia cronológica é claramente defendida por SVINTH (2003):

*Buguei: “arte marcial”. Até ao séc. XVII, este era o termo japonês genérico para o manejo de espada, combate de lança e alabarda, arquearia, etc. Durante o séc. XVIII, o sinónimo bujutsu (“técnicas marciais”) começou a substituir bugei no seu uso comum, e após 1868, o cognato budo (“caminhos marciais”) começa a substituir ambos. A mudança na terminologia reflecte a mudança na sociedade japonesa (SVINTH, 2003, p. 260).*

É evidente que “a guerra não pertence nem ao campo das artes nem ao das ciências, mas ao campo da vida social” (CLAUSEWITZ, orig: 1832, p. 122), e o desenvolvimento das “técnicas” e das “artes” da guerra é feito sobre o pano de fundo inicial do “conflito de grandes interesses que é resolvido com derramamento de sangue e só nisso é diferente dos outros” conflitos sociais, seja nos negócios, seja na política de Estado que “é o ventre onde a guerra se desenvolve” (*ibidem*).

Como é evidente, estamos a falar de actividades motrícias com vínculo original às técnicas concretas de combate que, “incorporando influências de outras facetas da cultura da região, evoluíram para uma forma cultural multifacetada com objectivos infinitamente mais sofisticados do que apenas matar e lesionar” (IRIE, 2005, p. 155). Ou seja: à medida que os saltos culturais vão operacionalizando outras integrações, como foi o caso do Xogunato Tokugawa (1600 – 1867) mais pacífico a seguir às eras anteriores dos senhores da guerra, vão-se superando os objectivos iniciais, ficando lá, integrados, mas superados. “O bujutsu japonês evoluiu das técnicas primárias para atacar e matar um inimigo para um caminho de introspecção e vida pacífica” que será mais conhecido como Budo (*ibidem*, pp. 156-157).

Após uma análise de síntese geral, a interpretação que nos fica e que aqui vamos utilizar é a de que Bugei (artes marciais) é um termo mais generalista e, em certa medida, “superficial”, enquanto Bujutsu (técnicas marciais) é o termo mais específico e referenciado às características técnicas concretas. É também um facto que para antes da restauração Meiji (1868), os autores modernos usaram mais o termo Bujutsu, tornando-se o Bugei mais erudito.

Os dois ideogramas *bu* (武) e *jutsu* (術)<sup>169</sup> (Japonês) são os mesmos de *wu* e *shu* (Chinês mandarim), pronunciando-se de maneira diferente mas com o mesmo significado (CHARLES, 1985, nº 118, p. 73; PLÉE, 2003, p. 69). O primeiro (*wu* ou *bu*) significa “guerra” ou “marcial” se preferirmos utilizar a tradução que honra o deus Marte<sup>170</sup>. O segundo (*shu* ou *jutsu*) significa “arte”, “técnica” ou “ciência” no sentido de “técnica que exige um talento particular. Um dom.” (PLÉE, *ibidem*).

É nesse sentido que o termo “Artes Marciais” (*wushu* em chinês ou *bujutsu* em japonês) emerge no vocabulário ocidental, por influência anglo-saxónica, sendo adoptado pela quase unanimidade do mundo (CHARLES, *ibidem*). Outras expressões foram-se divulgando posteriormente, mas menos fundamentadas<sup>171</sup>.

---

<sup>169</sup> Pode também ser usado o mais moderno e simplificado kanji 術 que tem o mesmo fonema e significado.

<sup>170</sup> “Marte não era somente o Deus destrutor da guerra mas igualmente o protector das Artes aplicadas e das técnicas corporais” (CHARLES, 1985, nº 118, p. 73).

<sup>171</sup> Por exemplo “Kung Fu” (功夫) que em Chinês mandarim quer dizer “Sublime” enquanto *Quan Fa* (拳法) ou *Chuan Fa* é que querem dizer a “via do punho”, (mão ou braço), sendo esses ideogramas pronunciados em Japonês “Ken Po”. A utilização mais conhecida daquele adjectivo é “Confúcio”, forma latinizada de “Kongfu-Tseu”, ou seja: “o sublime Tseu” (nascido cerca de 555 AC e falecido cerca de 479, fundador do Confucionismo (PLÉE, 2003, p. 69).

Donn DRAEGER (1973, p. 19) chama a atenção para o facto de ser desajustado este termo simplista genérico e foca a atenção na diferença entre bujutsu e budo, esclarecendo:

*Há muitas diferenças entre bujutsu, ou artes marciais, e budo, ou caminhos marciais. Os bujutsu são sistemas de combate desenhados por e para guerreiros para promover a auto-protecção e a solidariedade no grupo. Os budo são sistemas espirituais, não necessariamente desenhados por guerreiros nem para guerreiros, para o auto-aperfeiçoamento do indivíduo.*

Estudaremos mais à frente a questão dos Budo. Antes, merece-nos a atenção perceber que há dois aspectos importantes para compreender as artes marciais japonesas. Para além de se perceber que vamos evoluindo culturamnlmente dos bujutsu aos budo e, nestas, das clássicas às modernas e novas, é essencial compreender que são multifacetadas, com um percurso próprio em termos disciplinares e que, essencialmente, são feitas por protagonistas: os sujeitos que actualizam, pela sua intencionalidade operante, a motricidade humana característica aos bugei, bujutsu e budo.

De forma interessante, o ideograma que se lê “bu” (武) tem como radical “shi” (止) que significa parar, desistir, deter. Vários autores fundadores do Karaté moderno referiram-se especificamente a este assunto. Vamos apenas citar três dos mais importantes para exemplificar a importância dada ao assunto.

Gichin FUNAKOSHI refere que 武 “é composto por dois ideogramas que significam ‘conflito’ e ‘parar’, pelo que o verdadeiro significado de *bu* é intervir entre duas partes em conflito para pôr fim na sua luta” (orig: 1925; trad: 2001, p. 174). Para “conflito”, este autor anota os kanji 干戈 (“armas” ou “armamento”)<sup>172</sup> e para “parar” anota o kanji 止 (*ibidem* p. 186, nota 3). Kenwa MABUNI refere que “o ideograma para marcial (武) é escrito como parar (止) uma alabarda (戈)” (orig: 1934, p. 21). Hironori OTSUKA, comentando o kanji 武, afirma que “o ideograma para assuntos militares divide-se em duas partes, uma que significa guerrear ou lutar, enquanto a outra significa diminuir” (orig: 1977; trad: 1997, p. 5).

---

<sup>172</sup> O kanji “kan” 干 significa opor, ofender, invadir, pelo que a tradução para o inglês “conflito” é bem feita. Pressupomos que 戈 seja uma variação de 干, mas não identificámos tal na bibliografia consultada. O facto de FUNAKOSHI apresentar estes dois kanji em simultâneo reflecte claramente essa possibilidade.

O mesmo é evidenciado por Georges CHARLES na análise do ideograma “wu”, concluindo que “significa literalmente ‘aquele que é capaz de parar a guerra’” (1985, nº 118, p. 74). Na verdade, o ideograma 上 (Shan em japonês ou Shang em chinês – por cima, sobre, superior) evoluiu para 止 (Shi em japonês ou Zhi em chinês – parada, parar).

Para o Dr. YANG (1996, p. 19), “a filosofia fundamental das artes marciais chinesas é parar a luta” e logo a seguir justifica essa filosofia de base, referindo que a palavra “marcial” (武) é constituída por duas “palavras” chinesas: “parar” (止) e “armas” (戈), referindo que isto significa “parar a batalha”.



**Fig. 33 - Kanji Bu**

Na decomposição do kanji 武 analisada por WILSON (1982), além do radical 止 já referido, ele coloca a mesma abreviação do radical 戈 usada por FUNAKOSHI. No entanto dá-lhe o significado “lança”<sup>173</sup> e cita dois dicionários de chinês primitivo:

*Bu consiste em subjugar a arma e dessa forma parar a lança (WILSON, 1982, p. 16, citando Shuo Wen).*

*Bu consiste em bun (文 : literatura ou letras, e geralmente as artes da paz) parando a lança. Bu proíbe a violência e subjuga as armas ... põe as pessoas em paz e harmoniza as massas (ibidem, citando Tso Chuan).*

Assim sendo, a tradução de Bujutsu tem mais a ver com a técnica ou a “arte capaz de parar a guerra” ou, por extensão: “arte opondo-se à violência” tal como CHARLES (1985, nº 118, p. 74) apresenta, seja para Wu Shu, seja para Bu Jutsu.

---

<sup>173</sup> Também por vezes traduzido como “alabarda”, ou seja: arma composta de uma haste longa, terminada em ferro largo e pontiagudo, e atravessada por outro ferro em forma de meia-lua. DIAS (2005, p. 4), citando Bernard Marilier.

#### 2.4.2.2 *Bushi e Samurai*

O protagonista no manejo dos instrumentos capazes de parar a “lança”, era o Bushi (武士).

O radical shi (士) parece ter como significado “a pessoa que presta uma função” ou “aquele que tem habilidade em algum campo” embora, inicialmente, na história chinesa, apareça para definir a classe mais elevada da sociedade, acima dos agricultores, artesãos e comerciantes (WILSON, 1982, p. 16). Este autor chama a atenção para que “isto não nos deve conduzir ao engano porque o shi, como a mais elevada das quatro classes, manejavam as armas tal como os livros” (*ibidem*).

Bushi significa, assim, o homem que tinha a habilidade de manter a paz, quer através da literatura quer através de meios militares.

Elogiando ainda o equilíbrio importante no comportamento humano civilizacional, retirado de um livro do período Heian (794-1185), poderemos encontrar este relato:

*[...] O cavaleiro evita os três extremos. Ele evita o extremo da pena do homem literário; ele evita o extremo da alabarda do homem militar; e ele evita o extremo da língua do advogado (in: WILSON, 1982, p. 16).*

A palavra bushi entrou no vocabulário japonês e a sua primeira aparição escrita é no Shoku Nihongi<sup>174</sup>, completado em 797 d.C., num capítulo cobrindo o ano 723 d.C.:

*Mais uma vez, a Augusta personagem disse, “o homem literário e o guerreiro são eles quem a nação valoriza” (in: WILSON, 1982, p. 17).*

O ideal de guerreiro culto é simbolizado em *uruwashi* (文武) “significando uma situação de equilíbrio e harmonia entre o padrão ou beleza exteriores 文, e a essência ou substância interiores 武. Os homens que possuam esta qualidade serão completos tanto no mundo das artes como no da habilidade marcial e coragem” (WILSON, 1982, p. 25).

---

<sup>174</sup> Já referido por nós como *Nihon Shoki*, utilizando assim a referência de Paulo COSTA (1995, p.41).



**Fig. 34 - Um ícone clássico do Monge Zen Lazen - A Pena e o Sabre**

**Cortesia P. McCARTHY – Adaptação do Autor**

Não é de estranhar o texto de Sosen Toyohira descoberto por GOODIN (2005), onde se refere:

*Em Okinawa, um especialista de Karaté era chamado bushi, que significa um verdadeiro cavaleiro ou um carácter nobre. Em tempos feudais no Japão, em contraste, bushi referenciava-se a guerreiros ou samurais [...] (Toyohira, 1961 in: GOODIN, 2005, p. 16).*

A hipótese central de Charles GOODIN é a de que o termo *bushi* tem diferentes leituras em Okinawa e no Japão, sendo naquela ilha usado o termo *kakure bushi* para “bushi oculto”, ou seja, o que esconde o facto de ser um especialista em Karate, o de *tjikun bushi* para “punho de bushi”, ou seja, o que tem grotescos nós dos dedos e é conhecido pela habilidade de luta, faltando-lhe a profundidade de cultura e de princípios de um cavaleiro, e o de *kuchi bushi* ou “bushi de boca”, ou seja, o que pretende apresentar-se enganosamente (bluff) como bushi (GOODIN, 2005, p. 17)<sup>175</sup>.

Pela análise da literatura encontrada e já referida, verificámos que o sentido de cultura, literatura ou letras, característico de *bun*, assim como o de código de cavaleiro, são a essência de *bushi* no Japão e na China (origem dos Kanji), pelo que a questão central é sempre a da interpretação referenciada a determinado contexto. Há sim um todo cultural em torno da importância dada à superação das técnicas de combate num nível superior de cultura. A preparação do bushi em tempo de paz leva a que as técnicas estejam lá, integradas no seu treino, mas superadas num nível cultural humanamente

---

<sup>175</sup> Aqui voltamos aos extremos da pena, da alabarda e da língua a que já nos referimos poucos parágrafos acima.

superior, e isto foi uma operação que aconteceu de forma perfeitamente identificada no Japão, pelo que é possível que a adaptação dos valores bushi japoneses da época Tokugawa, através da marcante influência Satsuma (apesar de tudo sempre “invasora”), levasse a assumir essa nova conotação da formação do bushi em tempo de paz: o cavaleiro que integrando as artes da guerra, as supera no seu comportamento, negligenciando aqueles que não o fazem.



**Fig. 35 - Bun Bu Ryo Do - Desenhado por Shoshin Nagamine**  
**(O caminho duplo do marcial e da erudição)**  
**Cortesia P. McCARTHY – Adaptação do Autor**

Quer bun (文) quer bu (武) são acções e qualidades contrastantes consideradas essenciais para o homem superior do tempo, por ambas as culturas: chinesa e japonesa. Em Okinawa, esse aspecto é relevado ao máximo<sup>176</sup> e Gichin FUNAKOSHI (orig: 1934b, p. 44) afirma:

*Ilustrando a importância de combinar o treino físico com a busca erudita, no caminho da mestria das artes marciais, “Bun Bu Ryo Do”<sup>177</sup>, é um antigo provérbio compreendido por todos os praticantes de artes marciais [...] (FUNAKOSHI, orig: 1934b, p. 44).*

Um outro termo utilizado para designar o guerreiro japonês é o famoso Samurai (侍) que também se pode escrever como (士). Originalmente um verbo significando “esperar por ou acompanhar uma pessoa de níveis sociais superiores”, passou a ser usado com o sentido de “aquele que serve atendendo à nobreza”, aparece em poemas japoneses da primeira parte de séc. X (WILSON, 1982, p. 17).

---

<sup>176</sup> Sendo interessante notar, como o faremos mais à frente, a ideia central testemunhada por Basil HALL em 1816: “homem lequiu não luta, homem lequiu escreve; não luta”.

<sup>177</sup> O estudo académico e o treino marcial, são ambas partes no caminho a seguir. NAGAMINE (2000, p. 3) evidencia este significado como “o equilíbrio entre o treino físico e o estudo filosófico”.

A partir do meio do período Heian (794-1185), estas personagens serviram como guardas da alta nobreza, portando armas e, sendo recrutados cada vez mais da classe guerreira, “saburai” (samurai) passou quase inteiramente a ser sinónimo de bushi a partir de séc. XII, que é, como já analisámos, o período quando os dáimio (大名)<sup>178</sup> passam a controlar regiões do Japão após o início do Bakufu (幕府)<sup>179</sup> com a administração Xogunal (将軍)<sup>180</sup>.

No séc. XIV, o termo samurai passou a ser de uso comum para designar um tipo de guerreiro clássico (*bushi*) que por privilégio hereditário e por treino especializado era um guerreiro profissional. “No entanto, nessa altura, os samurai de forma nenhuma eram o mais alto grau dos bushi, e no período Edo (1603-1898) houve muitos níveis diferentes dentro da classe dos samurai” (DRAEGER, 1974, p. 21).

Autores especialistas em descobrimentos portugueses do Japão, referem a origem nobre nos Samurai:

*Era samurai todo o guerreiro de origem nobre que tinha o direito de usar dois sabres. Durante o xogunato dos Tokugawa (1603-1868), este grupo teria uma regulamentação mais estreita, sendo necessário, então, possuir uma determinada porção de terra para se ser samurai. Na idade média japonesa eles correspondem, grosso modo, aos bushi, palavra que designava todos os guerreiros, independentemente de serem proprietários ou não (COSTA, 1995, p. 72, nota 46).*

No entanto, autores especialistas marcam uma certa diferença entre um Bushi e um Samurai:

*Em japonês há dois termos para designar «guerreiro feudal»; bushi e samurai, cada um com a sua conotação: o primeiro exprime uma imagem de guerreiro que tem respeito pelo bushi-dô «via do guerreiro», que obriga o bushi a comportar-se segundo a ética da classe social a que pertence, enquanto o segundo nem sempre exprime esta imagem de respeito das normas comportamentais. Podemos afirmar que o portador de sabre é um samurai, qualquer que seja a sua moral, o que não é o caso de um bushi. Dá-se o caso que o mestre Mabuni emprega ao longo do seu livro o termo bushi na vez do termo samurai. De qualquer forma, como este último é mais bem conhecido que o primeiro em França, empregaremos neste livro*

---

<sup>178</sup> Dai (大) significa grande, vasto, alto; myô (名) significa nome, título, posição, nível. Assim, literalmente é “grande título” ou “grande posição”.

<sup>179</sup> Baku (幕) significa cortina, tenda; e fu (府) significa loja, governo, prefeitura. Assim, literalmente é “governo da tenda”.

<sup>180</sup> Shô (将) significa vontade, futuro, general; gun (軍) significa exército, militar, soldados, tropas. Assim, shogun é general militar.

*samurai no sentido onde os Japoneses entendem o termo bushi (Etiene e Suzuki in: MABUNI, 2004, p. 62).*

Confirmando-se a ideia de que Bushi é aquele que tem a habilidade para manter a paz, seja pela pena, seja pela espada e que Samurai é sinónimo de Bushi para o senso comum a partir do séc. XII, marcando culturalmente até ao séc. XIX a cultura e os valores japoneses, não podemos esquecer a valorização do código que diferencia um verdadeiro Bushi de um guerreiro com sabre. Interessa-nos, por isso, perceber o currículo da formação deste aristocrata.

### **2.4.2.3 Bushido e Dô – O Caminho do Bushi.**

A educação do aristocrata guerreiro, sendo disciplinarmente severa, cheia de diversas actividades de treino do combate desde tenra idade, era também fundamentada num código de conduta próprio. O conjunto dessa preparação é conhecido por Bushido (武士道)<sup>181</sup>, ou seja, o Dô (道) do Bushi (武士).

Fundamentalmente, o currículo pedagógico do bushido consistia em: “esgrima, arco, jiu-jitsu ou yawara, cavalaria, uso da lança, tácticas, caligrafia, ética, literatura e história” (NITTOBE, orig: 1905, 2001, pp. 95-96).

Iniciado como um código de conduta não escrito, tácito “nas mentes e corações dos homens”, no final dos anos do período Heian (794-1185) “transformou-se numa expressão de moralidade e espírito do guerreiro clássico, como distinto do sentido de moralidade nacional”. As sete virtudes cardinais no *Kokon Chomonshu* de 1254, “instigavam o guerreiro a evitar a violência, manter o sabre embainhado e viver em paz e amizade com o seu companheiro” (DRAEGER, 1974, p. 30).

É no tempo de do bakufu estabelecido por Minamoto Yoritomo na era Kamamura (1189-1199) que “o código ético evoluciona posteriormente em termos de relacionamento entre inferiores e superiores, e a lealdade de todos os guerreiros a Yoritomo como Xogum, era a virtude superior”. Tornando-se mal definido o conceito

---

<sup>181</sup>Normalmente, Bu é interpretado por militar, marcial, relativo à guerra; Shi significa estudante, cavaleiro, soldado; Dô significa passagem, estrada, caminho, método, via. No entanto, tal como já vimos que o contexto de *bushi* é riquíssimo, onde interpretamos e escrevemos *bu* como *parar a alabarda*, em sintonia com *bun* que é *usar a pena*, também em dô a ideia mais profunda pelo estudo que fizemos até hoje resume-se em *olhar a pegada que traça o caminho*. Assim, o escrevemos neste momento, mas melhor o veremos a seguir.

de lealdade com o domínio da família Hojo até aos Ashikaga, o guerreiro pro-bakufu devia lealdade ao xogum e bakufu, enquanto o guerreiro pro-imperador estendia a sua lealdade apenas ao Imperador.

Mas nos dias dominados pela guerra do período Muromachi (1336-1568), a lealdade mútua entre senhores das províncias dependia dos óbvios interesses e benefícios económicos respectivos, e assim: o controlo do idílico e sem nome bushido estava nas mãos dos guerreiros clássicos.

Visto pela primeira vez pela civilização cristã no apogeu Muromachi:

*O modo que tem el-rei de castigar algum senhor de título que se levanta contra ele ou faz traição, é este: o mesmo dia que determina el-rei que morra, estando o traidor solto na sua liberdade, lhe envia dizer que há-de morrer tal dia. O traidor responde, que se sua alteza quiser, que ele próprio de matará. E se el-rei lhe envia o sim, o tem por grande honra, e veste-se dos melhores vestidos que tem, e toma um punhal e cruza-se todo o peito, e assim morre. E os que alcançam morrer desta maneira, não ficam infames, nem tidos por traidores, e conservam-se seus morgados e famílias como antes. [...] Mas se el-rei responde ao traidor que não se mate que ele enviará quem o castigue, ouvida a resposta põem-se em armas o traidor com todos os seus criados, amigos e filhos. E el-rei envia um senhor que tem esse cargo, que é como capitão ou governador da cidade, com a gente necessária para matar o delinquente. Estando vendo a peleja todo o resto da cidade, defende-se o traidor o melhor que pode, ao princípio com frechas, logo vêm às lanças e finalmente às espadas. E assim morre o traidor com todos os seus folhos, criados e amigos, e a sua casa é queimada e apagada a sua memória e de toda a sua geração. [...] tudo o levam por ponto de honra (Cosme de Torres, 1557, in: COSTA, 1995, p. 221).*

Assim, vemos que a educação do Bushi incluía também a preparação para o ritual de seppuku (切腹) (corte do ventre) mais vulgarmente conhecido pelo sinónimo hara-kiri (腹切り)<sup>182</sup>. E quando era cometido à morte do seu senhor, designava-se oibara (追腹).

Num silogismo ao corte intencional do ventre onde se expressa o fundamento do código de conduta nos valores de coragem, lealdade e honra: “Eu abrirei o assento da minha alma e mostrarei como se tem tratado. Vê por ti mesmo se está sujo ou limpo” (NITOBÉ, orig: 1905, 2001, p. 96).

---

<sup>182</sup> Os mesmos kanji de corte do ventre (seppuko), em ordem inversa (ventre cortado)



**Fig. 36 - Wakizashi preparado para Seppuku**

É no mais calmo período Edo (1600-1867) que se inicia a formalização idealista do bushido através de Soko Yamaga que, com o seu “Credo Guerreiro” (Bukyo) e o “Caminho Guerreiro” (Shido), “esboça o papel social e o valor do guerreiro na sociedade”, consolidada com o cânone dos guerreiros da família Nabeshima de Hizen<sup>183</sup>, o Hagakure (葉隠 - escondido por trás das folhas), elogiando uma ética onde dominava o espírito de serviço e lealdade:

*Seremos os primeiros no cumprimento do nosso dever.  
Tornar-nos-emos úteis aos nossos superiores.  
Estaremos de serviço aos nossos pais.  
Alcançaremos nobreza na caridade.  
(in: DRAEGER, 1974, p. 31)<sup>184</sup>*

YAMATOMO (orig: c.1716, p. 17) identificando a negligência apela: “O Caminho (Dô) do Samurai é encontrado na morte”.

Na análise do kanji dô (道)<sup>185</sup>, descobrimos que é composto pelo kanji *chaku* (𠂔)<sup>186</sup> que simboliza para alguns um pé traçado de perfil, e daí o significado de caminhar, andar, ir; e o kanji *shu* ou *kubi* (首)<sup>187</sup> que significa chefia, liderança, cabeça, “representando supostamente uma cabeça e o cabelo, inferindo-se o ‘princípio’ ou ‘início’ da humanidade e de todas as coisas” (IRIE, 2005, p. 158). Este autor, em relação ao radical *chaku* ou *shinnyou* (𠂔) refere que pode ainda ser dividido nos

---

<sup>183</sup> Presentemente a prefeitura de Nagasaki.

<sup>184</sup> Na tradução inglesa de Wilson do Hagakure de Tsunetomo YAMAMOTO (1659-1719): “Não se deixar ultrapassar no caminho do Samurai. Ser útil ao Senhor. Ser filial aos pais. Manifestar grande compaixão, e actuar para a salvação do Homem.” (YAMAMOTO, orig: c.1716, p. 169).

<sup>185</sup> Passagem, estrada, via; método, caminho <<http://en.wiktionary.org/wiki/%E9%81%93>>. [Consulta 2005-05-10].

<sup>186</sup> Andar; andando <<http://en.wiktionary.org/wiki/%E8%BE%B6>>. [Consulta 2005-05-10].

<sup>187</sup> Cabeça; primeiro; líder, chefe; poema <<http://en.wiktionary.org/wiki/%E9%A6%96>> [Consulta 2005-05-12].

elementos (彳)<sup>188</sup> que significa “ir” e (止) que significa “parar”, dando-lhe a interpretação de “*michi*” (ou Dô) como “um caminho ou via onde uma pessoa pára e começa no seu caminho de um ponto ou destino para outro” (*ibidem*).



**Fig. 37 - Dô – O caminho ou o sentido**

**por: Nakamura Taisaburo – Cortesia Patrick McCARTHY**

Este ideograma transversal a todos os Budo, em chinês lê-se *tao*<sup>189</sup> e é o fundamento expressivo com que se diz que Lao TSE (orig: 531 a.C) inicia o ancestral Tao Te King (道德經): o livro (*king*) do caminho (*tao*) virtuoso (*te*)<sup>190</sup>.

*Tao (dao) é um centro vazio ou esvaziado, do etéreo ou virtual, por ele transitam os contrários (o pólo masculino ou yang e o pólo feminino ou yin). Este centro vazio do tao recorda o centro esvaziado na mitologia japonesa, ocupado pelo deus lua Tsukuyomi, cuja ocupação consiste precisamente em não fazer nada. Dá a impressão ao observador ocidental que as protomitologias orientais descobriram o interior do real esvaziado do exterior fenomenológico, mas esse interior não é o interior humano ou pessoal senão o pré-humano ou pré-pessoal, ou seja, o interior obscuro da natureza transpessoal: seu nome é o Inominável (ORTIZ-OSÉS, 2001, p. 3).*

---

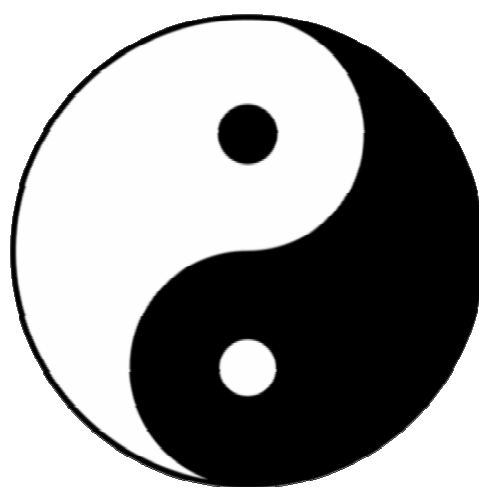
<sup>188</sup> Que ele não romaniza mas que pela nossa consulta é *teki*, significando: “passo com o pé esquerdo” <<http://en.wiktionary.org/wiki/%E5%BD%B3>>. [Consulta 2005-05-12].

<sup>189</sup> Em romanização Wade-Giles, ou *dào* em romanização Pinyin.

<sup>190</sup> Lao Tze ou Lao Tseu (570-490 a.C.) é considerado miticamente o fundador do Taoísmo e o Tao Te King ou *daodejing* (*dao* é *tao*) é uma recolha das suas parábolas pelos seus discípulos adeptos da “não intervenção”. Não está comprovado que tenha deixado algo escrito, tal como Confúcio (555-479 a.C.) – *Kungfu-tseu* – nele se terá inspirado sem deixar nada escrito. Já o discípulo Mêncio ou Mêncio (370-290 a.C.), contemporâneo de Platão, Aristóteles, Zenão, Epicuro e Demóstenes entre outros grandes homens do Ocidente, escreveu abundantemente e foi posteriormente divulgado pelos jesuítas no Ocidente (PLÉE, 1998, p. 15). Aconselhável a leitura das traduções do Padre Joaquim Guerra de 1984 pelos Jesuítas Portugueses – Macau.

Um outro livro chinês ancestral a par do anterior é o I Ching (易經) em que o primeiro ideograma significa, como verbo, transformação e o segundo livro, podendo ser lido *king* como vimos no anterior Tao Te King. É portanto o livro das mutações ou das transformações, composto por 64 trigramas e respectivas interpretações. Cada traço contínuo representa o yin e cada traço descontínuo representa o yang.

A dualidade manipulada e apresentada pragmaticamente nos trigramas é também representada no taijitu (太極圖) Taoista, mais conhecido pelo símbolo yinyang (陰陽).



**Fig. 38 - Taijitu**

Na verdade, na raiz do conceito Budo, DRAEGER (1973a, pp. 22-24) coloca com precisão a orientação baseada no confucionismo que os oficiais bakufu (幕府)<sup>191</sup> quiseram dar para as orientações sociais ortodoxas que deram sanção ao seu governo de 1185 a 1868. Nessa base, este autor coloca Chu Hsi (1130-1299) e Wang Yang-ming (1472-1529).

A filosofia social humanista de Hsi, chamada Shu-shi, focava-se directamente no homem e nas suas relações humanas mais do que em leis espirituais ou divinas. A obrigação humana era estimulada pela lealdade requerida na piedade filial, nas relações sociais e do seu dever para com o seu senhor.

Rivalizando com aquela ortodoxia, o confucionismo de Yang-ming, chamado Oyomei focava-se no indivíduo e na sua intuição e senso moral mais do que no

---

<sup>191</sup> Governo da tenda, simbolizando o regime Xogunal.

intelecto. A única “verdadeira aprendizagem” é a que se refere ao controlo da própria mente. Por esse processo de aprendizagem o homem augura “exemplificar a ilustre virtude”, baseando-se na auto-disciplina que unifica a acção e o conhecimento, e leva ao auto-conhecimento inatingível por outras formas. Como é óbvio, insistindo mais na acção do que nas palavras, orientando o indivíduo para o seu próprio progresso e, assim, para o mérito individual sobre o privilégio hereditário, a tutoria sobre o Xogum, desconfiada, descobria-lhe um ponto fraco: Yang-ming era um verdadeiro apaixonado pelo estudo das estratégias e tácticas marciais e, como “um verdadeiro cavaleiro não se devota a estas coisas”...

Donn DRAEGER (*ibidem*) a seguir salienta o que a cultura japonesa forjou com os conceitos chineses, construindo as bases do Dô.

É na elevação da mente, para além do “presente-eu”, assente em valores supra-morais, ou seja, para além dos valores morais que o auto-aperfeiçoamento se foca. Não é no aumento do conhecimento (informação pessoal sobre matérias de facto). Daí a expressão de Lao TZE (orig: 531, p. 115): “Persevera nos estudos e dia a dia aumentarão os teus conhecimentos; persevera no Tao e dia a dia os perderás”. O primeiro é razão passiva, o segundo é intuição activa. Mas numa relação dialética:

*O caminho de todas as coisas leva a obscuridade nas costas e a luz na frente;*

*Ambas harmonizam-se com o espírito infinito;*

*E por isso todas as coisas:*

*Diminuem e, com certeza, aumentam;*

*Aumentam e, com certeza diminuem.*

*(ibidem, p. 103)*

A base do conceito de Dô ou *michi* (caminho) está nestes antigos conceitos chineses sobre o Tao, tendo sido adaptados ao estilo mais pragmático da cultura japonesa, não tão dada às especulações abstractas chinesas, tornando-se algo de muito aplicável ao homem nas suas relações sociais. Por trás da essência filosófica e ética do Dô encontramos religiosidade, mas o Dô não é uma religião em si mesmo.

Na verdade “o que distingue os mitos japoneses é não conterem juízos morais sobre o bem e o mal. [...] Quer os deuses quer os seus descendentes terrestres são igualmente bons e maus. Determinado comportamento é aceite ou rejeitado, dependendo da situação, não segundo um conjunto óbvio de princípios universais. Isto é exactamente o que muitos observadores vêem no comportamento actual dos japoneses.

As raízes de tal comportamento são evidentemente profundas.” (HENSHALL, 2004, p. 7).

*O Tao como dô foi assim entendido pelos japoneses como um “caminho” ou “via” para seguir na vida. Aquele caminho é profundo e sem fim. É longo, íngreme e cheio de inúmeras dificuldades técnicas. É para ser atravessado como um meio de auto-cultivação, e conduz, em última análise, ao auto-aperfeiçoamento (DRAEGER, 1973a, p. 24).*

Por detrás do sentido de Dô (道) está a vida em transformação com elogio ancestral da virtude na identificação da dualidade assumida pragmaticamente na sua forma natural. É mesmo interessante neste ideograma lapidar estar representado o pé e a cabeça, ou seja, os extremos longitudinais da corporeidade instrumental, movendo cada um o outro, ou seja: numa relação intrínseca de movimento transformativo. O pé que se move “comandado” pela cabeça e esta é “transportada” por aquele. Um uno motrício que, ao assumir intencionalidade operante, desperta para a transcendência e nesse processo operacional, o virtual torna-se, assim: real.

Don DRAEGER conclui que o Dô no Japão é instrumentalmente multiforme, abraçando um conjunto de actividades práticas associadas com a vida japonesa secular, exemplificando a fé humana no humanismo cultural vinculado numa conexão entre a filosofia e a sua aplicação ética, e elogiando o carácter moral como a medida de um homem. As formas concretas de Dô, as actividades em si, envolvem a transferência da atitude perante a vida, do particular para o universal e deste para o absoluto. A mestria da actividade vinculadora de desenvolvimento ultrapassa as qualidades técnicas de um perito, assumindo-se na vida exemplarmente disciplinada, em estado de compostura constante, seja em que circunstância seja. A força do controlo interior vê-se na simplicidade suave das suas acções. Mesmo errando<sup>192</sup>, sem hesitar, retoma o curso e conclui (*ibidem*, pp. 25-30).

### **Koryu Budo – Os Budo Clássicos**

Budo (武道) é uma denominação japonesa dada a um grupo de actividades que, pela sua institucionalização japonesa nos finais do século XIX, a partir da revolução Meiji, se expandem no mundo e, em Portugal, esse nome emerge na denominação da

---

<sup>192</sup> Ki kara saru mo ochiru: “até os macacos caem das árvores”.

Academia de Budo que é o berço da União Portuguesa de Budo (1960)<sup>193</sup> onde nasce uma fatia importante do Karaté nacional.

Um dos actuais investigadores das artes marciais Japonesas, Doutorado pela Universidade de Quioto com uma tese japonesa “Na procura de uma definição de Bushido”, Alexander BENNETT, afirma que “*Budo é uma das mais significativas contribuições Japonesas para a herança desportiva mundial*”, afirmando-o como “a exportação cultural de maior sucesso”:

*Em qualquer parte do mundo, mesmo nas cidades mais remotas dos países mais distantes, existe uma grande probabilidade de existência de um ‘dojo’ de alguma espécie na comunidade. Nesse dojo encontrará as pessoas locais descalças, vestidas com um dogi Japonês, obedecendo a ordens em língua Japonesa, saudando-se de forma Japonesa, e frequentemente, haverá uma bandeira Japonesa ou o retrato de um grande mestre do passado a ocupar proeminentemente uma parte do dojo. Provavelmente e interessantemente, nenhum dos membros terá estado alguma vez no Japão e o contacto com pessoas Japonesas será limitado (BENNETT, 2004c, p. 1).*

Várias são as razões, apontadas por BENNETT para a prática e estudo dos Budo e que aqui traduzimos com ligeiras adaptações:

1. Culturais – interesse geral pela cultura Japonesa e pelo Japão, troca de experiências entre estudantes e homens de negócio, descendentes Japoneses em países estrangeiros que pretendem manter contacto com uma herança Japonesa, etc.);
2. Defesa Pessoal – aprendizagem de habilidades de defesa pessoal, de como combater, quer em contextos civis quer em contextos de forças militares e paramilitares;
3. Saúde e Condição Física – aumento de actividade física regular com objectivos de saúde física;
4. Educação e bem-estar – aumento da auto-confiança e auto-disciplina em adultos ou em crianças;
5. Competição desportiva – importância dada à manifestação competitiva institucionalizada e aos valores a ela inerentes;

---

<sup>193</sup> Despacho de Sua Excelência o Ministro do Interior de 6 de Fevereiro de 1960, publicado no Diário do Governo Nº 37, 3ª série, de 13 de Fevereiro de 1960.

6. Desenvolvimento espiritual e iluminação – atracção significativa para a percepção dos “misteriosos” atributos metafísicos dados às artes marciais orientais;
7. Gestão e Estratégia – não sendo uma força guia do momento, nos dias do borbulhar económico Japonês, era largamente assumido que o sucesso económico se baseava em práticas de gestão com linhagem na “estratégia samurai”, levando pequenos grupos de homens de negócio a assumirem programas de treino em artes marciais.
8. Participação forçada – por comando central militar ou governamental antes e durante a segunda guerra mundial, como aconteceu durante a ocupação Japonesa da Coreia e de Taiwan (adaptado de BENNETT, 2004c, pp. 1-2).

Este autor introduz ainda a ideia que a popularização da cultura budo se está a fazer através de outras culturas que não a Japonesa, destacando a coreanização de termos Japoneses, o que abordaremos mais à frente.

É óbvio que o contexto desfavorável à evolução dos Budo, expresso num recente artigo de Henri PLÉE (2005), merece uma reflexão profunda dos movimentos federativos de todas as ditas “artes marciais”, já que a tendência para o abandono da prática parece estar a aumentar.

Os budo estabelecidos até à restauração Meiji são os koryu budo (古流武道)<sup>194</sup>, ou seja, artes marciais antigas ou tradicionais, que aqui trataremos por clássicas, enquanto os estabelecidos após esta era são conhecidos como gendai budo

---

<sup>194</sup> Numa listagem possível: Araki-ryu, Asayama Ichiden-ryu, Daito ryu, Higo Ko-ryu, Hoki-ryu, Hokushin Itto-ryu, Hontai Yoshin-ryu, Hozoin-ryu, Hyoho Niten Ichi-ryu, Isshin-ryu, Kage-ryu, Kashima Shinden Jikishinkage-ryu, Kashima-Shinryu, Kashima Shinto-ryu, Kogen Itto-ryu, Kurama-ryu, Maniwa Nen-ryu, Mizoguchi-ha Itto-ryu, Mugai-ryu, Muso Jikiden Eishin-ryu, Muso Shinden-ryu, Ono-ha Itto-ryu, Owari Kan-ryu, Sekiguchi Shinshin-ryu, Shingyoto-ryu, Shinkage-ryu, Shinmuso Hayashizaki-ryu, Shinto Muso-ryu, Shojitsu Kenri Kataichi-ryu, Sosuishitsu-ryu, Suio Ryu Iai Kenpo, Takenouchi-ryu, Tamiya-ryu, Tatsumi-ryu, Tendo-ryu, Tenjin Shinyo-ryu, Tennen Rishin-ryu, Tenshin Shoden Katori Shinto-ryu, Toda-ha Buko-ryu, Uchida-ryu, Yagyū Seigo-ryu, Yagyū Shingan-ryu, Yagyū Shinkage-ryu, Yoshin-ryu.

(現代武道)<sup>195</sup>, ou seja, artes marciais modernas como o Judo, Kendo, Karatedo, Aikido, Kyudo, etc., que aqui trataremos por novas.

A lança ou alabarda foi uma imagem importante marcante da conduta do guerreiro japonês. A mitologia da criação instrumentaliza o acto de criação da terra através da lança. Izanagi (aquele que convida), a divindade masculina das várias nascidas em Takamagahara (Planície do Alto Céu), “mergulha a sua lança no líquido e as gotas que caem coagulam, formando a ilha de Onogoro (Autocoagulante). As duas divindades descem para a povoar” (HENSHALL, 2004, p. 5).

No entanto, o primeiro símbolo do guerreiro clássico nipónico foi o arco, e o caminho do guerreiro era chamado “*kyuba no michi*” ou seja, “o caminho do arco e do cavalo” (MOL, 2001, p. 70), ou ainda “*kyosen no michi*”, ou seja, “o caminho do arco e da flecha” (COOK, 1998, p. 26).

A sua importância é salientada no Nihon Shoki (720 d.C.) relatando-se em 726 d.C, durante o período Nara (710-784), o início de um importante ritual do Palácio, organizado pelo Imperador Seibu, onde se incluíam concursos de tiro ao arco em Janeiro e Maio. Neste último, as provas de tiro ao arco eram feitas a galope em cima de cavalos<sup>196</sup> (OMI, s.d.). Aquele mesmo autor chama-nos a atenção que, no período Kamakura (1185-1333), a Bugei mais importante era a “yabusame” (流鏑馬), ou seja, o tiro ao arco montado no cavalo e o arqueiro era denominado “yumitori” (弓取).

A investigação especializada determinou que o arco era o símbolo supremo de “bu”, com características religiosas demonstrando um enraizamento cultural supremo. Um exemplo é o ritual de disparar flechas usado para determinar as vontades divinas dos Deuses, em função do local de queda. Mas são as suas características técnicas marciais as que demonstram a sua importância. Nos campos de batalha de meados do séc. XIV a meados do séc. XV, retirados de análise de documentos reportando baixas em batalha, de 554 exemplos foram identificadas as seguintes causas de baixas: flechas (86%), espadas (8,3%), pedras (2,7%), lanças e estocadas (1,1%) (IRIE, 2005, p. 168, nota 6). FRIDAY (2005, p. 253) apresenta ainda mais exemplos demonstrativos de

---

<sup>195</sup> Também referidas por alguns autores como *shin budo*, ou seja, “que reflectem a modificação da técnica no interesse da segurança e prática popular” (DONOHUE, 2005, p. 10). Ver também DRAEGER (1973 e 1974).

<sup>196</sup> Este ritual continuou pelo período Heian (794-1185), extinguindo-se com as guerras Taira-Minamoto.

análises de outros autores. De 721 casos: flechas (73%), espadas (25%), lanças (2%). Num outro estudo houve a identificação de 82% das baixas causadas por setas.

Mesmo após a entrada das armas de fogo, os dados não se modificam significativamente. De meados do séc. XVI a meados do XVII, retirados de 1461 exemplos: flechas (41,3%), armas de fogo (19,6%), lanças e estocadas (17,9%), pedras (10,3%) e espadas (3%) (IRIE, 2005, p. 168, nota 6). Dos exemplos dados por FRIDAY (2005, p. 254), “armas de projectil (balas, flechas e pedras) somam 75% dos sinistros reportados durante a era pré-arma de fogo e 73% para os sinistros ocorridos após a popularização das armas de fogo. As feridas por sabre, em contraste, somam apenas até 5% dos sinistros em ambos os períodos”.

Assim, a tese de que as armas de fogo revolucionaram as tácticas de batalha no Japão medieval do século XVI, ajudando à unificação, não tem qualquer prova documentada pelos especialistas, e só se torna hipótese perante um quadro representativo de um guerreiro japonês essencialmente espadachim, o que não corresponde em nada aos factos descobertos. Esta questão está a revolucionar o pensamento actual sobre a guerra medieval no Japão com base em autores citados por Karl FRIDAY (*ibidem*).

O sabre, símbolo dos símbolos do guerreiro japonês, nunca foi uma arma chave no campo de batalha, mas sim um suplemento ao arco e flechas. Do séc. VIII ao séc. XIV o pensamento táctico do guerreiro japonês era com base no cavalo, arco e flecha e, na guerra, aparecia para uma acção muito individual com, no máximo, uma coordenação entre pequenos grupos. No séc. XV, a necessidade estratégica de defesa e captura geográfica de território, entre dáimios (nova para o Japão), característica do espartilhar do território da época, altera os objectivos tácticos levando os bushi mercenários e individualistas a soldados de companhia (equipa). As companhias de arqueiros e, mais tarde, espingardeiros, quebravam as formações inimigas para a seguir serem perseguidas no campo pelos soldados de lança (FRIDAY, 2005, pp. 250-251).

É no século XVI que surgem as primeiras escolas de artes marciais, *ryuha bugei* usando como arma fundamental de ensino e treino o sabre. Mas a perspectiva não era a de se focar no aumento da habilidade em campo de batalha no sentido restrito. A perspectiva, logo desde o início, das escolas de artes marciais, foi coerente com a episteme do período Muromachi (1336-1573):

*Virtuosos da caligrafia, arranjo floral, música, drama, pintura, e similares, começaram a pensar as abordagens às suas artes como pacotes de informação que podiam ser transmitidos a alunos em modelos organizados, e a certificar a mestria do ensino com licenças e diplomas aos alunos.*

*As bugei ryûha em nascitura apropriaram-se das formas, métodos de ensino e vocabulário destas outras artes aplicadas. Mais importante, contudo, a arte marcial e as outras artes partilharam também o senso do propósito-último-da-verdade, definido no conceito medieval japonês de “michi” ou “via”. Este constructo, nascido das implicações marcadas pela concepção geral Budista, Taoista e Confucionista, via perícia em habilidades de todos os tipos – de jogos e desportos até às finas artes, das práticas quotidianas até às práticas religiosas – como que possuindo uma universalidade derivada da sua relação com uma finalidade última comum. Permitiu a concentração especializada em qualquer actividade para se tornar num caminho igualmente válido de atingir a “Verdade universal”, assegurando que todos os caminhos para a verdade levam ao mesmo local, e que por isso, completar a mestria na mais das triviais buscas conduz às mesmas recompensas que podem ser encontradas através das mais profundas. Ryuha bugei emergindo neste meio filosófico e cultural, assume o seu lugar ao lado da composição poética, [...], teatro dramático noh, cerimónia do chá, e outras numerosas michi (ibidem, p. 255-256).*

O sabre assume simbolicamente o afastamento do campo real de batalha para a abstracção da ciência militar em torno da qual se constrói um projecto educativo social: especializando, formalizando e idealizando a respectiva escola de artes da guerra. O sabre que é, para o senso comum, a imagem mais marcante e simbólica do guerreiro japonês – Samurai (侍) – deve assumir o simbolismo real de nascimento institucional do ensino das artes marciais *ryuha bugei*. Na verdade, a espada, o espelho e as jóias são ainda hoje as insígnias imperiais: o espelho e as jóias foram um isco mitológico. Mas o seu lugar institucional então é outro.

Trata-se, evidentemente, de um mecanismo de transfiguração do real. A triologia sobrevivência-arte-emoção (FIGUEIREDO, 1987, p. II) assume impar relevância.



**Fig. 39 - Katana (刀) ou daitô (大刀) – espada longa (período Edo)**

Karl FRIDAY (2005, p. 249) refere a emergência das escolas e sistemas das *ryu-ha bugei* (流派武芸)<sup>197</sup>, como sistematização do conhecimento e instrução em perspectivas artísticas e educativas mais do que como resposta à “procura intensa por lutadores habilidosos gerados pelos inícios do período Sengoku (1467-1568)”.

Assim, a imagem simplista de substituição de uma disciplina marcial noutra deve ser posta em causa. A ideia de sistematização da arte do sabre pela sua eficácia em campo real de batalha deve ser posta de lado e cada vez mais as investigações comprovam essa tese, tal como já evidenciámos. Na verdade, o sabre surge como símbolo de uma superação epistémica e não uma substituição das armas de guerra. Dizer que o arco e a flecha foram substituídos pelo sabre, pela katana ou daito, é dizer que se mudou de paradigma, fundaram-se realmente as *artes marciais*, e, nelas, surgem os budo.

Os budo clássicos (*koryu budo*), por si próprios, tal como evidencia DRAEGER,

*aparecem no tempo da transformação do kenjutsu (arte do sabre) em kendo (caminho do sabre) na primeira metade do século XVII. A essência do kendo foi estabelecida naquele tempo para ser mais uma disciplina espiritual para o crescimento do carácter pessoal do que uma actividade directamente preocupada com o combate. A focagem em aspectos não marciais não foi inteiramente nova [...] mas esta foi a primeira vez que a esgrima em qualquer forma foi abertamente oferecida como adequada para todas as classes de pessoas. Assim, a conversão do kenjutsu em kendo, num sentido social, aparece como um desenvolvimento herético dentro da sociedade Tokugawa extremamente segregadora. [...] O bakufu não interferiu no desenvolvimento do kendo, vendo nele nada mais do que um carácter quase marcial e uma disciplina que poderia ser bem útil em canalizar a energia dos cidadãos em desejáveis ocupações (1973a, p. 68).*

Energia, assim, o primeiro budo clássico, o Kendo. Curiosamente, o Kyudo só se estabelece no século XX (DRAEGER, *ibidem*, p. 95), estando portanto fora dos denominados budo clássicos. É preciso voltar a evidenciar que emergência dos budo clássicos não extinguiu automaticamente os bujutsu desse tempo e, como nos interessam fundamentalmente os sistemas inermes, é neles que nos vamos concentrar a seguir.

---

<sup>197</sup> O termo *ha* significa seita, ramo, escola de pensamento; o termo *ryu* significa corrente, curso, circulação, classe.

#### 2.4.2.4 O Jujutsu

Apesar da oportunidade para um combate desarmado ser rara ao guerreiro (DRAEGER, 1973a, p. 107), é preciso entender a importância dada à prática inerme. Ela era considerada fundante: “Taijitsu<sup>198</sup> é o pai e a mãe de todas as artes marciais” (MOL, 2001, p. 71). Taijitsu aqui (体術) ou ainda (體術) significa a arte do corpo, elogiando a mestria de artes de defesa como o jujutsu (柔術).

Dois grandes grupos de escolas de jujutsu emergem: os sistemas de aplicação em campo de batalha; os sistemas para uso em tempo de paz. A maioria dos sistemas do segundo grupo são do período Edo (1603-1868) e o seu final marca o início do desaparecimento de muitas escolas, incluindo escolas de jujutsu (MOL, 2001, pp. 219-220).

*O nascimento do que pode ser chamada a primeira escola de jûjutsu registada ocorreu no início do séc. XVI numa era agora conhecida como período Sengoku (Estados em Guerra) [1460-1600] (MOL, 2001, p. 80).*

*No meio desta anarquia por mais de um século, os guerreiros (Bushî e Samurai) tiveram tempo para elaborar as técnicas de combate e de as aperfeiçoar sobre o campo de batalha. As escolas (Ryu) de artes marciais (Bugei) florescem (HABERSETZER, 2000, p. 808).*

*Visto que antes do período Edo as bugei ryûha eram maioritariamente “sôgô ryûha” ou “escolas compostas”, que instruíam no uso de várias artes marciais, as ryûha do período Edo tornam-se mais focadas num determinado campo de aplicação, e foram etiquetadas como “escolas de kenjutsu”, “escolas de sôjutsu”, e assim sucessivamente. Ao lado da área de especialização das escolas de armas, aparecem também escolas independentes de jûjutsu (MOL, 2001, p. 80).*

Consolida-se, assim, a ideia central de que a generalidade dos bugei dá origem, no período Edo, à especificidade dos bujutsu, interessando-nos o caso específico dos inermes jujutsu. No entanto, vimos também como os budo clássicos não impediram a continuação dos bujutsu clássicos. No entanto, o fim do período Edo (1868) marcará o arranque da transformação de mais bujutsu em budo e, de certa forma, algum declínio do número de escolas de jujutsu.

A abolição do sistema Xogunal e dos domínios feudais com a vinda do período Meiji (1868-1912), com a respectiva abolição das classes de dáimios e samurais como um todo, obrigou a grandes adaptações. Se uns passaram à função pública como

---

<sup>198</sup> McCARTHY chama a atenção que o termo jitsu é uma forma mal-entendida de se referir a jutsu. Na verdade jitsu significa “dia”.

governadores ou funcionários nas novas prefeituras, e outros passaram ao exército, outros ainda passaram a dedicar-se à medicina no âmbito da reabilitação e ao ensino das suas artes. Alguns outros suicidaram-se por seppuku (MOL, 2001, p. 220).

No novo período de abertura do Japão ao mundo exterior, os expoentes de bujutsu eram vistos como seres anacrônicos perante a ocidentalização urgente que a maioria das pessoas queria fazer.

*Nos dias a seguir à abolição do feudalismo a reacção foi grande contra as artes marciais, e quando o proeminente médico Alemão Dr. Baelz insistiu junto da faculdade da Universidade Imperial sobre a necessidade de aumentar a tristemente deteriorada condição física dos estudantes daquele tempo, encontrou oposição extrema. Um resultado desta tendência dos tempos foi que os dojos de jujutsu estavam quase desertos [...]* (HARRISON, orig: 1955, p. 49).

#### **2.4.2.5 Influência de Erwin Baelz no Renascer dos Bujutsu**

Erwin BAELZ esteve no Japão entre 1876 e 1905 a ensinar medicina na então inaugurada faculdade, exercendo também com proeminentes figuras como as da família Imperial e de diplomatas amigos. Sensível ao momento de transformação que o Japão atravessava, apaixonou-se pelo país, pela mulher japonesa com quem casa e constitui família com a fatídica experiência de perder a sua querida filha Uta na inocente graça da infância. A sua personalidade, o seu profissionalismo e trabalho de investigação, acabam por contagiar também a evolução positiva das artes marciais. Como ele próprio confessa “Eu nunca poderia ser puramente receptivo mas sim também produtivo. É a passividade dos nossos sentidos que provoca exaustão” (p. 29), ou mais à frente afirma: “Hoje faço trinta anos. Trinta! Apesar de tantos, ainda não fiz um contributo para a ciência. Isto alarma-me [...]” (p. 36).

Perante um país novo, em grande reestruturação social, acabado de sair do feudalismo para um salto de 500 anos, como homem de cultura superior, evita ao máximo transplantar cegamente operações europeias para o Japão. “Devemos começar por descobrir tudo aquilo que é bom na herança cultural japonesa e tentar adaptá-la, lenta, progressiva e cuidadosamente, para as condições de mudança do presente e do futuro” (BAELZ, 1932, p. 17). Mas o Japão que encontra em 1876 é um país envergonhado e, como lhe responderam pessoas cultas sobre o período passado, “Aqueles foram os dias do barbarismo” e à pergunta sobre a história do Japão, responderam-lhe: “Nós não temos história. A nossa história começa hoje.” (*ibidem*).

Um dos traços que o impressionou mais no Japonês genuíno foi a compostura (pp. 24; 26; 28, entre outras), destacando a coragem de olharem a morte de olhos abertos e do facto dos jovens nobres estarem acostumados de mostrarem sempre uma certa dignidade com uma grandeza natural e impressionante (p. 24), mesmo quando as situações eram dolorosas.

São características da nobreza do Japão antigo, porque, tal como referiu Venceslau de MORAIS, um outro apaixonado por essa terra<sup>199</sup>: “há o Japão antigo e há o Japão moderno [...]. E é naturalmente a este Japão antigo, e ao que ainda resta dele ou o memoriza, nos aspectos naturais e na alma do povo, que a emotividade do estrangeiro mais se apega.” (MORAIS, orig: 1907, p. 12).

Em 3 de Agosto de 1879, BAELZ regista no seu diário que viu, pela primeira vez, um combate de esgrima japonesa num festival em Ueno tendo ficado impressionado com a exibição (p. 48) e em Dezembro regista que está a tentar aprender a arte japonesa do tiro ao arco, comentando que o arco é difícil mas que já tem uma plataforma no seu terraço (p. 54).

Mas é no relato escrito para prefaciar a edição alemã do livro de Jigoro KANO, colocado na edição do seu diário para o período de 1880 a 1896, que obtemos informações interessantes, e que aqui colocamos na sua totalidade, dada a sua relevância.

*Nos anos 70 do século XIX, no desabrochar da era moderna, o Japão entrou num estranho período no qual sentiu um desprezo pelas suas próprias realizações nativas. A sua própria história, a sua própria religião, a sua própria arte, não pareciam aos japoneses merecer que se falasse delas, sendo mesmo olhadas como matérias de que se deveriam envergonhar. Os métodos nativos de exercício corporal, esgrima japonesa, jiu-jitsu<sup>200</sup>, e semelhantes, eram completamente banidos. A geração adulta não ensinaria e a geração nova não aprenderia mais nada a não ser a ciência europeia. Os estudantes da Universidade Imperial de Tóquio eram jovens mal alimentados e sobrecarregados de trabalho, que muitas vezes se sentavam toda a noite sobre os livros e não faziam qualquer tipo de exercício corporal, pelo que quando os exames chegavam, eles iam-se abaixo e algumas vezes morriam de exaustão.*

*Fiz tudo o que me foi possível naqueles dias para trazer uma mudança para o melhor, mas fui incapaz de persuadir as autoridades a*

---

<sup>199</sup> Lá viveu desde 1898 até à morte em 1929.

<sup>200</sup> “Jitsu” significa dia, pelo que se deveria usar jutsu (McCARTHY, 1999, p. 126). Mas é certo que o dicionário de língua portuguesa usa o termo jiu-jitsu. Neste texto usamos a terminologia original da fonte inglesa. No nosso texto regular utilizamos fundamentalmente jujutsu.

*providenciarem um ginásio ou um piso de exercícios para os alunos. Reconhecendo que o kenjitsu, a velha esgrima de sabre japonesa, era um excelente método de ginástica, recomendei o seu revigoramento, mas era desaprovado como se fosse um desporto grosseiro e até perigoso. De forma a ultrapassar esta imagem desfavorável, eu próprio tomei lições do mestre de esgrima mais famoso da altura, Sakakibara, e até assegurei uma certa publicidade do facto nos jornais, no sentido de fazer reviver o interesse neste método de esgrima. Foi sentido que, se um estrangeiro, e ainda mais, um professor de medicina na que era então a única universidade do país, estivesse a estudar esta arte, seria impossível supor que os ocidentais pudessem olhá-la como bárbara ou perigosa.*

*Foi mais ou menos pela mesma altura que travei conhecimento com o jiu-jitsu. Foi quando estive de visita à capital provincial de Chiba. Falando com o governador sobre a educação moderna, queixei-me como era reduzido o interesse no desporto de qualquer tipo demonstrado pelos prósperos jovens das classes superiores, apesar da sua saúde ser baixa, e do exercício vigoroso lhes poder fazer muito bem. O governador pensava como eu e expressou o seu grande pesar pelo facto do jiu-jitsu, como um método esplêndido de treino físico inicialmente muito praticado no Japão, se tenha tornado tão completamente fora de moda. De facto ainda era praticado na sua cidade, onde um velho professor da arte, Totsuka de nome, instruía a polícia nele. Os resultados foram maravilhosos e os seus homens atribuíram-lhe um grande valor nas detenções. No dia seguinte, pediu-me para ir a uma reunião onde Totsuka, um homem de cerca de setenta anos de idade, deu uma demonstração dos princípios do jiu-jitsu e mostrou diversas acções de prender fortemente (imobilizações). A seguir vi dezenas de combates de jiu-jitsu, e fiquei bastante impressionado com os resultados. Vi o que me pareceu serem acções e movimentos de prisão do pescoço (estrangulamentos e chaves) e projecções executadas sem causarem a mínima lesão dos combatentes; e disse para mim próprio que isto seria uma forma ideal de ginástica para os meus alunos.*

*Ainda assim, não tive sucesso com o assunto em Tóquio. O Director da Escola de Medicina e os restantes responsáveis japoneses na universidade e no Ministério da Educação não deram atenção nem a uma palavra da minha proposta para chamar o especialista de jiu-jitsu de Chiba para dar uma demonstração em Tóquio. Os alunos, disseram eles, vieram para a universidade para trabalho mental. Houve em tempos algum sentido para o jiu-jitsu, quando as pessoas tinham de se proteger contra homens armados, mas tudo isso acabou agora. A minha insistência de que apenas me interessava no jiu-jitsu como um meio de treino corporal, em termos de saúde, não teve qualquer efeito. Assim acorreu-me fazer o mesmo que tinha feito no caso da esgrima de espada japonesa, e despertar o interesse estudando eu próprio jiu-jitsu. Infelizmente não pude encontrar nenhum professor que me quisesse aceitar como aluno, dizendo todos que é necessário começar na juventude, e que, tendo eu trinta anos, poderia aleijar-me facilmente.*

*Entretanto, de qualquer maneira, alguns dos alunos antigos alunos da universidade, levantaram o jiu-jitsu. O jovem professor Kano foi especialmente activo no assunto, e a ele se deve especialmente o renascimento da popularidade do antigo desporto. Ele e os seus camaradas*

*tiveram finalmente sucesso em induzir as autoridades universitárias para chamar o especialista de jiu-jitsu de Chiba e uma grande competição teve lugar. Isto tornou claro do quanto treino se necessita para aprender a arte, por todos os jovens que tinham estado a trabalhar nela em Tóquio, nem um, nem mesmo Kano, pode fazer frente aos oficiais de polícia que tinham sido treinados por Totsuka em Chiba.*

*No dia seguinte o velho Totsuka, acompanhado pelo seu melhor aluno Sato. Veio ter comigo para me agradecer todos os meus esforços no assunto. Ainda posso vê-lo em imaginação, este venerável velho homem, como, com as lágrimas a correrem-lhe pela face, ele me implorou por uma fotografia minha que, disse-me ele, guardaria como um tesouro até ao fim da sua vida. Como japonês, declarou, fê-lo corar o facto de que tivesse de ser um estrangeiro a dizer aos seus conterrâneos que seria um benefício para eles próprios fazer ressuscitar o jiu-jitsu; mas agora, sabendo ele que a sua tão amada arte voltaria novamente a ter honra, poderia morrer em paz (BAELZ, orig: 1932, p. 72-74).*

Como afirma SVINTH (2003, p. 6), ao se referir à derrota de Jigoro KANO e seus alunos contra Hikosuke Totsuka e respectivos alunos de Yoshin-ryu jujutsu, “Esta derrota, que é sempre polida nas histórias do Kodokan, provavelmente teve lugar em 1882, já que em 1883 uma equipa do Kodokan derrotou uma outra equipa de Yoshin-ryu jujutsu liderada por Eimi, filho de Totsuka”.

Podemos considerar a retaguarda de BAELZ como o esforço de “pano de fundo” para o ressurgimento da prática alargada de Jujutsu (柔術)<sup>201</sup> ao nível das universidades, embalando assim o movimento reformador que Jigoro KANO e o seu Judo (柔道)<sup>202</sup> consolidam a partir de 1882, com a fundação do Kodokan.

Em 1893 e 1894, BAELZ tem registos de conversas oficiais com o Ministro da Educação sobre o sistema educativo no Japão (pp. 101 e 102) e, em 19 de Abril de 1900, faz um discurso onde “entre outras coisas, exprimi o meu contentamento de que, em contraste com as gerações anteriores, os jovens do Japão estavam agora a dar com sabedoria a devida atenção à cultura física. Aconselhei-os no entanto para não se contentarem em estimular a força do corpo mas também para cultivarem o sentido pela beleza da forma que, no presente, é difícil de encontrar no Japão” (BAELZ, orig: 1932, pp. 123-124).

---

<sup>201</sup> Ju (gentil, suave) e jutsu (técnica, arte). Jujutsu (a técnica da suavidade).

<sup>202</sup> Ju (gentil, suave) e dô (caminho, via). Judo (caminho gentil ou via da suavidade).

#### 2.4.2.6 Jigoro Kano – O Grande Reformador Institucional

Jigoro KANO (1860-1938) é um educador reformador que começa a prática de jujutsu em 1877 quando entra na Bunka Daigaku – a futura Universidade Imperial de Tóquio (SVINTH, 2003, p. 3). Nesta época após a revolução Meiji, já notámos como os dojos estavam desertos e sem recursos, pelo que “os professores esfomeados estavam ansiosos por compartilhar os seus conhecimentos com um aluno tão entusiasta como era o Dr. Kano.” (HARRISON, orig: 1955, p. 49).

*Não apenas o achei (jujutsu) interessante, como também compreendi que era bastante efectivo para o treino de ambos, corpo e mente. Assim, juntando todos os aspectos positivos que aprendi das várias escolas e adicionando-lhe também as minhas próprias invenções de descobertas, eu ideei um sistema novo para a cultura física e treino moral assim como para ganhar competições (J. Kano, 1898, in: SVINTH, 2003, p. 5).*

Começou a praticar Tenshin Shinyo-ryu com Hachinosuke Fukuda em 1877 e, após a sua morte, passou a praticar sob orientação de Masatomo Isso. A seguir à morte deste professor em 1881, passou a praticar Kito-ryu com Tsunetashi Iikubo e, segundo SVINTH (2003, p. 4), era uma escola mais filosófica, sendo de um dos seus velhos ramos chamado Jikishin-ryu que o nome “judo” (o caminho gentil) veio.

Além disso, HARRISON (1955) chama a atenção para o facto de que a escola Tenjin Shinyo, a primeira de Jigoro KANO, era uma fusão de Yoshin-ryu e de Shinnoshindo-ryu, e que na base fundante da escola Yoshin está Akiyama Yoshitoki, um médico de Nagasaki que aprendeu na China alguns “truques” a partir dos quais desenvolve o seu sistema pessoal.

*Um dia de Inverno ele teve a oportunidade de notar que os ramos de um salgueiro em frente ao templo não retinham a neve, mesmo após um forte nevão e que, graças à supless dos seus ramos que cediam sob o cair da neve e a largavam tão depressa como se acumulava, a árvore escapava à fatalidade das espécies aparentemente robustas cujos ramos estavam implacavelmente caídos e partidos pelo destino. Esta circunstância impressionou tanto o observador que ele deu à sua seita o nome Yoshin-ryu, isto é “a escola do coração de salgueiro” (HARRISSON, 1955, p. 35).*

Nota-se, assim, que a analogia à lenda do salgueiro, tão essencial ao judo de KANO é vinculada por linhas prévias de jujutsu.

Tecnicamente, Jigoro KANO não era “fechado” e, na procura de uma maneira de derrotar um colega de treino da nova escola que abraçou a partir de 1881, que o derrotava sistematicamente, “decidiu examinar alguns tratados ocidentais de luta encontrados na biblioteca do santuário de Yushima Seido, e lá identificou descrições de técnicas que nunca tinha visto antes. Evidentemente, nem o Fukushima que subsequentemente caiu por uma delas” (SVINTH, 2003, p. 4). “Kano converte toda uma tradição de lutas, desafios, jogos, costumes populares, em pedagogia básica para viver” (CAGIGAL, orig: 1983-83, p. 816).

Em 1882 funda o Kodokan (講道館)<sup>203</sup> “para ensinar judo a outros” (KANO, 1994, p. 19) e inicia um programa de treino ainda com muitos pontos fracos, conforme ele próprio admite (SVINTH, 2003, p. 5). Em 1883, atribui o *shodan*<sup>204</sup> a Tomita e Shida, os seus primeiros alunos, sendo o nascer do sistema de graduações que mais tarde será institucionalizado e que analisaremos mais à frente.

Um certo movimento de internacionalização começa a acontecer e, em 1885 há uma visita de Kano a Inglaterra<sup>205</sup>, mas é em 18 de Abril de 1888, no âmbito de uma reunião da Sociedade Asiática do Japão realizada na Embaixada Inglesa em Tóquio, que apresenta uma comunicação, com o reverendo Thomas Lindsay, intitulada Jiu-jitsu: “A Arte de Lutar sem Armas dos Antigos Samurai”. Nesta comunicação é referido que o judo “diferenciando-se materialmente da luta praticada na Inglaterra, tem como princípio central não opor força à força, mas ganhar cedendo à força” (Jigoro Kano, 1988, in: SVINTH, 2003, p. 7).

Na verdade, a perspectiva de modernização internacional foi sentida e seguida por Jigoro KANO, em coerência com a própria internacionalização do desporto no âmbito do movimento Olímpico liderado por COUBERTIN. O Dr. KANO (orig: 1936, p. 168) é convidado em 1909, através do Embaixador Francês, pelo Barão Pierre de COUBERTIN para ser o primeiro membro do extremo oriente a integrar o Comité Olímpico Internacional, ao que ele respondeu “se for eleito, representarei o Japão, desejoso de um revivificar os Jogos em ambos os pontos de vista da cultura, física e

---

<sup>203</sup> Que literalmente significa “a escola para estudar o Caminho” (KANO, 1994, p. 16).

<sup>204</sup> Agora, o *shodan* é a denominação da primeira graduação de cinto negro. Já nesta altura se nota como o grau de *shodan* é considerado o mais baixo grau de professor (HARRISON, 1955, p. 50).

<sup>205</sup> A referência a esta visita é encontrada na Enciclopédia Digital Encarta (1996), da Microsoft Corporation – ver <<http://www.cao.pt/hist1880.htm>>. Centro de Artes Orientais – Almada. [Consulta 2005-05-25].

espiritual.” Dois anos mais tarde, em 1911, na reunião de Budapeste do Comité Olímpico Internacional é eleito com o seguinte registo identificativo: “Jigoro Kano, o que fez reviver o jiu-jitsu (Japão)” (COUBERTIN, 2000, p. 432).

A voz de Jigoro KANO começa a chegar aos vários cantos do mundo através do movimento institucional desportivo mais forte, e por outro, o fundador do judo percebe a grandeza do movimento desportivo que se estava a viver.

Foi perante o desafio de participação Olímpica que KANO (orig: 1936, p. 169) organizou a Associação Atlética Amadora do Japão em 1912, participando com dois corredores nas 5<sup>as</sup> Olimpíadas em Estocolmo, aproveitando para viajar por vários países da Europa e mesmo da América para estudar a Educação Física desses países, o que lhe deu algumas ideias de reorganização da Associação Atlética, tanto é que nas olimpíadas seguintes o Japão tem mais sucesso em participação e resultados. Em 1932, o Presidente da Câmara de Tóquio desafia-o para se candidatarem à organização da 12<sup>a</sup> Olimpíada e tal sonho nasce. Embora se concretize só após a sua morte, em 1964, é concomitante com a entrada do Judo no Programa Olímpico, glorificando assim a vida de um homem como foi KANO.

Não é de estranhar que o jovem Mao Tzé Tung, em 1917, tenha evidenciado o exemplo que as nações civilizadas estavam a seguir na cultura física, nomeadamente o Japão com o seu Bushido e jujutsu (HENNING, 2003, p. 21). Cedo começou a influência de KANO no mundo desportivo da modernidade e cedo esse mundo começou a ter um defensor importante que sabiamente soube transformar o velho no novo, arrastando com isso muitos colegas da sua e de outras artes marciais.

O capítulo dos “Princípios e Finalidades do Judo Kodokan” marca os fundamentos da prática do Judo de uma forma simples e magistral (KANO, 1994, pp. 20-25). Aí classifica em dois grupos as formas das pessoas “tornarem o seu corpo forte, útil e saudável enquanto constroem o carácter através de disciplina mental e moral” (Educação Física): Desportos e Ginástica.

Na expressão do seu raciocínio, os Desportos, de muitos diferentes tipos, “são competitivos por natureza” e em alguns casos pobres no equilíbrio entre o desenvolvimento físico e a promoção da saúde, ao contrário da ginástica que, “não sendo lesiva para o corpo, é normalmente benéfica para a saúde, e promove o

desenvolvimento equilibrado do corpo. No entanto, a ginástica como é hoje praticada tem falta de dois aspectos: interesse e utilidade.”<sup>206</sup>

A acuidade de Jigoro KANO é magistral pois fazer essa análise naquele momento é fundante para toda a transformação do desporto que se estava a viver epistemicamente, tanto no oriente como no ocidente. Mas é na criação de dois princípios básicos para o judo, para as artes marciais e para a vida que o legado de Jigoro KANO atinge o seu auge: “A finalidade da prática do judo é inculcar respeito pelos princípios da máxima eficiência e bem-estar e benefícios mútuos” (KANO, 1994, pp. 25). Noutros contextos repetiu-o inúmeras vezes como é o caso deste discurso na Califórnia:

*Os factos actuais provam que a nossa sociedade carece d’alguma coisa que, esclarecida e universalmente reconhecida, pode remodelar a sociedade presente, e trazer maior felicidade e satisfação a este mundo. Essa coisa é a doutrina da eficácia máxima e do bem-estar e benefício mútuos (KANO, 1932, in MINURO, 1950, p. 114).*

Ou no discurso em Atenas:

*[...] Tentei então resolver todos os diferentes problemas que se me deparavam, pela aplicação destes princípios; e nunca encontrei qualquer dificuldade em aplicá-los.*

*Ei-los:*

*1 – A melhor forma de atingir qualquer objectivo consiste em empregar a energia espiritual e física com eficácia máxima em direcção ao alvo. 2 – A melhor forma de atingir e manter a harmonia e o progresso duma corporação composta por vários indivíduos, seja qual for o número, consiste na mutualidade de auxílio e tolerância (KANO, 1934, in MINURO, 1950, p. 115).*

Num extracto de um folheto turístico sobre o judo:

*Este princípio da eficácia máxima, quando aplicado ao fomento da vida social, tal como aplicado à coordenação de espírito e corpo (na ciência de ataque e defesa), requer, acima de tudo, ordem e harmonia entre os seus membros, o que só se consegue por auxílio e concessão mútuos conducentes ao bem-estar e benefícios mútuos (KANO, 1937, in MINURO, 1950, p. 112).*

A energia física, para movimentar os corpos, ou mental, para movimentar as nossas emoções, é a base do conceito de seiryoku (精力). O seu uso com a máxima eficiência está no conceito de zenyo (善用). Por outro lado, *seiryoku zenyô* (精力善用),

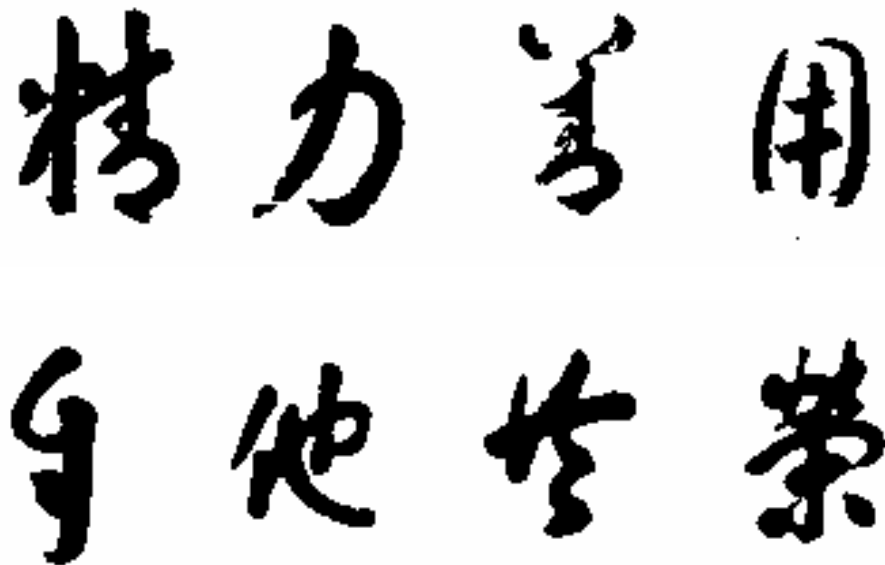
---

<sup>206</sup> E Jigoro KANO cria mesmo um sistema de ginástica de “máxima eficiência” que integra o seu sistema de Judo, e que é desenvolvido perante esta percepção.

ou seja, o princípio da máxima eficiência deverá ser combinado com *jita-kyôei* (自他共栄), ou seja, com o princípio de bem-estar e benefícios mútuos (MURATA, 2005, pp. 148-149).

Neste contexto, recordamos as palavras, maduras, das opções da última parte da vida de DESCARTES em que afirmou desinteresse, sobretudo, pelos desígnios “que não podem ser úteis a uns sem prejudicar outros” (DESCARTES, orig: 1637, p. 61). Cerca de três séculos depois, um homem do desporto numa síntese cultural entre ocidente e oriente, projecta um fundamento similar para o desígnio desportivo da modernidade.

O treino segundo aqueles princípios, direcciona uma energia bio-psico-sócio-axiológica no sentido mais puro da essência humana, prolongando a prática para a vida em sociedade. De SÓLON a ORTEZ, passando por DESCARTES entre muitos outros, a sublimação da implicação social é aqui sintetizada, com espaço para a liberdade individual na escolha perfeita.



**Fig. 40 - Seiryoku zenyô (精力善用) – Máxima Eficiência**

**Jita-kyôei – (自他共栄) Benefícios mútuos**

O judo centra-se na prática de randori (乱取り)<sup>207</sup> e de kata (型)<sup>208</sup>. São géneros de exercícios de treino onde os alunos, respectivamente, “aplicam os seus conhecimentos em prática aberta com outros” e onde “as principais habilidades são demonstradas numa ordem pré-determinada. No *kata*, o prévio vencedor em todos os métodos, é chamado Tori (literalmente “captor”) e o perdedor Uke (literalmente “receptor”)” (HARRISON, 1955, p. 50). No randori “é suposto dar mais ênfase ao desenvolvimento e melhoria técnica do que à vitória ou derrota” (SVINTH, 2003, p. 266).

O primeiro *kangeiko* (treino intensivo de Inverno) é organizado em 1894 e, dois anos mais tarde, o primeiro *shochugeiko* (treino intensivo de Verão), “de forma a habituar os alunos aos dois extremos do calor e do frio e cultivar a virtude da perseverança” (HARRISON, 1955, p. 50).

O desenvolvimento das competições é também importante no desenvolvimento moderno do jujutsu, neste caso do Judo, e vão-se organizando as respectivas regras para os Shiai (試合)<sup>209</sup>, sendo uma característica a atribuição de graus de *dan* após as prestações e resultados nesses importantes eventos competitivos periódicos<sup>210</sup>.

Mas um grande salto teve de ser dado do ponto de vista Institucional, ultrapassando a sua própria criação disciplinar. Foi esse salto, alinhado com as humanistas preocupações sócio-culturais de Jigoro KANO, integrou o movimento de modernização de todas as artes marciais do Japão, incluindo e superando o Judo.

---

<sup>207</sup> Ran significa, confusão, caos, e toru significa receber, obter, conter, seleccionar, ordenar. O hiragana no final lê-se “ri” é para transformar a fonética em dori. Uma tradução que preferimos é a de “caos contido” (SVINTH, 2003, p. 265) ou ainda “ordem sobre a desordem”.

<sup>208</sup> Significa forma, modelo, tipo, lei, molde.

<sup>209</sup> “Shi” significa teste, tentativa, experiência e “ai” significa combinar, unir, juntar, encontro. Falta-nos aprofundar a investigação sobre o termo shobu, também traduzido como jogo ou competição, e sinónimo de “shiai”. Os kanji até agora encontrados (勝舞), onde “Sho” significa vitória, superar, ser melhor que e “bu” significa dança, postura, empinar, brandir; não nos satisfazem completamente.

<sup>210</sup> Para uma melhor percepção da atmosfera, ver HARRISON, 1955, pp. 50-54.

#### 2.4.2.7 *Dai Nippon Butokukai – A Primeira Instituição de Artes Marciais*

É através da Dai Nippon Butokukai (大日本武徳会)<sup>211</sup> – Associação das Virtudes Marciais – que se vão institucionalizar modernamente as diferentes bugei numa perspectiva actual de bujutsu e, fundamentalmente, budo. Se quisermos simplificar, poderíamos dizer que o elogio dos budo em relação aos bujutsu é relevante.

Vimos como o kendo se iniciou na transformação do kenjutsu em kendo, ainda na primeira metade do séc. XVII, um pouco para espanto do bakufu. Mas a grande operação de democratização dos benefícios da prática de uma arte marcial, através da sua versão budo, estaria para acontecer neste momento de abertura ao mundo: “as disciplinas modernas centram-se no indivíduo na vez de se centrarem na preocupação do grupo com a auto-protecção, focando-se também no seu desejo individual de melhoria da sua saúde física e mental” (DRAEGER, 1974, p. 57).

Esta operacionalização paradigmaticamente japonesa, ou seja, pragmática e referencial, elogia uma das características da história do Japão: “imediate disponibilidade para tentar coisas novas, associando o antigo e o novo, o nacional e o estrangeiro, até que seja atingida a melhor combinação” (HENSHAL, p. 193).

A instituição mais antiga para o treino das artes marciais foi o Butokuden, ou seja: o Hall da Virtude Marcial erigido no reino do imperador Kanmu que fez de Quioto a capital imperial em 794.

*O Imperador era tão sábio e virtuoso, assim como bravo por natureza; ele sabia que em tão pacífico reino como o seu, as artes militares deveriam ser ensinadas aos seus súbditos para que eles pudessem ser cavaleiros e corajosos em tempo de desânimo. Dessa forma ele ordenou que um ginásio, chamado Butokuden, ou Hall da Virtude Marcial, fosse construído perto do recentemente construído Palácio Imperial. Ali ele fez frequentes visitas pessoais para testemunhar as façanhas desempenhadas pelos mestres de várias artes militares.*

*Em 19 de Março, em Enryaku 15 [796 d.C.], um édito imperial foi enviado para todas as províncias, chamando por guerreiros hábeis em qualquer arte militar (MOL, 2001, p. 80 – citando o boletim oficial do Dai Nippon Butokukai).*

---

<sup>211</sup> Bu (marcial), toku (virtude), kai (associação). Dai Nippon é grande Japão, pelo que se fala da Associação da Virtude Marcial do Grande Japão.



**Fig. 41 - Butokuden da Dai Nippon Butokukai – Quioto (HARRISON, 1955, p. 45)**

Apesar do edificio original já não existir, em 1895 o governador Watanabe da prefeitura de Quioto convidou expoentes máximos de artes marciais de todo o Japão para uma grande demonstração comemorativa do 1100º aniversário da fundação de Quioto. Decisões foram tomadas para o estabelecimento da prestigiada Dai Nippon Butokukai, sob autoridade do Ministro da Educação e protecção do Príncipe Komatsu no Miya Akihito, assim como foi decidido construir uma réplica do antigo Butokuden em honra ao Imperador Kanmu, o que acontece em 1899 (MOL, 2001, pp. 80; 221)<sup>212</sup>.

O movimento social de institucionalização moderna das escolas clássicas de estudo marcial, na nova episteme de um Japão Meiji a abrir-se explosivamente ao mundo Ocidental (Europa e Estados Unidos), permite que se considere o nascimento das escolas modernas de estudo marcial: *jūdō* em 1882, *kendō* em 1903 e o *kyūdō* em 1905. O mestre Jigoro KANO cria então a *san-dō-kai*: a associação dos três caminhos (PLÉE, 1998, p. 44). Mais tarde, o *karatedō* em 1935 e o *aikidō* em 1942, serão escolas que se juntam no robustecimento desse projecto budo na modernidade japonesa. Não nos vamos concentrar em todos eles, mas focar a atenção apenas no Judo que,

---

<sup>212</sup> Algumas informações de MOL foram completadas e corrigidas com informações oficiais retiradas do site da Dai Nippon Butokukai <<http://personal.picusnet.com/butoku/history.html>>. [Consulta 2005-06-10]. Ver também: DRAEGER (1974, p. 35); McCARTHY (1999, pp. 25-28; 71-84).

representativo de um nascimento institucional novo, será marcante para a emergência do Karaté.

Em Julho de 1906, sob a guarda da Dai Nipon Butokukai de Quioto, 14 expoentes representando vários ryûha de jujutsu, assim como seis membros do Judo Kodokan, incluindo Jigoro KANO, com o objectivo de estabelecer a standardização Butokukai para um grupo de Kata de jujutsu (MOL, 2001, pp. 222)



**Fig. 42 - Dai Nipon Butokukai – Quioto – J. Kano ao centro.**

**Reunião de vinte expoentes de várias linhas de jujutsu em Julho de 1906  
(coleção do autor)**

Esta iniciativa, apesar de não ter tido todo o sucesso desejável para a totalidade do jujutsu (*ibidem*), teve méritos particulares e gerais que marcaram o resto dos acontecimentos.

Nos sucessos particulares, destaquemos que os seis professores de Judo presentes assumem posições relevantes na standardização da modalidade. Entre outros aspectos, estabelece-se que as mangas e calças do *judogi* (fato de treino de Judo) deveriam ser prolongadas até ao pulso e tornozelo. Na verdade, o facto de serem de manga curta (meio do braço) e tipo calção (até ao joelho), faziam com muitas queimaduras surgissem por fricção com os tapetes (*tatami*) (SVINTH, 2003, p. 8).



**Fig. 43 - Líderes do Kodokan em Julho de 1906 – Dai Nipon Butokukai – Quioto (Jigoro Kano sentado ao centro) - (in: SVINTH, 2003, p. 3)**

No caso dos sucessos gerais e generalizáveis, por um lado marcou-se a importância da participação activa dos mestres de jujutsu na nova standardização e influenciou o mesmo movimento no kenjutsu e kyujutsu, abrindo a forma para o futuro karaté-do, que entraria quando standardizado. Mas fica sempre um grupo não standardizável: “a falta de standardização significava que o jujutsu não tinha mudado para algo que nunca queria ser, excepto no caso do jujutsu de Jigoro Kano que gradualmente se transformou num desporto competitivo.” (MOL, 2001, pp. 222). Mais uma vez: não era o surgimento dos budo que fazia perecer os bujutsu. Não é uma linha de continuidade. É uma ruptura, um salto. E o anterior movimento, continua o seu desenvolvimento: mas um novo emergiu e foi nesse que se fundaram os novos desportos como o Judo, o Kendo e o Karaté.

#### ***2.4.2.8 Os Títulos e Graus dos Professores e Praticantes de Budo***

Fundada em 1895, a Dai Nippon Butokukai recebe do governo autorização para “investigar, preservar e promover os *bugei* Japoneses; fazer exposições e torneios; recolher armas, equipamentos e informações históricas sobre as tradições clássicas de combate; e publicar materiais relacionados com as artes marciais” (McCARTHY, 1995, p. 6).

A preocupação central da instituição tinha duas direcções de focagem: por um lado asseguraria a formação de professores, por outro lado promoveria o entendimento generalizado, no seio da comunidade dos professores, sobre o conteúdo de ensino propriamente dito. E este era provavelmente aspecto principal (McCARTHY, 1999, p. 25).

Para a aceitação do Toudi-jutsu no seio da instituição era necessário implementar:

- Um currículo de ensino unificado;
- A adopção de um uniforme de prática característico para a modalidade;
- Um uniformizado processo consistente de avaliação dos níveis de prática;
- A implementação do sistema kyu-dan de Jigoro Kano;
- Desenvolver um formato competitivo seguro para que os praticantes possam testar as habilidades e o espírito;
- Mudar o prefixo “China” para “vazio” e adicionar o sufixo dô: Karaté-dô.

A formação e creditação referente aos novos bugei (budo), passa a ser um aspecto central da instituição e com o estabelecimento inicial das titulações dos mestres de artes marciais em 1902, o desenvolvimento operacional da instituição necessitava de um centro especializado para corresponder à respectiva complexificação.

Assim, em 1911, é estabelecida, dentro da Dai Nippon Butoku Kai, a Bujutsu Senmon Gakko (Busen) (Escola Profissional<sup>213</sup> de Artes Marciais), para administrar a creditação nacional, certificação e treino profissional para todas as artes marciais do Japão. Paralelamente, em 1911, o Ministro da Educação estabelece uma directiva que tornam o Kendo e o Judo obrigatório para rapazes em todas as escolas médias, devendo os alunos optar por uma ou outra. DRAEGER (1974, p. 35).

Em 1930, o Governo Nacional registava mais de dois milhões e meio de cintos negros, e mais de dois mil e quinhentos especialistas de alta graduação registados nas oito maiores disciplinas marciais.<sup>214</sup>

---

<sup>213</sup> DRAEGER (1974, p. 35) refere “Specialty School”, ou seja, escola de especialidade. No entanto a informação no site é mais precisa.

<sup>214</sup> Informações recolhidas do site oficial da organização, já referido em nota anterior.

Os títulos gerais desenvolvidos no seio da organização<sup>215</sup> para os *shihan* (師範)<sup>216</sup> - Professores – foram, do mais alto para o mais baixo: *Hanshi* (範師)<sup>217</sup> – professor exemplar –; *Kyoshi* (教師)<sup>218</sup> (originalmente conhecido como *Tasshi*) – professor especialista – e, a partir de 1934, foi adicionado o título de *Renshi* (錬師)<sup>219</sup> – professor com habilidade<sup>220</sup>.

A titulação em causa representava no *Butokukai*:

*A avaliação do progresso individual rumo à obtenção da perfeição humana através da prática das tradições de luta. Esta avaliação não é apenas baseada em aspectos físicos, mas procura ter em conta o desenvolvimento dos aspectos físico, moral e espiritual do ser humano: o objectivo de cultivar, pelo budo, o nosso mundo interior, é um esforço para evoluir no mundo exterior (McCARTHY, 1995, p. 7):*

Um outro tipo de graduação que se desenvolveu institucionalmente na Dai Nippon Butokukai é o que se refere ao nível de prática.

Como já notámos, Jigoro KANO atribui o grau de 1º dan (shodan) pela primeira vez aos seus alunos *Tomita* e *Saigo* em 1883, tinha então 23 anos, e podem-se considerar essas as primeiras graduações oficiais de judo, sob as quais vai sendo construído e alargado o sistema que hoje conhecemos.

Depois de estabelecer o *kodokan*, KANO Sensei distribuía faixas negras aos seus *yudansha* para serem usadas no *dogi* (uniforme de prática) estandardizado e, após 1907, a faixa negra é substituída pelo *kuro-obi* (cinto negro) que se torna o standard até hoje McCARTHY (1995, p. 8).

Assim sendo, como enfatiza este mesmo autor, o actual uso do cinto (*obi*) de graduação, usado em muitas artes marciais e desportos de combate com raízes asiáticas,

---

<sup>215</sup> E que, segundo TOKITSU (1993, p. 78) foram inicialmente fixados em 1902. No entanto, o título *Renshi*, segundo McCARTHY (1995, p. 7), só em 1937 passa a ser adoptado.

<sup>216</sup> Shi - Professor, mestre, especialista; han – modelo, lei, regra.

<sup>217</sup> Os mesmos kanji de *shihan*.

<sup>218</sup> Kyô – ensino, classe – Professor da classe.

<sup>219</sup> Ren – Fundição de metal; a forma alternada (煉) significa fundir, refinar, condensar.

<sup>220</sup> Na nossa investigação pelos kanji, não encontramos definições claras. Notar ainda que hoje em dia organizações federativas japonesas usam estes títulos também, sendo requisito para o título de *renshi* o 5º dan, e assim sucessivamente. Mas não é uma regra universal. Outros títulos foram sendo desenvolvidos nas mais variadas organizações. Aqui só tratamos destes títulos por terem sido os primeiros de vinculação institucional com o ensino de Budo.

deve-se ao fundador do Judo. *Jigoro Kano* introduz a inovação de distinguir os diferentes níveis de prática através do desenvolvimento do sistema *dan/kyu*, primeiro no Kodokan e depois, através da Dai Nippon Butokukai, uniformiza-se o sistema.

O *dan* (段)<sup>221</sup> ou cinto negro, indicava um nível de prática avançado e os seus possuidores tornam-se conhecidos como *yudansha* (recipientes de *dan*); as graduações de *kyu* (級)<sup>222</sup> representavam os diversos níveis de competência abaixo do *dan*, sendo conhecidos como *mudansha* (aqueles que ainda não receberam o *dan*).

Nasce assim a primeira institucionalização das graduações que atravessará os diversos Budo. Mesmo tendo em atenção que o termo *dan* já estava em uso em diferentes domínios para exprimir o grau de proficiência em algumas artes, que já tinha sido usado na escola *Jugen-ryû* de sabre japonês e que era usado na prática do jogo *go* desde o período Edo, assim como sabendo que se exprimia normalmente a progressão em três graus (*shodan*, *nidan* e *sandan* – entre outras) – que nas artes marciais era também usado a terminologia *kirigami*, *mokuroku* e *menkyo* para designar etapas de progressão –, sabendo tudo isto que nos é salientado por TOKITSU (1993, p. 78), é a institucionalização e uniformização que, através da Dai Nippon Butokukai vai dar o novo tom às graduações.

TOKITSU (1993, p. 77) salienta ainda que, inicialmente, *Jigoro Kano* só utilizava o sistema de cinco graus de *dan* e não o sistema de dez como posteriormente passou a usar. Curiosamente, em algumas escolas de Karaté de Gichin FUNAKOSHI, que foi o primeiro a seguir, no Karaté, o mesmo modelo de graduações proposto pelo Dr. KANO em 1924 (*ibidem*, p. 78), continuou-se a seguir o modelo de graduações até 5º dan inicialmente copiado, sendo na altura do nascimento da Federação Japonesa de Karaté em 1964 que as graduações da JKA se acertam para um sistema para além dos cinco graus, mantendo-se as da Nihon Karatedo Shotokai nos 5 graus iniciais já que, sem estruturação federativa horizontal, não se vincularam ao novo sistema.

Note-se que aquele movimento precursor foi seguido em todo o mundo e em todas as artes marciais do extremo oriente, sendo interessante notar como influenciou bastante Okinawa onde é usual a graduação de 9º e de 10º dan dos diversos mestres mais

---

<sup>221</sup> Divisão, secção.

<sup>222</sup> Nível, grau, classe.

graduados, ao passo que a tendência Japonesa metropolitana é a de ficar pelo 8º dan, numa perspectiva mais institucional.

#### **2.4.2.9 Conclusão**

Dentro da evolução epistémica das “artes marciais” em “escolas de artes marciais” institucionalizadas no seu ensino (*ryuha buguei*), que já analisámos, e nestas, a evolução própria como *koryu budo*, ou seja, como escolas de budo que, por terem sido desenvolvidas naquele tempo, chamamos clássicas, não se descuraram paralelamente as intenções mais básicas de segurança pessoal, como que mantendo o espírito atento à potencialidade educativa da própria morte. Mas alguma tensão se notou desde o seu início: o sabre, ainda que mortal, é artisticamente trabalhado para ritualizar o combate mortal, para o pensar (projectar) em acção superadora e transcendente da função primordial em guerra real.

O sabre guerreiro (*bushi*) do período Edo, pelo estudo que acabámos de fazer, adquire a simbologia do “movo-me, logo existo” naquela época, num movimento reflexivo isolado do ocidente mas em comunhão epistémica das artes japonesas fundidas sobre o sentimento individual profundo e a procura de sentido no interior da alma. O projecto institucional educativo eleva-se então um pouco para além da ginástica do corpo de Platão, por se afirmar no duelo ritualizado entre a vida e a morte. Em ambos, a *arete* era o objectivo. No Ocidente foi mais externa e horizontal. Aqui, a *arete* é mais interna e vertical. O sabre simbólico do *bushi* que dará origem aos Budo, inclui a ginástica de Platão numa reflexividade intensa, simbolizada na pena do guerreiro. A atitude reflexiva, que é acção de sentir e pensar, inclui o papel da literatura (integrada na música em Platão) no projecto dualista Grego: ginástica para o corpo, música para a alma. No projecto pré-Budo, a dualidade é sintética: na acção de agir, porque em reflexividade constante com a morte e a perenidade da vida, educa num sentido completo.

O corpo adquire outra temperatura pois com um sabre em duelo mortal ritualizado (sem deixar de ser mortal), passa-se a

*ver o corpo como uma possibilidade, num mundo de possíveis que depende do que a ele se junta e não, nunca, ver o corpo como uma certeza, uma forma concreta, dogmatizada, submissa apenas àquilo que parece ser. Não sendo forma dogmatizada, o entendimento do corpo dependerá, então,*

*da interpretação por parte de cada sujeito que avalia nele – o corpo – o que possui e o que lhe falta (TAVARES, 2001, pp. 145-146).*

A passagem de Bujutsu a Budo é uma operação histórica Japonesa fundamental na institucionalização moderna de desportos como o Judo, Kendo, Kyudo e, mais tarde, Karaté. Alexander BENNETT, fundamentado em fontes bibliográficas de primeira ordem, chama a atenção para o facto de que só a partir de 1918 é que o termo ‘budo’ foi assumido como o termo oficial para artes marciais na vez do ‘bujutsu’, focando os atributos de construção do carácter como opostas aos aspectos combativos e competitivos (BENNETT, 2004c, p. 19).

No entanto, vimos com IRIE (2005) e FRIDAY (2005) como se salta de um paradigma de utilitarismo na auto-segurança para um paradigma de auto-realização. É um salto na hierarquia das necessidades, motivações e aspirações de um Homem que agora, tem tempo de paz para institucionalizar a educação sem perder o fundamento interior do confronto com a perenidade da vida, na morte. Este berço em desenvolvimento institucional inicial no período Edo, assumirá uma outra dinâmica com a horizontalidade dos modelos ocidentais no período Meiji.

O modelo proposto por Paulo ARAÚJO tem essa dificuldade: além de inculcar a componente utilitária em detrimento do divertimento e prazer (1997, p. 48) desliga as práticas de defesa pessoal do Jogo e do Desporto em algumas dimensões, nomeadamente que aquelas não são Alea (sorte), Mimicry (imitação) nem Ilinix (vertigem) mas exclusivamente Agôn (competição) (*ibidem* p. 47). A vertigem da transcendência e a imitação do modelo formal darão conteúdo à institucionalização escolar de estilos, fundando escolas diversas de artes marciais.

Por outro lado, com a proibição do porte de arma na era Meiji, evidencia-se a moda da preocupação massificada com a defesa pessoal inerme, aduzindo assim uma outra faceta de grande interesse público pelas artes marciais sem armas. “Todos estes aspectos do jujutsu – como arte gentil, um sistema de defesa pessoal e um sistema de educação física – foram enfatizados na sua primeira introdução no Ocidente” (MOL, 2001, p. 222).

As necessidades de segurança são a segunda categoria no modelo da hierarquia de necessidades de Abraham Maslow (1908-1970) tão bem evidenciado por Gustavo PIRES na análise do desenvolvimento organizacional. A organização social das artes

marciais tem tendência para integrar as necessidades, motivações e aspirações de segurança de uma forma visível, operacionável, manipulável. A seguir às necessidades fisiológicas que são hierarquicamente primárias, todas as restantes: Segurança, Sociais, Estima, Auto-Realização (PIRES, 2003, p. 55); estão integradas na organização das Artes Marciais e, assim, no Karaté.

A institucionalização das graduações e o seu reconhecimento tutelar respondem às necessidades, motivações e aspirações Sociais na hierarquia de Maslow. Misturam-se com a dimensão de necessidades de Estima e ainda com as necessidades de Auto-realização que, no trajecto de criação dos Dô, que já analisámos, foi e é raiz primordial.

O salto das necessidades, motivações e aspirações de segurança até às de auto-realização, característico do desenvolvimento das *ryuha bugei* no período Edo (1600-1867) durante o longo e isolado Xogunato Tokugawa, volta a assumir uma ênfase interessante no período Meiji (1868-1912) com a “defesa pessoal inerme”, e esse aspecto em ebulição, assume relevância em todo o mundo. É o encontro entre a legalidade do mundo exterior (característica do mundo democrático Ocidental) e a legalidade do mundo interior (característica do mundo isolado Oriental japonês) que salta pragmática e compostamente do abismo do sentimento do mundo interior, depois de lá ter caído precocemente. Isto já se evidenciou no primeiro elogio da institucionalização do bem comum em Sólon e, com ORTIZ-OSÉS (s.d., IVb) adquire matriz hermenêutica numa função que adaptamos: estou implicado, logo existo.

A abertura do Japão mistura-se com a visão comparativa universal entre os melhores feitos humanos. Tudo isto, à luz do elogio da maximização, especialização e estandardização industrializantes, como que num grito individualista procurando o utilitariamente melhor, em qualquer lugar, sem compreender e explicar com profundidade, mas sim superficialmente focado na visão tecnocrática muitas vezes desenraizadas epistemicamente.

A procura natural de aprendizagem da resolução rápida e eficaz de um confronto de violência física através de um conjunto de “truques” apresentados como técnicas, fazem qualquer perito sorrir com tal imaturidade, pois o percurso de um budo afastou-se na essência da realidade do combate não regulamentado e, voltar a fazer o percurso de estudo dessa realidade é um caminho diferente do que as escolas Budo procuraram.

É assim que a institucionalização das escolas de Toudi de Okinawa assumem num percurso histórico particularmente diferente das operações epistémicas do Jujutsu por sua vez em vinculação com o Kenjutsu. Vamos estudar esse percurso agora.



### **3 ENQUADRAMENTO ESPECÍFICO**

- 3.1 O Karaté em Okinawa e Japão**
- 3.2 O Karaté na Europa e em Portugal**
- 3.3 O Karaté e o Olimpismo**
- 3.4 Os Recursos Institucionais Actuais no Karaté**



## **3.1 O Karaté em Okinawa e Japão**

### **3.1.1 Introdução**

A gênese do Karaté até ao século XIX é um produto de várias influências culturais possíveis num centro insular do extremo oriente, num determinado momento histórico. Por um lado, o isolamento e a pobreza da ilha em recursos naturais nunca atraíram movimentos ocupacionais culturalmente uniformes, o que permitiu que, na heterogeneidade das diversas influências, se mantivesse protegido o traço cultural individual até à medida do querer dos próprios Okinawenses. Por outro lado, a posição geográfica fez desta ilha um ponto aberto de encontro de diversas culturas, normalmente em passagem, o que fez assumir uma estratégia de sobrevivência própria de aprendizagem. A relativa proximidade do Japão, da Coreia, da China e do Sul, simultaneamente à falta de recursos e de riqueza próprias fazem de Okinawa um ambiente cultural mais centrípeto do que centrífugo.

A influência japonesa através da entrada de senhores da guerra exilados, a influência chinesa através da aliança tributária, assim como a influência da Coreia e de outros países da região através das relações comerciais, estão registadas na história de Okinawa e já tivemos a respectiva análise. É mesmo possível que o contacto entre os europeus quinhentistas e seguintes possa ter traduzido algo mais que se escapou na memória dos tempos. Não encontramos nenhuns relatos nas referências europeias para os métodos de combate e de luta desarmada completamente diferenciados em relação ao que então se conhecia na Europa e, por isso mesmo, só mais tarde, após a revolução Meiji, a diferença cultural marcante nas artes marciais já em desuso na Europa e restantes países ocidentais com o fim da guerra em si mesmo, fez destacar esses valores para noções interessantes de analisar em espaço próprio.

O desenvolvimento do Karaté-dô vai acontecendo nesse pano de fundo, mas é a sua recta final no século XIX e depois o século XX que marcará o desenvolvimento moderno.

A hipótese de que tenha sido a classe campesina que, como resultado da resistência anti feudal iniciou o desenvolvimento de técnicas de luta inerme e com utilização de utensílios agrícolas, está posta de lado como o afirma e comprova McCARTHY (1995, pp. 43-44).

A má interpretação do quarto dos onze feitos de Sho Hashi [, que já analisámos], levou ao desenvolvimento exagerado desta hipótese, assim como infiltrou também um certo exagero em outras hipóteses mais plausíveis. Não é claro que tenha sido por reacção à proibição das armas nem por reacção à proibição opressiva do senhor de Satsuma que o Karaté se desenvolveu. Bem pelo contrário: tudo aponta para que estas hipóteses sejam refutadas.

É provável que a influência dos *sapposhi* (enviados especiais do Imperador Chinês a Okinawa), ao trazerem comitivas de cerca de quinhentos membros, especialistas em diversas profissões e em segurança pessoal, permanecendo entre quatro a seis meses, por si só fossem suficientes para o desenvolvimento de metodologias de treino de luta desarmada. Na verdade, o desenvolvimento dos *pechin* (funcionários do estado) e especificamente dos *chikusaji pechin* (policías de proximidade), teriam levado ao incremento do uso de métodos de luta inerme chinesa, como é apontado por McCARTHY (1995, pp. 47-49). No entanto, a má interpretação do quarto dos onze feitos de Sho Hashi[, que já analisámos,] levou ao incremento exagerado desta hipótese.

O estabelecimento em Ch'uang-chou, na província de Fukien, desde 1439, de um entreposto comercial com funcionários permanentes de Ryukyu, permitindo relações mais firmes entre Ryukyu e a China, é um marco importante para o desenvolvimento do intercâmbio cultural, sendo a principal porta de entrada na China. Não só através das comitivas chinesas vindas a Okinawa, mas também da ida à China o intercâmbio vai-se aprofundando entre os nobres e entre outras classes como os comerciantes.

Mas o Karaté, segundo vários autores, não é só Boxe Chinês feito por Okinawenses (COOK, 2001, p. 7). Há uma criatividade própria que marca e diferencia a utilização de métodos de treino de luta desarmada próprios de alguns mestres de Okinawa.

### **3.1.2 A Primeira Referência Literária - Bubishi**

A literatura específica sobre Karaté tem início mesmo antes de se estabelecer a sua modernização (1905-1936) e o principal documento escrito com grande influência no desenvolvimento do Karaté é o Bubishi<sup>223</sup>. Várias cópias deste documento foram

---

<sup>223</sup>Kenji Tokitsu no seu livro de 1994, *Histoire du Karate-do*, das edições Francesas S.E.M., com autorização de mestre T. Otsuka (10º dan), dá-nos uma primeira tradução europeia sintética a uma cópia

manuscritas por personagens responsáveis pelo desenvolvimento moderno do Karaté e, segundo TOKITSU (1993, p. 163), “o conteúdo do texto varia ligeiramente segundo o copiador”.

Se para o contexto do Karaté, “o Bubishi representa a fonte patriarcal de conhecimento...”, por outro lado, “revela os significados e métodos originais do ortodoxo *gongfu*...”; assim sendo, “o Bubishi é ao mesmo tempo, criador e produto da História” (McCARTHY, 1995, p. 23). Mais tarde, McCARTHY (1999, p. 28) refere que “o Bubishi é um manual antigo de *gongfu* chinês que deslinda os mistérios envolventes à evolução do karate-do, e revela as suas ligações com o *gongfu* do grou branco de Fujien e o boxe do punho de monge”. O mesmo autor evidencia ainda que o Bubishi é tão importante para o karate-do como a Arte da Guerra de Sun TZU, O Livro dos Cinco Anéis de Miamoto MUSASHI ou O Príncipe de MAQUIAVEL. Colocaríamos ainda a referência de Bushido – a Alma do Japão de Inazô NITOBÉ e os ancestrais Tao Te King de Lao TSE e o I CHING.

Bubishi, segundo ALEXANDER e PENLAND (1999, p. xvii), literalmente significa “espírito da arte marcial” ou, numa interpretação mais precisa, “registro do espírito ou ambição da arte marcial”, pelo que figurativamente significa “manual de treino de artes marciais”. HABERSETZER (1995, p. 16) afirma que Bu significa Guerreiro; Bi significa fornecer, conhecer; e Shi significa espírito, ambição. McCARTHY (1995, p. 23) refere-nos que o ideograma pronunciado Bu significa “militar”, Bi significa “fornecer ou preparar” e Shi significa “registro” e que juntos dão: “manual de preparação militar”.

Da nossa investigação sobre os kanji, descobrimos que bu, ou em chinês wu (武) significa militar, marcial<sup>224</sup>; bi ou em chinês bèi (备 ou kanji alternativo 備 com o mesmo significado) significa preparar, pronto, perfeito<sup>225</sup>; e shi, ou em chinês zhì (志), significa propósito, vontade, determinação<sup>226</sup>. Assim sendo, traduções como

---

que Chojun Miyagi trouxe do sul da China no início deste século. Havendo várias cópias deste antigo tratado de arte marcial chinesa (algumas feitas por mestres como S. Matsumura, A. Itosu, G. Funakoshi, C. Miyagi, K. Mabuni, etc.). Deste último consultar MABUNI, orig: 1934a. TOKITSU (1994, p. 163) refere-nos que o Bubishi é considerado pelos adeptos de Okinawa como um dos documentos mais importantes do Karaté. O mesmo é confirmado pelas traduções inglesas de McCARTHY.

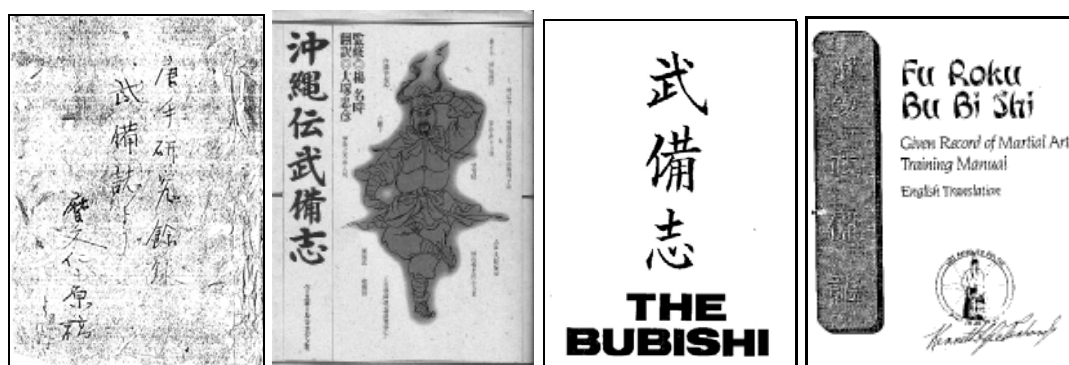
<sup>224</sup> Ver <<http://en.wiktionary.org/wiki/%E6%AD%A6>>. [Consulta 2005-07-25].

<sup>225</sup> Ver <<http://en.wiktionary.org/wiki/%E5%82%99>>. [Consulta 2005-07-25].

<sup>226</sup> Ver <<http://en.wiktionary.org/wiki/%E5%BF%97>>. [Consulta 2005-07-25].

“determinação marcial perfeita”, “vontade e prontidão militar”, “propósito da preparação marcial”, etc. percorrem todos o sentido semelhante. Bubishi é, bubishi.

Na verdade, existem dois Bubishi e são de origem chinesa. O que nos interessa é o Bubishi simplificado de Okinawa e tudo aponta para que a simplificação do tratado para a arte de combate inerme tenha tido como base noutros documentos mais extensos. A primeira referência para o Bubishi em análise é o Wubeizhi 武备志 (武備志) escrito em 1621 por Mao Yuanyi (1594-1630), consistindo numa extensa obra de noventa e um volumes analisada por McCARTHY (1995, p. 26-27). Por outro lado, este autor refere que uma secção relativa ao combate dois a dois com e sem armas parece ter sido retirada de um trabalho anterior. Trata-se do Jixiaò Xīnshū 纪效新书 (紀效新書) escrito em 1561 pelo General Qi Jiguang (1522-1587). Há semelhanças entre as trinta e duas ilustrações de combate desarmado do General Qi com as que aparecem no Bubishi de Okinawa.



**Fig. 44 - Versões do Bubishi ao longo do tempo**

**Itoso (via Mabuni); Tadahiko (1986); McCarthy (1990); Penland (1993)**

TOKITSU (1993, p. 163) refere[-nos] que o Bubishi está escrito em Chinês antigo, comportando a sua tradução integral para o Japonês certas dificuldades, às quais McCARTHY (1995, p. 27) ainda aduz a modificação de alguns ideogramas nas cópias feitas à mão, assim como uma grande dificuldade de interpretação de algumas descrições técnicas feitas numa linguagem analógica. Segundo TOKITSU, uma primeira tradução parcial para Japonês foi publicada em 1984 por Tetsuhiro Hokama num seu livro, sendo só em 1986 que Tadahiko Otsuka o traduz integralmente. No entanto, é de notar que o próprio Tadahiko Otsuka refere não ter conseguido fazer a tradução completa dos artigos referentes aos remédios de ervas na tradução para

Japonês (*in*: McCARTHY, 1995, p.15), elogiando a tradução para Inglês de Patrick McCarthy, feita inicialmente em 1990, com uma 4ª versão mais detalhada em 1995.

Também George ALEXANDER e Ken PENLAND traduzem e fazem uma primeira publicação integral do Bubishi em Dezembro de 1993, revista em segunda edição em 1999. Não sabemos a origem deste documento, pois os autores não a referem na publicação consultada.

A versão mais completa em Inglês é a de McCARTHY, com tradução em espanhol, russo e italiano, e tendo em conta que a segunda edição revista da obra de TOKITSU relativamente à História do Karaté já não traz a tradução parcial do Bubishi, é a versão de HABERSETZER que temos como mais relevante em Francês.

O Bubishi é constituído por 32 artigos que correm assuntos tão ricos como a história do estilo do grou branco de quanfa da cidade de Yongchung da província chinesa de Fukien, ética, etiqueta, comparação de estilos, aplicações defensivas, medicina e ervanária, treino, e estilo do punho do monge de quanfa. Trata-se de um manual esplêndido na abordagem das pegas, pressões, estrangulamentos e traumatismos a pontos específicos do corpo humano – pontos vitais. Além de muito focado na realidade marcial, marcam-se também espaços mais difíceis de entendimento ao nível das complexas abordagens ao “toque da morte retardada” (*diam xue* em mandarim e *dim mack* em cantonês) (McCARTHY, 1995, pp. 27-28).

Do nosso ponto de vista, o Bubishi é, provavelmente, um manual de síntese entre conhecimentos de quanfa de shaolin (budistas) e de wudang (taoistas).

Nele pode notar-se, em primeiro lugar, o carácter eclético da abordagem à arte:

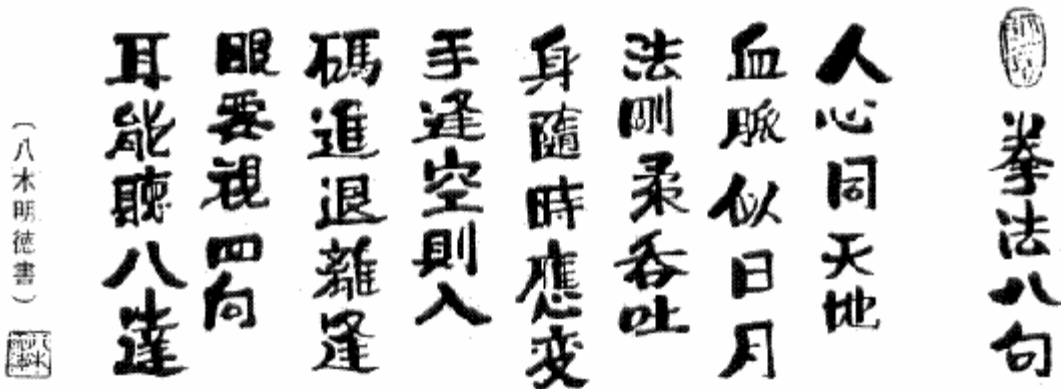
*Podemos classificar a técnica da arte da grou em três categorias; a grou que voa, a grou que combate e a grou que joga. A grou que voa empurra, projecta, derruba e perturba. A grou que combate sacode, larga e rompe. A grou que joga protege-se, cola-se, mexe, mergulha, vira-se, cai, incha-se, e impede o outro de se mover. Podemos utilizar estas técnicas para diminuir a energia do adversário, para o destruir ou para defesa pessoal. Para tal é importante não dividir o seu espírito da sua vontade mas de os unificar. Graças à integração do espírito e da vontade a energia funde-se com a força e, graças à integração da inspiração e da expiração, as forças interna e externa jorram com naturalidade. Se não dominarmos esta regra, não poderemos adquirir uma força dinâmica e a força tornar-se-á tão rígida como se estivéssemos inertes. As forças distanciar-se-ão entre o alto e o baixo do corpo; isto não é conforme ao princípio da eficácia e não poderemos chamar “arte de combate” (BUBISHI *in*: TOKITSU, 1994, p. 165)*



**Fig. 45 - Fang Qiniang e a Arte da Grou Branca**  
(Cortesia de Martial Source – [www.martialsourse.com](http://www.martialsourse.com))

Não se tratava, portanto, de trabalhar predominantemente os batimentos (*atemis*) em pontos vitais, ou as projecções, ou as chaves, ou as imobilizações ou ainda os estrangulamentos. A fonte de inspiração do treino seria sempre o combate real na sua natureza global e não restritamente apelativa a determinadas distâncias de combate.

Em coerência com esta ideia central, os oito preceitos do combate (*kenpô taiyô hakku*) evidenciam claramente a componente holística da arte que, ainda sem o nome de Karaté, focava a necessidade de formação integral do ser humano, num discurso bastante analógico.



**Fig. 46 – Kempô Taiyô Akku**

- 1 - O Espírito do Homem é análogo ao Universo.
- 2 - O sangue circula como se movem a lua e o sol.
- 3 - A inspiração e expiração em dureza (*gô*) e suavidade (*jû*) são essenciais.
- 4 - O corpo segue o tempo e adapta-se à mudança.
- 5 - A técnica adequada ocorre onde há um vazio.
- 6 - O centro de gravidade avança, recua e os adversários afastam-se e aproximam-se.
- 7 - Os olhos devem ver os quatro lados.
- 8 - Os ouvidos devem escutar as oito direcções.

(TOKITSU, 1994, p. 87)

### 3.1.3 As Referências Chinesas Personalizadas Iniciais

O Bubishi é a matriz lendária referencial aos princípios essenciais para o Karaté, simbolizando a esteira precoce de relacionamento cultural com a China e, se mais indicadores não houvesse da influência chinesa, por si só seria suficiente.

É um facto que, “no actual estado dos nossos conhecimentos, não seja possível ser preciso no que concerne aos personagens anteriores ao século XIX tais como Wanshu, Kûshanku, Sakugawa, Yara, etc...” (TOKITSU, 1994, p. 30). A “documentação insuficiente das tradições do Karaté levam os seus estudiosos a basear as suas interpretações em informações fragmentares retiradas de alguns documentos históricos e de tradições orais” (NAGAMINE, 1976, p. 19).

Relatos da influência de enviados militares<sup>227</sup> da China a Okinawa são notados na literatura sobre o assunto.

A hipótese mais antiga caracterizada por MIYAGI (orig: 1934), é a das 36 famílias que ele denomina por *Kuninda*<sup>228</sup>. O estabelecimento em 1393 da comunidade de emigrantes conhecida como as “36 Famílias de Fukien”, estabelecendo-se na aldeia de Kume. “Incluindo especialistas em política, educação e ocupações diversas, acreditava-se que o quanfa foi introduzido em primeiro lugar através do pessoal de segurança adido à missão” (MIYAGI, orig: 1934, p. 46).

É relatado também que, durante o reino de Sho Tei (Ryukyu), em 1683, o enviado chinês Wang Chi ficou em Shuri por seis meses e, além das suas habilidades artísticas serem muito admiradas, também os métodos de luta chinesa foram ensinados, ficando preservados no kata Wanshu (COOK, 2001, p. 9).

Outro episódio evidenciado como segunda hipótese por MIYAGI (orig: 1934)<sup>229</sup> e referida em muitos outros autores, é a teoria *Oshima Hikki*. Em 1762, um navio transportador de Okinawa rumo a Satsuma (Japão), desviou-se da rota e foi parar à ilha Shikoku, a uma praia de Oshima sob jurisdição de Tosa-han (actual prefeitura de Kochi), tendo sido pedido a um sábio confucionista, de nome Ryon Tobe, que registasse

---

<sup>227</sup> Depois de 1609 (invasão Satsuma) os diplomatas chineses foram substituídos por enviados militares (ALEXANDER, 1990, p. 40).

<sup>228</sup> “Kuninda” é o nome em pronúncia *hogan* para a localidade Kume, em Naha. Foi aqui que a China Ming (1368-1644) estabeleceu as suas próprias bases de enviados (36 famílias) após a ligação cultural e tributária com Chuzan, em 1372.

<sup>229</sup> “Apesar de limitada de alguma forma, a hipótese Oshima parece ser o documento mais importante no que concerne ao reino Ryukyu” (MIYAGI, orig: 1934, p. 47).

os relatos dos passageiros e da tripulação, ficando essa crônica com o nome: Incidente de Oshima (*Oshima Hikki*). Ali fica registrado que um oficial encarregado de armazenamento do arroz, Shiohira<sup>230</sup>, faz menção aos feitos de um chinês chamado Kushanku<sup>231</sup>: tendo sido agarrado pela lapela, Kushanku aplicou o seu *kumiai-jutsu* e venceu o atacante fazendo-lhe uma tesoura com as pernas. Chojun MIYAGI refere que Kushanku terá vindo para Okinawa ou com os seus discípulos ou com Qing Sapposhi chamado Guan Kui em 1756, e ali se refere o seu kenpo (拳法)<sup>232</sup> como *kumiai-jutsu* (*ibidem*, p. 46). Gichin FUNAKOSHI (2001, p. 24) confirma ainda que este mestre chinês trouxe com ele vários discípulos de uma forma de *kenpô*.

Este é o mais antigo relato de um praticante de quanfa, e a tradição interna diz ter sido ele um dos mestres de Tode Sakugawa (1733-1815) (McCARTHY, 1995; COOK, 2001, p. 9).

Kanga Sakugawa (1782-1862)<sup>233</sup> no séc. XVIII, é um dos mais antigos mestres com existência atestada, tornando evidente a influência das escolas chinesas dos métodos de defesa pessoal. Aos 54 anos de idade foi-lhe dado o nome Sakugawa pelo reino de Ryukyu perante os seus feitos e a sua prática ficou conhecida para a história do Karaté como Tode Sakugawa<sup>234</sup> (NAGAMINE, 2000, p. 11).

---

<sup>230</sup> Shionja de Shuri (FUNAKOSHI, orig: 1925, p. 24).

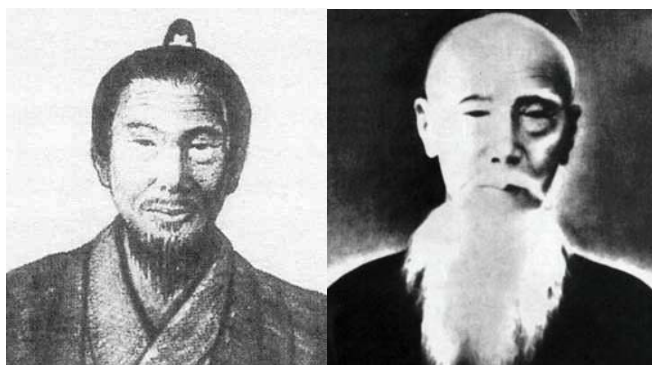
<sup>231</sup> Várias formas de leitura são identificadas por FUNAKOSHI (2001, pp. 24; 183): Kôsôkun, Kôshôkun, Kûshankun. McCARTHY traduz em MIYAGI (orig: 1934) como Kusankun. O seu nome chinês é Kung Hsiang Chun (ALEXANDER, 1990, p. 40).

<sup>232</sup> Estes kanji são lidos como Quanfa ou Ch'uan fa (“lei do punho” ou “caminho do punho”). Ken po é a sua leitura japonesa. Os autores mais recentes usam a tradução destes kanji como *kenpo* ou *quanfa* e isso foi referenciado na etapa de modernização do Karaté até cerca dos anos 30 do século XX.

<sup>233</sup> Esta é a data de NAGAMINE (2002, p. 11; 15). Outras datas surgem, sendo até algumas referidas com precisão: 5/3/1733-17/8/1815 (COOK, 2001, p15).

<sup>234</sup> PORTOCARRERO (1986, p. 11) refere que *TO* (唐) designa tudo o que vem da China e *TE* ou *DE* (手) significa em chinês e okinawense técnica. O primeiro ideograma apresentado também se pode ler como KARA e essa pronúncia começou a ser usada no início do século XX: *kara-te* – a mão (*kara*) da China (*kara*). Porque a pronúncia *kara* pode também ser dada a outro ideograma que significa vazio (空), emerge então o nome *kara-té* (mão vazia) também no século XX (TOKITSU, 1994, p. 12). HAINES, (1969, p. 15), refere que o kanji 唐 era o símbolo da dinastia chinesa Tang (618-906) que influenciou Okinawa e o Japão durante muitos anos e que o kanji 手 era usado para descrever a luta inerme desde 1629. Mão chinesa (*to-te*, *tode* ou *toudi*) dará mão vazia numa operação específica que estudaremos mais à frente. Na verdade, a dinastia (朝) Tang (唐), como já analisámos, decorreu de 618 a 907 (a referência de HAINES é uma gralha a corrigir) e é clara a referência a esse Kanji. “Mão de Tang”, significa: mão do período de ouro da China com a emergência da institucionalização das artes marciais de Shaolin, da arte em geral, da literatura e da religião. A credibilização posterior a Tang, pela fábula histórica de Shaolin, torna-se importante.

Esta personagem básica na história do Tode terá iniciado o seu estudo com pechin Takahara (1673-1760) e, após a chegada do enviado militar chinês Kushanku em 1756, tornou-se seu aluno (COOK, 2001, p. 15). Consta que terá também estudado em Fujian



**Fig. 47 - Tode Sakugawa e o respectivo filho, muito parecido.**

Além de Kushanku são referenciados na literatura mais cinco ou seis adidos militares chineses que terão ensinado quanfa a alunos em Okinawa. Não havendo dados [muito] concretos, parece terem sido personagens activas em Fuchou (China) no século XIX, sendo possível a sua visita com as comitivas oficiais de 1838 e 1866 (COOK, 2001, pp. 15-15). Se Kushanku teve influência, entre outros, em Sakugawa, Wai Shin Zan<sup>235</sup> influenciou directamente Seicho Tsuji Aragaki (1840-1920)<sup>236</sup> ou indirectamente através de Ryu Ryu Ko<sup>237</sup>, Norisato Nakaima (1850-1927) e Kanryo Higashionna (1853-1916); Ason, Iwah e Ason influenciaram, entre outros, Sokon Matsumura (1809-1896). Wan Shu<sup>238</sup> influenciou Kosaku Matsumora (1829-1898) e Kokan Oyadomari.

Em 24 de Março de 1867, ocorre uma cerimónia especial no *Ochayagoten*<sup>239</sup> no Jardim Este do Castelo de Shuri, na localidade de Sakiyama, para comemorar a visita de Zhao Xin, o último Sapposhi enviado a Okinawa em Março de 1866 (McCARTHY, 1999, p. 6). O programa festivo, além de dança folclórica e de música em tambores, teve artes marciais com armas (bo e sai, além de uma demonstração de *tenbe*: escudo e

---

<sup>235</sup> Wai Xin Xian (McCARTHY, 1999, p. 6), Wan Shin Zan., ou ainda Waishinzan (FUNAKOSHI, orig: 1956, p. 8). Segundo Eiichi Miyazato, era chefe assistente de Ryu Ryu Ko (in: COOK, 2001, p. 287, nota 2) – ver segunda nota a seguir.

<sup>236</sup> FUNAKOSHI, orig: 1956, p. 8, e McCARTHY, 1999, pp. 5-6

<sup>237</sup> Também denominado em chinês: Liu Liu Kung (ALEXANDER, 1990, p. 36). BISHOP (1999, p. 25) refere o nome como Ryu Ryo Ko, também denominado por Juhatsu Kyoda a Murakami como Ru Ru, podendo ser a mesma personagem que ensinou entre 1870 e 1880 Norisato Naikama (Ryuei-ryu): Ru Ru Ko de Fuchou (*ibidem*, p. 19).

<sup>238</sup> Para alguns, é a mesma personagem que Wai Shin Zan.

<sup>239</sup> Significa literalmente o grande palácio do chá.

lâmina) e sem armas. Os pechin<sup>240</sup> Chiku Maeda, Chikudon Tomura e Tsuji Aragaki assim como o keimoshi<sup>241</sup> Shusai Ikemiyagusuku foram os executores de, entre outros kata, *jusanpo (seisan)*, *suparinpei*, assim como de aplicações diversas. Este registo<sup>242</sup>, conhecido como “Os Dez Itens do Bugei” é uma importante referência da história de Ryukyu.

FUNAKOSHI [, com todos os outros autores consultados,] afirma que “é um facto inegável que os Okinawenses praticaram artes marciais sob orientação de mestres chineses” (2001, p. 25). Assim, é assumido pela maioria dos autores que os elementos originais do Karaté terão sido importados da China no período de vassalagem mais evidente (TOKITSU, 1994, p. 19), e mesmo após a influência Satsuma a partir de 1609. A abertura de Okinawa à China vai permitindo certos contactos, restando no registo da memória os mais recentes que serão aqui evidenciados.

O Japão será, posteriormente, a força cultural para a institucionalização da nobre arte dos lequios.

### **3.1.4 A Base Ética nas Referências Iniciais em Okinawa**

Antes do século XIX, a prática do Karaté era pouco difundida em Okinawa, o que leva a pressupor um certo “ambiente de secretismo” envolvendo a sua prática. Se esse secretismo é inquestionável, as interpretações que lhe têm sido dadas pela maioria dos autores é que nos parece dever ser questionada a partir da divulgação dos estudos de SAKIHARA (1987; 2000).

Na verdade, a maioria das interpretações dadas ao contraditório desenvolvimento e secretismo do Toudi assentam na ideia de desarmamento civil promovido por Sho Shin nos últimos 30 anos do séc. XV, após a unificação do reino por Sho Hashi em 1429, e principalmente pelo desarmamento e subjugação de Ryukyu ao clã Satsuma em 1609<sup>243</sup>.

---

<sup>240</sup> Funcionários do estado de Ryukyu.

<sup>241</sup> Significa aristocrata (McCARTHY, 1999, p. 7).

<sup>242</sup> Citado por McCARTHY do *Nihon Budo Taikei*, de 1982 (McCARTHY, 1999, pp. 6-7).

<sup>243</sup> Ver, por exemplo, FUNAKOSHI, orig: 1956, p. 7; NAGAMINE, 1976, p. 21. COOK (2001, p. 6) é dos únicos a referenciar os trabalhos de SAKIHARA, pondo em causa o exagero dos episódios do desarmamento. No entanto, trabalhos posteriores não referenciam estes estudos: ROSENBAUM (2001)

Provavelmente, o referido secretismo tem mais a ver com a falta de massificação da prática restrita a alguns membros de classes mais elevadas. Essa prática estaria profundamente marcada por algumas questões éticas de *kakure bushi*, ou seja: bushi oculto. Mesmo entre quem o praticava, o “segredo” poderia ser cuidadosamente guardado como uma antítese ao *kushi bushi* (praticante tagarela) ou até ao *tjikun*<sup>244</sup> *bushi* (praticante extravagante de habilidade exibicionista)<sup>245</sup>.

Trata-se, portanto, de outra possibilidade: a hipótese ética que não permitiria a expressão dos conhecimentos da prática em ambientes para além dos restritos a essa mesma prática.

NAGAMINE (1976, p. 20) evidencia o facto de, antes do séc. XVIII, num poema de Tei Junsoku (o sábio de Nago) nascido em 1663, um homem letrado e membro de uma missão alargada (138 pessoas) enviada a Edo em 1714, tendo-se tornado magistrado em Kume e famoso pelo seu famoso trabalho *Seis Cursos de Moral*, referenciar através de um poema o *te* num contexto muito significativo (COOK, 2001, p. 9):

*Seja qual seja o teu nível de excelência na arte do te,  
e nos teus empenhos escolares,  
nada é mais importante do que o teu comportamento  
e o teu humanismo observáveis na vida quotidiana.  
(in: NAGAMINE, 1976, p. 20).*

É interessante que o primeiro relato conotado com o Te (手) elogia desde logo o aspecto ético e comportamental, onde se nota uma base confucionista profunda. Esse aspecto vai ser consolidado nos preceitos de MATSUMURA que estudaremos a seguir. Agora, confrontemo-nos com um relato de 1818.

O relato de Basil HALL, em 1818, sobre a sua viagem a Loo-Choo (Okinawa) tem um episódio interessante, ocorrido a 19 de Outubro, após um jantar oferecido no Navio aportado em Okinawa e após Mádera e Ookooma terem descontraidamente cantado, dançado e jogado, demonstrando o primeiro uma excelente habilidade nos paços da sua dança de Okinawa e uma surpreendente habilidade em imitar rapidamente os passos da dança dos marinheiros ocidentais.

---

<sup>244</sup> Tjikun é à maneira do dialecto de Okinawa (Hogen), mas em japonês lê-se *teko* pelo que por vezes pode aparecer o termo *teko bushi* para identificar o mesmo princípio.

<sup>245</sup> Para um melhor estudo destes três tipos de bushi de Okinawa, ver o artigo de GOODIN (2005).

*De regresso à cabine para o chá, todos estavam de espírito estimulado e enquanto brincavam numa espécie de jogo de luta, Ookooma, que nos viu colocar em atitudes de combate, assumiu de repente uma posição defensiva de boxe e, simultaneamente, uma ferocidade no olhar que nunca tinha sido notada em nenhum deles. O cavalheiro a quem ele se dirigiu, pensando que Ookooma queria combater, preparou-se para o satisfazer; mas o olho rápido de Mádera viu o que se iria passar, e numa palavra ou duas fê-lo instantaneamente assumir a tranquilidade. Tentámos em vão fazer Mádera explicar-nos quais tinham sido as palavras mágicas que ele tinha usado em Ookooma. Ele pareceu ansioso em dirigir os nossos pensamentos para outras coisas, dizendo, “homem de Loo-choo não luta; homem de Loo-Choo escreve – não luta, não é bom, não, não. Ingleses muito bons, sim, sim, sim; homem de Loo-choo não luta.” (HALL, orig: 1818, p. 168-169).*

Será que Ookooma e Mádera eram especialistas na arte do Te, e que quiseram manter o secretismo acerca disso? Ou seria apenas a tentativa de manter a imagem imaculada de que o Okinawense era pacífico? Ou haveria outra razão?

Embora PERRY tenha criticado a obra de HALL, referindo-se a ela como “um mero romance; a produção inventiva de um cérebro de um escritor não muito escrupuloso com a verdade histórica [...]” (PERRY, orig: 1856, pp. 220-221), aquele relato demonstra o que PERRY, a seguir, apresenta nas palavras do Dr. Bettelheim que viveu alguns anos em Lew Chew<sup>246</sup>: “[...] os loochus pretendem mostrar que são um povo sem guerra, sem armas nem equipamentos militares” (*ibidem*, p. 222).

Harry COOK cita as referências de Charles Leavenworth feitas em 1905:

*O sistema militar de Loochoo adoptou o método de recrutar os soldados a partir dos camponeses. Cinco famílias fazem um Woo (i.e., 5). Cinco Woo controlam-se a si próprios. Camponeses seleccionados lutam pelo seu rei em caso de Guerra; e voltam aos seus campos quando a necessidade pública chega ao fim. Usam armadura, espadas, armas e setas. As espadas são muito fortes e afiadas. Eles sabem usar armas que são maioritariamente feitas de cobre. Os seus arcos têm sete pés de comprimento. Põem o arco no chão e atiram as setas da parte mais estreita do arco. Atiram as setas a 100 passos (Leavenworth, orig: 1905 in: COOK, 2001, pp. 8-9).*

Se Basil HALL (1818) não encontrou vestígios de uma prática marcial institucionalizada do tipo Karaté, PERRY (1856) também não, e nem Leavenworth (1905) refere tal, o que vai ao encontro com o que já tinha acontecido com os visitantes europeus (Portugueses e outros) ao Japão e à China.

---

<sup>246</sup> Esteve num trabalho de cristianização desde Maio de 1846 e, se no início não houve oposição, depois começou a haver alguma hostilidade (PERRY, orig: 1956, p. 225).

Num recente artigo, Clive LAYTON (2004) demonstra vários relatos do século XIX que provam a existência de armas, assim como demonstra a incongruência em FUNAKOSHI da tese do desarmamento com o relato de treino de arco e espada do seu professor Azato. “O propósito desta nota foi o de demonstrar como provável a existência de armas bastante sofisticadas na ilha, naquele tempo e que essa existência se baseou na evidência contemporânea” (LAYTON, 2004, p. 31).

Desde sempre foram identificadas armas com os Léquiós, mesmo pelos Portugueses desde o rigoroso Tomé PIRES ao menos rigoroso Fernão Mendes PINTO, chegando-se a referir a importância dos Léquiós no comércio expansionista das novas espingardas.

No entanto, devido à interpretação de Basil HALL (1818) e ao impacto que trouxe pela exótica novidade, a maioria dos historiadores dos descobrimentos interpretaram sempre que a característica do Léquio não se coadunava com tal descrição, o que parece ser não só exagerado, como até errado, como já vimos. É um facto que as armas não eram muito expostas no século XIX (PERRY, orig: 1856, pp. 222), e embora a exportação de armas tenha sido proibida pelos regulamentos Satsuma, em coerência com os regulamentos centrais do Japão<sup>247</sup>, a questão essencial, do nosso ponto de vista, tinha mais uma característica importante: aliada a uma certa razão estratégica possível de não exposição militar estava o código ético e deontológico dos bushi de Okinawa. Este código que vinculava a espada à pena leva a que externamente seja difícil o seu reconhecimento.

Interessa-nos neste trabalho explorar a questão ética na formação dos bushi em Okinawa, o que faremos a seguir.

Mesmo antes da institucionalização dos Budo através da Dai Nipon Butokukai no Japão Meiji, já em Okinawa uma elite<sup>248</sup> vivia o “não pretensiosismo” marcial, mais por opção de via do que por circunstância à “opressão” ocupacional ou mesmo ao “desarmamento oficial” que, como já evidenciámos, não tem o sentido exagerado por vezes atribuído.

---

<sup>247</sup> Em 1661, são promulgadas ordens proibindo os agricultores de terem armas em sua posse. Em 1668, é proibido aos mercadores e comerciantes de transportarem espadas (DRAEGER, 1973a, p. 67).

<sup>248</sup> “O Karaté não era ainda largamente praticado pela população, excepto a nobreza e de uma maneira secreta” (TOKITSU, 1994, p. 24).

Em 1882, Bushi MATSUMURA (1809-1896)<sup>249</sup> escreve as “sete virtudes do *bu*”, decorrentes da sua experiência e estudo das tradições de luta e do fenómeno literário, deixando esse legado a um dos seus alunos (Ryosei Kuwae). É um dos documentos mais antigos da história de Okinawa que aqui reproduzimos integralmente.

*É indispensável compreender o verdadeiro significado do treino em artes marciais. A seguir caracterizo essa atitude que deverás estudar com cuidado.*

*As vias de estudo das letras e de estudo da arte marcial são baseadas num mesmo princípio e cada via compõe-se de três espécies.*

*As três espécies encontradas na via do estudo das letras são a literatura (Shiso<sup>250</sup>), a interpretação (Kunko) e o confucionismo (Jukyo).*

*O estudo da literatura consiste em versar-se em belas escrituras sendo útil para obter uma melhor posição social e rendimento. O estudo interpretativo e explicativo (exegese) tem por finalidade a melhor compreensão do significado dos textos de Confúcio e de o ensinar aos outros pelo exemplo. É um estudo em vista a um melhor conhecimento, mas por ele somos incapazes de aprofundar a via. Estas duas espécies de estudo não permitem mais do que a obtenção de honras nas letras e eu não chamo a isso o verdadeiro estudo. O estudo do confucionismo consiste em conhecer o essencial de cada coisa a partir da via, a tornar sincera a própria vontade, a tornar correcto o seu espírito e, por essa via, a gerar a família, a governar o país e a mantê-lo em paz. Esse é o verdadeiro estudo do confucionismo.*

*As três espécies na via da arte marcial são a arte marcial do intelectual, a arte marcial do pretensioso e a arte marcial do budo.*

*Na arte marcial do intelectual (Gakushi no Bugei), pensamos em diferentes formas de treino e mudamos sem as aprofundar. Conhecemos numerosas técnicas mas a prática é como uma dança sendo incapazes de as aplicar em combate. Não se é melhor que uma mulher.*

*Na arte marcial do pretensioso (Meimoku no Bugei), agitamo-nos bastante sem nos treinarmos realmente, portanto, falamos muitas vezes das nossas façanhas gloriosas. Causamos tumultos, desordens e ofendemos os outros. Segundo as circunstâncias arriscamo-nos à auto-destruição ou à desonra da nossa família.*

*Na arte marcial do budo (Budo no Bugei) o êxito assenta numa elaboração permanente; permanecemos calmos mesmo quando os outros estão agitados e ganhamos dominando o espírito do nosso adversário. Com o amadurecimento da nossa arte chegamos a manifestar capacidades superiores e subteis, imperturbáveis seja em que situação for, nunca saindo de nós mesmos. E, por lealdade e fidelidade ao nosso senhor e aos nossos pais, tornamo-nos um tigre feroz, uma águia digna; donos da rapidez de visão de um pássaro, poderemos vencer qualquer inimigo.*

*O objectivo da arte marcial consiste em dominar a violência, a tornar inúteis os soldados, a proteger o povo, a desenvolver as qualidades da pessoa, a assegurar tranquilidade, a criar harmonia entre os grupos e, de seguida, a aumentar os bens da sociedade. São as sete virtudes da arte marcial que o Santo Mestre (Confúcio) elogia. Assim, o princípio é único, seja para o estudo das letras, seja para o da arte marcial (Bun Bu). São inúteis as artes marciais do intelectual e do pretensioso. Gostaria que prosseguisses no sentido da arte*

---

<sup>249</sup>Várias datas são referenciais à vida de Sôkon Matsumura (1797-1889; 1798-1890; 1797-1890; 1808-1895; 1809-1890; 1809-1896; 1809-1901) e aqui usamos a de NAGAMINE. Referências por vezes a datas como (1828-1898) - <<http://www.wonder-okinawa.jp/023/eng/001/001/index.html>>. [Consulta 2005-08-20].

<sup>250</sup>Também referido por NAGAMINE (2000, p. 20) como “shisho”.

*marcial do budo e fosses capaz de reagir convenientemente segundo as circunstâncias em mutação e de as dominar.*

*Escrevi isto sem quaisquer reticências já que é com esse espírito que deverás continuar a aprofundar o teu treino (MATSUMURA, orig: 1882, in: TOKITSU, 1994, pp. 44-45)<sup>251</sup>.*

Assim, torna-se claro que o fundamento de uma vida culta no domínio das situações passava pelo controlo absoluto do pretensiosismo e tal pode ter estado mesmo na origem de um certo secretismo. Nem todos poderiam aprender a arte do *te* e a mostra de carácter para essa aprendizagem por parte de um mestre, era essencial. Alguns dos modernizadores do Karaté no início do século XX, como Choki MOTOBU, sofreram com essa conduta, desenvolvendo um treino “autodidacta” mais à custa de observação “secreta” do que de ensino formal. A conduta cívica exemplar de todos os outros é disso indicador.

A cortesia e a saudação continuam a ser o espaço actual da ética essencial ao combate ritualizado em Karaté (*Kumite*), assim como à execução dos exercícios de treino com parceiro (*Bunkai*) e sem parceiro (*Kihon* e *Kata*). É um espaço de ordem ética que marca o início e o fim de um espaço que culmina com a morte simbolizada no *ipon*, na vitória ou derrota no combate ritualizado (*Sho-Bu*). Mas este ritual em contextos de competições ou exames institucionalizados é de certa forma diferente do contexto na altura.

Falta encontrar indicadores mais precisos para compreender se a questão do controlo comportamental era essencial para a formação pessoal e do grupo ou se era apenas uma estratégia de secretismo relativamente às artes marciais de origem chinesa. No entanto, achamos que o contexto ético, em função do bem comum e o controlo dos comportamentos pessoais, evidenciam-se como aspectos centrais desde o século XVII. Há, desde logo, uma raiz importante, universalmente elogiada com o aspecto cultural da vida social, independentemente da habilidade individual.

---

<sup>251</sup>Aqui seguimos a tradução francesa de TOKITSU. Comparar com o texto inglês traduzido por COOK em 2001 (pp. 18-19) e por McCARTHY quer em NAGAMINE (2000, pp. 20-21), quer em MATSUMURA (orig: 1882). Este último tradutor poderá também ter estado na base da tradução para português aparecida na revista Cinturão Negro nº 34 de Maio de 1996, p. 9. Em 1994, fizemos a primeira tradução de algumas partes deste escrito para um documento da primeira acção de formação de treinadores da FNK-P num trabalho que intitulámos: O Âmago do Karaté. Aqui colocamos a tradução completa.

### 3.1.5 A Primeira Institucionalização do Karaté em Okinawa

Os contactos entre Japoneses e Okinawenses e as relações estabelecidas promoveram um aprofundamento cultural grande. McCARTHY (1995) evidencia alguns contactos evidentes que proporcionaram o incremento de conhecimentos de formas ecléticas de combate inermes e armadas.

A enciclopédia japonesa *Nihon Budo Taikei* tem uma passagem em que refere que o senhor de Satsuma, Shimazu, ordenou ao mestre de segunda geração de Jigen-ryu, Shigekata Togo Bizen no Kami (1602-1659) para ensinar aos agricultores e ganadeiros de Satsuma técnicas e táticas de autodefesa, preparando-os para serem uma linha clandestina de defesa contra eventuais ataques usando todo o tipo de ferramentas (pau longo e curto, remos, foices, etc.). Esta tradição disfarçou-se em dança folclórica. À pergunta de McCARTHY (1995, pp. 50-51) que aqui citamos, sobre a relação entre Jigen-ryu e Okinawa, a resposta do mestre da 11ª geração da escola foi de que não há dúvidas sobre influências. A pergunta é: quem influenciou quem? Patrick McCARTHY não tem dúvidas: “O período Satsuma foi de grande crescimento e desenvolvimento tanto para o Karaté-do de Okinawa como para o seu *kobudo*” (p. 52).

Alguns *pechin* (funcionários do estado de Okinawa) viajaram a Satsuma e “a alguns deles foi ensinado Jigen-ryu ken-jutsu (os métodos de combate dos samurais de Satsuma), influenciando assim a evolução dos métodos de luta ‘originais’ de okinawa, ao voltarem à sua terra” (McCARTHY, 1995, p. 50).

Entre os muitos *pechin* que viajaram até Satsuma nos finais do séc. XIX temos Sokon MATSUMURA que já citámos anteriormente. Para a maioria dos autores de História do Karaté, foi uma das principais personagens fundadoras do Karaté moderno.

MATSUMURA aprendeu os primeiros métodos de combate com Toudi Kanga Sakugawa (1733-1815) mas, como agente de segurança de três reis consecutivos de Ryukyu (Sho Ko, Sho Iku e Sho Tai), estudou tanto em Fujian / Fuchou (China) como em Satsuma (Japão). Além de estudar a escola *Jigen-ryu* da arte japonesa do combate com sabre<sup>252</sup>, tendo mesmo ficado conhecido na China como um excepcional executante, viajou bastante enquanto guarda do príncipe do palácio de Shuri. Em 1836,

---

<sup>252</sup> COOK refere que Hoshu Ikeda não encontrou qualquer referência a Matsumura nos registos de Jigen Ryu (2001, p. 17).

durante uma estadia de 15 meses em Pequim, iniciou a aprendizagem de uma arte de combate chinesa com um mestre chinês de nome Iwah<sup>253</sup> - provavelmente, segundo TOKITSU (1994, p. 39), uma das três principais escolas do norte da China: *xingyi-quan*. Mark BISHOP (1999, p. 53) chama a atenção que terá estudado também com o adido militar Ason.

Recebeu um título superior de instrutor (*menkyo*) de Yashichiro Ijuin, e assim, sintetizou todos os princípios que aprendeu e desenvolveu na região dos castelos (shuri), tendo sido um dos primeiros a ensinar a arte, após ter-se retirado do serviço público.

Os seus principais alunos foram: Anko Azato (1827-1906), Anko ITOSU (1832-1915), Bushi Ishimine (1835-1889), pechin<sup>254</sup> Kiyuna (1845-1920), pechin Sakihara (1833-1918), Nabe Matsumura (1850-1930), pechin Tawada (1851-1907), Ryosei Kuwae (1858-1939), Kentsu Yabu (1866-1937), Gichin FUNAKOSHI (1868-1957), Chomo HANASHIRO (1869-1945) e Chotoku KYAN (1870-1945).



**Fig. 48 - Anko Itosu (1832-1915) e seu mestre Sokon Matsumura (1809-1896)**  
**CLAYTON (2004, pp. 284-285)**

O Dr. Bruce CLAYTON (2004) avança [com] a hipótese de que os dois guardas do regente de Okinawa, Sho Taimu, a quem foi tirada uma fotografia com base na qual foi feita uma litografia quando da viagem de PERRY a Naha em 1853 (p. 218), são precisamente Sokon MATSUMURA e o seu discípulo Anko ITOSU.

---

<sup>253</sup> Wèi Bo (Iwâ - pronúncia em Okinawa).

<sup>254</sup> Alguns autores usam esta denominação como nome. O título pechin quer dizer funcionário do Estado e é usado provavelmente por se desconhecer o nome da pessoa em causa.



**Fig. 49 - Regente de Lew Chew e seus Seguranças - 1853<sup>255</sup>**

**CLAYTON (2004, pp. 82; 283-287): os seguranças são A. Itosu e S. Matsumura**

Na verdade, Anko ITOSU, ou Yasutsune ITOSU (1832-1915) é personagem essencial porque, por um lado inicia algumas modificações estruturais técnicas, mas essencialmente porque são os seus alunos que desenvolveram a maior parte do que hoje é conhecido como Shuri-te ou Shorin-Ryu (COOK, 2001, p. 22) e, por outro lado, porque é o pioneiro da massificação do Karaté, através da sua institucionalização inicial no sistema educativo.

Como evidencia muito bem Harry COOK (2002, p. 24), com base num artigo de Kinjo Horishi, ITOSU começou a desenvolver um novo tipo de Karaté, sem estabelecer qualquer ryu (escola), mas sim uma forma colectiva de Karaté, pelo que se inicia a distanciação de um Karaté mais antigo e mais chinês para um Karaté mais moderno e mais japonês.

Quando em Outubro de 1908 escreveu 10 instruções comentadas para a prática do Karaté salienta objectivos concretos não antológicos, demonstrando uma visão instrumental clara para uma metodologia do treino adequada à modalidade, como é o caso da sétima instrução: “[...] A propósito das técnicas, é necessário treinar-se distinguindo aquelas que têm por objectivo o endurecimento do corpo [treino físico] das

---

<sup>255</sup> Invertemos horizontalmente a imagem, pois estava em formato espelho.

que têm um objectivo estratégico [treino tático] [...]” (ITOSU, orig: 1908 in TOKITSU, 1994, p. 53)<sup>256</sup>.

Também decorrente do conjunto das instruções dadas, ITOSU preocupa-se com a dimensão ética. Paralelamente à dimensão técnica e tático-estratégica já evidenciada, há, claramente, a preocupação com a dimensão física e psicológica. Se para aquela ele apresenta o treino no Makiwara<sup>257</sup> como suporte fundamental, para esta evidencia a necessidade de treinar a atenção pensando sempre em inimigos reais, com a vontade de um guerreiro, para se adquirirem capacidades reais. É precisamente Anko ITOSU (orig: 1908, p. 101) quem referencia que o Karaté não descende nem do Budismo nem do Confucionismo<sup>258</sup>, separando-o assim da religião<sup>259</sup>.

Parece que terá sido Choken Makabe (1769-1825), aluno de Tode Sakugawa e professor de Choshin Chibana (1885-1969), quem usou pela primeira vez o termo Shorin (COOK, 2001, p. 287, nota 5), mas é ITOSU (orig: 1908) que aponta, pela primeira vez, para a distinção de duas escolas chinesas de Karaté: Shorin e Shorei. Será Choshin Chibana, aluno também de Anko ITOSU, o primeiro a registar na Dai Nipon Butokukai o estilo Shorin-ryu em 1933.

Para Gichin FUNAKOSHI, um dos principais alunos de Anko ITOSU, apesar de emergirem diferentes Shihan (mestres avançados) no desenvolvimento do Karaté, que ele denominava em 1925 como Karate Jutsu (唐手 術) no sentido de arte da mão da China, “de facto apenas há dois estilos – Shôrei-ryû (昭靈流)<sup>260</sup> e Shôrin-ryû

---

<sup>256</sup> Usamos a tradução de TOKITSU, mas pode todo o trabalho ser consultado também na obra de COOK (2001, pp. 24-25; ou na de McCARTHY (2002). Ver ITOSU, orig: 1908.

<sup>257</sup> Instrumento característico do Karaté de Okinawa, provavelmente evoluído a partir das experiências de Sôkon Matsumura: Estudante da arte do sabre da escola Jigen-ryu com um treino baseado no *Tategi-uchi* que consistia em golpear um tronco de árvore com toda a energia e até à exaustão com um pau de madeira sólida e com cerca de um metro e trinta (três mil vezes de manhã e oito mil à noite). Somos em crer na tese de TOKITSU (1994, pp. 38-40) de que este instrumento típico de Okinawa teve origem ou grande evolução a partir de Matsumura.

<sup>258</sup> De notar que no primeiro livro de MABUNI (1934), a transcrição do texto de ITOSU aparece errada, referindo exactamente o contrário. Essa questão foi identificada pelo tradutor M. McKENNA.

<sup>259</sup> Por vezes é feita a sua relação com a religião, nomeadamente o Budismo, o Taoismo, o Confucionismo, o Shintoísmo, sendo muitas vezes relacionado intrinsecamente com o Zen e mais especificamente com o Zen Budismo. Ver por exemplo: MATSON (1963, pp. 26-31).

<sup>260</sup> O kanji “Shô” aqui usado por FUNAKOSHI, segundo dicionário consultado, lê-se em chinês “xià” ou “zhào” significa brilhante, luminoso, ilustre <<http://en.wiktionary.org/wiki/%E6%98%AD>>. O kanji “Rei” que em chinês se lê “líng” quer dizer, alma, espírito, mundo espiritual. <<http://en.wiktionary.org/wiki/%E9%9C%8A>> – Espírito Brilhante. [Consulta 2005-05-25].

(少林流)<sup>261</sup>.” (FUNAKOSHI, orig: 1925, p. 26). Se no segundo caso se nota claramente a influência do quanfa de Shaolin, no primeiro, só a sua fonética em leitura chinesa terá a ver com essa raiz: Zhâolín. No entanto, McCARTHY refere que o templo de Shaolin do Sul é normalmente referido em japonês como templo Shorei (1993, p. 111). Por isso mesmo, com TOKITSU (1994, p. 80), corroboramos a hipótese de serem palavras que provêm da mesma raiz: Shaolin.

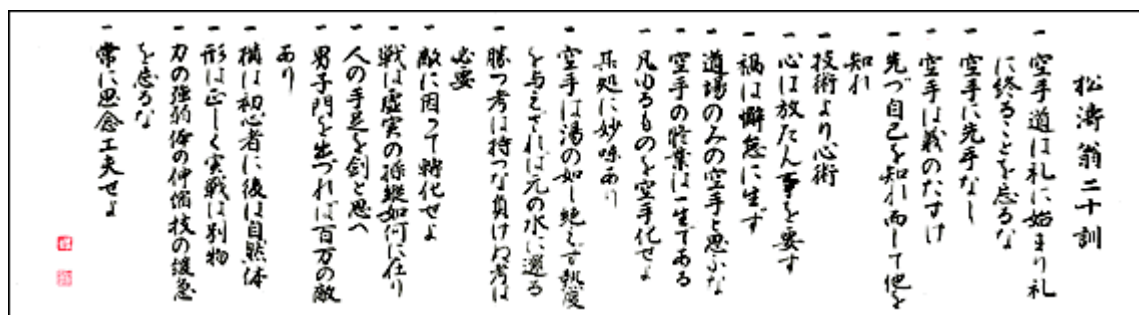


Fig. 50 - Gichin Funakoshi e os seus 20 Preceitos

Mas a distinção entre linhas de escolas é feita fundamentalmente para orientações técnicas sobre os princípios básicos do Karaté, notando-se análoga preocupação à já referenciada nos métodos chineses de quanfa e nos japoneses de jujutsu.

*O Shôrei-ryû é aconselhável para pessoas grandes com ossos largos e formas sólidas. Em contraste, o Shôrin-ryû é mais aconselhável para pessoas de estatura pequena com corpo delgado, flexível<sup>262</sup>, e falta de poder físico. Cada escola tem as suas forças e fraquezas. O estilo Shôrei é bom*

<sup>261</sup> O kanji “Shô” aqui usado por FUNAKOSHI, segundo dicionário consultado, significa pouco, insignificante, pelo que a tradução normal de pequeno é razoável. <<http://en.wiktionary.org/wiki/%E5%B0%91>>; O kanji “Rin” quer dizer floresta <<http://en.wiktionary.org/wiki/%E6%9E%97>> – Pequena Floresta. [Consulta 2005-03-17].

<sup>262</sup> É interessante que o adjectivo usado na tradução inglesa é “willow” que vem de “willow”, salgueiro e que é um símbolo de como a suavidade pode vencer a força: ver nascimento da escola de jujutsu Yoshinryu – a escola do coração de salgueiro (HARRISSON, 1955, p. 35) – que tem influência no Koshiki no kata do Judo de Jigoro KANO (orig: 1956; 1994, p. 235).

*para as posições e posturas básicas, mas tende ser falta de movimentos rápidos. O estilo Shôrin tem rapidez mas a sua desvantagem é a de que eventualmente o movimento se torna impossível se se é agarrado e imobilizado. Assim sendo, é importante que o praticante de Karaté entenda a relativa força e fragilidade de cada estilo e seja capaz de usar em conjunto ambos os estilos (FUNAKOSHI, orig: 1925, p. 26).*

Chojun MIYAGI, tem três intervenções interessantes relativas à questão dos estilos. Inicia em 1934 por referir que “há muitas teorias sobre os estilos de karate-do [via da mão da China] sem que alguma tenha sido ainda corroborada por investigação histórica” afirmando que são “vagas suposições”.

*As hipóteses mais aceites descrevem os estilos Shorin e Shorei. O primeiro, como é dito, serve melhor àqueles cuja estrutura é fisicamente grande e forte, enquanto o estilo Shorei acomoda-se melhor aos que são fisicamente pequenos e ágeis como um salgueiro. No entanto, depois de reflectir bem sobre as diversas perspectivas, torna-se óbvio que esta avaliação é inquestionavelmente errada (MIYAGI, orig: 1934, p. 51).<sup>263</sup>*

Gichin FUNAKOSHI, em 1935, num artigo publicado numa revista japonesa chamada *Kaizo*, volta a referir-se à classificação apresentada anteriormente, aduzindo que

*Shorei-ryu enfatiza o treino físico em conjugação com Ekkinkyo<sup>264</sup>, o que significa desenvolver a dureza externa equilibrada com a suavidade interna. Em contraste a isto, Shorin-ryu dá especial ênfase no desenvolvimento espiritual e foca-se no desenvolvimento da docilidade exterior equilibrada com a poderosa força interior (FUNAKOSHI, orig: 1935, p. 19)*

Pelo seu lado, e em linha de coerência com o raciocínio de 1934, MIYAGI, em 1936, na sua segunda intervenção a que já aludimos anteriormente, e perante a classificação entre Shorin-ryu e Shorei-ryu afirma que “não há qualquer evidência para suportar ou negar tal distinção” e que “se tivermos que encontrar diferenças, então teremos que dizer que são apenas os métodos de ensino que as dividem” (KARATE MASTERS, orig: 1936, p. 67). Há, portanto, uma aproximação pela ideia central de Anko ITOSU sobre os princípios comuns do Tode (Toudi), ou Te, mas ainda um certo

---

<sup>263</sup> Morio HIGAONNA traduziu também este escrito de MIYAGI e aconselhamos a sua consulta (1996, p. 86).

<sup>264</sup> “Ekkinkyo refere-se à transformação da força muscular através do treino físico” (FUNAKOSHI, orig: 1935, p. 19).

debate sobre o caminho a seguir para as suas formas de distinção plena perante a institucionalização dos anos 30 do séc. XX.

É preciso também notar que em 1927 são usadas pela primeira vez as denominações Shuri-te (首里手), Naha-te (那覇手) e Tomari-te (即泊手). Isso acontece durante a estadia de Jigoro KANO em Okinawa, chegado a 3 de Janeiro daquele ano (McCARTHY, 1999, p. 11)<sup>265</sup>.

Jigoro KANO já tinha estado várias vezes em Okinawa a pedido da Associação da Prefeitura de Okinawa dos Cintos Negros de Judo (Judo Yudanshakai), nomeadamente em 1922, 1926 e agora em 1927. No entanto, se das duas primeiras vezes ainda não lhe tinha sido apresentada o Toudi-jutsu, para esta visita, foi pedido a Chojun MIYAGI e a Kenwa MABUNI da *Toudi Kenkyukai* para participarem nas demonstrações.

Como a organização estava a cargo do Conselho de Educação da Prefeitura de Okinawa, foi-lhes feito um pedido pelos responsáveis educativos: que apenas os Kata utilizados no ensino nas escolas fossem demonstrados (*pinan* e *naifuanchin*).

Por outro lado, foi-lhes feita uma recomendação:

*Na preparação da celebração, a prefeitura recomendou ainda que a Toudi Kenkyukai considerasse a utilização de um termo que pudesse caracterizar o Toudi como uma tradição marcial mais fortemente associada com Okinawa, na vez do nome existente que acentuava as origens chinesas (McCARTHY, 1999, p. 10).*

Apesar de HANASHIRO já ter usado o termo Karaté no sentido de mão vazia em 1905, todos concordaram que os nomes Shuri-te, Naha-te e Tomari-te deveriam ser usados para descrever o Toudi cultivado à volta daqueles centros locais, evidenciando assim o aspecto tradicional local da arte marcial.

Chojun MIYAGI comentou o Naha-te e Kenwa MABUNI o Shuri-te na demonstração oficial (só os Kata escolares), mas depois de terem pedido a Jigoro KANO para poder assistir a uma demonstração mais profunda dos melhores especialistas da sua arte, ele aceitou e, na manhã seguinte, no novo Yudansha-kai dojo

---

<sup>265</sup> Apesar de COOK (2001, p. 16) e McCARTHY (1999, p. 3), TOKITSU, (1994, p. 95) referirem 1926, McCARTHY refere em dois locais importantes o mês de Janeiro: McCARTHY, 1999, p. 11; 2002, p. 130. Na primeira referência está 3 de Janeiro e embora na mais recente, 7 de Janeiro, é a primeira que está mais documentada segundo informação posterior de McCARTHY: ver segundo parágrafo e nota 19 da p. 11, já referida. Interpreta-se, assim, que a referência a 1926 de McCARTHY na p. 3 do mesmo trabalho tem a ver com o planeamento da demonstração, onde combinaram a denominação nova. Dois documentos importantes suportam isto (ver McCARTHY, 1999, p. 124, notas 16 e 19).

de Judo, KANO assistiu a Yabu, Hanashiro, Kyan, Miyagi e Mabuni demonstrarem mais profundamente a sua arte, agora especificada de Shuri-te, Naha-te e Tomari-te.

Quando MIYAGI e MABUNI se encontram com FUNAKOSHI em Tóquio no ano seguinte, no testemunho de Shinkin Gima<sup>266</sup>, ele referiu-lhes que era a primeira vez que ouvia o termo Shuri-te na descrição de Karaté (McCARTHY, 1999, p. 10; 2002, p. 130). Foi a primeira vez para todos.

Assim sendo, a terminologia proposta anteriormente por ITOSU (1908) e consolidada por FUNAKOSHI (orig: 1925), relativamente a Shorin-ryu e a Shorei-ryu, foi gradualmente complementada, a partir de 1927, por Shuri-te, Naha-te e Tomari-te. Mas como é visível no comentário de MIYAGI em 1936, a questão central da distinção era o método utilizado.

Shuri era desde logo o centro de Okinawa onde viviam a nobreza e os oficiais, enquanto Naha seria o centro dos comerciantes que englobava Kume. Tomari será o terceiro centro, próximo dos anteriores, com agricultores e pescadores (ALEXANDER, 1991, p. 25), e considerado o porto oficial de Tomari (NAGAMINE, 2000, p. 28). No entanto, a sua distância é pequena (cerca de 2.500 metros), sendo “bairros” da actual Naha, e era já evidente naquele tempo o cruzamento de práticas. Todas as teses de desenvolvimento de diferentes tipos de estilos por diferenças de “planície” ou de “montanha” nas técnicas empregadas, ou a diferença entre combates em barcos instáveis e em terrenos estáveis, são fábulas, pois as três localidades são bem próximas umas das outras.

É decorrente dos mestres precursores que algumas diferenças vão sendo notadas nos métodos e técnicas empregadas. Sôkon MATSUMURA foi o primeiro a sistematizar uma prática referenciada posteriormente sobre o nome genérico de Shuri-te, seguido de Anko ITOSU; Kosaku Matsumora (1829-1898) está na base do denominado Tomari-te seguido de Kokan Oyatomi e, posteriormente, Chotoku Kyan (1970-1945); Kanryo Higashionna (1853-1915)<sup>267</sup>, seguido de Chojun MIYAGI, são referências do Naha-Te (TOKITSU, 1994, pp. 101-102). Se nos primeiros se notam influências determinantes dos métodos chineses do Norte (Pequim), com grandes afinidades às escolas do norte da China, destacando-se a escola xingyi-quan que é umas das três

---

<sup>266</sup> Numa publicação de 1986 em co-autoria com Ryoso Fujiwara, ainda não traduzida para Inglês mas muitas vezes referida: *Kindai Karatedo no Rekishio Kataru* (McCARTHY, 1999, p. 124, notas 9 e 19).

<sup>267</sup> Alguns autores como HABERSETZER, Rolland (1984), focam a data de nascimento de K. Higaonna em 1845.

principais, no Naha-te, as influências são claramente dos métodos chineses do Sul (Fukien), nomeadamente a escola liu-qia-quan que é uma das cinco principais escolas de Shaolin-quan do Sul da China.

É interessante que em 1942, no seu último registo escrito conhecido, MIYAGI faz a terceira intervenção relativamente à problemática dos estilos, não se referindo ao modelo Shorin / Shorei nem aos outros semelhantes, mas retomando algo que tinha já referido em 1934 relativamente aos estilos originais do norte e do sul na China.

*Relativamente aos estilos de Karaté, ouvi que há dois tipos, o estilo do sul e o estilo do norte. No que respeita às técnicas, o estilo do sul especializa em técnicas de mãos e da parte superior do corpo, tendo por isso suavidade, gentileza e acções calmas. É defensivo no combate. Por outro lado, o estilo do norte, especializa em técnicas de pernas e na parte inferior do corpo, pelo que tem acções fortes e dinâmicas. É agressivo no combate. O primeiro avança para atacar e recua para defender. O último avança para pontapear e avança novamente para projectar, sendo diferente o ponto de vista em cada um deles (MIYAGI, 1942).*

Mais à frente, numa analogia às diferenças entre a pintura do vale do Rio Amarelo no norte e as do vale do Rio Yangtze no sul, parafraseando um amigo, Sr. Jingyu, com quem diz concordar, coloca nele as seguintes palavras:

*Em resumo, o estilo do Sul de pintura é idealista, leve, flexível, gentil e calmo. Pelo contrário, o estilo de pintura do Norte é forte, solene, magnificente e dinâmico. Se o aplicarmos às artes marciais chinesas é completamente coincidente. [...]*

*Acho que a relação entre “Heishu” e “Kaishu” no karatedo é similar à relação entre o estilo quadrado de escrita dos ideogramas chineses e o estilo curvilíneo dessa escrita na arte da caligrafia, o Caminho da Escrita<sup>268</sup>. “Heishu” é o “estilo quadrado”, enquanto “Kaishu” é “o estilo cursivo”. O estilo quadrado de escrita é calmo e sossegado enquanto o estilo cursivo de escrita é activo e dinâmico. Desta forma, podemos perceber obviamente qual é fundamental. É também claro que deveremos avançar passo a passo a partir do que é fundamental (ibidem).*

A concluir o texto, cita o Bubishi de Mao Yuanyi que já referimos no devido lugar: “Se aprenderes como se desenham as letras chinesas, então poderei ensinar-te

---

<sup>268</sup> Sho-Do (書道) com três estilos básicos. Kaishu (楷書) que em chinês se lê Kaishu, em que Kai significa modelo, padrão e shu significa letra, livro, documento, sendo o estilo básico que pode ser traduzido pelo tipo “quadrado”. O estilo Gyosho (行書), escrita semi-cursiva, em que Gyo significa mover, circular, andar, é traduzida por escrita corrida. O estilo Shosho (草書) é a escrita mais cursiva, ou seja, a que se faz a correr sobre o papel, em que o primeiro sho significa relva, querendo assumir a ideia de escrita solta, livre, imprecisa, em esboço, delineada, e que pode ser referida com escrita na relva que poderíamos traduzir como escrita sobre o Joelho.

todas as técnicas da caligrafia. Se aprenderes como se monta numa sela, então poderei ensinar-te todas as técnicas da cavalaria” (*ibidem*).

Estas referências a fontes chinesas, na sua linhagem de prática sempre assumida como tal, chegam a referir em 1934, confirmando na versão de 1936, uma separação histórica nos métodos de quanfa chinês:

*Características diferentes (baseadas em dissemelhanças geográficas, climáticas e sociais), causaram a separação do kenpo chinês em duas facções. Conhecida como as escolas do norte e do sul foram ainda divididas em sistemas internos e externos.*

*Os sistemas internos enfatizavam a suavidade e flexibilidade<sup>269</sup>. As suas técnicas defensivas eram baseadas em táticas evasivas, sendo representativos do quanfa wudang. Os estilos externos enfatizavam maioritariamente a técnica baseada na força física, sendo mais adequados para pessoas musculadas. As escolas duras ou externas traçam a sua origem ao templo de Shaolin localizado em Dengfeng, província de Henan, na China (MIYAGI, orig: 1934, pp. 45-46).*

Nota-se, portanto, a procura de um modelo mais abrangente para as duas questões centrais encontradas para a da sistemática do Karaté. Por um lado, o modelo diferenciador em termos de características de estilos. Por outro, o modelo classificador dos Kata. As preocupações estão em coerência com a construção de uma metodologia do treino que ele caracterizara já em 1934, e confirma em 1936.

Sobre as características de estilos, MIYAGI diferencia claramente os estilos originários do quanfa da China da questão dos estilos de Okinawa. Embora, no nosso entender, o modelo dos estilos de Okinawa apresentado por FUNAKOSHI seja semelhante ao que ele apresenta para os estilos de quanfa, nota-se que MIYAGI defende que os estilos se dividam na ligação com o passado quanfa. Por isso, é compreensível a questão que ele explicita a seguir à apresentação da questão Shorei / Shorin:

*O único detalhe que podemos assegurar é que em 1828, o sistema Chinês de Fuzhou foi descoberto e estudado profundamente. Daqui nasceu o Goju-ryu karate-do kenpo. Ainda agora esta legitimidade existe e continua a ser posta em marcha (MIYAGI, orig: 1934, p. 51).*

---

<sup>269</sup> No sentido de docilidade (*pliability*).



**Fig. 51 - Chojun Miyagi**  
**(Cortesia de Patrick McCarthy)**

Chojun MIYAGI separava, desde logo, o modelo original (China) do modelo institucional que emerge em Okinawa e Japão nos anos 30 do século XX, e é essa operação institucional que baseará todo o desenvolvimento posterior do Karaté, ao contrário dos outros Budo. No Karatedo, o desenvolvimento institucional em torno do mesmo nome generalista não é maioritariamente aglutinador mas sim separador. Mas ainda nos faltam dados suficientes para compreender as principais razões dessa falta de congregação, já que até nem existiam tantas linhas de toudijutsu como existiam no Kenjutsu e no Jujutsu, para focar os pré-budo a par da imagem com que o karatedo se forjou.

Há uma operação interessante que é necessário aduzir nesta reflexão interpretativa. É a operação da dissidência, ou seja, da separação institucional de uma linhagem de aprendizagem de um estilo para criar a sua própria. Esta operação é diferente da troca de linhagem. A seguir vamos iniciar por exemplificar essa questão, ainda respeitante à análise do estilo.

Mais tarde, FUNAKOSHI afirma que à simples pergunta sobre o número de estilos que existem no Karaté, uma resposta simples é muito difícil: “eventualmente porque o Karaté se fundamenta no profundo carácter pessoal, pode-se dizer que todo o Karateca tem o seu próprio Karaté” (orig: 1943, p. 28).

No entanto, faz a grande distinção nessa diferença individual entre a “falta de habilidade”, a “falta de treino suficiente”, o “esquecimento do kata original”, ou “interpretação errada dos hábitos e idiossincrasias pessoais dos professores” como factores promotores de modificações nos kata. “Podemos dizer que há muitos factores

que podem levar à mudança no kata, mas seria uma vergonha considerar as variações resultantes como constituindo verdadeiramente diferentes estilos” (*ibidem*).

Confirmando ainda a diferença entre Shorin-ryu (cujos kata contêm acções leves e rápidas) e Shorei-ryu (com acções lentas e pesadas) (*ibidem*, p. 29; *idem*, orig: 1956, p. 8), não deixa de referir em 1943, a propósito dos vários auto-proclamados estilos e grupos de Karaté que viu demonstrados alguns anos antes no Butokuden em Kyoto, que “os únicos estilos com linhagem com o passado são o Goju-ryu do Mestre Miyagi e o Shito-ryu do Mestre Mabuni. Eu nunca dei um nome ao Karaté que estudo mas alguns dos meus alunos denominam-no *Shotokan-ryu*.” (FUNAKOSHI, orig: 1943, p. 28).

Trata-se de um momento de reflexão sobre o surgimento de outras escolas como as que viu provavelmente nessa demonstração de 1938<sup>270</sup>: Wado-ryu de Hironori OTSUKA, o Nihon Kenpo de Tatsuo Yama, o Shindo Jinenryu Karatejutsu de Yasuhiro Konishi e Torakichi Inagaki, o Kushinryu Karatejutsu de Sannosuke Ueshima.



**Fig. 52 - Reunião após demonstração de Karaté no Butokuden - Kyoto - 5/7/1938<sup>271</sup>**

**(Cortesia de Patrick McCarthy)**

Para Gichin FUNAKOSHI, em 1943, desse grupo, só Kenwa MABUNI com o seu Shito-ryu, e [só] Gogen YAMAGUCHI com o Goju-Ryu de Chojun MIYAGI,

---

<sup>270</sup> Inferimos que deve ter sido esta demonstração pelas datas em causa. No entanto, COOK (2001, p. 106) põe a hipótese de ter sido a de 5 de Maio de 1939.

<sup>271</sup> Sentados E-D: Yama Tatsuo (Nihon Kenpo), Otsuka Hironori (Wadoryu Jujutsu Kenpo), Konishi Yasuhiro (Shindo Jinenryu Karatejutsu), Ueshima Sannosuke (Kushinryu Karatejutsu), Mabuni Kenwa (Shitoryu Karate & Presidente da Secção de Karate/Judo da DNBK), Desconhecido. Fila média E-D: 2 Desconhecidos, Inagaki Torakichi (Shindo Jinenryu Karatejutsu), Yamaguchi Gogen (Gojukai Karate), Moriyama Taichi (Universidade Ritsumeikan). Fila de trás E-D: So Neichu.

acompanhado de Taichi Moriyama da Universidade Ritsumeikan, é que tinham alguma linhagem de Karaté parecida com um estilo, tal como o seu Shotokan-ryu.

A relevância deste assunto é evidente se tivermos em conta que em Março de 1939 todos os sistemas de artes marciais tiveram que se registar na Dai Nipon Butokukai, dando o nome oficial e a descrição dos aspectos técnicos dos seus métodos. Foi exactamente neste momento que algumas características se começaram a clarificar em sistemas como o Shito-ryu, Shotokan, Goju-ryu e Wado-ryu (COOK, 2001, p. 106).

É preciso entender que nesse momento Kenwa MABUNI é Presidente da Secção de Karate/Judo da Dai Nipon Butokukai e que é Yasuhiro KONISHI quem promove dentro desta instituição o karate-do a par dos outros Budo. Desconhecemos as razões concretas de um aparente distanciamento inicial de FUNAKOSHI relativamente à Dai Nipon Butokukai<sup>272</sup>, mas provavelmente terá a ver com essa aceleração de institucionalização que se inicia sob motivação inicial de Jigoro KANO. No entanto, com o suporte de Kenwa MABUNI e de Chojun MIYAGI, essa institucionalização foi avançando, tendo depois outras importantes personagens como Hironori OTSUKA, Gogen YAMAGUSHI e Masatoshi NAKAYAMA feito a transição para o novo tempo após a Guerra .

Na Europa, na revista “Judo Review”, publicada por Henri PLÉE em 1954, aparece um artigo de FUNAKOSHI, onde ele afirma no decurso do desenvolvimento do Karaté no Japão, após a sua apresentação no Kodokan:

*Mais tarde, um certo número de pessoas, alegados mestres de ju-jutsu, estabeleceram as suas próprias escolas de Karaté cujos métodos atiraram alguma confusão nas mentes de muitos. Nos meus tempos o nome do Karaté era tão honrosamente conhecido por todos sendo o seu estilo especial muito preciso (FUNAKOSHI, orig: 1954, p. 60).*

Na última revisão do seu trabalho central, FUNAKOSHI, em relação ao assunto, afirma:

*A distinção das várias escolas e estilos de Karaté não tem fim. Tal como no Kendo e Judo dos passados anos, estas escolas e estilos diversos são conhecidos pelos nomes dos líderes dos respectivos dojo. Em todos os budo, e não apenas no Karaté, as interpretações da arte por aqueles que a*

---

<sup>272</sup> Como diz COOK (2001, p. 106), “Enquanto esses títulos significavam alguma coisa no Japão, os Okinawenses não eram tão impressionados por eles, especialmente quando alguns dos que pertenciam ao comité que atribuía os graus Butokukai a Funakoshi, tal como Yasuhiro Konishi, eram seus próprios alunos”.

*treinam, diferem de acordo com a interpretação dos seus instrutores. Além disso, é evidente que as variações na expressão são características de cada indivíduo.*

*Se tivermos, apesar disso, que classificar os kata, então cairão ou no Shorei-ryu ou no Shorin-ryu. O primeiro enfatiza o desenvolvimento primário da força física e poder muscular e é impressionante na sua força. Em contraste, o Shorin-ryu (“escola” Shorin) é muito leve e rápida, com movimentos rápidos para a frente e para trás, que podem ser assemelhados ao suave voo do falcão. Os kata Tekki, tal como Jutte, Hangetsu, Jion, entre outros, pertencem ao Shorei-ryu; enquanto os Kata Heihan e Bassai, o Kwanku, Empi, Gankaku e outros são associados ao Shorin-ryu. [...] (FUNAKOSHI, orig: 1956, p. 8).*

Por fim, na sua derradeira obra, afirma:

*Na minha opinião a existência de diferentes estilos é um sério problema a perseguir o Karaté actual. Creio que isto tem um efeito prejudicial para o desenvolvimento futuro do Karaté.*

*Antigamente, como sabemos, havia duas escolas em Okinawa, o Naha-te e o Shuri-te, e pensava-se que correspondiam às duas escolas de boxe chinês o Wutang e o Shorinji Kempo que floresceram durante as dinastias Yuang, Ming e Chin<sup>273</sup>. Atribui-se a fundação da escola Wutang a um tal Chang Sanfeng, enquanto a escola de Shorinji Kempo se diz ter sido o próprio Daruma (Bodhidharma), o criador do Budismo Zen. [...].*

*Ainda que não seja um feito constatado, parece-me indubitável que o boxe chinês chegou a Okinawa através do mar e, combinando-se com o estilo indígena de combate, conformou os fundamentos do que agora conhecemos como Karaté.*

*Em princípio, as duas escolas de boxe chinês associaram-se com as de Okinawa, Shorin-ryu e Shorei-ryu, mas a verdadeira relação que existiu entre elas perdeu-se, obviamente, nas névoas do tempo. O mesmo caso se poderá dizer das escolas Shuri-te e Naha-te.*

*O que sabemos é que as técnicas da escola Shorei eram mais indicadas para pessoas corpulentas, enquanto as de Shorin eram mais adequadas para pessoas de menor envergadura e força. Tanto umas como outras tinham vantagens e inconvenientes. A Shorei, por exemplo, ensinava um tipo de defesa pessoal mais efectivo mas faltava-lhe a mobilidade do Shorin. As técnicas actuais de Karaté recolheram as melhores qualidades de cada uma dessas escolas.*

*Assim deve ser. Não há lugar no Karaté contemporâneo para escolas diferentes. Sei que alguns instrutores se arrogam o direito de se denominarem como fundadores de escolas. Eu mesmo ouvi referirem-se a escolas tais como Shoto-kan, mas oponho-me firmemente a essa tentativa de diferenciação. Creio que todas as escolas deveriam reunir-se numa só para que o Karaté-do possa progredir organizada e benéficamente em direcção ao futuro do homem (FUNAKOSHI, orig: 1956a, pp. 37-39).*

---

<sup>273</sup> Sabemos que o florescimento inicial é marcado pela dinastia Tang (618-907) que inclusivamente dá nome ao Toudi: mão de Tang / mão da China. Este último período aqui referido é também designado por dinastia Qing (1644-1912).

Podemos concluir que o estabelecimento de estilos ou escolas de Karaté esteve, desde o início, vinculado aos líderes dos próprios dojo, sendo a influência institucional da organização japonesa oficial para as artes marciais da época (Budo), a fonte motivacional que levou à sua clarificação. No entanto, e dentro dos protagonistas da modernização do Karaté, apesar de todos defenderem a unificação institucional, é identificável uma certa tensão entre um movimento unificador em torno da Dai Nipon Butokukai onde a identificação dos diferentes estilos permitisse a presença da diferença para se unir e um movimento unificador sem necessidade dessa definição de estilo. Provavelmente esta diferença leva a uma certa tensão política entre FUNAKOSHI e os restantes companheiros, sendo claro que aquele nunca aderiu de braços abertos à institucionalização da Dai Nipon Butokukai.

### **3.1.6 De Okinawa ao Japão**

É natural que necessidade de especificação de cada estilo tenha começado a ser sentida pelos praticantes de Okinawa, desde que começaram os primeiros contactos dos especialistas do *Tode* com a nova organização japonesa fruto da era Meiji. Na verdade, várias escolas de jujutsu existiam, assim como escolas de kenjutsu, pelo que a lógica seria que no Karaté algo semelhante se passasse.

Por outro lado, a própria denominação generalista é reflexo dessas operações culturais importantes. O estudo do surgimento da palavra “*Karaté-do*” é o melhor indicador da influência da cultura japonesa sobre o *Te* de Okinawa fundamentalmente chinês (independentemente dos movimentos de classificação de Shorin-ryu ou Shorei-ryu; de Naha-te, Shuri-te ou Tomari-te; de Goju-ryu, Shoto-ryu, Shito-ryu, Wado-ryu, entre outros). A visão dos Okinawenses quererem o Okinawa-te como um Budo, encerra, quanto a nós, uma riqueza institucional fundamental para o desenvolvimento seguinte. Mas há algumas questões mais profundas que é preciso pôr em evidência para melhor se interpretar essa operação.

Uma publicação que confirma o início da modernização actual do Karaté é um trabalho de Chomo HANASHIRO (1869-1945), discípulo directo de “Bushi” MATSUMURA, com o título *Karate Kumite* (空手組手) publicado em 1905 (McCARTHY, 1995, p. 56), tal como descobriu NAKASONE (orig: 1939). Patrick

McCarthy referiu-nos em Setembro de 2003 durante a sua primeira estadia em Portugal que ainda procura uma cópia integral desse trabalho já que apenas tem uma cópia com três páginas. Reproduzimos neste trabalho uma fotografia da primeira parte desse trabalho.

Assim, foi Chomo HANASHIRO que quebrou a tradição em 1905 e escreveu *Karaté* com dois novos caracteres que significavam “mão vazia” (空手) e não o usual “mão da china” (唐手). No entanto, este movimento não foi logo seguido pelos seus companheiros.

Estas reflexões de HANASHIRO poderão ser importantes para perceber as preocupações de um dos responsáveis pela massificação do ensino de Karaté nas escolas, e estudaremos melhor esse assunto mais à frente.



**Fig. 53 - Documento de Chomo HANASHIRO de 1905 em que se regista pela primeira vez a referência Karaté – Mão Vazia (空手)<sup>274</sup>.**

Gichin FUNAKOSHI (1868-1957), companheiro de Chomo HANASHIRO, num artigo em três partes publicado num jornal de Okinawa em Janeiro de 1914, usa o termo (唐手) no sentido de “mão da china”<sup>275</sup> (FUNAKOSHI, 1914, pp. 13;20) e em

---

<sup>274</sup> Bruce HAINES (1968), no seu trabalho, fruto da sua tese de Mestrado sobre Karaté na Universidade do Hawaii em 1962, refere o nome do autor como Chomo Hanagi, refere o título do trabalho a que dá nome de livro como *Karate Soshu Hen* e situa-o em 1906. Todas estas gralhas dadas pela origem do trabalho citado por HAINES, demonstram a fragilidade dos estudos com que os anos 60 se abriram no Ocidente à modalidade. Note-se que a obra de HAINES é, ainda hoje, uma referência fundamental, indicando como as descobertas vão surgindo com acuidade. Para as referências actuais sobre este assunto, ver McCARTHY, 2002, p. 69: do original publicado por Genwa Nakasone em 1938. Ver também melhor reprodução em NAGAMINE, 2002, p. 58 – embora sem referência, é o mesmo trabalho ali reproduzido.

<sup>275</sup> O Kanji To (唐) refere-se à grande dinastia chinesa Tang (618-906), embora a partir do início do período japonês Heian (714-1185), este ideograma passasse a ser mais utilizado para arte, literatura, vestuário, etc. com origem no continente Chinês mais do que no Japão (FUNAKOSHI, orig: 1925, trad: 2001, p. 183, nota 1). Assim, por extensão, passou a ser conotado com “origem chinesa”.

Dezembro de 1921, no *Chûgako Seikai* (jornal do ensino secundário<sup>276</sup>), Sasaki GOGAI (orig: 1921, p. 23) denomina a actividade como Karate Jutsu (唐手術).

Aquilo que é considerado o primeiro livro publicado sobre Karaté data de Novembro de 1922 e intitulou-se “Ryûkyû Kenpô Karate” (琉球 拳法 唐手). Foi escrito por Gichin FUNAKOSHI (1868-1957) em “resposta urgente à demanda de um texto sobre Karaté, logo a seguir à demonstração da arte na primeira exibição anual atlética” (Takagi, in FUNAKOSHI, orig: 1925, p. 8)<sup>277</sup>. Nesta primeira edição a denominação karate é com os kanji de toudi (mão da china: 唐手). A preparação da segunda edição deste trabalho ficou destruída nos incêndios que se seguiram ao terramoto de 1 de Setembro de 1923 na região de Kantô e é em 1925 que sai uma edição revista daquele primeiro trabalho com o novo título: “Rentan Goshin Karate Jutsu”. Kenpô Karate (拳法 唐手)<sup>278</sup> passa a Karate Jutsu (唐手術) – a Arte<sup>279</sup> da Mão da China.



Fig. 54 - Capa original do Livro de MOTOBU, 1932

Shobu – “Como Guerreiro” – desenhado no livro pelo Barão Oi

Cortesia de Charles GODIN

Choki MOTOBU (1871-1944), na sua publicação de 1926 usa a terminologia Kenpo Karate Jutsu (拳法 唐手術) e em 1932, usa o termo Karate-jutsu (唐手術); sempre no sentido de “mão da china” (MOTOBU, orig: 1926 e orig: 1932, pp. 74 e 79).

<sup>276</sup> A tradução literal de Chu é médio e Gakko é escola. Mas o termo usado nas traduções inglesas costuma ser de ensino secundário. Por vezes aparece também a terminologia Shihan Gakko, ou seja: escola de formação de professores. A partir do momento que o Karaté se introduz no sistema educativo, passam a ser ministradas classes nas escolas dos diversos níveis de ensino, básico, secundário e superior.

<sup>277</sup> Ver nota 2 na p. 182, onde FUNAKOSHI identifica a respectiva publicação de 1922.

<sup>278</sup> Os ideogramas de Ken Pô em chinês lêem-se Quán Fa. Ken ou quán querem dizer “punho” (ou várias formas de Boxear); Pô ou fa querem dizer “lei”, “regra”, “regulamento”, “estatuto” ou “método”.

<sup>279</sup> Pode ser também ciência ou técnica.

Chotoku KYAN (1870-1945)<sup>280</sup>, primo de Choki MOTOBU, faz um artigo provavelmente recolhido em 1929 e publicado em 1930 onde utiliza o termo (唐手) ainda no sentido de “mão da china” (KYAN, orig: 1930, p. 47).

Em Abril de 1933, o Ramo da Dai Nipon Butokukai de Okinawa admite oficialmente o Karaté no seu departamento de judo sob o nome de toudi-jutsu (唐手術)<sup>281</sup> e em Dezembro de 1933 é ratificado como um Budo japonês (McCARTHY, 1999, pp. 19) usando os dois novos ideogramas (kara e dô): 空手道 (*ibidem*, p. 44). No entanto, em 1936, Chosho Goeku, funcionário da Prefeitura de Okinawa refere o seguinte:

*Ligado ao ramo de Okinawa do Butokukai, eu gostaria de dizer também algo. O Butokukai reconheceu karate-do como um caminho marcial em 1933. Nessa altura, o Sr. Miyagi ainda escrevia Toudi. Assim, se o nome for mudado para karate-do, o ramo de Okinawa do Butokukai aprovará essa nova forma de escrever. Os ramos aceitarão essa modificação. De qualquer forma, a aprovação do honbu (sede) do Butokukai será necessária (KARATE MASTERS, orig: 1936, p. 63).*

Assim sendo, a referência de McCARTHY de que a ratificação em Dezembro de 1933 é feita com base nos novos ideogramas, colide com este depoimento.

É um facto que a 23 de Março de 1934<sup>282</sup>, Chojun MIYAGI, nomeado nesse ano para director do Karaté no ramo de Okinawa da Dai Nipon Butokukai, usa o termo Karate-do (Toudi-do) no sentido de “Caminho da Mão da China” junto ao

---

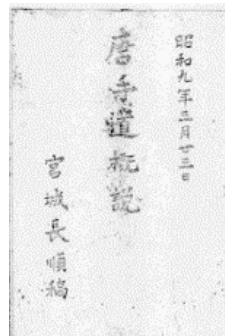
<sup>280</sup> Com a mesma idade de Gichin FUNAKOSHI, tem como professores, além de Anko ITOSU do Shuri-te, também Kokan Oyadomari e Kosaku Matsumora (Tomari-te). Um dos seus principais alunos é Soshin NAGAMINE.

<sup>281</sup> Morio HIGAONNA (1996, p. 70) refere que em Abril de 1933 o Karaté é reconhecido no currículo educacional de Okinawa (na verdade é no currículo da Academia de Polícia e não das escolas normais, como veremos à frente), e que em 16 de Dezembro Okinawa é investida como ramo da Dai Nihon Butokukai e, ao mesmo tempo, reconhecido o Karaté como arte marcial. Refere ainda que Chojun Miyagi submete o nome Goju-ryu Karate escrito como “mão da China” (Tode) para ser devidamente registado, sendo nomeado no ano seguinte membro do comité director (Jonin Giin) e director do Karaté do Ramo de Okinawa da Butokukai, juntando-se aos seus colegas de Kendo e Judo.

<sup>282</sup> Kenwa MABUNI (orig: 1934, p. 10) em Janeiro de 1934 refere dois trabalhos recentes sobre Karate-jutsu: “Toudi-jutsu” de FUNAKOSHI e “Kenpo Gaisetsu” do clube de Karate-jutsu da universidade imperial de Tóquio. Este último trabalho não deve ser confundido com o de Chojun MIYAGI (1934). Trata-se de uma publicação de Nisaburo Miki e Mizuho Takeda de Janeiro de 1930. Este último, aluno de FUNAKOSHI, é mais tarde conhecido como Mizuho Mitsu que, imigrando para o Havai em 1932, é ali promotor da modalidade, fundando a Seinenkai hoje difundida por Charles GOODIN. De notar que MABUNI não referencia esse trabalho com a terminologia “mão vazia”, mas sim kenpo, ou seja “lei do punho” ou “caminho do punho” que em chinês mandarim se lê quanfa (拳法).

termo Kenpo (唐手道 拳法) para dar título ao seu trabalho: Karatedo Geisetsu (Generalidades sobre o Karaté-dô)<sup>283</sup>. No seu interior, em japonês, notamos que se refere logo na primeira coluna a Ryukyu Kenpo Toudi-do (琉球拳法唐手道), pelo que usa o termo *kenpo* (拳法), *toudi* (唐手)<sup>284</sup> e mais à frente encontramos também o termo a *karate* (空手)<sup>285</sup> no sentido de mão vazia (MIYAGI, 1934a).

Falta-nos só confirmar, perante os registos da Dai Nipon Butokukai aos quais não tivemos acesso, quando é que a ratificação oficial da nova terminologia aconteceu, para resolver a incongruência entre o depoimento de Chosho Goeku em 1936 e a referência de McCARTHY em 1999. Para já, é de evidenciar que o primeiro registo institucional oficial se baseia em Toudi: Toudi-do.



**Fig. 55 - Capa do Manuscrito de MIYAGI, (1934a) onde se lê na coluna central:**

**Kara (To) Te Do Ken Po (唐手道拳法) e na coluna esquerda:**

**Miyagi Chojun (宮城長順)**

Por outro lado, é necessário actualizar a informação de Kenji TOKITSU que refere que por volta de 1933, quando da demonstração no Butokuden em Kyoto, MIYAGI publica o seu primeiro escrito Karaté-jutsu gaisetsu (Explicação geral sobre a arte do Karaté), referindo claramente para se notar que nesta época ele emprega o termo jutsu (técnica) e não dô (a via) (TOKITSU, 1994, p. 86). Como vemos, o escrito original é de 1936 e logo na capa é usado o termo Karaté-dô, no sentido de “a via da mão da China”. Não é usado o termo Karaté-jutsu. Mesmo na edição revista e actualizada da sua magnífica obra, esse dado ainda vem desactualizado (TOKITSU, 2003, p. 109).

<sup>283</sup> A edição traduzida por McCARTHY em 1993 traz uma cópia do manuscrito pela mão de C. MIYAGI, e a edição

<sup>284</sup> Sem dúvida o mais utilizado.

<sup>285</sup> Como por exemplo na última coluna da página 26, 7º e 8º Kanji e nas várias colunas que fazem referência aos clubes do distrito de Tóquio.

Assim cumpre-se a ideia básica de DRAEGER e SMITH (1969, P. 59): o ideograma 唐 enlaça a cultura da China representando as ideias de base da arte; o ideograma 手 representa a ideia original de Okinawa, já que é usado o ideograma que se usava para te; por fim, o ideograma 術 ou, ainda melhor, o ideograma 道 representam com clareza a matriz japonesa.

Em 1935, FUNAKOSHI publica a primeira edição de Karaté-Dô Kyohan (空手道教範). Uma segunda edição é preparada em 1956 e publicada em 1958, após a sua morte, sendo esta a edição traduzida para Inglês por Tsutomu Oshima e publicada em 1973 (FUNAKOSHI, orig: 1956, pp. vii-ix).

Masatoshi NAKAYAMA (1966, p. 11), aluno de Gichin FUNAKOSHI, afirma que este último “modificou o conceito de *karate-jitsu* (literalmente, ‘técnicas de mão da China’) para *karate-do* (literalmente ‘caminhos da mão-vazia’) e 1936, e publicou o *Karate-do Kyohan*.” No entanto, é no ano anterior ao da primeira edição deste trabalho, ou seja, em 1934, nas comemorações do 10º aniversário da Keio Gijuku Karate Kenkyukai (Sociedade Colectiva de Estudo de Karaté da Universidade Keio), que FUNAKOSHI utilizou a denominação Karaté (空手): mão vazia (FUNAKOSHI, orig: 1934a, p. 35). Assim, Karate Jutsu, a “Arte da Mão da China” (唐手 術) até ao início dos anos 30, vai-se transformando paulatinamente em “Caminho da Mão Vazia”: Karaté-Dô (空手道) por influência do contacto com o Japão.

Em Okinawa, os mestres mais próximos das instituições japonesas vão adoptando o tode como budo, mas ainda faltava o impulso final para se assumir a largada do termo “mão da China” adoptando o termo “mão vazia”.

A reunião de 25 de Outubro de 1936 em Naha, organizada por Genwa Nakasone (1886-1978)<sup>286</sup> com o apoio do *Ryukyu Shinposha* (Companhia do Jornal de Ryukyu), assume-se como um marco histórico interessante para várias questões centrais, entre elas, a da denominação da actividade. Nela estão representadas as linhagens de Sokon MATSUMURA (1809-1901) e de Anko

---

<sup>286</sup>Nascido em Okinawa, formado na Escola de Professores de Okinawa em 1929, é colocado como professor em Tóquio, iniciando também actividades políticas e nelas servindo como responsável pela publicação do seu jornal (McCARTHY, 1999, p. 58). Praticante e investigador de Karaté, em 1934 começa a suportar a publicação de vários livros da modalidade, sendo de elogiar a sua visão de trabalho de equipa, e a ele devendo-se muito do que o Karaté conseguiu no seu rápido desenvolvimento. Pena é que ainda não tenham sido feitas traduções de japonês para outras línguas da sua riquíssima obra.

ITOSU (1832-1915) pelos alunos Chomo HANASHIRO (1869-1945), Chotoku KYAN (1870-1945), assim como pelo mais novo Choshin Chibana (1885-1969) que registou em 1933 na Dai Nipon Butokukai o Shorin-ryu. Também a linhagem de Kanryo Higashionna (1853-1917) está representada por Juhatsu Kiyoda (1886-1967) e por Chojun MIYAGI (1888-1953) que registou em 1933 na Dai Nipon Butokukai o Goju-ryu. Tendo tido como mestres, quer ITOSU, quer Higashionna, estava também presente Shimpan Gusukuma (1890-1954). Por fim, presente está também Choki MOTOBU (1871-1944) que, figura bastante controversa, afirma ter tido como mais eminentes professores Kosaku MATSOMORA (1829-1898) de Tomari e Anko ITOSU<sup>287</sup> de Shuri.

Genwa Nakasone inicia por referir como ficou surpreendido por ainda não existir uma associação a reunir todos os mestres de Karaté de Okinawa. A seguir refere que embora ainda existissem alguns clubes metropolitanos a referir o nome Toudi, a tendência da altura era a de modificar para o uso do novo termo: Karate-do – a via da mão vazia. Termina a sua intervenção inicial referindo exactamente que recomenda a utilização desse termo e que gostaria de ouvir a opinião de todos. Logo após algumas reticências iniciais de Juhatsu Kiyoda, Nakasone é explícito na opinião de que “Toudi deverá mudar para karate-do tão cedo quanto possível. Não devemos apenas considerar a preservação do Karaté mas também o seu progresso” (KARATE MASTERS, orig: 1936, p. 62).

Percebe-se, na generalidade da intervenção dos autores presentes, que o termo usado era Te (simplificado) ou Toudi (mais “erudito”). E que a maioria concorda com o termo, destacando-se MIYAGI a confirmar a opinião de que acha um bom termo pelo que representa, especificando ainda a sua preferência em usar karate-do na vez de apenas karate e que, após discussão no ramo de Okinawa da Dai Nipon Butokukai, esse assunto ficou pendente. Refere ainda que

---

<sup>287</sup>Choki (Saru) MOTOBU foi irmão mais novo Choyo Motobu (1865-1929), de uma família com linhagem nobre em Okinawa, a quem deram o nome da península Motobu. No entanto Choki era uma criança irrequieta e que gostava de brigar, tendo-lhe sido dada a alcunha de macaco (saru), construindo uma reputação que o afastava da aprendizagem formal das artes marciais pois os professores recusavam-se a ensiná-lo. Ele ia aprendendo pela observação do treino de amigos tanto quanto conseguia, desenvolvendo a sua própria prática uma motivação e empenho para o combate muito interessantes (ver: ALEXANDER, 1991, pp. 61-63; COOK, 2001, pp. 72-74; SHAMANA, orig: 1978; MARUKAWA, s/d e 1978; HIROCHI, 2002; McCARTHY, 2002a; NAGAMINE, 2000, pp. 93-103 e NAGAMINE, 2002).

o termo *toudi-do* é usado na China. Conclui defendendo que a procura de um nome apropriado deverá ser publicamente decidido para se poder estabelecer uma *shinkyō-kai* - associação promotora em Okinawa (*ibidem*, p. 63).

Genwa Nakasone dá por concluído o momento de discussão relativo ao nome de Karaté-dô (空手道), sugerindo que se passasse à discussão das estratégias de desenvolvimento a adoptar para a modalidade.

No entanto, para melhor compreender esta segunda questão central do desenvolvimento institucional do Karaté, é necessário compreender a massificação que se iniciou com o ensino do Karaté, ainda Tode, nas escolas.

### 3.1.7 A Modernização Meiji em Okinawa

Em 1872, o Acto Educativo Nacional arranca com a transformação da modernização do Japão após a era Meiji (1868-1912)<sup>288</sup>. A sua entrada em Okinawa não seria obra fácil, pois incluía a alteração de maneiras de pensar, sentir e agir numa região que acabara de perder a identidade de um Reino ancestral, onde a “lealdade” ou “resistência” ao daimiō de Satsuma devia ser substituída pela lealdade ao Imperador Japonês, e tudo isto misturado com o pano de fundo da lealdade tradicional à China. Um factor positivo se apresentava: “A literacia era sinónimo de privilégio e autoridade aos olhos dos iliterados composeses” (KERR, 2000, p. 411).

Existiam cerca de 30 escolas na altura da abdicação do rei de Ryukyu e era necessário organizar o sistema educativo na nova Prefeitura de Okinawa. Aquelas escolas não eram adequadas às novas necessidades<sup>289</sup> e após a crise geral instalada depois da comunicação da necessidade de abdicação em 1872, a normalidade iria ser assumida a partir de 1879. Em 1880, estrutura-se o sistema educativo, sendo considerado fundamental uniformizar o ensino de Japonês em detrimento do dialeto local. Uma escola de formação de Professores em Naha foi instituída em Junho, na

---

<sup>288</sup> A abolição do reino Ryukyu é comunicada pelo governo Meiji em 1872 e concretizada em 1879 com a renúncia ao trono do Rei Shotai. É um período de crise pois parece que quando a comitiva real se desloca a Tóquio em 1872, tal não era esperado.

<sup>289</sup> As escolas de localidade para as crianças tinham contadores de histórias profissionais que introduziam os textos tradicionais sobre a propriedade e piedade filial, estudavam caligrafia chinesa e eram introduzidos os clássicos. A partir dos 17 ou 18 anos alguns poderiam entrar na Academia de Shuri ou na de Kume. Se na primeira, estudavam textos Japoneses, na segunda eram os Chineses.

residência dos representantes do clã Satsuma. No final do ano a velha Academia de Shuri é transformada na Escola Média de Shuri, e três escolas primárias abrem em Shuri, 10 no distrito de Shimajiri e uma no norte da ilha – mais vão abrindo progressivamente nas várias localidades e ilhas adjacentes, sendo 57 em 1885 (*ibidem*, pp. 412-413).

O Inglês é introduzido, assim como a ginástica formal, para servir as necessidades de saúde e educação física que, diz-nos KERR, mais tarde dão origem a exercícios para-militares inaugurados na escola média em 1887 (*ibidem*, pp. 414).

Em 1888, os estudantes da Escola de Professores (Escola Normal) e os estudantes da Escola Primária de Shimajiri ficam com o cabelo cortado, o que simboliza o corte formal com o passado. O tradicional totó (*chonmage*) com o alfinete denotando o nível e classe social dá lugar ao corte curto característico dos estudantes japoneses<sup>290</sup>. O retrato do Imperador, símbolo nacional, é colocado nas escolas.



**Fig. 56 - Chonmage com Alfinete Característico de Ryukyu**

Na última década do séc. XIX, a tensão subiu em Okinawa perante a crise Sino-japonesa respeitante à Coreia e, se a tradição apelava à China, o novo apelava ao Japão, sendo mesmo organizadas, pelos estudantes da escola normal (escola superior de formação de professores) e das escolas médias, sociedades patrióticas a defender a posição do Japão. China, Japão e Rússia confrontavam-se no que respeitava à península adjacente e Okinawa sentia isso (*ibidem*, pp. 419).

Curiosamente, esta diferença política de opinião envolve também determinados líderes de Karaté, sendo um dos casos paradigmáticos o de Matsumora, Bushi de Tomari.

---

<sup>290</sup> Este episódio histórico é retratado na primeira pessoa por FUNAKOSHI no primeiro capítulo da sua autobiografia de Karateca (orig: 1956a, pp. 1-7).



**Fig. 57 - Kosaku Matsumora (1829-1898) – Bushi de Tomari**

Kosaku Matsumora (1829-1898), tem descendência indirecta do primeiro rei da dinastia Sho, e, sendo o primeiro filho da família teve uma educação exemplar. Os seus mestres de Karaté foram Uku Giko (1800-1850), de quem aprendeu as três Naihanchi e depois Teruya Kushin (1804-1864) de quem aprendeu a Passai e Wanshu na privacidade e segredo da prática no túmulo familiar deste último, onde um estranho eremita lhe legou o seguinte ensinamento: “A essência do bu(do) é denunciar a consideração imoral, entender a humanidade, seguir uma via virtuosa, e devotar a tua vida no cultivo da paz em Okinawa” (*in*: NAGAMINE, 2000, p. 31).

Nas décadas antecedentes à abolição do reino Ryukyu comunicada pelo governo Meiji em 1872 e concretizada em 1879 com a renúncia ao trono do Rei Shotai, Bushi Matsumora torna-se partidário do movimento independentista do reino e contra os partidários da aproximação com o Japão. Torna-se importante na defesa de um fundo tradicional de rendimentos que conseguem manter à parte na transição para o regime democrático.

Nos relatos do seu aluno indirecto Shoshin NAGAMINE que aqui estamos a citar, fundador da linha Matsubayashi-ryu (1947) em homenagem a Matsumora (Tomari) e a MATSUMURA (Shuri) cuja linhagem assume, nota-se o mesmo espírito anti Satsuma, contra a opressão do povo de Okinawa.

Como já referimos, a partir das correcções da história propostas por SAKIHARA (2000, p. 547), parece que Okinawa fica muito a dever a Satsuma e que Satsuma nada deve a Okinawa: “na análise final, foi Ryukyu que ganhou muito na a relação com Satsuma.” No entanto, uma ocupação como a feita por Satsuma, à custa de vidas

humanas e perdurando quase três séculos, deixa marcas e aqueles que mais se reflectiam politicamente com a China, desenvolviam o normal sentimento anti-nipónico.

No entanto, muitos outros aderiram de braços abertos à modernização proposta na revolução Meiji.

### **3.1.8 O Início da Massificação Escolar – Influência das Metodologias Militares**

Em 1987, evidenciámos a influência das metodologias de instrução militar nas aulas de Karaté (FIGUEIREDO, 1987). TOKITSU (1994) lança a mesma relação entre as metodologias de ensino massificado e a instrução militar no Karaté.

Antes da guerra, o nacionalismo era tudo o que interessava. Durante a guerra, foi o militarismo e a “lavagem cerebral”. Depois da guerra houve uma viragem a 180 graus rumo ao pacifismo e as colectivas tentativas de copiar os Estados Unidos[.] (OKAZAKI, *in*: COOK, 2002, p. 162)

O *bakumatsu* (幕末) ou “fim do bakufu” foi causado por mudanças internas simultâneas às condições internacionais, de forma que o Xogum já não podia manter o isolamento japonês (鎖国)<sup>291</sup> do mundo exterior e as inquietações do século XIX culminaram com a restauração Meiji. “Quando a oca estrutura bakufu se desfez e o Imperador Meiji assumiu o controlo titular do governo em 1868” (DRAEGER, 1974, p. 17), após abertura forçada por Comodore PERRY e seguintes tratados de 1859 com EUA e mais cinco países, os incidentes Anglo-Satsuma (1862-1863) com tratado a 1865, seguindo-se ainda a guerra Boshin com rebeldes samurais já em período Meiji:68/69.

---

<sup>291</sup> Sakoku: “país acorrentado”.



**Fig. 58 - Samurais do Clã Satsuma na Guerra Boshin (1868-1869)**

Progressistas, defendiam desfazer-se de instituições feudais em que se favorecia a hereditariedade acima do mérito individual; os conservadores, que tinham sido executores bakufu aspiravam manter posições importantes no regime e muitos gostariam de estabelecer instituições dos guerreiros clássicos pré-Tokugawa. Apesar dos seus pontos de vista diferentes estavam unidos num ponto: “ganhar o respeito do Japão frente às nações ocidentais e assim, redimir a nação da grande humilhação sentida através da abertura forçada do país ao Ocidente”, já que os tratados resultantes da pressão armada forçada pelo Ocidente feriram o orgulho nacional (*ibidem*, p. 18).

Por outro lado, o último dos cinco artigos da Carta de Juramento em nome imperial, da plataforma de governo Meiji – “Deve ser procurado conhecimento por todo o mundo com vista a fortalecer as fundações do governo Imperial” – foi interpretada largamente no slogan: “prosperar a nação, fortalecer as forças armadas”: fukoku-kyohei (富国強兵).

São três as vertentes matriciais que se encontram nos espíritos reformadores: A escola confucionista Kogaku, prescrevendo o “auto-despertar”, uma moralidade circunstanciada às necessidades sociais; a escola intuitiva Yomeigaku onde conhecer é estar apto para agir, disciplinadamente e com controlo da mente; A escola nacionalista da história tradicional, Kokugaku, procurando o verdadeiro espírito japonês com prioridade à lealdade ao trono (DRAEGER, 1974, p. 18-19).

O desejo do Japão querer ser considerado uma grande potência militar era nacionalismo puro, e a vitória na guerra sino-japonesa (1894-1895), na Rebelião Boxer (1898-1901) e na guerra Russo-Japonesa (1904-1905) foram palco de visibilidade do

soldado Meiji, estando por trás o bushido Meiji de Aritomo Yamagata (1838-1922): lealdade, bravura, obediência e benevolência.

Okinawa, com a sua nova prefeitura integrada no Japão, inicia a adesão à restauração Meiji, mesmo no que concerne às questões militares. Em 1890, dez jovens vão voluntariamente para a recruta e são seguidos por outros dezassete no ano seguinte. Gichin FUNAKOSHI, na sua edição do Karate-do Kyohan de 1935, a que não tivemos acesso directo, refere que

*Os exames físicos obrigatórios pelos médicos escolares e militares fizeram identificar que “os membros e corpos dos estudantes e soldados que praticavam karate eram visivelmente muito mais desenvolvidos e equilibrados do que os dos outros e, por fim, em 1901 ou 1902, o Sr. Shintaro Ogawa, como Inspector escolar, recomendou o Karaté ao Ministro da Educação e imediatamente depois, foi oficialmente adoptado como parte do currículo na “prefectural Male Educational School” e na Primeira Escola Média da Prefeitura (FUNAKOSHI, 1935, in: MICHIHARA e YEN, 1978, parte III).*

É Anko ITOSU quem lidera e dá visibilidade documental à introdução da prática de Karaté na Escola de Professores de Okinawa (*Shihan Gakko*), para eles ensinarem depois aos alunos dos níveis elementares. No entanto, a falácia do modelo cairia no facto óbvio: os candidatos a professores generalistas não agarrariam a prática e ensino de Karaté no sentido pretendido. As suas motivações e aspirações eram outras. Assim é ele que tem de assumir esse ensino, iniciando dois dos seus alunos assistentes nessa tarefa: Kentsu Yabu (1866-1937) e Chomo HANASHIRO (1869-1945). Ambos integraram os 27 voluntários para serem treinados como oficiais sem comissão no exército japonês em 1890 e 1891 (COOK, 2001, pp. 24; 27).

O início deste primeiro período de difusão massificada teve então como protagonistas duas personagens com instrução militar e, curiosamente, na proposta de 1908, Anko ITOSU é claríssimo numa das suas instruções:

*O Karaté tem por objectivo principal tornar o corpo robusto como o aço e de fazer dos membros lanças e arpões. Naturalmente que ele cultiva uma força de vontade marcial. Assim, se o ensinarmos às crianças desde a idade da escola primária, terão ocasião de aplicar o Karaté às outras artes logo que se tornem soldados. Como militares, poderão ser úteis à sociedade no futuro. O General Wellington disse a Napoleão I: ‘a batalha de hoje pode ser ganha sobre o terreno da escola do nosso país’. Esta frase deve ser compreendida como uma máxima importante (ITOSU, orig: 1908 in: TOKITSU, 1994, p. 53).*

O Te de Okinawa, assumia o seu papel no projecto geral fukoku-kyohei (富国強兵): “prosperar a nação, fortalecer as forças armadas”.

Apesar de ser imaginável que possa ter sido exageradamente utilizada aquela argumentação, para ganhar terreno no seio do sistema educativo, parece haver uma certa coerência geral que leva a pressupor uma certa convicção própria. A consciência deste tipo de argumentos, completamente incoerentes com a actual episteme, é interessante para situarmos também o que hoje se faz em alguns *dojo*. Por isso mesmo, é preciso perceber o contexto geral dessa introdução do Karaté nas escolas, e a forma como foi feita, pois essa operação encerra não só a expansão normalmente promulgada do Karaté em Okinawa, mas um conjunto de pequenas operações de institucionalização fundamentais para o futuro da modalidade.

*A pedagogia de Itosu inspirou-se nos métodos de formação dos soldados que o Japão acabava de importar da Europa. Na escola um instrutor dirigia numerosos alunos gritando uma ordem para cada gesto a executar, o que não era habitual no ensino tradicional (TOKITSU, 1994, p. 52).*



**Fig. 59 - Kentsu Yabu (1866-1937) em 1927 – In MADIS (2003, p. 189)**

Kentsû Yabu (1863-1937), além de ter sido um dos três alunos de ITOSU, únicos candidatos de Okinawa seleccionados para o exército Japonês, foi também condecorado pelos seus valorosos feitos na Guerra contra a China que acabou em 1895 com a vitória Japonesa. Sargento do exército Japonês, autêntico herói de Guerra, com experiência nas metodologias militares<sup>292</sup> de instrução de soldados, inicia a instrução de Karaté na escola em 1901, três anos antes da Guerra Russo-Japonesa e num período de reforço militar nacionalista. Morre de tuberculose a seguir à fundação do Comité Promocional dos Fukyugata em 1937.

---

<sup>292</sup>TOKITSU evidencia ainda o facto destas metodologias do exército Japonês terem sido importadas dos exércitos Francês e Alemão, pelo que a influência das ginásticas militares se tornam evidentes na instrução massificada.

As inovações deste tempo, sendo muitas delas atribuídas a Yabu, passam pela saudação ao local de prática, alinhamento tipo militar, meditação sentada, estabelecimento de fases na aula (aquecimento, kihon, kata, kumite), responder em voz alta ao instrutor, formalidades de saudação no início e fim da classe (MADIS, 2003, p. 189).

ITOSU, HANASHIRO e Yabu tornam-se os precursores do ensino massivo de estilo comando que marca a forma extremamente organizada dos treinos colectivos que ainda hoje se observa facilmente em alguns dojo de Karaté, sendo hoje assumido que se tratou claramente de uma mistura do militarismo e cultura física (ginástica) da Europa com o neo-confucionismo, militarismo e cultura física do Japão (*ibidem*).

### **3.1.9 Karaté e As Instituições Escolares em Okinawa**

A maioria das traduções das obras dos pioneiros do Karaté para Inglês mostra falhas relativamente grandes no que se refere a um aspecto relevante: a introdução do Karaté nas Instituições escolares. A imprecisão deve-se em primeiro lugar à fonte, pois o autor pode não ser especialista no entendimento do sistema educativo em causa após a revolução Meiji e nas sucessivas transformações ocorridas no período Meiji (1868-1912), Taisho (1912-1926) e Showa (1926-1989), ou então ao tradutor, pelo mesmo tipo de falha. Um artigo de um especialista nestas questões é o de MOTOMURA (2005), docente no Colégio Feminino de Educação Física de Tóquio.

A introdução dos budo no currículo da educação física começou a ser recomendada junto do Ministro da Educação, Ciência, Desporto e Cultura (agora Ministro da Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia) logo a seguir ao estabelecimento do sistema educativo em 1872, especialmente o *gekiken* (撃剣)<sup>293</sup> e *jujutsu*. Em 1911, entram como cursos facultativos e não matérias de ensino obrigatórias, e mesmo na aplicação do primeiro currículo japonês da ginástica escolar (*gakkô taisô kyôju yômoku*), que só acontece em 1913, os budo não são contemplados como matérias obrigatórias, nem como disciplinas obrigatórias. É em 1925 que se tornam disciplinas obrigatórias mudando o nome para Kendo e Judo “para enfatizar a ‘Via’, ou as características espirituais dos budô”, entrando depois como matéria obrigatória na Educação Física em 1931 e, no mesmo ano, noutra revisão, reconhece-se

---

<sup>293</sup> Literalmente: bater ou lutar (geki) com a espada (ken).

o kendo e o judo como “artes marciais japonesas tradicionais benéficas para o desenvolvimento de um sólido sentido de patriotismo, assim como para a construção de uma boa condição física e mental”<sup>294</sup>, e assim obrigatórias. Na transformação dos “conteúdos da ginástica” (taisô-ka) em “conteúdos físicos” (tairen-ka) em 1941 os budô foram ainda mais reforçados. Após a guerra, em 1945, os budo são retirados quer da Educação Física quer das actividades extracurriculares, transformando-se, em 1947, os “conteúdos físicos” (tairen-ka) em “conteúdos da educação física” (taiiku-ka), sendo hoje os Budo parte dos Desportos<sup>295</sup> que, como categoria integram com a Dança e a Condição Física, a componente prática da disciplina curricular de Educação Física. Interessante notar ainda a passagem pela definição de “desportos de combate” (kakugi) entre 1958-1989, retomando aqui novamente a denominação budo em vez de kakugi: “para promover o entendimento internacional favorecendo o respeito pela cultura e tradições do Japão” (MOTOMURA, 2005, p. 233-235).

O Karaté nunca fez parte do currículo nacional de Educação Física no Japão, mas em Okinawa houve essa entrada a níveis que vamos estudar a seguir.

Gichin FUNAKOSHI, na última edição da sua conhecida obra *Karatedo Kyohan*<sup>296</sup>, que foi traduzida para Inglês, confirma a ideia já citada relativamente ao momento da introdução do Karaté nas Instituições escolares de Okinawa e dá mais alguns detalhes, nomeadamente que o Inspector da Educação recomendou a inclusão do Karaté nos programas de Educação Física das “Normal Schools” e da “First High Scholl of Okinawa Prefecture”, referindo à frente que “foi a primeira vez que o Karaté foi introduzido ao público em geral” (FUNAKOSHI, orig: 1956, p. 9).

A referência à “Normal Schools” é provavelmente a mesma referência à “prefectural Male Educational School”, ou seja, é uma referência à Escola de Formação de Professores (Shihan Gakku) e a corrupção deve-se à tradução, muito provavelmente. A referência à Primeira Escola Média da Prefeitura, traduzida como Primeira “High School” tem a ver com as *Sho Gakku*, ou seja: escolas médias – as escolas entre as do ensino primário e as do ensino superior.

---

<sup>294</sup> É uma citação do regulamento original feita pelo autor em consulta.

<sup>295</sup> A par da Ginástica, Atletismo, Natação e Desportos de Bola.

<sup>296</sup> Note-se que com a morte do autor que escreveu o prefácio em 1956, ficou inacabada a revisão dessa 2ª edição, sendo publicada pela Shotokai em 1958.

A tradução do trabalho de Chojun MIYAGI por Patrick McCarthy é [bem] mais elucidativa [e precisa]:

*Em Abril de 1901, o Karaté<sup>[297]</sup> torna-se parte do currículo da Educação Física na Shuri Jinjo Sho Gakko (o antigo nome para a Primeira Escola Média da Prefeitura de Okinawa) <sup>[298]</sup>. Isto foi a primeira marca na fundação do ensino em grupo. Em Abril<sup>299</sup> de 1905 são estabelecidos clubes escolares internos de Karaté na Okinawa Kenritsu Dai Ichi Chu Gakko (Primeira Escola Média da Prefeitura de Okinawa), na Naha Shuritsu Shiyogyo Gakko (Escola Comercial da Cidade de Naha) e na Okinawa Shihan Gakku (Escola de Formação de Professores de Okinawa). A seguir ao estabelecimento e popularidade destes clubes escolares internos de Karaté, outros foram formados nas Escolas Agrária, Industrial e Naval, assim como noutros lugares.*

*Em 1922, o Karaté era ensinado na Academia de Polícia da Prefeitura de Okinawa. A seguir, em Abril de 1933, o Karaté, como o Jukendo (caminho da baioneta), torna-se parte do currículo regular da escola.<sup>[300]</sup>*

---

<sup>297</sup> Neste contexto, é sempre referido por MIYAGI com os kanji referentes a “mão da China”. Em algumas partes da sua obra, usa kenpo e usa “mão vazia” para a denominação de alguns clubes universitários e mesmo noutros contextos. Consciente das várias possibilidades, opta claramente por Toudi (唐手), mão da China.

<sup>298</sup> Única escola média de Okinawa, situada em Shuri. Em 1911 é fundada uma segunda escola média, passando aquela a ser denominada “Primeira Escola Média da Prefeitura de Okinawa” (Okinawa Kenritsu Dai Ichi Chu Gakko) e a outra seria a segunda (Dai Ni). Uma terceira é fundada em 1928 (MICHIHARA e YEN, 1978, parte II.1.). Abordaremos melhor esta questão a seguir.

<sup>299</sup> O ano escolar no Japão começa em Abril em oposição ao Setembro do Ocidente.

<sup>300</sup> No contexto da tradução inglesa ficamos sem saber bem se isso se refere à introdução no currículo da formação de polícias ou ao currículo das escolas. HIGAONNA (1996, p. 70) refere claramente essa intervenção no currículo das escolas. Numa outra tradução do documento posterior de 1936 (RYUSUKE e WONG, 2002), é referido que o Karaté foi adicionado ao currículo escolar como o Judo e o Kendo. É certo que o Judo e o Kendo são curriculares nas escolas desde 1911 (DRAEGER, 1974, p. 35), e não o Jukendo, assumindo estes tradutores que MIYAGI quereria referir-se a essas duas modalidades. Mas McCARTHY é mais cauteloso. Na verdade, o Jukendo tem sentido curricular na Academia de Polícia e não nas escolas normais. Observando o documento original manuscrito por MIYAGI na versão de 1934 (MIYAGI, orig: 1934a, p. 30), e a impressão japonesa do de 1936 (GOJU-KAI, 2005, p. 19), verificamos que realmente são os kanji de Jukendo (柔剣道) que são utilizados e não de Judo (柔道) e Kendo (剣道). No entanto a referência correcta ao Jukendo é através dos seguintes kanji: (銃剣道) em que “ju” significa “arma antiga (de fogo)” (COELHO, 1998, p. 318) ou “bacamarte” e não o “ju” de “suave”, “gentil” (柔) <<http://www.jukendo.or.jp/>> [Consulta 2005-06-18]. É possível que MIYAGI tenha sido algo impreciso neste caso, por eventual e compreensivo desconhecimento da referência correcta a este *gendai budo* (budo novo), usando o kanji relativo ao seu conhecido Judo. Seria das poucas imprecisões de MIYAGI. Aduza-se ainda que não teria sentido MIYAGI referir a data de 1933 num parágrafo e passar depois para uma data anterior (1926). Trata-se claramente de um parágrafo único com um segundo período complementar ao primeiro, nem sequer voltando a referir no segundo período, como é visível nos documentos em japonês, qualquer explícita referência a “Tode”. Essa referência é uma adição na tradução de Patrick McCARTHY para se entender melhor o contexto. Por fim MICHIHARA e YEN (1978), são claros: “foi em Abril de 1933 que o Karaté foi adoptado como matéria curricular regular das artes marciais a serem ensinadas aos polícias”, o que é confirmado num artigo de Funakoshi em 1933, por eles referenciado mas não por nós encontrado para consulta. Também eles confirmam que o Karaté era ensinado na Academia de Polícia desde 1922. Assim, a tradução do parágrafo seria: “Em 1922, o Karaté era ensinado na Academia de Polícia da Prefeitura de Okinawa. A seguir, em Abril de 1933, como o

*Em Março de 1926 o Clube de Karaté de Okinawa (Okinawa Karate Bu) [301] foi formalmente estabelecido. Em 21 de Novembro de 1930, o Instituto de Desportos da Prefeitura de Okinawa é estabelecido com o seu próprio clube de Karaté (MIYAGI, Orig: 1934a, pp. 14-15).*

Shinji MICHIHARA e Yoshio YEN, numa comunicação apresentada em 1978 em Tóquio relativamente à entrada oficial do Karaté nas escolas de Okinawa<sup>302</sup>, apresentam o seu estudo relativo à data e à forma como o Karaté foi introduzido nas escolas de Okinawa, deixando para estudo futuro a questão da introdução na Escola Primária Ordinária de Shuri. Usando várias fontes disponíveis, confrontam-nas, dão-nos uma primeira indicação das referências incluídas na “História da Educação da Prefeitura de Okinawa” e finalizam com a divulgação de um documento interessante de 2 de Setembro de 1936: “Karaté nas Escolas Primárias e Médias: Atenção Pedida pelo Governo”.

Esta interessante comunicação divulgada por Patric McCarthy, depois de a receber de Graham Noble, esclarece-nos alguns pontos, relativamente à data de entrada do Karaté / Toudi na chamada Escola Média de Okinawa, especificando os diferentes nomes que a escola vai assumindo:

1880 – Estabelecimento da Escola Média de Shuri<sup>303</sup>;

1887 – Muda nome para: Escola Média Ordinária de Okinawa;

1889 – Muda nome para: Escola Média da Prefeitura (Ken) de Okinawa;

1901 – Muda nome para: Escola Média da Prefeitura (Kenritsu) de Okinawa;

1911 – Muda nome para: Primeira Escola Média da Prefeitura de Okinawa;

1946 – Inicia-se como “Shuri Sénior High School” (Escola Secundária de Shuri).

---

Jukendo (caminho da baioneta), torna-se parte do seu currículo regular”. Sobre Jukendo consultar DRAEGER, 1974, pp. 176-177.

<sup>301</sup> Veremos mais à frente a questão central da sua institucionalização pois está na origem de movimentos federativos importantes sendo fruto da união da Kenkyukai de 1918 com o Kenkyubu de 1924. Apesar de muitos autores traduzirem “Kuraku Bu” por “clube” (沖縄唐手倶楽部), a nossa proposta de tradução é “clube recreativo do Toudi de Okinawa”.

<sup>302</sup> Trata-se de um daqueles documentos encontrados por acaso, dado inicialmente por Eric George a Terry O’Neill que o fez chegar a Graham NOBLE. Este, em 1988 deu-o a McCARTHY que o divulga pela lista da “Karate Study List” em 11 de Maio de 2004, com a referência que provavelmente nunca terá sido publicado. Temos dúvidas sobre a ordem do nome e apelido de cada um dos autores.

<sup>303</sup> No mesmo ano funda-se a Escola de Professores que estes autores chamam: Okinawa Educational School.

Assim sendo, torna-se clara a razão porque por vezes há discrepâncias do nome das escolas relativamente à época, usando a denominação oficial pós 1911. Como é natural, cinco mudanças de nome em cerca de três décadas são difíceis de estabilizar no senso comum da população. Note-se ainda que quem escreveu a história dessa introdução estava a iniciar por essa altura a prática da modalidade.

No entanto, a tentativa de precisão de MIYAGI é considerável ao se referir à *Shuri Jinjo Sho Gakko* como denominação da escola em 1901 e ao se referir a *Kenritsu Dai Ichi Chu Gakko* como denominação da mesma escola em 1905. É óbvio que querendo fazer a distinção entre a antiga denominação da escola e a nova, exagera por duplo excesso, ou seja, refere o nome mais antigo que o real, assim como um mais recente que o então oficial. Aquela primeira denominação (*Shuri Jinjo Sho Gakko*) é o primeiro nome da escola em causa (entre 1880-1887) que, depois de mudar de nome duas vezes, em 1901 precisamente: deixou o nome de *Okinawa Ken Chu Gakko* para o “novo” nome de *Okinawa Kenritsu Chu Gakko*, assumindo apenas em 1911 o nome de *Okinawa Kenritsu Dai Ichi Chu Gakko*. É esta última denominação simplificada que MIYAGI usa, de forma imprecisa e por “exagero” de tentativa de precisão, para se referir à escola de 1905.

Por outro lado, o estudo em análise divulga algumas referências importantíssimas incluídas na “História da Educação da Prefeitura de Okinawa” e com base nessas referências é possível perceber que o ensino do Toudi nas escolas é anterior ao escrito de Anko ITOSU (orig: 1908), confirmando referências de FUNAKOSHI (orig: 1956) e de MIYAGI (orig: 1934), entre outros.

Na cronologia da “História da Educação da Prefeitura de Okinawa” é referido, em várias partes diferentes que

*Em 1904, Yasutsune (Anko) Itosu instruiu Karaté.*

*É dito que foi em Janeiro de 1905 que o Karaté foi adoptado como curso de ginástica na Escola Média da Prefeitura de Okinawa (Okinawa-Ken)<sup>304</sup>. Foi Yasutsune (Anko) Itosu quem foi o responsável por essa adopção.*

*Em Dezembro de 1905, a Sociedade dos Pais foi fundada, e o Karaté (mão Chinesa) da Arte do Punho de Ryukyu foi introduzido como uma parte da Educação Física sob a instrução de Yasutsune (Anko) Itosu.*

*(in: MICHIHARA e YEN, orig: 1978, parte II.1.)*

---

<sup>304</sup> O que é uma imprecisão de nome perante a data.

Alguma imprecisão daqueles registos pode ser confrontada com relatos obtidos em entrevistas de mesa-redonda:

*Sr. Y: Graduei-me em 1913 [...]. Mestre Chomo Hanashiro ensinava Karate (mão Chinesa) em conjunto com a ginástica, mas em 1909, um Mestre chamado Yasutsune (Anko) Itosu veio como instrutor de Karaté.*

*Sr. M: Mestre Itosu tinha mais de 70 anos de idade e nós chamávamo-lo “honorífico Itosu”. Ele era baixo mas bem constituído e tinha uma personalidade quente e sincera.*

*(in: MICHIHARA e YEN, orig: 1978, parte II.1.)*

São também apresentados excertos dos escritos de Tokuda Yasusada, graduado em 1910:

*O Karaté foi praticado inicialmente por cerca de 20 alunos voluntários sob instrução do Mestre Chomo Hanashiro e de Kentsu Yabu na cerca do Banco de Okinawa [...]. Técnicas de base e “naihanchi” eram ensinadas entre outras. De vez em quando, os alunos visitavam a residência do Mestre Kanryo Higaonna e praticavam “sanchin”. Mais tarde, recebemos instrução do Mestre Itosu na Escola. Era ensinado no curso de ginástica. O então chamado Karaté gímnico nasceu.*

*(in: MICHIHARA e YEN, orig: 1978, parte II.1.)*

Tendo em conta que em Outubro de 1908 Anko ITOSU apresenta a ideia da importância do Karaté ser ensinado na Escola Média e na Escola de Professores, MICHIHARA e YEN interpretam que não deveria ter havido ensino formal nas escolas até esse ano, pelo que as referências à existência de ensino anterior, e principalmente à sua intervenção, merecem algum descrédito.

No entanto, poderemos interpretar a intervenção de ITOSU como uma formalização de uma necessidade de robustecer mais a institucionalização do Karaté nas escolas, ou até como uma eventual maneira de defender a sua existência perante o governo central. Ele assumiu, sem dúvida, um elogio determinado, evidenciando aspectos com um determinado exagero militarista que nos levam a interpretar que o documento era uma propaganda do Karaté à medida de uma tutela militarista característica da época.

No mínimo podemos concluir, como realçam MICHIHARA e YEN (orig: 1978, parte II.1), que houve um período preparatório até 1908 para a adopção do Karaté na escola média, mas que é a partir de 1909 que Itosu assume a instrução, sendo

assumido que a secção de educação da prefeitura de Okinawa introduziu o Karaté como parte da Educação Física na escola, baseados na recomendação de ITOSU.

Perante o facto de que a maioria dos autores afirma a introdução do Karaté nas escolas em 1901, e com alguns indícios oficiais embora sem precisão, concluímos que temos um primeiro período de 1901 a 1908 em que existe uma intervenção de instrutores de Karaté em algumas escolas, não sendo possível de estabelecer com precisão o grau institucional de relacionamento com o sistema educativo. Destaca-se a Escola Média da Prefeitura de Okinawa (*Okinawa Kenritsu Chu Gakko*), entre outras, com intervenções mais formais de Chomo HANASHIRO, Kentsu Yabu e Anko ITOSU, havendo por vezes a visita a outros mestres e sistemas.

Pode ter começado pela intervenção curricular, mas é certo que houve o estabelecimento de grupos voluntários. Em 1905, parece terem sido estabelecidos clubes em diversas escolas, entre as quais a Escola de Formação de Professores que inicialmente se chamava Shihan Chugakko mas não há dados para confirmar se existia exclusivamente esse aspecto organizacional de voluntariado neste primeiro período ou se havia uma institucionalização do Karaté em termos curriculares (esta última hipótese é de difícil suporte documental).

Kenji TOKITSU afirma que “Em 1905 o Karaté foi definitivamente adoptado como disciplina de Educação Física no liceu e na escola normal de Okinawa” (TOKITSU, 1994, p. 51), ficando K. Yabu como professor de Educação Física e de preparação militar na escola normal e um dos seus companheiros, Chomo Hanashiro, fica a fazer o mesmo no liceu” (*Ibidem*, p. 52), ou seja, na dita escola média já analisada.

Um segundo período abre-se em 1909. Deve ter sido necessário reforçar o projecto, pelo que é apresentado o trabalho de Anko ITOSU, o que leva a crer que alguma questão se modificou e que se robusteceu esse ensino escolar. Tudo aponta para que neste segundo período de 1909 a 1936, com altos e com baixos, uma relação institucional foi sendo estabelecida com o sistema educativo e com Academias profissionais com destaque para a Academia de Polícia. Veremos também que o movimento associativo fora das escolas e instituições de ensino se desenvolve paralelamente neste período de massificação.

### 3.1.10 Os Limites Institucionais do Karaté no Sistema Educativo

O segundo período de massificação do ensino nas escolas públicas de Okinawa tem um marco de transição em 1936. Mas antes de analisarmos o documento em causa, é de notar que Konishi YASUHIRO, em 1934, ao prefaciá-lo o livro do seu amigo Kenwa MABUNI, alerta para uma certa tensão institucional central:

*Agora é tempo de crise e não podemos dar-nos ao luxo de ser complacentes nem por um segundo. As Artes Marciais estão num impasse e uma nova direcção move-nos em rumo à Educação Física nacional. A publicação deste livro vem no momento certo e é um importante contributo para aquele fim [...] (YASUHIRO, 1934, p. 7).*

Pensava-se que a entrada do Karaté nos currícula escolares nacionais como Arte Marcial, à semelhança do Kendo e do Judo, seria possível. No entanto, tal não acontece e é precisamente a saída desse documento oficial em 1936 que marca a identificação de uma crise de desenvolvimento institucional no Karaté. MICHIHARA e YEN, na última parte da comunicação do seu estudo documental que temos vindo a analisar, divulgam esse interessante documento de 2 de Setembro de 1936: “Karaté nas Escolas Primárias e Médias: Atenção Pedida pelo Governo”. O seguinte trecho é lapidar:

*Até agora houve algumas escolas primárias e médias na prefeitura nas quais o Karaté (唐手)<sup>305</sup> foi ensinado como uma matéria de ensino regular, sob a instrução de instrutores especializados. No entanto, como resultado das recentes revisões ministeriais das linhas orientadoras para a Educação Física, o Karaté (唐手) foi especificamente excluído do currículo regular [...] (orig: 2 Set. 1936, Okinawa Daily, in: MICHIHARA e YEN, orig: 1978, parte II.2.)*

O Toudi deixa de ser matéria curricular da educação física a ser dada pelo professor da classe (monodocente) nas escolas primárias, e deixa de ser possível outro professor, que não o da classe, ensiná-lo nas actividades curriculares regulares. Apenas é possível o seu ensino como actividade extra-curricular, “desde que sirva o propósito da educação” (*ibidem*).

Nas escolas médias, é permitido ao professor de ginástica utilizar parte do tempo da aula para ensinar Toudi “como ginástica para promover a saúde”. É também permitido ao professor de Judo e ao professor de Kendo ensinar Toudi quer como

---

<sup>305</sup> Mão Chinesa.

exercício preparatório quer depois dos exercícios de Judo ou Kendo. No entanto, “não é permitido o seu ensino por parte de outros professores para além do professor encarregado da classe ou como arte marcial na vez do Judo ou Kendo”. Também com a recomendação: “desde que sirva o propósito da educação”, é possível o seu ensino como actividade extra-curricular da maneira achada adequada, sendo aconselhável, para este nível de escolaridade, o estabelecimento de um clube para promover a sua prática (*ibidem*).



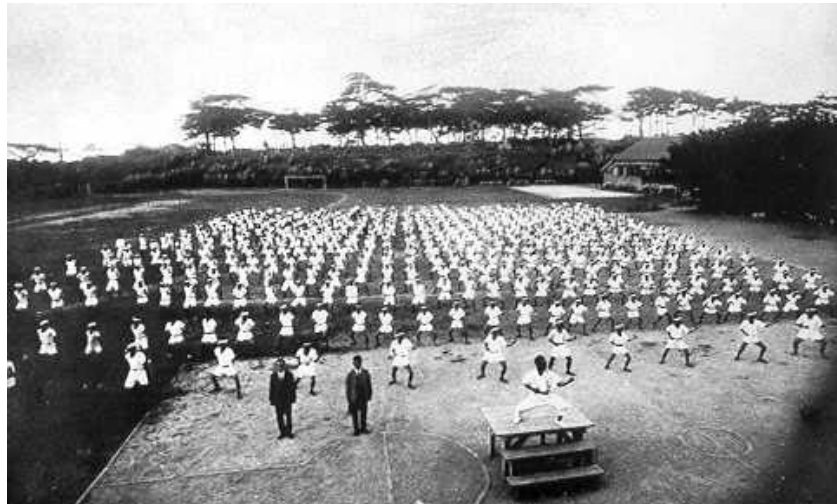
**Fig. 60 - Alunos da Okinawa Kenritsu Dai Ichi Chu Gakko – Shuri – 1937<sup>306</sup>**  
**Instrutor: Shinpan Gusukuma (1890-1954)**

É interessante notar que Genwa Nakasone, na transição do assunto “nome a dar à arte” para a discussão das estratégias de desenvolvimento a adoptar por todos os mestres e responsáveis para o desenvolvimento futuro da modalidade, inicia por referir que o Karate-do em Okinawa estava naquele momento, infelizmente, em crise (KARATE MASTERS, orig: 1936, p. 65). Esta referência a uma crise no desenvolvimento da modalidade em Okinawa tem, na nossa perspectiva, exactamente a ver com a divulgação, pela comunicação social, da

---

<sup>306</sup>Tal como aparece na publicação de 1938 de Nakasone Genwa com o título “Karatedo Taikan” (A Enciclopédia de Karatedo) – a que não tivemos acesso nem existe traduzida. Shinpan Gusukuma lidera alunos da escola numa foto de grupo em 1937 em frente ao castelo de Shuri em Okinawa. No site de Okinawa aparece a referência a Shinpan Shiroma. Na verdade é Shinpan Gusukuma que, aluno de ITOSU e de Higaonna, colega e amigo de MABUNI, passa pelo exército japonês em 1908 e torna-se mais tarde professor na Primeira Escola Média de Shuri, onde se refere que o Karate era parte do currículo da Educação Física, tendo usado o castelo de Shuri como dojo, antes de se tornar tesouro nacional (COOK, 2001, pp 29-32). Este autor também não é preciso na denominação do nome das escolas, nesta referência específica, pelo que corrigimos de acordo com as referências de P. McCARTHY em MIYAGI (1934) e com as referências de MICHIHARA e YEN (1978).

tomada de posição reflexo da revisão ministerial das linhas orientadoras para a Educação Física a 3 de Junho de 1936. Tal aconteceu a 2 de Setembro de 1936, ou seja, mês e meio antes da reunião de 25 de Outubro do mesmo ano.



**Fig. 61 - Alunos da Okinawa Kenritsu Dai Ni Chu Gakko – 1937<sup>307</sup>**

**Instrutor: Juhatsu Kyoda**

Na verdade, a consequência da uma retirada oficial do Karaté (Toudi) dos currículos regulares das escolas de Okinawa foi muito dura. Os Mestres de Karaté são oficialmente confrontados com duas posições: não podem intervir como docentes no ensino da sua arte nas actividades curriculares regulares da escola; a sua arte, mesmo em Okinawa, é subalterna ao Judo e Kendo nacionalmente instituídos como artes marciais curriculares escolares.

A fragilidade da sua posição institucional é evidente pois o professor de ginástica, assim como o de Judo ou de Kendo podem utilizar o Karaté nas suas actividades curriculares, mas os Mestres de Karaté não. Ficam com as portas abertas para o robustecimento do movimento institucionalizador das associações de prática de Karaté dentro e fora das escolas, e isso é notório na reunião de 1936 que já analisámos, no que respeita à tomada de posição sobre o novo nome para a modalidade: Karaté-dô – a Via da Mão Vazia.

Várias operações são identificáveis neste momento: afirma-se o controlo institucional no âmbito do sistema educativo; afirma-se o controlo institucional

---

<sup>307</sup> <<http://www.wonder-okinawa.jp/023/eng/001/002/index.html>> [Consulta 2004-11-25].

por parte da instituição das artes marciais (Dai Nipon Butokukai); afirma-se o controlo institucional por parte do sistema desportivo.

É então sobre aquele ambiente de crise que uma porta de credibilização institucional se abre, pelo que os presentes são estimulados a se movimentarem no sentido da unificação e não na dispersão, reflectindo sobre os seguintes pontos:

1. *Desenvolver dez tipos de Kata japoneses.*
  2. *Usar nomes japoneses para eles.*
  3. *Unificar as técnicas dos Kata e os seus conteúdos para enquadrarem os princípios de ataque e de defesa aplicáveis.*
  4. *Adoptar um uniforme standard.*
  5. *Planear torneios para o karate-do.*
- (*KARATE MASTERS, 1936, p. 65*).

Em concordância, e chamando a atenção para a preservação dos Kata antigos, na procura por uma resolução organizacional, são referenciados dois níveis principais institucionais em Okinawa, nesta altura: o Ramo representativo em Okinawa da Dai Nipon Butokukai e o “Instituto Físico” que é a organização semi-governamental da prefeitura para o desporto e os budo. A ideia era criar a *shinko-kai* suportando os departamentos de karate-do no Ramo da Butokukai e no Instituto Físico da Prefeitura (*ibidem*, pp. 67-68).

No ano seguinte (1937), os mestres de Okinawa fundam a “Sociedade Promotora de Karaté-do da Prefeitura de Okinawa”. Esta Associação de Okinawa dá corpo às preocupações da reunião de 1936, nomeadamente a fundação de um conjunto de novos “Kihon (base) Kata” (GODIN, orig: 1999).

Tendo ficado definido o desenvolvimento até 12 Kata Básicos comuns a todos os estilos, em 1937 dá-se o incidente Sino-Japonês, assumindo o Karaté relevância escolar institucional apenas como actividade de preparação militar (MICHIHARA e YEN, orig: 1978). A turbulência deve ter atrasado a agenda prevista. Precipitava-se também a Europa para um conflito que se alargaria a todo o mundo.



**Fig. 62 - Mestres de Okinawa – 1937 - Fundação da “Sociedade Promotora de Karaté-do da Prefeitura de Okinawa”<sup>308</sup>**

No entanto, em 1940 o Governador de Okinawa, Gen Hayakawa, nomeia um prestigiado “Comité Especial de Karate-do” formado por 9 membros: Ishihara Shochoku (secretário – não Karateca), Chojun Miyagi, Jinsei Kamiya, Jinan Shinzato, Koji Miyasato, Anbun Tokuda, Kensei Kinjo, Shinei Kyan, Shoshin Nagamine.

Nesta nomeação, como é evidenciado por GODIN (1999), nota-se o cuidado de colocar como Presidente alguém neutral ao Karaté e ao mesmo tempo vinculador da Dai Nipon Butokukai, e nota-se a tentativa ecléctica perante os vários mestres e linhas representados.

O Governador de Okinawa pediu ao Comité Especial de Karaté-do para desenvolver dois novos Kata básicos fáceis para principiantes e que quebrassem com as divisões Shurite, Tomarite e Nahate<sup>309</sup>. A tarefa essencial caiu nas mãos de duas pessoas: Chojun Miyagi e Shoshin Nagamine.

Deste Comité Especial de Karate-do nasceram em 1940 dois Fukyugata<sup>310</sup>:

Fukyugata Ichi – Shoshin Nagamine (só terminado em 1941).

---

<sup>308</sup> Em pé, da esquerda para a direita: Shinpan Gusukuma, Tsuyoshi Chintose, Shoshin Shibana, Genwa Nakazone. Sentados: Chotoku Kyan, Kentsu Yabu, Chomo Hanashiro, Chojun Miyagi. Esta fotografia, como nos refere GODIN (1999), costuma ser erradamente referenciada para marcar a reunião histórica de 1936.

<sup>309</sup> As Pinan eram Shurite.

<sup>310</sup> “Fukyu” significa promocional; algo para ser espalhado ou partilhado. “Gata” é uma pronuncia alternativa de “kata” que é forma (a letra “k” muda para “g” quando o caracter é precedido de outra palavra ou termo); Fukyugata é, então: Kata promocional ou kata básico.

Fukyugata Ni – Chojun Miyagi (também conhecido por Gekisai<sup>311</sup> Ichi).

A procura de um nome coerente com a institucionalização central nipónica, simultaneamente à procura de uma linhagem passada análoga à dos outros dois principais Budo (Jujutsu e Kenjutsu), por sua vez concomitante com a procura de uma unificação nacional a partir de Okinawa, são interrompidos pela Segunda Guerra Mundial.



**Fig. 63 - Butokuden da Dai Nipon Butokukai – Naha (Okinawa)  
Antes e após Guerra (Cortesia: Patrick McCarthy)**

A segunda Guerra Mundial tem um impacto grande em Okinawa, perdendo-se muitos dos arquivos históricos que hoje dificultam a investigação e perdendo-se muitas vidas, entre as quais: Chomo HANASHIRO, Kyan, Anbun Tokuda, Jinan Shinzato e Shinko Matayoshi morrem todos em 1945. Kentsu Yabu tinha morrido em 1938 e MOTOBU em 1944. É um rude golpe que trava a movimentação dada, preparando um novo rumo para o desenvolvimento institucional do karatedo.

### **3.1.11 A Institucionalização do Karaté em Okinawa**

Foi durante a era Taisho (1912-1926) que se observaram os principais movimentos institucionais, fruto das energias que já identificámos até agora no toudi: referencial tradicional à cultura do quanfa da China; consolidação da tradição própria do toudi de Ryukyu - Okinawa; modernização dos métodos de ensino e treino para a massificação escolar; alargamento à institucionalização com referência nacional.

---

<sup>311</sup> “Esmagar” / “Destruir” – Que vem da ideia de que este kata foi feito na base da destruição de outro.

Entre 1914 e 1915 são feitas demonstrações públicas em Okinawa, por FUNAKOSHI, MABUNI, MOTOBU, Kyan, Gusukuma, Ogusuko, Yabiku Tokumura e Ishikawa (NOBLE, 1985, p. 5). Os vários mestres reúnem-se, assim, em movimentos concretos relativos à sua modalidade, e esse contacto perante uma finalidade objectiva motoriza relações institucionais.

Em 25 de Maio de 1917, Gichin FUNAKOSHI e Shinko Matayoshi vão a Kyoto demonstrar o Karaté no Butokuden<sup>312</sup>, sendo este evento mais ou menos ignorado, pois pouco se conhece do sucedido. É só após o final da primeira Guerra Mundial (1914-1918), que se inicia o movimento institucional de modernização do Tode ou Te de Okinawa. O marco disso mesmo é a fundação, em 1918, da primeira instituição informal de Karaté: Toudi Kenkyukai (Associação de Estudo do Toudi): 唐手 研究会 (ZEN OKIKUREN, orig: 1996).

No seu seio estão todos os mestres estimulados para o desenvolvimento da sua arte, como Gichin FUNAKOSHI (McCARTHY, 2002, p. 129), Chojo Oshiro, Chomo HANASHIRO, Chotoku Kyan, Chojun MIYAGI, Kenwa MABUNI, Go Ken Ki<sup>313</sup>, Kentsu Yabu, Juatsu Kyoda e Moden Yabiku. A sua primeira memorável actividade é a demonstração, em 1921, perante a Família Imperial, incluindo o príncipe herdeiro Hirohito, liderada por Gichin FUNAKOSHI (McCARTHY, 1999, p. 9).

Patrick McCARTHY coloca Kenwa MABUNI no centro desde movimento de todos os mestres iniciado em 1918, referindo que é a sua casa em Shuri o local de encontro principal (1999, p. 8), o que é perfeitamente confirmado em ZEN OKIKUREN (orig: 1996) e SELLS (2000, p. 85).

Há também referências de que em 1920, FUNAKOSHI e outros karatecas estabelecem a Okinawa Shobukai (Associação de Artes Marciais de Okinawa), assumindo aquele a presidência (COOK, 2001 p. 53; 56), sendo mesmo através dessa associação que ele participa na demonstração de 1922. Ficamos sem saber se realmente foram formadas duas associações ou se é o mesmo movimento referido anteriormente. É um facto que FUNAKOSHI não retorna da viagem de 1922 à grande exposição de

---

<sup>312</sup> Três termos são usados: Butokusen é o festival anual de artes marciais da Dai Nipon Butokukai; Butokuden é salão (pavilhão) de prática da organização; Butokukai é o nome específico da associação.

<sup>313</sup> Também referido como Gokenki (SELLS, 2000, p. 82-85), era um chinês residente em Okinawa, tendo tido uma influência grande no desenvolvimento do Tode. Acompanhou Liyagi a Fukien, tal como lá se encontrou com Kabun Uechi. Era mestre quanfa do grou branco.

Tóquio, ficando por lá a desenvolver o Karaté, e, assim, o movimento associativo em Okinawa prossegue sem ele.

É referido em algumas fontes<sup>314</sup> que, por volta de 1924, se funda em Naha o *Toudi Kenkyu Bu* (Clube de Estudo do Toudi: 唐手研究部) por parte de Chojun MIYAGI, Juhatsu Kiyoda, Jinhan Shinzato, Koki Shiroma, Chotoku Kyan e Choki Motobu.

Estes dois grupos amadores não eram propriamente instituições e, em Março de 1926, unificando os dois clubes, funda-se o *Okinawa Toudi Ku Raku Bu*: Clube Recreativo do Toudi de Okinawa (沖繩唐手俱樂部)<sup>315</sup>.

Este clube é altamente elogiado por SELLS (2000, p. 85)<sup>316</sup>, como o primeiro e verdadeiro dojo em que era pago um aluguer e se cobravam cotas para a sua manutenção, devendo ter sido realmente um espaço nobre de treino de várias especialidades da arte que hoje conhecemos por Karaté. Segundo HIGAONNA (1996, p. 65), e com base em relatos de Seiko Kina que foi “um membro activo no clube naquele tempo”, a continuidade do dojo foi posta em causa, por razões económicas e por algumas falhas em compromissos assumidos, sendo dissolvido em 1929.

Em 1930, surgem duas instituições tutelares gerais que influenciarão marcadamente o rumo institucional futuro do Karaté em Okinawa. Uma ligada ao Desporto em geral. A outra inerente às Artes Marciais.

A fundação da *Okinawa Kenritsu Taiku Kyokai* (Associação Atlética da Prefeitura de Okinawa)<sup>317</sup> em 21 de Novembro de 1930<sup>318</sup> (HIGAONNA, 1995, p. 68) passa a

---

<sup>314</sup> Esta informação e seguintes não referenciadas pertencem ao cruzamento de duas fontes: a magnífica descrição do seu historial por parte da Zen Okinawa Karate-do Renmei (ZEN OKIKUREN, orig: 1996) que seguimos como fonte principal a par da cronologia no site da Prefeitura de Okinawa <<http://www.wonder-okinawa.jp/023/eng/002/001/index.html>>. [Consulta 2005-07-25].

<sup>315</sup> Lendo os Kanji na p. 30, 4ª coluna da direita, do documento manuscrito por MIYAGI, a partir do 3º ideograma inclusive, obtemos “Oki-nawa Tou-di Ku Raku Bu” (沖繩唐手俱樂部), e, apesar de todos os autores traduzirem “Kuraku Bu” por “clube”, e tendo em conta que “Ku” significa juntos, “Raku” ou “Ra” significa alegre ou desfrutar, e “Bu” significa clube, a nossa tradução é “clube recreativo do Toudi de Okinawa”. HIGAONNA, 1996, pp. 61-66 refere-se a esta entidade como “Karate Kenkyu Club”. No entanto os kanji usados por MIYAGI não são ken-kyu (研究). A edição japonesa impressa do documento semelhante de MIYAGI, mas na versão de 1936, confirma “Kura Bu” (俱樂部) (GOJU-KAI, 2005, p. 19).

<sup>316</sup> Embora se refira a ele como “Ryukyu Tode Kenkyu Kai,” sem apontar fontes. Como já notámos, a fonte original de referência é clara.

<sup>317</sup> Tudo aponta até agora para que possamos encará-lo como a Associação Regional de Desportos oficial.

<sup>318</sup> Fica mais precisa a informação retirada de Harry COOK de que a Karate Kenkyokai formada em 1918 se desmembra por volta de 1930 “por causa das actividades individuais de cada instrutor” (COOK, 2001,

integrar o *Okinawa Toudi Kenkyu* como clube departamental para as actividades do Toudi (Karaté). A 8 de Dezembro de 1930 é-lhe dada uma força pública ainda maior ao passar a ser o departamento de Toudi (Karaté) do então formado Ramo de Okinawa da Dai Nipon Butokukai, fundada centralmente em 1902. Esta era a instituição mais importante para as artes marciais e o Karaté segue os passos institucionais do Judo e do Kendo no seu seio.

Em 1937, sob a égide da Prefeitura de Okinawa surge a *Okinawa Ken Karate-do Koushin Kai* (Sociedade Promotora do Karate-do da Prefeitura de Okinawa), numa relação institucional que desconhecemos com o Ramo de Okinawa da Dai Nipon Butokukai onde o Tode era representado pelo *Okinawa Toudi Kenkyu* da oficial *Okinawa Kenritsu Taiku Kyokai*. Em 28 de Março de 1937, na sua primeira e única reunião, surge a ideia de formarem os 12 níveis de Kata de Base do Karaté Karate (Kihon Kata Juni Dan), dando origem em 1940 a dois Kata: um proposto por Soshin Nagamine (Fukyu Gata Ichi) e outro por Chojun Miyagi (Fukyu Gata Ni ou Gekisai Ichi).

Este movimento de unificação foi interrompido pela guerra. E mesmo nos 10 anos seguintes ao pós-guerra, os líderes foram seguindo os seus trajectos institucionais particulares vinculados aos seus dojo ou pequenos grupos de dojo, e as linhas (ryu-ha) expandiram-se internacionalmente, principalmente através dos Norte-americanos ali estacionados.

Assim, por um lado não havia instituição vinculadora dos diferentes ryu-ha (linhas de escola/estilo), mas por outro havia uma expansão internacional já considerável, e havia também a organização do Karaté no Japão metropolitano, com a liderança clara da JKA, que analisaremos mais à frente.

Em Maio de 1956, os 4 maiores Ryuha<sup>319</sup> de Okinawa reúnem-se no dojo de Soshin NAGAMINE em Naha: Uechi-ryu (Kanei Uechi), Goju-ryu (Meitoku Yagi), Shorin-ryu (Choshin Chibana) e Matsubayashi-ryu (Shoshin Nagamine). Fundam a *Okinawa Karate-do Renmei* (沖縄空手道連盟) (Federação de Karaté-do de Okinawa),

---

p. 33), o que entra em relação directa com o relato de HIGAONNA sobre esse pormenor, embora a data de dissolução não seja exactamente a mesma como já vimos: 1929. Provavelmente é este o espaço institucional tutelar que ocupa aquele espaço mais informal e privado anterior.

<sup>319</sup> Numa tradução poderia dizer-se “seita de Escola”. Kaiha será “seita de associação”. No Karaté há assim os Ryuha (Goju-Ryu, Shito-Ryu, Wado-Ryu, etc) e há as Kaiha, ou seja movimentos associativos no seu seio, como, por exemplo no seio do Goju-Ryu, a Jundokan, Meibukan, Shodokan, Seiwakai, Uchiagekai, Kenbukan, etc., etc.

conhecida abreviadamente por Oki-Ku-Ren, com Choshin Chibana como Presidente. Passados 7 anos Choshin Chibana abandona a organização, mantendo-se a escola Shorin através do Kyudokan de Yuchoku Higa.

Em 1960, introduz-se o sistema de graduações dan-kyu na Oki-Ku-Ken e mais tarde, é decidido o alargamento institucional, fundando-se uma nova associação que substitua a anterior. Surge assim a *Zen Okinawa Karate-do Renmei* (全沖繩空手道連盟) (Federação de Karaté-do de Toda a Okinawa), em Fevereiro de 1967<sup>320</sup>, com Shoshin Nagamine como Presidente. A representação das linhas era razoável: Uechi-ryu, Goju-ryu, Shorin-ryu (Yuchoku Higa), Matsubayashi-ryu, Shobayashi-ryu, Tozan-ryu, Shorinji-ryu e Chubu Shorin. O primeiro secretário-geral foi Shoshin Nagamine do Matsubayashi-ryu, e os vice-presidentes foram Kanei Uechi do Uechi-ryu, Meitoku Yagi do Goju-ryu, e Zenryo Shimabukuro do Shobayashi-ryu como vice-secretário e Yuchoku Higa como director.

Os novos membros da Zen Okinawa Karate-do Renmei são do Tozan-ryu (Shinsuke Kaneshima), Shorin-ryu (Zenryo Shimabukuro), Shorinji-ryu (Joun Nakazato), e Matsumura-Shorin-ryu (Seiki Aragaki). A 20 de Agosto de 1973 a Goju-ryu Karate-do Kyokai saiu da Zen Okinawa Karate-do Renmei devido a uma falta na fiscalidade da contabilidade, sentindo que os registos próprios requeridos nunca deveria ser esperado. Por razões pessoais o Tozan-ryu (Shinsuke Kaneshima) saiu a 14 de Janeiro de 1974. Em Novembro de 1975, a Ryukyu Kobudo Hozon Shinko Kai (Eisuke Akamine) filia-se na organização e em 1980, o Chubu Shorin-ryu (Katsuhide Kouchi), sai dela.

A Federação de Okinawa era a maior organização de Karaté em Okinawa e estava vinculada à Okinawa Taiiku Kyokai (Associação Atlética/Desportiva de Okinawa). No entanto, apesar dos contactos da Zen Nihon Karate-do Renmei (Federação Japonesa de Karaté-do) presidida por Ryoichi Sasagawa, a Zen Okinawa Karate-do Renmei (federação de Karaté-do de Okinawa) não se queria filiar e queria continuar a manter a sua independência.

Um impasse institucional foi estabelecido, pois a Federação Nacional estava vinculada à mesma tutela que a organização desportiva de Okinawa que dava tutela à Federação de Okinawa.

---

<sup>320</sup> A Zen Nihon Karatedo Remei (Federação Japonesa) tinha sido fundada no Japão em 1964.

A posição da Federação de Okinawa era a de que tinha sido em Okinawa que o Karaté tinha nascido e não poderiam ser posições burocráticas a alterar isso. Um dos aspectos dizia respeito ao facto das graduações nacionais terem de passar a ser feitas em painéis centrais. Outro aspecto dizia respeito ao estabelecimento de Shitei Kata (versões obrigatórias dos Kata) nas eliminatórias da prova de Kata, sendo essas versões estabelecidas pela Federação Nacional, o que não era aceite pela Federação de Okinawa. Os seus líderes não aceitavam o controlo metropolitano do Karaté em Okinawa e achavam mais razoável que esse controlo fosse feito a partir do berço da modalidade.

Por outro lado, muitos clubes queriam uma organização regional verdadeiramente representativa na organização nacional do Karaté. Queriam participar nas actividades federativas nacionais e ter acesso às actividades internacionais oficiais.

Como se diz no documento em análise (ZEN OKIKUREN, 1999), houve uma separação, criando-se duas facções: a Yamato-ha e a Okinawa-ha.

Sem emergir qualquer resolução por parte do associativismo, passou a ser a tutela a definir posições. A 25 de Agosto de 1981 a Okinawa Ken Taiiku Kyokai (Associação de Desportos de Okinawa), presidida por Kisei Oosato, expulsa a Zen Okinawa Karatedo Renmei que é substituída por outra organização: Okinawa Ken Karate-do Renmei (Federação de Karaté da Prefeitura de Okinawa) presidida por Shoshin Nagamine.

No entanto, apesar de esvaziada de conteúdo porque a maioria dos dojo aderiram à nova ordem, a Zen Okinawa Karate-do Renmei continuou e continua o seu caminho, a par da oficial Okinawa Ken Karate-do Renmei.

Como se observou, esta é uma operação histórica de institucionalização Okinawense que, apesar das menores energias institucionais, vai seguindo os passos da institucionalização metropolitana japonesa encerrando também, nela mesma, algumas divisões de opinião. A Zen Okinawa Karate-do Renmei minoritária, representa a tentativa de um grupo de Karatecas de defesa dos princípios do Karaté de Okinawa em oposição institucional à federação japonesa.

Notou-se, por um lado, que a tentativa de aproximação e uniformização técnica e institucional, respeitadora inicialmente do valor central de Okinawa, pelo menos ao que parecia, foi quebrada pela II Guerra Mundial.

A seguir, o trajecto separado de cada dojo e grupo de dojos, ligando-se ao ensino de Karaté aos Americanos e mesmo outros estrangeiros, fez com que a internacionalização acontecesse espartilhada e em função de cada uma das linhas, dos estilos, sem um movimento aglutinador suficientemente forte.

No entanto, só a falta de visão de uma tutela estatal é que não coloca todas as facções num mesmo espaço institucional com liberdade de participação e decisão segundo os princípios democráticos exigíveis perante a lei. Normalmente, tal acontece mais tarde, a seguir a alguns momentos de ligação institucional fragmentar.

Por fim, em alguns casos, mesmo depois de uma intervenção tutelar, a unificação não é institucionalmente completa, como é o caso da Okinawa Ken Karate-do Renmei que, sem estar vinculada a qualquer espaço institucional tutelar, ainda mantém a função como grupo privado.

Enquanto o Judo e o Kendo, entre outros Budo, se organizaram para a uniformização, concentrando-se a maioria nesse espaço institucional, no Karaté tal não aconteceu até à 2ª Guerra Mundial, nem aconteceu a seguir, como veremos. A liderança institucional do Karaté tinha abandonado Okinawa e centrava-se nos dojo centrais metropolitanos desenvolvidos a partir dos primeiros contactos da década de 20 do séc. XX.

### **3.1.12 O Desenvolvimento Institucional do Karaté no Japão**

O contacto formal com a energia do Toudi de Okinawa já tinha começado com a avaliação física dos estudantes e dos poucos recrutados. Mas é em 1912 que uma dúzia de marinheiros da frota imperial estacionada em Okinawa, praticam Karaté durante uma semana e dois oficiais, o Almirante Dewa e o Capitão Yashiro, ficam entusiasmados e passam a palavra nos círculos centrais (FUNAKOSHI, orig: 1925, p. 178; SASAKI, 1921, p. 29; COOK, 2001, p. 53).

Quando o Karaté já tinha sido organizado em demonstrações públicas diversas em Okinawa em 1914-1915, em 1917<sup>321</sup> penetra na ilha principal (Hondo) do Japão com uma demonstração no *Butoku-den* em Kyoto. Consta ainda que um jovem judoka (escola média) de Okinawa no Butokuden em Kyoto terá apresentado anteriormente o

---

<sup>321</sup>Ano a seguir à morte de Anko ITOSU.

Karate-jutsu perante o pedido de Jigoro KANO, numa altura em que foi fazer um exame de Kendo e Judo (FUNAKOSHI, orig: 1925, pp. 180-181; SASAKI, 1921, pp. 28-29).

Mas aquela primeira experiência formal de 1917, pode ter sido aceleradora na compreensão da importância institucional que a organização do Karaté em Okinawa deveria passar a ter, pelo que em 1918 inicia-se a Toudi Kenkyukai (Associação de Estudo do Toudi) e em 1920, estabelece-se a Okinawa Shobukai (Associação de Artes Marciais de Okinawa), assumindo FUNAKOSHI a respectiva presidência.

A seis de Março de 1921, numa visita feita pelo Príncipe herdeiro do Japão Hirohito a Okinawa, no decurso da sua viagem à Europa, FUNAKOSHI lidera uma demonstração da arte marcial de Okinawa, cabendo-lhe executar o Kata Kushanku. É de notar os *bo* e os *sai* na fotografia (McCARTHY, 2002, pp. 68 e 129).



**Fig. 64 - Demonstração ao Príncipe Hirohito – 6/3/1921**

Em Maio de 1922, como presidente da Shobukai, FUNAKOSHI é convidado pelos Serviços dos Assuntos Educativos de Okinawa para introduzir o Karaté na primeira exibição anual atlética apoiada pelo Ministro da Educação em Ochanomizu – Tóquio (FUNAKOSHI, orig: 1943, p. 26; orig: 1934a), que decorreu de 30 de Abril a 30 de Junho.

Os planos de regresso após as demonstrações e exposições de fotografias são alterados frente ao enorme sucesso. São-lhe pedidas várias demonstrações<sup>322</sup>, entre as quais se destacou uma muito especial: Jigoro KANO pediu-lhe para ir fazer uma demonstração específica no Kodokan e isso ficou marcado para 4 de Junho.

Em 3 de Junho de 1922, surge uma notícia no jornal de Tóquio Nichinichi Shinbun, reportando a demonstração dada por FUNAKOSHI na noite anterior a um grupo de artistas: Tabata Poplar Club. A extensa e cuidada notícia denomina a

---

<sup>322</sup> Por diversas instituições e personalidades como: Academia Militar de Toyama, Associação Judicial, Departamento de Educação Japonesa, Associação de Investigação de Educação das Escolas Médias, Associação Imperial de Educação, Família do Marquês Sho, Poplar Club, Kudan Kenjikai, Escola Comercial de Kinjo, Academia Militar Preparatória, entre outras (FUNAKOSHI, orig: 1934, p. 35; orig: 1925, p. 181).

demonstração de Ryukyu Tode (琉球唐手), apresentando o Sr. Gichin Funakoshi do Okinawa Shobukai, a arte marcial nos seus aspectos técnicos e como excelente meio de robustecimento físico e formação moral, não deixando de publicitar a visita ao Kodokan no dia seguinte (COOK, 2001, pp. 54-56).

Gichin FUNAKOSHI foi assistido por um aluno okinawense de 25 anos, de nome Shinkin Gima, que já tinha treinado Karaté na Escola de Professores (Shihan Gakko) sob orientação de Kentsu Yabu, estando naquela altura a estudar na universidade de Hitotsubashi de Tóquio. Os dois esperavam alguns assistentes e encontraram mais de duzentos e, nas palavras de Gima, o interesse de KANO sensei foi enorme.

Kenji TOKITSU (1994) coloca o Dr. Jigoro KANO (1860-1938) como personagem fundamental no desenvolvimento do Karaté naquela época. Além de reputado artista marcial e fundador do Judo, era uma figura pública representada no movimento Olímpico (COOK, 2001, p. 54) com funções importantes no ministério da educação e um dos mentores da Dai Nipon Butokukai.

Segundo relatos de Shinkin Gima, originário de Okinawa e estudante universitário que participou nessa demonstração, após Gichin FUNAKOSHI fazer a apresentação do Karaté de Okinawa e do itinerário de cada um deles, executou o Kata *Kushanku* e, de seguida, Gima executou o Kata *Naifanchi*. Depois fizeram um exercício de combate convencional. No fim da demonstração Jigoro KANO disse a Gichin FUNAKOSHI: “Penso que o Karaté é uma arte marcial honrosa. Se a quiser difundir em Hondo [ilha central do Japão], conte com toda a minha ajuda. Diga-me o que posso fazer por si”. Pensa-se que foram estas palavras que encorajaram FUNAKOSHI na divulgação do Karaté de Okinawa e que o fizeram decidir pela renúncia ao retorno a Okinawa (TOKITSU, 1994, pp. 61-64), simultaneamente com a imensidão de apoios de pessoas como o mestre de Kendo Hiromichi Nakayama, o Vice-almirante Yakuro Yashiro e o Barão Shimpei, entre alguns outros que contribuíram com palavras para o seu primeiro livro.

Como evidenciou Graham NOBLE, Gichin FUNAKOSHI “ficou profundamente tocado com o apoio e consideração de KANO naqueles dias iniciais, especialmente porque KANO era uma grande figura nas artes marciais japonesas e ele era apenas um obscuro professor de Karaté de Okinawa” (1985, p. 6).

### 3.1.13 A Influência de Jigoro Kano em Okinawa

Mas a importante influência de Jigoro KANO não se fica exclusivamente pelo futuro fundador do Shotokan. Na sua primeira viagem a Okinawa, em 1922, ele “faz um discurso sobre o budo japonês que provoca, nos adeptos de Okinawa, uma reflexão sobre a qualidade cultural da sua arte e a consciência da sua vocação” (TOKITSU, 1994, p.85). Em 1926, há uma segunda viagem a Okinawa, e contactos e demonstrações são feitos por parte de vários mestres, com destaque para Chojun MIYAGI e Kenwa MABUNI. A partir daquele momento, MIYAGI desenvolve uma atitude determinada em relação ao desenvolvimento do Karaté de Okinawa, caracterizada num comentário feito a um dos seus discípulos (Niisato): “O Homem deve engrandecer o seu próprio ser pela prática do Budo, como o refere Mestre Kano. Quero tornar o Karaté digno de estar no nível do Budo pela sua qualidade [...]” (*Ibidem*).

Jigoro KANO chega a dizer a C. MIYAGI e K. MABUNI:

*Penso que do ponto de vista da educação física e moral, a arte de combate de Okinawa no futuro deverá ser desenvolvida em grande escala. Logo que obtenha um certo grau de difusão em Hondo (ilha principal do Japão), terá, naturalmente, uma hipótese de ser integrado no Butokukai. Gostaria que tivésseis em conta esta questão e que considerásseis a vossa arte do ponto de vista global do Japão (Ibidem, p. 95).*

Sendo membro da Câmara dos Pares, com responsabilidades no ministério da educação e tendo sido condecorado com a Ordem de Mérito que, instituída pelo governo Japonês, era uma das mais altas distinções do Estado, Jigoro KANO tinha uma posição hierárquica bem superior à do mais alto dignitário de Okinawa. O seu interesse eclético pelo Karaté influenciou de forma marcante a direcção do seu desenvolvimento moderno que os Mestres de Okinawa passaram a protagonizar de forma coordenada. Houve, assim, uma influência institucional “externa” que lançou um objectivo comum a todos eles: tornar a “arte de Okinawa” um Budo.

Essa influência acabou por se reflectir também em bastantes pormenores formais relacionados com a “imagem do Karaté”: O Karategi (fato de treino do Karaté) à imagem do Judogi (fato de treino de Judo) já uniformizado progressivamente a partir dos anos 80 do século XIX, foi adoptado e uniformizado a partir dos anos 20 do século XX, tendo logo sido necessário na apresentação do Karaté a Jigoro Kano; no Judo ele

atribui pela primeira vez um grau de 1º dan a dois dos seus alunos em 1883 enquanto G. FUNAKOSHI o faz em 1924; etc.<sup>323</sup>

### 3.1.14 Primeiras Aulas Regulares e Primeiras Graduações no Japão

Perante tamanho sucesso e motivação, o mestre FUNAKOSHI decide adiar o seu regresso a Okinawa e, em Julho de 1922 inicia o ensino de Karaté no edifício *Meisei Juku* em Koshikawa, Tóquio: a residência de estudantes okinawenses. Tem como primeiros alunos, Masatomo Takagi<sup>324</sup>, Kuniki Tanaka e Hironori OTSUKA, aos quais se juntam outros praticantes de okinawa como Tokuda e Gima.

Por volta desta altura (1922), deve ter vindo para Tóquio o terceiro filho de FUNAKOSHI (COOK, 2001, p. 76). Yoshitaka (Giko) Funakoshi (1906-1945), a quem foi diagnosticada tuberculose por volta de 1919, será um dos impulsionadores do dinamismo inicial do Karaté do seu pai e professor, defendendo também um estudo em banda alargada das diferentes artes marciais (*ibidem*, p. 81).

Um tremor de terra a 1 de Setembro de 1923 impede de se continuar ali a treinar e, perante a oferta das horas vagas no dojo de Hakudo Nakayama<sup>325</sup> (Kendo e Iaido), passam para este novo centro de prática (FUNAKOSHI, 1956a, pp. 81; 83).

As primeiras graduações de cinto negro em Karaté são dadas por FUNAKOSHI a 12 de Abril de 1924, seguindo o mesmo modelo adoptado por Jigoro KANO no Judo (COOK, 2001, p. 71). SELLS (2000, p. 79) refere 7 alunos: Hironori OTSUKA, Ante Tokuda, Akiba, Shimizu, Hirosei<sup>326</sup>, Katsuya e Gima (McCARTHY, 2002, p. 130). Sabemos que não foram só graduações de 1º dan, pelo relato de Shinkin Gima citado por COOK (*ibidem*), Ante Tokuda foi graduado a 2º dan e o seu primo Shinkin Gima a 1º dan. Para além deles, Hironori OTSUKA também foi graduado a 1º dan como todos os outros (SELLS, *idem*).

---

<sup>323</sup> No entanto, também são evidenciáveis influências do Karaté no Judo, nomeadamente no *Seiryoku Zen Yo Kokumim Taiiku* (Kata de defesa pessoal), mostra enormes influências do Karaté com socos, cotoveladas, punhos de martelo, pontapés frontais, pontapés à retaguarda (COOK, 2001, p. 292).

<sup>324</sup> Que se tornará o primeiro administrador da futura JKA. Numa citação de Takagi em COOK (2001, p. 61): Aprendíamos kata de manhã à noite [...] levava três a cinco anos a completar um kata”.

<sup>325</sup> Uma autoridade em Kendo, foi uma das personagens que influenciou FUNAKOSHI a ficar no Japão para divulgar a arte (EGAMI, orig: 1975, p. 11).

<sup>326</sup> SELLS refere-o como Hirose.

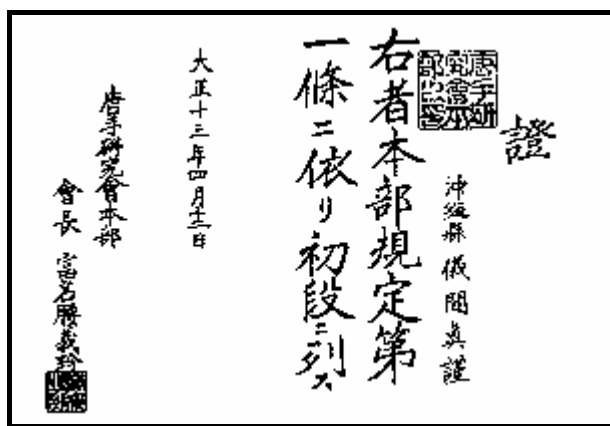


Fig. 65 - Um dos primeiros diplomas de dan de Funakoshi (iniciados a 1924)

(in: McCARTHY, 2002, p. 68)

O modelo de graduações adotado por FUNAKOSHI teve como base o de Jigoro KANO usado no Judo, que era padrão na Dai Nipon Butokukai. Foram dadas graduações de 1º e 2º dan, o que significa, desde logo o reconhecimento da prática anterior e da diferenciação de níveis de prática no Karaté.

No entanto, há uma observação que interessa aqui colocar:

*A composição deste grupo de alunos é interessante. Tokuda e Gima eram okinawenses com experiência prévia no Karaté, enquanto Ohtsuka era um experiente praticante de Shinto Yoshin Ryu jujutsu. Em contraste Shinyo Kasuya era Professor de Alemão na Universidade de Keio, um acadêmico que foi instrumental no estabelecimento do dojo na Universidade de Keio. Kasuya deveria estar a treinar à cerca de um ano antes de ser graduado a shodan. É claro que Funakoshi usou o sistema de graduações para cultivar o apoio de figuras influenciáveis no mundo acadêmico assim como uma forma de reconhecimento da habilidade marcial. Esta mistura de considerações políticas e marciais teve um efeito pernicioso no desenvolvimento futuro do Karaté (COOK, 2002, pp. 71-72).*

Não temos qualquer dúvida desta função política do sistema de graduações no Karaté e nas artes marciais em geral (FIGUEIREDO, 2003, p. 49).

Estava instalada a tipologia de um primeiro modelo padrão de graduações dos níveis de prática que ainda hoje se mantém: na relação institucional de professor-aluno, o professor assume responsabilidade individual pela respectiva graduação sem reconhecimento institucional. Nesse reconhecimento pessoal são os critérios do professor que imperam e a componente política é exclusivamente interna ao grupo de praticantes sob orientação desse professor.

Nesse mesmo ano de 1924, Yasuhiro KONISHI começa a sua prática de Karaté<sup>327</sup> com FUNAKOSHI. Dadas as suas ligações à Dai Nipon Butokukai, será um homem importante na instrumentalização do reconhecimento oficial do Karaté.

Estudante de Muso-ryu jujutsu desde os 6 anos, kendo desde os 13, e Takenouchi-ryu jujutsu desde os 15, KONISHI muda-se para Tóquio em 1915, envolvendo-se na elite da Universidade de Keio, onde se torna capitão de equipa e, depois de graduado, instrutor de Kendo na Universidade (OMI, s/d.).

Os seus primeiros contactos com o Karaté de Okinawa são através de Tsuneshige Arakaki, que, numa festa de clube, demonstrou a “dança Kushanku”. Quando Konishi abre o seu dojo Ryobu-kan em 1923, ensinando kendo e jujutsu, ali aprende Karaté a partir de Arakaki.

O Professor Shinyo Kasuya, praticante da nobre arte desde 1923, sugere a FUNAKOSHI o estabelecimento do Karaté na Universidade Keio logo a seguir ao tremor de terra e à falta de dojo. Nos contactos de FUNAKOSHI e OTSUKA com KONISHI para verificar os horários livres e pedir permissão para utilizar o espaço universitário, KONISHI não só dá o total acordo como convence FUNAKOSHI a ensiná-lo no seu dojo privado – o Ryobu-kan (OMI, s/d.)

Yasuhiro KONISHI continuando o seu treino de Kendo sob instrução de Hakudo Nakayama, recebe a sugestão deste último de que o Karaté tinha potencial para se tornar “o Kendo de mão vazia” (*ibidem*). Todas as energias de KONISHI foram nesse sentido e, aliado a amigos como OTSUKA, aprendendo o Karaté de FUNAKOSHI, de MOTOBU, e de Kenwa MABUNI, investe também politicamente para que a Dai Nipon Butokukai reconheça o Karaté no seu seio, usando a sua boa reputação no Kendo e no Jujutsu.

### **3.1.15 Os Clubes Universitários No Japão**

A 15 de Outubro de 1924 é estabelecido o primeiro dojo de Karaté universitário na Universidade de Keio<sup>328</sup>, sendo ali, dos primeiros alunos Isao Obata e Kichinokuse

---

<sup>327</sup> Algumas referências colocam o início da sua prática em 1923. Citando KONISHI em COOK (*ibidem*, p. 62): “O treino consistia apenas na simples repetição dos Kata, e visto da perspectiva actual, o método era realmente muito rudimentar”.

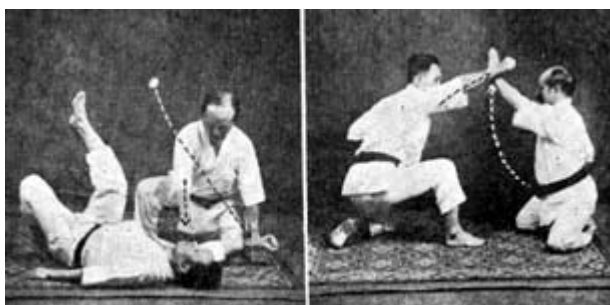
<sup>328</sup> Keio Gijuko Karate Kenkyukai (Sociedade de Estudo de Karaté da Universidade de Keio) (FUNAKOSHI, orig: 1934, p. 36). Comparar com: *idem*, orig: 1956a, p. 74.

Saigo que serão em 1949 o Secretário-geral e o Presidente, respectivamente, da JKA (NOBLE, 2005, p. 33).

Esta onda de ensino de estudantes universitários será marcante para o desenvolvimento futuro da modalidade. Não só estamos a falar no facto de serem os futuros instrutores de Karaté, com níveis académicos universitários e profissões diversas, como estamos a falar da imagem que a prática da modalidade vai deixando em muitos que, por uma ou outra razão, não podem continuar a prática da modalidade que os marcará positivamente (ou negativamente em alguns casos).

Em 1926, é estabelecido o dojo de Karaté na Universidade de Tóquio (Todai), onde um dos instrutores iniciais foi Mizuho Mutsu (1930), passando a ser Hironori OTHSUKA a partir de 1936 (COOK, 2001, p. 69).

Hironori OTSUKA (1892-1982), assiste à demonstração de 1922 no Kodokan como especialista de *jujitsu* (Shinto Yoshin Ryu) e influenciará alguns movimentos de modernização no treino da escola FUNAKOSHI antes de partir para a sua própria escola: Wado-ryu em 1934.



**Fig. 66 - Gichin Funakoshi (dir.) e Hironori Otsuka (esq.)  
Influência do Jujitsu no Karate de Funakoshi<sup>329</sup>**

Quando FUNAKOSHI foi convidado por Jigoro KANO (fundador do Judo) para dar uma demonstração no dojo do palácio imperial em 20 de Março de 1928 (McCARTHY, 2002, p. 130), reflectiu com OTSUKA que seria insuficiente mostrar apenas os Kata para afirmar o Karaté como Budo, em comparação com o Jujutsu/Judo ou o Kendo. OTSUKA elaborou e executou a partir do modelo de treino do jujutsu alguns exercícios de combate dois a dois em que a um ataque se sabre o outro defendia dominando com técnicas de Karaté, o que foi muito apreciado. Tornando-se OTSUKA assistente no dojo de FUNAKOSHI, vão-se desenvolvendo vários *yakusoku-kumite* ou

<sup>329</sup> <[http://www.bournemouthwadoryu.co.uk/articles/wado\\_history.html](http://www.bournemouthwadoryu.co.uk/articles/wado_history.html)>. [Consulta 2005-03-17]. Também em McCARTHY, 2002, p. 83).

exercícios convencionados de combate a partir do modelo jujutsu (TOKITSU, 1994, p. 133).

Mas TOKITSU refere-nos que OTSUKA não fica por aqui já que vai avançando para a elaboração no treino de Karaté de espaços e exercícios de combate livre importando modelos tanto do kendo como do boxe. Acaba por se separar de FUNAKOSHI que o criticava expressamente: “Ele modifica o essencial do Karaté trazendo demasiados elementos de jujutsu” (*in*: TOKITSU, 1994, p. 133). A separação é inevitável, acontecendo em 1934 (COOK, 2001, p. 76). Alguns alunos seguem esta perspectiva mais ligada ao kumite dando-se uma cisão na escola de FUNAKOSHI.

Numa lista apresentada por MIYAGI em 1934 (p. 49), além da Universidade de Keio já referida, seguem-se também as universidades de Tóquio (1926), a de Waseda a do Japão (Hihon), a Meiji, a de Takushoku e a Universidade de Medicina.

Começam a emergir algumas diferenças de prática entre os diferentes clubes das universidades. No clube de Karaté da Universidade de Waseda, entram Shigeru Egami (1912-1981) e Mononobu Hironishi (1913-1999). Na de Takushoku entra Masatoshi NAKAYAMA (1913-1987) em 1932<sup>330</sup> (COOK, 2002, p. 86).

O clube da Universidade de Takushoku ganhará uma grande reputação, com um Karaté forte e dinâmico que levam, após observação local, jovens como Hirokazu KANAZAWA a mudar de Universidade (2003, p. 76). Se do 2º ao 4º ano o clube não tinha mais de 20 praticantes, em 1951, o ano em que para lá entrou este autor agora citado, inscreveram-se 150 novos praticantes (p. 80).

Além de universidades, outras instituições escolares aderem. Até 1935 são abertos mais de 30 dojos em institutos, escolas secundárias e Associações de Negócios na área de Tóquio (COOK, 2001, p. 76), pelo que se abre terreno para o estabelecimento da Federação de Karaté de Estudantes do Japão em Novembro de 1936, sob o patrocínio de Gichin FUNAKOSHI.

O movimento universitário, a par do que acontecia no Kendo e no Judo, tinha levado ao aparecimento da estruturação de exercícios de kumite, desde os mais estandardizados como o *gohon kumite* (5 ataques / passos) e o *ipon kumite* (um ataque / passo), até aos menos estandardizados como o *jiyu kumite* e tal foi demonstrado publicamente, pela primeira vez, por NAKAYAMA em 1936, exactamente na altura da

---

<sup>330</sup> MacLAREN (1988, p. 25), refere que foi em 1931.

fundação da Federação de Estudantes (COOK, 201, p. 104). Assim sendo, as metodologias exclusivas de ensino de Kata e de treino no Makiwara de FUKAKOSHI foram-se desenvolvendo para exercícios mais simples como o kihon e também para a problematização dos exercícios de kumite, do mais simples ao complexo. Nessa comemoração da fundação federativa dos estudantes, apresenta-se o primeiro torneio de Kumite. Era um começo tardio se comparado com o Kendo e o Judo, mas ao mesmo tempo um avanço enorme se comparado com as concepções tradicionais de prática de Karaté.

### **3.1.16 O Primeiro Mestre de Okinawa no Japão**

O desenvolvimento do Karate-do no Japão, como nos refere DRAEGER (1974, p. 127), “não pode ser creditado aos ensinamentos de um só homem qualquer, ou à influência de um só estilo”. Mesmo sobre quem iniciou esse trajecto às vezes parecem haver interpretações simplistas que, de forma mais atenciosa, convém compreender.

Gichin FUNAKOSHI tem sido promovido patriarcalmente como figura responsável por trazer o Karaté de Okinawa para a zona central do Japão. No entanto, numa certa oposição, outros relatos descrevem vários alunos de Okinawa que estudaram e ensinaram sem continuidade Karaté nas ilhas centrais do Japão antes da chegada de Funakoshi, estando também confirmado que Choki MOTOBU esteve a ensinar Toudi por mais de um ano antes de FUNAKOSHI ter chegado a Tóquio (McCARTHY, 1999, p. 15)

Choki MOTOBU (1871-1944) inicia a sua entrada no Japão por Osaka em 1921, mas sem grandes repercussões consequentes em termos de alunos. Ele torna-se famoso com uma sua vitória sobre um lutador ocidental em 1922<sup>331</sup>.

Em primeiro lugar, é preciso que a época dos combates “boxe contra judo” eram organizados com alguma frequência, existindo informações diversas de jornais japoneses (“Japan Times”) com referência a esse tipo de encontros em 1913, 1923, 1924 e 1925, assim como informações da “Revue Judo Kodokan” (França) de Março de 1952 onde é referida a frequência desses encontros em Kyoto.

---

<sup>331</sup> NOBLE (2002, p. 111) refere 1921 ou 1922. A tradução do artigo da notícia referencia 1922 (KING, orig: 1925, p. 36).

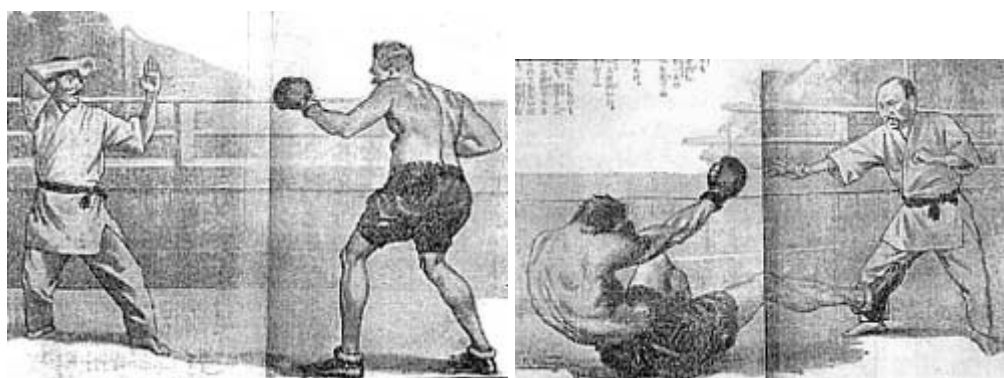
*Foi mesmo desenvolvido um sistema de pontuação particular: toda a vez que o pugilista batia no judoca, ele (o pugilista) ganhava um ponto e toda a vez que o judoca projectava o pugilista, ele (judoca) ganhava um ponto. Claro, desta maneira as hipóteses eram iguais e os pugilistas visitantes ganhavam tão frequentemente como os judocas (NOBLE, 2002, p. 111)*

A revista popular japonesa de nome “King” (pronunciando-se kingu em Japonês), publica em 1925 uma reportagem sobre um combate ocorrido em Novembro de 1922 (KING, orig: 1925).

Graham NOBLE (2002) faz uma abordagem às diferentes versões sobre as particularidades do encontro, mas o que nos interessa também realçar desde logo é que esta história torna-se duplamente famosa.

Por um lado, é famosa por colocar um Karateca a vencer um pugilista, lançando MOTOBU na fama de uma gloriosa vitória, ele que sempre foi um desafiador e entusiasta do combate, criticando mesmo todas as perspectivas de ensino e treino de Karaté demasiado afastadas dessa realidade.

Por outro lado, essa história torna-se famosa porque os desenhos feitos para a notícia mostram na vez de um MOTOBU vitorioso um FUNAKOSHI, provavelmente por erro de troca de fotografias de base para o trabalho do desenhador (KING, orig: 1925).



**Fig. 67 - Troca de Personagem Vitoriosa no relato da “King Magazine” (Set. 1925) (in: McCARTHY, 2002, p. 86)**

Mas o mais interessante de toda esta história é que nem MOTOBU gostava muito de FUNAKOSHI, nem vice-versa, pelo que o incidente ainda inflama mais a má relação entre ambos. Na verdade, MOTOBU considerava FUNAKOSHI “um impostor cujo

Karaté, apesar de elegante, não era efectivo, porque ele não tinha ideia das suas aplicações”. Este, por sua vez considerava o primeiro como “uma pessoa densamente iletrada”. Eram como o cão e o gato, segundo Yasuniro KONISHI (*in*: McCARTHY, 1999, p. 126).

Apesar do seu autodidactismo referenciado por alguns autores (TOKITSU, 1994, pp. 120-121), ele próprio referenciou como seus mestres, durante a reunião de 1936, ITOSU, Sakuma e Matsumora de Tomari (MASTERS, orig: 1936, p. 67), sendo também referenciado como seu instrutor Tokumine, “um notável lutador e às vezes um *trouble maker*” (NOBLE, 2002, p. 114).

É humano que MOTOBU, assumido por todos como um habilidoso lutador, não gostasse que fosse o mais erudito professor da escolaridade básica a ter sido o representante escolhido para a exposição que iria motorizar definitivamente a expansão do Karaté no Japão. Como realça DRAEGER (1974, p. 125), haveria outros nativos mais habilidosos que FUNAKOSHI, mas ele era o mais letrado e isso era importante na apresentação da sua arte na metrópole central.

Como é óbvio, este tipo de rivalidades eram más para a imagem do Karaté no seio da Dai Nipon Butokukai e demonstram como uma modalidade forjada à custa do robustecimento da ética em Okinawa, tem os seus momentos humanos.

Apesar de ter estado pelas terras centrais do Japão a ensinar o seu Karaté um ano antes da chegada de FUNAKOSHI, é este quem tem um notável sucesso como professor, expandindo a arte como os sonhos de MOTOBU gostariam de ter provavelmente visto. A reputação de MOTOBU em Okinawa era má e só piorou aos olhos de FUNAKOSHI com o acontecido em 1925. No entanto, essa reportagem robustece a visibilidade do Karaté (num sentido não muito aceite [querido] por FUNAKOSHI), levando a um certo interesse pelo ecletismo da arte. É um facto que a influência técnica de MOTOBU sobre KONISHI, OTSUKA e NAGAMINE, entre muitos outros foi interessante na sua abordagem ao combate. Mas tal só foi possível depois de terem estado com FUNAKOSHI.

### **3.1.17 O Shotokan e a JKA**

Em 1930, é estabelecida a Dai Nihon Karatedo Kenkyu Kai (大日本空手道研究会), ou seja a Associação de Estudo de Karatedo do Grande Japão

e, em 1936 muda o nome para Dai Nihon Karatedo Shoto Kai (大日本空手道松濤會), ou seja, Associação Shoto de Karatedo do Grande Japão.

O marco objectivo dessa mudança é a fundação do dojo particular de Gichin FUNAKOSHI: o Shotokan (松濤館)<sup>332</sup>. O nome é dado a partir do nome com que assinava os seus poemas: Shoto (松濤 - Pinheiro ondulante<sup>333</sup>) e que será destruído nos bombardeamentos de 1945 (FUNAKOSHI, orig: 1956a, p. 97).

Este dojo marca um desenvolvimento importante para a modalidade. Por um lado é reflexo de uma obra conjunta de recolha de fundos e donativos para um nobre fim. Por outro lado reflecte um desenvolvimento especial que marcará com um nome a história do Karaté. Por fim, e é o que mais nos interessa realçar, marca um modelo de organização particular que passaremos a comentar.



**Fig. 68 - Gichin Funakoshi (1893-1957) – O Mestre Shoto (松濤)**

O aumento do número de alunos e do número de centros de prática universitários (entre alguns outros), concomitante com a instalação de um dojo central (Hombu Dojo): o Shotokan, faz emergir, com naturalidade, um novo modelo organizacional no Karaté.

---

<sup>332</sup> Algumas fontes indicam que o dojo só fica completo em 1939 (COOK, 2001, p. 101), EGAMI afirma que ficou completo na Primavera de 1936 no distrito de Mejiro em Tóquio, sendo destruído no raid aéreo em Março de 1945 (orig: 1975, p. 13). Nas palavras do próprio FUNAKOSHI, é na Primavera de 1936 que é inaugurado o Shotokan (orig: 1956a, pp. 83-84).

<sup>333</sup> Ondulante ao sabor do vento. Funakoshi diz que esse nome não tem outro significado transcendental (FUNAKOSHI, orig: 1956a, p. 85).

Na sua liderança, um homem perto de 70 anos, percebeu as tarefas a fazer, descrevendo-as anos depois com lucidez exemplar.

Elaborou “um regulamento e um programa de ensino” e formalizou “os requisitos para atribuir as distintas graduações (dan e kyu)”; como “era difícil para um homem só supervisionar o dojo e descolar-se de universidade em universidade”, designou “estudantes mais avançados para darem as aulas nas suas próprias universidades” em seu lugar; colocou “um dos filhos como assistente, delegando nele a tarefa de dirigir o dojo” enquanto “supervisionava as aulas nas universidades” (FUNAKOSHI, orig: 1956a, p. 85).

*Devo assinalar que a nossa actividade não se circunscrevia apenas a Tóquio. Muitos diplomados no meu dojo, assim como karatecas das universidades, começaram a ensinar noutras cidades. Assim, o Karaté começou a difundir-se por todo o país e abriram-se novos dojos. Isto deu-me uma nova missão, visitando os grupos locais, dando conferências e demonstrações. Quando tinha de estar fora durante algum tempo, deixava o dojo a cargo dos meus alunos mais avançados (ibidem).*

Este modelo de organização, perante a expansão do número de centros de prática, coloca a necessidade de descentralização, dedicando FUNAKOSHI parte do tempo a funções de supervisão.

No entanto, as distâncias e os diferentes movimentos universitários vão ganhando estilo próprio, desenvolvendo-se três correntes principais dentro do Shoto: a corrente do grupo da Universidade de Takushoku “cuja tendência nacionalista de extrema-direita é bem conhecida no Japão” (TOKITSU, 1994, p. 73) que dará origem à JKA (Japan Karate Federation) com perspectivas sempre globalizantes e unificadoras que a levaram à internacionalização conhecida, e onde se desenvolveram as bases das regras competitivas modernas; a corrente do grupo da Universidade de Waseda de onde emerge posteriormente o grupo Shotokai liderado por Shigeru EGAMI; a corrente dos grupos universitários independentes com algum destaque para a Universidade Keio, a primeira, que sem terem impacto internacional tiveram e têm uma robustez interna importante no seio da Federação Japonesa (*ibidem*, pp. 74-75).

Por outro lado, toda a linhagem mental nacionalista e militarista, produz efeitos em aumento das cargas de treino, nos karatecas mais activos e crentes.

A Segunda Guerra Mundial atrasou o percurso iniciado e alterou o quadro de desenvolvimento institucional fundamental. Embora o movimento federativo tenha

iniciado o seu desenvolvimento no seio universitário, o seu alargamento só acontece no pós-guerra.

As autoridades militares ocupacionais do Japão emitem um édito banindo a prática das artes marciais até 1948. No entanto, através de um conhecimento no Ministério da Educação, conseguem fazer remover o Karaté desse édito, com base numa interessante premissa: o Karaté era, na verdade, uma forma de boxe chinês, como o Tai Chi, pelo que o Quartel-general deu permissão para a prática da modalidade. Isto deu um avanço de reinício de prática em cerca de dois anos relativamente às outras artes marciais (MacLARAN, 1988, p. 26) da antiga Dai Nipon Butokukai.



**Fig. 69 - Gichin Funakoshi em 1950**

Em 1949<sup>334</sup>, com base num núcleo reunido por FUNAKOSHI para discutir o futuro das artes marciais no Japão após a Guerra (MacLAREN, 1988, p. 26), funda-se a Nihon Karate Kyokai (社団法人日本空手協会), mais conhecida por JKA<sup>335</sup>, sobre a superintendência de Gichin FUNAKOSHI, mas só em 1955, com o estabelecimento de uma sede em Yotsuya (Tóquio) e com a eleição de um Presidente (Saigo Kichinosuke), é que se arrancam com as actividades técnicas e políticas importantes: faz-se o primeiro curso de instrutores no dojo central em 1956 e em 10 de Abril de 1957 a JKA é reconhecida pelo Governo como a associação legal para a promoção do Karaté, falecendo logo a seguir o mestre FUNAKOSHI, em 26 de Abril de 1957. A 20 de Outubro de 1957 realizam-se os primeiros Campeonatos da JKA e em 1958, Masatoshi NAKAYAMA torna-se Instrutor Chefe.

---

<sup>334</sup> Embora NISHIYAMA (1960, p. 17), refira 1948, usamos aqui a data oficial da organização.

<sup>335</sup> De “Japan Karate Association” – Associação Japonesa de Karaté.

Simultaneamente, em Abril de 1958, outro grupo de alunos que se afastam da nova direcção da JKA, passam a assumir a Nihon Karatedo Shotokai (日本空道松濤會)<sup>336</sup>, assumindo uma linha de continuidade com a instituição pré-guerra denominada em 1936 como Dai Nihon Karatedo Shotokai (大日本空手道松濤會).

Com o anterior afastamento de Isao Obata em 1950 para a fundação da liga de Karaté nas Universidades, estava criada uma separação institucional clara entre uma liderança de NAKAYAMA na JKA e uma liderança com Yoshihide Funakoshi como presidente (até à sua morte em 1961), e com Shigeru EGAMI e Motonobu Hironishi como instrutores chefes da organização mais vinculada à Universidade Waseda.

Se do grupo da JKA mais centrado inicialmente em Takushoku e posteriormente da classe de instrutores profissionais saem figuras conhecidas internacionalmente como Hidetaka NISHIYAMA, Keinosuke Enoeda, Hirokazu KANAZAWA, Taiji Kase, Hiroshi Shirai, entre outros, do grupo da Shotokai, mais centrado em Waseda saem as conhecidas figuras de Mitsusuke Harada, Hiroyuki Aoki, Tsutomu Oshima aos quais se liga Tetsuji Murakami (a partir de 1967) entre outros. A linha universitária massificada manter-se-á mais interna ao próprio Japão.

Em 1 de Maio de 1964, a JKA, tal como a liga de estudantes das universidades, está presente na fundação da Federação Japonesa, cancelando-se nesse no seu calendário, o “campeonato da JKA para os Olímpicos” (conforme informação no site oficial), sendo este o primeiro movimento institucional mais próximo dos Jogos Olímpicos.

Este movimento pró-olímpico da JKA demonstra claramente a atitude institucionalmente agressiva do grupo. Ainda não tinha o Karaté mundial a sua Federação representativa e já a JKA inicia a focagem de todos os esforços internacionais. Ainda não tinha o Japão a sua Federação de Karaté e tal passou pelos projectos da organização.

Mas o quadro no panorama institucional do Karaté no Japão já foi nunca exclusivo de Gichin Funakoshi, nem muito menos da JKA. Mesmo do ponto de vista institucional, em 1964, a JKA estava a par com a *All Japan Karatedo Goju Association*

---

<sup>336</sup> Estas informações foram retiradas do site oficial da Shotokai (em japonês): <<http://www.shotokai.jp/japanese/about/history.html>> [Consulta 2005-08-23].

(*Zen Nihon Karatedo Goju-Kai*), ou seja, a organização metropolitana de Goju-Ryu institucionalizada em 1950 sob liderança de Gogen YAMAGUSHI, tal como estava a par com a *Zen Nippon Karatedo Renmei* de Hironori OTSUKA que moderniza o nome na comemoração dos 20 anos em 1956, e ainda, desde 1960 que a *Nihon Karate-do Kai* liderada por Kenei Mabuni (filho de Kenwa Mabuni) e por Manzo Iwata se afirmam institucionalmente na região Este e Oeste do Japão promovendo o Shito-Ryu em desenvolvimento antes da guerra. Por outro lado, vários grupos da linha Shoto estão em actividade crescente, não podendo deixar que a representatividade do Karaté fosse assumida exclusivamente pela JKA que, ao que parece, quis assumir sozinha a liderança de uma apresentação formal do Karaté nas Olimpíadas de Tóquio em 1964.

É o Ministério tutelar do Desporto que, por petição do Imperador Hiro Hito, impõe uma unificação federativa japonesa numa mesma organização e só assim surge a Federação Japonesa (HERRAÍZ, 2000, pp. 11-12), parando a hegemonia da JKA que, sem dúvida, foi a organização que liderou o movimento institucionalizador pelo suporte governamental dado logo a seguir ao final da Guerra.

No entanto, a participação em 1975 na Taça do Mundo da IAKF (International Amateur Karatedo Federation), fazem a JKA sair da Federação Japonesa que tinha representação na WUKO (World Union Karatedo Organization), até retomar novamente em 1981 (data do primeiro reconhecimento oficial Olímpico embora provisório, da WUKO). Isso prende-se com o conflito institucional internacional que o ramo político da JKA, a ITKF, através de NISHIYAMA lidera. O Mestre Nakayama morre em 15 de Abril de 1987 e a unificação perde-se.

A grande dispersão institucional no seio da organização mais agressiva do porto de vista da dinâmica institucional, apesar de iniciada com KANAZAWA e a formação da SKI antes da morte de NAKAYAMA em 1987, este acontecimento marca um desmembramento importante na JKA. Surge a WSKA (World Shotokan Karate Association) liderada por Taiji Kase (França) e Hiroshi Shirai (Itália) em 1990, tentando reestruturar o mundo do Shotokan em todo o mundo, mas é a colisão fratricida liderada por Tetsuko Asai e Hiroshi Soji que marcam uma profunda ruptura resolvida nos tribunais japoneses.

### 3.1.18 O Goju-Ryu e a Goju-Kai

Chojun MIYAGI (1888-1953), não se estabelece na ilha central do Japão, mas, sendo filho de comerciantes abastados, tem hipóteses de ir viajando e desenvolvendo a sua escola (Goju-ryu) quer em Okinawa quer no Japão e mesmo no Hawai (TOKITSU, p. 84).

Os seus primeiros contactos com o Japão central são feitos em 1928 na cidade de Kyoto, onde se desloca para assistir à festa da virtude Budo (Butokusai), motivado pelas visitas de Jigoro KANO a Okinawa em 1922, 1926 e 1927<sup>337</sup>, e transformado pelo seu discurso Budo eclético e institucional. Faz demonstrações da sua arte em várias Universidades, entre as quais no Clube de Judo da Universidade de Kyoto, mas “sente que é prematuro organizar um processo de ensino e fica pelas demonstrações” (TOKITSU, 1994, p. 86). Fica também com a ideia clara que o Tode tem de ganhar o seu espaço institucional e faz todo o necessário junto dos responsáveis, entre os quais Jigoro KANO para isso.

Fontes também referem visitas a Tóquio em 1929, em companhia do seu bom amigo MABUNI, visitando KANO e FUNAKOSHI em Tóquio assim como Osaka e Kyoto. Dão conferências e demonstrações em diversas universidades e conhecem pessoas importantes para a equipa de pioneiros na modernização do Karaté no Japão, como Yasuhiro KONISHI (1893-1983) e Hironory OTSUKA (1892-1982). Será em Kyoto na Universidade Ritsumeikan que se estabelecerá um pólo importante para o Goju e parece que MABUNI teve um papel importante de ajuda (McCARTHY, 1999, p. 18).

Visita FUNAKOSHI em 1928<sup>338</sup>, 1929<sup>339</sup> e também em 1931, no retorno da sua viagem do Hawai, fazendo uma demonstração para os seus alunos, e visitando mais uma vez Jigoro KANO, evidenciando-lhe a necessidade de participação no Butokusai (festa da virtude Budo) (*ibidem*). Essa participação é feita em 1933.

---

<sup>337</sup> McCARTHY (1999, pp. 9-10), com base nos relatos de Shinkin Gima e nas provas da visita em 1927 em fontes como as do Kodokan e da FAJKO (*ibidem*, p. 124 notas 16 e 19)

<sup>338</sup> Citamos a visita mútua que MIYAGI faz com o bom amigo MABUNI

<sup>339</sup> Citamos TOKITSU (1994, p. 86).

Volta ao Japão em Março de 1935, durante os seus exames na Butokukai, e torna-se no primeiro a fazê-lo, obtendo o título de Kyoshi<sup>340</sup>. Regista a sua escola com o nome Goju-Ryu<sup>341</sup> (剛柔流), que é escolhido a partir do terceiro preceito dos *Kenpo Taiyo Hakku* do Bubishi que diz o seguinte: *Ho wa Goju o Tondosu* (O Universo contem dureza e suavidade na sua respiração).

## 法剛柔吞吐

Nesse mesmo ano foi convidado para leccionar Karaté na Universidade Ritsumeikan. Nesse ano funda-se a 21 de Dezembro uma associação com o nome Karate Kenkyu Kai. Os membros fundadores foram Jitsuei Yogi (um Okinawense) e Yoshimi (Gogen) Yamaguchi.

Em Janeiro de 1936, as regras e objectivos do clube foram formalmente registados na Universidade, sendo Chojun Miyagi referido como *Meiyo Shihan* (Mestre honorário) e Jitsuei Yogi e Gogen YAMAGUCHI como *Shihan Dai* (Instrutores Assistentes). O nome da associação ou sociedade de estudo do Tode - *Karate (Tode) Kenkyu Kai* - é modificado em 1937 para clube de Tode Kenpo - *Karate (Tode) Kenpo Bu*.

Em 1939, Shozo Ujita (1917-1989), Taisuke Nakamura, Jo Taniguchi, Tetsuya Ioku e outros, viajam até Okinawa<sup>342</sup> e treinam durante dois meses por lá, constando que Jin'an Shinzato também ensinou este grupo (HIGAONNA, 1995, p. 210). Nesse mesmo ano Shinzato é graduado com o título de Renshi (*Ibidem*, p. 122). Chojun Miyagi visita pela última vez a Universidade de Ritsumei-Kan e Kyoto em 1942.

Alguns membros do Ritsumei-kan Karate Kenpo Bu participam em 1943 nos torneios amigáveis em Tóquio, nas Universidades de Meiji, Takushoku e Keio e em 1948 tem um nome: Goju-Ryu Karate-Do Ritsumei Kan Dojo. Em 1947 emerge um clube em Sainen Kaikan e no Outono desse ano organiza-se com os estudantes da Universidade de Meiji o primeiro torneio pós-guerra.

---

<sup>340</sup> Como veremos, este é o segundo nível de titulação a dar a um mestre. Talvez por ser a primeira atribuição ao nível do Karaté MIYAGI recebeu este título sem ter recebido o de Renshi (primeiro nível). Todos os outros colegas posteriores passaram primeiro pelo título de Renshi.

<sup>341</sup> HIGAONNA refere que esse registo foi em Abril de 1933 no Ramo de Okinawa da Dai Nipon Butokukai (1995, p. 70).

<sup>342</sup> Numa nota da entrevista de NOBLE (2005, p. 30) a Kanazawa, refere-se que foram a Okinawa em 1940. Ujita abre o seu dojo em 1946, em Wakayama, de onde se torna presidente da Câmara em 1966. Teve também uma participação activa da JKF e na JKF Goju-Kai.

Mas o movimento institucionalizador forte da linha de Chojun MIYAGI no Japão através da *All Japan Karatedo Goju Association (Zen Nihon Karatedo Goju-Kai)* acontece em 1950 sob a presidência de Gogen Yamaguchi.

Esta organização é também fundadora em 1964 da Federação Japonesa de Karaté. No entanto, e segundo indicações da actual organização federativa, em Abril de 1972 Shozo Ujita (então Vice Presidente da JKF), fomenta uma reunião da *Zen Nihon Karatedo Goju-Kai* em virtude de ela não estar a funcionar adequadamente perante os novos desafios que se lhe colocavam. Nesta reunião, considerada inaugural para a actual JKF Goju-Kai, Gogen YAMAGUCHI é eleito Presidente e Shozo Ujita Secretário-geral do Conselho de Directores. No entanto, em Abril de 1973 Gogen YAMAGUCHI é substituído na presidência por Yukinori Uehara.

Ainda em 1973 decorre um torneio em Okinawa em homenagem a Chojun Miyagi na data do 20º aniversário da sua morte, enquanto em Fevereiro de 1975 tem lugar a 1ª Taça do Japão em Kyoto e em Abril de 1987 decorre o 1º Torneio Internacional da JKF Goju-Kai em Singapura.

Por outro lado, em Novembro de 1975 os quatro Kata básicos da Escola Goju-Ryu são estabelecidos<sup>343</sup>: Sanchin, Tensho, Saifa e Seiunchin. Os restantes 8 Kata (Gekisai 1 e 2, Shisochin, Sanseru, Sesan, Seipai, Kururunfa e Suparinpei) são estabelecidos em 1980.

Também neste percurso, o fenómeno de dissidência é evidente, mas tem uma característica interessante ainda não caracterizada: desde que Gogen YAMAGUCHI “saiu” em 1973 da Presidência da Goju-Kai continuou a chamar a sua organização de Zen Nihon Karatedo Goju-Kai e em 1965 tinha fundado a *International Karatedo Goju-Kai Association*. Assim passaram a existir duas auto proclamadas organizações “Goju-Kai” no Japão pelo que a solução encontrada foi interessante. A de Gogen YAMAGUCHI continuou a usar o nome inicial e a outra passou a usar um nome que a robusteceu institucionalmente: *Zen Nihon Karate-do Renmei Goju-Kai* (全日本空手道連盟・剛柔会). Ou seja, é a Goju-Kai da Federação Japonesa de Karaté-do.

---

<sup>343</sup> Trabalhados no sentido da uniformização com objectivos de análise em exames.

Curiosamente ambas as organizações estão vinculadas à Federação Japonesa de Karaté<sup>344</sup>. A que hoje é liderada por Goshi YAMAGUCHI, indirectamente, como uma organização de participação através das 47 federações das Prefeituras (Regionais); a denominada JKF Goju-Kai como a Federação Cooperadora de estilo.

### 3.1.19 O Shito-Ryu e a Shito-Kai

Kenwa MABUNI (1889-1952), em companhia do seu amigo MIYAGI, visitam KANO e FUNAKOSHI em 1929 (Tóquio). Visitam ainda Osaka e Kyoto dando conferências e demonstrações nas universidades de Kanto e Kansai. Osaka será o lugar escolhido para se estabelecer, deixando Tóquio para o amigo FUNAKOSHI e Kyoto para MIYAGI.[.] Conhecem pessoas importantes para a equipa de pioneiros na modernização do Karaté no Japão, como Yasuhiro KONISHI (1893-1983) e Hironory OTSUKA (1892-1982), tornando-se aquele num amigo pessoal importantíssimo (McCARTHY, 1999, p. 18).

Deixando prematuramente a sua carreira de polícia em Okinawa, estabelece-se com a sua família em 1929 na cidade de Osaka e por lá começa a difundir o seu estimado Karaté ao qual dedicou toda a sua vida, na medida das suas poucas possibilidades financeiras. Inicialmente parece ter chamado ao seu Karaté Mabuni-ryu (TOKITSU, 1994, p. 95; McCARTHY, 1999, p. 19 e 125, nota 31). Ainda hoje Osaka é um centro importante do Karaté legado por este importante pioneiro de Okinawa: Shito-ryu.

É interessante notar que no seu livro de 5 de Março de 1934, que é a segunda publicação conhecida<sup>345</sup>, divulga o seu estilo de Karaté como Goju-Ryu Kenpo (p. 10)<sup>346</sup>, referindo como seu fundador Kanryo Higashionna e como seu colega Chojun MIYAGI (p. 16). No Seipai no Kenkyu (Estudo do Seipai), num dos panfletos

---

<sup>344</sup> Como se pode ver em: <<http://www.karatedo.co.jp/index4.htm>> [Consulta 2005-09-23].

<sup>345</sup> O seu primeiro livro referenciado como Karate-jutsu, de 1933, permanece perdido, apenas referido, pelo que o “Kobo Jizai Goshin-jutsu Karate-do Kenpo” é o seu primeiro livro encontrado, logo seguido do “Seipai no Kenkyu Goshijutsu Hiden Karate-do Kenpo” publicado a 8 de Outubro de 1934 (McCARTHY, 1999, p. 29). Consultámos as traduções de Mário McNema destes dois trabalhos

<sup>346</sup> O livro, depois do prefácio do seu amigo KONISHI é apresentado por MABUNI como o primeiro livro de “Goju-Ryu Kenpo” a seguir ao “Toudi Jutsu” de FUNAKOSHI e ao “Kenpo Geisetsu” de outros dois autores. Ver: MABUNI, orig: 1934, pp. 10; 16 e 17. De notar portanto que as datas de TOKITSU (1994, p. 95) devem ser actualizadas perante esta nova descoberta.

publicados no livro, MABUNI surge como “shihan de Goju-ryu kenpo, ensinando kenpo karate-jutsu japonês” (McCARTHY, 1999, p. 30).

Para além da humildade sempre evidenciada pelos seus colegas em MABUNI, isto é mesmo um indicador de como a operação de denominação das escolas de Toudi foi uma operação nova para a cultura de Okinawa. Já vimos que a raiz dessa questão teve a ver com a necessidade sentida junto da cultura Budo no Japão metropolitano, nomeadamente a necessidade institucional junto da Dai Nipon Butokukai, num quadro político e organizacional diferente. Isso foi sendo assumido lentamente do Toudi ao Karaté-dô, com várias questões culturais que temos vindo a estudar.

Se Gichin FUNAKOSHI foi mantendo as suas dúvidas perante tal necessidade institucional, defendendo mais a denominação Karaté geral sem qualquer especificação, os restantes colegas vão aderindo à nova denominação geral e especificando a linhagem da sua própria escola, tal como requisitado cultural e institucionalmente. Mesmo na denominação inicial dos clubes não é a denominação da escola que impera. Isso será um fenómeno posterior. E ainda mais tarde, entra-se na sub-divisão dentro de cada escola moderna de Karaté.

No nosso entendimento, foi o sucessivo afastamento geográfico entre alguns dos mestres de Okinawa, simultâneo ao ambiente institucional do centro para a periferia, que provocaram experiências próprias, não suficientemente comuns apesar das grandes tentativas, que levaram à necessidade de tomada de posição em aspectos relevantes da modalidade, de tal forma que quando se unificaram no pós-Guerra foi necessário aceitar a diferença de escola no seio do grupo comum. O Judo e o Kendo foi um processo assumido centralizadamente e não deu portanto espaço para tal questão.

A formação de Kenwa MABUNI, além de Kanryo Higashionna a quem o amigo um ano mais velho Chojun MIYAGI apresentou, tinha uma riqueza diferente pois tinha também a formação através do Toudi de Anko ITOSU, entre outros.

Assim sendo, mesmo MIYAGI estimula MABUNI para encontrar uma denominação própria para o seu estilo e, a partir do primeiro kanji dos nomes dos seus principais mestres, Itosu Anko (糸州 安恒) e Higaona Kanryo (東恩納 寬量), constrói o nome da sua escola. Na verdade, Ito (糸) pode-se ler também como “shi”<sup>347</sup>; e Higa

---

<sup>347</sup> Para entender melhor esta questão, ver também McCARTHY (1999, pp. 19-20).

(東) pode-se ler também como “to”, pelo que 糸東 pode-se ler Shi-To. Tal decisão parece ter sido tomada ainda em 1934<sup>348</sup>, surgindo a designação Shito-ryu na sua publicação de 1938. É esse nome que se regista na Dai Nipon Butokukai com o seu título de Renshi em 1939 (TOKITSU, 1994, pp. 95-96).



**Fig. 70 - Kenwa Mabuni**  
**(Cortesia de Patrick McCarthy)**

Não obtivemos muita informação detalhada sobre o surgimento dos clubes na região de Osaka, mas da lista de MIYAGI (orig: 1934, p. 49), parece que é em Maio de 1930 que se estabelece um primeiro clube de Karaté, na Universidade de Kansai e em Dezembro um numa outra instituição escolar. Já perto de 1934, parece terem-se estabelecido mais dois clubes, um na Universidade de Medicina e outro no colégio de Medicina. Patrick McCARTHY (1999, p. 19) refere que por volta de 1933 ele estabelece uma boa reputação pelo seu método de ensino na zona de Kansai.

Após a morte de Kenwa MABUNI em Maio de 1952, o seu filho Kenei Mabuni sucede ao seu pai e são identificáveis dois grupos da então formada *Nihon Karate-do Kai* (日本空手道会) que fica com Manzo Iwata como presidente da sede Este do Japão (東日本本部), e Kenei Mabuni como seu presidente na região Oeste (西日本本部).

---

<sup>348</sup> Desconhecemos a origem das informações no site oficial da Shito-kai <<http://www.karatedo.co.jp/shitokai/English/et-index.html>> [Consulta 2005-08-25], relativamente ao qual é em Março de 1934 que Kenwa MABUNI estabelece um dojo (You Shu Kan) em Osaka e define o nome da sua escola como Shito-ryu, mas tudo aponta para que tenha sido realmente em 1934 a decisão. Patrick McCARTHY define também esse ano como o ano da decisão sobre a designação do nome da sua escola (1999, p. 19).

Em 1964, no estabelecimento da *Zen Nihon Karatedo Renmei* (Federação de Karatê de Todo o Japão) a organização Shito-Kai também se unifica estabelecendo-se a Federação de Karatê de Todo o Japão – Shito-Kai (全日本空手道連盟・糸東会), mais conhecida por “JKF – Shito-Kai”, tendo Eiichi Tanaka como Presidente e Manzou Iwata e Kenei Mabuni (filho de Kenwa MABUNI) como Vice-Presidentes.

### 3.1.20 O Wado-Ryu e a Wado-Kai

Uma outra personagem importante para a história do Karatê foi Hironori OTSUKA (1892-1982). Marcado pela lógica do combate por influência da prática de *jujutsu* (Shinto Yoshin Ryu) e do sabre japonês desde os cinco anos, iniciou-se na prática de Karatê após a demonstração no Kodokan em 1922 com Gichin FUNAKOSHI em Julho de 1922 na *Meisen Juku*, a residência dos estudantes Okinawenses em Tóquio, sendo dos primeiros Karatecas a ser graduado a cinto negro em 12 de Abril de 1924.

Após ano e meio, sente que nos quinze Kata então ensinados pelo mestre existiam elementos inaplicáveis em combate (TOKITSU, 1994, p.133). Sendo amigo de Yasuhiro KONISHI, desde que este iniciou o treino de Karatê em 1923 (COOK, 2001, pp. 62; 64) na referida *Meisen Juku*, é-lhe apresentado Kenwa MABUNI em 1928. Foi um encontro revelador das questões sobre os kata e uma oportunidade técnica importante para o antigo praticante de jujutsu, substituindo a ainda querida visita a Okinawa para essa investigação, e que tinha sido adiada em 1924 quando elaborou, com FUNAKOSHI, o programa da demonstração na casa imperial à qual já aludimos anteriormente.



**Fig. 71 - Hironori Otsuka recebe 1º dan de Gichin Funakoshi – 12/4/1924**

A sua formação em *Shinto-Yoshin-Ryu Jujutsu* é fundamental para seguir um outro rumo técnico no seu Karaté e, assim, nascem os fundamentos do Karaté Wado-ryu.

Em 1 de Abril de 1934, é estabelecido por Hironori OTSUKA (1892-1982) em Tóquio o Clube de Investigação do Karaté do Grande Japão (*Dai Nippon Karate Shinko Bu*), passando em 1938 a *Dai Nippon Karatedo Shinbukai*, participando a 5 de Maio de 1940 no 44º festival do Butokukai, registando o nome da sua escola como Wado-Ryu Karate Jutsu, obtendo o título de Renshi.

Em 1947, estabelece-se o dojo central Tsukiji (Sanko dojo), em 1952 instituem-se as regras Wado passando o dojo central para o Clube de Karaté da Universidade Meiji, abrindo-se o dojo na Estação de Polícia de Osaki e em Maio de 1956 comemoram-se os 20 anos da fundação associativa com um novo nome, mais moderno: *Zen Nippon Karatedo Renmei*.

O primeiro campeonato nacional é em 5 de Maio de 1955 e em 1 de Maio de 1964 são fundadores da *Zen Nihon Karatedo Renmei*, mudando em 1967 o nome para Federação de Karaté de Todo o Japão – Wado-Kai (全日本空手道連盟・和道会), mais conhecida por “JKF - Wado-Kai”.

### **3.1.21 A Preparação da Expansão Mundial no Japão**

A II Guerra Mundial vem destruir os principais dojo do Japão e em Okinawa, interrompendo a sua evolução.

Uma primeira consequência foi o afastamento de muitos mestres da sua prática pública após a Guerra, o que faz emergir um grande conjunto de novos mestres. NAGAMINE (1976. p. 25), relativamente a esta situação particular refere-nos de forma pertinente o seguinte:

*Dos muitos instrutores de Karaté no Japão durante os anos 30, apenas alguns - notavelmente Kokyu Konishi e Shinjun Otsuka - ainda se devotaram ao Karaté-do após a Guerra. As razões da falta de instrutores pode ser atribuída à breve história do Karaté no Japão, aos estragos causados pela Guerra, e há descontinuidade dos treinos de Karaté provocada pela Guerra.*

*Estas circunstâncias ajudaram a criar um novo fenómeno no Japão - o surgimento de ‘instrutores instantâneos de Karaté’. Há muitos exemplos e episódios relacionados com este fenómeno [...]*

O introdutor do Karaté na Europa evidenciou que, após a humilhante derrota na II Guerra Mundial, identificada como a pior época da história do Japão<sup>349</sup> “[...] os grandes mestres não poderiam revelar prematuramente o verdadeiro Karaté aos jovens ‘mestres’ japoneses. Inevitavelmente estes últimos tê-los-iam revelado por ingenuidade, por ‘honestidade’, por interesse, por vaidade ou por estupidez [...]”. Henri PLÉE (1994, p. 23) confirma ainda a tese do secretismo ao afirmar que é preciso ser “[...] bastante cego para recusar admitir que os Japoneses e os Chineses nos ‘venderam’ apenas um dos aspectos das suas Artes Marciais [...]: o Karaté espectáculo”.

Como é evidente, esta crítica a um determinado tipo de Karaté que influenciou marcadamente o mundo a partir dos anos 50 do século XX, é dirigida ao movimento maior que se difunde por todo o Japão inicialmente, nomeadamente sob a liderança indiscutível da JKA. O pós-guerra institucional é da JKA e, por isso mesmo, o Karaté mais expandido no mundo é esse tipo de Karaté que hoje se denomina como Karaté Shotokan.

Mas como é evidente a quem se debruça bem sobre o assunto, a organização mais forte, na imensa pluralidade das organizações de Karaté, não é a organização mais representativa. Esse erro estratégico das diversas tutelas relativamente ignorantes do assunto entusiasmou alguns trajectos institucionais que ainda não foram corrigidos. Mas tal começou desde logo no movimento institucionalizador pré-guerra, como já notámos.

GOODIN (2005, p. 21) esclarece que “a filosofia do Karaté, pelo menos na metrópole, em breve ficou indistinguível das artes indígenas do Judo e do Kendo”. Se essa aproximação se iniciou com a égide da Dai Nipon Butokukai até à segunda guerra mundial, paralelamente, alguns praticantes dos próprios budo do Japão, vão tendo influência técnica e institucional no desenvolvimento do Karaté<sup>350</sup>.

Embora este autor seja crítico ao que poderemos chamar de “budocratização” pré-guerra do Karaté de Okinawa, o Tode, faz a evidência clara dos valores bushi próprios de Okinawa. Mas a questão central não está nas actividades mas sim na forma como se protagonizam, pois seja no Tode, seja Karaté-dô, seja no Karaté, a formação do carácter humano pode ser ou não ser a essência do processo. Homens como EGAMI (orig: 1975) fazem a crítica ao Karaté de dentro dos Budo, não de fora, o que significa que não é em si o Budo que significa o sentido do caminho.

---

<sup>349</sup>Evidencia os perto de um milhão de suicídios e as recusas em aceitar alimentos americanos.

<sup>350</sup>Já esboçamos a clara influência do Judo de Jigoro KANO e a de Hironori OTSUKA.

Assim, com alguma imagem de que se estava longe do “verdadeiro Karaté”, dos “verdadeiros mestres”, tal como os próprios mestres mais maduros em Okinawa já referiam, o pós-guerra criou condições para que surgissem novas formas de treino, consolidadas com perspectivas próximas do Kendo e do Jujutsu, onde os exercícios de pares são importantes e o jogo de combate assume bastante relevância. Por outro lado, a presença ocidental acelerou as estratégias de ensino em que assentou uma formação mais racional, culminando em programas e cursos de formação de instrutores e, essa operação é fundamental para o desenvolvimento institucional seguinte.

A expansão mundial do Karaté de Okinawa tinha-se iniciado pelo Hawai, com a visita de Kentsu Yabu em 1927 através de sessões abertas de prática. Choki MOTOBU em 1932 e Chojun MIYAGI em 1934 promovem assim os diferentes tipos de Karaté em formalização institucional. James Mitose surge com o seu método de Kempo<sup>351</sup> em 1936 que se difunde progressivamente pela costa leste dos Estados Unidos (COCORAN e FARKAS, 1988, p. 230).

A Guerra vem trazer a preparação de uma outra tipologia de expansão mundial do Karaté. São os oficiais e soldados norte-americanos que, interessados pelos desportos de combate tradicionais do Japão, iniciam a aprendizagem do Karaté na metrópole japonesa ou em Okinawa<sup>352</sup>. Desta forma inicia-se a fundação de linhas de Karaté mais ou menos vinculadas com escolas de Okinawa, ou do Japão.

Um fenómeno muito interessante acontece em 1951 quando Emilio Bruno, pioneiro e professor de Judo, é nomeado supervisor de Judo e medidas de combate do “Strategic Air Comand” (SAC). Sugere a implementação de um programa de preparação de pilotos numa nova forma de aproximação ao combate, integrando Judo, Aikido e Karaté. Esse programa passava pela formação de instrutores num curso de oito semanas no Kodokan. Os dirigentes do Kodokan contactaram a recém formada JKA (COCORAN e FARKAS, 1988, p. 230).

Várias estratégias foram implementadas pelo SAC e entre elas, uma ronda de instrutores da JKA (Masatoshi NAKAYAMA, Isao Obata e Hidetaka NISHIYAMA,

---

<sup>351</sup> Charles GOODIN faz um artigo excepcional de comparação entre MITOSE e MOTOBU, apresenta os indícios da construção eclética do Kenpo à imagem dos livros de Motobu entre outros, tendo sido um motor do desenvolvimento do Karaté Kenpo em toda a costa Americana (GOODIN, 2004).

<sup>352</sup>Robert Trias introduz o Karaté na América em 1946, tornando-se o primeiro ocidental a fazê-lo (CORCORAN e FARKAS, 1988, p. 170) e funda a “United States Karate Association” em 1948 (*ibidem*, p. 230). Henri Plée a partir de [desde] 1950 começa a trazer Japoneses a França.

como os mais relevantes), que deram instrução a oficiais americanos no Kodokan e mesmo pelas diferentes bases no Japão.

*Essas classes eram constituídas por jovens adultos no início dos seus 20 anos que estavam estacionados no Japão durante seis meses. A seguir retornavam aos Estados Unidos para partilhar o que tinham aprendido. Ainda hoje (1973), encontro pessoas que dão um passo à frente e dizem “eu estudei consigo, Nakayama sensei, enquanto estive na Força Aérea ou no Exército”. É uma sensação agradável (in: MacLAREN, 1988, p. 26).*

Em 1953, um conjunto de dez instrutores de Judo e Karaté são convidados para uma ronda de quatro meses por todas as bases do SAC nos Estados Unidos e Cuba, abrindo canais de comunicação entre o Japão e os EUA, com influência noutros departamentos militares que adoptaram programas similares (COCORAN e FARKAS, 1988, p. 230).

Na nossa perspectiva este estímulo de sistematização está na base da evolução de uma JKA fundada em 1949, mas letárgica, para uma JKA completamente diferente a partir de 1955. O contacto do Kodokan para instrução de pilotos e oficiais militares em tempo curto fez com que novas medidas de planeamento, ensino e treino fossem adoptadas, aumentando o grau de sistematização da modalidade no seio daquela organização. Além das características óbvias de contacto pessoal e de difusão da modalidade nos EUA, esta operação organizacional, quanto a nós, é das mais importantes a reter nesta instituição.

Por outro lado, essa experiência institucional faz como que os contactos ministeriais assumissem a relevância da JKA que é formalmente instituída em 1955 e incorporada no ministério da educação. Por um lado, é-lhe dada a tarefa de formular os padrões técnicos de graduação e de registar as graduações com o Ministro da Educação. Por outro lado, é a JKA que inicia a formulação e operacionalização do primeiro programa de treino de instrutores de Karaté, sob a supervisão de Gichin FUNAKOSHI e com a liderança de Masatoshi Nakayama e colegas: Motokuni Sugiura, Teruyuki Okazaki e Hidetaka Nishiyama (MACLAREN, 1988, p. 26).

Após a morte de FUNAKOSHI e da separação entre grupos de universidades, o núcleo da JKA que resta é dos mais dinâmicos e pro-institucionais, pelo que em 1958 a JKA é declarada um corpo oficial do Governo Japonês liderando esse movimento institucional até à fundação da JKF (ou FAJKO) – Federação Japonesa de Karaté.

Por outro lado, no seio dos núcleos pré-JKA e em contactos com outros núcleos no Japão, vão-se sistematizando as bases metodológicas da organização dos exercícios formais de Karaté em Kihon, Kata e Kumite. O Kihon é o treino dos fundamentos, o Kata é o treino dos exercícios formais estabelecidos. O Kumite é o combate (MacLAREN, 1980, p. 27).

O contacto entre grupos é evidenciado quando FUNAKOSHI pede a NAKAYAMA para, numa visita a Kenwa MABUNI, aprender dois Kata novos: Gojushiho e Nijushiho. Estes são adaptados à forma Shoto e integrados na sua lista de Kata. Técnicas como o ura-mawashi-geri são aprendidas por NAKAYAMA em treinos com outras artes marciais na China e integradas no Karaté em 1946 (MacLAREN, 1980, p. 25-27).

A JKA não só se preparou melhor para os desafios da modernidade pós-guerra dentro do Japão, como foi influenciada por todo o movimento de internacionalização sequente. A base da formação específica de Instrutores de Karaté obriga a uma maior codificação e standardização do Karaté, construindo um modelo de análise didáctica ainda hoje matricial, desenvolvendo estruturas progressivas da leccionação das classes e de sistemas de avaliação em graduações marcantes e, finalmente, desenvolvendo as regras competitivas que dariam a visibilidade que o dojo em si só não permitia.

### **3.1.22 A Institucionalização Competitiva no Japão**

Okinawa assumia a relevância de um Karaté Tradicional, evoluído para o espírito Budo de formação integral do ser humano. As raízes dessa ética são matriciais à cultura de Okinawa e o secretismo da prática tem muito a ver com essa nobreza de formação do carácter, e mais do que com as questões do desarmamento e ocupação japonesa. Mas a coerência da internacionalização do espírito dos Budo é claramente expandido através da revolução Meiji, embora atrasado posteriormente pelo nacionalismo e militarismo sequentes, que instrumentalizaram algo das instituições criadas mas que, de facto, não beliscaram os firmes propósitos desenvolvimentistas coerentes com o actual paradigma.

Apesar das críticas perante o afastamento físico, técnico, tático, psicológico e cultural da nova forma de praticar em relação à antiga, era agora o tempo do Karaté se aproximar do fenómeno competitivo institucionalizado.

Em 1951, tinha sido introduzido nos exames de graduação o *Jiyu-Kumite* (PORTOCARRERO, 1986, p. 46) e depois de algumas experiências de competições entre universidades, ao nível do Kumite (combate), Masatoshi NAKAYAMA, após o estudo das regras do Sumo, Judo, Kendo e Boxe, entre outras, apresenta em 1956 a primeira proposta de regras de competição de Karaté, para Kumite e Kata (COOK, 2002, p. 162). São essas regras adoptadas pela JKA em 1957, após a morte de Gichin FUNAKOSHI, que se utilizam nos primeiros campeonatos japoneses de Karaté dessa organização, com a vitória lendária de Hirokasu Kanazawa com um braço partido.

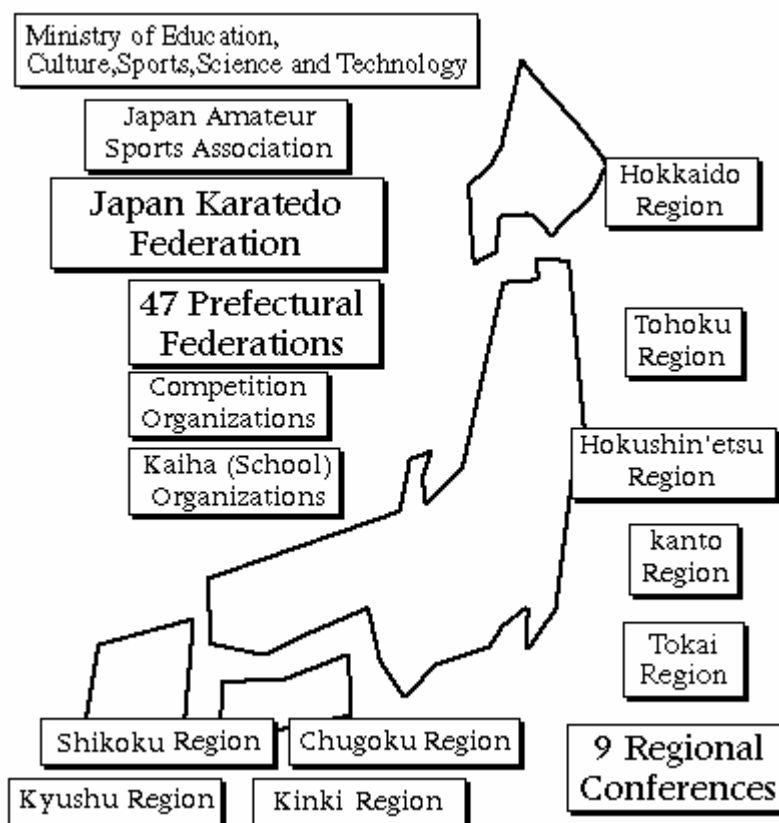
Em 1962, Masatoshi NAKAYAMA (Shotokan - JKA), Gogen YAMAGUCHI (Goju-Ryu - Goju-kai), Hironori OTSUKA (Wado-Ryu) e Kenei Mabuni e Manzo Iwata (Shito-Ryu) fundam a JKF (Japanese Karate Federation) como organização inter-estilos (HERRAIZ, 1989 pp. 37-38). É o primeiro movimento inter-escolas que marca o futuro do desenvolvimento competitivo institucionalizado do Karaté moderno, acontecendo em 1965 os primeiros campeonatos japoneses de Karaté que são a primeira prova institucional inter-estilos.

A tutela ministerial da Federação Japonesa de Karaté tem a ver com a Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia, através da Associação Japonesa de Desportos Amadores, havendo um vínculo importante com duas instituições: o Comité Olímpico Japonês e a Associação Japonesa de Educação Física.

A Federação Japonesa de Karaté está organizada em 9 regiões, tendo 47 organizações municipais, através das quais se realizam actividades competitivas e formativas em todo o país.

Tem um conjunto de estruturas competitivas segmentares específicas a cargo das Federações de Karaté estudantis, como a Federação de Karaté das Escolas Preparatórias, a Federação de Karaté de Estudantes (Ensino Superior) ou usando no caso das Escolas do Ensino Secundário a Divisão de Karaté dentro da Federação Desportiva das Escolas Secundárias; tem ainda a Federação de Karaté dos Trabalhadores.

Através destas organizações internas, várias outras instituições de organização do Karaté, externas à JKF, participam indirectamente nas suas actividades, como é o caso da Hayashi-ha Shitoryu-kai, da GenSei-ryu Butoku-kai, da já referida All Japan Karatedo Goju-kai Association, da Okinawa-Ryueiryu, da Japan Karate-do Itosu-kai (J.K.I), da Nippon Karatedo Dojo-kai, e da Shotokan Karate-do International Federation (S.K.I.F), entre muitas outras.



**Fig. - 72 - Organização Geral da JKF, in: site oficial JKF**

Por fim, a *Zen Nihon Karate-do Renmei* (全日本空手道連盟), conhecida internacionalmente por FAJKO (*Federation All Japan Karatedo Organizations*) ou por JKF (Japan Karatedo Federation) integra as chamadas organizações Kaiha (de escola)<sup>353</sup>. Nestas, queremos destacar quatro organizações importantes para a fundação da JKF: a *Nihon Karate Kyokai* (社団法人日本空手協会), mais conhecida por JKA, a *Zen Nihon Karate-do Renmei Goju-Kai* (全日本空手道連盟・剛柔会), mais conhecida por JKF Goju-Kai, a *Zen Nihon Karate-do Renmei Shito-Kai* (全日本空手道連盟・糸東会), mais conhecida por JKF – Shito-Kai, e a *Zen Nihon Karate-do Renmei Wado-Kai* (全日本空手道連盟・和道会), mais conhecida por JKF - Wado-Kai.

Além destas organizações internas de cooperação que já foram caracterizadas anteriormente, a Federação Japonesa também foi e ainda é formada pela *Rengokai* (全日本空手道連盟・連合会). Através desta, por exemplo, associações como a *Chidokan*, fundada por Takeshi Sasaki (1926-1996) encontram espaço para influência

<sup>353</sup> Por vezes diferencia-se Kai-ha (escola) de Ryu-ha (estilo).

técnica<sup>354</sup>. Sasaki foi aluno de Isao Obata que, depois de voltar da Manchúria por volta de 1948, foi instrumental na organização pós-guerra da JKA, abandonada em 1953-1954 por discordância do profissionalismo no ensino de Karaté<sup>355</sup>, dedicando-se à Liga de Estudantes Universitários. Outra organização que não temos muita informação é a Renbukai (全日本空手道連盟・錬武会). Também esta é uma das seis organizações de cooperação da JKF Goju-Kai.

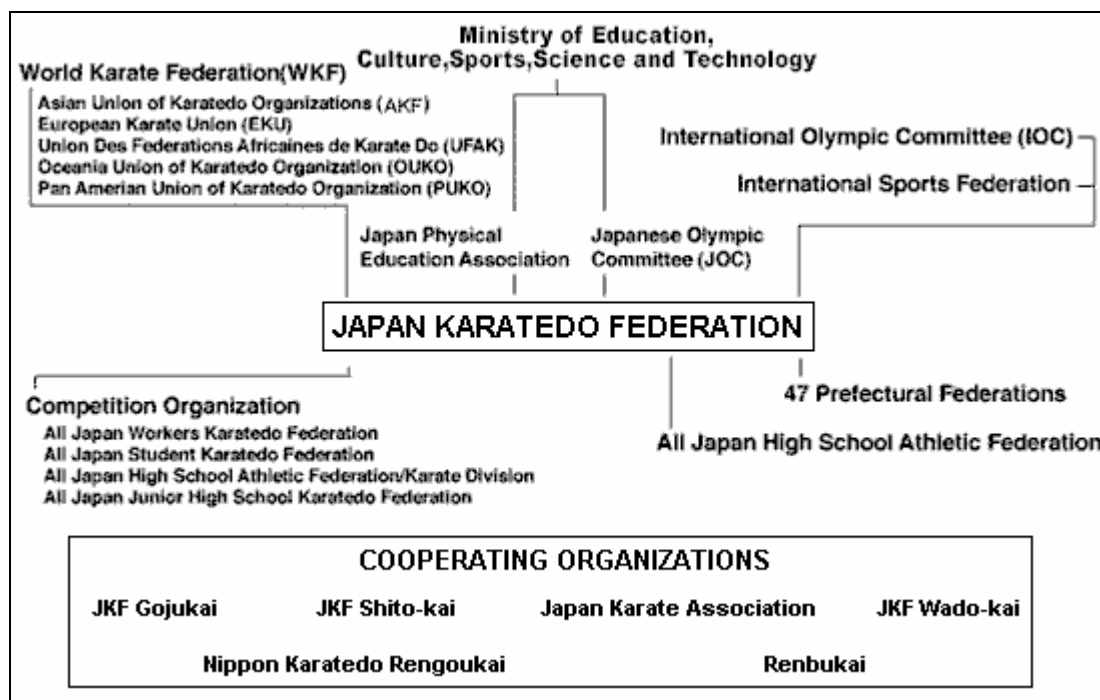


Fig. 73 - Relações Institucionais da JKF<sup>356</sup>

As relações com a Federação Mundial (WKF) e com a Federação Continental (AKF), para além das normais que qualquer federação nacional tem, assumem uma importância técnica única que passa pelo facto de ser a JKF a quem a Federação Mundial delega a responsabilidade de estabelecer os “Shitei Kata” – os Kata Obrigatórios (para as primeiras eliminatórias para a disciplina competitiva de Kata). No seu interior são as organizações de cooperação que têm essa responsabilidade.

<sup>354</sup> Foi a versão dos Kata Chidokan que foram adoptados pela Federação Japonesa para a linha Shoto.

<sup>355</sup> Se a relação mestre-aluno passasse a ser gerida como relação produtor-consumidor, na qual a satisfação do consumidor era essencial para se continuar a receber o pagamento, então “a correcta relação professor-aluno seria destruída e com ela a verdadeira disciplina e essência do Karaté” (in: COOK, 2001, p. 152). No entanto, pode-se inferir que as discórdias eram anteriores pois Obata, em desacordo com os jovens Nishiyama e Nakayama, deixa a presidência da JKA em 1954 (PORTOCARRERO, 1986, p. 46).

<sup>356</sup> <<http://www.karatedo.co.jp/index4.htm>> [Consulta 2005-08-20].

### 3.1.23 Conclusão

Sem dúvida que a partir de Ankô ITOSU o Karaté de Okinawa fica com outra vertente direccionadora: a massificação das suas virtualidades educativas. É o primeiro momento de saída do “segredo” que vai ser consolidado posteriormente com as intervenções de G. FUNAKOSHI, C. MIYAGI, K. MABUNI e H. OTSUKA que, principalmente os três primeiros, sob estímulo evidente de Jigoro KANO, vão direccionando a arte de Okinawa para o Karaté-do (budo).

São estes movimentos expansivos e massificadores que aumentam as probabilidades de existirem movimentos inovadores como os do próprio OTSUKA, os de Yoshitaka Funakoshi, assim como os de Shigeru EGAMI e o de tantos outros alunos universitários que iniciam um desenvolvimento característico das formas de treino mais preocupadas com o Kumite (combate livre ritualizado), à luz da procura de se testarem, tal como um Kendo sem armas: com o corpo.

Não há um “pai fundador” no Karaté do ponto de vista horizontal ao contrário do normalmente difundido e mesmo referenciado. É um facto que o mito do “pai” do Karaté ou do “fundador” do Karaté, querendo vincular-se figurativamente com uma mitologia mimética do Judo referencial do ponto de vista institucional, traduz em muitos autores de Karaté Shotokan e Shotokai a ideia de Gichin FUNAKOSHI como pai institucional da modalidade. Demonstrámos como são os movimentos integrados de vários intervenientes que posteriormente levam à ruptura com a verticalidade de um só estilo. Mesmo autores mais atentos do ponto de vista científico incorrem nesse erro de base que, à luz da cultura actual, deveria desaparecer<sup>357</sup>. Constrói-se uma cientificidade instrumental de um ambiente culturalmente rico, com base num investimento pobre sobre a cultura do Karaté em causa.

Após a II Guerra Mundial emerge a institucionalização do fenómeno competitivo mais característico na prática de Karaté nas ilhas principais do Japão do que em Okinawa. Aqui continua-se a viver o Karaté centrado na prática dos Kata e do endurecimento do corpo, sendo o Kumite tradicionalmente uma zona de grande secretismo.

---

<sup>357</sup> Este tipo de referências levam, por exemplo CAGIGAL a comparar Gichin FUNAKOSHI a Jigoro KANO, chamando-o “o grande mestre modernizador e sintetizador do Karaté [...]” (orig: 1982-1983, p. 817). Um exemplo mais recente é o interessante estudo de BARREIRA e MASSIMI (2003, p. 379).

O espírito mistificador das questões acessórias, como nos tem alertado H. PLÉE (1994), ficou evidente quando vemos que a forma organizada e o estilo de comando que caracterizam uniformemente a maioria das aulas actuais de Karaté, prendem-se com os primeiros momentos massificadores de 1902, onde se propunham claros objectivos de preparação militar incrementados até o início da década de 40. Curiosamente, mesmo após a Guerra e com o desenvolvimento do fenómeno competitivo, poucos são os que fizeram o corte com os aspectos formais para penetrarem nos de conteúdo.

Somos em crer que se trata de uma nova era que, necessariamente, repetirá alguns ciclos históricos já esboçados anteriormente, mas num outro enquadramento, ou seja, numa nova episteme: a da transição do século XX para o XXI. Em analogia à operação fundamental do paradigma emergente, onde o conhecimento científico se vai tornando senso comum, diríamos que poderá ser o estímulo da problematização do Karaté espectáculo que nos fará (enquanto senso comum) ver o âmago do Karaté. E esse movimento institucionalizador alargou-se ainda mais ao mundo.

Vamos demonstrar como essas operações na Europa e em Portugal se repercutiram numa ideia chave central: a procura de um equilíbrio entre a visão vertical de organização da modalidade em função de um estilo de Karaté e a visão horizontal de organização de aspectos comuns à modalidade.

## 3.2 O Karaté na Europa e em Portugal

### 3.2.1 A Emergência do Karaté na Europa

Já reflectimos sobre o encontro entre culturas que caracterizou a navegação Portuguesa até ao Japão, não tendo sido identificados movimentos específicos de trocas formais de conhecimentos entre escolas de artes marciais civis.<sup>358</sup> Vimos, no entanto, como a imagem oriental foi sendo construída. Antes do fim do séc. XIX, as artes marciais raramente eram ensinadas na Europa, apesar de serem vistas em determinados espectáculos (CORCORAN e FARKAS, 1988, p. 198), acompanhadas da dinâmica das apostas, estando na base do surgimento do Desporto moderno. O espectáculo promovido pelo ganhar de um em relação ao outro, num combate mais ou menos ritualizado, robustamente financiado pela assistência e apostas, marcou esse tempo, antes da codificação superior e da institucionalização do movimento olímpico que marca uma certa viragem a essa tendência.

A “importação” ocidental do Jujutsu, é feita na transição do século XIX para o século XX, “pelos pioneiros japoneses que traziam a obrigação de provar a superioridade da sua arte em desafios contra pugilistas e lutadores que eram fisicamente superiores” (PLÉE, 2003, p. 68). É nesta altura que começam a ser criadas e utilizadas pelos jornalistas designações ocidentais da denominação dos adeptos do “Djiou-Djitsou” e do “Djioudo”. Na generalidade, surgiram as designações “Jiu-jitsuista” ou “judoista” e, por vezes “judoman”. Nos anos 50 foi adoptado o sufixo “Ka”, provavelmente pelo sentido mais exótico e apropriado do termo. Henri Plée, pioneiro de Judo, Aikido, Kendo e Karate na Europa, embora ignorando quem terá sido o primeiro a ter essa ideia, assume que só nos anos 50 é que foi introduzida a palavra “Judoka” e nos anos 60 a palavra “Karatéka” (*ibidem*)<sup>359</sup>.

Henri PLÉE, com outros, lança-se na senda dos “grandes mistérios” e nas crenças nas “histórias do *kiai*” pela prática de boxe e de judo<sup>360</sup> a partir do final da II Guerra

---

<sup>358</sup> Aparecem algumas referências à possibilidade do Jogo do Pau Português reflectir influências do Oriente, já que não qualquer vestígio na Galiza. É necessário mais investigação.

<sup>359</sup> Curiosamente este sufixo “Ka” fez rir inicialmente os mestres Japoneses já que significa em japonês “Expert consumado” em qualquer arte ou disciplina. No entanto, o próprio Japão assume e hoje é internacionalmente utilizado este sufixo para os Budo, dizendo-se até Budoka no sentido mais lato ou Karatéka que em Português se pode traduzir por Karatéka.

<sup>360</sup> Praticado na Europa desde o final da I Guerra mundial, a difusão do Judo em França começa com Feldenkrais nos anos 30 que convida Mikonosuke Kawashi, a partir de 1937.

Mundial (PLÉE, 2002, pp. 101-102; 118). Em 1946, funda o Centro de Entreatuda e de Difusão do Judo (CEDAM), publicando o Anuário do Judo Internacional e as revistas “Judo Kôdôkan” e “Budo Magazine Europa”, penetrando no mundo comercial com a manufatura dos então chamados “Kimonos” (*keiko gi*), de tal forma que, em 1948 transforma o Centro de Ajuda numa empresa: “Judo Internacional”<sup>361</sup>.

Mas é através do seu tradutor na revista Judo-Kodokan, chamado Rikutarô Fukuda, que, no comentário sobre um artigo da revista Life referente ao Karatê, em 1949<sup>362</sup>, Henri PLÉE descobre que Fukuda era 2º dan<sup>363</sup> de Karatê e aluno de Funakoshi, em Tóquio. As explicações de Fukuda interessaram um Henri PLÉE apaixonado pelo combate livre total, para além do Judo e Boxe já por ele praticados, pelo que, inicialmente por livros e com base nas traduções de Fukuda, começou a promover a respectiva prática a partir de 1948 (PLÉE, 2002, pp. 103: 119 e COOK, 2001, pp. 243-244).



**Fig. 74 - Revista Life – 27 de Outubro de 1948**  
**Artigo na p. 65 – “O Desporto dos Cavalheiros”<sup>364</sup>**

*O primeiro país a experimentar o treino autêntico de Karatê foi a França. A Life Magazine publicou um artigo de Karatê em 27 de Outubro*

---

<sup>361</sup> “De 1948 a 1958 a ‘Judo International’ foi verdadeiramente a única sociedade no mundo especializada na venda por correspondência de artigos para as Artes Marciais” (PLÉE, 2002, p. 116).

<sup>362</sup> A referência a esta data é dada por PLÉE (Fev. 2005, p. 56).

<sup>363</sup> Embora em 1975 refira que ele era 1º dan, PLÉE afirma em 1995 que seria 2º dan – Comparar PLÉE, 2002, p. 103 (entrevista de 1975) com p. 119 (entrevista de 1995).

<sup>364</sup> In <<http://museum.hikari.us/books/index40.html>>. [Consulta 2005-07-30]. A revista é referida como de 13 de Outubro de 1947. No entanto, em COOK, 2001, pp. 243-244, a revista é referida como de 27 de Outubro de 1948.

*de 1948, intitulado o Desporto dos Cavalheiros. Por baixo de uma fotografia de dois karate-kas da Universidade de Waseda em combate, Gojuro Harada e Hiroshi Kamata, o texto explica: “A moda desportiva do pós-guerra no Japão é a performance violenta como a mostrada em cima. É chamado Karaté e é fundamentalmente confinado a cavalheiros. Consiste na prática de métodos de defesa pessoal, mas os métodos indicam que no Japão o melhor ataque é uma boa defesa. Os membros das classes mais altas põem-se em forma para o seu desporto batendo em estacas de madeira com os punhos desprotegidos, estilhaçando tábuas com pontapés (descalços) e segurando com os pés na horizontal pesos suspensos. Uma vez endurecidos eles ficam prontos para jogar o jogo do afastamento de um atacante.” (COOK, 2001, pp. 243-244).*

O Karaté foi concebido inicialmente por PLÉE como um tipo de combate em que “tudo era permitido” e mesmo depois de contactar com o livro de Yoshitaka Funakoshi (*Ten-no-Kata*) a noção de Kata de Karaté foi assumida como a do Judo: dois a dois.

Em 1952, funda duas associações no seu primeiro *dojo*: a Academia Francesa de Judo e o Karaté Clube de França (KCF), caracterizado como “o primeiro dojo de Karaté fora do Japão, exceptuando os EUA onde existiam alguns dojo de Kempô-Karate” (PLÉE, 2002, p. 117), e mais tarde especificado que Robert Trias, o pioneiro do Karaté na América, o introduziu em 1946, fundando, em 1948, a *U. S. Karate Association* (U.S.K.A.), (PLÉE, 2005, Mar., p. 56).

Em Dezembro de 1953, através da informação de Donn DRAEGER que, visitando França durante um encontro de Judo entre a América e França, vai ao clube de PLÉE e pergunta-lhe se o que ele estava a ensinar era Savate, ao que o pioneiro francês responde: “Não, é Karaté”. DRAEGER responde-lhe que não; que Karaté era outra coisa. Aduz que, “tendo estado ao lado de Mac Arthur (que tinha interdito a prática de artes marciais após a guerra), e que após uma demonstração de Karaté, concluíram que era boxe chinês!” (PLÉE, 2002, p. 105). Com base nos conhecimentos novos dados pelo filme da demonstração de Karaté providenciado por DRAEGER, com Obata, Nishiyama e Nakayama, entre outros, iniciam-se os contactos directos de França com Tóquio para a vinda de um professor de Karaté.

*Com o filme progredimos pouco. Eu que seguia à letra as explicações do livro de Funakoshi, pensava que com as posições filmadas seria possível avançar. Para progredir quis trazer Japoneses. Fukuda ocupou-se disso. Escreveu para a Universidade de Tóquio a convidar dois especialistas, tendo entretanto sabido que eram técnicos maravilhosos. Mas tinha-os advertido que os desafios eram frequentes e que poderia ser necessário*

*fazer-lhes frente. Eles responderam-me que o espírito do karaté se opunha à aceitação de desafios (PLÉE, 2002, p. 106).*

O filme em causa é produção da Japan Karate Association (*Nihon Karate Kyokai*), assim como as indicações de DRAEGER eram nesse sentido. Na verdade, essa instituição tinha sido pioneira na organização do sistema de instrução massificado, organizando melhor as metodologias de apresentação da modalidade face aos contactos privilegiados que foram surgindo em termos tutelares, num intercâmbio que a levaria a assumir uma representatividade de todo o Karaté. O seu impacto na Europa acaba também por ser o primeiro.



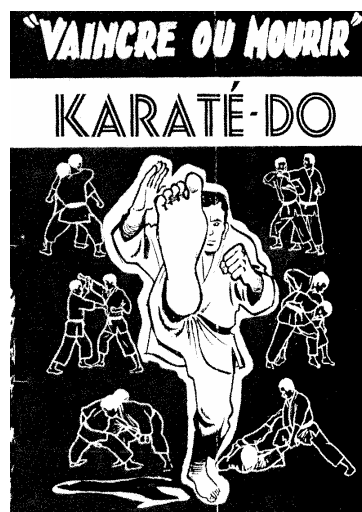
**Fig. 75 - Revista “Sport et Vie” - 1956**

**Artigo que levou a vários desafios de Judokas**

O pioneiro de Karaté em França, sem vacilar, avançava com uma política agressiva de promoção da “sua” modalidade:

*Para promover o Karaté, bom publicitário como eu era, afixava em toda Paris que ele poderia vencer qualquer outro desporto de combate. O inevitável aconteceu. Os lutadores célebres de catch, um boxeur, dois judokas membros da equipa de França vieram desafiar-me. Por milagre, com técnicas de cotovelo ao fígado, jamais utilizadas até então, consegui colocá-los K.O., excepto os dois judokas, amigos, que abandonaram após alguns golpes baixos de pés e espetadelas aos olhos, dizendo-me: “paramos, isto vai acabar mal”. Foi então que, inquietante, pedi a dois campeões de judo e igualmente remarcáveis em boxe francês, Picard e Rigal, de me assistirem no dojo. Depois convidei Japoneses. Felizmente para o Karaté a nascer, os desafios acabaram [...]. Em todo o caso a publicidade funcionou bem, e as pessoas começaram a vir em maior número ao dojo [...] (PLÉE, 2002, p. 119-120).*

Assim, nota-se uma certa continuidade do espírito do final de século anterior, quando os desafios de *jujitsu* contra o boxe apareceram, em prolongamento aos desafios entre os vários sistemas de boxe que emergiram na lógica inglesa com base na aposta e espectáculo. Aqui a questão da aposta e do espectáculo não foi essencial, mas sim a da criação do espaço do Karaté em oposição aos outros desportos de combate. A mesma operação verificou-se no Japão com Choki Motobu.



**Fig. 76 - Primeiro Livro de Karaté no Ocidente – H. Plée - 1954**

O primeiro livro de Karaté no Ocidente<sup>365</sup> é escrito e publicado por H. PLÉE em 1954 e, num livro seguinte<sup>366</sup>, afirma:

*Quando fui o pioneiro do Karaté na Europa, em 1948, ninguém tinha ainda ouvido a palavra karaté. Algumas pessoas pensaram que era pura invenção da minha parte e chamavam-lhe 'karaplée'. Durante dez anos, sem um especialista genuíno para me guiar, treinei acima de tudo com a sensação do combate, pois essa era a minha atitude no judo. A minha 'forma' era muito imperfeita, se comparada com as fotografias e filmes do Japão, mas permaneci indiferente às graduações; tudo o que me interessava era o enriquecimento mental e físico que o karaté trazia. Depois, às minhas custas, trouxe sucessivamente cinco karate-ka do Japão e o meu estilo foi rapidamente corrigido, pois pratiquei sempre com sinceridade. Quando fui à China e depois ao Japão para estudar os estilos modernos e aperfeiçoar a minha habilidade, fiquei surpreendido por me darem o 5º dan. Os mestres japoneses consideraram – para o meu embaraço – que eu tinha aprendido o verdadeiro Karaté até um nível que ninguém poderia julgar honestamente (intuitivo, mental, etc.) porque já não havia mais limites. Eu acredito que este exemplo demonstra a importância da prática honesta e profunda sem sonho de sucessos ou graduações rápidas. Então a recompensa virá quando menos se espera (PLÉE, 1962, in: NOBLE, 1987, p. 59).*

<sup>365</sup> Karaté-do: Vaincre ou Mourir, 1954.

<sup>366</sup> Karaté par L'Image, 1962 – tradução em Inglês.



**Fig. 77 - Primeiro Mestre Japonês na Europa Hiroo Mochizuki – 1957**  
**Referencia ter estado em Beja em 1959 para um Estágio de Karaté.**

Com a não-aceitação da vinda dos amigos de Fukuda para ensinarem Karaté, era necessário encontrar outros especialistas japoneses e foi a ajuda do amigo Jim Alcheik, a treinar no Japão, no dojo Yoseikan, de Minoru Mochizuki<sup>367</sup>, que colocou PLÉE em contacto com um aluno daquele dojo: Tetsuji Murakami (1927-1987). No entanto, o pioneiro francês queria instrução de Karaté vinculada à Nihon Karatedo Kyokai (JKA), pelo que pagou seis meses de instrução de Murakami no dojo de Masatoshi Nakayama<sup>368</sup> antes de vir para França e, entretanto, enquanto Murakami estava no curso da JKA, o filho de Minoru Mochizuki, o jovem Hiroo Mochizuki<sup>369</sup> de 19 anos, estudante de Veterinária na Universidade Japonesa, em Tóquio, desde 1955 onde treinava desde 1957 Shotokan JKA, sendo 2º dan, veio a Paris, em 1957 (PLÉE, 2005,

---

<sup>367</sup> Minoru Mochizuki (1907-2003), aluno de Jigoro Kano (Judo) e Morihei Uyeshiba (Aikido), é um homem eclético nos Budo (Iaido, Kendo, Katori Shinto-Ryu, Jujitsu, Jodo), vindo à Suíça e a França em 1951 no âmbito da reunião cultural da UNESCO, à qual não chega a tempo, demonstrando e ensinando Judo e Aikido com uma boa relação com o amigo de Henri PLÉE, Jim Alcheik, falecido em 1962 (NOBLE, 1987, p. 70). Permanece em França três anos (Patrão, <<http://www.cao.pt/hist1950.htm>> [Consulta 2005-08-27].). Ver biografia em <<http://www.yoseikan.asso.fr/doc/minoru.php>> [Consulta 2005-08-27].

<sup>368</sup> Nakayama chega a referir esses treinos de Murakami na JKA a Vilaça Pinto, durante a sua longa estadia no Japão até 1976, conforme entrevista feita em 2005.

<sup>369</sup> Vindo para França em 1957 por intermédio de Jim Alcheik e Henri PLÉE, enquanto não chega Murakami, permanece em França até 1960, participando activamente no ensino de Aikido e Karaté noutros locais, sendo de destacar o registo na sua biografia de uma vinda a Portugal (Beja), em 1959, para ensinar Karaté Shotokan. Não há continuidade de registos desse estágio em nenhum autor consultado. Ver seu currículo resumido: <<http://www.yoseikan.asso.fr/doc/hiroo.php>> [Consulta 2005-07-28].

Fev., p. 56), tornando-se assim no primeiro japonês a ensinar Karaté na Europa (NOBLE, 1987, p. 63).

Em 3 de Novembro de 1957, Tetsuji Murakami (1927-1987), contratado por H. PLÉE para ensinar o Karaté da JKA, chega a Paris e passa ao ensino de Karaté no seu dojo.

A Academia de Judo e o Karaté Clube já referidos em cima fundem-se, em 1958, na Academia Francesa de Artes Marciais (AFAM), tornando-se uma Meca onde vêm praticantes de toda a Europa para estudar o Karaté e outros Budo (PLÉE, 2002, p. 117). É ali que se funda a Federação Francesa de Boxe Livre e de Karaté (FFBLK) que se torna, em Outubro de 1960, uma secção da Federação de Judo que se transforma em Federação Francesa de Judo e Disciplinas Associadas (FFJDA), desenvolvendo-se depois a Federação Francesa de Karaté e Artes Marciais Associadas (FFKAMA) em 1965, que ainda hoje é a estrutura federativa do Karaté em França.

Tetsuji Murakami abandona a Academia Francesa de Artes Marciais e o contrato com H. PLÉE em princípios de 1959, “passando a leccionar Karate, Aikido e Kendo num outro Dojo situado numa cave do Boulevard Blanqui, sempre em Paris, local que há-de apelar de *Renseikan* – ou seja o ‘Clube da Prática Correcta’”, realizando também estágios na Alemanha, Inglaterra e Itália a partir dessa altura. Dedicar-se mais tarde (61/62) exclusivamente ao ensino de Karaté até que, em 1968<sup>370</sup>, no encontro com Sigeru Egami, adere aos seus métodos de treino, passando a ser o instrutor chefe do Shotokai (PATRÃO, 1994, p. 33).

Em 1958, numa viagem dos Estados Unidos para o Japão, para se casar, Tsutomu Oshima propõe ficar por 15 dias em Paris, dando um estágio no Dojo de H. PLÉE, que aceita essa proposta. Em 1959, solicita ajuda para desbloquear a sua saída do Japão através da Federação Francesa e faz um contrato de um ano para aulas no dojo de PLÉE, onde permanece até 1960, regressando aos Estados Unidos e mudando posteriormente da JKA para a linha Shotokai de S. Egami (PLÉE, 2005, Mar., p. 56).

O relato de Oshima das suas experiências em França, que podemos encontrar citados em COOK (2001, pp. 246-250), referem a sua estupefacção perante o facto de ver muitos cintos negros, com uniformes estranhos que ele rapidamente fez modificar

---

<sup>370</sup> NOBLE refere a data de 1967 para esse encontro com Egami, 1969 para a fundação da Murakami Kai e 1989 para a fundação da Shotokai de França (2001, p. 246).

para vestirem karate gi, e que foi necessário chamar o líder (que seria H. PLÉE) para, em combate (Kumite), o pôr K.O., fazendo o mesmo a todos os outros cintos negros, de forma a estabelecer o ponto de partida para “lições exemplares”.



**Fig. 78 - Tsutomu Oshima com Henri PLÉE em França – 1957**

É Henri PLÉE que, em 2005, refere ter ficado estupefacto com o que lê na tradução francesa da obra de COOK, explicando que tal não aconteceu e que seria mesmo difícil conceber que um mestre vindo a França, convidado, pudesse seguir tal metodologia, perante os primeiros praticantes de Karaté, e alguns convidados de outras artes marciais (daí os diferentes fatos de treino e os vários cintos negros).

Mais uma vez, é notória a operação de tendência para o exagero nos relatos em tom de parábola dos “feitos” de cada um, o que acontece por vezes na terceira pessoa e algumas outras vezes na primeira pessoa. Essa é a operação de parábola identificada por GREEN (2003) a que já nos referimos quando abordámos a história de Shaolin como fenómeno exemplar de estabelecimento de credibilidade.

Por outro lado, a introdução do Karaté na Europa traz um choque conceptual que foi frutífero no desenvolvimento de várias linhas e escolas de Karaté na Europa, com primazia clara da escola Shotokan da Japan Karate Association, mais robustecida nos desafios de expansão mundial após a II Guerra Mundial. O seguinte relato de Henri PLÉE esclarece perfeitamente essa situação:

*Eu considerava ser o “O-Sensei” do meu dojo, e o “patrão” dos especialistas (sugeridos) que eu escolhia para me ensinarem e me assistirem no meu dojo. Por este facto, logo que eles se apresentavam como “mestres”, eu lembrava-lhes que eles eram meus “assistentes”. Um bom “patrão” não é aquele que se sabe rodear de especialistas e assistentes mais qualificados que ele, num domínio particular, e que promove o desenvolvimento da sua sociedade para o bem de todos? Era uma atitude*

*que pode ser criticável, mas era a única pela qual esses especialistas me ensinavam prioritariamente. De notar que fui o único na Europa a convidar e a albergar, às minhas custas, tão grande número de especialistas (PLÉE, 2005, Abr., p. 57).*

Esta diferença conceptual é, provavelmente, a causa essencial de despedimento<sup>371</sup> de Tetsuji Murakami e, segundo PATRÃO (1994, pp. 74-75), da retirada da declaração de emprego essencial à sua permanência em França, unindo posteriormente praticantes e mestre em torno da resolução de diversas dificuldades, criando as raízes da Murakami-Kai e da Shotokai que influenciará marcadamente Portugal a partir de 1969, quer pela criação do grupo dos praticantes aderentes à metodologia de treino e de organização associativa preconizada, quer pelo criação de grupos que se diferenciam na busca de outras perspectivas e metodologias, face às necessidades, motivações e aspirações da altura.

É um facto consumado que só após a II Guerra Mundial, nos anos 50, é que o Karaté vai penetrando na Europa, através da França, por intermédio do pioneiro Henry PLÉE que, desde 1950, começa a contratar mestres Japoneses para o seu dojo em França: Hiroo Mochizuki, 2º dan em 1951, Tetsuji Murakami, 3º dan em 1957, Tsutomu Oshima, 3º dan em 1959, Mitsisuke Harada em 1963<sup>372</sup>, Taiji Kase em 1967<sup>373</sup>.

Após a sua viagem ao Japão em 1964, com a ajuda de Tani, contacta vários outros estilos como o Shito, Goju, Shukokai e Shotokan hostil à Japan Karate Association que tinha sido sempre a sua referência institucional, “tendo sido uma viagem extremamente interessante e profícua...” (PLÉE, 2002, p. 108). A seguir a esta viagem outros especialistas visitam o dojo de PLÉE: Yoshinao Nanbu, 1966<sup>374</sup>, do Shukokai, Ogasahara, 5º dan do Shito-Ryu, Suzuki do Wado-Ryu, por exemplo (PLÉE, 2002, p. 119, NOBLE, 1987, COOK, 2001, pp. 244-250).

---

<sup>371</sup> Palavra estranha para muitos karatecas de hoje e de então que não concebiam, nem concebem uma relação de aprendizagem nesta base. No entanto, esse foi o modelo central de desenvolvimento do Karaté: contratavam-se professores para ensinarem em centros de prática de maneira a preparar a sua aprendizagem e futura autonomização. Muitos desses professores enraizaram-se profundamente nas culturas receptoras.

<sup>372</sup> Onde só ficou 6 meses (NOBLE, 1987, p. 65).

<sup>373</sup> Erradicou-se em França, sendo o verdadeiro introdutor da linha JKA, em França.

<sup>374</sup> Esteve dois anos (66-68) em França segundo PLÉE e quatro (64-68) segundo HABERSETZER (2000, p. 468), participando nos campeonatos Franceses. Posteriormente, volta para França, com o Sankukai nos inícios dos anos 70, e mais tarde funda o Nanbudo, mais energético. O Shukokai de Nanbu foi-se afastando do Shukokai do fundador Tani (NOBLE, 1987, p. 69). Influencia Karatecas como Dominique Valera, Patrick Tamburini e Tommy Morris (Escócia).

### 3.2.2 A Federação Europeia de Karaté

O modelo de associativismo nacional e internacional no domínio do Desporto, onde França sempre teve um papel importante, desde o movimento Olímpico moderno, acaba por ser influenciado ou, no mínimo, acelerado, pelos percussores de Karaté em França, após a adesão de vários países.

Pode-se considerar que, de 1961 a 1963, o Karaté Francês organiza-se com a liderança política de Jacques Delcourt, aluno de Henry PLÉE, existindo desde logo a preocupação clara de fazer um movimento federativo europeu entre as 7 federações conhecidas no momento<sup>375</sup>.

Em 15 de Dezembro de 1963, realiza-se em França o 1º congresso europeu de Karaté, com a presença da Itália, Bélgica, Suíça, Alemanha, Grã-bretanha, França e, com falta justificada, Espanha. Chegaram à conclusão que a unificação das técnicas dos diferentes estilos era impossível e agendaram para a reunião seguinte a unificação das regras competitivas.<sup>376</sup>

A 24 de Maio de 1964 faz-se o 2º Congresso com a justificação de falta da Holanda (8 países) tendo sido eleito provisoriamente J. Delcourt para presidente da comissão instaladora (onde permanecerá até 1997) e, em 21 de Novembro de 1965, em Paris, o 3º congresso aprova os Estatutos da European Karate Union (EKU) elegendo definitivamente Delcourt para Presidente. Segundo relato da EKU Portugal entra como membro nesta altura.

Não conseguimos ainda encontrar referência à eventual participação ou intenção oficial portuguesa de se juntar ao movimento federativo europeu, quando ainda não havia qualquer movimento federativo institucional para além da UBU. Provavelmente, a hipótese a lançar, perante o facto de não haver mais nenhum registo de entradas após esta data, é a de que se desmotivaram de tal intenção, perante os quadros de referência institucional que se foram desenvolvendo na EKU. Veremos mais à frente esse momento de emergência do Karaté em Portugal, percebendo o contexto central em que se desenvolvia.

---

<sup>375</sup> Estas informações sobre o desenvolvimento Europeu e mundial do Karaté, encontram-se no site oficial da Federação Mundial de Karaté: [www.wkf.net](http://www.wkf.net) [consultado várias vezes durante o ano de 2005].

<sup>376</sup> Para ver historial que, embora com algumas gralhas, serve de fio condutor: <http://www.wkf.net/html/history.html> [Consulta 2005-05-25].

Em 7 de Maio de 1966, realizam-se os 1.<sup>os</sup> Campeonatos Europeus de Karaté assim como o 4º Congresso da EKU, com a participação de 5 países na prova de equipa (Alemanha, Suíça, Grã-bretanha, Itália e França) e 6 nas individuais (mais a Holanda). Segundo relato oficial da WKF, os campeonatos foram um sucesso: 300 espectadores, televisão ao vivo. Mas um problema competitivo é identificado: muitas lesões na cara.

As propostas de criação da União Internacional de Karaté passam a ser trabalhadas com base em diversos contactos e Ryoichi Sasakawa, presidente da Federação Japonesa de Karaté, viaja até Paris em 1970, para se encontrar com Jacques Delcourt, propondo o cancelamento da fundação da UIK e da abertura de uma nova proposta tendo em vista o prestígio da Federação Japonesa. Nesse sentido, em 16 de Junho de 1970, assina-se em Paris uma declaração de intenções mútuas: “A partir daquele momento, FAJKO e EKF trabalharão em conjunto para o desenvolvimento do Karaté no mundo” e inicia-se a fundação da WUKO: World Union of Karatedo Organizations (União Mundial das Organizações de Karaté-dô).

A 9 de Agosto de 1970 o Sr. Sakagawa volta a Paris, acompanhado dos Srs. Eriguchi, NAKAYAMA e Kagawa e organiza-se uma Conferência Internacional no Hotel Intercontinental, tendo todas as federações europeias sido convidadas, ficando marcados os 1.<sup>os</sup> Campeonatos do Mundo para o Japão, em 10 de Outubro de 1970, com a realização do respectivo 1º Congresso.

Estava lançado o movimento federativo internacional.

Portugal tem um primeiro momento de participação internacional nos segundos campeonatos do mundo em 1972, em Paris, sendo o CPK que representa competitivamente as cores nacionais, sem qualquer cobertura da tutela institucional, assim como nos oitavos campeonatos europeus da EKU realizados em Valência (Espanha). Na verdade, a filiação na federação europeia e mundial do CPK, em virtude da falta de um movimento federativo autónomo e interessado na altura, pelas indicações de Rómulo Machado, entrevistado em 2005, só deixa de ter sentido estratégico para o CPK quando a aposta institucional na IAKF e na EAKF<sup>377</sup> impera em relação à WUKO e à EKU, onde, apesar de pagarem as cotas, não entravam nas competições por falta de recursos financeiros, surgindo outras associações interessadas, como é o caso da AKP.

---

<sup>377</sup> Estudaremos à frente o conflito institucional que se estabelece contra a WUKO emergindo em 1974 a IAKF que mais tarde muda o nome para ITKF.

Assim, em 1982 e 1983 acontece uma outra representação nos Campeonatos da Europa, tal como nos foi relatado por Elmano Caleiro (entrevistado em 2005). A Associação Karatedo de Portugal (AKP), da qual é Director Técnico, filiou-se como representando provisoriamente Portugal na EKV, em 1981, tendo participado numa primeira vez nos Campeonatos da Europa decorridos em 1982, na Suécia, onde se formou Jorge Caleiro como Árbitro Europeu, e, em 1983, a CDAM dá cobertura a uma selecção conjunta alargada a outras associações, preparada entre Elmano Caleiro, Vilaça Pinto e José Pacheco, com a participação de 27 competidores.

Só o movimento federativo seguinte vem “alimentar” participações parcelares nos campeonatos da Europa e do Mundo, para, a partir da intenção de fusão conjunta das duas federações, se começar o trabalho horizontal do Karaté nacional através da FNK-P fundada em 1992.

Vamos caracterizar a seguir o desenvolvimento do processo em Portugal, com destaque para as operações iniciais que serão marcantes do modelo organizacional seguinte.

### **3.2.3 A Emergência do Karaté em Portugal**

Vários períodos se podem identificar na institucionalização do Karaté em Portugal:

- Período UBU (1963-1972...);
- Período CDAM (1972-1987);
- Período FPK-FPKDA (1985-1992);
- Período FNK-P (1992-presente).

O período inicial (“UBU”), marca-se desde 1963 com o início do treino de Karaté na Academia de Budo, em Lisboa através da direcção de Pires Martins, e, atracção tutelar dos outros movimentos de emergência no norte, até 1972, período que faz a coincidência histórica entre a primeira participação internacional competitiva (o CPK participa nos segundos campeonatos mundiais da WUKO, em Paris) e a criação da CDAM (Comissão Directiva de Artes Marciais); o segundo período (“período CDAM”) vai desse momento até 1987, sendo em 85 que se forma a FPK (Federação Portuguesa

de Karaté), em 86 forma-se a FPKDA (Federação Portuguesa de Karaté-do e Disciplinas Associadas) e em 87 extinta oficialmente a CDAM; o terceiro período (“FPK-FPKDA”) é um período caracterizado pela existência de duas federações, com alguma alternância de participações internacionais, com duplicidade de campeonatos da mesma modalidade, indo de 1985 a 1992; o último período é o que agora se vive após a unificação federativa e criação da FNK-P (Federação Nacional de Karaté - Portugal).

### 3.2.4 A União Portuguesa de Budo

A história do Karaté em Portugal também está profundamente ligada à génese do Judo nacional que se desenvolve esporadicamente desde o início do século XX, passando por ensino, demonstrações de combates em Lisboa e Porto, e por algumas experiências para-militares como as de Armando Gonçalves, na Polícia de Segurança, no Porto. Segundo trabalhos de investigação de Vitor Rosa (2005-2006) no seu doutoramento, Ricardo Covões marca as primeiras letras sobre as artes marciais em Portugal escrevendo sobre o jujitsu e a luta grego-romana, aquando das representações no Coliseu dos Recreios, em 1906. Outro autor importante nesse primeiro impulso é Armando Gonçalves que com “A Defesa da Rua” em 1914, o “O Fraco Vence o Forte” de 1941 e mesmo “Opiniões do meu amigo Fabrício” de 1942 emergem como “peças importantes na história do judo em Portugal” ROSA (2005-2006). Mas o arranque institucional que mais influenciará a história do Karaté está na Academia de Judo, propriedade de António Corrêa Pereira, no 3º andar, do n.º 140, da Rua de S. Paulo, em Lisboa. Além de ser o primeiro cinto negro inscrito no Kodokan (Japão), Corrêa Pereira é o primeiro editor de revistas de Judo Kodokan<sup>378</sup>, publicando uma obra-mestra sob o pseudónimo de MINURO (1950).

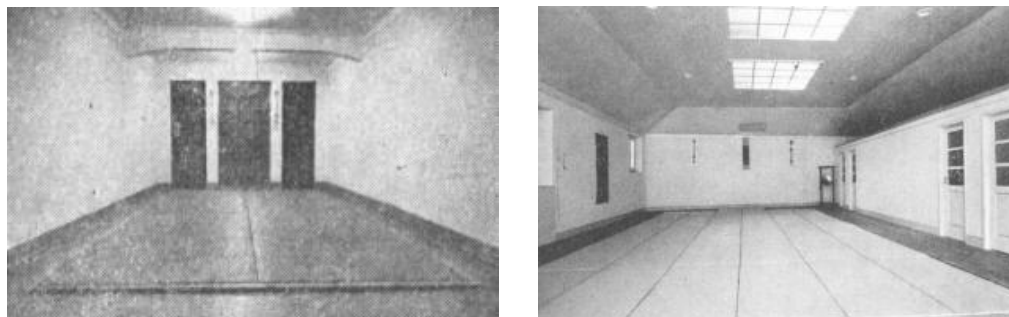


**Fig. 79 - António Corrêa Pereira (MINURO) – Cortesia José Araújo**

---

<sup>378</sup> Das quais só saíram 10 números, segundo investigação de Vitor ROSA (2005-2006) para a sua tese de Doutoramento em curso.

Em entrevista dada ao Jornal “A Capital” de 3 de Outubro de 1971, o Dr. João Luís Franco Pires Martins refere que por volta de 1946 é que se iniciou a prática de Judo na Academia de Judo, sendo aí que ele inicia a prática de Judo, em 1951 (MARTINS, 1971).



**Fig. 80 - Academia de Judo na R. de S. Paulo (1946) e Academia de Budo em Entrecampos (1958) – Cortesia José Araújo**

Por outro lado, José Manuel Silva ARAÚJO, em artigo relativo à União Portuguesa de Budo, refere que, em 1958, quando se abre o Dojo de Entrecampos, em Lisboa, passa a denominar-se esse espaço como Academia de Budo. Aquela prática deve-se a António Hilmar Schalck Corrêa Pereira “iniciado na prática do Ju-Jutsu em Berlim, na década de trinta, quando estudava engenharia química na Universidade de Charlottenburg<sup>379</sup>, que regressa a Portugal com o objectivo de aprofundar ao máximo os seus conhecimentos e de aqui expandir o seu ensino” (ARAÚJO, 2005 a). Vitor ROSA (2005-2006) descobre que o pai de Corrêa Pereira e a sua avó obrigaram-no a vir para Portugal em 1939 devido à guerra 1939-45, nunca chegando a terminar o curso, e que, querendo ir para o Japão, a avó ou a mãe fizeram-no desistir da ideia, prometendo-lhe pagar a vinda de alguns mestres a Portugal, para ensinar o seu menino. Cruzando a informação obtida com o facto de que só em 1946 é que Corrêa Pereira abre a Academia de Judo, ROSA conclui que ele não veio para Portugal aprofundar os seus conhecimentos ao máximo e que foram as circunstâncias, e o facto de ele gostar muito de artes marciais que promoveram o nascimento deste centro.

---

<sup>379</sup> Estamos a citar um trabalho de ARAÚJO, (2005 a). Parte do texto relativo à Breve História da União Portuguesa de Budo foi publicada em 1998 na revista Bushido (nº 1 – Janeiro de 1998, pp. 4-5), editada pela Fundação Portuguesa Bushido, no entanto, o trabalho mais extenso está no site oficial: <<http://UBU.no.sapo.pt/>> (referente à história) [Consulta 2005-09-25], tendo a sua última actualização sido em Setembro de 2005, por indicação pessoal do Autor. Vitor ROSA actualiza esta informação em Fevereiro de 2006 junto da Viúva de Corrêa Pereira referindo que a universidade em que estudou foi a Universidade de Humboldt, em Berlim. Aquele investigador está a trabalhar esta informação.

António LIMA retira dos estatutos respectivos a referência de que, em 23 de Fevereiro de 1958, Corrêa Pereira funda a Academia de Budo, sendo “o primeiro Português a possuir a graduação de cinto negro conferida na Alemanha” (LIMA, 1990, p. 121). No entanto, Vitor ROSA (2005-2006) adiantou-nos que livrete Judo n.º 8, p. 23, é referido que em 1 de Janeiro de 1958 a Academia de Judo passa a designar-se Academia de Budo. É compreensível que as datas institucionais não correspondam às datas “naturais” e intencionais.

Este é um período inicial onde emerge a expressão da dicotomia entre “arte marcial” e “desporto”. Com o primeiro conceito era, e ainda é vulgar referenciar actividades onde não se visa a promoção da prática competitiva institucionalizada, no sentido hetero-emulatório normalizado, incidindo então os objectivos da sua prática em noções que se prendiam com o “combate real”. Com o segundo conceito, exclusivamente referenciado na prática competitiva centrada em regras mais ou menos protectoras da integridade física dos praticantes, ficava, para os primeiros defensores, tudo alterado (FIGUEIREDO, 1989, p. 39).

A jusante desta imagem de preparação para o “combate real” versus “combate ritualizado”, emerge a concepção do perigo social que a prática de artes marciais trazem para a sociedade.

A legislação publicada na altura espelha, naturalmente, a natureza conceptual sobre aquelas práticas:

- Em 30 de Julho de 1948, o judo, por despacho ministerial, é excluído “dos exercícios classificados como esporte”;
- Em 4 de Setembro de 1957, é novamente considerado como “esporte”;
- A 19 de Janeiro de 1959, a sua prática passa a ser considerada “de utilidade militar” (ACADEMIA DE BUDO, 1960, p. 17).

### **3.2.5 A Ignorância Conceptual da Tutela**

Toda a intervenção legislativa demonstra a nascitura do que denominamos por ignorância conceptual da tutela, ou seja, a operação tutelar observável em decisões regulamentares, demonstrando ignorância dos factos objectivos relativos à matéria em

que intervém. Como é óbvio, trata-se de algo que só à luz do conhecimento de hoje se pode classificar como tal.

Nas diversas tomadas de iniciativa regulamentar fica demonstrada a concepção marcial neutral com que se encarava o Judo. Por si só, o Judo, ou era “arte marcial” ou era “desporto” ou era ainda “de utilidade militar”. Não haveria espaço para a sua gestão diferenciada em termos educativos ou de preparação militar. Ou era uma coisa, ou outra e, assim, de acordo com a posição (concepção) oficial em cada momento, foi sendo classificado.

Logo a seguir, em 17 de Novembro de 1959, por despacho ministerial também, admite-se a distinção do judo em “judo marcial” e “judo desportivo”, determinando-se que o primeiro fica subordinado ao Ministério da Defesa Nacional e o segundo ao Ministério da Educação Nacional e, em 6 de Fevereiro de 1960, para a prática do “judo marcial” formou-se a UBU que tinha por fim o “patrocinar o culto do Budo, visando a realidade, portanto distinto dos jogos e esportes” (Art. 1º do Estatuto da União Portuguesa de Budo - *in*: ACADEMIA DE BUDO, 1960, p. 17). O judo desportivo fica a cargo da Federação Portuguesa de Judo (FPJ) fundada em 1959. Por detrás da FPJ esteve o Judo Clube de Portugal, entre outros, enquanto por detrás da UBU esteve a Academia de Budo (ARAÚJO, 2005c).

Deixa-se uma visão neutral absoluta sobre o Judo, e passa-se a uma visão dicotomicamente neutral. De um lado, fica o Judo dito marcial, dentro da União Portuguesa de Budo afecta ao Ministério da Defesa Nacional. No outro lado, fica o Judo dito desportivo, dentro da Federação Portuguesa de Judo, afecta ao Ministério da Educação Nacional.

Fica evidente que o modelo encontrado pela tutela foi o de se institucionalizar a prática da mesma modalidade em dois contextos diferentes: o contexto “marcial” distinto do contexto dito “desportivo”. O primeiro era objecto da União Portuguesa de Budo a nível nacional, que era “representante do Budo perante o Estado pelo seu Estatuto aprovado por despacho de Sua Excelência o Ministro do Interior de 6 de Fevereiro de 1960”<sup>380</sup>, onde estava a Academia de Budo em Lisboa. O segundo era a Federação Portuguesa de Judo fundada, em 28 de Outubro de 1959, onde estava o Judo

---

<sup>380</sup> Este era parte do texto impresso nos diplomas de graduação da UBU onde se avaliavam os conhecimentos de Artes Marciais dos respectivos praticantes, nas diferentes modalidades.

Clube de Portugal entre outros, como é o caso do pioneiro Judo Clube de Beja (fundado a 12 de Junho de 1957)<sup>381</sup>, o clube Shell, o Lisboa Ginásio, o Ginásio Clube Português e, um pouco mais tarde o Círculo de Judo do Porto (que dá origem ao Clube do Judo do Porto).

É interessante notar que a própria UBU não conseguiu fazer passar a ideia concreta dos Budo junto dos governantes. A percepção tutelar sempre foi dicotómica ao assumir os Budo como algo de “perigoso”.

Na linha da Academia de Budo e da UBU, temos aqui um depoimento interessante:

*Na Academia de Judo procurámos sempre ir mais longe. Formámos a UBU, a associação mais antiga do país a dedicar-se exclusivamente ao culto do Budo, em 1960. Fomos vários os sócios fundadores: o Corrêa Pereira, o Coronel Freire de Almeida, entre outros. Houve grandes dificuldades na sua criação, porque o Budo era uma disciplina desconhecida, ninguém do governo sabia muito bem do que se tratava, se era uma religião, se era política... Mais tarde, quando apareceu a CDAM, também passámos por momentos difíceis, havia várias associações que não concordavam com a nossa filosofia (Sebastião Durão, in: ARAÚJO, 2005c).*

Na verdade, a característica filosófica inerente aos Budo, pela perspectiva cultural japonesa a eles inerentes, não era fácil de transmitir num quadro conceptual sem os significantes adequados.

Como notámos no capítulo referente ao desenvolvimento dos Budo, a matriz referencial a Lao TZE e ao conceito de “Tao”, que em Japonês é “Dô”, teve um desenvolvimento particular até à sua modernização institucional com a restauração Meiji. Explicar por poucas palavras objectivas os Budo foi difícil aos respectivos pioneiros em Portugal e tudo aponta para que tivesse sido mal compreendido, já que os Budo foram colocados no Ministério de Defesa Nacional e não no Ministério da Educação Nacional, o que é interessante se atendermos que foi um homem humanista e progressista como Jigoro KANO, defensor do Olimpismo na sua emergência humanista quem tem um papel fundante na institucionalização dos Budo relativamente às actividades inermes, com destaque para o Judo e o Karatedo.

---

<sup>381</sup> Exactamente um mês antes do Judo Clube de Portugal.

As razões que desde já nos levam a concluir por essa incompreensão tutelar são exactamente a sua conotação marcial, no sentido do Ministério da Defesa e de todo o percurso de controlo policial que conseqüentemente se instalou a seguir.

As actividades Budo referentes à Dai Nipon Butokukai do Japão são actividades profundamente educativas que substituíram a perspectiva técnica “marcial” ao deixarem de se referenciar como Bu-Jutsu e passarem a referenciar-se como Bu-Dô. A sua passagem descontextualizada culturalmente para outros países, onde a modernização educativa das lutas e actividades marciais é marcada, como vimos, fundamentalmente pela contextualização desportiva em emergência do que até ali se tinha desenvolvido em torno dos espectáculos e das apostas nos séculos XVIII e XIX, fez com que os aprendizes ocidentais de Budo, críticos à preponderância na dimensão competitiva institucional, não quisessem misturas da sua percepção de Budo com o fenómeno de desenvolvimento desportivo. Assim sendo, esquecendo-se do combate interno que o elogio desportivo ético e educativo à participação, em contradição com a visibilidade do senso comum dada ao mero resultado (ainda fruto da concepção de aposta popular e nada reflexiva do processo educativo) os defensores de Budo afirmaram desde logo: Budo não é desporto.

Mas o seu quadro de referência não poderia entender com profundidade a cultura riquíssima dos Budo de um momento para o outro. É, portanto, na funcionalidade marcial (*jutsu*) que muitos apressadamente se pegam: a principal diferenciação entre Budo e Desporto que emerge ao senso comum é a de que, nos Budo o combate é “real” e no Desporto não é, é fictício, é regulamentado. Faltou a ideia central: nos Budo o combate é “como se fosse real”, ou seja, a atitude durante a prática de treino de Budo é a de que todo o comportamento deve ser interpretado à medida da realidade física, técnica, táctica, psicológica e sócio-cultural que o combate em causa predomina.

Trata-se, portanto, de uma operação de desenvolvimento utilizável universalmente e não exclusivamente no ambiente sócio-cultural do Japão. Os Budo, como conceito filosófico, aplicam-se a qualquer actividade motrícia de combate, sendo uma atitude interior do protagonista em acção. Não é por estar num *dojo* institucionalizado como Budo que a atitude do protagonista de prática é a de um Budoca, tal como não é por estar num exame ou numa competição institucionalmente referenciada à Federação de Karaté por exemplo que a atitude não pode ser de um Budoca.

O Karaté em Portugal nasce nesse berço de elogio neutral dicotómico: ser ou não ser Budo; ser ou não ser marcial. E a perspectiva dualista vira uns contra os outros, perdendo a noção estratégica do verdadeiro inimigo: não deixar de ser desenvolvimentista vendendo-se à mentira do aparente.

Este conflito de institucionalização vivido também em França foi resolvido de outra maneira. Repare-se neste fabuloso trecho de Georges CHARLES referente a esta questão:

*Alguns desmancha-prazeres evidenciaram que deveria existir uma certa diferença entre o desporto, a técnica e a arte [...]. [...] os seus fracos protestos perderam-se na corrida à constituição de Federações. Alguns tentaram mesmo fazer prevalecer uma certa diferença enfrentando as “instâncias oficiais”... e foram indeferidos em Conselho de Estado. É preciso admitir que a diferença entre uma projecção e um golpe de punho “artístico”, “técnico”, “desportivo” ou “competitivo” foi difícil de ser aceite pela parte da Secretaria de Estado. “Todos no mesmo saco” foi a expressão utilizada na época. Tudo o que se mexesse em cadência sobre um tapete ou um parquet sendo de proveniência asiática ou presumivelmente tal, foi então colocado sobre a autoridade competente e catalogado sobre a etiqueta “Juventude e Desporto”. Perante a complexidade interna do problema, assistiu-se imediatamente à criação de categorias “afiliadas”, “assimiladas”, “afinidade” e outras “associadas”. Tudo era pelo melhor no melhor dos mundos tanto mais que o alívio do lado do Ministério das Artes e da Cultura onde estavam pouco inclinados a receber uma horda tonitruante e desarmónica mesmo que fosse depositária de uma cultura centenária ou milenar. Reproduzir uma coreografia bem perto de nós criada no domingo passado é Arte, reproduzir um Kata ou um Tao datando de algumas centenas de anos é desporto. Dissertar sobre um veículo triturado ou sobre uma colagem de imundícies domésticas expostas em Beaubourg é cultural... Transmitir uma herança profunda procedente do Tao Te King, do Nei King, do Gorin No Sho, do Bushido... é desportivo. Assim se disse. No que concerne ao Wu Shu, para maior tranquilidade, foi então decidido, por assimilação e comparação, que dependeria de uma vez por todas do Karaté. “Deus está sempre do lado dos grandes batalhões” deliciava-se Napoleão a afirmar. [...] (CHARLES, 1985, nº 118, p. 73).*

A lógica que este autor defendia, portanto, e que nunca chegou propriamente ter receptáculo institucional em Portugal na altura, não era o acento na questão “marcial” mas sim na questão artística. O afastamento dessa questão marcial funcional é mesmo relevante no seguinte trecho:

*Se os Americanos afirmam que o facto de saber atirar prontamente qualquer um para o solo ou de lhe poder dar um soco ou um pontapé é Arte, o património cultural encontrar-se-á notavelmente modificado. Todo o portador de Keikogi, de Kimono ou de veste chinesa torna-se então num*

*'artista' pela força das circunstâncias... um 'artista marcial' entenda-se (CHARLES, 1985, nº 118, p. 73).*

Há, portanto, inerente, uma perspectiva estética na formação do carácter do indivíduo que, em Portugal, não foi assumida institucionalmente.

Isto é evidenciado ABE (2005) ao analisar a fricção cultural nos Budo, focando-se inicialmente na diferença entre a percepção artística europeia e a percepção artística japonesa evidenciando que é fundamentalmente a dignidade (*fūkaku*) e a graça (*kihin*) que emergem intuitivamente a um praticante japonês experiente como uma falta no praticante europeu (ABE, 2005, p. 130).

Essa diferença perceptiva que ABE evoca é profundamente enraizada na diferença matricial da cultura europeia cartesiana e dualista, em confronto com a cultura japonesa monista: corpo e mente são um (*shinshin ichinyo*); espírito, técnica e corpo (*shin-gi-tai*), etc. Mas ABE é acutilante:

*Para esclarecer este aspecto, apesar de toda a mestria técnica poder ser alcançada. Um nível similar de desenvolvimento humanista e moral é negligenciado frequentemente, e o problema comum no abuso da utilização do doping em muitos desportos competitivos atesta-o (ibidem, p. 132).*

É o dualismo cartesiano já há muito internamente identificado e criticado como paradigma da modernidade que Tetsushi ABE, na esteira de Yasuo YUASA (1993), identificam como fonte primordial de fricção cultural e colocam em confronto com o conceito de *shugyo* ou mesmo *gyō* (autodidactismo) que encerra a noção de treino do “corpo” como ser humano, ou seja, o treino do espírito ou da mente pelo treino do corpo demonstram a concepção inseparável de corpo-espírito pelo que nunca poderia haver um treino “corporal” sem objectivos concretos de aperfeiçoamento do espírito humano (YUASA, 1993, p. 8). Por isso, ABE, antes de referir a estratégia para ultrapassar a fricção cultural, sintetiza a ideia central sobre os Budo: “budo=educação” (2005, p. 136).

A tutela portuguesa não compreendeu obviamente este conceito de Budo, sentido levemente por alguns dos seus praticantes mais estudiosos que nos deixaram a sua experiência frustrada de tentarem explicar racionalmente o que intuitivamente compreendiam. Essa barreira paradigmática na comunicação levou a alguma má interpretação e, por isso, foi assumida a perspectiva marcial dos Budo, com necessidade

de ser controlada a sua prática e divulgação. Deste modo, a União Portuguesa de Budo acabou por ficar com esse estigma incorrecto de que mais tarde se liberta com a CDAM que assume claramente a tutela específica destas actividades, passando também a UBU a ser “vigiada”<sup>382</sup>.

### 3.2.6 A Emergência Conceptual do Karaté

A primeira experiência registada de introdução de “técnicas” de Karaté no treino de Judo aparece vinculadas ao nome de Gilbert Briskine, 4º dan de Judo. Paralelamente ao ensino desta modalidade, resolveu formar uma classe de Karaté, em 1958, quando substitui no ensino de Judo, no Porto, Jakie Hugnet, 2º dan de Judo. Mas um desastre de automóvel mata precocemente aquele fugaz pioneiro nas técnicas de Karaté e só em 1965, com a chegada de António Cacho de Grenoble (França). é que o Karaté se estabelece definitivamente naquela cidade (PATRÃO, 1994, p. 26).

Na nossa investigação, descobrimos que mestre Hiroo Mochizuki, na sua biografia<sup>383</sup>, refere a vinda a Portugal, designadamente a Beja, em 1959, a partir de França, para ensinar Karaté Shotokan. Tendo em conta que o Judo Clube de Beja foi fundado em 12 de Junho de 1957 e que a prática de Judo fazia parte do currículo eclético de H. Mochizuki desde 1950, é natural que possa ter havido esse contacto com França, um ano antes do seu regresso ao Japão. O que é estranho é que tenha sido para um estágio de Karaté e não um de Judo que se tenha deslocado à cidade alentejana. É um dado a ser ainda investigado sob fontes portuguesas. Caso afirmativo, tudo aponta para que Portugal tenha tido a presença em 1959 do primeiro japonês a ensinar Karaté na Europa.

A prática de Karaté em Portugal vai surgindo na Academia de Budo, em Lisboa como “método especial” do âmbito exclusivo do “judo marcial”, em oposição ao “judo sportivo” (ACADEMIA DE BUDO, 1960, p. 20) e é também um movimento fugaz demonstrativo que estimula os mais interessados pelas artes de combate inerme.

*Em 1959, o Mestre Kiyoshi Mizuno visita o nosso país, a convite da Federação Portuguesa de Judo, sendo portador de uma missiva de Risei Kano para o M. Corrêa Pereira. Na ocasião, faz uma demonstração de*

---

<sup>382</sup> Como é interessante notar na entrevista a Leopoldo Ferreira: <[http://www.cao.pt/surya/pe\\_12\\_2.htm](http://www.cao.pt/surya/pe_12_2.htm)>, [Consulta 2005-09-25], perguntas 64-67.

<sup>383</sup> <<http://www.yoseikan.asso.fr/doc/hiroo.php>> [Consulta 2005-07-28].

*Judo, Karate-do e Aikido no dojo da Rua de S. Paulo. Estas duas Artes, então em embrião no Ju-Jutsu, são apresentadas em Portugal pela primeira vez. É no entanto em 63 que tem lugar a primeira aula de Karate-do, arte introduzida pelo Dr. Pires Martins, após estágios efectuados em França. Devido ao facto de Pires Martins ter contactado com Mestres de Shotokan e Shito-Ryu, a orientação técnica desse período foi nesse sentido. Até 68, esta Arte esteve centralizada na UBU, em Portugal (ARAÚJO, 2005 a).*



**Fig. 81 - Luís Franco Pires Martins (1925 – 2002)**

**Pioneiro do Karaté em Lisboa, em 1963 – Cortesia de ARAÚJO**

Esta vinculação do Karaté ao “Judo Marcial”, institucionalmente distinto do “Judo Desportivo” que por sua vez se institucionalizou através do movimento federativo, é, na nossa opinião, marcante para a história da modalidade pois se noutros países como em França e Espanha o Karaté vinculado ao Judo se desenvolveu inicialmente no contexto das Federações de Judo e artes similares, em Portugal, a diferenciação institucional liga o Karaté ao movimento não federado, o que marcará cerca de 30 anos de atraso federativo em relação aos outros países, embora traga um outro fenómeno que não existe nesses países: a institucionalização das artes marciais.

Esse movimento que julgamos único na Europa era coerente com a concepção original no Japão, tal como o vamos demonstrar a seguir.

Notámos já que a concepção de Henri PLÉE de Jujutsu e de Judo, perante o combate total, tinham-no levado a descobrir no Karaté um método mais “marcial”, tal como tinha invadido anos antes o espírito de HARRISON<sup>384</sup>.

*uma única técnica de karaté, se executada a sério, é capaz de infringir uma lesão fatal na sua vítima mais segura e rapidamente que o jujutsu ou judo” (HARRISON, 1955, p. 74).*

---

<sup>384</sup> Ernest Jonh Harrison (1883-1971) viveu os momentos de formação do judo no Japão na primeira pessoa, foi o primeiro ocidental a receber o 3º dan de judo e que nos escreveu em 1912 a primeira versão do livro que aqui utilizamos. É uma das referências da Meca inglesa do judo, o Budokwai, ao qual se juntou em 1919 (CORCORAN e FARKAS, 1988, p. 328).

Para este autor e judoca, o Karaté era uma “arte marcial” e o judo um “desporto”, sendo inviável, segundo ele, ao Karaté penetrar no seio da actividade desportiva através do combate tal como o fizera o Judo.

A questão central da imagem do Karaté antes da segunda Guerra Mundial, prendia-se com o facto de não se vislumbrar facilmente um ambiente competitivo em que o público pudesse ser envolvido tal como acontecia com o jujutsu, depois judo, kendo, à semelhança da luta e do boxe, entre outros. Não: o Karaté era “mortal” e só as prestações através dos Kata implicava que “só espectadores possuindo algum conhecimento prévio da arte poderiam estar interessados numa demonstração deste carácter” (HARRISON, 1955, p. 78).

Gichin FUNAKOSHI, apresenta-nos o problema e a direcção de resolução que sentiu quando abordou a questão das graduações no Karaté no início dos anos 20:

*A razão porque até agora não foram atribuídos graus no karaté é porque ainda não foi possível desenvolver shiai (encontros competitivos) como no judo ou kendo. Isto por causa do devastador poder das técnicas do karaté; um golpe no ponto vital pode provar-se fatal imediatamente. Da mesma forma, no passado o manejo da espada era apenas ensinado através do kata já que um shiai com espadas reais ou de madeira, era sempre feito com o risco da própria vida. Subsequentemente, as máscaras e luvas protectoras actuais foram desenvolvidas, e apesar disto ter trazido alguma degradação ao Kendo, permitiu aproximar-se muito mais de um desporto do que de uma arte marcial. Com investigação contínua não é irrealista que, como o judo e o kendo, o nosso karaté, possa também incorporar um sistema de graduações através da adopção de equipamentos de protecção e o banir de ataques aos pontos vitais.*

*De facto acredito que é importante irmos nessa direcção. Devo enfatizar que não estou a refutar a viabilidade de graduar o nível de uma pessoa através da observação da sua prestação num kata, os seus movimentos das mãos e das pernas, e de questioná-la sobre os significados das técnicas. O problema é que no passado o nível de cada um era publicamente reconhecido de acordo com a reputação e influência do seu professor ou do seu número de anos de prática, pondo a avaliação em chão pouco firme (FUNAKOSHI, orig: 1925, 2001, p. 27).*

A mesma operação histórica que aconteceu no Japão, reflectindo sobre a utilização da dimensão competitiva institucionalizada, reproduzia-se em Portugal.

Para dar mais um exemplo da origem, no Japão:

*MABUNI afirmava que o Karaté-dô nunca existiu para ser usado dentro de uma arena contra outros atletas treinados. Ele descreveu kumite como uma entidade completamente desenquadrada que surgiu quando o*

*karate-do se tornou uma recreação cultural influenciada não apenas pelo kendo e judo mas também pela geração mais nova dentro dos clubes de karaté das universidades altamente competitivos (McCARTHY, 1999, p. 24).*

Nas palavras de Soshin NAGAMINE:

*Não quero dizer que tenho uma opinião completamente negativa sobre o elemento competitivo no karate-do, mas apenas que sinto-o demasiado estreito. Seja em Okinawa, no Japão central, ou no mundo em geral, o jiu-kumite (combate livre) ignora os princípios aplicativos dos kata. Resumindo, jiu-kumite deve reflectir o kata, porque kata é a origem do karate-do. Sem kata, não é karate-do, é apenas socos e pontapés (Nagamine, orig: 1986, in: McCARTHY, 1999, pp. 24-25).*

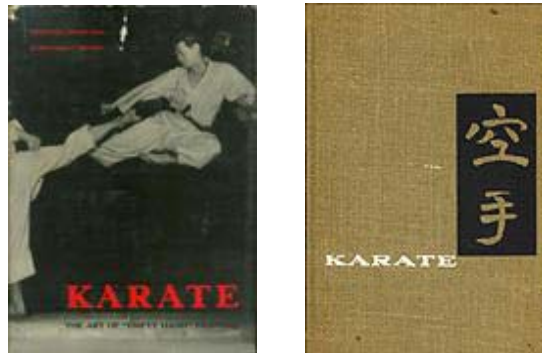
Para Henry PLÉE, a procura por um sistema mais radical na abordagem ao combate parecia-lhe estar no Karaté e procurou trazer especialistas do Japão, com base no conselho de DRAEGER, vinculando-se institucionalmente na JKA. Tinha sido esta instituição japonesa, através de NAKAYAMA, a ser convidada para integrar os cursos de instrução aos militares americanos em coordenação com o Kodokan, iniciando assim, à frente de todas as outras, uma organização institucional mais preparada para os desafios da expansão internacional em larga escala.

Foi também no seio da JKA que se desenvolveu o esforço competitivo e, do princípio de *sundome* (parar antes de bater) inerente ao treino de kumite, emerge o princípio do controlo das técnicas a serem avaliadas com base na observação dos padrões cinemáticos (forma) que permitem pressupor a função, principalmente restrita ao impacto, à imagem do Kendo. Na verdade, a pontuação prolongava a concepção de um Karaté universitário japonês assente na finalização por impacto a zonas determinadas do corpo adversário. Retirava-se a riqueza das chaves, projecções, imobilizações e estrangulamentos, inerentes ao treino interpretativo de muitos Kata.

Se aquele tinha sido o momento mágico de encontro entre a arte de Okinawa e os Budo institucionalizados por Quioto e Tóquio, um certo momento de desequilíbrio institucional da prática anterior, a entrada da Europa através de França iria acelerar também esse trajecto e, Pires Martins, com influência do Karaté em França, arranca com a institucionalização da prática de Karaté em Lisboa, institucionalmente vinculado à UBU e ao grupo do “Judo Marcial”, deixando o espaço federativo para outras aproximações.

### 3.2.7 O Nascimento Institucional Concreto do Karaté

Apesar das referências que já fizemos à prática de Karaté no Porto, em 1958, às demonstrações de Kiyoshi Mizuno, em 1959, na Academia de Budo, e ao estágio de Karaté Shotokan em Beja dirigido por Hiroo Mochizuki em 1959, com base na maioria dos poucos autores que se referem ao assunto e nos relatos obtidos dos pioneiros ainda no activo desse tempo, concluímos que se deve a Luís Franco Pires Martins<sup>385</sup> o impulso inicial da introdução de “técnicas de Karaté” no treino do budo-judo com repercussões institucionais. Raul CERVEIRA especifica que foi nas aulas de “Goshin-Jitsu” da Academia de Budo que Pires Martins começou, pouco a pouco, a transmitir os rudimentos básicos do Karaté-Do (1976, p. 10). Esta é, sem dúvida a experiência com repercussões institucionais significativas e que teve início, então em 1963.



**Fig. 82 - Hidetaka Nishiyama – 1060  
Karate – The Art of “Empty-hand” Fighting**

José PATRÃO (1994, p. 29-30) refere que a prática era muito básica, com muitos tsukis em *kibadashi* e *shizentai*, muitos *kiais* e consta ter sido seguido o livro de Nishiyama e que apenas se praticava o Kata Heian –Yodan, tendo depois evoluído com a aquisição de filmes da *Japan Karate Association* (JKA). Aquela informação é perfeitamente coerente com a edição da obra de NISHIYAMA (1960, pp. 152-167).

---

<sup>385</sup> Segundo investigações de Vitor ROSA (2005-2006) Pires Martins, tal como Corrêa Pereira, também não terminou a sua licenciatura, faltou-lhe uma cadeira num curso de matemática em Coimbra. Tornou-se, no entanto, normal a utilização da titulação “Dr. Pires Martins”. Um outro dado adiantado por ROSA é que Kiyoshi Mizuno (6.º dan) veio a Lisboa em Janeiro de 1958, fez uma pequena demonstração de Judo do Kodokan, Aikido e Karaté, no dojo de S. Paulo. Outros nomes surgirão ligados aos percursos do Karaté nacional, como Mário Rebola da Academia de Budo em Lisboa, António Cacho no Clube de Judo do Porto e depois no Bushidokan e Mário Águas na Academia Shoshinkay em Vila Nova de Gaia no Clube Mafamude (OLIVEIRA, 1992).

Nestor PEREIRA (1975, p. 170) evidencia que “o entusiasmo manifestado pelos praticantes conduziu a que fossem criadas imediatamente classes especiais de Karatê”, havendo mesmo registos fotográficos publicados da “1ª classe de Karatê” na Academia de Budo, em 1964 (CERVEIRA, 1976, p. 10).



**Fig. 83 - “Primeira Classe de Karatê” – 1964 - Academia de Budo – Lisboa Pires Martins, estando à esquerda Raul Cerveira e logo a seguir Manuel Ceia (Cortesia de Raul Cerveira)**



**Fig. 84 - Pires Martins com Raul Cerveira (Esq.) e Manuel Ceia (Dir) - 1964 Cortesia José Araújo (UBU)<sup>386</sup>**

Pires Martins entrega a direcção das aulas de Judo da Academia de Budo a Raul CERVEIRA<sup>387</sup> e as de Karatê a Manuel Ceia, substituído por Mário REBOLA em

---

<sup>386</sup> <<http://UBU.no.sapo.pt/>> [Consulta 2005-09-29].

<sup>387</sup> Que tendencialmente se vai vinculando mais ao Karatê que ao Judo, graduando-se a 1º dan a 2 de Outubro de 1966 e, depois de cumprir quatro anos de serviço militar, retoma a actividade mais regularmente com uma dinâmica organizativa excepcional, conforme referido por PATRÃO (1994, p. 66). Hoje é Presidente da Federação Nacional de Karatê – Portugal a terminar um mandato completo

meados de 1965, quando aquele desloca para França, depois de umas primeiras experiências de José Paulo Simões que, como nos referiu Raul CERVEIRA em entrevista de 2005, prefere continuar apenas como aluno do que assumir a árdua tarefa de treinador praticante. Mário REBOLA (1978), evidencia esses passos iniciais da prática autodidacta na Academia de Budo, desde o percurso inicial de Pires Martins, em 1963, até ao carácter mais sistemático introduzido por Manuel Ceia, lançando assim uma individualização do ensino do Karaté a partir de meados de 1965, só ultrapassada mais tarde com o encontro de um Mestre, em França.

Os registos fotográficos normalmente divulgados da Academia de Budo, como que de 1964, mostram exactamente essa liderança de Pires Martins graduado a cinto negro em 10 de Setembro de 1963, e Raul Cerveira e Manuel Ceia ainda não graduados a cinto negro, mas ocupando os lugares mais importantes na saudação (do lado esquerdo da fotografia, ficando os cintos brancos do lado direito), o que significa claramente que as graduações vinham na lógica da prática de Judo. Tudo aponta para que eram judocas com graduações nessa modalidade que iam fazendo Karaté e Judo e, à medida que os conhecimentos e principalmente os contactos com mestres Japoneses se vão estabelecendo em França, começam a especializar-se em Karaté.

A análise do quadro de graduações que aqui apresentamos e de toda a documentação existente, assim como das declarações dos pioneiros (Gueifão, Rebola, Simões, Cacho, Águas) a vários investigadores em acção neste momento, com destaque para o Engenheiro José Patrão e para o Dr. Vítor Rosa, leva-nos, desde logo, a identificar claramente Pires Martins como o ponto de arranque da sistematização do Karaté em Portugal, sendo mesmo a data da sua graduação de 1º dan atribuída pela UBU, ou seja por Corrêa Pereira, um dos primeiros marcos de institucionalização do Karaté em Portugal, pelo que 10 de Setembro de 1963 poderá ser simbolicamente a data de início da “época” do Karaté Português. Note-se ainda que essa graduação, apesar de ser institucional e sem o vínculo directo de um mestre ou organização japonesa, tem algum reconhecimento posterior quando em 1971 a FAJKO (Federation of All Japan Karatedo Organizations) atribui a graduação honorífica de 4º dan a Pires Martins (MARTINS, 1971). Estava encontrado um primeiro momento de reconhecimento institucional do trabalho da UBU, ainda sem o vínculo do estilo propriamente dito.

---

(2002-2005) iniciado dez anos depois de ter sido eleito como primeiro Presidente da FNK-P (1992). Cerveira é, sem qualquer dúvida, um marco da institucionalização do Karaté português, acompanhando todos os quadrantes da vida institucional.

**Quadro 1 - LISTA DE REGISTOS DE GRADUAÇÕES E TITULAÇÃO  
RELATIVA AO KARATÉ ATÉ AO MOVIMENTO FEDERATIVO (1986/1987)**

**Fonte: Livro de Registo de Graduações da UBU (Cortesia José Araújo)**

	<b>1º DAN</b>	<b>2º DAN</b>	<b>3º DAN</b>	<b>4º DAN</b>	<b>PROF.</b>
João Luís Franco Pires Martins	10-9-63			15-12-71	8-1-64
Manuel de Magalhães e Silva Ceia	28-2-66				
José Alexandre Pereira Gueifão	15-4-66	18-1-75			6-10-67
Mário Sérgio Sacadura Rebola	1-10-66	18-1-75			6-10-67
Raul Augusto Queiroz da Mota Cerveira	1-10-66	18-1-75			6-10-67
José Paulo Abrantes Simões	1-10-66				6-10-67
António Valente Pereira Cacho	11-2-67				
Mário Alberto Pinto de Azevedo Águas	28-8-67				
António Luiz Rivara Fragoso Fernandes	14-10-68				23-4-69
Ronald Ian Clark		28-4-69			28-4-69
Francisco Tomaz Loulé Gouveia	27-3-70	18-1-75			8-11-71
António Joaquim de Oliveira Fragoso Lima	31-8-72	15-1-80	17-1-84		17-1-84
Fernando Augusto Mendes de Rezende Elvas	22-4-76				
José Carlos Tomás Rodrigues Alverca	17-3-78				
José Manuel Duarte Barbosa	8-12-79				
Arlindo Mário de Moura Vieira Duarte	8-12-79				
Leopoldo António Serra Ferreira	25-5-79	16-1-81	17-1-84		29-10-80
Délio da Luz Mourato Antunes	25-5-79				
José Mário Gustavo de Mil-Homens de Matos	25-5-79				
António Jorge Baptista	21-4-80				

Mas este quadro que construímos com os dados da UBU até 1980, demonstra que o título de “professor de Karaté” é também um marco na institucionalização da carreira do que hoje se denomina por Treinadores de Karaté, pelo que 8 de Janeiro de 1964 simboliza o nascimento da institucionalização dessa carreira.

Não havia propriamente cursos de formação ou exames de titulação, como nos declarou Raul CERVEIRA, em 2005, mas havia a atribuição desse título, provavelmente pela análise da prestação do sujeito em causa por parte de Corrêa Pereira e, para os seguintes, Pires Martins.

Os marcos institucionais em Lisboa estão determinados. Vamos passar agora à região do Porto para determinar o pioneirismo pessoal e organizacional nessa região.

### 3.2.8 O Karaté no Porto

O vínculo do Karaté português com França é essencial. As referências iniciais através de um mestre, com algum conhecimento sistematizado, são trazidas pelo pioneiro António Cacho que tivemos oportunidade de entrevistar várias vezes no decorrer de 2003, 2004 e 2005.

O Engenheiro Cacho, nascido em 1940, desloca-se em 1959 para Grenoble (França), para estudar engenharia electrotécnica, no Instituto Politécnico de Grenoble, e lá conhece, como colega de estudos de engenharia, o Vietnamita Tran-Hu-Haa, que o estimula a praticar Karaté. Em 1961, Tran-Hu-Haa passa a ser o Mestre de Karaté de António Cacho no “Judo Clube de Dauphiné” filiado na “Fédération Française de Judo et Disciplines Assimilées”, até à data de regresso definitivo ao Porto, em 1965, no final do ano lectivo. Volta a França, de passagem, para um estágio intenso de uma semana com o mestre, em finais de Setembro. Obtém a graduação de 1º Kyu de Karaté Shotokan a 1 de Outubro de 1965. Na altura, Tran-Hu-Haa assina esse diploma a que tivemos acesso como “Professor de Karaté no Judo Clube de Dauphiné (Grenoble), cinto negro 2º dan” e, embora não seja explícito, mas pela graduação específica dada, assume-se ser obviamente de Shotokan.

Na verdade António Cacho recorda-se que o Mestre Tran referiu ter treinado com Tsutomu Oshima em Agosto de 1962 ou 1963, tendo tido relações técnicas também com Yoshinao Nanbu<sup>388</sup>. José PATRÃO (1994, p. 33) refere que terá sido também aluno de T. Murakami, mas Mário Águas, em entrevista de 2005, afirma-nos que provavelmente é uma referência a Armand Inatio, da escola Shotokai, por vezes confundido em fotografias com Tran, e que deu estágios na Soshinkai no Porto (FSAM, 1976, p. 49). Cacho também não conhece relações entre Murakami e Tran. No entanto, é provável que possa ter havido alguns contactos, pois se entre 1957 e 1959 o Mestre Murakami esteve vinculado a PLÉE, a seguir desvincula-se, permanecendo em França e

---

<sup>388</sup> Falta ainda identificar com precisão essas relações pois se Nanbu surge em França num primeiro período entre 1964 e 1968 (NANBU, 1976, p. 20; HABERSETZER, 2000, p. 468), Oshima tem o primeiro estágio em 1958, e depois vem entre 1959 e 1960 até antes de regressar aos Estados Unidos em 1963. Temos também relatos de Elmano Caleiro em 2005 de que Tran-Hu-Ha terá participado num campeonato japonês em Kobe. Assim, tudo parece encaixar pois a influência de Oshima terá sido possível em França de 1960 a 1963, assim como a relação com Yoshinao Nanbu a partir de 1964, levando-o até ao Japão. Só uma análise profunda de identificação de cartas e documentação para além do cruzamento de relatos dos que viveram com ele, poderá trazer alguma precisão ao assunto. As características técnicas e educativas são sempre muito elogiadas pelos que com Tran-Hu-Haa trabalharam e isso marca, portanto, uma primeira influência grande de um mestre oriental (Vietnamita) sobre o Karaté em Portugal.

iniciando a expansão do seu Karaté. Mais investigação é necessária para documentar os factos de pormenor que aqui não interessa explorar perante o objectivo proposto.

Tendo ficado combinado com António Cacho que, passado um ano, Tran viria a Portugal, aquele procurou um local para os seus treinos pessoais de Karaté e, dirigindo-se ao Clube de Judo do Porto na demanda de uma sala livre para tal finalidade, não só consegue isso, como lhe propõem criar uma classe de Karaté num horário livre. Nasce assim a primeira classe de treinos de Karaté na região Norte do País, à qual aderem desde logo os judocas Mário José Águas e o seu filho, Mário Alberto Águas, entre outros, em finais de 1965.

Nascido em 1948, tendo começado a praticar Judo, em 1958, com Jackie Hugnet, Mário Alberto Águas, como nos confirmou em entrevista em 2005, tinha iniciado com Gilbert Briskine, em 1960, os seus primeiros contactos com técnicas de Karaté dentro das aulas de Judo. De entre os entusiasmados praticantes, Mário Águas destaca José Manuel Romano que, em França, atingiu a graduação de 1º kyu, em 1963, com Yoshinau Nanbu (SKKP, 1991, pp. 16-17)<sup>389</sup>.



**Fig. 85 - M. A. Águas, M. J. Águas, Mestre Kobayashi, José Romano (c. 1962)**

**Cortesia de Mário Águas**

---

<sup>389</sup> Poderemos estar presente à referência a um dos primeiros Portugueses a fazer Karaté e provavelmente dos primeiros a chegar a cinto castanho a par do António Cacho. No entanto, é preciso investigar melhor, pois Nanbu vai para França em 1964 (HABERSETZER, 2000, p. 448; COCORAN e FARKAS, 1988, p. 360; NANBU, 1976, p. 20), pelo que poderá ter sido um pouco depois em relação à data referida por Mário Águas, ou então poderá ser outro o nome do mestre graduador. Interessa realçar o carácter motivacional que José Romano teve em Mário Alberto Águas, segundo entrevista de 2005. Romano terá ido para a África do Sul e posteriormente Londres.

Em 1965, coincidindo com a entrada na Faculdade de Engenharia, Mário Águas inicia a prática de Karaté na classe de António Cacho, através de quem vem a conhecer o Mestre Tran, em 1966.

Mantendo contactos com o mestre, António Cacho foi recebendo correspondência e comprando documentação e filmes japoneses de Shotokan do Japão, através de mestre Tran, até à sua visita em Agosto de 1966, da qual surge a fundação do Bushidokan na Rua da Alegria no Porto em 1966, marcando o surgimento do primeiro espaço físico exclusivo para o Karaté em Portugal. É o primeiro dojo especializado em Karaté, estando sob orientação de um praticante de Karaté Shotokan desde 1961, sem vínculo ao Judo, com a graduação de 1º Kyu dada pelo mestre Tran-Hu-Haa. Este exhibe a graduação de 3º dan Shotokan em 1966 sendo assumido como o primeiro mestre oriental à frente de uma entidade de Karaté no nosso país (*ibidem* p. 47).

Esta visita de Tran é acompanhada de pormenores que levam a que, em Outubro de 1966 (FSAM, 1976, p. 48), aconteça a primeira divisão institucional no Karaté em Portugal. Mário José Águas e o seu filho, Mário Alberto Águas, decidem abandonar o Bushidokan e criam a Academia Soshinkai no Clube Recreativo de Mafamude em Vila Nova de Gaia, que passa posteriormente para a Rua Pinto Bessa no Porto<sup>390</sup>, com o apoio do mestre Tran.

António Cacho, em inícios de 1967, segue o rumo da institucionalização nacional e filia a Bushidokan na União Portuguesa de Budo que era a instituição tutelar das Artes Marciais em Portugal, fazendo exame de graduação para primeiro dan por essa instituição, perante uma visita técnica oficial composta por parte quatro cintos negros: Pires Martins, Mário Rebola, Alexandre Gueifão e José Simões. Marca-se assim o afastamento técnico de Tran-Hu-Haa.

O diploma, mostrado numa das entrevistas em 2005, e de que amavelmente nos foi cedida cópia, tem a data de 11 de Fevereiro de 1967, com posterior reconhecimento técnico por parte do “Director Técnico da Secção de Karaté da UBU”, Tetsuji Murakami, assinando como quinto dan de Karaté, cerca de 1972<sup>391</sup>.

---

<sup>390</sup> Assim, a informação de PEREIRA (1975, p. 170), no sentido que é em 1967 que surgem, no Porto, mais duas Academias filiadas na UBU (a Bushidokan e a Shoshinkay) fica corrigida.

<sup>391</sup> Conforme carta da UBU consultada relativamente ao seu envio a A. Cacho. Note-se ainda que o “em 1970, M. Murakami foi nomeado Director-Técnico da secção de Karate da União Portuguesa de Budo” (PEREIRA, 1972, p. 171).

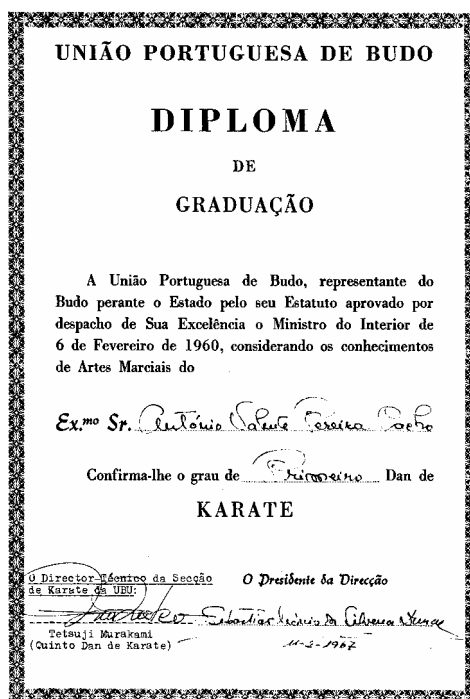


Fig. 86 - Diploma de Graduação da UBU – 1967 (Cortesia de António Cacho)

É um facto que a vinculação de Cachó ao quadro institucional português para o Karaté e respectiva graduação a 1º dan em 1967, marca o afastamento definitivo da Bushidokan do enquadramento técnico de Tran-Hu-Haa. Também é um facto que não parecem ter sido as diferenças conceptuais relativas ao modelo a seguir, já que quer a questão da institucionalização nacional quer a da direcção técnica superior eram unanimemente defendidas.

Por isso mesmo, o Engenheiro Mário Alberto Águas, graduado por Tran-Huu-Ha a 1º dan, procura o respectivo reconhecimento pela UBU, dado em 28 de Agosto de 1967, assim como nela regista a Soshinkai que, em Dezembro de 1968, cria a sua primeira filial em Coimbra dirigida por Adriano Antas (SKKP, 1991, p. 18; PATRÃO, 1994, pp. 27-28).

Por outro lado, para Mário José Águas (pioneiro praticante e dirigente da soshinkai), uma graduação só tinha sentido se dada por um técnico de artes marciais de reconhecida competência e nota-se uma certa crítica ao auto-didactismo e às auto-graduações existente na UBU naquela época (FSAM, 1976, p. 47), defendendo assim um modelo de direcção técnica superior, por parte de um especialista em Karaté.



**Fig. 87 - Orientação Técnica de Tran na Inauguração de Academia da Soshikai  
R. Pinto Bessa, 322, Porto - Outubro de 1968 - Cortesia de Mário Águas**

### **3.2.9 O Enquadramento Técnico de Topo**

A procura de um enquadramento técnico superior ao nível internacional é também defendida na UBU logo desde o início. Nesse sentido, em Lisboa, três movimentos interessantes acontecem neste final de década: Mário Rebola vai a Paris para um estágio com Taiji Kase, em 1967, que, como realça PATRÃO (1994, p. 31) ficou impressionado com o nível técnico do português; Manuel Ceia e Fernando Melo encontram Tetsuji Murakami, em França, em 1968, e o primeiro, convence Mário REBOLA a ir ao dojo de Murakami<sup>392</sup>; Ronald Clark, engenheiro electrotécnico Escocês, vindo da África do Sul onde treinou com Stan Smith, vinculado à JKA aparece na Academia de Budo em meados de 1968 para treinar e quem “por acaso” dá o treino nesse mesmo dia é Vilaça Pinto, 1º kyu na altura, cujas impressões tivemos oportunidade de registar em 2005, tendo-nos facultado documentação interessantíssima sobre a Casa da Mocidade.

---

<sup>392</sup> Patrão (1994, p. 34) refere que não encontrou o mestre Japonês, ausente em Itália, mas ficou impressionado pelo método. Mário Rebola refere: “[...] depois de uma visita a Paris em 1968, em que tive oportunidade de contactar com o Mestre Murakami e de comparar o seu método com o que pessoalmente tinha até ali conhecido no campo do Karaté, instei com o Director da Academia de Budo, Dr. Pires Martins, para que contratasse Mestre Murakami para um estágio em Lisboa.” (REBOLA, 1978, p. 15).

Ao mesmo tempo que se iniciava a expansão associativa relativa ao Karaté e às “artes marciais” na generalidade, para controlar o seu sentido seguiu-se a publicação de um primeiro diploma legal por parte do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional.

Assim, em 2 de Julho de 1968, o D-L n° 48462 faz valer como lei que “o ensino, aprendizagem ou prática das artes marciais, sob qualquer aspecto em que se apresentem e como tal qualificadas por este Departamento [o da Defesa Nacional (DDN)], com exclusão do judo desportivo” (art. 1º)<sup>393</sup> ficam condicionados à autorização (para o indivíduo e/ou para o local) e à fiscalização do referido departamento, sendo a punição de “três meses a um ano e multa” (art. 2º).

A concepção inerente, como é óbvio, foi a de que a prática de artes marciais, pela sua perigosidade implícita, deveria ser controlada nos diferentes aspectos: ensino, aprendizagem ou prática. Como se referirá mais tarde, a adopção das medidas aqui previstas “justificavam-se não só pela necessidade de reprimir o ensino incorrecto das artes marciais e conseqüente exploração do seu mercado, como também de proteger todos aqueles praticantes que, honestamente, se dedicavam e dedicam à sua prática” (D-L 507/80 de 21/10, preâmbulo).

Após a passagem de vários mestres Japoneses por Portugal a fazer demonstrações<sup>394</sup>, o ano de 1969 é um ano central para a transformação seguinte do Karaté em Lisboa, com influência no percurso do Porto. Na verdade, a consciência comum da necessidade de um enquadramento técnico de nível superior para dirigir a sua prática atinge o auge. O objectivo era o enquadramento através de um técnico japonês e isso acontece num momento em que as organizações japonesas estão

---

<sup>393</sup> Que é considerado (em § único) “exclusivamente o que é permitido pelo regulamento das técnicas para graduação, a promulgar pelo Ministério da Educação Nacional, ouvido o Departamento da Defesa Nacional”. Só muito mais tarde esse regulamento vem a ser definido.

<sup>394</sup> PATRÃO, com base nas declarações e informações recolhidas, refere que alguns mestres de Kung-Fu, Shito-Ryu e Wado-Ryu passaram por Portugal entre 1966 e 1967, ensinando na Academia de Budo em curtos períodos de tempo (1994, p. 30) e CERVEIRA (1976, p. 11) refere demonstrações no Judo Clube de Portugal, salientando mestre Suzuki que vão deixando no espírito dos praticantes a necessidade de um estágio com um mestre japonês. Apesar da visita de Otsuka ser referida como desta altura, PATRÃO referencia-la em 1970. Apenas a referência a Suzuki (7º dan) na companhia de Fuji (5º dan) é feita no Porto em finais de Agosto de 1969, chegando a dar demonstrações de Wado-Ryu, sendo o responsável por essa visita um Mr. Robertson, aluno de Suzuki em Inglaterra e frequentador da Soshinkai (SKKP, 1991, p. 20; FSAM, 1976, p. 49). Este Mr. Robertson influenciará também, mais tarde, pelas declarações de José Custódio, a passagem de OTSUKA por Lisboa em 1970, antes do Europeu de Wado-ryu no Cristal Palace de Londres.

preparadas para, de uma forma sectorial<sup>395</sup>, enviarem os seus técnicos na expansão da modalidade pelo mundo. Assim, mesmo o Karaté que se vai vincular institucionalmente em Portugal, vai ser inicialmente pela influência de mestres com as suas organizações particulares de estilo ou através das organizações institucionais de referência japonesa a um estilo.

Se no Porto a divisão emerge por razões mais políticas do que conceptuais (técnicas), em Lisboa a questão central parece ter sido primeiro conceptual e a seguir política. Vamos tentar demonstrá-lo.

O impacto que Ronald Clark tem nos portugueses é relativamente grande para a época, principalmente ao nível da metodologia do treino, passando a orientar os treinos em 1968, por sugestão de Mário Rebola, apesar das reticências de Pires Martins (PATRÃO, 1994, p. 30). Ronald Clark era “mais duro” e “mais bruto” (são palavras de Vilaça Pinto em 2005), e foi introduzindo algo de novo: o *ipon kumite*, o *gohon kumite* e o *jyu kumite*. Tal como nos declararam Luís Cunha e José Custódio em 2005, um grupo de praticantes de segunda geração (cintos castanhos) motiva-se mais para essa forma de treino, vocacionada para um trabalho que se vincula muito padrões técnicos atléticos e expressivos de procura do *ipon*, o que era a base das regras competitivas, assumindo o combate livre regulamentado a sua relevância central.

Tudo aponta para que o núcleo de praticantes mais afectos à metodologia de Ronald Clark, começa a ter pouca afinidade técnica com a perspectiva então apresentada na UBU através dos seus respectivos responsáveis técnicos e, por isso, encontram energia suficiente para iniciar um processo de desvinculação completa da prática regular na Academia de Budo. José Custódio encontra inicialmente um outro local de prática que após adaptações, passa a ser o novo local de prática. Assim nasce em 1969 o Centro Português de Karaté na Parede, inicialmente vinculado à UBU, onde passam a treinar sob supervisão técnica de Ronald Clark: José Custódio, Luís Cunha, Afonso Lopes Vieira, Carlos Pereira e mais alguns colegas.

---

<sup>395</sup> Apesar de já estar concretizada a Federação Japonesa com vários estilos, a Federação Europeia na mesma dinâmica e a Federação Mundial em emergência, as instituições de estilo veiculam a respectiva expansão a partir do Japão, com destaque para a JKA.

Por outro lado, tudo aponta para que os praticantes de primeira geração, como os pioneiros Mário Rebola e Alexandre Gueifão<sup>396</sup>, vão-se afastando das aulas de Ronald Clark. O grupo de liderança técnica da Academia de Budo motivar-se-á para uma outra procura sobre o fundamento da prática de Karaté e, assim, um outro padrão técnico, vinculado à *Nihon Karate-do Shotokai* através de Tetsuji Murakami (1927-1987), e não à JKA cuja fama é a real responsável pela sua vinda a Portugal, curiosamente.

Na verdade, é a agressividade internacional da JKA que tinha promovido institucionalmente ou através dos seus líderes técnicos os filmes, livros e revistas que, via França, iam chegando a Portugal, alimentando o auto-didactismo no Karaté e penetrando nos imaginários dos praticantes, onde fica a ideia clara, como nos diz Luís Cunha, que “o shotokan JKA é que é bom” e os campeões como KANAZAWA e Enoeda, a par dos instrutores NAKAYAMA e NISSHIYAMA, vão ficando na sua jovem retina.

A procura de um técnico japonês em terras do Japão por parte da UBU para um estágio perante a necessidade de mais conhecimento levou Mário Rebola a França, em 1967, para um estágio com Taji Kase que, por razões económicas, se verificou ser insuportável à UBU. Mas é a visita ao dojo de Tetsuji Murakami em 1968, por Mário REBOLA, que leva a UBU a concretizar o convite a esse mestre 5º dan.<sup>397</sup> (PATRÃO, 1994, p. 38).

O estágio realiza-se na Academia de Budo, de 18 a 30 de Agosto de 1969, (logo após o estágio de Sérignan Plage, França) com a participação de apenas 15 estagiários<sup>398</sup>, entre os quais os pioneiros e então cintos negros Mário Rebola, Alexandre Gueifão, da Academia de Budo assim como António Cacho do Bushidokan no Porto, para além dos cintos castanhos José Custódio e Luís Cunha, entre outros. Ronald Clark parece não ter participado. PATRÃO (1994, p. 39) refere ainda que

---

<sup>396</sup> Raul Cerveira encontra-se a acompanhar o movimento à distância, no cumprimento do serviço militar no ultramar. Manuel Ceia encontra-se em França, livrando-se desse cumprimento obrigatório.

<sup>397</sup> Curiosamente, Murakami que tinha ido treinar seis meses de Karaté JKA pagos por Henri PLÉE para poder vir ensinar esse Karaté em França, e que depois da sua saída da Academia de PLÉE e do seu posterior encontro com EGAMI, vem a conhecer os portugueses que o levarão a implantar em Portugal uma das associações pioneiras do Karaté nacional: Murakami-Kai / Associação Shotokai de Portugal. Esta decisão dos líderes técnicos da UBU não é do acordo dos alunos mais graduados e de Ronald Clark que pretendiam um japonês mais vinculado com a JKA, menos graduado e para ficar mais tempo, conforme nos referiu Luís Cunha em 2005. Parece assim ter sido a decisão em si que aprofunda o afastamento dos dois grupos pelo descontentamento provocado em alguns dos mais novos graduados.

<sup>398</sup> A cota era de 1.000\$00 o que foi uma cota alta para a época.

Myasaki da JKA terá participado nesse estágio. Essa informação é confirmada por António Cacho que nos refere ter apenas estado um ou dois dias, pelo que não fez o estágio todo. José Custódio, que também tivemos oportunidade de entrevistar em 2005, refere-nos que é por mero acaso que o mestre Japonês Myasaki, da JKA, sediado na Bélgica, vindo a Portugal e perguntando onde se treina Karaté, foi ter à Academia de Budo, onde encontra o referido estágio com Murakami. Não há, ao que parece, contactos prévios entre Miyasaki e Ronald Clark relativamente a esta visita inesperada.<sup>399</sup>



**Fig. 88 - Murakami em Estágio na Academia de Budo – 1970  
Demonstrando exercício com Mário Rebola – Cortesia J. Patrão**

### **3.2.10 A Confirmação Tulelar das Cisões Institucionais**

O segundo estágio com Murakami, em 1970, já não conta com a participação do grupo do Centro Português de Karaté da Parede, mas tem a característica do mestre Murakami ir pela primeira vez ao Porto, visitando quer o Bushidokan quer a Soshinkai, agendando-se o primeiro estágio no norte para Janeiro de 1971, a ser inteiramente suportado financeiramente pelos participantes do Norte (PATRÃO, 1994, p. 43). A Soshinkai continua vinculada tecnicamente a Mestre Tran e institucionalmente à UBU. A Bushidokan, através da UBU, vincula-se ao Mestre Murakami.

A seguir ao estágio de 1969, as diferenças conceptuais levam Custódio e Cunha a prestarem declarações públicas bastante críticas ao Karaté da Academia de Budo, no programa televisivo “curto circuito” de Artur Agostinho, no desaparecido Teatro Monumental em Lisboa, o que levou à sua expulsão oficial da UBU, e mesmo à

---

<sup>399</sup> Um dado que confirma esta coincidência é o facto de Luís Cunha, que participou no estágio, rectificar-nos essa informação em entrevista de 2005, referindo que Miyasaki não tinha participado e que só virá a Portugal para o seu primeiro estágio na Rua Almeida Brandão em Janeiro de 1971 do qual ele tem registos. Assim sendo, tão fugaz foi essa participação de Miyasaki (apenas um ou dois dias nesse estágio de 15 dias) que só na retina de alguns ficou registada.

recepção de uma ordem de encerramento do Centro da Parede por parte do Ministério da Defesa, “nunca respondida nem cumprida” (pelo que nos referiu José Custódio em 2005).

A cisão consumou-se e, assim, o Centro Português de Karaté na Parede em 1969 acaba por ser mais um centro de recursos humanos para a massificação da modalidade que se iniciava em todo o país, a par da UBU. No entanto, é o movimento pioneiro da sua organização mais competitiva.

As actividades dos jovens líderes do CPK, ao se integrarem na Mocidade Portuguesa logo desde 1969, originam um movimento de massificação ímpar na história do Karaté em Portugal. Surge um centro de actividades específico na “Casa da Mocidade de Lisboa”, na Rua Almeida Brandão, que, pelo que nos disse Vilaça Pinto em 2005, se denomina “Centro Piloto de Artes Marciais”. Numa fase inicial todos iam treinar num local e noutra, sendo o Arquitecto José Custódio o homem dos contactos institucionais. Começa a haver algumas verbas estatais para organização de actividades através da tutela portuguesa, também aproveitadas para uma dinâmica mais competitiva: “Nós pensamos que só a competição é que nos faz progredir” (José Custódio in: VALADARES, 1971, p. 29).

### **3.2.11 A Dinâmica Competitiva Inicial e as Graduações Institucionais**

No dia 19 de Janeiro de 1970 organiza-se no Colégio Salesiano no Estoril, a primeira prova competitiva de Karaté em Portugal, segundo os “regulamentos internacionais”, para citar as várias notícias emitidas nos jornais<sup>400</sup>. Esta prova competitiva, aberta a todos os clubes interessados, teve como vencedor Luís Cunha do Centro Português de Karaté, como 2º classificado o José Custódio também do CPK, e como 3ºs classificados, Manuel Almeida do Bushidokan<sup>401</sup>, Porto, e Afonso Lopes Vieira do CPK. Os combates foram arbitrados por Ronald Clark.

---

<sup>400</sup> Diário Popular de 23/1/1970; O Século de 19/1/1970; Diário de Notícias de 16/1/70 e de 20/1/70.

<sup>401</sup> António Cacho participará fugazmente no movimento competitivo institucionalizado nacional que se abre claramente em 1970, mas manter-se-á vinculado institucionalmente à UBU e ao seu futuro director técnico (Murakami), onde a competição institucionalizada era mal vista, havendo mesmo legislação que obrigava a autorização superior para a realização deste tipo de eventos. Cacho referiu-nos que muitos alunos desistiram do Karaté por falta de institucionalização competitiva do Karaté nacional e pelas

Nos dois dias antecedentes à competição iniciada às 11 horas, houve um curso-estágio “dirigido pelo Eng.<sup>o</sup> Ronald Clark, cinto Negro da Japan Karate Association”<sup>402</sup>, “instrutor-chefe do clube” da Parede<sup>403</sup>, centrado essencialmente no aspecto do “shiai kumite” (competição de combate). Trata-se então da primeira acção de formação específica para competição de que há registo, juntando exclusivamente os praticantes da Parede<sup>404</sup>. Não conseguimos identificar documentalmente os clubes participantes (inscritos), mas, como nos disse Cacho em 2005, “é fácil: éramos 4 centros na altura (Academia de Budo, o CPK na Parede, a Bushidokan e a Soshikai) e só nós aceitámos o desafio do CPK”.

A seguir a esta prova, no entanto, e segundo palavras da Federação Portuguesa de Karaté em 1990, compilada pelo Dr. Rómulo Machado (“Breve História” in: FPK, 1990), seguiu-se “um período de certa estagnação em termos de competição aberta ao público, devido à política repressiva de que a modalidade foi vítima e que culminou com a criação da Comissão Directiva de Artes Marciais em 1972”.

Esta orientação técnica competitiva liderada pelo CPK, fundada institucionalmente na nova estruturação desportiva dentro da Mocidade Portuguesa, e assim, com alguma viabilidade económica, marca os passos seguintes a um ritmo interessante. Como nos referiu Luís Cunha em 2005, não conseguindo obter resposta oficial de Keinosuke Enoeda (1935-2003) da JKA às suas cartas, Ronald Clark, através de um amigo Inglês<sup>405</sup>, consegue que Hironori OTSUKA passe por Portugal a caminho de um estágio e torneio europeu.

Assim sendo, o Centro Português de Karaté organiza um conjunto de demonstrações de Karaté com o fundador do Wado-Ryu, Hironori OTSUKA, acompanhado do seu filho Jiro Otsuka (6º dan) e de Tatsuo Suzuki (7º dan) em

---

perspectivas que ele resolveu dar ao Bushidokan ao se vincular ao modelo de Murakami, embora sempre adaptado à sua leitura. O desafio do CPK feito na altura, soube bem ao Engenheiro Cacho que recordou connosco alguns pormenores dessa participação.

<sup>402</sup> O Século, 19/1/70.

<sup>403</sup> Diário de Notícias, 16/1/70.

<sup>404</sup> Em 2005, Cacho refere-nos que não participaram no estágio. Só na competição.

<sup>405</sup> Que José Custódio nos confirma ter sido o mesmo Mr. Robertson, aluno de Suzuki em Inglaterra e frequentador da Soshinkai no Porto, onde, em finais de Agosto de 1969, tinha levado o mestre Tatsuo Suzuki (SKKP, 1991, p. 20; FSAM, 1976, p. 49). O Sr. Robertson, frequentador do CPK na Parede é também instrumental neste contacto ainda sem consequências para o futuro do Wado-ryu em Portugal. Suzuki teria de aguardar até Março de 1977 para, com intervenção do Judo Clube de Portugal, se enraizar definitivamente o Karaté Wado-Ryu em Portugal.

Fevereiro de 1970, no Liceu Pedro Nunes em Lisboa, tendo sido um sucesso em termos de público e movimentando vários praticantes da modalidade (referido por vários pioneiros em 2005, com destaque para Luís Cunha e António Cacho<sup>406</sup>).



**Fig. 89 - Hironori Otsuka (1892-1982) em Portugal – 1970**

**Cortesia J. Patrão**

Um grupo da Parede desloca-se para Londres, frequentando o longo estágio de Wado-ryu e o respectivo 1º torneio aberto europeu iniciado a 27 de Fevereiro de 1970 no *Cristal Palace*, onde estes mestres são cabeça de cartaz demonstrativo. Ali José Custódio contacta finalmente com Keinosuke Enoda (1935-2003) da JKA<sup>407</sup> onde refere que treinavam com Clark, aluno de Stan Smith da África do Sul, obtendo assim o apoio do “bisavô”<sup>408</sup> e, através deste contacto, acabam por ir estagiar (Karaté Shotokan JKA) à Bélgica, em Agosto, com Toru Miyazaki (4º dan da JKA), participando numa competição europeia denominada Euro-Karaté, organizada em Bruxelas em 5 e 6 de Setembro de 1970.

Este trajecto culmina com o 1º Estágio de Shotokan JKA em Portugal com o mestre Miyazaki<sup>409</sup>, em Janeiro de 1971, onde passam na graduação de 1º dan apenas José Manuel Custódio, Luís Almeida Cunha e Afonso Lopes Vieira, “os primeiros três

---

<sup>406</sup> “Até se penduravam nos candeeiros” foi a expressão usada.

<sup>407</sup> Ouvindo Luís Cunha o conselho de mestre Suzuki: “if you contact both sides you will have problems”.

<sup>408</sup> Pela linhagem Enoda considerou-os bisnetos (Depoimento de Luís Cunha em 2005).

<sup>409</sup> As informações de PATRÃO retiradas de relatos da publicação *Tele Judo Karaté* devem assim ser mais investigadas. A informação proporcionada durante a entrevista a Luís Cunha, António Cacho e José Custódio foi evidenciando os factos que complementam os conhecimentos deixados sobre a dinâmica associativa. A visita de Miyasaki ao estágio de Murakami como casual e fugaz é a interpretação de José Custódio. O registo de relatos deve, no entanto, continuar a ser recebido.

cintos negros, reconhecidos pelo Japão” e “os únicos portugueses que entrámos nos campeonatos europeus” (José Custódio in: VALADARES, 1971, p. 29). ‘



**Fig. 90 - 1º Estágio da JKA em Portugal – Toru Miyazaki – 1971  
José Custódio, Luís Cunha, Carlos Pereira e Vilaça Pinto entre outros**

Simultaneamente o CPK recebe a certificação (nº 219) da aprovação de membro da Japan Karate Association emitida a 30 de Janeiro de 1970<sup>410</sup>. Aquilo que tinha sido iniciado como um “projecto Shotokan JKA” com Ronald Clark e que passou a ser momentaneamente um “projecto Wado”, voltou a assumir os contornos de um “projecto Shotokan JKA”.

O grupo da Academia de Budo fica, através de Murakami sensei, vinculado à *Nihon Karate-do Shotokai* (Shotokai)<sup>411</sup> liderada pelo Mestre EGAMI no Japão, enquanto o grupo CPK fica vinculado à *Nihon Karate Kyokai* (JKA) liderada pelo Mestre NAKAYAMA. No Porto, enquanto o Bushidokan de António Cacho fica ligado à UBU, mas vai participando na actividade competitiva aberta do CPK, a Soshinkai de Mário Águas vai robustecendo a sua relação com Tran-Hu-Haa (até 1979), embora vinculada institucionalmente com a UBU.

A passagem de Suzuki e OTSUKA por Portugal ainda não tinha vencido a prioridade assumida pela tendência Shoto que se notou a nível internacional, pela estratégica imagem de organização que a JKA conseguiu inculcar desde o pós guerra no Japão, na América do Norte e no mundo.

O Karaté que nascera em Okinawa e que se tinha robustecido institucionalmente no Japão comprovou que quem chegou primeiro, iniciou a institucionalização internacional com frutos que se notaram claramente em Portugal, através de França e Inglaterra.

---

<sup>410</sup> Tivemos oportunidade de consultar esta documentação fornecida por Rómulo Machado em 2005.

<sup>411</sup> Murakami adere em 1967 a esta organização e à linha de EGAMI.

Como é óbvio, esse modelo reproduz-se em Portugal, mas sem a mesma estratégia organizacional em torno de um movimento federativo. Não arrancando para uma Federação de Karaté como no caso do Judo ou mesmo o caso francês para o Karaté, a massificação vai-se fazendo em Portugal sobre duas questões centrais: o ensino massificado do Karaté nacional através do apoio da Mocidade Portuguesa que alimentou também a Internacionalização pró-federativa através do CPK. Essa movimentação internacional com apoios públicos, no entanto, é feita fundamentalmente através da “Amateur Karate Center of South Africa” pelo contacto de Ronald Clark com Stan Smith e, por aí, na JKA (Japão). No entanto, surge finalmente também a vinculação à WUKO: World Union of Karatedo Organizations (VALADARES, 1971, p. 28), o primeiro movimento institucional horizontal e não exclusivamente JKA, através de um contacto que José Custódio faz com Jacques Delcourt, conforme declarações daquele pioneiro.

### **3.2.12 A Massificação do Karaté na Mocidade Portuguesa e a CDAM**

A dinâmica do Karaté na Casa da Mocidade, na Rua Almeida Brandão, através do respectivo Centro de Actividades<sup>412</sup> desde 1969, é a base para o surgimento de mais gente importante para o desenvolvimento do Karaté em Portugal: Vilaça Pinto retoma as actividades interrompidas por compromissos profissionais, José Ramos e José Gomes Pacheco, aderem à prática e o grupo dos não desistentes vai-se robustecendo, tornando-se a Casa da Mocidade um centro importante de prática massificada de Karaté. Mas ainda está para ser dado um passo mais ousado.

A 18 de Maio deste ano, por despacho do Gabinete do Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, no Ministério da Educação Nacional, é criado o Centro Nacional Juvenil de Karaté na Direcção dos Serviços de Actividades Desportivas e de Ar Livre. “É nomeado, com efeitos desde 1 de Maio [...], como Director do Centro, o Inspector de Actividades, Arquitecto José Manuel Monteiro Custódio [...]” (nº 80/71/GCN).

A estruturação nacional da experiência da Casa da Mocidade de Lisboa, teve um robustecimento financeiro e estrutural importante, permitindo um enquadramento

---

<sup>412</sup> Que nos dizem ter-se chamado “Centro Piloto de Artes Marciais” (Vilaça Pinto, em 2005).

técnico mais forte, permitindo trazer mestres japoneses com uma frequência relativamente grande (Enoeda, Shimohara, Kato, Kanazawa, etc.), o que faz evoluir bastante o nível de prática e as graduações dos praticantes.

Os técnicos vão rodando entre si pelos centros de prática que, entretanto, vão surgindo, já que a perspectiva é nacional, o que se junta à grande procura de prática de Karaté dos anos 70. O Centro Nacional Juvenil de Karaté expande a prática para Setúbal, Faro, Coimbra, etc., e é através do grupo mais próximo da Rua Almeida Brandão<sup>413</sup> que se inicia essa dinâmica expansionista importante. Embora fosse José Custódio o responsável nominal pelo Centro estatal, os operacionais técnicos e financeiros da Almeida Brandão eram Carlos Pereira e Afonso Lopes Vieira, imediatamente seguidos de Vilaça Pinto, João Frade e Diogo Amado a quem se juntam José Ramos, José Gomes Pacheco (Peté), entre outros.

No mesmo grupo de interesses, o núcleo da linha do Estoril, com liderança de José Custódio, Luís Cunha e, na segunda linha, Fernando Couto, centrado inicialmente na Parede onde adere ainda Rómulo Machado<sup>414</sup> em 1971, expande-se a Paço d'Arcos e Bombeiros Voluntários do Estoril, onde se cedia após encerramento da Parede em 1975.

Toda esta visibilidade de 1971, aumentada com uma certa tensão interna entre grupos, adicionada à expansão de outras actividades como é o caso do Aikido, leva à preparação de nova legislação. No entanto, nota-se que o paradigma da “perigosidade” é fundamental, pelo que a legislação seguinte tem em vista o “controlo” das “artes marciais” em Portugal, levando a tutela a criar uma supra-estrutura de “controlo” das diferentes instituições existentes.

No D-L 105/72, de 30-3, é explicitado no art. 1º-1 que a “prévia autorização” já referida anteriormente em 1968, se alarga à “realização de exposições abertas ao público” (al. c) e à “filiação em organismos internacionais” (al. d). No nº 2 do mesmo artigo são definidas como “artes marciais, as modalidades designadas por aikido, budo-judo, karate, kendo, kumi-tachi, najinata, bojitsu e outras que se devem considerar semelhantes, pelos processos nelas utilizados e pela sua perigosidade”.

---

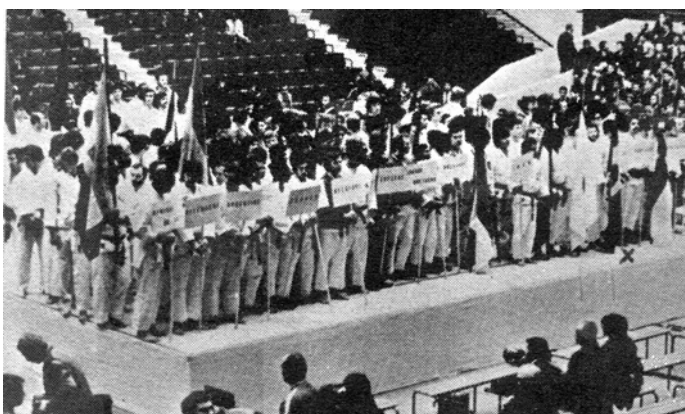
<sup>413</sup> Nomes que ouvimos de vários relatos foram “Casa da Mocidade” e “Centro Piloto de Artes Marciais” (Vilaça Pinto, 2005).

<sup>414</sup> Que decidiu claramente fazer Karaté depois de ver a demonstração feita no programa “Curto Circuito” por volta de Agosto ou Setembro de 1971, conforme nos referiu em entrevista em 2005.

São também definidas condições de ensino, prática e aprendizagem individuais, como sejam a “conveniente aptidão psicofisiológica” e “idoneidade moral e cívica, com acatamento da ordem social estabelecida” (art. 2º-1).

É também criada a CDAM “Comissão Directiva de Artes Marciais, à qual incumbe superintender nas actividades respeitantes ao exercício das mesmas artes” (art. 5º-1), dando-se, mais à frente, as suas competências especiais, onde se incluía a assistência técnica por intermédio do seu conselheiro técnico<sup>415</sup>, sem qualquer explicitação ao processo de formação de quadros.

A CDAM, em 1972, vem, assim, assumir o nível de controlo até então assegurado pela UBU. Instala-se uma visão conceptual completamente antagónica ao movimento inicialmente criado. Em vez de surgir uma federação dos diferentes clubes e associações da modalidade, optou-se tutelarmente por uma entidade reguladora, com perfil fiscalizador e com uma concepção assumida que o Karaté, e as restantes artes marciais, não são actividades semelhantes ao Desporto do ponto de vista da sua organização, como veremos mais à frente.



**Fig. 91 - 2º Campeonato do Mundo WUKO, Portugal assinalado na Cruz**

No percurso normal em relação ao previamente estabelecido, os líderes do CPK na Parede e na Rua Almeida Brandão continuam o seu trabalho e prepara-se a ida a Paris para os II Campeonatos do Mundo organizados pela WUKO de 21 a 22 de Abril de 1972. Portugal participa, formalizando, de forma explícita, a sua visão de um dos papéis do Karaté na sociedade moderna. O CPK, sentindo-se como natural movimento

---

<sup>415</sup>Que vem a ser o Sr. Comandante José Manuel Fiadeiro.

mais representativo dessa intenção, assume a respectiva participação no congresso, liderada por José Custódio, noticiando-se em Portugal a aprovação dos “estatutos que consideram este desporto como modalidade Olímpica pelo que será integrada nas Olimpíadas de 1976”.<sup>416</sup> Esta participação foi antecedida de um Torneio Europeu em 11 de Março de 1972 na Bélgica (Euro-Karate/72).

Este movimento de internacionalização horizontal é acompanhado de um importante movimento de formação técnica vertical que se prolongará até aos meados da década de 80. Em Dezembro de 1972, Afonso Lopes Vieira, Vilaça Pinto e José Gomes Pacheco resolvem ir para o Japão, passando pela Bélgica, para chegarem em 1973 aos treinos da JKA, regressando em 1975. Nesse percurso de formação técnica que terá como retorno apenas dois técnicos que ainda hoje lideram o Karaté Nacional, como é o caso de Vilaça Pinto e de José Pacheco, teremos o crescimento de uma outra fonte energética que promoverá o direccionando de uma prática com reflexos políticos institucionais em 1975.



**Fig. 92 - 1º e 2º livros portugueses de Karaté (1972 e 1973)**

É também em 1972 que aparece o primeiro livro de Karaté feito por um autor português: Ruy de Mendonça. Este praticante de Judo e Karaté, altamente influenciado pela vida e obra de Bruce Lee, funda, em 1973, a “Internacional de Kung Fu” através da qual promoveu uma actividade editorial notável que marcou a ideia central com que chegava até nós a informação específica sobre as artes marciais e o Karaté em particular.

---

<sup>416</sup> O Século: 21/4/72.

Na verdade, Ruy de Mendonça é exemplificativo do marasmo institucional em que se encontrava o Karaté. O seu primeiro livro é um trabalho de divulgação onde se nota bastante a influência Shotokan, mas não só. Não tendo inicialmente dúvida em classificar o Karaté como um desporto, referencia os diferentes aspectos que acha ligados à modalidade, da história à perspectiva Zen, sendo também de destacar o trabalho de Nestor PEREIRA sobre a história do Karaté Shotokai que temos vindo a citar. Nota-se que as fontes são primordialmente da UBU, citando nos “Endereços úteis para a Prática do Karate”, 18 centros: Academia de Budo, Judo Clube de Portugal, Judo Clube de Lisboa, G. C. D. da TAP, CAT, Banco Tota e Açores, Banco Espírito Santo, Kiu-Shu-Kan, Atneu Comercial e Clube Alberto de Sousa em Lisboa; Centro de Educação Física e Budokan de Cascais; Bushidokan e Soshinkai do Porto; V.F.C. de Setúbal; Centro de Karaté do Montijo; Judo Ginásio de Portimão; Sport Clube Conimbricense de Coimbra. Nota-se que não são citados os centros referentes ao CPK, e mesmo no texto e nas fotografias, são apresentadas exclusivamente referências ao grupo Murakami, com destaque para Raul Cerveira que, com a sua vinda do serviço militar da Guiné, dinamiza nesse início dos anos 70 o Karaté com uma dinâmica imparável a partir do Judo Clube.

No seu segundo livro já integra informações não só referentes à UBU, alargando nos parágrafos referentes à história do Karaté em Portugal informações relativas ao CPK, com relevo para uma fotografia da participação no mundial na página 53, e à Soshinkai, embora com imprecisões desculpáveis para os objectivos da obra.

Mas o mais interessante, quanto a nós, é a sua conclusão ao se referir ao fenómeno separatista institucional que estamos aqui a tratar:

*[...] a tendência feudalista do karate também tem feito a sua segregação no país, separando os praticantes nos dois estilos Shotokai e Shotokan.*

*Este fenómeno de individualidade é típico das Artes Marciais, e confunde bastante o iniciado. Com efeito como se pode compreender que as mesmas bases técnicas tenham tantas diferenças de interpretação? [...] É que o karate é um fenómeno de procura intensa da realidade! O indivíduo que se integra nessa procura não se detém perante nada para encontrar o que ele considera a verdade! Vai, se necessário até ao fim do mundo, buscando mestres que saciem essa sede de tocar as profundidades do ser. [...] quase sempre a verdade está na nossa própria casa. Todo esse imenso movimento de participação é subjectivo e nada atinge. Prestígio, títulos, taças, em karate, são no fundo ilusões do humano, que não visam directamente a tal realidade e que passam, transitoriamente pelas fases glandulares da juventude. O que na verdade fica de tudo isso é a densidade*

*e espontaneidade da «via», de que só mais tarde nos apercebemos quanta beleza e delícia tem! (MENDONÇA, 1973, p. 35-36).*

Em primeiro lugar, com este relato da época, concluímos a dificuldade que um indivíduo, atento à horizontalidade do Karaté, teria a descortinar o “marasmo” institucional da época. Faltava o quadro de referência que hoje é possível identificar e na altura era difícil, pois obras como as de DRAEGER (1973, 1974) não eram muito procuradas ainda, tendo poucas fotografias e desenhos técnicos que, fundamentalmente, era o que procuravam os praticantes. Tal como temos vindo a perceber, podem-se identificar, desde logo, duas diferentes ordens de grandeza institucional, destacando-se aqui a ordem vertical, ou seja, uma dinâmica associativa numa mesma lógica vertical de Karaté, onde os alunos aprendizes identificam conscientemente o mestre como detentor do conhecimento e do poder pretendido, e onde as regras são hierarquicamente assumidas com consciência da sua fraca margem de liberdade como alunos aprendizes dependentes do conhecimento superior. É um sistema a dá origem ao associativismo em torno de um estilo próprio, com a sua organização internacional e, assim, os seus campeonatos da Europa e do Mundo, tal como a JKA liderada por NAKAYAMA, ou a Wado-kai liderada por OTSUKA, para focar as duas com que os nossos competidores se cruzaram até aquele momento.

Sem uma posição clara nessa ordem vertical, o resto parecia ser o caos organizacional e, como vimos, nasce a descrença nas instituições do Karaté e, até certo ponto, a sua descredibilização. Juntar a esta característica institucional japonesa a visão coreana e chinesa, complementadas com as artes marciais vietnamitas, tailandesas, etc., a saída pessoal encontrada por aquele autor foi a fundação da sua “Internacional de Kung Fu”, institucionalizada mais tarde em 1976 e, seguindo o praticante, actor e autor Bruce Lee, encontrou uma denominação desvinculada verticalmente de outros sistemas, “Kung Do Te”, usando como sigla um símbolo com os ideogramas que se lêem em japonês Bu Dô e em chinês Wu Tao.



**Fig. 93 - Bu Dô – Símbolo da Internacional de Kung Fu e do Kun Do Te  
Ruy de Mendonça (1942-2005)**

Ruy de Mendonça não se integra na ordem vertical de uma das linhas e estilos estabelecidos em Portugal, nem funda uma linha com credibilidade similar às assumidas pelos seus pares de Karaté. Cria uma instituição própria que se para uns é prematura ou mesmo enganadora, para outros foi um grito português de afirmação eclética no espaço da divulgação das artes marciais em Portugal. Não teve repercussões institucionais directas, mas teve-as indirectas, pois divulgou o Karaté, assim como outras artes marciais e fomentou a prática inicial de alguns praticantes que posteriormente aderiram ao Karaté.

### **3.2.13 A Diversificação Vertical**

Por outro lado, o Karaté expande-se em Luanda (Angola) e Lourenço Marques (Moçambique). Elmano Caleiro, entrevistado em 2005, referiu-nos ter estado em Angola uma semana de 1972, em trânsito para Moçambique, onde havia um cinto castanho que tinha, entre os vários alunos, António Silva e Jaime Pereira. António Silva, entrevistado em 2005, refere-nos exactamente esta visita que os maravilhou já que era um cinto negro a visitar o grupo Angolano, orientado na altura por José Melo, 3º kyu, em Luanda como estudante universitário.

José Melo que iniciou a prática de Karaté em Coimbra, em 1969, adere depois ao Centro Nacional Juvenil de Karaté e a partir de 1971 há uma unificação de dois grupos de prática no Liceu D. João III (E. S. José Falcão), e, após o exame de 3º kyu com Kanazawa num estágio em 1972 na R. Almeida Brandão em Lisboa, desloca-se para cumprir o serviço militar em Angola de 1973 a 1975.

António Silva, depois do Judo, em 1958, adere ao Karaté dez anos mais tarde através de José Ramos<sup>417</sup> (6º kyu), da Academia de Budo. Cruzando-se as informações obtidas de António Silva, José Ramos e José Melo, em 2005, o estágio de Carlos Pereira e João Frade, em Luanda, em 1973, marca a consciência de alguns conflitos internos na Academia de Artes Marciais que Jaime Sequeira Pereira diz ter fundado (PEREIRA, 2004, p. 19) e que pelas declarações recebidas parece ainda funcionar na Sagrada Família até um certo momento de 1973.

Afirma-se essencial entregar a prática a um instrutor com mais disponibilidade que José Melo (3º kyu) e Artur Serrano (2º kyu) que, em cumprimento do serviço militar obrigatório, tinham dificuldade em assegurar as classes da modalidade. Nesse sentido é contratado de Lisboa José Ramos (1º kyu) para ir a tempo inteiro orientar a Academia, dando continuidade ao seu desenvolvimento, mesmo depois durante o seu serviço militar, onde permanece até 6 de Novembro de 1975. Jaime Pereira e António Silva, são dois dos praticantes que têm continuidade no Karaté nacional até aos dias de hoje.

Este estágio e este processo marcam também o início de uma cisão entre os grupos de prática e Jaime Sequeira Pereira leva a Academia de Artes Marciais para a Vila Alice e o grupo da Sagrada Família funda o CAK: Centro Angolano de Karaté.

Note-se que após o 25 de Abril, e com indicação do Comandante Fiadeiro do final da responsabilidade da CDAM em Angola, à qual estavam vinculados os dois centros de Karaté, e com a sugestão de contactarem a África do Sul para enquadramento técnico, via Stan Smith na linha Shotokan em que se encontravam (JKA), é organizado um estágio em finais de 1974 com Derrick Geyer (3º dan na altura), decorrendo os treinos nos dois centros de prática em causa, sendo graduado António Silva a 5º kyu, Jaime Pereira a 3º kyu, José Melo a 2º kyu e José Serrano a 1º kyu.

Jaime Sequeira Pereira, depois de um percurso em 1975 pela África do Sul onde é graduado a 1º kyu, e no Japão onde treina Shotokan e Goju-Ryu, vem mais tarde fixar-se no Porto em 1976 (PEREIRA, 1979) onde se vem a tornar um dos líderes do Goju-ryu de Okinawa em Portugal, estilo que passa a abraçar através da linha liderada por Morio Higaonna, participando na fundação da IOGKF. Posteriormente vai para Lisboa, por volta de 1984, aderindo à FPK com o CPK e a UKA, ficando a liderança

---

<sup>417</sup> Um outro José Ramos que não o que mais tarde lá chega.

técnica da linha de Goju-Ryu de M. Higaonna a cargo de Jorge Monteiro a partir do Porto.

Elmano Caleiro, a quem devemos os dados relativos ao Karaté em Moçambique em entrevista de 2005, tendo iniciado o percurso autodidacta em Karaté por volta de 1964, em Portugal, com contactos fugazes em França ao Karaté de Yoshinau Nanbu, desloca-se para Moçambique, em Dezembro de 1964, onde ainda não havia ninguém a liderar o ensino de Karaté, pelo que, em “grupo de garagem”, vai fazendo as suas experiências até à entrada no serviço militar, iniciado em 1965 e terminado em 1968. Em 1968, existe um grupo liderado por um cinto castanho da Academia de Budo, Gonçalo Mesquitela, grupo a que adere Elmano Caleiro, durante cerca de 5 meses, até conhecer, em 1969, Fernando Cruz, 1º dan do estilo Shito-ryu (linha Shukokai) radicado em Salisbury, na Rodésia, que, mudando radicalmente a sua vida, lhe permite ir estagiar prolongadamente com o mestre Shigeru Kimura<sup>418</sup> na Rodésia e África do Sul, de 1968 a 1972. Vai depois, em 1973, 1974 e 1975 estagiar prolongadamente aos Estados Unidos da América com o seu mestre que se desloca a Portugal em 1976, após a fixação definitiva de Elmano Caleiro em Portugal, em 1975, com a fundação oficial da AKP (Associação Karaté-Do Portugal) em 1975<sup>419</sup> vinculada aos estilos Shito-ryu e suas variantes Shukokai e Sankukai.

O ano de 1978 marca o seu relacionamento institucional directo com o Japão saindo da linha Shukokai de Kimura que é continuada por Marcelo Azevedo. Este outro pioneiro do Karaté iniciou em Moçambique com Elmano Caleiro em 1969, recorda bem o estágio de Kimura em 1971 em Moçambique, vai aos Estados Unidos em 1975 onde se gradua a 1º dan e, embora tentasse ficar em Moçambique, volta em 1976 a Portugal onde continua a representatividade de Shukokai, institucionalizando-se a Associação Portuguesa de Karaté Shukokai em 1979.

Outro nome pioneiro ligado ao Shito-ryu é Gomes da Costa, fora do país desde 1965 para estudar artes marciais, é graduado a 1º dan, em 1968, por Yoshinau Nanbu, participando em várias competições. Viaja para o Japão em finais de 1970, participando em 1973 com Vilaça Pinto, José Pacheco e Afonso Lopes Vieira no Campeonato do Mundo de Shotokan em Tóquio, representando Portugal, vindo para Portugal em 1975,

---

<sup>418</sup> Aluno de Chojiro Tani, também professor de Yoshinao Nanbu.

<sup>419</sup> Também há referência em entrevista dada a Cerveira (1978, p. 10) a 1978. Aqui usamos os dados do próprio protagonista em 2005.

fundando a União de Karaté do Algarve<sup>420</sup> que será um motor institucional importante para o Shito-ryu e para o processo competitivo nacional e internacional, com destaque para a I Taça de Karaté do Algarve a 20 de Junho de 1976 com a participação do Shotokan do CPK e da ASKP, do Shito-Ryu da AKP e da UKA e mesmo do Shotokai da ASP, tendo sido ganha a disciplina de Kumite por Luís Cunha e a de Kata por Gomes da Costa. Após o evento competitivo de 1970 organizado pelo CPK da Parede, com participação do Bushidokan de António Cacho, este é o momento competitivo que poderemos considerar o “2º Campeonato Nacional”, mas, dada a sua expressão horizontal no movimento pós-associativo, a primeira prova com a intervenção do Shito para além do Shoto. Faltava ainda a entrada do Goju-Ryu e do Wado-Ryu em Portugal para encaixilhar o modelo Japonês de organização horizontal.<sup>421</sup>

Alguns Japoneses introduzem em Portugal outros estilos de Artes Marciais que são berço de vinculação posterior ao Karaté. Em 17 de Maio de 1975, Mitsuro TSUSHIA (1976), 3º dan de Nippon Kenpo, funda em Lisboa (Sapadores) a Escola de Budo onde, com outros mestres convidados se ensinava Shorinji Kempo, Aikido e Iaido, e em 2 de Outubro de 1976 chega o seu amigo convidado Katsumune Nagai aluno de Seigo Tada que foi o fundador da Seigokan, iniciando assim a divulgação do Goju-Ryu em Portugal. O mestre Nagai é apresentado como “4 vezes campeão da Seigokan All Japan Karate Do Association” (PINHEIRO, 2001, p. 1), germinando posteriormente, em 1976 a consolidação firme do Goju-ryu Seigokan através da AKSP (Associação Karaté-do Seigokan de Portugal). Este grupo, principalmente com a intervenção do dirigente João Salgado, hoje secretário-geral da FNK-P enriquece com o Goju-Ryu de linha Japonesa o movimento horizontal que tardiamente se desenvolve, aproximando-se a organização nacional do modelo Japonês com quatro estilos. Note-se ainda que o Wado-Ryu não se tinha desenvolvido e que estava em embrião de desenvolvimento uma outra dinâmica de vinculação vertical institucional: a linhagem com Okinawa, através do Goju-Ryu de Okinawa, como já referimos.

Assim sendo, através de várias operações, o Shotokan e o Shotokai perdiam a hegemonia, alargando-se, portanto, o número de praticantes em novos movimentos verticais associativos. No entanto, acontece um outro tipo de divergência no

---

<sup>420</sup> Todos estes dados foram retirados de um artigo na Gazeta dos Desportos de 18 de Dezembro de 1981, p. 20.

<sup>421</sup> Note-se que há registos feitos pela FPK sobre o impedimento pela CDAM da realização da segunda edição desta prova no ano seguinte.

desenvolvimento associativo vertical, dentro do mesmo estilo e mesmo dentro da mesma linha. É o caso seguinte.

### **3.2.14 A Cisão Intra-Vertical Inicial**

Em 1975, o CPK segue o percurso da institucionalização natural e funda-se a Associação Desportiva Centro Português de Karaté, com liderança de José Custódio e de Luís Cunha e funda-se a Associação Shotokan Karatedo de Portugal com liderança de Carlos Pereira, Vilaça Pinto e Peté Pacheco. Formaliza-se a cisão entre o grupo da Parede e o grupo da Almeida Brandão em Lisboa, retirado da Mocidade Portuguesa mesmo antes do 25 de Abril por decisões tutelares.

O movimento no Shukokai divide-se também entre uma linha de continuidade (APKS) e uma linha de afastamento da perspectiva de Kimura por parte de Elmano Caleiro (AKP), originando uma separação institucional na representação internacional.

Também no Shotokai acontece o mesmo. Em 1978, Raul Cerveira abandona a Associação Shotokai de Portugal (ASP), aderindo, posteriormente, à linha Shotokai do Mestre Mitsusuke Harada (Inglaterra), dando origem à APK. Em 1980, António Cacho, Humberto Miranda, António Cunha e Manuel Alves, abandonam a ASP aderindo à escola Shotokai de Mestre Atsuo Hiruma (Espanha) que realiza o seu primeiro estágio em Portugal, nascendo a ABAM, a quem se junta em 1982, o pioneiro Manuel Ceia (PATRÃO, s.d.).

A dinâmica de saída do pioneiro Raul Cerveira da linha de Shotokai do mestre Murakami, cruza-se indirectamente como o movimento paralelo de institucionalização do Wado-Ryu, em Portugal. João Henriques, entrevistado em 2005, refere-nos que tinha iniciado Karaté na Casa da Mocidade, em 1969, com Afonso Lopes Vieira, passando para a Academia de Budo por volta de 1970 e, depois, para o Judo Clube de Portugal onde Raul Cerveira, regressando do serviço militar na Guiné, arranca com o Karaté numa dinâmica diferente do habitual, fazendo com que o clube de Judo tenha muitos mais praticantes de Karaté do que de Judo. Passa a ser assistente de Raul Cerveira e, em Março de 1977, um estágio a convite dos responsáveis do Judo Clube de Portugal com os mestres Suzuki, Kobayashi e Sakagami do Wado-Ryu, mudam a visão de Karaté para um dinamismo técnico e competitivo aliciante a João Henriques, Fernando Suíças e Porfírio Santos, entre outros, lançando-os para a vinculação ao Wado-Ryu, em Portugal,

institucionalizando, em 1979, a APKW (Associação Portuguesa de Karaté Wado-Ryu). Raul Cerveira aproveita a ajuda de Suzuki no contacto em Inglaterra com o Mestre Harada que já tinha conhecido em Paris e que também mudará a sua visão técnica de Karaté na liderança da APK (Associação Portuguesa de Karaté).

Fica evidente que os processos iniciais de cisão e nascimento associativo no Porto e em Lisboa centram-se fundamentalmente na liderança conceptual externa. Destaca-se que a cisão no Porto acontece logo no início, com o apoio da liderança técnica de Tran-Hu-Haa que então se reflecte numa liderança política: surgimento de um novo grupo de dirigentes e de técnicos. A cisão inicial em Lisboa, tem a influência técnica de Ronald Clark que, por sua vez, apoia também a liderança política do grupo CPK.

Por outro lado, a segunda vaga de cortes associativos verticais como o caso da cisão dentro do CPK, tem já uma influência técnica portuguesa, pois a ASKP é fundada exclusivamente pelos novos técnicos de Shotokan formados directamente no Japão, o que é um reflexo do progresso técnico dos portugueses. Trata-se da primeira institucionalização denominadora de Shotokan, apesar de ser óbvio que o CPK sempre se vinculou à linha Shotokan e mesmo o movimento com OTSUKA (Wado) foi uma oportunidade sem retirar o projecto dos seus líderes: “O Shotokan é que era bom” disse-nos Luís Cunha ser a concepção profunda dos pioneiros do CPK.

Ou seja: é notório que não é propriamente um fenómeno de intensa subjectividade individual, ao contrário que o primeiro autor de um livro de Karaté sugeriu em Portugal, mas sim um fenómeno claramente social de procura de um espaço institucional coerente com as necessidades, motivações e aspirações de uma determinada liderança técnica ou política. Falta determinar que tipo de necessidades, motivações e aspirações a que chamaremos interesses, levam as lideranças a se unirem ou a se separarem.

Não havendo até aquele momento um espaço institucional horizontal próprio, poder-se-á inferir que foi exactamente esse o factor determinante na proliferação interpretativa do acto motrício em contexto desportivo na modalidade de Karaté.

No entanto, veremos como o espaço horizontal que chega relativamente tarde a Portugal, chega também de forma confusa quer em termos tutelares quer em termos autónomos, e tem alguns recuos que interessa interpretar.

### 3.2.15 As Cisões nas Instituições Horizontais

Em 1974, a CDAM é transferida para o Estado-Maior-General das Forças Armadas e em 1980, pelo D-L nº 507/80, de 21-10, é transferida para o Ministério da Educação e da Ciência, mantendo-se a definição de artes marciais e o regime de condicionamento legal do seu ensino, aprendizagem e prática, mas modificando as competências específicas, nomeadamente no alargamento do domínio da assistência técnica referida anteriormente para a assistência nos campos técnico, administrativo e pedagógico. Iniciava-se, assim, a formação dos quadros técnicos de “artes marciais”, onde sempre imperaram os técnicos de Karaté.



**Fig. 94 - Reunião na CDAM – Cortesia José Patrão**

A coexistência de dois organismos públicos de apoio e controlo das artes marciais e desportos de combate sempre foi controversa. De um lado, tínhamos uma DGD preocupada com todo o desporto nacional; de outro lado, tínhamos uma CDAM que, elogiava características específicas às artes marciais, não defendendo claramente a sua integração no Desporto.

No entanto, a tendência para o desenvolvimento de uma organização específica do Karaté vai fazendo parte das preocupações de todos os líderes das associações verticais participantes e o projecto federativo no Karaté passa a ser trabalho concreto. Mas o ambiente propício à divisão volta a provocar uma riqueza institucional particular.

Em primeiro lugar, o conflito de concepções entre os grupos leva à criação da Federação Portuguesa de Karaté (FPK) em Março de 1985 por parte de um grupo das Associações da modalidade que, como nos declarou Rómulo Machado, pretenderam demarcar-se das próprias imposições da CDAM. Em Janeiro de 1986, foi criada a outra

federação em preparação com o fomento próprio da CDAM e, por isso, considerada pelos seus fundadores como a federação reconhecida pelo Estado: a Federação Portuguesa de Karatedo e Disciplinas Associadas (FPKDA).

A Federação Portuguesa de Karaté (FPK) é fundada em 2 de Março de 1985, com escritura lavrada por 3 Associações a 27 de Março de 1985 e publicada a 8 de Maio do mesmo ano no D.R. nº 105 III Série. A Federação Portuguesa de Karaté-do e Disciplinas Associadas (FPKDA) é fundada com escritura de 24 de Janeiro de 1986, por 11 Associações, publicada no D.R. nº 31 II Série, de 6 de Fevereiro de 1986.

A primeira explicitava como objectivo específico e principal o “desenvolver, incentivar e dinamizar a prática do Karaté como actividade formativa, desportiva e cultural, bem como dirigir e regulamentar a prática desportiva desta modalidade no País.” (nº 1 do art. 2º dos seus estatutos). A federação referida em segundo lugar, tinha como objectivo “[...] a divulgação do Karaté e outras artes marciais que a ela pretendam aderir, dentro do espírito amador, promovendo e reforçando as relações de respeito e amizade entre os seus membros, tendo em vista o aperfeiçoamento do seu carácter” (nº 1 do art. 1º dos seus estatutos).

Por fim, em 1987, com o D-L 69/87, de 9-2, é oficialmente extinta a CDAM (art. 12º), sendo transferidos para a DGD todos os seus direitos e obrigações.

A extinção da CDAM é o marco de um início de corte com um determinado passado institucional. Na verdade, revoga a definição anterior de “artes marciais”, englobando-as no domínio da prática desportiva, sintonizando o seu ensino e prática com o de todos os desportos, salientando ainda que a sua actividade disciplinar deveria prosseguir através dos mecanismos de auto-regulamentação: as federações.

As preocupações com o controlo do ensino passam a querer-se enquadrar na lei que rege a formação dos treinadores e restantes agentes desportivos (na altura os D-L 98/75, de 4-4 e 163/85, de 15-5). Pela primeira vez ultrapassa-se a visão legalmente institucionalizada até aí de que os agentes de ensino de “artes marciais” necessitam de formação diferenciada dos outros agentes de ensino do desporto.

No entanto, porque não estava ainda clarificada a formação de um único organismo autónomo (federação) para o controlo da formação e licenciamento dos treinadores e agentes desportivos do Karaté, o D-L 69/87 condiciona o “exercício do ensino de artes marciais [...] à posse de uma licença, concedida pelo Ministério da

Educação e Cultura, sob proposta de uma comissão composta pelo director-geral dos Desportos, que presidirá, e por um representante do ISEF de Lisboa, um representante do COP, um representante do Ministério da Defesa Nacional, um representante do Ministério da Administração Interna e um representante do Ministério da Justiça” (art. 4º).

Passam a existir duas federações com os respectivos campeonatos nacionais, com os respectivos processos de licenciamento de Treinadores e de Técnicos de Arbitragem e com a respectiva intenção representativa a nível internacional.

Neste último aspecto, assiste-se a um desafio de representatividade em que a FPK procura o apoio da Direcção Geral dos Desportos para contrabalançar o apoio da CDAM em extinção à FPKDA. No entanto, a lógica deste período era a de tentar chegar primeiro, mas a prevalência da CDAM ainda se sente quando no Campeonato da Europa em Madrid em 1986 a selecção da FPK se vê impedida de participar em detrimento da FPKDA, conseguindo, no entanto a FPK representar Portugal nos Campeonatos no Mundo no Cairo em 1988. O acordo entre FPK e FPKDA faz com que se iniciem participações conjuntas a partir de 1990 e que se prepare a fundação da federação única, FNK-P, que estudaremos mais à frente.

Em Anexo II e III, é apresentada a participação portuguesa nos diferentes eventos da EKU/EKF e da WUKO/WKF, sem apresentarmos essa participação noutras federações internacionais porque, no presente trabalho, não cabem tais indícios. Estudaremos na dinâmica da institucionalização horizontal internacional alguns aspectos deste cenário dual que justificam a opção por apresentarmos apenas as participações no movimento reconhecido internacionalmente pelo COI, mas é notório que a WUKO e a EKU tinham mais representatividade horizontal que a IAKF e EAKF, mais próximas de uma linha Shotokan.

### **3.2.16 Conclusão**

A institucionalização horizontal da expansão mundial do Karaté iniciada em 1966 com a fundação da EKU (European Karatedo Union), em Paris, é concomitante com os primeiros campeonatos Europeus de Karaté entre todas as linhas de estilo e de prática em torno de umas regras comuns em construção. Após um torneio internacional em 1968, em Los Angeles e no México, em 1970, funda-se em Tóquio a WUKO (World

Union of Karatedo Organizations) e ali decorrem os primeiros campeonatos mundiais de Karaté. Inicia-se, pois, uma outra expansão mundial, baseada essencialmente na vertente competitiva institucionalizada, expansão essa que Portugal agarra fugazmente em 1972 com a participação do CPK (Centro Português de Karaté) nos segundos campeonatos mundiais em Paris, perdendo a seguir a sua embalagem a repetir os ciclos de institucionalização vertical que outros países conseguiram equilibrar com a institucionalização horizontal.

No entanto, a qualidade do que se nota nesses movimentos horizontais depende muito da dinâmica vertical em cada linha de estilo de Karaté. E a reflexão sobre essa própria prática é constante. Notemos o caso de Shigeru EGAMI (1912-1981).

*É necessário afirmar que a situação actual no Karaté é de degradação completa. Face a esta situação, sinto uma certa responsabilidade. Na minha juventude, pensei e agi sobre a ideia directriz de me tornar eficaz face a uma situação real. Pratiquei então principalmente o combate livre que foi a forma original do actual combate de competição. Para tornar potentes os meus golpes de punhos, treinei-me no makiwara mais rijo. Afastei-me portanto do treino essencial. Não compreendo porque é que o Karaté continua hoje a evoluir na direcção errada que era a nossa já há muitas dezenas de anos, em oposição à direcção correcta. Se definirmos o karaté exclusivamente como uma competição desportiva, não terei mais nada a dizer. Mas não é tempo de reflectir para redefinir o que deverá ser o karaté? (in: TOKITSU, 1994, pp. 147-148).*

A dimensão vertical reflecte a característica de escola ou linha de prática de uma escola de Karaté, normalmente referido como *estilo*. Como sabemos, o estilo é a interpretação individual da técnica, por sua vez definida como a maneira mais eficiente de realizar uma acção eficaz.

Mas essa dimensão institucionalizadora mais vertical teve espaços horizontais próprios com destaque hoje para as federações, mas com destaque também em Portugal para a UBU – projecto de procura intensa por uma determinada linha de prática não coerente com a linha do “Judo Desportivo”. Essa separação institucional a que o Estado Tutelador dá cobertura, marcou decisivamente o percurso da institucionalização do Karaté para uma forte componente vertical e uma fraca componente horizontal.

Foi perceptível, até agora, que a procura intensa do ambiente próprio à prática da modalidade segundo as respectivas concepções, ao assumir um determinado grau de institucionalização, está na base da emergência da noção de “estilo institucionalizado” no Karaté, em analogia aos restantes Budo. Normalmente existem aqui dois níveis formais: o nível dos *ryu-ha* como é o caso do Goju-Ryu, Shito-Ryu, Wado-Ryu e

Shotokan<sup>422</sup>, e o nível dos *kai-ha* como é o caso, dentro de um mesmo Ryu-ha como o Goju-ryu, da Seiwakai, Uchiage-kai, Seigokan, Jundokan, Meibukan ou mesmo IOGKF que, sem denominação japonesa específica conhecida, assume a liderança de um determinado líder que representa uma visão institucional do respectivo Ryu-ha de referência como exemplo (Goju-ryu). Em graus diferentes, a perspectiva é sempre a mesma pois a liderança de uma linha de escola base, como o caso da Shotokai, teve representatividades institucionais ao nível das linhas de Murakami, Harada e Hiruma, sendo notório, como na JKA (*Japan Karate Association*), os movimentos de desmembramento com lideranças institucionais próprias de Kanazawa, Kase, Nishiyama, etc.

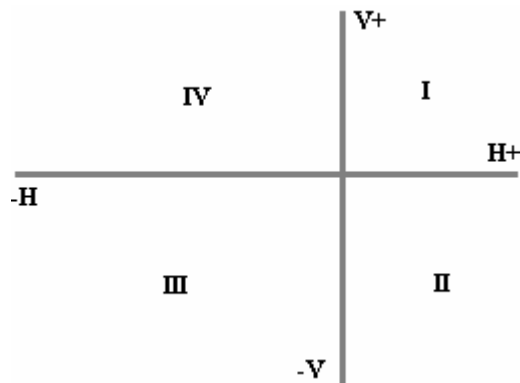
Podemos então definir a dimensão vertical na organização do Karaté como o espaço de institucionalização do estilo, ou seja, de institucionalização da interpretação individual da prática da modalidade nos seus aspectos físico, técnico, tático, psicológico e sócio-cultural. Trata-se, portanto, de um espaço institucional e não de um fenómeno individual, já que esse, existe sempre: ninguém faz a interpretação da “técnica” a não ser na sua própria individualidade.

A dimensão horizontal reflecte a característica de mobilização da prática de Karaté em torno de actividades que institucionalizam aspectos de interpretação colectiva dos vários estilos estabelecidos. Curiosamente isso é possível na medida em que não ponha em causa a sua identidade própria nem se foque exclusivamente na sua profundidade. É o espaço claro da Federação Nacional de Karaté – Portugal quando se concentra nas actividades competitivas ou mesmo formativas para os seus recursos humanos de desporto.

---

<sup>422</sup> A lógica poderia colocar como ryuha de Gichin FUNAKOSHI algo como o “Shoto-ryu” com diversos kaiha de linha Shotokan e diversos kaiha de linha Shotokai. A hegemonia da federação japonesa parece esquecer os ryuha de Okinawa. Em Novembro de 1982 Shoshin NAGAMINE envia uma extensa exposição à Federação Japonesa de Karaté em desacordo com a designação dos oito Shitei Gata para as competições japonesas, sendo dois de cada um dos quatro ryuha referidos. Esta carta é um reflexo da primeira publicação, pela Federação Japonesa de Karaté, de “Karatedo Shiteigata” em Novembro de 1982 (JKF, 1998, p. 4). Segundo HERRÁIZ (2000, p. 33), NAGAMINE argumenta que os Kata não tinham sido criados pela Federação Japonesa e que tinham uma história e tradição, ao que Fusajiro Takagi responde que a determinação dos Shitei Gata tinha resultado de um árduo estudo e trabalho tendo em conta não só as competições no Japão mas também as competições internacionais, salientando que não sendo uma posição perfeita, era a melhor possível e aberta a melhorias, devendo os restantes Kata ser praticados também. Salvador HERRÁIZ termina referindo que apesar de Takagi mostrar interesse formal por reunir com NAGAMINE, nunca liderou esse encontro formal. A dinâmica de actualização dos Shitei Gata só se internacionaliza em 2000, após uma revisão que, no caso do Goju-Ryu, teve uma tendência de aproximação de algumas linhas de prática de Okinawa. O Japão já aprovou mais 8 Shitei Kata adicionais, seguindo a lógica inicial dos quatro ryuha: Goju, Shito, Shoto e Wado (JKF, 2004, p. 4).

Quando esta horizontalidade põe em causa a identidade de uma linha determinada já institucionalizada, ela afasta-se, e o conflito aparece.



**Fig. 95 - Modelo Bidimensional (V-T) de Institucionalização do Karaté**  
**H representa a dimensão horizontal / V a dimensão vertical**

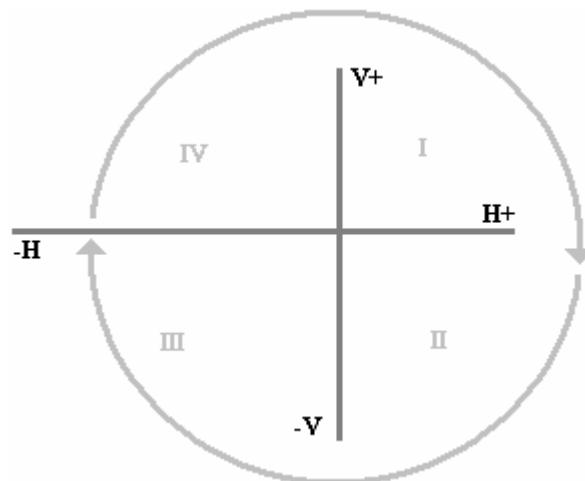
A horizontalidade denota claramente uma dimensão de desenvolvimento institucional externa, conotada com a mudança já que implica a comparação com outras linhas de prática, com outras escolas e estilos. Corresponde à “taxa de mudança” quando comparada com a “taxa de aprendizagem” tal como PIRES nos propõe (2003, p. 11). Esta taxa de aprendizagem é coerente com a dimensão de desenvolvimento institucional interna, conotada com a aprendizagem e desenvolvimento do estilo, sem contextos externos, robustecendo uma identidade com força institucional suficiente para o desenvolvimento comum dos critérios de trabalho verticalmente assumidos como os mais correctos.

Numa tipologia de 1º quadrante, a dimensão vertical cruzar-se-ia com a horizontal nas suas grandezas mínimas, o que significa inoperância institucional quer no contexto de aprendizagem, quer no de mudança.

Numa tipologia de 2º quadrante os pontos máximos do eixo vertical tocam os mínimos do horizontal, logo representa o momento máximo de aprendizagem e desenvolvimento institucional do estilo: a organização trabalha no auge com a liderança técnica, estando fechada sobre si própria e ninguém sente necessidade de testagem fora dela própria.

Numa tipologia de 3º quadrante, os eixos cruzam-se nos seus pontos máximos, ou seja, a capacidade institucional de trabalho da liderança técnica quando comparada com o os outros estilos, robustece-se a si própria, significando que o estilo é superior aos outros todos.

Numa tipologia de 4º quadrante, o eixo vertical cruza com o seu ponto mínimo no ponto máximo do eixo horizontal. Isto significa que a comparação de estilos e a mudança externa é avassaladora em relação à capacidade de aprendizagem, o que significa que a organização de Karaté tende para a cisão pela inoperância da liderança técnica no alto contexto de mudança.

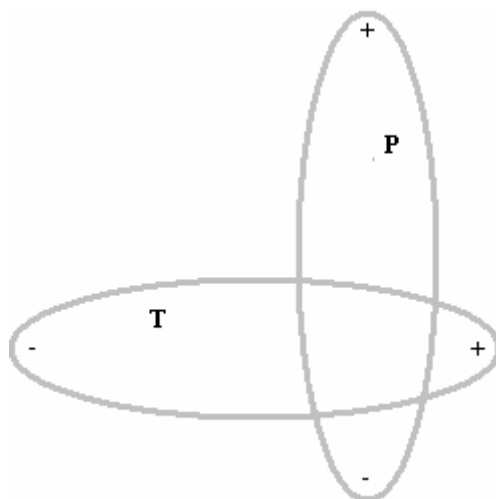


**Fig. 96 - Dinâmica regular da Evolução Institucional**

Poderemos lançar assim a hipótese de uma certa tendência para a progressão institucional no Karaté do 1º ao 4º quadrante, ou seja, um aluno ao se inscrever num centro de prática, aderindo normalmente sem saber a uma dimensão vertical, passa do 1º para o 2º quadrante, em ambiente máximo de aprendizagem. A sua progressão nesse ambiente vai-o despertando para a realidade extra-estilo, logo para a realidade horizontal e a taxa de mudança poderá incrementar a taxa de aprendizagem que normalmente levou institucionalmente à procura de novos segundos quadrantes.

A diminuição do 1º quadrante é demonstrativo de factores positivos no desenvolvimento quer pela dinâmica de liderança técnica vertical, quer pela dinâmica de contacto com outros estilos, já que acarreta o aumento do 3º quadrante. Este é uma zona que deverá ser sempre maior que as outras restantes.

Por outro lado, a análise pode concentrar-se mais no factor Técnico em comparação com o factor Político.



**Fig. 97 - Modelo Tridimensional (T-P) da Institucionalização do Karaté.**

**T – Área Técnica; P – Área Político.**

Trata-se de um modelo tridimensional pois poderemos não só classificar o grau de institucionalização ao nível da intensidade de participação relativa (bidimensional) mas também ao nível do volume, medido pela área comum ocupada.

Uma tipologia central, de grande volume, caracteriza uma equilibrada institucionalização entre aspectos políticos e técnico-desportivos. Já uma tipologia inferior à esquerda demonstrará uma proximidade ao 3º quadrante do modelo bidimensional, manifestando, assim uma tensão desportiva positiva sem tensão política de interesse.

Vamos estudar agora o fenómeno horizontal na sua máxima amplitude e demonstrar como também nele foi notório o desequilíbrio entre a dimensão vertical e a horizontal, para poder depois voltar ao estudo da visão básica que têm os líderes sobre alguns indicadores de gestão da modalidade. É o caso olímpico.

Depois, terminaremos com um capítulo de estudo do modelo federativo actual em Portugal, nomeadamente com os recursos a gerir, antes de passarmos à apresentação de um capítulo com estudos empíricos que nos auxiliem na tentativa quase final de interpretar o modelo de institucionalização do Karaté em Portugal.

### **3.3 O Karaté e o Olimpismo**

#### **3.3.1 O Querer Ser Olímpico**

O Karaté há muito tempo que ambiciona entrar nos Jogos Olímpicos. No entanto, esse sonho tem tido uma história atribulada desde 1964, altura dos Jogos Olímpicos de Tóquio e a “forçada” fundação da FAJKO (Federation of All Japan Karatedo Organizations), por imposição do Ministério da Educação Japonês, após petição do Imperador Hiro-hito (HERRAÍZ, 2000: 11-12).

Na verdade, os movimentos sectoriais associativos que fizeram a institucionalização vertical característica da modalidade no Japão e assim, no mundo, só em 1964, por imposição ministerial, rumaram no sentido “comum”, arrastando também outros países, criando-se finalmente a institucionalização horizontal.

Se em vários países a institucionalização da modalidade acontece inicialmente no seio das Federações de Judo, como a França e a Espanha, de onde emergem a seguir as federações de Karaté autonomizadas, isso não se passou assim em Portugal. E essa é, do nosso ponto de vista, uma das possíveis causas do atraso competitivo com que a modalidade se depara quando comparada com outros países, como a Espanha e França.

É no II congresso da WUKO, em Abril de 1972, e antes dos II Campeonatos do mundo em Paris, onde Portugal participa com José Custódio, que se aprovam os estatutos que, como dizia a notícia publicada no jornal “O Século”, em 21 de Abril de 1972, “consideram este desporto como modalidade olímpica pelo que será integrada nas Olimpíadas de 1976”. Se, por um lado, este relato demonstra a ignorância organizacional desportiva (como se a entrada nos Jogos Olímpicos dependesse da resolução da WUKO) em que viviam muitos dirigentes da modalidade, por outro lado, demonstra a sua vontade.

Tendo-se conseguido uma unificação generalizada das regras competitivas, trabalho muito facilitado principalmente para as linhas JKA, é durante a competição que acontecem alguns problemas políticos, “onde NISHIYAMA, estando contra os juizes, convenceu NAKAYAMA a retirar a equipa Japonesa”, segundo Ennio FALSONI (in HERRAÍZ, 2000, p. 112). Este dado confirmado por OLIVA (1982, p. 24) é um indicador do início de mais uma cisão institucional, desta feita por motivos desportivos, o que é novidade no quadro da nossa análise. É dentro do primeiro movimento

internacional horizontal que se iniciam as clivagens fundamentadas nas diferentes perspectivas de avaliação do comportamento cinemático dos praticantes, já que a arbitragem é nisso que se baseia, pelo que se aplica o que Steve Arneil disse, em 1980:

*Deixa-se a decisão total para os árbitros, os quais normalmente não são imparciais. Cada árbitro tem a sua opinião sobre o que é um wasari ou um ippon, pelo que não há acordo na hora de julgar uma técnica.*

*Este sistema actual degrada a competição e diminui a espectacularidade.*

*Os competidores atacam pouco e se conseguem ponto limitam-se a perder tempo e a manter a distância a seguir. É muito aborrecido. Deveriam mudar-se as regras de arbitragem e assim, talvez dentro de uns 10 anos, estejamos dentro das Olimpíadas (in: HERRÁIZ, 2000, p. 32).*

Só em finais da última década do séc. XX é que se farão alterações regulamentares a pensar mais na espectacularidade da competição, tentando não retirar a essência da noção tradicional de ponto.

É um facto que se vai assistir a ao início de uma cisão institucional dentro do primeiro movimento internacional horizontal, provavelmente por razões desportivas, já que eram as únicas às quais a WUKO chegava. Não competia à WUKO ensinar ou titularizar treinadores ou professores de Karaté, mas sim aos clubes que estavam integrados em organizações verticais normalmente dependentes da dinâmica dos mestres japoneses. Não competia à WUKO graduar os praticantes a cinto negro. Tal como no caso anterior, isso competia originalmente aos clubes de cada país, normalmente vinculados também em sistemas verticais. Competia à WUKO atribuir, através dos seus técnicos de arbitragem (árbitros e juizes), a classificação dos competidores e, aí, não havia claramente a unanimidade da interpretação vertical, mas sim com base na horizontalidade das várias interpretações verticais.

A liberdade de interpretar o comportamento de outrém, quando se institucionaliza e regulamenta, sobe de patamar organizacional, deixando a unideccionalidade e, assim, abre as dúvidas que estavam fechadas em cada um dos intérpretes, dando visibilidade à fragilidade do processo interpretativo subjectivo, pelo que o menos graduado assume essa factor subjectivo e sente evocada também a sua autoridade interpretativa: porque não? Sistematiza-se também a formação de técnicos de arbitragem a nível internacional numa perspectiva horizontal que complementa a sua visão formada verticalmente.

É preciso lembrar que nos primeiros quatro campeonatos do mundo só havia duas provas competitivas institucionalizadas: Kumite Equipas Masculino e Kumite Individual Masculino (ao *ippon* – 1 ponto)<sup>423</sup>. Assim, havia poucas medalhas para distribuir pelo que a maioria era sempre dos países que não traziam nenhum prêmio a reconhecer a sua autoridade. Neste quadro, também não podemos deixar de ter em conta que no 1º Campeonato do Mundo, em Tóquio, o Japão inscreve cinco equipas, os Estados Unidos quatro, e o resto dos países uma equipa. Por fim, é preciso pensar que o próximo país organizador passou a ser França.

### 3.3.2 Período Pré-GAISF – Até 1976

Enquanto a Europa acorda, em 15 de Dezembro de 1963, para o movimento desportivo horizontal natural, através dos países mais evoluídos na organização do Karaté em termos nacionais (Itália, Bélgica, Suíça, Alemanha, Grã-bretanha, França e, com falta justificada, Espanha), e, portanto, através de federações nacionais por si já horizontais, onde as diferentes linhas se abriam a agrupamentos por regiões<sup>424</sup>, o Japão é forçado a essa horizontalidade, em 1964. Não parece ter sido algo de institucionalmente natural. É até num movimento contra uma certa hegemonia da JKA (Japan Karate Federation) que nasce a JKF (Japan Karate Federation: *Zen Nihon Karate Renmei*)<sup>425</sup>. Para evitar qualquer mal interpretação, o bom senso organizacional japonês escolhe para presidente da sua Federação o multimilionário e poderosíssimo Ryoichi Sasakawa<sup>426</sup>.

Nos Estados Unidos da América (EUA), Hidetaka NISHIYAMA, com a experiência de instrução através dos SAC vinculados à força aérea norte-americana no Japão e mesmo nos Estados Unidos em 1953, organiza em 1961 a AAKF (*All American Karate Federation*) que celebra os primeiros campeonatos nacionais em Los Angeles e que se assume para além da JKA, estabelecendo relações desportivas com a *All Japan Collegiate Karate Federation*.

---

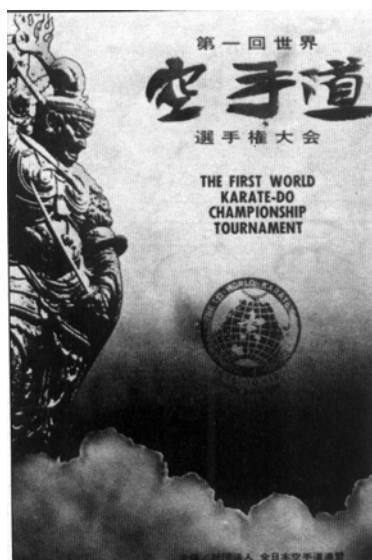
<sup>423</sup> Ver Anexo III.

<sup>424</sup> Deixando para trás países como Portugal onde a visão vertical imperava sobre a horizontal.

<sup>425</sup> Que passa por uma fase de “FAJKO” (Federation of All Japan Karate Organizations) constituída em três anos mais tarde, em 1967, aglomerando todas as organizações do Karaté (FALSONI, 1977, p. 16).

<sup>426</sup> Apoiante de Mussolini antes da Guerra, nacionalista crente, constrói a sua própria fortuna desde os seus 30 anos. Após a guerra, mantém o seu poder e ligações às sociedades secretas tradicionais (HERRÁIZ, 2000, p. 11).

Enquanto a Europa se organiza horizontalmente, com França como centro de gravidade, emergindo Jacques Delcourt como líder político do Karaté europeu, os EUA, liderados por Hidetaka NISHIYAMA e pela Federação Japonesa de Karaté, liderada por Ryoichi Sasakawa, resolvem avançar no apoio a um torneio mundial com a Federação Mexicana de Karaté, por convite, aproveitando um torneio comemorativo olímpico no México. Assim sendo, em 14 de Outubro de 1968 disputam-se provas individuais, em Los Angeles, e a 4 de Novembro, na capital mexicana, a prova de equipas. Apesar de polémico, por não ter envolvido todo o movimento internacional, já que foi por convites (FALSONI, 1977, p. 16), poderemos considerar o momento zero da internacionalização do Karaté, pois é no dia 3 de Novembro que as diversas delegações decidem fazer o I Campeonato do Mundo, em Tóquio, estabelecendo-se algumas normas de arbitragem (HERRÁIZ, 2000, p. 13).



**Fig. 98 - I Campeonato do Mundo em Tóquio - 1970**

Em Tóquio, de 10 a 13 de Outubro de 1970, define-se o nome da organização: World Union of Karatedo Organizations (WUKO); define-se Paris para os II Campeonatos do Mundo, em 1972; e que seriam as Federações Francesa e Japonesa a aprofundar a proposta de estatutos da WUKO, a ser apresentada em 1972.

Nos Estados Unidos, a AAKF expande-se em 1971, incluindo todos os estilos de Karaté, e chega a ser membro da AAU (Amateur Athletic Union), que era o organismo tutelar dos desportos, incluindo os Olímpicos. No entanto, dois anos mais tarde sai da organização tutelar e reorganiza-se como organização de carácter social sem fins lucrativos, passando a relacionar-se directamente com os organismos tutelares do

desporto, sendo NISHIYAMA nomeado Presidente (*ibidem*, p. 15). A AAU, em 1973, força a AAKF para que abandone a sua representatividade na WUKO e que o Karaté norte-americano passe a ser representado pela AAU, através de um Comité de Karaté, para o qual é nomeado Caylor Adkins, aluno do mestre Oshima. Caylor Adkins não aguenta a pressão política e abandona. Instala-se um conflito entre a AAU e a AAKF. Esta era presidida por Evans que, por sua vez, era Vice-presidente da WUKO e ao que parece (*ibidem*, p. 18) com alguma posição directiva na AAU, pelo que a sua ideia é a de que pertenceria à AAKF a organização do evento, pelo que requeriam a sua designação pela AAU, mas tal não foi intenção do respectivo presidente: Sr. Rivenes.

A seguir, Allen, como vice-presidente da WUKO, convoca uma reunião, em Nova Iorque, à qual Delcourt não dá oficialidade e falta, tal como falta a FAJKO, França e outros países. Tendo como base estes pressupostos, a 27 de Setembro de 1974, nasce uma organização sombra da WUKO: a IAKF (International Amateur Karatedo Federation) liderada por NISHIYAMA e pelos seus companheiros da JKA a nível mundial, com destaque para NAKAYAMA. A JKA chega a sair da FAJKO a 21 de Novembro de 1975, retomando apenas, em 1981, à federação japonesa, o que demonstra o empenho institucional dado à IAKF pela JKA e seus instrutores em todo o mundo. A ideia de NISHIYAMA era a de que a WUKO tinha mudado de nome para IAKF. A ideia dos dirigentes da WUKO não era essa.

Em 1975, acontecem então dois campeonatos do mundo de Karaté: A IAKF realiza o seu na cidade inicialmente prevista no âmbito da WUKO, em Los Angeles, e a 4 e 5 de Outubro, a WUKO organiza o seu em Long Beach. Estava instalada a clivagem entre os dois grupos de líderes do Karaté internacional, sendo notório que muitos praticantes participavam nas competições das duas organizações. No entanto, não se procurou deixar caminho aberto para uma assumir a liderança junto do COI.

Em 1975, ambas as organizações pedem para entrar na GAISF<sup>427</sup>, e, reconhecendo a maior representatividade WUKO, ela é reconhecida em congresso de 1976 (FIGUEIREDO, 1990c, nº 13, p. 14, WUKO, 1980, pp. 6-7, HERRÁIZ, 2000, p. 23).

---

<sup>427</sup> General Association of International Sports Federations, fundada em 1967. É o primeiro passo de um organismo internacional para o reconhecimento superior <<http://www.agfisonline.com/>> [Consulta 2005-09-15]. A partir de 1983, funda-se a ARISF (Association of the IOC Recognised International Sports Federations) que a par da AIOWF (Association of International Olympic Winter Sports Federations) e da ASOIF (Association of Summer Olympic International Federations), estrutura o movimento associativo reconhecido pelo COI, ou seja, com os seus estatutos de acordo com os critérios Olímpicos.

### 3.3.3 O Reconhecimento Olímpico de 1985

A entrada para a família Olímpica é dura e tortuosa. Mesmo depois de se assumir que a WUKO era a mais representativa para entrada na GAISF, o COI passa a responder constantemente com a necessidade de unificação. Isso é referido como uma certa injustiça por parte de alguns autores que se debruçaram sobre o assunto (HERRAÍZ, 2000, p. 67).

Após 10 anos de várias lutas, o ano de 1985 é fundamental. Por um lado, a IAKF muda o nome para ITKF (*International Traditional Karatedo Federation*), chamando a atenção para os valores tradicionais da modalidade, quer do ponto de vista técnico quer comportamental. Por outro lado, a 20 de Maio, o COI nomeia o seu Vice-presidente, Guirandou N'Diaye, para fazer um relatório sobre a situação do Karaté no mundo, e os dados são estes:

- WUKO tem 85 federações nacionais reconhecidas pelos respectivos Comités Olímpicos;
- IAKF/ITKF tem 16 federações, sendo 10 de dupla filiação.

A ITKF não só é comparativamente mais pequena como também é quase exclusivamente de Shotokan<sup>428</sup>. O relatório Guirandou, entre outras questões, especifica que o COI deverá ordenar à IAKF para se fundir com a WUKO. No dia 2 de Junho de 1985, a sessão do COI, de Berlim, decide reconhecer a WUKO, anunciando-se este facto no dia 6 de Junho.

O Karaté tinha perdido 11 anos de energias em lutas marcadas pelo modelo conceptual que ainda hoje impera e faz manter a riqueza institucional a nível internacional. Além da ainda activa ITKF, existem outras organizações mundiais com perfil horizontal a desenvolver o “seu” Karaté e a questão que se começa a perceber é que a riqueza institucional característica da modalidade prende-se com o facto da sua dinâmica de base ser focada para a *convergência na divergência*, enquanto nas actividades desportivas mais próximas do nosso ambiente conceptual a dinâmica é a da *divergência na convergência*.

---

<sup>428</sup> HERRAÍZ afirma mesmo que é exclusivamente de Shotokan.

### 3.3.4 Un Young Kim no COI

Esse tempo foi aproveitado por Un Yong Kim, Presidente da Federação Mundial de Taekwondo (*World Taekwondo Federation – WTF*). Desde 1973, que, como 1º Vice-presidente da Associação Coreana de Desportos Amadores e do Comité Olímpico Coreano, consegue, em 1980, o reconhecimento olímpico da sua WTF e é eleito para o conselho da Assembleia-geral da GAISF. Em 1986, chega a membro do Comité Olímpico Internacional assim como a presidente da GAISF, após a decisão da adopção do Taekwondo como desporto de demonstração nos Jogos Olímpicos de Seul, em 1988. Ascende a membro do “Executive Board” do COI e, desde 1988 intercala com o cargo de Vice-Presidente do Comité Olímpico (92-96). Esta ascensão única, pela rapidez na história Olímpica, é evidenciada na obra mais crítica aos “Senhores dos Anéis” (SIMSON e JENNINGS, 1992).

Esta ascensão paralela à ascensão internacional do Taekwondo até modalidade de programa olímpico, tem contornos de queda que são hoje utilizados como exemplos pela literatura crítica do poder olímpico, ao ponto de veicularem uma imagem injusta para a modalidade (SIMSON e JENNINGS, pp. 139-140).

O Dr. Kim recebe um severo aviso, em 1999, do *executive board* do COI por estar envolvido num escândalo de corrupção, em Salt Lake City (DOHRENWEND, 2003, nº 2, p. 55; POUND, 2004, pp. 219-220), o que parece marcar a primeira oficialização do sistema aos limites éticos do pioneiro da internacionalização do Taekwondo, apesar de que os argumentos para a expulsão já existiam e Samaranch fez tudo para evitá-lo, inclusivamente mudar a investigação da comissão de Dick POUND para a de Kéba Mbaye, o que demonstra alguma fragilidade do sistema (POUND, 2004, p. 220). Un Yong Kim é salvo da expulsão, com um severo aviso, e chega a concorrer para Presidente do Comité Olímpico Internacional, em 2001, ganho por Jacques Rogge que põe fim aos mais de 20 anos de longa liderança política do COI protagonizada por Samaranch eleito em 1980.

Em Janeiro de 2004<sup>429</sup>, é recomendado pela Comissão de Ética do COI a retirada dos seus direitos<sup>430</sup>, prerrogativas e funções no COI, com base nas diversas acusações de corrupção no âmbito do COI, do Comité Olímpico Coreano, da selecção Coreana de

---

<sup>429</sup> Report 876-2004: IOC – Ethical Commission – Decision Carrying Recommendation N° D/01/04 - Case No. 1/04.

<sup>430</sup> Era Vice-Presidente do COI além de membro.

Taekwondo e da Federação Mundial de Taekwondo, assim como no âmbito da sua candidatura a Presidente do COI. Após inquérito, em 4 de Fevereiro de 2005, a Comissão Ética<sup>431</sup> dá como provada a violação dos princípios éticos da carta Olímpica e código ético e propõe a sua expulsão do COI. A 9 de Maio de 2005, Un Young Kim pede demissão do cargo de Vice-Presidente do COI e do de membro do COI, que é aceite, interrompendo assim o processo de expulsão.

### **3.3.5 Retirada do Reconhecimento – Até 1992**

Após o reconhecimento da WUKO, em 1985, a crença da entrada nos Jogos Olímpicos intensificou-se. Em 1989, com 120 Federações membros, sendo 90 oficialmente reconhecidas pelo COI através dos seus Comités Nacionais, o objectivo central da WUKO era a promoção da entrada do Karaté nos Jogos Olímpicos, focando-se em Espanha, em 1992. No entanto, é a 23 de Julho de 1992 que a 99ª Assembleia geral do COI, em Barcelona, retira o reconhecimento Olímpico à WUKO, sendo um caso raro, dando-lhe até 15 de Setembro de 1993 para uma unificação.

O Presidente Delcourt ameaça levar o COI aos tribunais por tal decisão, “ataca” NISHIYAMA e estranha-se a questão. Na verdade, por palavras de Delcourt a NISHIYAMA em 2 de Outubro de 1992, “existe dentro do COI, exactamente a mesma situação no Taekwondo, com a WTF (cujo Presidente é Un Young Kim) reconhecida e com a ITF (cujo Presidente é Choi Hong Hai) não reconhecida.” (in HERRÁIZ, 2000, p. 58).

Não deixa de ser curioso que o primeiro mandato de Vice-Presidente do COI de Un Young Kim inicia-se exactamente em 1992. George Anderson, presidente da Federação Americana de Karaté e Vice-presidente da WUKO, acusa o Dr. Un Young Kim de ter influência nesta decisão para assegurar a entrada definitiva do Taekwondo no programa olímpico. Salvador HERRÁIZ, que estudou esta problemática, evidencia a injustiça de tratamento do COI ao não reconhecer a WUKO-WKF e compará-la com a ITKF, não tendo exactamente o mesmo comportamento com o caso do Taekwondo que tinha também duas federações internacionais, dando-se primazia à WTF de Kim em detrimento da ITF de Choi (*ibidem*, p. 67).

---

<sup>431</sup> Report 913-2005: IOC – Ethical Commission – Decision Containing Recommendations N° D/01/05 – Case N° 1/04.

Uma relação intensa entre Samaranch e Kim é muito evidenciada pela polémica obra de Andrew JENNINGS e Vyv SIMSON (1992)<sup>432</sup>, onde se apresenta como fantástica a entrada e rápida ascendência do Dr. Kim no cenário e liderança da GAISF desde 1980 em primeiro lugar, com os primeiros Jogos Mundiais em 1981 (*ibidem* p. 140-141), e depois no próprio COI. As intensas relações de Samaranch com Kim fazem mesmo o Presidente do COI pedir a Dick POUND para fazer todo o possível para “salvar” Kim na investigação ao caso de Salt Lake City (POUND, 2004, p. 220). Mais tarde, depois da candidatura de Kim a presidente do COI, Samaranch deixa de o apoiar a favor de do actual presidente Rogge (*ibidem*, p. 267), mas mesmo assim, Kim obtém mais votos que o próprio POUND (*ibidem*, pp. 83; 267), demonstrando a fragilidade do sistema.

Não encontramos literatura sobre a influência de Kim no processo de reconhecimento da WUKO. Se cruzarmos datas, é um facto que a entrada do Dr. Un Young Kim para membro do COI, em 1986, acontece um ano depois do 1º reconhecimento oficial da WUKO, em 1985, portanto, sem o seu envolvimento directo em tal decisão. Também é um facto que Kim tem acesso ao “executive board”<sup>433</sup> desde 1988, assumindo a Vice-presidência de 92-96, e é em 1992 que se retira o reconhecimento olímpico à WUKO. É durante a sua Vice-presidência coincidente com o afastamento do Karaté que, na 103ª sessão do COI decorrida em Paris, em 1994, o Taekwondo se torna modalidade olímpica oficial, depois de ter sido modalidade de demonstração nos programas olímpicos de 1988 (Seul) e de 1992 (Barcelona). Também é um facto que, em 1999, Kim recebe um severo aviso do “executive board” do COI por envolvimento em algo menos lícito no caso Salt Lake City e é nesse ano que é novamente reconhecida a Federação de Karaté, agora com o nome WKF. Não deixa também de ser um facto que após o início os problemas do Dr. Kim com o COI, em Janeiro de 2004, que o levam depois à resignação para evitar a expulsão recomendada, a WKF (Karaté) é uma das cinco modalidades escolhidas, em Setembro, para entrada na corrida ao programa Olímpico em 2005.

---

<sup>432</sup> Livro também chamado “Os Senhores dos Anéis” que parece ter levado o autor ou os autores a cumprirem uns dias de prisão.

<sup>433</sup> De notar que os membros do COI dão imensa latitude de acção ao “executive board” do COI, pelas declarações de Kim recolhidas por SIMSON e JENNINGS (1992, pp. 232-233), na altura presidido por Juan Antonio Samaranch.

Não havendo nenhum estudo feito até agora a comprovar qualquer relação directa entre os assuntos, interessa-nos referir aqui estes dados para incrementar o grau de compreensão de uma realidade de institucionalização horizontal ao mais alto nível das organizações desportivas. Um relato interessantíssimo dos passos decisivos dados por Un Young Kim nos finais da década de 70 e princípios da década de 80 estão nas páginas 140 e 141 pela pena de SIMSON e JENNINGS (1992) colocados na boca de Patrick Nally.

Por outro lado, é também um facto que a oportunidade de desunião institucional fraticida no Karaté foi aproveitada com os trunfos possíveis pela liderança do Taekwondo, conseguindo a respectiva entrada no Programa Olímpico. A fragilidade institucional da modalidade sem controlo hierárquico e à luz das regras democráticas foi superada pela força de uma liderança muito forte, centralizada e apoiada por uma nação, que pegou numa das dimensões verticais do Karaté e construiu à sua imagem uma horizontalização rumo ao reconhecimento internacional de topo.

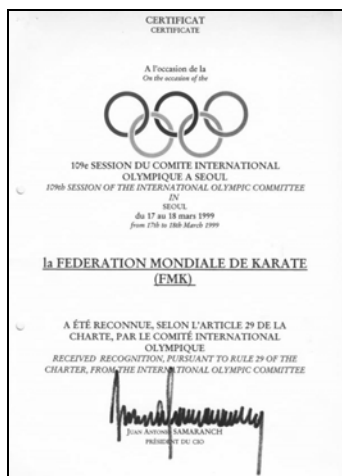
Esta é a lição de gestão que aqui queremos evidenciar no contexto do nosso estudo que robustece a interpretação do modelo em construção ao evidenciar uma relação política que não se centra exclusivamente nos aspectos internos à modalidade em si, mas prolonga-se para as esferas políticas de todo um envolvimento tutelar, neste caso internacional.

### **3.3.6 Reconhecimento da WKF – Até 1999**

Em 11 de Dezembro de 1992, em reunião com o Presidente da Comissão Jurídica do COI, Keba Mbaye e com o Director Geral do COI, Françoise Carrard, decide-se mudar o nome da WUKO para WKF (World Karate Federation), prevendo a dissolução da ITKF e sua integração na nova federação. A 20 de Dezembro de 1992, é decidido propor a mudança do nome e, em Setembro de 1993, é enviada uma extensa proposta de introdução de modificações nos estatutos, no sentido de classificar o Karaté em três tipos gerais: o Karaté WUKO (K), o Karaté “Tradicional” (T) e o Karaté “unificado” (KT).

Na Argélia, em 1993, a Federação Mundial de Karaté (FMK: Fédération Mondiale de Karaté / WKF: World Karate Federation) torna-se o novo organismo mundial do Karaté, passando finalmente a ser considerada uma organização a operar

segundo as regras do COI (Comité Olímpico Internacional), sendo reconhecida oficialmente desde 18 de Março de 1999.



**Fig. 99 - Carta de Reconhecimento Oficial da FMK/WKF pelo COI**

Tinham passados mais sete anos com percas de energia, sem se conseguir, na verdade a integração da ITKF na WKF. A nova liderança de António Espinós, como Presidente da WKF desde 1998, substituindo 18 anos de Presidência ininterrupta de Delcourt, avança com reestruturações regulamentares e, a partir de 2000, novas regras com pontuações mais diferenciadas (de um a três pontos) são integradas, tal como se mudam as cores dos cintos, passando a ser Vermelho e Azul (este substitui o anterior branco – *Shiro*), ou seja: *Aka* e *Ao*.

### **3.3.7 Programa Olímpico – Até 2005**

A batalha Olímpica avança. Em Setembro de 2004, no âmbito da revisão do programa olímpico de verão, o Comité Olímpico Internacional divulgou oficialmente que enviaria às 28 federações internacionais dos Jogos Olímpicos de Verão, um questionário com base nos 33 critérios definidos pelo COI, em Atenas 2004, a ser respondido até 15 de Novembro de 2004.

A justificação de tal medida prende-se com dois factos apontados pelo COI: por um lado, a necessidade de não aumentar mais o número de participantes e modalidades; por outro, a necessidade de adaptar o programa olímpico às novas necessidades populares, mantendo-o atractivo.

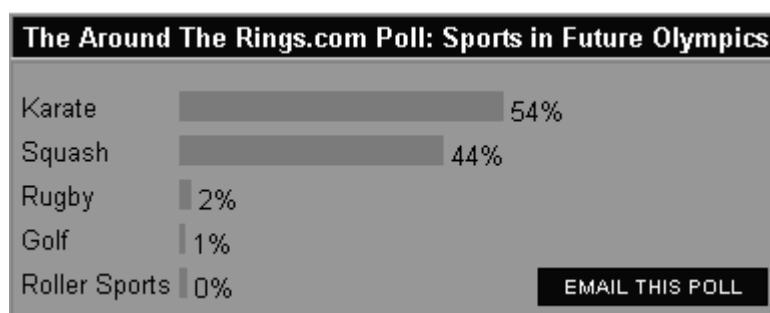
*A atractivamente e popularidade dos Jogos Olímpicos dependem em larga escala da qualidade do programa desportivo. Deve ser variado e de*

*alta qualidade, devendo produzir competições que sejam excitantes, atractivas focadas para a acção e para a condição atlética. O Programa Olímpico deve também reflectir a evolução constante das expectativas do público. Consequentemente, foi sentido que uma revisão regular do programa era necessário para assegurar que a sua composição continuasse relevante e ao encontro de novas expectativas.*<sup>434</sup>

Assim, tendo em conta que em 2002, no México, o COI decidiu em sessão extraordinária que se manteriam fixos os números de 28 desportos, 300 eventos e 10500 atletas, e que se faria sistematicamente a revisão do programa olímpico após cada edição dos Jogos, o COI enviou o mesmo questionário para mais cinco federações desportivas: a *World Karate Federation*, a *International Golf Federation*, a *International Roller Sports Federation*, o *International Rugby Board* e a *World Squash Federation*. A decisão final sobre o programa dos Jogos Olímpicos de 2012 seria tomada em Julho de 2005, em Singapura.

A justificação do envio deste questionário a mais cinco federações prendeu-se com a necessidade de “alargamento da análise a outros desportos que potencialmente possam aduzir ao programa a qualidade e popularidade” desejadas.

Na divulgação desta notícia, o *website* “Around the Rings” ([www.aroundtherings.com](http://www.aroundtherings.com)) abriu um questionário durante alguns dias<sup>435</sup> onde os visitantes poderiam votar (apenas uma vez) para a modalidade que, das cinco apresentadas, gostariam de ver no Programa Olímpico. O Karaté obteve 54% dos votos, ou seja, mais votos que as outras quatro juntas, sendo de destacar que destas, o Squash obteve 44% e as restantes votos negligenciáveis (menos de 2%).



<sup>434</sup> <[www.olympic.org/uk/news/olympic\\_news/full\\_story\\_uk.asp?id=1100](http://www.olympic.org/uk/news/olympic_news/full_story_uk.asp?id=1100)> [Consulta 2005-6-27].

<sup>435</sup> Pela análise das datas dos 545 comentários deixados em registo por alguns dos votantes, observámos que se iniciaram em 29 de Setembro de 2004 e terminaram em 19 de Outubro de 2004, podendo ainda ser consultados <<http://vote.sparklit.com/poll.spark/863819>> [Consulta 2004-11-27].

### **Gráfico 1 - Resultados do Questionário sobre a Pergunta: Qual dos cinco desportos referidos gostaria de ver no Programa Olímpico?<sup>436</sup>**

Em Fevereiro de 2005, recolhemos na página do COI os seguintes dados relativamente às diferentes federações envolvidas:

A WKF tem 173 federações nacionais filiadas e foi criada em 1970.

A WSF (Squash) tem 122 federações nacionais filiadas e foi criada em 1967.

A IRSF (Roller Sports) tem 114 federações filiadas e foi criada em 1924.

A IGF (Golf) tem 101 federações nacionais filiadas e foi criada em 1958.

A implantação da WKF é maior que a das outras federações e, por curiosidade recolhemos informações relativas aos outros desportos de combate:

Boxe: 202 federações e foi criada em 1946.

Judo: 187 federações e foi criada em 1951.

Taekwondo: 177 federações e foi criada em 1973.

Luta: 154 federações e foi criada em 1912

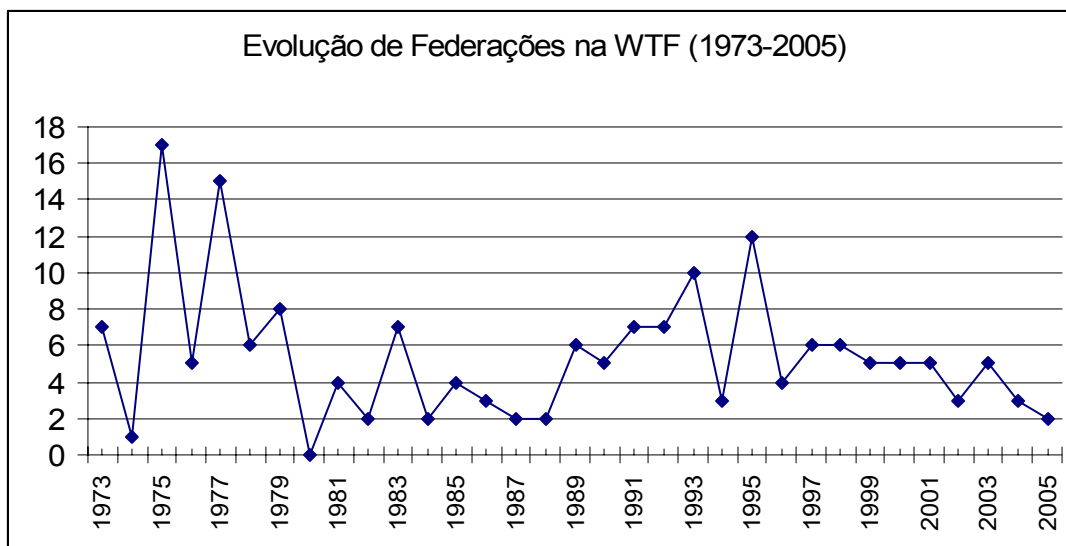
Esgrima: 115 federações e foi criada em 1913.

O Judo, o Boxe e o Taekwondo têm mais federações que o Karaté. No entanto, é de considerar o facto do Taekwondo, antes de ser modalidade olímpica, não ter a expansão que actualmente tem.

O Taekwondo foi adicionado aos programas olímpicos de 1988 (Seul) e de 1992 (Barcelona), como modalidade de demonstração. Na 103ª sessão do COI, decorrida em Paris em 1994, o Taekwondo torna-se modalidade oficial olímpica para iniciar a sua participação a partir de 2000 (Sydney), com 55 homens e 48 mulheres, envolvendo 51 países.

---

<sup>436</sup> Adaptado de <<http://vote.sparklit.com/poll.spark/863819>> [Consulta 2004-10-16].



**Gráfico 2 - N° de Federações Inscritas por Ano na WTF (Taekwondo)**

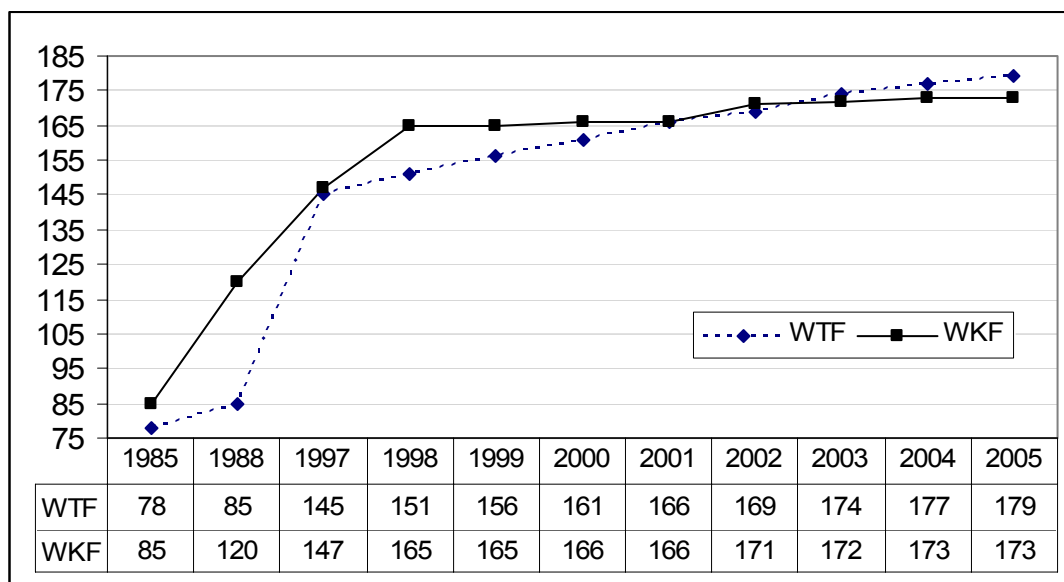
O gráfico em epígrafe demonstra o trabalho de suporte dos dirigentes do Taekwondo Internacional desde 1973. Não é exclusivamente a questão da entrada nos Jogos Olímpicos que provoca uma grande adesão. Ela foi sendo conseguida sucessivamente ao longo dos anos graças à grande habilidade política de Un Yong Kim a olhar pelo que todos os autores dizem.

Notam-se alguns ciclos interessantes a explorar em estudos futuros. Um primeiro ciclo de grande expansão inicial até 1979 que estabiliza embora com um pico após a entrada de Kim para a GAISF em 1981 que passa a presidir em 1986 após a sua entrada para membro do COI e após a aprovação do Taekwondo como desporto de demonstração em 1985 para os JO de Seul em 1988. Esta entrada provisória para o programa Olímpico coincide com a retoma da ascendência de entrada de federações na WTF, atingindo um grande pico após a decisão em Setembro de 1994 de entrada definitiva no programa Olímpico para 2000. A velocidade de crescimento estabilizou logo a seguir.

A WUKO (Karaté) funda-se em 1970, e a WTF (Taekwondo) em 1973. Em 1985, a WUKO tem 85 países e a WTF tem 78; em 1988, a WUKO tem 120 e a WTF tem 85; em 1997, parece-nos a WKF tem 147 e a WTF tem 145; em 2005 a WKF (Karaté) tem

173 e a WTF tem 177, ou seja: o Taekwondo ultrapassou o Karaté em número de países inscritos.<sup>437</sup>

Com base nos dados disponíveis poderemos construir um gráfico comparativo do crescimento das federações em causa.



**Gráfico 3 - Crescimento do N° de Federações Inscritas na WTF (Taekwondo) e na WKF (Karaté)**

Interessante notar como a descolagem do Karaté após o reconhecimento da WUKO pelo COI, em 1985, evidencia-se em 1988, mas as coisas invertem-se em 1997. Note-se que a estranha retirada do reconhecimento Olímpico à WKF em 1992 deve ter influenciado tremendamente a evolução dispare das duas modalidades. Faltam-nos ainda dados para essa análise pormenorizada. O novo reconhecimento da WKF (substituindo a denominação WUKO), em 1999, é abafado pelo movimento de entrada

<sup>437</sup> Dados retirados dos respectivos sites oficiais <[www.wtf.org/site/community/faq.htm](http://www.wtf.org/site/community/faq.htm)> e <[www.wkf.net](http://www.wkf.net)> [Consulta 2005-08-25]. Na verdade, como a WKF não nos oferece a data de entrada das federações membro, não pudemos fazer um gráfico comparativo em relação a toda a sua evolução. O Sr. Secretário da WKF, George Yerolimpus enviou-nos um documento com datas de entrada que serviu de base à construção do gráfico. Esses dados devem ser olhados como provisórios já que não são coerentes com as informações de bibliografia como HERRAÍZ (2000, p. 63). Continuaremos na respectiva recolha de dados junto do secretariado da WKF que nos referiu só ter os dados a partir de 1997, ou seja a partir do primeiro mandato de Espinós em 1998.

derradeira do Taekwondo no programa Olímpico em 2000, e em 2003 a WTF ultrapassa pela primeira vez em número a WKF.

**Quadro 2 - Países na WKF não na WTF**

PAÍS	ANO	CONT	PAÍS	ANO	CONT
Botswana	<1997	Africa	Zambia	1998	Africa
Djibouti	2002	Africa	Timor East	2002	Ásia
Gambia	<1997	Africa	Scotland - U.K.	1998	Europa
Mauritania	<1997	Africa	Wales - U.K.	1998	Europa
Namibia	<1997	Africa	N. Ireland – U.K.	1998	Europa
Rwanda	2002	Africa	Cook Islands	1998	Oceânia
Seychelles	<1997	Africa	Nauru	1998	Oceânia
Sierra Leone	1986	Africa	Samoa (Western)	1998	Oceânia
Uganda	<1997	Africa			

**Quadro 3 - Países na WTF não na WKF**

PAÍS	ANO	CONT	PAÍS	ANO	CONT
Chad	2000	Africa	Samoa	1997	Ásia
Comoros	2003	Africa	Solomon Islands	1999	Ásia
Equatorial Guinea	1997	Africa	Tahiti	1975	Ásia
Ghana	1981	Africa	Tonga	2001	Ásia
Lesotho	1990	Africa	Moldova	1995	Europa
Mozambique	2005	Africa	British Virgin Islands	1998	América
Níger	1999	Africa	Dominica	1999	América
Sao Tome & Príncipe	2004	Africa	Jamaica	1977	América
Tanzânia	2003	Africa	St. Kitts & Nevis	1998	América
Bahrain	1977	Ásia	St. Vincent & The Grenadines	1992	América
Bhutan	1985	Ásia	Virgin Islands	2002	América
China	1995	Ásia			

Há ainda potencial de crescimento institucional quer para uma, quer para outra federação. Retirando o caso do Turquistão que está na Europa para o Karaté e na Ásia para o Taekwondo, o Karaté está em 17 países que não estão na WTF, que na verdade são só 14 já que o desdobramento do Reino Unido em quatro países ainda não foi feito pelo Taekwondo. Tudo aponta para que a maioria possa ter ingressado depois da entrada do Taekwondo nos Jogos Olímpicos de Seul. O Taekwondo está em 23 países onde não existe Karaté suficientemente organizado para uma filiação na WKF, demonstrando que se tratou de um movimento institucionalizador extremamente benéfico para o desenvolvimento das artes marciais, e embora sejam filiações desde

1975, são 19 federações as que aderiram após a entrada nos Jogos Olímpicos como modalidade de demonstração e só 4 o fizeram antes. Estes dados necessitam de um maior cuidado de análise, devendo aqui ser considerados como exemplificadores da dimensão olímpica que representam.

A vantagem de ser modalidade olímpica é evidente. Não só para a federação mundial que passa a usufruir de verbas próprias das receitas que os Jogos Olímpicos produzem, mas também, e fundamentalmente, para cada um dos países, que passam a ter programas tutelares de apoio à participação olímpica, para além dos seus quadros regulares ao nível dos campeonatos continentais e mundiais. Mas o mais importante é a visibilidade que as modalidades olímpicas adquirem apenas por o serem, facto significativo para a escolha dos *sponsors*.

No entanto, os interesses dos meios de comunicação social, nomeadamente a televisão, estão mais perto do Karaté do que do Taekwondo, tal como demonstra o relatório de Maio de 2005 da Comissão do Programa Olímpico para a 117ª sessão olímpica relativamente à definição das modalidades a entrarem no programa olímpico (COI, 2005). A WKF gera 25,8% de receitas através de marketing e *broadcasting* reportando poucos países a pagar direitos de antena (p. 224), e a WTF gera 5% e não reporta nenhum país a pagar direitos de antena (p. 196).

### **3.3.8 As Diferenças Fundamentais entre o Karaté e o Taekwondo**

Se olharmos para as provas competitivas, vemos que as semelhanças, à partida, são grandes, pois trata-se de estabelecer formas de regulamentação de um combate e sistemas avaliação e marcação de pontos relativamente a ataques com os pés e as mãos a determinadas zonas regulamentadas do corpo do adversário. O mesmo acontece no “Karaté Tradicional” (ITKF), no Karaté da World Karate Confederation (WKC), ou, se quisermos, também no Karaté Kyokushinkai, no Full Contact, no Kick Boxing, no Boxe Tailandês, no Wu Shu, no Taekwondo, etc., etc.

Apesar dos equipamentos protectores e de regras que colocam limitações aos diferentes tipos de ataques proibidos e permitidos, há basicamente dois tipos de lógicas de decisão da vitória ou derrota em competição institucionalizada:

- Há um grupo de modalidades em que se regulamenta e permite a lesão deliberada do oponente para a vitória, usando normalmente equipamentos para a dificultar (luvas, capacetes, coletes, etc.) e assim proteger a integridade física do receptor dos impactos, permitindo-se que seja possível o KO pela inconsciência, normalmente durante 10 segundos, dando a vitória ao lesionador;
- Há um grupo de modalidades em que não se permite a lesão deliberada do oponente para obter a vitória, nem impactos excessivos e, se tal acontecer, o lesionador é penalizado – Os equipamentos usados são, normalmente, para diminuir o efeito da lesão faltosa, caso aconteça, e não para diminuir impacto permitido.

O Karaté da WKF que estamos a analisar é exactamente esse Karaté Budo, esse Karaté da contradição entre o significado real da técnica marcial superada no acto motricio ritualizado e regulamentado para os benefícios comuns de ambos participantes. A questão central foi essa: a de criar um sistema de combate que permitisse “testar o espírito” dos intervenientes.

Esta contradição que o Karaté teve na sua evolução como Budo é exactamente a mesma contradição identificada de forma interessante no Kendo. Aquilo que Otsuka Tadayoshi chama de estrutura do duelo de Kendo é a inconsistência entre os ideais da *katana* (espada real) versus *shinai* (imitação de espada de bambu), citado em BENNETT (2004c, p. 19). No caso do Karaté, dizemos nós, é a contradição entre os ideais da eficácia de uma técnica e o *sundome*<sup>438</sup> (寸止), ou seja: o impacto não acontece porque o ataque pára antes desse impacto pelo controlo absoluto da técnica aplicada a uma determinada zona do corpo do adversário.

O pioneiro do Karaté em França (e na Europa), Henry PLÉE afirma-nos que nos Bujutsu o guerreiro precisa de um dom excepcional já que o contexto do combate real (*Kakuto Bujutsu*) é diferente do combate ritualizado. Os Budo “foram criados, precisamente, para que fosse possível que todos, dotados e não dotados, pudessem praticá-los e tirar benefícios tanto físicos como espirituais” (PLÉE, 2003, p. 69).

---

<sup>438</sup> *Sun* (寸) é uma medida antiga japonesa (cerca de 3 centímetros - 3.030226cm); *dome* vem de *tomaru* (止), que é parar. Assim, a ideia central é parar o ataque a 3 centímetros do alvo de impacto.

A época da transição dos Bujutsu em Budo, no Japão, passou por uma episteme de mudança na cultura Japonesa em contacto intenso com a cultura ocidental, com destaque para a europeia. Nesse movimento Jigoro KANO, como vimos, um homem aberto ao mundo Ocidental, ao Olimpismo e, ao mesmo tempo, às tradições do seu mundo cultural, numa perspectiva humanista e democrática, integrou a liderança da transformação dos *bujutsu* em budo. Na mesma esteira, homens do Kendo e do Karatedo passaram à acção e, embora de forma incompleta, a emergência do *sundome* no Karaté emerge como aspecto natural nas execuções dos movimentos demonstrativos das aplicações das técnicas dos Kata. Os praticantes universitários deram-lhe provavelmente mais velocidade e expressividade, e esse aspecto cinemático foi sendo cada vez mais explorado, criando então uma “contradição” cinemática entre a técnica que projecta energia cinética (força) a um alvo e a técnica que pára no momento do contacto.

É precisamente esse “o único problema importante que encerrava esta modalidade desportiva”, observado por António OLIVA, em 1970, nos 1ºs Campeonatos do Mundo, em Tóquio:

*Se o golpe ficava algo distante do seu objectivo, o ponto era considerado nulo e quando a aproximação era excessiva, tão-pouco era considerado válido, podendo inclusivamente ser penalizado. Isso desorientava sobremaneira os participantes e espectadores. O problema aumentava quando o objectivo alcançado era a cabeça ou o pescoço, tendo em conta sobre tudo que os punhos e os pés desnudos eram os que conformavam as superfícies pontuadoras.*

*Felizmente, o rigoroso treino dos atletas incluía uma grande dose de controlo e não houve a lamentar problemas de nenhum tipo relativamente a lesões físicas. No entanto, existiam lógicas diferentes de critério por parte dos árbitros na hora de avaliar o contacto de um golpe à cabeça ou ao pescoço, inclinando-se uma para o ponto (ippon) e outros para a desclassificação (hansoku). Na actualidade, o regulamento não permite nenhum tipo de impacto na cabeça ou pescoço (OLIVA, 1982, p. 21-22).*

Esse problema criterial relativamente à avaliação de um ponto pela observação cinemática com base em conceitos relacionais da cinemática com a dinâmica, foi estudado por nós em 1989, concluindo que as duas funções apresentaram, numa amostra de praticantes com nível de cinto negro, parâmetros cinemáticos significativamente diferentes (FIGUEIREDO, 1989c). A contradição cinemática observada, em 1989, tenta ser resolvida pela parametrização dos critérios de arbitragem mais próximos da

“realidade”, pontuando só as técnicas com potencialidade real de impacto (“boa forma”, “distância correcta”, “aplicação vigorosa”). No entanto, tem também outras dimensões relevantes (psico-sociais), pelo que a reflexão entre o *ideal de impacto real* e o *ideal de ponto competitivo* (Budo) são ricos na diversidade de interpretações, sempre dependentes da cultura de cada intérprete.

Ao retirar a liberdade de transmitir impactos que lesionem o adversário em jogo, mas querendo manter proximidade de análise com base nos parâmetros cinemáticos criteriais para que esse impacto fosse eficaz, ou seja, avaliando a *eficiência* retirando a *eficácia* real, as regras de pontuação, na dinâmica de jogo em causa, passou a valorizar a cinemática e não tanto a dinâmica, e o treino do competidor especializou-se na expressão desses aspectos fundamentais que passaram a ser a eficácia concreta de pontuação. Por isso mesmo, as regras do Karaté competitivo, referem os seguintes critérios para atribuição de um ponto<sup>439</sup>: boa forma, atitude desportiva, aplicação vigorosa, estado de alerta (*zanshin*), boa oportunidade (*timing*) e distância correcta (FNK-P, 2003, p. 7).

Noutras interpretações de pontuação, de base a outras modalidades com a mesma raiz cultural, a pontuação parte do pressuposto que o impacto não deve ser travado pelo executante, pelo que se utilizam protecções de minimizem as suas consequências: luvas, como o caso do Full Contact, do Kick Boxing, do Boxe Tailandês ou do Wu Shu (prova de *Sanshu* - Combate) coletes e capacetes como no caso do Taekwondo. As modalidades sem luvas de maior amortecimento do impacto (Taekwondo<sup>440</sup>, Kyokushinkai) usam ainda a regra de proibir o contacto directo de socos à cabeça, pelo que se nota essa influência no comportamento diferente do ponto de vista das acções

---

<sup>439</sup> Após a revisão de 1973 (YAMAGUCHI, 1999, p. 321) as regras referiam: Boa forma (ou postura), boa atitude, espírito apropriado, estado de alerta, e distância correcta. A estes parâmetros físicos (forma, distância), psicológicos (estado de alerta) e sócio-culturais (atitude, espírito), adiciona-se, mais tarde um parâmetro tático: boa oportunidade (*timing*). O “espírito apropriado” desapareceu e emerge mais um parâmetro físico: aplicação vigorosa. A procura de objectividade do “físico” é interessante, mas apenas num sentido: o da retirada do subjectivamente considerado subjectivo. Retirar o “espírito apropriado” do ponto é considerado por alguns como retirar a essência. Para outros, retirar esse critério muitas vezes evocado para não dar ponto a uns, e dar a outros, é introduzir justiça. Esta é a tensão essencial do jogo em causa quando se perde uma essência para alguns: “A questão não é ‘como vences’, é antes ‘como combates’” (*ibidem*, p. 317). Em 1990 publicámos numa série de artigos os frutos de um trabalho feito anos antes sobre o *ippon* que, começa a ser referido por *ippon* (FIGUEIREDO, 1990c).

<sup>440</sup> As alterações em curso às regras competitivas no Taekwondo vão introduzir as luvas, o que poderá dinamizar mais as técnicas de pontuação com braços, mas tudo aponta que continuem proibidos os ataques à cara, o que altera toda a dinâmica de jogo de combate em relação à sua possibilidade, como é no caso do Karaté.

motoras (sem grande preocupações com a guarda alta). É neste grande grupo de modalidades que se permite o KO.

### 3.3.9 A Institucionalização do Taekwondo

A raiz cultural destas modalidades é semelhante. Basicamente o leito genético é a China, a institucionalização inicial é japonesa e a internacionalização é global. No entanto, o Taekwondo apresenta a tese de que terá evoluído por mecanismos endógenos a partir de um jogo de pontapés tradicional com mais de 2000 anos chamado *taekyon*. A investigação documental recente negligencia completamente esta influência na história do Taekwondo e só aponta para um único sentido: Karaté (MADIS, 2003, pp. 185; 202; DOHRENWEND, 2003).

Lee Won Kuk (1907-?) poderá ter sido o primeiro coreano a estudar Karaté nos inícios dos anos 30 do séc. passado, com Gichin FUNAKOSHI e seu filho Yoshitaka Funakoshi, retornando à Coreia, em 1944, e chamando à sua arte o *tangsoodo* (caminho da mão da China), o que foi referido pelo próprio Lee (*ibidem*, p. 193), sendo uma alusão à denominação Karaté no sentido de *tode* (mão da china). Outro coreano, Ro Byung-jik, estudante em Tóquio nos anos 30, abre um “*dojang*” (nome coreano para dojo) chamado *Songmookwan* em que *song* significa pinheiro, pelo que é uma alusão ao Shotokan, denominando a sua arte de *kongsoodo* (caminho da mão vazia), o que é interessante, pois reflecte a transformação vivida no Japão nos anos 30, como já estudámos: *Totedo – Karatedo*.

Os alunos de Lee Won Kuk, após a sua ausência forçada da Coreia por ter sido acusado de pro-japonês após o final da II Guerra Mundial e da ocupação Japonesa do território coreano entre 1910 e 1945, continuaram o trabalho iniciado, fundando as suas organizações. Entre eles, destaque-se o oficial Choi Hong Hi (1918-2002) que, em 1954, apresenta a 29ª divisão a demonstrar *tangsoodo* perante o Presidente da República da Coreia, Rhee Syngman. Este, entusiasmado, interessa-se para que todas as tropas treinem o mesmo sistema, afirmando que preferia o nome *taekyon*.

Um comité, liderado por Choi, em 1955, decide um nome intermédio entre *tangsoodo* e *taekyondo*: taekwondo<sup>441</sup>. Segundo MADIS (2003) e DOHRENWEND

---

<sup>441</sup> *Tae* é pés, *kwon* é mãos, pelo que é o caminho dos pés e das mãos.

(2003), retiram a maioria dos vestígios de influência japonesa, em linha de coerência com a nova ordem pós-guerra, agora numa Coreia desunida: Coreia do Norte e Coreia do Sul. É a Coreia do Sul que lidera este movimento institucional a que nos estamos a referir.

Em 1962, numa reunião da União de Desportos da Coreia os representantes dos *kwan* fundam a Associação Coreana de *Taesoodo* e elegem o general Choi para Presidente que, por sua vez, resigna por não ser aceite o nome Taekwondo, assumindo-a depois em 1965, tendo tido sucesso na mudança de nome para Associação Coreana de Taekwondo. Em Março de 1966, estabelece a ITF (International Taekwondo Federation), mas isto é visto por muitos como uma forma de manter uma posição após ter sido forçado a resignar-se de Presidente da Associação Coreana (MADIS, 2003, p. 202-203). Na verdade, parece estranho formar uma Federação internacional quando não havia Federações da modalidade noutros países. Isto indica claramente que o projecto dos líderes institucionais do Taekwondo era o da internacionalização, o que é análogo ao projecto da internacionalização do Karaté da JKA (Japan Karate Association), embora este último não tenha tido o apoio de todo um país unido. Na realidade, a internacionalização do Karaté foi polarizada e não unificada.

O Presidente coreano, Park Chung Hee<sup>442</sup>, proclama em Março de 1971 o Taekwondo como desporto nacional e nomeia Un Yong Kim (que viria a ser Presidente da WTF e, mais tarde, candidato ao Comité Olímpico Internacional até à sua expulsão do COI) para presidente da Associação Coreana de Taekwondo. Kim era director das forças presidenciais de segurança (SIMSON e JENNINGS, 1992, p. 139). O General Choi, afastado por razões documentalmente não muito claras que parecem ter a ver com a não entrega da ITF à tutela Coreana, refugia-se no Canadá (MADIS, 2003, p. 202-203).

O Ministro Coreano da Educação emite um requerimento para que todas as escolas de Taekwondo devem passar a ter licenças do Governo, podendo ser os líderes punidos por “reterem os nomes e tradições de base ao Karate japonês e por recusarem acatar com as políticas de standardização do Governo”. As punições eram “listas negras nos media, supressão da publicação dos *kwan*, impedimento de renovar os contratos de ensino nas instituições educativas (particularmente academias militares e

---

<sup>442</sup> Assassinado em 1979 (SIMSON e JENNINGS, 1992, p. 139).

de polícia), problemas para obter passaportes, ameaças de aprisionamento e tentativas de assassinato” (MADIS, 2003, citando outros autores, 2003, p. 204). Vários mestres foram afastados e abandonaram o país. O Taekwondo passa a ser visto como “um símbolo da Coreia e das suas tradições” e o objectivo de Kim é o de o “espalhar” (*ibidem*, p. 205).

Nos anos 70 a Coreia arranca para o movimento de internacionalização no sentido de convencer a comunidade internacional que poderiam organizar uns Jogos Olímpicos e é o Dr. Kim que lidera esses contactos.

*Ele convidou imensos líderes desportivos para irem até Seul nos anos 70. Isto é outra parte integrante da proposta olímpica de Seul. Eles precisavam de convencer a comunidade internacional desportiva que eles conseguiriam organizar os Jogos. A minha primeira visita foi espantosa. Fui levado ao salão de Taekwondo do Dr. Kim em Seul onde ele apresentou exibições magníficas para os seus convidados. Em todos os meus anos de viagem nunca tinha visto nada assim.*

*Fui introduzido num camarote VIP, sentado num luxuoso cadeirão bordado e a seguir vi centenas de adolescentes e jovens adultos executarem exercícios de taekwondo. Nunca tinha visto o movimento de tantos corpos humanos num local para tão pequena audiência (Patrick Nally in SIMSON e JENNINGS, 1992, p. 141).*

Na visão de vários autores, com destaque para MADIS (1992), o Taekwondo foi um instrumento desportivo para promover uma perspectiva nacionalista da Coreia do Sul, liderada pelo estilo ditatorial do seu Presidente e pelo politicamente ambicioso Un Young Kim, recriando-se uma falsa história nacionalista que pretendeu obscurecer uma relação perfeitamente documentada com o Karaté Shotokan e Shito-ryu (DOHRENWEND, 2003, nº 5, p. 12) das universidades do Japão, sendo ainda claros os respectivos indícios institucionalizadores do Karaté: técnicas de base, kata, uniformes, métodos de treino e protocolo do Taekwondo, graduações gup/dan (kyu/dan), terminologia – reflectem, na opinião dos autores, esta relação (*ibidem*, p. 207).

Mas o caso coreano com o Karaté não é único. BENNETT (2004c, p. 2; 2005, p. 327) chama a atenção para o fenómeno que ele denomina de “coreanização dos budo japoneses”, destacando, como exemplos iniciais deste movimento, que dojo é *dojang*, judo é *yudo*, aikido é *hapkido* e kendo é *kumdo*. No caso do Karaté, como já notámos, podemos dizer que toudido foi *tangsoodo*, shotokan foi *Songmookwan*, e Karaté-do foi *kongsoodo*, mas a denominação alternativa mais nacionalista que surgiu

estrategicamente foi a de Taekwondo, e o plano foi bem consumado. O Taekwondo tornou-se um Desporto no Programa Olímpico.

*Este interessante fenómeno de gradual ‘Coreanização’ dos budo fora das fronteiras é percebido pelos Coreanos como a internacionalização da sua herança Coreana de artes marciais. Os Coreanos são agressivos na sua disseminação, às vezes nacionalistas, e frequentemente muito comerciais na sua aproximação, oferecendo pacotes atractivos quer para os alunos quer para os instrutores, já para não mencionar propostas de parcerias com dojo já existentes (BENNETT, 2004c, p. 2).*

A fundamentação desta opinião é baseada no estudo do caso da posição agressiva que a “World Kumdo Association” (coreana) tem em alternativa à “International Kendo Federation”, assumindo aquela a ideia clara de entrada no movimento Olímpico e assumindo esta a ideia mais reservada perante essa hipótese.

No trabalho apresentado o autor afirma criticamente que a “Coreia tem tido uma história de sucesso no uso do peso político e *know-how* para influenciar decisões desportivas no passado” (BENNETT, 2004c, p. 13). Uma importância realçada pelo autor é o Dr. Un Yong Kim, referido como nove vezes eleito Presidente da GAISF (para além de Presidente da World Taekwondo Federation e de Vice-Presidente do IOC). BENNETT ainda não tinha tido acesso aos dados da expulsão do Dr. Kim para o comentar, se é que algum comentário dever-se-á fazer.

Na verdade, é espantoso que uma modalidade como o Taekwondo, que iniciou o seu quadro organizacional em 1971, mesmo com a duplicação de Federações Internacionais como a WTF em oposição à ITF inicial, consiga vencer todos os obstáculos à custa de uma liderança forte como a de Un Yong Kim. Sem qualquer tipo de oposição, para além da interna, a movimentação do poderoso Kim não deixa que os alunos recrutados para o Taekwondo a partir de outras modalidades, tal como os Karatecas o tinham sido a partir do Judo, lhe façam frente. Ele lidera hegemonicamente a Federação Mundial com a retaguarda de um país, nomeado num projecto nacionalista por um Presidente do seu país.

É notório o projecto nacionalista assumido, mesmo no texto de apresentação da modalidade no *site* oficial do Comité Olímpico Internacional:

*Existiram várias formas de artes marciais Coreanas, mas no início do séc. XX, o taekwondo tornou-se a forma dominante. Em 1955 um grupo de líderes de artes marciais coreanas escolheu o taekwondo como a arte*

*marcial Coreana numa tentativa de promover o seu desenvolvimento internacionalmente.*

*Em 1973, o governo Coreano reconheceu a World Taekwondo Federation (WTF) como o organismo legítimo do desporto e os primeiros campeonatos do mundo tiveram lugar nesse ano.*

Repare-se que é da Coreia que a liderança internacional da federação mundial parte, e é o Governo Coreano que reconhece a WTF em relação à ITF, afirmando-se, com isso, a legitimidade do início do processo de internacionalização. A operação inicial de divulgação internacional do Karaté, como método especial do Judo, característica dos anos 50, com a adesão de muitos Judocas à nova modalidade, estava agora a ser repetida também no Taekwondo nos anos 70. A diferença é que enquanto o Karaté vai amadurecendo as suas estruturas em cada país, em vínculo maior ou menor com as estruturas verticais no Japão (com destaque para a JKA), o Taekwondo vai-se difundindo com base numa estrutura horizontal com o impulso governamental da Coreia e uma liderança forte.

Também é interessante notar que no mesmo *site* do COI se assume a questão da neutralidade governamental em relação aos organismos internacionais do Desporto:

*As Federações Internacionais são organizações internacionais não governamentais reconhecidas pelo Comité Olímpico Internacional como administradoras de um ou mais desportos a nível mundial. As federações nacionais administrando esses desportos são filiadas nelas. Enquanto conservam a sua independência e autonomia na administração dos seus desportos, as Federações Internacionais de Desportos que procuram o reconhecimento do COI devem assegurar quer os seus estatutos, prática e actividades são conformes com a Carta Olímpica.*

O Taekwondo mundial parece ter sido construído à imagem dos líderes políticos da Coreia, construindo *lobbies* nas estruturas associativas Olímpicas até chegarem à tutela, conseguindo simultaneamente um controlo e liderança fortes a nível internacional, o que preparou terreno à sua entrada no programa olímpico. Se a posição de Un Yong Kim no poder Olímpico terá sido prejudicadora para a WKF ou não, falta demonstrar. Vários indícios permitem lançar esta hipótese, como foi o caso de George Anderson, em 1992 (HERRAIZ, p. 57).

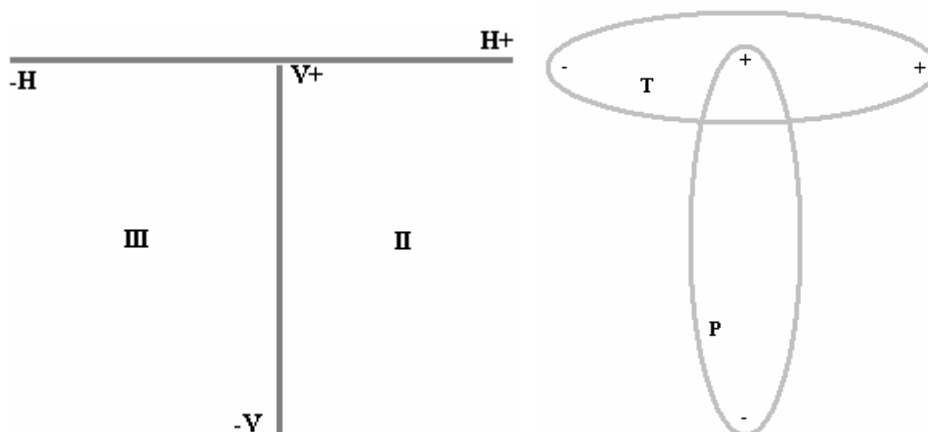
Os dois autores consultados (MADIS, 2003 e DOHRENWEND, 2003) demonstram a tese da construção rápida de um desporto nacionalista para a propaganda

interna e externa<sup>443</sup> internacional da Coreia através dos Jogos Olímpicos, prolongando-se essa hegemonia no número de medalhas coreanas que fazem subir a Coreia no ranking da na lista Olímpica.

### 3.3.10 O Modelo de Desenvolvimento Institucional no Taekwondo

Em relação ao modelo que temos vindo a identificar no Karaté, um dado novo surge com o processo completo de institucionalização do Taekwondo: a instituição que chegou depois, mas mostrou uma liderança clara e precisa através do apoio de um país, obteve rapidamente o apoio institucional da tutela Olímpica sem vacilar, de dentro para fora, ganhando à instituição que se ia tentando organizar melhor a nível externo.

É um facto que ao mudar de nome, criando uma “nova” modalidade (que é mais uma linha vertical institucional de Karaté), saíram da luta directa com a outra organização (WUKO), bem mais representativa internacionalmente. A componente política foi enorme e de grande sucesso.



**Fig. 100 - Análise Interpretativa Pentadimensional da Emergência do Taekwondo a partir do Karaté**  
(H – horizontal / V – vertical // T – Técnica / P – Política)

Fazendo a análise pentadimensional, aplicando o modelo bidimensional e o tridimensional, podemos interpretar que se tratou, portanto da aplicação de uma horizontalidade selectiva com argumentos técnicos simultaneamente a uma verticalidade enorme com a invenção de argumentos técnicos. A horizontalidade selectiva vê-se no estímulo ao contacto entre todas as escolas de Karaté existentes na

<sup>443</sup> Como José ESTEVES caracteriza para outras situações na história Olímpica (1975, pp. 99-101).

Coreia, mas sem contacto com o Japão. Quem não aderiu era “penalizado”. A grande verticalidade vê-se na centralização e unificação técnica aliadas à invenção de uma história original fictícia.

Pela análise das últimas investigações sobre o Taekwondo (MADIS, 2003 e DOHRENWEND, 2003), cruzadas com os últimos factos políticos, e ainda com a estratégia visível no Kendo, a grande intenção política da Coreia é visível no corte com as raízes japonesas no Karaté original, assim como no investimento nacional em torno da construção de uma “modalidade nova” numa visão nacionalista clara e assumida. No entanto, a componente desportiva permanece equilibrada, já que a construção de uma modalidade nova, com regras diferentes, demonstra atitude crítica em relação às regras existentes no Karaté. Mas o volume de área desportiva a cruzar com a área política é pequeno, já que o excesso de tensão positiva política faz quase “saltar de órbita” a esfera técnica e desportiva, sendo também criticável o facto de não investirem mais na componente ética, já que as características regulamentares, ao permitirem o contacto completo na transmissão dos impactos, dinamizam uma componente de agressão activa permitida e mesmo premiada regulamentarmente.

O verdadeiro conflito de interesses não estava dentro do Karaté competitivo (WUKO/WKF *versus* IAKF/ITKF). Ambas as organizações perderam com isso oportunidades políticas únicas, nomeadamente a marca da chama Olímpica. É o Taekwondo através de Un Yong Kim que chegou primeiro e, tal como aconteceu com a JKA, já está a disseminar a sua componente técnico-desportiva e política em mais países que os directos rivais.

Concluimos fundamentalmente que os dados recolhidos no estudo do caso Taekwondo nos permitem robustecer o modelo em construção, demonstrando também que um ramo divergente de um dos estilos de Karaté assumiu a liderança Olímpica quando teve o apoio unilateral de um País, de uma tutela nacional, projectando-o politicamente para os quadros da tutela internacional Olímpica. Tecnicamente nada de novo surge na modalidade quando comparada com outras da tipologia de valorização do contacto físico na vitória. Politicamente, sim. Hoje, a modalidade transformou-se num amadurecimento desportivo com orientações próprias.

Assim sendo, o controlo tutelar fica cada vez mais assumido como um acto relevante para este tipo de modalidades ficando tacitamente representado no modelo

como a dinâmica ascendente do eixo horizontal: note-se como o Taekwondo consegue essa ascensão representada no modelo quer no modelo bi-dimensional quer no tri-dimensional. Ambos assumem a forma de um “T”.

Já vimos como, de Okinawa ao Japão, foi também essencial a influência da tutela centralizadora. Inicialmente através da Dai Nipon Butokukai reconhecida pelo Imperador; a seguir através da JKA reconhecida pelo governo japonês e, depois, através da JKF quando o governo se impôs à JKA; por fim, a WUKO, agora WKF, a lutarem pelo reconhecimento tutelar Olímpico onde se impuseram perante a IAKF, agora ITKF. Esta é apenas e exclusivamente uma das facetas visíveis do fenómeno competitivo institucionalizado horizontalmente rumo ao COI. Existe sempre a outra dimensão, o outro eixo: a organização e institucionalização vertical que, não desaparecendo, alimenta e alimenta-se numa crítica sobrevivente em discursos marginais e subculturais, normalmente tendentes para o hiper-elitismo, mais do que para o lumpen-discurso (SANTOS, 1989, p. 39).

O Karaté continua a ser *prática* de Karaté, mesmo sem prática de jogo de combate, ou sem prática competitiva institucionalizada de Kata, ou ainda, mais radicalmente para poucos, sem examinação institucional do nível de prática em Kihon... Ou seja: a prática Karaté é multifacetada na sua amplitude subjectivamente maximalista e isso tem muito a ver com a institucionalização da componente vertical embora, em alguns raros casos, a dimensão institucional seja reduzida – mas isso não é objecto de análise neste trabalho.

Os pioneiros do Karaté português que iniciaram a modalidade nos anos 60, e que ainda estão motivados para a sua prática, não são só os treinadores, ou seja: os líderes de grupos onde a dimensão vertical é importante. Tivemos oportunidade de contactar com alguns praticantes que iniciaram nessa década de 60 e, em maior número, na de 70, que ainda hoje praticam a modalidade, sem nunca terem participado em qualquer evento competitivo institucionalizado para além dos exames de graduação. Merecem um estudo próprio que não cabe também aqui realizar, mas demonstra que não é exclusividade da liderança vertical real a continuação na prática institucional da modalidade.

### 3.3.11 Conclusão

O mundo moderno deu relevo institucionalizador global aos Jogos Olímpicos na modernidade do século XX. Projectou-se, assumiu-se e institucionalizou-se um encontro de povos e raças em torno da festa daquilo que se vulgarizou chamar Desporto. Ocidente e Oriente, Norte e Sul do planeta, encontraram-se sucessivamente em torno das pausas entre as disputas reais da vida, para se elogiarem nas disputas rituais através da comparação institucionalizada das mais variadas formas que a sua motricidade desportiva alcança em torno do encontro entre as nações contemporâneas. É evidente que a estruturação institucional olímpica motorizou o Desporto para projectos mundiais com sentido cultural entre os movimentos de paz mais duradoira que até hoje se conseguiu encontrar.

O Desporto é, não só mas também, guerra ritualizada institucionalmente. Do ponto de vista da sua natureza, é a luta pela superação, por vezes em confronto comparativo directo com alguém que tenta o mesmo; outras vezes com possibilidade de intervir regulamentarmente nessa tentativa do outro, individualmente ou em equipa. Do ponto de vista do seu contexto de prática, umas modalidades sublimaram em maior grau a técnica de combate concreto, e outras sublimaram-na em menor grau. As que sublimaram menos esse contexto de prática são referenciadas como Desportos de Combate. Aqui a natureza do duelo é o corpo do outro.

Ramificações evoluídas do pugilismo, luta e pancrácio dos Jogos Olímpicos da antiguidade são indicadores clássicos de modalidades olímpicas actuais como o boxe e a luta, assim como reflexos hipotéticos em actividades como o boxe francês (*savate*).

As necessidades de prática utilitária militar (guerra) foram sempre paralelas à sua evolução aristocrática ritualizada e o cruzamento com a burguesia dá origem à sua massificação e utilização económica.

No oriente, a evolução das ramificações lendárias de Shaolin e de Wudang assumem o seu movimento institucionalizador moderno no Japão através dos Budo (uma evolução dos Bujutsu que são os Wushu em chinês) com origem oriental.

É o encontro entre ocidente e oriente que origina o surgimento de desportos de combate novos como o Judo, Kendo, Karaté, Aikido entre outros. É ainda da massificação, expansão mundial e internacionalização do Karaté que novas modalidades se projectam, com destaque para o Taekwondo como modalidade Olímpica.

Mas o Karaté institucionalizou-se horizontalmente sob a perspectiva de querer ser Olímpico, desde 1964, no Japão. A Europa que desde 1963 organizava-se em torno da Federação Europeia, numa dinâmica internacional pioneira, participa em Outubro e Novembro de 1968 no primeiro campeonato em Los Angeles e México, um pouco polémico pela dinâmica dos convites controlados pelo movimento da JKA e da AAKF, mas que se pode considerar como o momento zero para se fundar, em 1970, a WUKO. Os estatutos definitivamente aprovados em 1972, em Paris, têm a perspectiva Olímpica, mas podemos encontrar quatro períodos Olímpicos:

1970-1976 – Pré-Olímpico (WUKO);

1976-1985 – GAISF (WUKO);

1985-1992 – 1º Reconhecimento Olímpico (WUKO);

1992-1999 – Retirada do Reconhecimento;

1999-2004 – 2º Reconhecimento (WKF);

2004-2005 – Modalidade Candidata ao Programa Olímpico.

O sonho olímpico materializado institucionalmente desde 1964 nunca foi consumado até aos dias de hoje, mas mostrou-se sempre importante do ponto de vista institucional, já que orientou o movimento horizontal no Karaté para uma ascensão de nível.

Temos vindo a notar, exemplificadamente, os mecanismos de cooperação e, às vezes, de conflito entre os diferentes actores sociais que marcam o traçar da institucionalização do Karaté, principalmente, a sua construção cooperativa em torno de objectos de disputa técnicos ou políticos. Das várias operações que tipologicamente estudámos, principalmente na dimensão relevante da institucionalização Olímpica do Karaté, identificam-se claramente mais dois níveis dimensionais de análise institucional:

- Técnico – quando um indivíduo/grupo emerge por oposição à forma de prática seja por aspectos físicos, técnicos, táticos, psicológicos ou sócio-culturais;
- Político – quando um indivíduo/grupo emerge por oposição ao poder de decisão relativamente a diferentes aspectos como sejam fundamentalmente as graduações dos praticantes, e as classificações dos competidores,

estando inerente a este processo as titulações dos treinadores e as titulações dos técnicos de arbitragem.

Há sempre uma fase prévia de aprendizagem da cultura própria do Karaté vinculada ao nível organizacional, cumprindo as necessidades sentidas pelo praticante. A seguir, há uma fase de modificação das aspirações e, perante o quadro conhecido, viabiliza-se o comportamento a seguir em dois sentidos: agindo em conformidade com o grupo e, assim, perpetuando o paradigma da cultura em causa recebida; agindo contra o rumo do grupo, criando uma outra estrutura organizacional.

Se da China para Okinawa nunca houve um corte institucional propriamente dito, nem se negou culturalmente a influência, a distância e falta de maturidade institucional horizontal nunca estimulou o conflito organizacional. Mas é um facto que algo de novo se fez na transição da China para Okinawa, do *Quanfa* ao *Tode*. Demonstrámos este primeiro corte. A seguir, demonstrámos o segundo corte de Okinawa para o Japão: a operação de estimulação da organização horizontal começa em Okinawa com a massificação com objectivos escolares, prolonga-se à horizontalidade institucional dos primeiros clubes e associações, e, no Japão, emerge a necessidade de institucionalizar as linhas verticais, os estilos. Demonstrámos como a institucionalização dos estilos segue um rumo próprio com o apoio da tutela. A internacionalização desses movimentos institucionais verticais dá origem a vários fenómenos interessantes: a horizontalidade Japonesa seguida da Okinawense em alguma tensão; a horizontalidade olímpica internacional com alguma tensão; a horizontalidade nacionalista de uma verticalidade abafadora da tensão natural.

A bidimensionalidade do movimento de institucionalização do Karaté é uma característica facilmente visível no Karaté e foi o seu estudo que nos permitiu a sua identificação.

Demonstrámos também como a dimensão vertical está ligada radicalmente à característica artística e individualista da modalidade, quando o grupo de praticantes se fecha sobre o próprio grupo, aperfeiçoando ao limite a sua escola, a sua linha. Mas tal só é possível, não na individualidade do ser, mas sim na “individualidade” do ser colectivo, do grupo que institucionaliza esse movimento vertical sem olhar profundamente para os outros pois isso seria fazer uma leitura horizontal. Por outro lado, demonstrámos como a horizontalidade institucional está ligada à característica

democrática e organizacionalmente competitiva da modalidade, sendo o espaço mais próprio para os que acreditam nos benefícios da competição institucionalizada.

Vamos agora apresentar um último capítulo desta parte, para nos debruçarmos sobre a institucionalização horizontal do Karaté em Portugal, identificando os recursos existentes que se possam tornar variáveis de análise empírica na última parte deste estudo.

### **3.4 Os Recursos Institucionais Actuais no Karaté**

#### **3.4.1 A Unificação Horizontal e Inglaterra**

A horizontalidade na verticalidade, ou seja, a dinâmica de cooperação dentro de uma linha hierarquicamente controlada, com recursos reconhecidos e pertinentes para os membros com normas, valores e símbolos convergentes, normalmente é uma evolução de um movimento institucional anterior, sendo sempre possível uma certa ascendência de grau de institucionalização horizontal que traga benefícios a todos.

O recente caso Inglês em que a tutela ministerial, através da “Sport England”, com o apoio técnico da consultora em gestão do Desporto “Pow Wow Sportz”, lideraram o processo de unificação de três organismos nacionais de Karaté, pertence a uma ordem de horizontalização interessante. Na verdade, a “English Karate Governing Body” (EKGB), com a “English Traditional Karate Board” (ETKB) e a “National Association of Karate & Martial Art Schools” (NAKMAS), concluíram um primeiro e importante momento institucional de unificação na nova organização: “Karate England”.

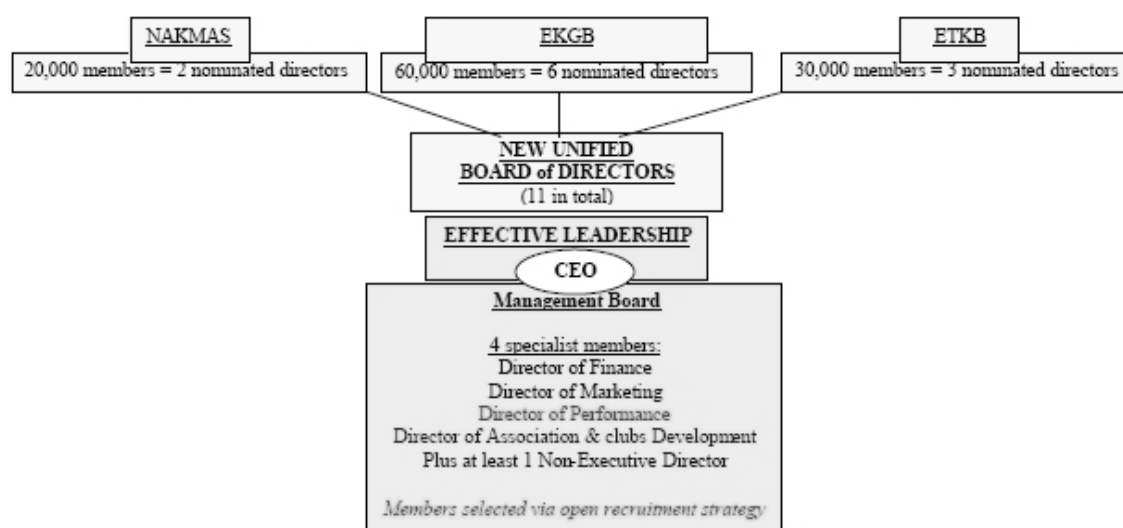
Mas a questão interessante neste processo não se prende apenas com a unificação. Na verdade, nota-se que além da unificação do Karaté, em Inglaterra, a questão central em cima da mesa é a sua modernização.

O Governo Inglês “só apoia financeiramente organismos nacionais com WSPs [*Whole Sport Plans*] em marcha ou organismos nacionais em movimento para a sua implementação” (POW WOW SPORTZ, 2005d) e, por isso, o processo teve como plataforma operacional o “*Whole Sport Plan Implementation Board*” (WSPiB) “para criar uma transição aceitável da situação actual para uma situação efectiva de Planeamento Desportivo para o Karaté na Inglaterra até Abril de 2006” (idem, 2005).

O planeamento estratégico feito com base na estrutura anterior (EKGB) para o ciclo 2006-2010 deverá ser adaptado à nova estrutura e prevê-se uma plataforma assente, por um lado em Directores da Assembleia-geral, mas por outro lado em Directores recrutados: especialistas em áreas de gestão.

Os objectivos são ambiciosos: “Realizar programas modernizados através de uma governação com mecanismos dinâmicos e robustos que maximizará a sua habilidade

para, de forma consistente, ser a nação de Karaté de maior sucesso no mundo” (HALAFIHI, 2005).



**Fig. 101 - Nova Estrutura da Federação Inglesa (2005) (POW WOW SPORTZ, 2005c)**

É mais um exemplo de como a tutela governativa do Desporto tem um papel essencial na regulação institucional entre as diversas estruturas de direito privado. Se em França, o modelo estatal onde até o governo tem um papel controlador sobre as graduações de praticantes (níveis de *dan*) é importante desde há muito tempo, esta situação em Inglaterra é relativamente nova.

A tutela desportiva nacional com base na utilidade pública desportiva é atribuída à Federação Nacional de Karaté – Portugal: DR 213, II Série, de 14 Setembro de 1995 (Utilidade Pública: DR 15, II Série de 18 Janeiro de 1996).

### **3.4.2 Federação Nacional de Karaté – Portugal**

O surgimento da Federação Nacional de Karaté – Portugal (FNK-P), com a primeira Assembleia-geral em 15 de Fevereiro de 1992, onde se aprovaram os novos estatutos e elegem os respectivos órgãos, afirmou-se como marco institucional que tornou desnecessária a comissão FPK-FPKDA anteriores. A influência do Estado foi importante e a disputa política passou a ser interna no mesmo movimento federativo, abrindo assim espaço para que de 1992 a 2001 nenhum mandato tenha sido completado

sem interrupções. Apenas em 2005 tudo aponta para que se finalize o primeiro mandato dos corpos directivos federativos sem interrupção, salientando-se, mesmo assim, que nem todos os elementos da Direcção eleita finalizaram nas respectivas funções.

Podemos considerar quatro ciclos políticos:

- Uma Direcção com liderança de Raul Cerveira (1992-1993),
- Duas Direcções com liderança de Humberto Oliveira (1993-1998),
- Várias Direcções com liderança de João Cardiga (1998-2001);
- Quarta Direcção com liderança de Raul Cerveira (2001-2005).

#### **Quadro 4 - Eleições em Assembleia Geral para Órgãos Directivos FNK-P**

<b>R. Cerveira</b>	<b>H. Oliveira</b>	<b>J. Cardiga</b>	<b>R. Cerveira</b>
15/2/1992	29/5/1993	19/6/1998	13/10/2001
	3/6/1995	18/11/1998	
		18/5/1999	
		29/4/2000	
		8/10/2000	
		28/4/2001 (demissão)	

Nestes ciclos, a partir de 1992, o espaço federativo único passa a poder pensar na formação de quadros com base na legislação comum a todo o sistema desportivo, sem quaisquer restrições específicas regulamentadas em Diário da República, o que marca, desde logo, o consumo institucional do corte com a concepção legal anterior, assim como passa a poder organizar eventos competitivos a nível nacional e regional, assim como a trabalhar na preparação de uma única selecção de representação nacional nos quadros da Federação Europeia e Mundial.

Vamos agora analisar os principais instrumentos federativos, no sentido de identificar indicadores de pertinência e reconhecimento dos recursos, assim como indicadores de compatibilização das finalidades diferentes nas respectivas normas.

### **3.4.3 A Novidade Organizacional da FNK-P**

Notámos, com o estudo do percurso da institucionalização do Karaté em Portugal, que a convergência em torno de duas federações levou à fundação da FNK-P em 1992. Poderíamos mesmo dizer que após o período de divergência em duas federações, antecedido do período de divergência tutelar entre Arte Marcial (CDAM) e Desporto (DGD), o Karaté se uniu mais horizontalmente na FNK-P.

Os estatutos da FNK-P aprovados na primeira Assembleia-geral realizada em 15 de Fevereiro de 1992, definiram como objectivos centrais os que ainda hoje vigoram: a promoção, regulamentação e direcção nacional da prática do Karaté e disciplinas afins, a representação pública nacional e internacional, a organização de provas e respectivos regulamentos, selecção e promoção das condições de treino dos elementos e equipas representantes do país, e a formação e licenciatura de treinadores, árbitros e demais juízes.

Estes objectivos não se diferenciavam muito dos objectivos das federações anteriores, sendo, no entanto, de salientar o carácter holístico estatutariamente expressos pelas FPKDA e FNK-P, ao se referirem ao Karaté e às “disciplinas associadas” ou “disciplinas afins”, ao passo que a FPK se direccionava com exclusividade para o Karaté. A FNK-P abandona com a modificação estatutária esse carácter mais holístico por volta de 1993, centrando-se, desde aí, exclusivamente no Karaté e concentra-se na obtenção da utilidade pública desportiva que culminou em 95/96.

Como órgãos da FPK tínhamos: a Assembleia-geral, a Direcção, o Conselho Técnico, o Conselho Fiscal e o Conselho de Justiça, sendo o seu mandato por 4 anos (art. 8º). Os da FPKDA eram o Congresso, a Mesa do Congresso, a Direcção, o Conselho Fiscal, o Conselho Técnico e o Conselho Disciplinar.

Os órgãos iniciais da FNK-P foram a Assembleia-geral, a Mesa da Assembleia-geral, o Conselho Fiscal, o Conselho Jurisdicional, a Direcção, o Conselho Disciplinar e o Conselho Técnico.

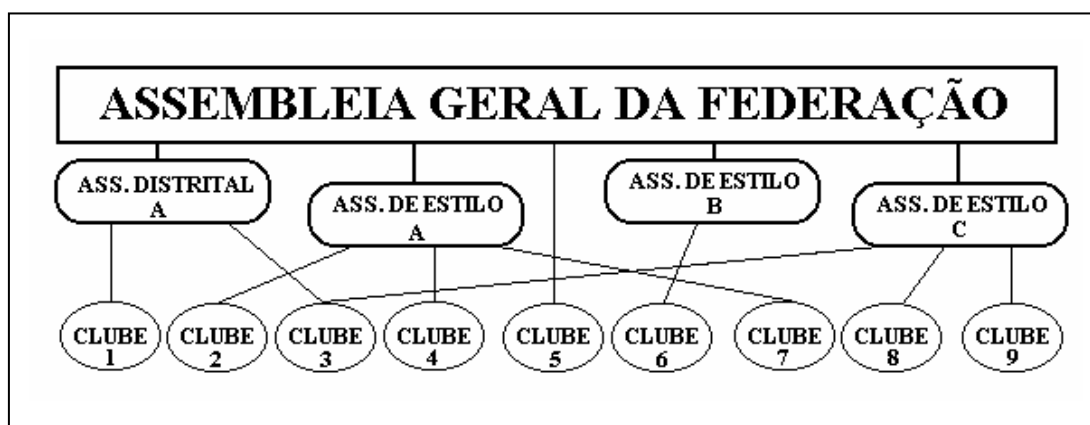
Sob influência do regime jurídico das federações desportivas (RJFD), estabeleceram-se os seguintes órgãos:

- Assembleia-geral;
- Presidente;

- Direcção;
- Conselho de Arbitragem;
- Conselho Fiscal;
- Conselho Jurisdicional;
- Conselho Disciplinar.

Desapareceu a Mesa da Assembleia-geral como órgão, assim como o Conselho Técnico. Emergiu e consolidou-se o Conselho Jurisdicional com competências ligadas à interpretação jurídica dos assuntos diversos (conflitos, recursos, deliberações, estatutos, regulamentos, etc.) e surgiu o órgão Presidente, responsabilizando-o visivelmente pelo estado da federação (ao nível da representatividade, convocação, nomeação, contratação, etc.).

Na Assembleia-geral têm assento como sócios ordinários os clubes ou agrupamentos de clubes de Karaté e a sua organização é diversificada. Podemos identificar uma dimensão vertical e uma dimensão horizontal.



**Fig. 102 - Representatividade Institucional na Assembleia-geral da FNK-P**

A participação de Associações de dimensão vertical (Estilo) é a participação que tradicionalmente fomentou o associativismo nas artes marciais. Este modelo caracteriza-se por ser um modelo policentralizador, assente nas relações estabelecidas em torno de um determinado “estilo”, podendo ou não ser encabeçado por um técnico (mestre). O elo de ligação mais visível é a graduação, sendo o mestre mais graduado que delega as graduações para todos os outros. As competições, quando existem, são

internas e, normalmente, restritas às associações de âmbito nacional; a participação internacional também costuma ser restrita à respectiva associação internacional com que se mantêm relações. É uma horizontalidade interna ao estilo.

Em alguns casos, surgem as Associações Distritais ou Regionais, mas só algumas com a representatividade requerida, ou seja, representando a totalidade dos clubes da região em causa, independentemente dos níveis institucionais verticais que assumem nacionalmente ou mesmo internacionalmente. É o caso único da AKRAM: Associação de Karaté da Região Autónoma da Madeira. O fomento do associativismo distrital não será consolidado facilmente já que os mecanismos tradicionais que têm levado à formação de associações de clubes de ou com Karaté (*dojo*'s) dizem respeito à graduação e às ligações verticais existentes entre o mais graduado (mestre) - o que gradua - e o menos graduado - o que é graduado. A simples participação competitiva ou a regulação administrativa da actividade não tem sido argumento de peso à consolidação desse tipo de associativismo.

Quanto à participação directa dos clubes nas assembleias da federação, esclareça-se que o nº 3 do Artigo 26º do D-L 144/93 de 26 de Abril (Regime Jurídico das Federações Desportivas) estabelece que “os estatutos federativos não podem impedir os clubes e as sociedades com fins desportivos de participar na assembleia geral”.

Deste modo decorre um enquadramento legal da heterogeneidade característica das artes marciais, o que tem muitos aspectos positivos ao nível de um órgão como a assembleia geral de uma federação, principalmente no que se refere à defesa dos vários interesses particulares à modalidade. Fica garantido por lei que qualquer tipo de associativismo emergente da realidade desportiva poderá ter participação na assembleia-geral, sendo mesmo fomentada a emergência do associativismo entre praticantes, técnicos, árbitros, juizes, e outros agentes desportivos (ver nº 1 do Artigo 26º).

Sem qualquer dúvida que os resultados da experiência farão seguir o percurso natural do associativismo na modalidade, não cabendo à Federação decidir que tipo de Associações devem ser privilegiadas. Na verdade, cabe aos clubes a decisão dos critérios pelos quais querem ser representados na federação. No entanto, cabe à federação a decisão por um modelo de operacionalização da sua intervenção no fomento

do desenvolvimento da modalidade e embora esteja previsto nos estatutos da FNK-P e previsto nas intenções de candidatura dos diversos Presidentes, só a AKRAM emerge no contexto requerido, por influência directa da tutela desportiva: IDRAM.

Face à heterogeneidade associativa, a intervenção federativa horizontal e a associativa na Madeira faz-se ao nível das actividades competitivas e formativas. É um facto que, em sintonia com o estipulado na alínea l do art. 20º do D-L 144/93, de 26 de Abril, é a FNK-P a entidade responsável pela “direcção da actividade técnico-desportiva no âmbito do fomento, desenvolvimento e progresso técnico da modalidade, designadamente nas variáveis de formação [...], da detecção de talentos e da constituição de selecções nacionais”.

### **3.4.4 Dos Conselhos Técnicos aos Departamentos**

Em relação às funções dos vários órgãos, remetemo-nos de seguida apenas às funções mais directamente ligadas aos aspectos técnicos e pedagógicos da modalidade. Assim, consideraremos principalmente as funções das Direcções e dos Conselhos Técnicos.

À Direcção da FPK competia “praticar todos os actos de gestão e administração dos negócios [...] necessários à prossecução dos seus fins, com ressalva da competência dos outros órgãos [...]” (art. 13º). À da FPKDA competia “a administração [...], pela qual é responsável perante o Congresso” (nº 4 do art. 6º).

A Direcção da FNK-P mantém inicialmente tais práticas de gestão e administração e respectivas competências e, a partir dos novos estatutos, responsabiliza mais o presidente pela gestão federativa, mesmo no que respeita à questão técnico-pedagógica aqui mais em análise.

O Conselho Técnico, para a FPK era o “órgão responsável pelos aspectos técnicos e pedagógicos do Karaté [...]”, sendo integrado por 5 elementos “[...] que serão obrigatoriamente técnicos de Karaté de reconhecida competência” (art. 14º, nº 2 e nº 1). Na FPKDA, “[...] integrado por titulares de cinto negro, [...]” era “responsável pelos aspectos técnicos [da Federação]” (nº 7 do art. 6º).

Na FNK-P é inicialmente retirada a “responsabilidade” estatutariamente expressa nas anteriores federações, tornando-o um “órgão de consulta da Direcção para todos os

aspectos técnicos e pedagógicos da Federação.” (art. 25 – **negrito nosso**). É claro o esvaziamento inicial das funções do Conselho Técnico para, acelerado pelo RJFD, desaparecer posteriormente.

Dada a necessidade crescente de responder ao natural aumento da complexidade organizativa, técnica e pedagógica, as funções dos antigos Conselhos Técnicos das federações, em geral, foram passando para a própria Direcção que “profissionalizou” esse sector. Foram inicialmente os Departamentos Técnicos que se começaram a assumir como os grandes motores de desenvolvimento técnico e pedagógico da maioria das federações desportivas, sendo na figura do Director Técnico Desportivo qualificado que o Estado, por intermédio da tutela (DGD, IND, INDESP, IDP, etc.), afirmava como forma de garantir a correcta aplicação dos apoios prestados. A tutela chegou a emitir documentação referente a essa figura que, no caso do Karaté, nunca se consolidou, ao ponto de ainda hoje não existir hoje um Director Técnico Nacional ao contrário da maioria das Federações. Na nossa interpretação isso deve-se ao facto da função directiva ser assumida por técnicos, com relutância em aceitar tal titulação num domínio federativo. Tal é, no entanto, assumido ao nível associativo, onde a concepção de institucionalização vertical é compatível e requer mesmo essa definição. Ao nível horizontal, a cultura da modalidade é estranha a essa designação, pois a ideia central seria a de que o Director Técnico seria o Técnico mais graduado, a par do que acontece no movimento associativo vertical.

O novo enquadramento estatutário da FNK-P, iniciou o percurso, esbatendo inicialmente o Conselho Técnico que, influenciado pelo Regime Jurídico das Federações Desportivas, desapareceu, consolidando-se as suas funções no Presidente e na Direcção com o apoio de uma primeira estrutura denominada Departamento Técnico. Mais tarde, evoluiu-se para o modelo actual (artigo 52 dos Estatutos) que distingue dois sectores (Técnico e Administrativo) e cinco departamentos. Um dos departamentos é mais do Sector Administrativo: Departamento de Informação. No Sector Técnico, verificam-se quatro Departamentos:

- Formação;
- Selecção;
- Competição (provas);
- Coordenação de Estilos.

### 3.4.5 A Classificação dos Recursos Humanos no Karaté

É preciso situar bem os actores individuais e os actores institucionais que dão vida às actividades motrícias características do Karaté.

O clube é um agrupamento de pessoas com diferentes papéis desportivos. Os Praticantes são o elemento principal do clube. São os recursos humanos primordiais na sua vida, juntamente com o respectivo Treinador. Eles constituem a essência do centro de prática (*dojo*) do clube. Assim, no Karaté, existe essa unidade organizacional básica que denominamos de *centro de prática*, mas que formalmente denominamos de *dojo*: 道 (*dô / michi* - caminho, moral, ensinamento, filosofia); 場 (*jô* - local). Aqui o ensino de Karaté vincula-se institucionalmente a uma linha de prática de Karaté determinada que se denomina de *estilo* com o estabelecimento de uma hierarquia de níveis de prática através do sistema dan/kyu (gradações). Os treinadores, dependendo das suas instituições nacionais e internacionais de *estilo*, têm maior ou menor poder de atribuição de graduações que, por sua vez, são reconhecíveis pela FNK-P ao nível do Departamento de Coordenação de Estilos através da respectiva associação de filiação.

Assim sendo, Praticante de Karaté é todo o indivíduo que pratica a modalidade num centro de prática (*dojo*) sob orientação de um Treinador, sendo-lhe atribuído um determinado nível de prática através de uma graduação no sistema kyu/dan.

Note-se que o clube pode ter vários centros de prática sob a liderança técnica de um Treinador, mas a existência formal de um clube obriga à existência de outros recursos humanos, com destaque para os dirigentes. São estes os agentes que ocupam funcionalmente os órgãos do clube devidamente organizado com estatutos reconhecidos institucionalmente ao nível da Tutela das Pessoas Colectivas através de um número: NIPC (Número de Identificação da Pessoa Colectiva). O clube pode ser unidesportivo, vocacionado para a prática apenas de uma modalidade de Karaté (o que é mais frequente) ou pode ser multidesportivo, ou seja: vocacionado para a prática de várias modalidades, entre as quais o Karaté através de um ou mais centros de prática (*dojo*). Pode assim também haver um clube com centros de prática de vínculos institucionais a estilos ou linhas diferentes de Karaté, assim como podem existir diferentes centros de prática em diferentes pontos do país vinculados nacional e/ou internacionalmente a uma organização de estilo. Isto é mais frequente do que aquilo.

O Treinador é o agente responsável pelo acto de treino ou ensino de Karaté e que está devidamente habilitado para o exercício dessas funções, independentemente das denominações específicas utilizadas. Normalmente é referido num *dojo* como *sensei* (先生) que é um termo genérico japonês que significa mestre ou professor ou ainda doutor<sup>444</sup>. *Shihan* (師範) é um termo japonês que, nas artes marciais, costuma ser usado também para mestres de nível superior, podendo mesmo no Japão e entre Japoneses ser descortês a sua denominação como *sensei*. O treinador é o líder técnico do centro de prática e pode ser coadjuvado por outros treinadores.

A Direcção Técnica de um centro de prática corresponde a um treinador com a formação mínima de Treinador de Nível I (segundo o Regulamento de Formação de Treinadores de Karaté), podendo ser coadjuvado por Treinadores Monitores. Esse treinador está normalmente vinculado a uma liderança técnica nacional e/ou internacional relativa a um estilo de prática de Karaté sendo conveniente, perante a FNK-P que esses Directores Técnicos a nível nacional tenham níveis de habilitação superiores: Treinadores de Nível II e, no caso Nacional, Treinadores de Nível III. Os regulamentos internos da FNK-P assumem o papel fundamental do Director Técnico relativamente à filiação dos respectivos associados (artigo 2º alínea f). No entanto, nada existe regulamentado relativamente ao seu perfil, com excepção de que, no regulamento de Formação de Treinadores se designa como Treinador de Nível I o grau mínimo para a responsabilização de um centro de prática, e do Treinador de Nível II para a responsabilização de vários centros de Prática. Assim sendo, poderemos inferir que a função de Director Técnico de uma associação deverá, no mínimo, referenciar-se à formação de Treinador de Nível II, o que na realidade não acontece, já que temos mais associações filiadas do que treinadores de nível II habilitados.

As graduações dos praticantes no sistema *kyu* (級) – graduações básicas<sup>445</sup> – e *dan* (段) – graduações avançadas<sup>446</sup> –, envolvem os treinadores como protagonistas centrais

---

<sup>444</sup> De acordo com a Wikipedia - enciclopédia online: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Sensei>> [Consulta 2005-08-16].

<sup>445</sup> Por ordem decrescente de *kyu*, normalmente do 9º *kyu* até ao 1º *kyu*, com atribuição de cores aos cintos numa progressão normal de branco, amarelo, laranja, verde, azul, vermelho e castanho. No entanto, quer o número de *kyus* quer a tipologia da progressão nas cores dos cintos pode ser diferente desta normalidade, pois tal depende de parâmetros próprios da organização de filiação.

<sup>446</sup> Por ordem crescente do 1º *dan* até ao 10º *dan* com a utilização do cinto negro. No entanto, algumas linhas associativas usam só uma progressão até ao 5º *dan*, enquanto outras apenas até ao 8º *dan*. Ainda se deve referir que em tempos foram utilizados cintos diferentes para distinção dos níveis superiores de *dan*,

no papel de avaliadores numa ligação vertical com a sua associação de estilo regional, nacional e ou internacional. Normalmente é assumido no senso comum da modalidade que a avaliação do nível de prática de um praticante de Karaté deverá ser feita sempre por um avaliador com dois níveis de *dan* superiores ao da graduação atribuída e, se possível, em júris com três ou cinco membros nomeados pela respectiva instituição graduadora. O reconhecimento formal dessas graduações ao nível federado passa pela análise documental do Departamento de Coordenação de Estilos e o respectivo Conselho ou Comissão Nacional de Graduações, sendo as graduações de nível superior apenas reconhecidas com a aprovação da Assembleia Geral da FNK-P.

Os praticantes de Karaté podem participar em actividades competitivas institucionalizadas pela FNK-P, passando assim a ser considerados competidores e vulgarmente referidos como atletas. Baseado na estruturação das competições das modalidades olímpicas<sup>447</sup>, o competidor de Karaté é classificado por escalões etários<sup>448</sup> podendo participar em dois tipos de disciplinas competitivas: Kata (型)<sup>449</sup> e Kumite (組手)<sup>450</sup>. Cada uma destas disciplinas é dividida em provas que por sua vez se

---

como por exemplo o cinto vermelho e branco (do 6º ao 8º) e o cinto vermelho (9º e 10º); ou que ainda foi utilizada a colocação de riscas horizontais para visibilidade dos respectivos *dan*. A tendência hoje em dia é a simples utilização do cinto negro sem qualquer marcação de distinção.

<sup>447</sup> “Um desporto olímpico divide-se em duas categorias: as disciplinas e as provas. Uma disciplina é constituída por uma ou várias provas. Uma prova é uma competição de um desporto olímpico. A prova dá lugar a uma classificação e à entrega de medalhas e diplomas” (COP).

<sup>448</sup> Os pré-Infantis são os sub 10, os Infantis são os sub 12, os Iniciados são os sub 14, os Juvenis são os sub 16, os Cadetes são os sub 18, os Juniores são os sub 21 e os restantes são os Seniores.

<sup>449</sup> Literalmente significa forma. O Kata é o nome generalista dado a um exercício tradicional de treino de Karaté constituído por um conjunto ordenado e codificado de acções técnico-tácticas de combate, executadas de forma encadeada sem oposição, permitindo o treino solitário ou em grupo. Cada Kata tem um nome específico (saifa, seipai, jion, seienchin, seishan, etc.) e são verdadeiros instrumentos culturais transmitidos no seio das escolas de Karaté. Na prova de Kata, o competidor tem que demonstrar conhecer o Kata que inicialmente anuncia perante o painel de arbitragem, executando correctamente a sequência dos movimentos na respectiva linha de execução, com demonstração de atitude real de combate, com dinamismo, coordenação e precisão nas várias acções que o constituem. No Kata de equipas, além do anterior, os três executantes têm que fazer o Kata de forma síncrona e demonstrar no final a respectiva aplicação (*bunkai*) apenas para efeitos de decisão entre o 1º e 2º classificados. As novas regras (2000) assentam no pressuposto de que existem oito Kata estandardizados (na versão da Federação Japonesa de Karaté), como que elementos obrigatórios, e que depois existem versões mais livres.

<sup>450</sup> “*kumi*” quer dizer classe, secção, departamento, mas a partir do radical, mais um traço (糸) que literalmente quer dizer “encontro”, poderemos traduzir etimologicamente *kumite* por “encontro entre mãos”. É o combate livre (jogo devidamente regulamentado). No caso das provas de equipa, os combates decorrem sucessivamente entre cada um dos cinco ou três representantes de cada equipa, o que leva a uma sequência possível de cinco combates para os homens e três para as senhoras. Ganha a equipa que obtiver maior número de vitórias. A regra fundamental no *Kumite* é a do controlo absoluto de todos os movimentos já que não se pode ferir deliberadamente o adversário nem ter comportamentos que ponham em risco a própria segurança. Quem não cumpre estes princípios básicos é penalizado. Os competidores têm que executar os ataques de forma a evidenciarem que com aquela acção técnica ou sequência de

caracterizam em individuais ou de equipas, masculinas ou femininas e, no caso das provas individuais da disciplina de Kumite, em categorias de peso<sup>451</sup>. Há assim várias provas de Kata e várias provas de Kumite. O competidor é classificado pelo resultado obtido num determinado tipo de prova de uma das duas disciplinas da competição institucionalizada de Karaté. O treino de competidores necessita de um certo grau de especialização à respectivas regras e regulamentos, sendo bastante selectivo.

As competições institucionalizadas pela FNK-P têm também necessidade de técnicos de arbitragem que são formados e creditados pela própria Federação, no âmbito do Departamento de Formação em colaboração directa com o Conselho de Arbitragem. Várias categorias de habilitação são atribuídas aos Técnicos de Arbitragem, iniciando-se pela de Oficial de Mesa, passando depois a categorias específicas para a disciplina de Kata (Juiz Regional de Kata; Juiz Nacional de Kata) ou Kumite (Juiz Regional de Kumite; Juiz Nacional de Kumite; Árbitro Regional de Kumite; Árbitro Nacional de Kumite). Das diversas funções desempenhadas nos painéis de arbitragem, é a de Chefe de Tatami que assume relevância principal, já que é esse elemento que faz a gestão de toda a arbitragem no respectivo tatami, ou seja, na respectiva área de competição onde decorrem as diferentes provas de uma disciplina. Também este elemento técnico pode assumir funções relevantes na avaliação da prestação dos Técnicos de Arbitragem relativamente ao estabelecimento do ranking nacional previsto regulamentarmente.

Desde já, compreendemos que os principais recursos humanos do Karaté são os praticantes (P), os treinadores (T), os Directores Técnicos (DT), os competidores (C) e os técnicos de arbitragem (TA). Os principais recursos humanos relacionados com o Karaté são os Dirigentes (D), os Médicos (M) e os Formadores (F). Falta ainda

---

acções técnicas, caso não tivessem controlado intencionalmente o impacto final das técnicas executadas, poderiam ter ferido muito gravemente os opositores. Não se trata, portanto, de avaliar se se bateu com maior ou menor força. Avalia-se que, pelo tempo de entrada escolhido (timing), pela velocidade de execução demonstrada, pelas posturas inter-segmentares assumidas ao longo da acção, pela precisão conseguida no toque em zonas pontuáveis não protegidas pela guarda do adversário, e pela atitude de decisão demonstrada pelo comportamento global do executante naquela acção específica de combate regulamentado, se não houvesse controlo absoluto do impacto, poderíamos ter uma lesão grave no adversário. Nas propostas de novos regulamentos que entraram em vigor em Outubro de 2000, a lógica da pontuação alterou-se num sentido diferente: são mais pontuadas as execuções pontuáveis com maior grau de dificuldade. Surgem três níveis de pontuação: ippon (1 ponto); nihon (2 pontos); sanbon (3 pontos). Os seis parâmetros de avaliação de técnicas pontuáveis continuam os mesmos: boa forma, atitude desportiva, aplicação vigorosa, distância correcta, oportunidade adequada, zanshin. A atenção e concentração, a velocidade de execução e a coordenação para movimentos muito precisos são qualidades essenciais num Karateca de competição moderna. Estas qualidades são consolidadas numa formação ética de promoção e respeito pela integridade da vida.

<sup>451</sup> São variáveis de acordo com o sexo e o escalão etário.

estabelecer/reconhecer formalmente a função dos Juizes de Graduação (JG) tacitamente prevista nas graduações dos praticantes, para ter definido definitivamente o quadro de recursos humanos do Karaté.

### **3.4.6 Os Recursos Institucionais Nacionais**

O clube, como núcleo de reunião de praticantes e ou competidores de Karaté, dinamiza as suas actividades tendo em vista o desenvolvimento dos seus membros normalmente todos praticantes da modalidade. O treino desportivo e a participação em eventos diversos, com destaque para as competições, mas não só, tornaram-se possíveis à escala mundial porque se aceitaram regras desportivas da modalidade que permitem, a quem o quiser e no período de desenvolvimento que quiser, objectivar com alguma clareza a orientação dada a um determinado tipo de treino. Foi isto que aconteceu no desenvolvimento inicial da modalidade e é ainda isso que mobiliza actualmente um centro de prática de Karaté, assim como o seu agrupamento institucional vertical e horizontal.

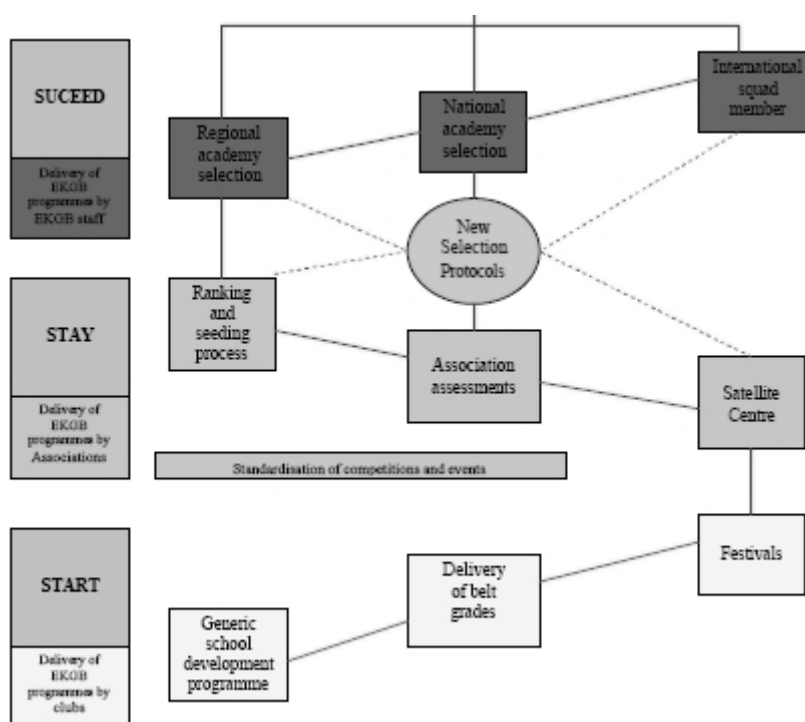
Com a expressão competitiva institucionalizada no Karaté surgem, sem qualquer dúvida, novos objectivos e os actores inerentes a este processo são, como se depreende, os clubes enquanto núcleos de praticantes com uma orientação determinada. O clube A direcciona e dá um determinado sentido à preparação dos seus karatecas competidores; o clube B direcciona e dá outro sentido na mesma preparação. Eles encontram-se para testar os seus métodos, perante o nível dos seus competidores (físico, técnico, tático, psicológico, ético-social) de forma a reestruturarem a sua intervenção, procurando sempre a melhoria das prestações dos seus praticantes, vendo a globalidade do processo e não a restritiva vitória momentaneamente utilizável.

A forma mais rentável conhecida para se juntarem os clubes para o “teste” é, num primeiro nível, por afinidade geográfica: daí os “regionais”. Só depois se justifica um maior investimento dos recursos disponíveis, no sentido da comparação em níveis com maiores custos (inter-regionais, nacionais, internacionais, mundiais).

Assim, a actividade regional é assumida como a base fundamentadora do dinamismo competitivo nacional. Mesmo os modelos recentes de modernização estrutural do planeamento do desenvolvimento desportivo do Karaté, como é o caso

Inglês já focado, partem do pressuposto do Clube, como estrutura local, a Associação como estrutura de agrupamentos de clubes de índole regional, e a federação.

No entanto, se no modelo Inglês tal é horizontal para diversos níveis de actividades, no modelo português, é exclusivamente num nível de fase regional do campeonato nacional, sem dinâmica regional, ao contrário do que tem sido assumido como essencial logo desde a sua fundação da FNK-P (FIGUEIREDO, 1992; 1993).



**Fig. 103 - Do Clube à Federação – Novo Modelo em Inglaterra (2005)**

Antes de falarmos sobre as possibilidades de descentralização e de uma gestão baseada num modelo híbrido em Portugal, é necessário dar uma imagem de alguns indicadores nacionais sobre recursos humanos e associativismo.

Os dados apresentados referem-se aos indicadores disponíveis até Dezembro de 2004 e foram retirados do Programa de Formação 2005 da FNK-P e do Relatório de Actividades e Contas de 2004, sendo os dados relativos à participação competitiva recolhidos junto do Sr. Secretário da FNK-P em Setembro 2005.

### **3.4.7 Indicadores Nacionais de Recursos Humanos e Associativos**

A Lei 30/2004, de 21 de Julho, conhecida como Lei de Bases do Desporto substituiu a Lei 1/90, de 13 de Janeiro, conhecida como Lei de Bases do Sistema Desportivo. Há um certo robustecimento do conceito de Recursos Humanos do Desporto, conceito esse definido anteriormente no Regime Jurídico da Formação Desportiva com o DL 407/99 de 15/10, que ainda se mantém em vigor. No seu artigo 14º faz-se um elogio claro do papel das Federações com Utilidade Pública Desportiva na formação dos recursos humanos do desporto e isso compete à FNK-P para o Karaté.

Vamos aqui apresentar alguns dados relativos aos recursos humanos e institucionais controlados pela FNK-P, aproveitando para discutir alguma dinâmica com base em resultados obtidos por CORREIA (2000) no âmbito do seu estudo da estratégia das Federações Desportivas. Terminaremos com a apresentação do modelo híbrido de gestão organizacional de Karaté como saída para a ultrapassagem de pontos fracos sem perder os pontos fortes que existem na dinâmica da modalidade.

Os recursos humanos do Karaté representam o eixo central da FNK-P como o de qualquer outra federação desportiva. Após a publicação da Lei de Bases do Desporto os praticantes passaram a integrar também os recursos humanos do desporto. Os praticantes de Karaté têm dois papéis fundamentais no Karaté: como Praticante e como Competidores.

Não há ainda uma cultura de registo e controlo funcional dos recursos humanos que seja coerente com o desenvolvimento real da modalidade, apesar dos esforços feitos nos últimos anos. A FNK-P começou em 1992 a contabilizar exclusivamente os praticantes e só a partir de 1995 aprovou o regulamento de Formação de Treinadores passando a atribuir carteiras de habilitação e licenças anuais de Treinadores. O mesmo aconteceu posteriormente com os técnicos de arbitragem. Ainda não existe um controlo dos dirigentes e os competidores são controlados pela inscrição em provas e não pela função.

Existe também uma dificuldade central da Federação em obter dados concretos por parte dos seus associados ao nível dos clubes e existe uma dificuldade do controlo central em olhar indicadores objectivos de desenvolvimento, procurando estratégias

apropriadas (CORREIA, 2000, pp. 17-33) em função de uma análise dos pontos fracos e dos pontos fortes, das oportunidades e das ameaças.

A análise estratégica da FNK-P, se comparada com outros desportos (*ibidem*, pp. 89-106), seria pobre na maioria dos indicadores formalmente conscientes na Vocação e mesmo na Missão da Federação, apesar do potencial riquíssimo da modalidade em termos reais já que a grande vocação da modalidade é a da promoção da formação dos cidadãos mas mimeticamente há tendência para copiar os excessos das outras (*ibidem*, p. 90), mas mal, pois a Alta Competição não se conseguirá desenvolver razoavelmente na actual organização federativa nem com os actuais recursos já que a organização dos quadros competitivos é incomparavelmente pobre e desadequada ao respectivo desenvolvimento. É desequilibrada internamente já que coloca competidores, treinadores e técnicos de arbitragem de aspirações internacionais com outros sem quaisquer aspirações a resultados “regionais”, ganhando pouco os primeiros e perdendo muito os segundos. É desequilibrada externamente, pois a competição de topo é a reprodução das competições intermédias, não havendo competições de base, o que faz com que sejam competições longas, desmotivando os participantes sem sucesso na base e desinteressando os media pela longa prova que se desenrola. As competições de topo nacional, diluem-se no marasmo da longa participação desequilibrada que tem sido por nós observada desde sempre.

**Quadro 5 - Distribuição de Recursos Humanos e Institucionais na FNK-P**

	<b>Assoc.</b>	<b>Clubes</b>	<b>Árb.</b>	<b>Trein.</b>	<b>Comp.</b>	<b>Prat.</b>
Continente	64		314	1052		13139
Madeira	1		51	57		464
Açores	2		54	32		609
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>721*</b>	<b>419</b>	<b>1141</b>	<b>3342*</b>	<b>14212**</b>
Goju	12		96			
Shito	10		89			
Shoto	24		161			
Wado	5		26			
Outros	16		47			
	<b>Assoc</b>	<b>Clubes</b>	<b>Árb</b>	<b>Trein</b>	<b>Comp.</b>	<b>Prat</b>

(\*\*) Dados do final da época 2003/2004 (Julho 2004)

(\*) Dados de participações competitivas em todas as provas da FNK-P (04/05)

Em termos competitivos, a federação organiza-se em torno de 6 regiões nacionais: Norte, Centro Norte, Sul, Centro Sul, Açores e Madeira. No entanto, como já evidenciámos, as Associações associadas à FNK-P não têm características regionais, sendo muitas delas com características nacionais. Assim sendo, a sua distribuição por regiões apresentada pela FNK-P é apenas indicativa, tendo a ver com o lugar da sede oficial, pelo que optámos por não a utilizar.

Os dados relativos aos estilos são para ser utilizados com algumas reservas.

Os dados das associações respeitantes à época 2003/2004 devem ser corrigidos, pois integram associações que não são sócios ordinários, nomeadamente, associações de classe como a Associação de Treinadores, a de Técnicos de Arbitragem (que são no presente duas) e a de Dirigentes. Por outro lado, fomos informados que foram retiradas quatro associações por falta de pagamento da cota anual, o que significa que até à última assembleia-geral de 2004/2005 tínhamos um quadro de 60 Associações (ver Anexo VI).

Relativamente aos clubes, é de notar a ausência de registo preciso dos dados. A razão principal tem a ver com a cultura de “centro de prática” em que assenta a modalidade, ficando dependente essencialmente do Técnico que assume a liderança vinculadora a um nível vertical de autoridade superior (uma associação com liderança técnica numa linha de estilo de Karaté).

No entanto, o registo da denominação e localização do Centro de Prática deverá ser um dado institucional a caracterizar por parte das associações, sendo alguns desses centros de prática (*dojos*), clubes devidamente instituídos, correspondendo assim a um grau superior de institucionalização. Terão de ser encontrados mecanismos de motivação para esse registo e, do nosso ponto de vista, isso passará pelo nível da regionalização já que o centro de prática actual está exclusivamente vinculado à FNK-P através da respectiva associação nacional pelo que os dados obtidos pela FNK-P são exclusivamente referenciais às Associações de estilo. Só a introdução de uma estrutura intermédia de nível horizontal poderá resolver com eficácia essa questão.

A FNK-P estimou em 03/04 cerca de 751 dirigentes. Na verdade tudo aponta para que seja raro haver a figura de dirigente desvinculada da figura de Treinador ou de praticante. Mesmo os corpos sociais da Federação são maioritariamente praticantes activos da modalidade, muitos deles treinadores. Não há muitos dados sobre as

características da figura de dirigente já que, o mesmo aspecto de relevância do dirigismo de base no centro de prática e clube, se vincula com a liderança técnica do grupo de associações. Verificámos como a nascitura das instituições de Karaté em Okinawa e no Japão se centrou na figura da liderança técnica activa, e esse modelo foi seguido pelos pioneiros internacionais do Karaté num associativismo vertical. Na verdade, o primeiro movimento horizontal no Japão com a procura de um Presidente fora do meio vertical, marca a consciência da necessidade de um outro nível de gestão, mas não tem sido fácil a sua implementação pelas características da cultura vertical da modalidade, onde o poder de decisão dos resultados das graduações dos praticantes e da decisão dos resultados competitivos, assenta em agentes desportivos em que a graduação, logo o nível de prática, é pré-requisito, como já esboçámos e como veremos mais à frente, na última parte do presente estudo.

O primeiro movimento horizontal associativo foi, claramente, motivado pelo encontro de espaços competitivos entre os diferentes clubes com diferentes referências verticais. Na verdade os primeiros movimentos competitivos foram dentro do movimento associativo vertical, mas o seu alargamento horizontal é um dos mecanismos mais relevantes na modernização internacional do Karaté no século XX, mas não foi a única motorização da sua prática, como já notámos.

**Quadro 6 - Distribuição do Número de Participações em Competições FNK-P (2005/2006) – Fonte dos dados: FNK-P**

		<b>Pr.Inf (sub10)</b>		<b>Inf. (sub12)</b>		<b>Inic. (sub14)</b>		<b>Juv. (sub16)</b>		<b>Cad. (sub18)</b>		<b>Jun. (sub21)</b>		<b>Seniores</b>		<b>TOTAL</b>	
		nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
<b>Msc.</b>	nº	241	58,1	260	57	224	57,3	193	59,4	374	65,7	227	63,8	527	63,5	2046	61,2
	%	11,78	12,71	10,95	9,43	18,28	11,09	25,76									
<b>Fem.</b>	nº	174	41,9	196	43	167	42,7	132	40,6	195	34,3	129	36,2	303	36,5	1296	38,8
	%	13,43	15,12	12,89	10,19	15,05	9,95	23,38									
<b>TOTAL</b>		415		456		391		325		569		356		830		<b>3342</b>	
		12,42		13,64		11,70		9,72		17,03		10,65		24,84			

Existem provas para todos os escalões desde os Pré-Infantis (sub 10) aos Seniores (mais de 20 anos). Só se realizam provas de Kumite (combate) a partir do escalão de Iniciados (11 e 12 anos), enquanto abaixo deste escalão só fazem provas de Kata

(exercícios formais) individual. As provas de Kumité individual são por categorias de peso e as de equipa não.

Nesse sentido, pedimos a organização dos dados de competidores por regiões, no sentido de olharmos para o desenvolvimento pelas regiões, indicador algo objectivo do movimento institucional ao nível das diferentes regiões do país.

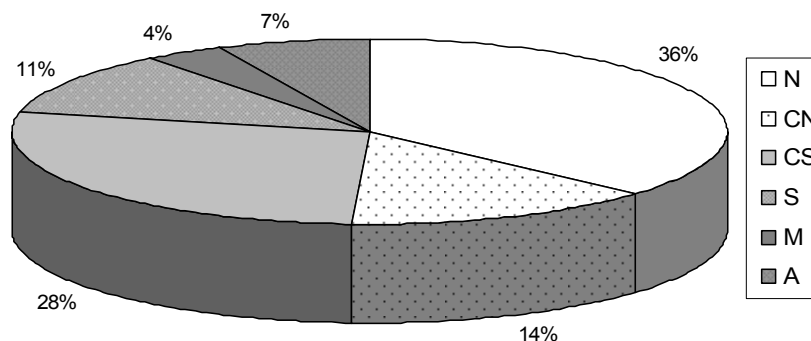
No entanto, como a Federação Nacional de Karaté – Portugal ainda não faz publicação do tratamento pormenorizado dos dados relativos ao número de Competidores inscritos em cada uma das provas, usamos os dados totais das participações individuais nas disciplinas de Kata e de Kumite ao longo das provas regionais e nacionais.

**Quadro 7 - Distribuição Competidores por Regiões FNK-P  
(2005/2006) – Fonte dos dados: FNK-P**

	N	CN	CS	S	M	A	Total
P-inf M	78	35	68	23	18	19	241
P-inf F	57	23	41	19	13	21	174
Total	135	58	109	42	31	40	415
In M	76	41	56	27	10	14	224
In F	55	22	44	24	10	12	167
Total	131	63	100	51	20	26	391
Cd M	147	41	104	46	9	27	374
Cd F	108	9	49	7	2	20	195
Total	255	50	153	53	11	47	569
Sn M	218	43	166	34	14	52	527
Sn F	90	87	66	49	4	7	303
Total	308	130	232	83	18	59	830

	N	CN	CS	S	M	A	Total
If M	80	47	65	36	14	18	260
If F	64	36	51	24	9	12	196
Total	144	83	116	60	23	30	456
Jv M	61	26	50	27	13	16	193
Jv F	49	27	35	14	4	3	132
Total	110	53	85	41	17	19	325
Ju M	107	20	69	23	3	5	227
Ju F	38	14	57	14	4	2	129
Total	145	34	126	37	7	7	356
Tot M	767	253	578	216	81	151	2046
Tot F	461	218	343	151	46	77	1296
Total	1228	471	921	367	127	228	3342



**Gráfico 4 - Competidores de Karaté**

É evidente que se por um lado o competidor de uma zona participa numa prova individual da disciplina de Kata e na de Kumite, e além disso é apurado para a participação numa prova nacional, temos aqui uma quadruplicação desse competidor. Assim, os dados devem ser vistos como participações e não como número de competidores que serão sempre menos, provavelmente metade a partir dos sub 12 e um terço nos sub 10. Faltam ainda incluir as provas de equipa do Campeonato Nacional de Clubes que não integrará muitos mais participantes novos, em relação aos que participaram nas provas individuais.

### **Quadro 8 - Relação Competidores / praticantes**

**Praticantes (03/04), Competidores (04/05) – Fonte dos dados: FNK-P**

	<b>Cont</b>	<b>M</b>	<b>A</b>	<b>Total</b>
<b>Competidores</b>	2987	127	228	3342
<b>Praticantes</b>	13139	464	609	14212
<b>%</b>	2,8	27,4	37,4	23,5

A falta de competidores em Portugal é evidente pelos resultados apresentados. Num potencial de 14.000 praticantes temos 23,5% de participações competitivas nas provas individuais, o que significa que serão perto de 15% os competidores em relação aos praticantes inscritos no território continental e ilhas. Mas o que é impressionante é que no continente, a percentagem é de 2,8 %, pelo que o nº percentual correcto andarà à volta dos 2%. Curiosamente a estrutura mais competitiva na regionalização como é o caso dos Açores é a que tem uma maior percentagem de participação competitiva. Os Açores têm duas associações regionais, uma com sede em S. Miguel e outra com sede na Terceira, mas distribuem-se os clubes afectos sem a lógica meramente regional, com alguma influência da lógica de estilo, o que provoca o malefício de uma rivalidade excessiva e o seu benefício quantitativo: maior dinamismo no quadro federativo.

O movimento de falta de envolvimento competitivo federado tem de ser resolvido com a promoção regular de provas regionais mais restritas e com níveis de competitividade diferenciado, adaptadas a cada escalão. Sem participação competitiva regular e treino adequado, o competidor não se desenvolve, pelo que enfrenta etapas completamente anacrónicas ao seu nível de desenvolvimento.

Tudo aponta para que os pré-infantis sejam o escalão mais forte a participar nas competições federadas nacionais, mas o quadro competitivo é uma cópia integral do modelo Sénior, não promovendo, portanto, a maior participação, mesmo quando se perde uma eliminatória, o que faz com que se aposte na especialização precoce e se percam muitos competidores em etapas seguintes. A dimensão de desenvolvimento competitivo é deixada ao nível das associações com os recursos próprios e sem o envolvimento federado pelo que não tem o controlo da tutela, o que é errado do ponto de vista do desenvolvimento desportivo.

Este dado é o cerne da questão, parecendo então dever ser aumentado o número de provas com níveis diferenciados para os competidores nacionais, inter-regionais e regionais (distrito ou agrupamento de dois distritos), com recursos humanos federados e o respectivo controlo disciplinar preventivo (seguros, exames médicos, técnicos de arbitragem, treinadores, competidores, dirigentes, instalações, etc.), devendo as provas locais ser inscritas nos quadros federados e apoiadas pela respectiva tutela, tal como acontece com qualquer desporto em Portugal.

### **3.4.8 A Formação de Recursos Humanos**

Tal como se refere no Plano de Formação de 2005 da FNK-P, este Regime Jurídico robusteceu o elogio da necessidade de se credibilizar a formação no Desporto em Portugal, através do controlo mais rigoroso da homologação e creditação dos cursos respectivos pelo Estado, e através do paralelismo com o Regime de Certificação Profissional coerente com a realidade profissional na Europa Comunitária.

Perante a definição legislativa de Recursos Humanos do Desporto e de Recursos Humanos relacionados com o Desporto, actualizada pela Lei de Bases do Desporto, a FNK-P explicita (FNK-P, 2004, p. 4):

- Os Recursos Humanos do Karaté são os Praticantes, os Competidores, os Treinadores e os Técnicos de Arbitragem.
- Os Recursos Humanos Relacionados com o Karaté são os Dirigentes, Médicos e Psicólogos, Formadores, etc.

Com base no referido no artigo 12º do D-L 407/99 de 15/10 relativamente aos objectivos e características dos recursos humanos do desporto e com base no capítulo III

do mesmo D-L relativamente à realização da formação, tendo ainda em linha de conta o Regulamento de Formação de Treinadores de Karaté e o Regulamento do Conselho de Arbitragem da FNK-P, conclui-se o seguinte:

- 1. Compete exclusivamente à FNK-P estabelecer a Carreira de Treinadores e de Técnicos de Arbitragem de Karaté, em coerência com as especificidades próprias da modalidade;*
- 2. Compete exclusivamente à FNK-P creditar o ingresso e progressão dos Treinadores e dos Técnicos de Arbitragem de Karaté nas respectivas carreiras;*
- 3. Compete exclusivamente ao IDP a homologação dos cursos de formação de Treinadores e Técnicos de Arbitragem da FNK-P, sendo de destacar a relevância clara dada à responsabilização da FNK-P, fundamentalmente na elaboração dos recursos pedagógico-didáticos para os recursos humanos do Karaté (ibidem).*

É também evidenciada a falta de definição regulamentadora decorrente do D-L de Outubro de 1999, seguindo-se apenas algumas linhas orientadoras da tutela representada no CEFD que promoveu junto da FNK-P e da Associação Nacional de Treinadores de Karaté (ANTK) a apresentação de alguns documentos importantes:

*Documentação para a formação de Técnicos de Arbitragem (Manual do Árbitro) – 1998;*

*Regulamentação do Regime Jurídico da Formação Desportiva – Formação de Treinadores – Perfis Profissionais (Documento de Trabalho de Junho de 2001);*

*Programas dos Cursos de Monitores, Treinadores, Treinadores Nacionais e Treinadores de Alto Rendimento (Matérias Gerais) – Dezembro de 2001;*

*Foi pedido pelo CEFD à FNK-P para se iniciar definição dos programas da parte específica do Karaté – (Dezembro de 2002) (ibidem).*

A consciência dos desafios da FNK-P perante a tutela é assumida:

*A FNK-P tem definido desde 1995, através do Regulamento de Formação de Treinadores e dos seus Currícula, e desde 1999, através do Regulamento do Conselho de Arbitragem e dos respectivos Currícula (2000), o Perfil de Formação para os Treinadores de Karaté e para os Técnicos de Arbitragem de Karaté. A FNK-P deve preparar o ajustamento dos Regulamentos e dos Currícula de formação de Treinadores em função das alterações previstas tutelarmente desde 2001.*

*A FNK-P (de acordo com o n.º 3 do D-L 407/99 de 15/10), tem “responsabilidade acrescida na organização e desenvolvimento da formação desportiva”, sendo de destacar, no nosso entender, a formação dos recursos humanos do desporto (Treinadores e Técnicos de Arbitragem). A FNK-P deverá criar e manter Centros de Formação e elaborar os Manuais de Formação em colaboração com o IDP;*

*A FNK-P terá provavelmente que se preparar junto do IDP para a homologação dos seus cursos de formação, de acordo com o estabelecido no Artigo 15º do D-L 407/99, e entrar na Rede Nacional de Entidades Formadoras (Artigo 17º);*

*A FNK-P terá provavelmente que preparar o seu apetrechamento com uma Bolsa de Formadores detentores de Certificados de Aptidão Pedagógica de Formador, com competência técnica na área do Karaté, de forma a integrarem a Base de Dados de Formadores Desportivos do IDP, em articulação com a Bolsa Nacional de Formadores gerida pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (ibidem).*

A forma como a FNK-P encontrou para estruturar o seu Departamento de Formação dá logo a entender a perspectiva como enquadra os diversos recursos humanos do Karaté (Treinadores e Técnicos de Arbitragem) num patamar de maior importância em relação aos recursos humanos relacionados com o Karaté.



**Fig. 104 - Estrutura do Departamento de Formação da FNK-P**

### **3.4.9 Os Técnicos de Arbitragem**

Para além dos encontros entre competidores, a formação horizontal de Técnicos de Arbitragem, tem assumido relevância desde o início dos movimentos competitivos em Portugal. Se Roland Clark foi o único técnico de arbitragem da primeira prova em 1970, como já estudámos, a FPK e a FPKDA, concretizando a sua vertente de organização de eventos para competidores, necessitaram de fazer a formação de Técnicos de Arbitragem.

De uma lógica de formação global em que um curso formava para todas as competências indiferenciadamente, tentou-se uma lógica de formação com base na

especificidade de competências, com cursos próprios para as categorias de Técnicos de Arbitragem aprovadas no respectivo regulamento.

**Quadro 9a - Cursos e Acções de Formação de Técnicos de Arbitragem**

Cursos Conjunto	1		1	1	1	1		1	-	-		-	-	6
Cursos Of. Mesa								1	5	1	3	2	2	14
Cursos Kata											1	-	2	3
Cursos Kumité									2	2	1	8	4	17
<b>ANOS</b>	<b>92</b>	<b>93</b>	<b>94</b>	<b>95</b>	<b>96</b>	<b>97</b>	<b>98</b>	<b>99</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>TOTAL</b>
Acções Téc. Arbitragem				1	1	1		2	3	1	2	2	7	20
Acções Formadores									1					1
Fóruns									1					1

Assim, aparecem a partir de 1999 os primeiros cursos de Oficiais de Mesa e cursos diferenciados para Técnicos de Arbitragem das disciplinas de Kata e de Kumite. De notar que a estruturação da formação de Técnicos de Arbitragem que se tentou centrar em formação de formadores com especificidades técnicas horizontais próprias, ficaram fundamentalmente assentes na autoridade natural do Conselho de Arbitragem, em que a função de técnico internacional é hierarquicamente superior, imperando um modelo de reprodução do paradigma de avaliação de competências mais do que numa estratégia formativa de desenvolvimento de competências. Tal acontece pela dificuldade de profissionalização do sector, pois não existe quadro profissional de formação de Técnicos de Arbitragem.

**Quadro 9b - Caracterização dos Técnicos de Arbitragem**

	<b>OM</b>	<b>JRKU</b>	<b>JNKU</b>	<b>ARKU</b>	<b>ANKU</b>	<b>JRKA</b>	<b>JNKA</b>	<b>Total</b>
Norte	54	18	7	2	6	5	4	96
Centro Norte	23	3	1	3	3	5	2	40
Centro Sul	48	27	11	3	18	12	12	131
Sul	26	6	0	3	4	6	2	47
Madeira	44	3	2	0	1	0	1	51
Açores	49	2	1	1	0	1	0	54
<b>Total</b>	<b>244</b>	<b>59</b>	<b>22</b>	<b>12</b>	<b>32</b>	<b>29</b>	<b>21</b>	<b>419</b>
Goju	55	21	3	2	5	6	4	96
Shito	58	11	2	3	5	6	4	89
Shoto	98	14	10	7	12	12	8	161
Wado	13	4	3	0	3	2	1	26
Outros	20	9	4	0	7	3	4	47
	<b>OM</b>	<b>JRKU</b>	<b>JNKU</b>	<b>ARKU</b>	<b>ANKU</b>	<b>JRKA</b>	<b>JNKA</b>	<b>Total</b>

Essa importância não é exclusiva da Federação Nacional de Karaté – Portugal. O sector de arbitragem é foco de preocupação no plano estratégico do novo organismo na Inglaterra.

A vantagem da dinâmica de liderança do Conselho de Arbitragem é que o sector está mais controlado, embora se notem que as preocupações de aumento da qualidade das competências principalmente nos juizes e árbitros, seja assente num modelo selectivo e sem suporte de avaliação de competências reais, nem de supervisão formativa, o que pode criar situações de ruptura.

Existe uma certa falta de técnicos de arbitragem ao nível de cada região para cobrir as respectivas necessidades, pelo que se tem de recorrer à angariação de Juizes e Árbitros Regionais (e nacionais) de outras regiões para fazer as respectivas provas, onerando imenso toda a estrutura competitiva. Não pode haver oferta de enquadramento de competições sem o devido envolvimento dos Técnicos de Arbitragem, pelo que a Regionalização da arbitragem é essencial para que se consiga fazer formação adequada em cada conselho regional de arbitragem, para depois poder fazer uma carreira nacional adequada.

### **3.4.10 Os Treinadores de Karaté**

Outro aspecto relevante na formação horizontal de recursos humanos de Karaté respeita à formação de Treinadores. A sua relevância ultrapassa a questão de formação de Competidores já que também se referencia à formação de Praticantes de Karaté.

O que hoje se designa por Treinador no Karaté tem tido as mais diversas designações, sendo a maioria delas fruto de uma crítica ao termo “treinador” por estar bastante vincado ao conceito de desporto que é um conceito que hoje se assume aberto e integrar, no sentido da contextualização da Motricidade Humana como objecto de estudo, e assim, uma motricidade desportiva.

Usamos o termo treinador apenas por ser o termo sugerido na Lei de Bases do Sistema desportivo e por ser assumido na perspectiva de agente de ensino e treino de Karaté.

Como se pode observar nos quadros seguintes, a formação horizontal de Treinadores tem sido assumida pela FNK-P desde 1994, com a respectiva habilitação a

partir de 1999. Foram reconhecidos, perante o novo regulamento de Formação de Treinadores aprovado na Assembleia-geral por unanimidade em Abril de 1995, todos os graus atribuídos pelas entidades formadoras anteriores (CDAM, FPK e FPKDA); foram estabelecidas equivalências e equiparações através de normativos próprios e foi preparado um movimento de construção curricular envolvendo todos os agentes interessados, pelo que só em 1999 é que foram criadas as condições para o início do primeiro curso de formação de treinadores monitores de Karaté. Este movimento está caracterizado em FIGUEIREDO (1994 e 1995).

**Quadro 10 - Cursos e Acções de Formação de Treinadores de Karaté**

Cursos de TM								3	3		3	2	2	13
Cursos deTN1									1		2	1	2	6
Cursos TN2														0
Cursos TN3														0
<b>ANOS</b>	<b>92</b>	<b>93</b>	94	95	96	97	<b>98</b>	99	00	<b>01</b>	02	03	04	<b>TOTAL</b>
Acções Treinad.			2		1		1	3	1		2	7	1	18
Formadores				2	1		1	5	2		1	2	1	15
Fóruns							1	1	0	1	0	0		3

**Quadro 11 - Caracterização dos Treinadores Habilitados até Novembro de 2003**

<b>Treinadores Monitores</b>	<b>Treinadores de Nível I</b>	<b>Treinadores de Nível II</b>	<b>Treinadores de Nível III</b>	<b>Total</b>
816	316	9	----	1141

A descentralização e regionalização dos nível básico de formação é aconselhável pelo que a formação de formadores deverá ter em conta este movimento.

É impossível um movimento de formação de treinadores não ter treinadores de topo prontos para a respectiva supervisão, pelo que se tem de investir bastante na formação de treinadores de topo, criando estruturas técnicas de lógica formativa para aspectos específicos da modalidade: graduações, competições, formação, etc.

### 3.4.11 Descentralização / Liberdade Associativa

Notámos como alguns indicadores sobre o desenvolvimento do Karaté nos levam a interpretar que o caminho da horizontalização deve deixar de ser exclusivo de um nível nacional para poder ser assumido realmente a nível regional mais próximo da realidade dos recursos humanos centrais do desenvolvimento do Karaté: praticantes, treinadores, competidores e técnicos de arbitragem.

É por isso que se deve reflectir sobre um novo instrumento organizativo para o Karaté e um velho instrumento organizativo para o desporto: a descentralização / regionalização.

Num primeiro nível de descentralização é conveniente evidenciar a necessidade de autonomia no livre associativismo sem colocar em risco os valores da liberdade.

Na verdade, a Constituição da República Portuguesa define o direito à liberdade de associação, permitindo que os indivíduos constituam associações, que a elas adiram e que delas possam sair sem qualquer tipo de coacção.

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

##### Artigo 46.º

##### (Liberdade de associação)

1. Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respectivos fins não sejam contrários à lei penal.
2. As associações prosseguem livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas e não podem ser dissolvidas pelo Estado ou suspensas as suas actividades senão nos casos previstos na lei e mediante decisão judicial.
3. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação nem coagido por qualquer meio a permanecer nela.
4. Não são consentidas associações armadas nem de tipo militar, militarizadas ou paramilitares, nem organizações racistas ou que perfilhem a ideologia fascista.

Como realça MEIRIM (1995, pp. 17-18),

*Esta liberdade é garantida não como existência a se, mas antes para a prossecução de determinados fins a atingir de forma organizada por um conjunto de cidadãos (funcionalização da liberdade de associação).*

*Significativo do alcance desta liberdade é o facto do artigo 158º do Código Civil, que se ocupa da aquisição da personalidade jurídica por parte das associações, lhes atribuir essa personalidade desde que constituídas por escritura pública, independentemente de qualquer autorização ou reconhecimento de autoridade administrativa.*

Esta funcionalização da liberdade de associação que, a partir de Novembro de 1974, deixou de ser controlada pelo Estado “através de um acto discricionário” passa a vigorar através do “reconhecimento normativo”, afirmando-se assim, “o princípio da liberdade da prossecução dos fins associativos”, “encontrando apenas como limites a promoção da violência e a contrariedade à lei penal” (*ibidem*, p. 18).

A forma de constituição dos clubes ou associações de Karaté é fundamentalmente a mesma. No âmbito do Código Civil Português podemos encontrar as principais indicações.

## CÓDIGO CIVIL PORTUGUÊS

### SECÇÃO II

#### Associações

#### ARTIGO 167º

(Acto de constituição e estatutos)

1. O acto de constituição da associação especificará os bens ou serviços com que os associados concorrem para o património social, a denominação, fim e sede da pessoa colectiva, a forma do seu funcionamento, assim como a sua duração, quando a associação se não constitua por tempo indeterminado.
2. Os estatutos podem especificar ainda os direitos e obrigações dos associados, as condições da sua admissão, saída e exclusão, bem como os termos da extinção da pessoa colectiva e conseqüente devolução do seu património.

#### ARTIGO 168º

(Forma e publicidade)

1. O acto de constituição da associação, os estatutos e as suas alterações devem constar de escritura pública.
2. O notário deve, oficiosamente, a expensas da associação, comunicar a constituição e estatutos, bem como as alterações destes, à autoridade administrativa e ao Ministério Público e remeter ao jornal oficial um extracto para publicação.
3. O acto de constituição, os estatutos e as suas alterações não produzem efeitos em relação a terceiros, enquanto não forem publicados nos termos do número anterior.

(Redacção do Dec.-Lei 496/77, de 25-11)

Os estatutos assumem relevância fundamental exprimindo “a vontade dos associados”, tendo “um conteúdo imperativo” e um “conteúdo facultativo” (*ibidem*, p. 18).

Têm sido elogiados os movimentos associativos na institucionalização do Desporto em Portugal e, assim, na institucionalização do Karaté, ao ponto de poderem ir à institucionalização da utilidade pública desportiva, como é o caso das Federações.

## LEI DE BASES DO SISTEMA DESPORTIVO

(já não em vigor)

### Artigo 2.º

#### Princípios fundamentais

2 - Além dos que decorrem do número anterior, são princípios gerais da acção do Estado, no desenvolvimento da política desportiva:

(...)

c) O reconhecimento do papel essencial dos clubes e das suas associações e federações e o fomento do associativismo desportivo;

d) A participação das estruturas associativas de enquadramento da actividade desportiva na definição da política desportiva;

### Artigo 11.º

#### Do associativismo desportivo em geral

1 - A criação e a generalização do associativismo desportivo são apoiadas e fomentadas a todos os níveis, designadamente nas vertentes da recreação e do rendimento.

2 - As federações, as associações e os clubes desportivos são apoiados pelo Estado, nos termos previstos na presente lei, atendendo à respectiva utilidade social.

## LEI DE BASES DO DESPORTO

(agora em vigor e em vias de reestruturação)

### Artigo 12º

#### **Princípio da autonomia e relevância do movimento associativo**

1 — É reconhecido e deve ser fomentado o papel essencial dos clubes e das suas associações e federações no enquadramento da actividade desportiva e na definição da política desportiva.

2 — É reconhecida a autonomia das organizações desportivas e o seu direito à auto-organização através das estruturas associativas adequadas, assumindo-se as federações desportivas como o elemento chave de uma forma organizativa que garanta a coesão desportiva e a democracia participativa.

Como instrumentos fundamentais decorrentes de um Clube, Associação ou mesmo Federação são de destacar normalmente os seguintes:

Estatuto – Estado / Assembleia-geral

Regulamentos – Assembleia-geral

Normas – Órgãos

Plano de Acção / Orçamento

Relatório de Actividades / Contas

### **3.4.12 A Descentralização**

Desde a sua fundação que a FNK-P mantém o artigo 6 nos seus estatutos onde, com o “fim de promover uma mais eficiente cobertura técnica e administrativa do território nacional”, exprime a intenção de incentivo à “criação de estruturas regionais de acordo com a dinâmica própria de cada região”. Isto demonstra a consciência clara dos Dirigentes do Karaté Nacional em relação a este problema verdadeiramente estratégico. Assim, desde há mais de 10 anos assume-se que a dinâmica própria de cada região estará na base da criação das estruturas regionais.

Dois vectores horizontais importantíssimos se deparam neste movimento: as Actividades Competitivas, já evidenciadas anteriormente, e a Formação de quadros. Abre-se o caminho para o enquadramento descentralizado de Departamentos Técnicos competentes e qualificados para a função, com destaque especial para a figura do Director Técnico Regional, ou Assessor Técnico Regional a ser nomeado e contratado pela Federação sob proposta das Delegações Regionais da Federação Nacional de Karaté ou mesmo das Associações Regionais de Karaté que assumam capacidade de autonomia para essas actividades horizontais com recursos materiais próprios e reconhecidos recursos humanos por parte da FNK-P.

Quanto a nós, é precisamente num processo de Coordenação Técnica Nacional (onde assentarão o Director Técnico Nacional e todos os Directores Técnicos Regionais e Associativos), a par com um verdadeiro corpo regional e nacional de dirigentes, árbitros e juízes, que se fundamentará o futuro desenvolvimento do Karaté nacional. O sentido das transformações depende das opções estratégicas de hoje, e quem as gere será o responsável pelo amanhã.

As novas competências emergem dos novos objectivos preconizados para a modalidade e o dinamismo da vertente competitiva e formativa são os vectores fundadores das actividades federativas. Trata-se, tão só, de coordenar as energias no sentido de, verdadeiramente, dar melhores condições para a preparação da competição, e da formação de recursos humanos, respondendo coerentemente às novas necessidades, aspirações e motivações das sociedades actuais.

Todo este movimento não deve ser uniformizador. Longe vai a época da uniformização do Karaté e das “artes marciais”, não só a nível nacional mas também internacional. A escola (estilo) é um espaço de riqueza metodológica a não perder, mas

sim a compreender e dar significado; salvaguardando as diferenças entre o Shoto, Goju, Wado, Shito, etc., etc., pretende-se apenas uma plataforma desenvolvimentista do sentido comum destas escolas: a essência do Karaté.

### **3.4.13 O Modelo Híbrido – Uma Porta Aberta**

Pelo estudo teórico podemos identificar claramente na organização do Karaté contemporâneo, uma direcção vertical assente na linhagem do estilo de Karaté, cuja força fundante atravessa a formação geral e específica do praticante de Karaté através de uma determinada linha e uma direcção horizontal, organizacionalmente mais interventiva por parte da FNK-P, que é a direcção que toca na formação de quadros humanos nas competências horizontais e na organização de competições de regulamentação horizontal.

Em Portugal, nada impede que estruturas regionais representativas do sector horizontal da modalidade sejam reconhecidas pela FNK-P, desde que tenham capacidade autónoma de existência, e que possam mesmo ser estimuladas como um movimento de prolongamento das suas actividades horizontais, ao mesmo tempo que as actuais associações de filiação dos praticantes por linhas e estilos de Karaté mantenham o seu fundamento técnico de formação técnica específica dos recursos humanos, com destaque formal para as graduações.

O poder político de filiação dos praticantes poderá manter-se no quadro actual da modalidade em termos de Assembleia-geral, sem desestabilizar o equilíbrio encontrado. Neste modelo híbrido robustecer-se-á a capacidade técnica das associações com recursos humanos para a Direcção Técnica superior ao nível da formação específica e mesmo das respectivas graduações que deverão ser sempre reconhecíveis através de associações tecnicamente competentes, ou seja, com os recursos suficientes.

As associações mais deficitárias em termos de recursos técnicos nacionais e/ou internacionais deverão, como é óbvio, usufruir do apoio de técnicos externos a essas associações, mas devidamente creditados pela FNK-P através de outras, criando parcerias tácitas entre associações dentro da Federação, numa dinâmica de simultâneo respeito pela liberdade associativa e luta pela integridade técnica.

Já hoje acontece Treinadores darem apoio Técnico de nível superior em formação e graduações a outras associações para além da sua associação de origem. Cabe a essa associação de origem definir os limites estrategicamente viáveis para os seus objectivos e cabe aos recursos humanos individuais equilibrarem a sua liberdade com o bem comum no seio da associação.

São indicadores claros de que estamos em ruptura de paradigma organizacional e que, se formos serenos e competentes nas opções e acções tomadas, equilibraremos a organização e gestão do Karaté nacional naquilo que definimos como o “paradigma do 5º estilo”. É o Karaté da FNK-P que, sem os Karatés das associações e dos clubes não existe, sem o esforço de Treinadores, Dirigentes e Praticantes, deixa de ter visibilidade e, assim sendo, esmorecerá no esplendor único da competição institucionalizada.

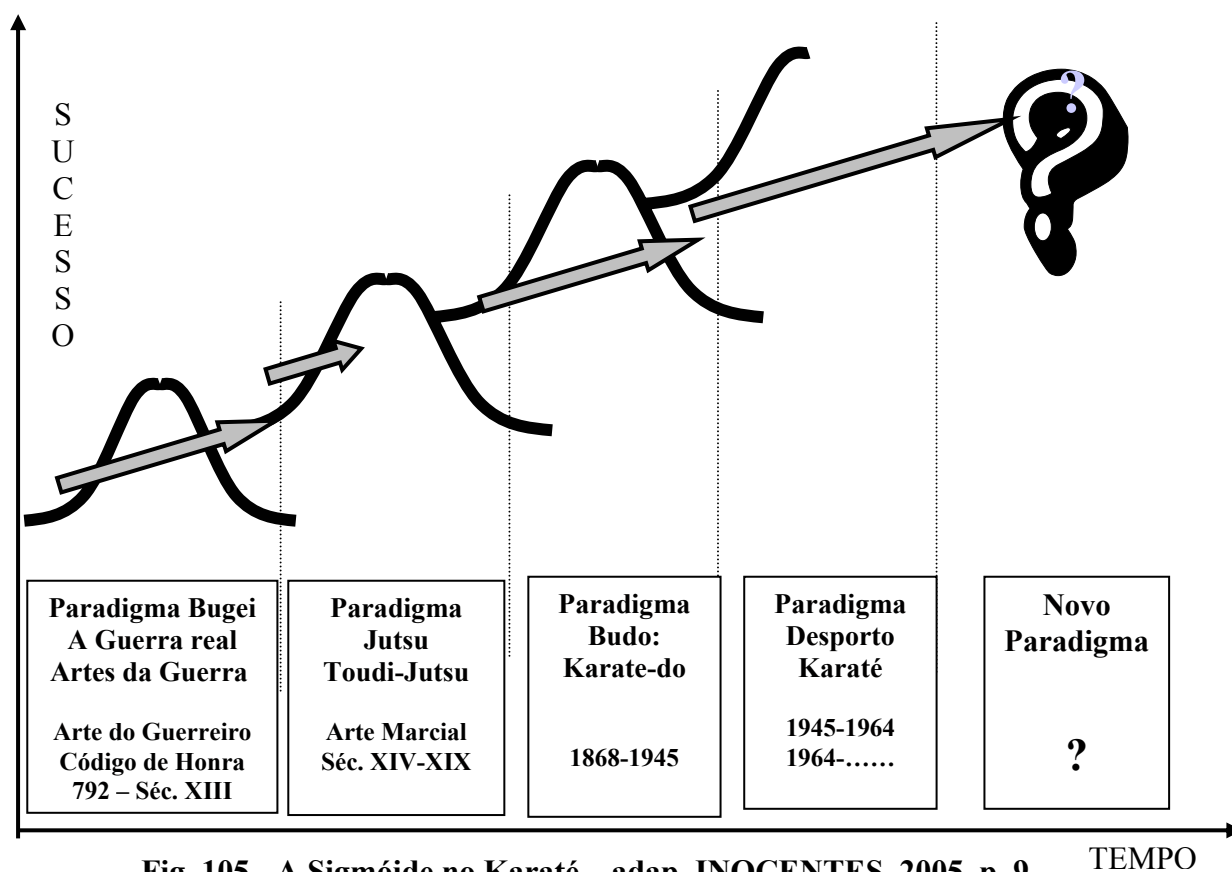


Fig. 105 - A Sigmóide no Karaté – adap. INOCENTES, 2005, p. 9

Embora os marcos escolhidos sejam discutíveis interessa-nos aqui realçar que estamos claramente a identificar uma crise actual, a par das crises vividas anteriormente. Não se trata de uma crise exclusivamente pela infantilização cada vez mais progressiva do Karaté, pela baixa de praticantes adultos e subida de crianças. Ou da crise pela ainda adiada entrada no programa Olímpico. Enfim: trata-se de uma crise de ligação entre o

eixo vertical e horizontal no Karaté, sendo de salientar que, as operações passadas têm ainda reflexos profundos na actividade actual, pelo que não morreram completamente<sup>452</sup>.

Como já estudámos logo na primeira parte, a evolução dos fenómenos de crise em ciência tem duas dimensões básicas de análise:

- Crises de crescimento.
- Crises de degenerescência.

Vimos também que as crises de crescimento acontecem ao nível da *matriz disciplinar* de um dado ramo da ciência. São, portanto, uma espécie de matriz vertical, dimensão em profundidade, revelando-se na insatisfação perante métodos ou conceitos básicos usados sem contestação. Mas, nessa visão matricialmente vertical e disciplinar, o sentimento de crise de crescimento do estilo, da escola, da disciplina, decorre da percepção mais ou menos lúcida da existência de alternativas viáveis.

As crises de degenerescência, como vimos também, dão-se ao nível do *paradigma*, atravessando todas as disciplinas, ainda que de modo desigual e, no caso presente actual, para os estilos de Karaté, é a crise na horizontalidade desportiva que identifica claramente esta crise de degenerescência, ou mesmo a crise da horizontalidade Budo para as disciplinas em causa (BENNETT<sup>453</sup>, Ed: 2005).

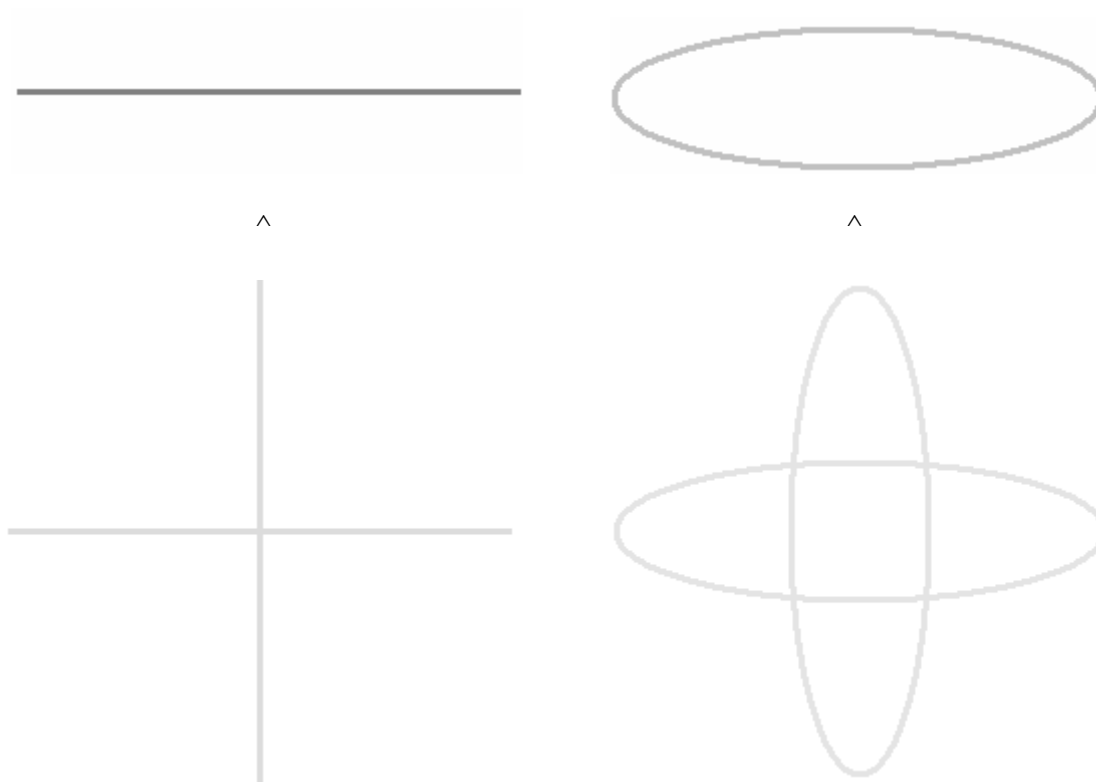
Assim sendo, a interpretação do nosso modelo em construção aplica-se perfeitamente ao dimensionamento da questão em análise já que essa crise acontece quando a dimensão horizontal se destaca da dimensão vertical, como sistema à parte, tal como aconteceu ao Judo que rompeu completamente com a dimensão vertical dos estilos de jujitsu e hoje emerge a modalidade jujitsu no campo horizontal do quadro organizacional Olímpico.

É um erro destacar analiticamente essa componente horizontal, e foi essa questão essencial que quisemos elogiar com a afirmação da necessidade de um modelo híbrido ao nível da gestão pós-moderna do Karaté nacional. É esse erro que aqui pretendemos apresentar graficamente.

---

<sup>452</sup> Ver PIRES, 2003, p. 17.

<sup>453</sup> E mais 22 investigadores.



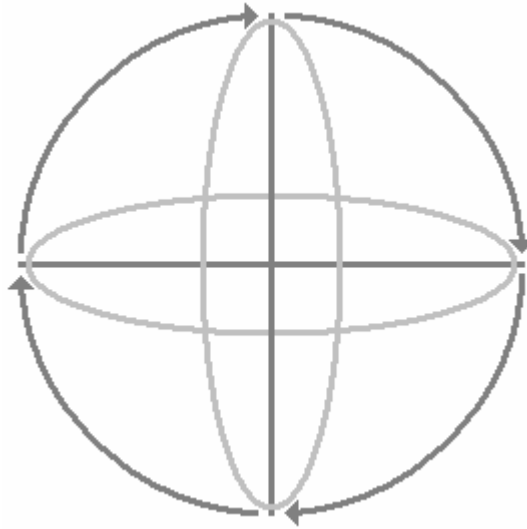
**Fig. 106 - Visão anti-sistémica e anti-macroscópica do desenvolvimento**

São as crises transversais, chamadas crises de paradigma que actualmente, para Boaventura de Sousa SANTOS (1989) estamos a integrar, havendo, como se disse já duas condições para essa crise acontecer:

- A acumulação de crises no interior do paradigma quando as soluções que este vai propondo para elas, em vez de as resolver, geram mais e mais profundas crises.
- A existência de condições sociais e teóricas que permitam recuperar todo o pensamento que não se deixou pensar pelo paradigma, e que foi sobrevivendo em discursos vulgares, marginais, subculturais.

Quanto a nós, estes movimentos ditos verticais, os tais movimentos que se não deixaram arrasar completamente pelo paradigma do dualismo cartesiano interpretado no mecanicismo industrializante que afectou a modelação global do mundo, são o motor da integração de um novo conceito de horizontalidade, rompendo com o paradigma anterior de uma visão unívoca de desporto que com PIRES e TOFLER já

caracterizámos como excessivamente vinculado ao código oculto da revolução industrial.



**Fig. 107 - Componente Transversal - Visão sistémica e mesoscópica do desenvolvimento integral e integrado**

Não se deverá perder a componente vertical em paralelo à componente horizontal, ou seja, é essencial gerir a dinâmica de cada estilo nas especificidades próprias com uma integração horizontal que, ao incluir, também, a área técnica e a política como zonas de tridimensionalidade analítica que, ao se integrarem com o modelo vectorial bidimensional, dão origem ao modelo pentadimensional.

Este mesocópio resulta numa integração onde a questão essencial que emerge é a transversalidade dos fenómenos institucionais no Karaté e, provavelmente, nas restantes actividades de motricia desportiva budo.

### **3.4.14 Conclusão**

Notámos até agora como a horizontalidade institucional do Karaté em Portugal viveu os seus desequilíbrios no despertar tardio, dando tempo para a consolidação da institucionalização vertical que ainda desequilibra a organização da modalidade quando comparada com outras.

Essa característica que, como veremos à frente, não tem sido bem entendida pela tutela, tem raízes num pré-conceito de leitura pouco objectiva também da tutela portuguesa, desde sempre. A desvinculação entre Judo Marcial e Judo Desportivo

produziu a pluriverticalização dos Budo em Portugal, num movimento interessantíssimo e característico do nosso país, sob liderança de Corrêa Pereira, anexando o Karaté. A sua desvinculação seguinte não foi feita na mesma perspectiva horizontal mas sim altamente vertical (Shotokan JKA), largando o espaço *Budo* para um Shotokai determinado (Murakami). Hoje, essas mesmas organizações de estilo cresceram para espaços institucionais diferentes.

Demonstrámos que os Budo não são apanágio de um estilo de Karaté (ou de um estilo de outra modalidade: Aikido, Judo, Kendo, Kyudo, etc.), mas sim uma interpretação própria da prática de actividades de motricidade desportiva de combate com características que são específicas aos *Budo*, integrados no conceito pós-moderno de Desporto. Essa lógica própria, num determinado tempo e espaço, institucionalizou os *Budo* modernos através da Dai Nipon Butokukai e a UBU é claramente um reflexo indirecto desse movimento em Portugal, com vínculo directo ao Kodokan, mas sem a perspectiva competitiva institucionalizada a despertar em todo o mundo.

O Karaté federado que, entre nós, não tem a dimensão institucional assumida em França, por exemplo. Entre nós está a crescer no intra e inter-vertical e não tem estruturalmente hipóteses de crescimento no horizontal. Mas se é a tutela que está a liderar o aumento da horizontalidade institucional do Karaté inglês, em Portugal não parece estar a acontecer nenhum movimento semelhante, o que significa que o desequilíbrio institucional em Portugal ainda é muito vertical, notando-se uma grande fragilidade nos recursos de horizontalização de uma modalidade.

Se a formação horizontal de treinadores parece ser o único indicador em grande expansão, pela análise das actividades formativas, ela prende-se a motivos altamente verticais em termos institucionais: as associações verticais necessitam de formação e reconhecimento titular dos seus agentes de ensino para a formação de praticantes.

No entanto, a formação de competidores é muito reduzida. Não há formação horizontal de Juizes de Gradação. Não há um grau de institucionalização horizontal a nível regional com excepção da Madeira e dos Açores (e mesmo neste caso com algumas características verticais).

Há partida, os elementos até agora obtidos permitem-nos demonstrar que os códigos institucionalizados de prática das normas, valores e símbolos do Desporto e dos Budo através do Karaté têm uma dimensão exclusivista, ou seja: não inclusiva. Nem

todo o praticante de um centro de prática de Karaté pode vir a ter acesso às mesmas condições institucionais de prática de uma modalidade com utilidade pública desportiva.

Na próxima parte deste trabalho, tendo em conta que já estamos perfeitamente robustecidos sobre o essencial a procurar, vamos focar a atenção em indicadores que nos permitam determinar melhor o estado da institucionalização do Karaté em Portugal, prevendo assim, as possibilidades de desenvolvimento organizacional futuro.



## **4 ESTUDOS EMPÍRICOS**

- 4.1 A Proliferação Institucional em Portugal**
- 4.2 A Utilidade Pública Desportiva do Budo em Portugal**
- 4.3 As Federações Nacionais de Karaté**
- 4.4 Os Directores Técnicos de Topo em Portugal**



## 4.1 A Proliferação Institucional em Portugal

### 4.1.1 Metodologia

#### 4.1.1.1 *Objectivo do Estudo*

O estudo empírico agora apresentado centra-se na determinação do valor institucional dado ao registo de clubes de Karaté em Portugal, comparado com outras modalidades desportivas.

#### 4.1.1.2 *Processo de Medida*

A 22 de Setembro de 2003, através de uma ligação à Internet, foi utilizado o motor de pesquisa em modo de pesquisa textual<sup>454</sup> no site do Registo Nacional de Pessoas Colectivas<sup>455</sup>. Digitámos as palavras com e sem acentuação<sup>456</sup>, no singular e plural quando não englobada no singular<sup>457</sup>, registando na tabela (Anexo IV) o número de casos encontrados, não contabilizando as repetições.

Só nos interessavam os movimentos associativos desportivos e sem fins lucrativos. Por isso, utilizámos como primeiro critério uma lista de denominações das federações de modalidades com utilidade pública desportiva do IDP que se apresenta em Anexo V, para obter dados que permitissem comparar o Karaté com as outras nas mesmas condições institucionais de referência à tutela.

Por outro lado, como em certos casos se tornava evidente que as denominações com “LDA”, “SA” ou mesmo com vínculo a outras áreas que não as procuradas (Turismo, etc.) eram importantes, pesquisámos a sigla LDA, SA ou outras a seguir à denominação. Nos casos em que parecia interessante determinar exactamente o número de entidades com fins desportivos, retirámos ao número total, o número de registos seguidos de LDA, SA, ou mesmo de denominações estranhas ao fim pretendido. Isso pode ser observado no quadro que pela sua extensão apresentamos em Anexo IV.

Nos casos em que a pesquisa textual se mostrava inoperacional pelo cruzamento com outras denominações parasitas ao nosso fim desportivo (remo, vela ou damas por

---

<sup>454</sup> Existem duas opções de pesquisa: uma por “início de designação” e outra “textual”.

<sup>455</sup> <[http://www.rnpc.mj.pt/rnpc/pesquisa/frame\\_pesq\\_rnpc.htm](http://www.rnpc.mj.pt/rnpc/pesquisa/frame_pesq_rnpc.htm)> [Consulta 2003-09-22].

<sup>456</sup> Karate, Karaté, Karatê, Karatedo, Karatêdo, Karatêdo, Karatedô, Karatêdo, Karatêdo, Karate-do, Karatê-do, Karatê-do, Karate-dô, Karatê-dô e Karatê-dô.

<sup>457</sup> Arte Marcial e Artes Marciais.

exemplo), procurámos a denominação anexa a outra: clube, associação, federação, união ou grupo. Isso está descrito na própria tabela apresentada.

#### **4.1.1.3 Limitações do Estudo**

Este estudo é meramente indicativo e não exaustivo já que, por vezes, surgem denominações repetidas, e é possível que alguns desses registos de denominação não estejam em actividade plena na actualidade. Por outro lado, é notório que os dados estão em actualização constante, o que significa que se fizermos hoje a mesma consulta, notamos que os resultados serão superiores aos apresentados aqui. Não obstante, pode-se obter uma certa evolução da intencionalidade associativa institucional ao longo do tempo.<sup>458</sup>

#### **4.1.2 Apresentação e Discussão dos Resultados**

Agrupámos os dados num quadro geral que se apresenta em Anexo IV e que nos permite retirar algumas conclusões.

Em 22 de Setembro de 2003, existiam 232 registos com a palavra Karate ou Karaté na sua denominação; determinámos ainda 11 denominações de escolas de Karaté sem a denominação Karaté, mas com denominações próprias de escolas de Karaté (Shito, Wado, Shoto, Goju e Kyoku); determinámos também 76 registos referidos a Artes Marciais, entre os quais alguns de Karaté sem a denominação Karaté (“Associação Nacional de Artes Marciais”, etc.); determinámos 10 registos referidos a Desportos de Combate entre os quais alguns de Karaté sem a denominação Karaté (“Centro de Educação Física e Desportos de Combate”); determinámos 22 registos referidos a Budo entre os quais alguns são de Karaté, pelo nosso conhecimento (“Escola Jisei Budo”, por exemplo).

Se notarmos também que a denominação associativa à volta do Karaté não encerra sempre o nome explícito de Karaté, ficamos com a certeza que o número de Associações de Karaté é superior a 245, pelo que assumiremos o valor das 250.

---

<sup>458</sup> Consultada a página para a pesquisa textual em 1 de Novembro de 2005 da palavra Karate registam-se 165 ocorrências (mais 7 que em 2003) e se for Karate registam-se 85 ocorrências (mais 9 que em 2003).

Se compararmos com outros registos de denominações de Artes Marciais e Desportos de Combate, verificamos que o Karaté é, sem dúvida, o que apresenta maior número de registos.

Se juntarmos todos os Desportos de Combate Olímpicos como o Judo, Taekwondo, Esgrima, Boxe e Lutas Amadoras (num total de 169), mesmo assim, o Karaté continua mais expressivo.

Por fim, se o compararmos com os Desportos mais conhecidos e reconhecidos institucionalmente, só o Futebol é que supera o Karaté e, ao contrário de outras (Ténis e Golfe, por exemplo) não se encontra o nome Karaté ligado a mais que duas LDA ou SA.

### **4.1.3 Conclusões Iniciais**

A primeira grande conclusão que se retira é que o Karaté se afirma como uma das actividades desportivas que indica um grau elevado de intenção e procura de ambientes associativos institucionais em Portugal.

Por todo o estudo até agora feito, compreendemos que o fenómeno associativo em causa é profundamente marcado por uma dinâmica inicial de finalidades convergentes, com integração das normas, valores e símbolos, dando reconhecimento e pertinência aos recursos geridos hierarquicamente pelo líder técnico: o mestre. Estas são claramente as forças de cooperação que alimentam todo o processo inicial em que a diferença de nível de aprendizagem de Karaté unem praticantes menos e mais evoluídos.

As forças de conflito, evoluindo com a tomada de consciência da sua margem de liberdade para aprender mais no sistema, se coerentes com a capacidade de apreender as regras do funcionamento do sistema e de identificar os actores e o real valor que representam para as suas finalidades, juntamente com um determinado nível de capacidade de gerir o conflito, darão origem a um movimento de associativismo vertical de diferenciação em relação ao inicial.

Antes de analisar os recursos específicos do Karaté em causa, quer na dinâmica horizontal quer na vertical, vamos olhar para um indicador de uma certa incultura desportiva com que estas modalidades têm sido tratadas pela tutela.



## **4.2 A Utilidade Pública Desportiva do Budo em Portugal**

### **4.2.1 Introdução**

Se por um lado o número de pessoas colectivas registadas no Registo Nacional de Pessoas Colectivas indica a dinâmica de livre associativismo em torno da modalidade, por outro lado, o seu agrupamento inter-associativo indica a sua dinâmica de agregação. Nesta última dinâmica, o movimento federativo horizontal é indicador objectivo de aceitação inter-vertical, através da compatibilização das finalidades próprias (normas, valores e símbolos) numa outra ordem de finalidades comuns operacionalizada em mecanismos de troca de recursos ou trunfos pertinentes e reconhecidos.

Notámos como se foi construindo o movimento federativo nacional em torno do Karaté, e como a sua relação com a tutela estatal foi evoluindo: período UBU (1963-1972...) <sup>459</sup>, período CDAM (1972-1986), período FPK-FPKDA (1985-1992) e período FNK-P, a partir de 1992.

Notámos também como a demarcação da União Portuguesa de Budo, vulgo UBU, em relação ao “Judo desportivo”, integrando o “Judo marcial” e, neste, o Karaté, levou a que não tivesse acontecido a evolução federada do Karaté que aconteceu em países como a França e Espanha. Ainda nesta interessante operação histórica, notámos como a tutela teve um papel determinante, dando origem à CDAM como tutela, sem haver propriamente emergência horizontal do movimento associativo ou federativo.

Notámos ainda como a Federação Nacional de Karaté – Portugal, fundada em 1992, adquire em 1995 a utilidade pública desportiva para a modalidade e, a partir daí, um novo período de dinâmica institucional é assumida nos mais diversos graus. Ou seja: é a partir de 1995 que a tutela portuguesa dá o passo final de reconhecimento do esforço institucional iniciado 30 anos antes.

A maturidade institucional vertical em Portugal é muito maior do que a maturidade horizontal, mas a tutela não compreende isso desde o início e tudo aponta para que não o esteja a compreender passados 30 anos.

---

<sup>459</sup> De referir que a UBU continuou a sua existência como centro de desenvolvimento dos Budo em Portugal e ainda hoje é um pólo de associativismo entre praticantes de várias actividades Budo, estando em plena comemoração de um cinquentenário interessante.

É o que pretendemos demonstrar no presente capítulo e, para isso, vamos usar o exemplo da atribuição da utilidade pública desportiva à Federação Portuguesa de Budo.

#### **4.2.2 A Utilidade Pública Desportiva das “Artes Marciais”**

Se olharmos só para as Federações com Utilidade Pública Desportiva em Portugal, encontramos as seguintes Artes Marciais:

- Judo (D. R. 288, de 11/12/93 - Desp. 49/93),
- Taekwondo (D. R. 164, de 18/07/95 - Desp. 41/95),
- Karaté (D. R. 213, de 14/09/95 - Desp. 55/95),
- Artes Marciais Chinesas (D. R. 124, de 28/05/96 - Desp. 53/96),
- Aikido (D. R. 232, de 7/10/94 - Desp. 57/94),
- Budo (D. R. 19 de 23/01/98 - Desp. 1388/98).

É interessante notar que a “Federação Portuguesa de Budo” (FPB) obteve em 23 de Janeiro de 1998<sup>460</sup>, e detém ainda hoje, o estatuto de utilidade pública desportiva. Note-se, portanto, que obteve tal estatuto depois de todas as outras que aqui referimos.

Após uma pesquisa feita em Outubro de 2004 na página oficial da Federação Portuguesa de Budo ([www.fpbudo.pt](http://www.fpbudo.pt)), concluímos o seguinte:

1. A FPB afirma que é uma federação com as seguintes “disciplinas”: Karate, Judo, Aikido, Nihon Jujitsu, Kobudo, Iaido, Kendo e Kyudo.<sup>461</sup>
2. A FPB não apresenta ligações institucionais com organizações horizontais de “Budo” ao nível Europeu e ao nível Mundial, mas organiza-se ao nível de algumas linhas verticais de modalidades como o Karaté.
3. O Budo não é uma modalidade registada directamente no COI como modalidade reconhecida, nem mesmo indirectamente através da GAISF (General Association of International Sports Federation).

---

<sup>460</sup> D. R. 19, de 23/01/98 - Desp. 1388/98

<sup>461</sup> Em Outubro de 2005 as disciplinas apresentadas eram: Karatedo, Ju Jutsu, Judo, Aikido, Kobudo, Kendo e Iaido <<http://www.fpbudo.pt/fpb.htm>> [Consulta 2005-10-05].

Perante esta primeira fase conclusiva, foi necessário estudar melhor os instrumentos disponíveis para interpretar a situação que tenha levado à atribuição da utilidade pública desportiva a uma federação de Budo.

Assim separámos dois tipos de questão. Primeiro, era necessário compreender o regime jurídico da atribuição da utilidade pública desportiva. Depois, era necessário sistematizar a ideia institucional de Budo, já que pelos estudos até agora efectuados, tudo apontava para entender os Budo como um agrupamento de modalidades e não como uma modalidade com disciplinas. O Karaté, como vimos, é visto institucionalmente como uma modalidade desportiva com duas disciplinas competitivas: o Kumite e o Kata.

### **4.2.3 O Regime Jurídico**

Vamos passar ao levantamento de informações referentes ao Regime Jurídico das Federações com Utilidade Pública Desportiva, nomeadamente com base no Decreto-Lei n.º 144/93 de 26 de Abril<sup>462</sup>.

Procurámos encontrar a definição geral e a definição dos requisitos básicos para a atribuição desse regime.

#### *Artigo 2.º*

##### *Definição*

*1 - Federação desportiva é a pessoa colectiva que, integrando agentes desportivos, clubes ou agrupamentos de clubes, se constitua sob a forma de associação sem fim lucrativo, propondo-se prosseguir, a nível nacional, exclusiva ou cumulativamente, os objectivos enunciados no artigo 21.º da Lei n.º 1/90, de 13 de Janeiro.*

*2 - As federações desportivas podem ser unidesportivas ou multidesportivas.*

*3 - A aplicação do presente diploma às federações multidesportivas faz-se com as adaptações impostas pela sua natureza, atendendo às exigências específicas da organização social em que promovam o desenvolvimento da prática desportiva.*

#### *Artigo 5.º*

##### *Denominação e sede*

*1 - As federações desportivas devem, na sua denominação, mencionar a modalidade desportiva a que dedicam a sua actividade.*

---

<sup>462</sup> Rectificado nos termos da Declaração de Rectificação n.º 129/93, publicada no DR, I-A, supl, n.º 178, de 31.07.93 e alterado pelo Decreto-Lei n.º 111/97, de 9 de Maio, pela Lei n.º 112/99, de 3 de Agosto e pelo Decreto-Lei n.º 303/99, de 6 de Agosto.

*Artigo 12.º*

*Titularidade*

*1 - O estatuto de utilidade pública é concedido a, conforme o caso, uma federação unidesportiva ou multidesportiva.*

*2 - Compete ao Conselho Superior de Desporto dar parecer, para efeitos do número anterior, sobre o âmbito de uma modalidade desportiva ou de uma área específica de organização social, consoante os casos.*

Perante os articulados, é difícil interpretar a FPB como uma federação multidesportiva, que é apresentada mais no sentido de uma “organização social onde se promova a prática desportiva” (tipo Desporto Escolar; Desporto Universitário, etc.). A Federação Portuguesa de Budo não é a Federação da prática multidesportiva na “organização social” Budo conforme referido no nº 2 do artigo 12º apresentado. A FPB assume-se como uma Federação unidesportiva de Budo, que se constitui por disciplinas, tal qual uma modalidade desportiva olímpica e pressupomos que essa foi a interpretação dada.

Não conhecemos o parecer do Conselho Superior do Desporto sobre o caso, nem se houve pedido de parecer a esse Conselho.

*Artigo 7.º*

*Conteúdo*

*O estatuto de utilidade pública desportiva atribui a uma federação desportiva, em exclusivo, a competência para o exercício, dentro do respectivo âmbito, de poderes de natureza pública, bem como a titularidade de direitos especialmente previstos na lei.*

Pelo artigo 7º interpreta-se que só pode haver a atribuição da Utilidade Pública Desportiva a uma única federação, em exclusivo para o âmbito respectivo. Assim sendo, como o Judo, o Aikido e o Karaté tinham a sua federação própria com a utilidade desportiva, isso teria sido, por si só, impeditivo da atribuição da UPD a esta Federação.

*Artigo 8.º*

*Poderes públicos das federações dotadas de utilidade pública desportiva*

*1 - Têm natureza pública os poderes das federações exercidos no âmbito da regulamentação e disciplina das competições desportivas, que sejam conferidos pela lei para a realização obrigatória de finalidades compreendidas nas atribuições do Estado e envolvam, perante terceiros, o*

*desempenho de prerrogativas de autoridade ou a prestação de apoios ou serviços legalmente determinados.*

Qualquer actividade competitiva de Karaté, Judo e Aikido tem assim duas federações legitimadas publicamente para a respectiva titulação e isso é previsto como não possível. Qualquer titulação de recursos humanos do desporto tem assim dois tipos de vínculos institucionais.

### *Artigo 13.º*

#### *Atribuição*

*1 - A atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva é decidida em função dos seguintes critérios:*

- a) Democraticidade e representatividade dos órgãos federativos;*
- b) Independência e competência técnica dos órgãos jurisdicionais próprios;*
- c) Grau de implantação social e desportiva a nível nacional;*
- d) Enquadramento em federação internacional de reconhecida representatividade.*

*2 - A ponderação do critério previsto na alínea c) do número anterior é feita com base, designadamente, nos seguintes indicadores:*

- a) Número de praticantes desportivos filiados;*
- b) Número de clubes e associações de clubes filiados;*
- c) Distribuição geográfica dos praticantes e clubes desportivos filiados;*
- d) Frequência e regularidade das competições desportivas organizadas;*
- e) Nível quantitativo e qualitativo das competições desportivas organizadas.*

Neste trecho destaca-se a questão do “enquadramento em federação internacional de reconhecida representatividade” na alínea d) do número 1.

Como ficou evidenciado em MEIRIM (2002, pp. 517-521), o reconhecimento e o acompanhamento dos normativos das organizações desportivas internacionais é, diríamos nós, referencial; com MERIM: mesmo cientes “do *interesse público* que o desporto encerra, desde logo a partir da consagração constitucional do direito ao desporto” (*ibidem*, p. 518).

Nada, nem ninguém deve impedir o livre associativismo constitucionalmente previsto entre as pessoas que procuram o melhor caminho para se atingirem objectivos de desenvolvimento humano. No entanto, a regulação internacional, num primeiro nível com a GAISF (*General Association of International Sports Federation*), num segundo

nível com o reconhecimento Olímpico e entrada na ARISF (*Association of the IOC Recognised International Sports Federations*) e num terceiro nível com o reconhecimento como Desporto Olímpico do programa de Verão (*Association of Summer Olympic International Federations – ASOIF*) ou de Inverno (*Association of International Olympic Winter Sports Federations – AIOWF*), assumem-se como o mecanismo de topo para a internacionalização de uma modalidade.

O Budo não é uma modalidade registada directamente no COI como modalidade reconhecida, nem mesmo indirectamente através da GAISF. Na verdade, a horizontalização internacional dos Budo não assumiu expressão especializante da generalidade, pelo que a sua classificação nacional com utilidade pública desportiva demonstra uma certa incultura sobre a ligação entre as “artes marciais” e os “desportos de combate”. Quer a União Portuguesa de Budo (UBU) fundada formalmente em 1960, quer a representação nacional na Divisão Internacional<sup>463</sup> da Dai Nipon Butokukai do Japão, fundada em 1895, quer ainda a APAE-Budo (Associação Portuguesa de Agentes de Ensino de Budo), entre outras, têm um sentido associativo diferente, sem vínculo à utilidade pública desportiva e sem relação alguma com a FPB.

#### **4.2.4 A Modalidade Budo**

Além das dificuldades institucionais referidas até agora, existem outras que não podem ser negligenciadas: encontrar quadros competitivos próprios de Budo, com regras próprias, em representações internacionais de selecções ao nível Europeu e Mundial; encontrar referências à estruturação didáctica dos conteúdos de Budo para poder ser feita a formação de recursos humanos de Budo tal como é feito no Judo, no Kendo, no Karaté, no Aikido, ou noutra modalidade desportiva; encontrar parâmetros de definição das instalações desportivas para a prática da modalidade; etc.

Com base em todos os dados recolhidos, podemos concluir que não existe a modalidade desportiva Budo. Essa denominação, como estudámos, situou-se fundamentalmente na criação institucional da organização Japonesa “Dai Nipon Butokukai” em finais do século XIX, e foi Jigoro KANO, um dos seus grandes fomentadores. Os Budo japoneses, do ponto de vista institucional, são a transformação das artes marciais japonesas da idade média que durou até 1868 em desportos de

---

<sup>463</sup> <<http://personal.picusnet.com/butoku/irepresentatives.html>> [Consulta 2005-10-05].

combate adaptados aos desafios educativos da modernidade iniciada com a revolução Meiji.

É sabido e demonstrado que as disciplinas registadas na “Dai Nipon Butokukai” antes da segunda guerra mundial, que assumia a sua tutela, foi tendencialmente ocupada no pós-guerra (1945) pelo movimento associativo desportivo democrático do estilo Ocidental, com a criação de várias federações das diferentes modalidades de Budo: Judo, Kendo, Karate-do, Aiki-do, Kyudo, etc. Destas existem quadros internacionais reconhecidos a nível Olímpico, directo ou indirecto.

É conhecido que a Dai Nipon Butokukai se reactivou posteriormente, mantendo assim uma linha de prática particular como federação de várias modalidades Budo. A esta instituição de sede japonesa estão vinculados através da sua instituição internacional representantes nacionais individuais, como é o caso de Georges Stobbaerts, um dos pioneiros do ensino de Aikido em Portugal.

É ainda conhecido que a UBU se mantém activa, cumprindo um papel de divulgação de várias modalidades de Budo, sem uma liderança técnica unívoca, mas como uma dinâmica própria com 50 anos de actividade e que vários praticantes de actividades Budo se vinculam directa ou indirectamente com estes quadros institucionais assumindo formas como as da “Associação Portuguesa de Agentes de Ensino BUDO”.

É um facto que estas dimensões institucionais dos Budo em Portugal não se posicionam no quadro jurídico de sujeito público como aquele que foi o atribuído à Federação Portuguesa de Budo.

Assim sendo, como são as federações desportivas de direito privado, sob tutela ministerial, que mantêm a responsabilidade representativa no mundo do Desporto como sujeito público e como esse reconhecimento foi dado à FPB, significa que as actividades BUDO da FPB são de reconhecimento público e que as outras não o são, embora nada indique qual a diferença.

#### **4.2.5 Conclusão**

*Budo* é uma denominação de um conjunto de modalidades que normalmente se chamavam (e por inércia: se chamam) “artes marciais”. Tecnicamente são desportos de

combate (ALMADA, 1992, ALMADA *et al.*, 1984, 1992a, 1992b) de institucionalização original japonesa com características educativas muito similares na sua génese, sem outra tradução senão: Budo. A sua cultura institucional original e a sua internacionalização posterior seguiram perspectivas diferenciadas como tentámos demonstrar. No Karaté ficou evidente: por um lado uma dinâmica mais vertical e, por outro, uma dinâmica mais horizontal.

A dinâmica horizontal no Karaté foi posterior à dinâmica de internacionalização vertical, enquanto sabemos como a dinâmica institucional internacional do Judo foi fundamentalmente horizontal, assim como no Kendo e no Kyudo: os três Budo iniciais (*san-dô-kai*, in: PLÉE, 1998, p. 44.) de fundamentação da Dai Nipon Butokukai (a organização tutelar para os Budo no Japão Meiji).

Na verdade, a horizontalização dos *sandokai* (Judo, Kendo e Kyudo) não tocou com a mesma grandeza institucional o Karaté que sempre se manteve institucionalmente muito vertical. Mas a horizontalização conseguida na altura para os Budo, não foi unívoca. É mesmo interessante notar como modalidades com denominações pré-Budo estão a emergir no quadro desportivo internacional, como é o caso do Ju-Jitsu (sic)<sup>464</sup>. Isto demonstra, em primeiro lugar, a desconstrução do Desporto característico da revolução industrial, já que elogia uma institucionalização horizontal, seguida de uma tentativa de construção mimética no âmbito das regras do Desporto industrial (o Desporto Moderno). Isto demonstra que estamos em mudança de paradigma e que a sigmóide descendente no final do século XIX com a ascensão do Judo nos anos 60 do século XX pode estar em inversão, mas demonstra que alguns líderes gerem essa mudança de paradigma com as regras do paradigma vigorante, evidenciando apenas uma actividade de forma oportunista, ou seja: institucionalizá-la primeiro acreditando assim que se manterá um poder próprio no seu controlo, não conseguido noutros contextos similares. Isso não é desconstrução no sentido pós-moderno, mas simplesmente construção.

Por outro lado, nada aponta para a verticalização disciplinar do horizontal Budo. Usar essa denominação é útil do ponto de vista histórico e sociológico para caracterizar

---

<sup>464</sup> Trata-se do reconhecimento da JJIF (Ju-Jitsu International Federation) que ainda não tem no nosso país utilidade pública desportiva como federação unidesportiva. Para consultar modalidades na GAISF ou AGFIS: <<http://www.agfisonline.com/en/members.phtml>> [Consulta 2005-10-06].

valores humanos educativos, tal como é a utilização dos valores do Olimpismo moderno na sua génese.

Os Budo são actividades motrícias de institucionalização original japonesa, com características educativas muito similares na sua génese, sendo normalmente situadas no contexto desportivo actual com expressão em modalidades como o Judo, o Karaté, o Aikido, entre outras. Vimos como a coreanização dos Budo, para utilizar a expressão do Dr. BENNETT, deu origem ao Taekwondo num exemplo da horizontalização de uma dinâmica vertical do Karaté, tal como está a acontecer com o *Kumdo* (BENNETT, 2005) que é a substituição coreana internacional horizontal do Kendo, perante a visão menos “agressiva” do ponto de vista organizacional desta última federação internacional.

A utilidade pública desportiva atribuída à Federação Portuguesa de Budo é, assim, muito frágil à luz dos indicadores disponíveis do ponto de vista associativo e desportivo, manifestando, por isso mesmo, uma certa fragilidade no próprio sistema que a atribui. A creditação de titulações de recursos humanos em Budo (destaque para licenças de Treinadores), de instalações desportivas para Budo, para já não falar em reconhecimento de classificações de competidores de Budo, assim como de praticantes (graduações), assumem relevância pública numa organização com utilidade pública desportiva.

Este indicador nacional manifesta claramente a incultura com que se tem gerido o quadro institucional destas modalidades desportivas, evidenciando, portanto, a necessidade de se produzir investigação objectiva e produção de conhecimento que se afirma coerente com a urgência de competência na tomada de decisão aos diversos níveis de gestão. É a luta contra a cultura inculta que se manifesta interessantemente pelo olhar especializado nas metodologias sem tradição cultural suficiente, ao contrário do que se oferece no quadro dos desportos mais massificados pelos meios de comunicação TVsocializante.

Vamos agora analisar os recursos específicos do Karaté, quer na dinâmica horizontal quer na vertical. Se para olhar a primeira nos concentrámos em federações, como o caso da Portuguesa e outras semelhantes, para a dinâmica vertical concentrámo-nos no estudo de algumas associações através dos seus líderes técnicos, alguns deles, pioneiros do Karaté em Portugal.



## **4.3 As Federações Nacionais de Karaté**

### **4.3.1 Introdução**

A institucionalização do Karaté passou por operações de atribuição de títulos a praticantes (sistema kyu-dan desde o início da institucionalização do Karaté no Japão até hoje em qualquer centro de prática); a agentes de ensino de Karaté (titulação de Renshi, Kyoshi e Hanshi no pré-Guerra; curso de instrutores da JKA no pós-Guerra; titulação na UBU a professores de Karaté; Cursos de formação da CDAM; cursos das Federações), envolvendo a componente pedagógica e a problemática de avaliação para atribuição da graduação (Juiz de Graduação); a competidores (desde os primeiros momentos de competição no Japão até aos campeonatos actuais em todo o mundo), envolvendo a problemática da arbitragem e da respectiva formação.

O grau de desenvolvimento institucional da modalidade passou sempre pelo reconhecimento externo dos níveis de titulação dos seus praticantes e competidores, assim como dos seus agentes formadores e avaliadores fundamentais: treinadores, juizes de graduação e técnicos de arbitragem. Na verdade, se o poder e a responsabilidade de graduar está ao nível do reconhecimento da competência de um juiz de graduação, é necessário institucionalizar o seu percurso e criteriar as formas como exerce esse poder para ser reconhecido institucionalmente. Criam-se, assim, os níveis de juiz de graduação e os critérios de avaliação. O poder e a responsabilidade de arbitrar está ao nível do reconhecimento institucional da competência de avaliar e atribuir o respectivo valor objectivo ao comportamento do competidor, sendo necessário institucionalizar o percurso de formação de um técnico de arbitragem. Criam-se, assim, as carreiras de arbitragem. Por fim, os Treinadores ao abrigo da institucionalização pública do desporto como actividade não neutral, têm controladas as suas habilitações para se prevenirem institucionalmente os efeitos perversos que uma intervenção danosa pela ignorante manipulação dos factores de ensino e treino.

Para melhor compreender o fenómeno real da institucionalização presente, era necessário levantar alguns dados sobre a forma como as organizações oficiais de Karaté se organizam na gestão destas áreas de titulação: graduações, treinadores e técnicos de arbitragem.

## **4.3.2 Metodologia**

### **4.3.2.1 Objectivo**

O objectivo deste estudo foi o de situar o modelo institucional Português no âmbito dos três níveis de titulação (praticantes, treinadores e técnicos de arbitragem) no contexto de outros países, com destaque para França e Espanha. A obtenção destes dados permitirá orientar o registo dos dados necessários à construção do modelo de interpretação do desenvolvimento institucional do Karaté, neste caso particular, ao nível da instituição mais horizontal de cada país, sendo possível algum grau de comparação de Portugal com a média dos resultados obtidos e com os resultados obtidos de outros países.

### **4.3.2.2 Amostra**

O estudo realizou-se sobre uma amostra não aleatória de 18 países, sem objectivo de representatividade de qualquer população institucional alargada já que não queríamos definir a probabilidade de inclusão dos resultados na população em estudo. Os principais países alvo foram inquiridos, nomeadamente França, Espanha e Inglaterra, acabando por ter acesso a mais alguns países que enriquecem a análise pretendida.

### **4.3.2.3 Instrumento de Recolha de Dados**

Para a recolha de dados, aplicado o inquérito por questionário a responsáveis federativos de topo, optando-se por seleccionar, maioritariamente, perguntas do tipo “fechado” de escolha dicotómica ou múltipla, conforme o dado a recolher.

Escolhemos o questionário para poder ser entregue caso o indivíduo não tivesse disponibilidade para o seu preenchimento ao longo da conversa focada no tema das perguntas formuladas, facilitando o seu registo concreto, seguindo assim uma metodologia de preenchimento acompanhado, o que foi conseguido com todos os países, excepto a Rússia, Estónia, Eslováquia, Áustria e Porto Rico. Os restantes foram preenchidos da forma pretendida.

#### ***4.3.2.4 Processo de Construção***

O Questionário foi construído com base nos pressupostos reflexos do estudo sobre as titulações dos recursos humanos do Karaté: Praticantes, Treinadores e Técnicos de Arbitragem. Assim sendo, era necessário obter dados sobre o processo de graduação de praticantes e respectivo grau de institucionalização, tal como em relação à titulação de Treinadores e de Técnicos de Arbitragem.

Após a elaboração de um conjunto de questões, aplicámos experimentalmente a três dirigentes associativos com alguma experiência federativa, dois de Karaté e um de Judo, e que não fizeram parte do estudo. Esta pré-testagem realizou-se em Fevereiro e Março de 2002. Em entrevista seguinte à aplicação do questionário piloto, clarificaram-se alguns pormenores referentes à interpretação das questões, e o questionário ficou como se apresenta em anexo (Anexo VIII).

Foram feitas traduções em Espanhol, Francês e Inglês. Colocamos todos os exemplares utilizados em Anexo.

#### ***4.3.2.5 Organização do Questionário***

O questionário tem uma parte de identificação geral da organização em causa, e do indivíduo responsável pela nossa obtenção dos dados. A seguir tem três partes, uma sobre praticantes e graduações, outra sobre treinadores e processos de titulação e por fim, uma sobre técnicos de arbitragem.

#### ***4.3.2.6 Aplicação do Questionário***

No decurso do 16º Campeonato do Mundo de Karaté, em Madrid, de 21 a 24 de Novembro de 2002, deslocámo-nos à capital espanhola com o objectivo de iniciar um conjunto de contactos com dirigentes de outras federações. Além de recolher as informações do Presidente da Federação Portuguesa naquele momento, tivemos oportunidade de conversar com o Presidente da Federação Francesa e com o Responsável pela formação da Federação Espanhola. Esses encontros com responsáveis de Federações de outros países continuaram no 38º Campeonato Europeu de Seniores, em Bremen, de 9 a 11 de Maio de 2003 e culminaram no 3º Campeonato do Mundo de Cadetes e Juniores, em Marselha, de 24 a 26 de Outubro de 2003.

Inquirimos Presidentes ou responsáveis pelas Federações de mais 10 países Europeus, 5 da América, 1 de África e 1 da Ásia.

#### ***4.3.2.7 Fidelidade do Questionário***

A fidelidade de um instrumento de recolha de dados representa a sua qualidade de suscitar respostas estáveis. Dadas as reservas pela falta de um teste de fidelidade, a entrevista de acompanhamento ao seu preenchimento da maioria dos casos procurou, de certa forma, fidelizar a interpretação dada pelo sujeito questionado e o tipo de resposta, diminuindo o impacto subjectivo.

#### ***4.3.2.8 Tratamento dos Dados***

Com excepção dos dados de identificação, os restantes dados foram codificados numericamente, inseridos informaticamente numa folha de cálculo Microsoft Excel para facilitar a manipulação e análise.

Dada a escassez de dados a codificar, não se fez nenhum estudo da fidelidade das codificações e informatização dos dados. Um técnico contratado fez a sua integração e depois o autor fez a sua correcção, tendo encontrado e corrigido duas trocas de codificação.

#### ***4.3.2.9 Apresentação dos Dados***

Os dados são apresentados no sentido de integrarmos uma comparação entre o modelo português e os restantes países entrevistados, não tendo, para este estudo de exploração comparativo, utilizado os resultados registados referentes a Andorra, já que é um país pouco representativo, e que não interessa para o presente caso.

Para a apresentação descritiva dos resultados, utilizaram-se as formas tabulares apresentando a percentagem das ocorrências relativamente ao total dos questionados.

Dado que deixámos o objectivo exclusivo de comparação com a situação Francesa, Espanhola e Inglesa, resolvemos apresentar os resultados utilizando a percentagem de respostas nos diversos parâmetros indicados nos quadros respectivos. Esses quadros serão apresentados com a respectiva discussão.

#### 4.3.2.10 Validade

A validade deste estudo refere-se à concretização da obtenção dos dados necessários para a sua consecução. Tal foi realizado, podendo assim, robustecer com dados empíricos significativos o modelo de análise de institucionalização em construção interpretativa.

### 4.3.3 Apresentação e Discussão dos Resultados

#### 4.3.3.1 Identificação Organizacional

O primeiro dado relevante da análise do quadro de identificação geral é que o Presidente da FNK-P se apresentou como o dirigente que tinha um mandato à menos tempo, sendo de destacar presidentes desde 1980, como é o caso do Vice-Presidente de Angola e Presidente do Peru, em funções directivas com mais de 20 anos, destacando-se também na Europa o caso do Presidente da Federação da Eslováquia. De uma maneira geral os responsáveis das federações na América, neste caso latina, apresentam mandatos mais antigos que os da Europa.

**Quadro 12 - Dados de Identificação Geral**

Local Quest.	País	Conti nente	Cargo	Desde	Nº Prat. (Aprox)	Nº Prat. (Estim)
Madrid	Portugal	Europa	Presidente	2001	14000	25000
Madrid	França	Europa	Presidente	2000	210000	210000
Madrid	Holanda	Europa	Presidente	1997	12000	25000
Madrid	Espanha	Europa	Técnico Formação	1994	65000	100000
Breman	Estónia	Europa	Presidente	2000	4100	5500
Breman	Itália	Europa	Seleccionador Nacional	?	45000	200000
Breman	Eslováquia	Europa	Presidente	1987	10000	15000
Breman	Rússia	Europa	Secretário-geral	1999	500000	1000000
Breman	Inglaterra	Europa	Seleccionador Nacional	1999	60000	100000
Madrid	Austria	Europa	Director Técnico	1998	10000	15000
Madrid	Angola	África	Vice-presidente	1980	4800	7000
Madrid	Brasil	América	Presidente	1992	200000	1200000
Madrid	Chile	América	Presidente	1991	7600	13000
Madrid	Puerto Rico	América	Presidente	1983	800	2000
Marselha	Argentina	América	Presidente	1993	28000	100000
Marselha	Perú	América	Presidente	1980	20000	21000
Marselha	Irão	Ásia	Secretário-geral	2000	1000000	3000000

Podemos, assim, concluir que existe uma certa tendência aparente para a manutenção das posições nos respectivos cargos, o que tem contrastado com a tendência para a falta de estabilidade directiva em Portugal, o que não significa, necessariamente mudança de presidente. Significa uma certa tendência para a dinâmica da área política do eixo vertical das associações estar mais larga.

Veremos mais à frente como a dimensão política vertical se dilui também com a dimensão política de estruturas regionais inexistentes em Portugal, mas com alguma importância noutros países, com destaque para França e Espanha.

Em relação ao número de praticantes, além do destaque do Irão, é uma característica geral que todos os países têm consciência de ter praticantes fora do seu contexto institucional, com excepção de França. O modelo Francês apresenta características de controlo tutelar sem qualquer comparação com outro país até agora estudado. Inglaterra, agora com a unificação federativa poderá ter aumentado o seu controlo tutelar, pela própria intervenção do Estado.

No entanto, se somarmos os totais de todos os países, compreendemos que a taxa de inclusão nas federações é estimada em 36,3 %, enquanto se olharmos para o caso português, a estimativa é de 56%, o que não deixa de ser um valor comparativamente superior. Assim, poderemos concluir que a percepção Portuguesa sobre a inclusão dos praticantes na sua federação é superior à média geral encontrada nos países questionados, pelo que temos um ponto de partida para novos estudos.

No que respeita ao relacionamento com o Estado, a FNK-P tem posições que são regra nos restantes países, já que é a única instituição reconhecida pelo Estado. Exceptuando a Eslováquia, todos os outros países têm a mesma tipologia.

No que respeita à organização interna, a estrutura de poder eleitoral da FNK-P está acompanhada da Holanda, Inglaterra e Porto Rico, correspondendo a 29%. De notar, que a maioria tem a dimensão geográfica no seu seio, 71%, sendo necessário estudar melhor o modelo Russo, que apresenta uma dupla entrada ao nível Regional e de Estilo. Na Estónia são os clubes directamente que elegem os seus órgãos federativos o que não é viável ao caso Português dado número de clubes envolvidos.

**Quadro 13 - Relação com o Estado e Organização Eleitoral Interna**

País	Relação Estado	Única Reconnh.		Organização (Eleições)		
Portugal	sim	sim			estilos	
França	sim	sim		geogr.		
Holanda	sim	sim			estilos	
Espanha	sim	sim		geogr.		
Estónia	sim	sim				clubes
Itália	sim	sim		geogr.		
Eslováquia	sim		não	geogr.		
Rússia	sim	sim		geogr.	estilos	
Inglaterra	sim	sim			estilos	
Austria	sim	sim		geogr.		
Angola	sim	sim		geogr.		
Brasil	sim	sim		geogr.		
Chile	sim	sim		geogr.		
Puerto Rico	sim	sim			estilos	
Argentina	sim	sim		geogr.		
Perú	sim	sim		geogr.		
Irão	sim	sim		geogr.		
	100%	94%	6%	71%	29%	6%

#### **4.3.3.2 Os Exames de Graduação dos Praticantes**

A medida do nível de prática de um praticante de Karaté é feita pela atribuição de uma determinada graduação de kyu até dan.

Todos os países reconhecem o sistema de graduações dan/kyu e a responsabilidade pela atribuição do nível de dan é maioritariamente controlada pela Federação, mas muitos países têm as associações de estilo como responsáveis por esse mecanismo. Há mesmo uma maioria de países com um sistema híbrido relativamente à questão das graduações embora a maioria, na Europa, seja claramente Federativa, sem intervenção das associações de estilo. França destaca-se pelo controlo Governamental da atribuição das graduações.

Em Portugal, o regulamento de homologação de graduações em vigor, com base no parecer da Comissão Nacional de Graduações do Departamento de Coordenação de Estilos, avalia fundamentalmente dados curriculares como o tempo de permanência na graduação anterior, não havendo qualquer margem de manobra para avaliações criteriosas relativamente à graduação de um praticante. Essa graduação é deixada inteiramente à responsabilidade da Associação (sócio ordinário) da FNK-P.

Não existe também uma regulamentação específica funcional sobre os juizes de graduação e a sua respectiva habilitação.

**Quadro 14 - Responsabilização pelos Exames de Praticantes**

País	Sistema dan/kyu	Responsabilidade Exame				
Portugal	sim		A. Estilo			
França	sim					Governo
Holanda	sim	Fed.				
Espanha	sim	Fed.				
Estónia	sim	Fed.	A. Estilo			
Itália	sim	Fed.		Fed. Reg.	Clube	
Eslováquia	sim	Fed.		Fed. Reg.	Clube	
Rússia	sim		A. Estilo			
Inglaterra	sim		A. Estilo			
Austria	sim			Fed. Reg.		
Angola	sim	Fed.	A. Estilo		Clube	
Brasil	sim	Fed.		Fed. Reg.		
Chile	sim		A. Estilo			
Puerto Rico	sim	Fed.				
Argentina	sim	Fed.	A. Estilo			
Perú	sim	Fed.	A. Estilo		Clube	
Irão	sim	Fed.	A. Estilo			
	100%	65%	59%	24%	24%	6%

A graduação do praticante assume relevância como pré-requisito para a função de Treinador em todos os países questionados, assim como para Técnico de Arbitragem em 88%, sendo de destacar que em França parece não ser pré-requisito. Também o é na função de Juiz de Graduação que, embora em Portugal, não esteja ainda instituído esse recurso humano no contexto regulamentar, assume-se tácito às graduações emitidas pelas associações com base nos respectivos Júris de graduação associativos. Note-se ainda uma grande quantidade de países que assume a graduação como pré-requisito para a entrada como competidores e mesmo alguns países considerarem a graduação como pré-requisito na função de dirigente.

A graduação no sistema kyu/dan foi um dos aspectos relevantes da institucionalização moderna do Karaté ao nível da Dai Nipon Butokukai, introduzindo, mecanismos de avaliação técnica e de relação de poder.

O poder de graduar pertence ao graduado e não é muito regular a questão da formação específica de juizes de graduação, embora tudo aponte para essa evolução. Em

alguns sistemas no Japão, como é o caso da JKF Goju-Kai, o poder de graduação depende de um painel para o qual os elementos a nomear terão de ter um título determinado, dependendo do nível de graduação em causa. Assim sendo, para graduações de 1º a 3º dan, terá de haver um painel de 3 ou 5 juizes com o título de Renshi e para este título é necessário ter o 5º dan há mais de 3 anos e ser proposto com base numa análise curricular relevante para o respectivo departamento de graduações. Para graduações superiores, um título superior: Kyoshi e Hanshi. Nota-se, portanto, uma certa reminiscência da tipologia dos títulos da Dai Nipon Butokukai, agora aplicados num movimento federado. De qualquer forma, não há propriamente uma organização de uma formação particular para as competências de juiz de graduação; ela é adquirida empiricamente em contacto com os juizes mais avançados.

**Quadro 15 - Pré-Requisitos da Graduação**

País	Pré-Requisito					
	Trein.	Júri Grad.	TA	Form.	Compet.	Dirig.
Portugal	Trein.	Júri Grad.	TA	Form.		
França	Trein.	Júri Grad.				
Holanda	Trein.	Júri Grad.	TA			
Espanha	Trein.	Júri Grad.	TA	Form.	Compet.	
Estónia	Trein.		TA		Compet.	
Itália	Trein.	Júri Grad.	TA	Form.	Compet.	
Eslováquia	Trein.	Júri Grad.	TA	Form.	Compet.	
Rússia	Trein.				Compet.	Dirig.
Inglaterra	Trein.		TA	Form.		
Austria	Trein.	Júri Grad.	TA	Form.	Compet.	Dirig.
Angola	Trein.	Júri Grad.	TA	Form.	Compet.	
Brasil	Trein.	Júri Grad.	TA	Form.		
Chile	Trein.	Júri Grad.	TA		Compet.	Dirig.
Puerto Rico	Trein.	Júri Grad.	TA	Form.		Dirig.
Argentina	Trein.		TA			
Perú	Trein.	Júri Grad.	TA	Form.	Compet.	
Irão	Trein.	Júri Grad.	TA	Form.		
	100%	76%	88%	65%	53%	24%

#### **4.3.3.3 A Titulação Institucional de Treinadores**

Os treinadores são os agentes fundantes do planeamento, execução e avaliação do processo de treino, seja em contexto de prática conducente à preparação do praticante para um exame, seja em contexto competitivo institucionalizado.

**Quadro 16 - Recursos Humanos Treinadores I**

País	Sistema Form. Hab. Treinadores		Responsabilidade Formação Treinadores					
Portugal	sim		Federação					
França	sim		Federação		Governo	Gov. Reg.		
Holanda	sim		Federação		Governo			
Espanha	sim		Federação	F. Reg.				
Estónia	sim		Federação				A. Estilo	Clube
Itália	sim		Federação		Governo			
Eslováquia	sim		Federação	F. Reg.	Governo			
Rússia	sim		Federação	F. Reg.	Governo	Gov. Reg.	A. Estilo	
Inglaterra	sim		Federação					
Austria	sim		Federação	F. Reg.	Governo			
Angola	sim		Federação					
Brasil		não						Clube
Chile	sim		Federação					
Puerto Rico	sim		Federação				A. Estilo	Clube
Argentina	sim		Federação		Governo			
Perú		não	Federação					
Irão	sim		Federação	F. Reg.	Governo		A. Estilo	Clube
	88%	12%	94%	29%	47%	12%	24%	24%

Quase todos os países têm um sistema de formação e habilitação de treinadores de Karaté, sendo a totalidade, com excepção do Brasil, da responsabilidade da Federação, destacando-se uma intervenção governamental específica na quase maioria dos países questionados. Na verdade, as transformações europeias em Espanha Inglaterra e França, estão a implementar uma maior intervenção dos governos tutelares centrais e através das regiões respectivas para esse modelo. Note-se ainda que a situação no Brasil está em mudança, sendo a questão da habilitação em Educação Física um aspecto criterial que colocou em alvoroço toda a comunidade de Treinadores de Karaté e restantes artes marciais.

A percepção que os responsáveis dos países têm da titularização dos Treinadores está a mudar nos casos em que a questão do controlo tutelar governamental não está assegurado. Em Portugal, ainda se aguarda regulamentação específica sobre o assunto.

No que respeita à estruturação de formação específica dos formadores de treinadores, apresentada no quadro seguinte, a maioria dos responsáveis federativos afirma que existe, assumindo a federação, no mesmo grau de grandeza, uma estrutura técnica específica para a formação de Treinadores de Karaté, estando a totalidade satisfeita, manifestando ainda uma concordância com a organização de acções de

formação continentais no âmbito deste tema, com excepção do responsável técnico Inglês, que preferiu responder com um “no coment”.

**Quadro 17 - Recursos Humanos Treinadores II**

País	Formação Específica Formadores		Estrutura Técnica Federativa		Satisfação	Organizações Continentais	
Portugal	sim		sim		sim	sim	
França	sim		sim		sim	sim	
Holanda	sim		sim		sim	sim	
Espanha	sim		sim		sim	sim	
Estónia	sim		sim		sim	sim	
Itália	sim		sim		sim	sim	
Eslováquia	sim		sim		sim	sim	
Rússia	sim		sim		sim	sim	
Inglaterra	sim		sim		sim		n/com
Austria	sim		sim		sim	sim	
Angola	sim		sim		sim	sim	
Brasil		?		não	sim	sim	
Chile	sim		sim		sim	sim	
Puerto Rico	sim		sim		sim	sim	
Argentina	sim		sim		sim	sim	
Perú		?		não	sim	sim	
Irão	sim		sim		sim	sim	
	88%	12%	88%	12%	100%	94%	6%

Na verdade, tivemos conhecimento que a Europa é a única organização onde esses encontros formativos entre treinadores pararam, sendo habituais na Pan-Americana e na Africana.

António OLIVA é dos poucos técnicos que desde os anos 70 se preocupou com a construção de um modelo técnico-táctico formal da prestação em Kumite (combate). Esse trabalho formativo tem dado bons resultados.

#### ***4.3.3.4 A Titulação Institucional de Técnicos de Arbitragem***

Os Técnicos de Arbitragem estão na base da titulação dos competidores e o Karaté assente na análise cinemática contextualizada multidimensionalmente, obriga a Técnicos de Arbitragem com critérios muito bem determinados, procurando assim, fidelizar o tipo de decisão perante diferentes estímulos.

**Quadro 18 - Recursos Humanos Técnicos de Arbitragem I**

País	Sist. Form. Hab. TA	Responsabilidade Formação TA				
		Federação	Fed. Reg.	Governo	Gov Reg.	Ass. Estilo
Portugal	sim	Federação				
França	sim	Federação				
Holanda	sim	Federação				
Espanha	sim	Federação	Fed. Reg.			
Estónia	sim	Federação				
Itália	sim	Federação	Fed. Reg.			
Eslováquia	sim	Federação	Fed. Reg.	Governo		
Rússia	sim	Federação		Governo	Gov Reg.	
Inglaterra	sim	Federação				
Austria	sim	Federação	Fed. Reg.			
Angola	sim	Federação				
Brasil	sim	Federação	Fed. Reg.			
Chile	sim	Federação				
Puerto Rico	sim	Federação				
Argentina	sim	Federação	Fed. Reg.			
Perú	sim	Federação				
Irão	sim	Federação				Ass. Estilo
	100%	100%	35%	12%	6%	6%

Todos os países questionados têm um sistema de formação de Técnicos de Arbitragem e é a Federação que os controla, com envolvimento também de estruturas regionais, e com a envolvimento das associações de estilo só no caso do Irão. O Governo só tem intervenção na Eslováquia e Rússia.

Todos os países questionados têm uma estrutura própria para a formação dos Técnicos de Arbitragem e, maioritariamente, uma dimensão de formação específica de formadores. No desenrolar das conversas de entrevista, percebemos que este tipo de formação é visto com base na estrutura continental e mundial, ou seja, com base nos cursos internacionais de Técnicos de Arbitragem. Note-se que nenhum curso até hoje se baseou numa perspectiva de estruturação curricular para o desenvolvimento de competências criteriosas para um Técnico de Arbitragem em função de Juiz ou Árbitro de Kunité, ou em função de Juiz de Kata, ou ainda em função de Chefe de Tatami, etc.

Em Portugal, estabeleceu-se, pela primeira vez, uma tentativa de estruturação curricular que não foi completamente seguida dada a complexidade e necessidade de formação de formadores requerida. Encontrou-se um equilíbrio, mas a tendência geral é sempre a de se fazer uma formação com base na exposição das regras de arbitragem.

Com exceção de Portugal, o grau de satisfação é quase total.

**Quadro 19 - Recursos Humanos Técnicos de Arbitragem II**

País	Form. Esp. Form.		Estr. Técn. Fed.	Satisfação	
Portugal	sim		sim		não
França	sim		sim	sim	
Holanda	sim		sim	sim	
Espanha		não	sim	sim	
Estónia	sim		sim	sim	
Itália		não	sim	sim	
Eslováquia	sim		sim	sim	
Rússia	sim		sim	sim	
Inglaterra	sim		sim	sim	
Austria	sim		sim	sim	
Angola		não	sim	sim	
Brasil	sim		sim	sim	
Chile	sim		sim	sim	
Puerto Rico	sim		sim	sim	
Argentina	sim		sim	sim	
Perú	sim		sim	sim	
Irão	sim		sim	sim	
	82%	18%	100%	94%	6%

#### 4.3.4 Conclusão

A intervenção do Estado Francês, controlando inclusivamente as graduações numa estrutura com a inclusão da federação, afirma-se como o modelo de horizontalidade tutorial máximo, implementando uma dinâmica de controlo do enquadramento desportivo com parâmetros interessantes de aprofundar no futuro. Não temos dúvidas em afirmar que o modelo Francês é o mais tutelado e com um grau de estruturação regional importante. No entanto, na formação dos Técnicos de Arbitragem a tutela é exclusivamente federativa, ao contrário de outros países onde há também uma envolvimento da tutela governamental.

Tudo aponta para modelos de controlo tutelar da qualidade da gestão dos recursos humanos por parte das Federações e, em Portugal, o instrumento da utilidade pública desportiva para esse fim, está de acordo com a tipologia que sentimos por parte dos países da Europa estudados. Mesmo o Inglês, onde parece haver agora um maior grau de controlo através de mecanismos profissionalizados de intervenção a apoiar os mecanismos desportivos próprios, afirma-se paradigmático dessa tendência para que o apoio financeiro tutelar seja mais pró-activo e não tão “descuidado”. Ou seja: a par de

um dirigente eleito em Assembleia-geral, em França e em Inglaterra existe uma estruturação profissional técnica a cargo da tutela, se juntarmos Espanha, existe um grau de regionalização suficiente para sectores horizontais, como é o caso dos competidores, treinadores e técnicos de arbitragem.

Portugal tem ainda um longo caminho a percorrer na estruturação profissional de funções técnicas horizontais importantíssimas para a modalidade, assim como tem o caminho da estruturação regional para resolver no contexto da dinâmica da modalidade. Com excepção da Região Autónoma da Madeira e, de certa forma, dos Açores, não existe estruturação regional para além da dinâmica competitiva, mas esta é apenas instrumental para a realização das fases regionais do Campeonato Nacional, como está patente nos regulamentos.

Os desafios pós-modernos colocados ao Karaté necessitam de uma organização forte em competências transversais integradoras da dinâmica vertical e horizontal e isso passa pelos principais líderes técnicos que são, notoriamente, os líderes dirigentes da modalidade em Portugal. A seguir apresentamos um estudo feito com eles.

## **4.4 Os Directores Técnicos de Topo em Portugal**

### **4.4.1 Introdução**

A Federação Nacional de Karaté – Portugal organizou no ano de 2005 o 1º curso de formação de Treinadores de Nível III com uma parte simultânea ao 1º curso de formação de treinadores de nível II. Este curso teve a primeira parte em Viseu, de 8 a 10 de Julho de 2005, a segunda parte em Lagos, de 15 a 18 de Julho de 2005, a terceira parte de 1 a 4 de Setembro de 2005 e a última parte de 15 a 18 de Setembro de 2005.

Foi a primeira vez que a FNK-P fez um curso de Treinador de Nível II e, simultaneamente um curso de Treinador de Nível III. Neste último, alguns candidatos vinham através de processos de equivalência com formações feitas antes de 1992, não tendo nunca frequentado um curso de formação da FNK-P, mas detentores do grau de Treinador de Nível II por equiparação, frequentaram o curso de Nível III constituído pelos mesmos módulos do curso de Nível II mais um módulo de especialização com formador internacional em Treino de Alto Rendimento na disciplina de Kumite ou na de Kata (este último ainda não realizado), num regime de transição sem avaliação.

O regime de transição trata-se de um mecanismo de correspondência entre os graus adquiridos antes de 1992 (fundação da FNK-P), num limite de três graus da CDAM, FPK e FPKDA, e os quatro graus definidos regulamentarmente a partir de 1995 na FNK-P. A equivalência entre os antigos graus foi feita directamente com os três primeiros graus da nova carreira: Treinador Monitor, Treinador de Nível I e Treinador de Nível II. Não foi atribuído nenhum grau de Treinador de Nível III e muitos poucos de Treinador de Nível II, já que havia poucos treinadores com os cursos de 1º grau da CDAM, FPK e FPKDA. As normas de equivalência prevêem que um treinador poderia fazer o novo grau seguinte sem avaliação, pela análise curricular do tempo de prática. Tal aconteceu com Treinadores de base e faltava acontecer a treinadores de topo, pelo que estes cursos foram o culminar de um ciclo do projecto de formação da FNK-P iniciado em 1994, aprovado formalmente em 1995, e sucessivamente avaliado até 2005.

Nestes dois cursos estiveram a maioria dos Treinadores de Topo do Karaté Nacional no activo e, por isso, foi um momento que aproveitámos para entrevistas e questionamento sobre aspectos relevantes da organização da modalidade.

## 4.4.2 Metodologia

### 4.4.3 Objectivo do Estudo

O objectivo do estudo foi o de situar, no modelo institucional vertical (estilo), os diferentes níveis de titulação (praticantes, treinadores e técnicos de arbitragem) ao mesmo tempo que se tipificaram as funções curriculares desempenhadas pelos treinadores em vias de obtenção de maior titulação em Portugal.

A obtenção destes dados permitirá orientar o registo dos dados necessários à construção do modelo de interpretação do desenvolvimento institucional do Karaté, neste caso particular, ao nível da instituição mais vertical, dentro do nosso país.

#### 4.4.3.1 Amostra

Usámos o método de amostragem não aleatória, pois apenas interessava a taxa de resposta, que foi de 100% relativamente aos elementos que completaram os cursos de formação em questão.

A população de treinadores em estudo tinha uma idade média de 46 anos e um desvio padrão de 10, sendo o elemento mais novo de 25 anos e o elemento mais velho de 61. Tendo em conta que estiveram representadas 26 associações diferentes, das 67 representadas na FNK-P, podemos determinar uma média de 1,65 treinadores por associação.

#### **Quadro 20 - Caracterização da População de Treinadores no 1º Curso de Formação de Treinadores de NII e NIII**

SEXO	Masc.	Fem.	Total
F	41	2	43
%	95,4	4,6	100

Este indicador indicia que nem todos os sócios ordinários (Associações) têm recursos humanos devidamente habilitados para funções de Direcção Técnica de topo de carreira. Isso significa que o esforço de formação horizontal de técnicos de Karaté deverá continuar para dar cumprimento aos estatutos e regulamentos no seu conjunto.

No entanto, para o nosso estudo, interessavam-nos os Treinadores com mais maturidade na modalidade e, nesse sentido, colocámos o mínimo de 25 anos de prática e o mínimo de 40 anos de idade, dando o primeiro indicador um dado de maior conhecimento da modalidade, e o segundo indicador um grau de maturidade aceitável para se poderem colocar duas gerações em conjunto: a dos 40 e a dos 50 anos, abraçando nesta última os dois treinadores de 60 anos e o único treinador de 61.

Assim sendo, ficámos com uma amostra de 32 indivíduos, todos do sexo masculino, pertencentes a 21 associações, podendo afirmar que representam significativamente os treinadores de topo do Karaté em Portugal.

**Quadro 21 - Caracterização da Amostra de Treinadores de Topo (N2 e N3)**

<b>IDADE</b>		<i>40-44</i>	<i>6</i>	<b>ESTILO</b>	
<i>Média</i>	<i>51</i>	<i>45-49</i>	<i>10</i>	<i>Shoto</i>	<i>18</i>
<i>Desv. Padrão</i>	<i>06</i>	<i>50-54</i>	<i>5</i>	<i>Goju</i>	<i>7</i>
<i>Val. Máximo</i>	<i>61</i>	<i>55-59</i>	<i>8</i>	<i>Shito</i>	<i>6</i>
<i>Val. Mínimo</i>	<i>40</i>	<i>60-61</i>	<i>3</i>	<i>Wado</i>	<i>1</i>

A média de idades dos treinadores é de 51±6 anos, variando entre 40 e 61 anos. Nota-se uma certa continuidade de gerações, mas é curioso que temos um certo desequilíbrio representativo da primeira metade da geração de 40 anos, sendo a segunda metade dessa geração a mais representativa. Os técnicos de topo da geração de 60 anos demonstram a maturidade da modalidade que se aproxima do seu cinquentenário em Portugal.

A maioria dos treinadores representa a linha Shoto, sendo 15 do Shotokan e 3 do Shotokai. Na verdade, vimos como estes foram os estilos percussores do Karaté em Portugal, com uma dinâmica que se expande a partir de 1969. Se há mais Shotokan que Shotokai aqui representado, isto deve-se ao facto de uma grande parte dos praticantes de Shotokai estarem desvinculados institucionalmente da FNK-P, dada a ideia generalizada que o Karaté da FNK-P é fundamentalmente competitivo. Esta escola tem tendência para um vínculo vertical superior em relação aos vínculos horizontais, já que o reconhecimento da utilidade e pertinência dos recursos, em termos horizontais, não é suficiente para a integração de finalidades convergentes e institucionalização

regulamentar. É um aspecto que merecerá uma atenção superior em estudos consequentes, já que as concepções de prática têm mais facilidade de componentes de cooperação com outras artes marciais do que com o Karaté.

A linha Shito, que foi a segunda linha a ter entrada histórica no Karaté português sob liderança de Elmano Caleiro e Gomes da Costa, embora de forma mais sistematizada apenas em 1975, está aqui representada por 6 Treinadores. Já a linha Goju que emerge em 1976 tem 7 treinadores e a linha Wado que surge em 1977 tem 1 treinador.

#### ***4.4.3.2 Instrumento de Recolha de Dados***

Para a recolha de dados foi usado o modo de inquérito por questionário a aplicar a responsáveis técnicos associativos candidatos ao grau de Nível II ou de Nível III. Trata-se da figura de Director Técnico de topo que, neste caso, pela primeira vez assume um momento federativo histórico: a formação de níveis máximos na respectiva carreira. Optámos por seleccionar maioritariamente perguntas do tipo “fechado”, de escolha dicotómica ou múltipla, conforme o dado a recolher.

Escolhemos o inquérito por questionário pela fácil aplicação que permite num contexto de relativamente grande amostragem face à disponibilidade populacional oferecida.

#### ***4.4.3.3 Processo de Construção***

O Questionário foi construído com base nos pressupostos reflexos do estudo sobre as titulações dos recursos humanos do Karaté. Assim sendo, era necessário obter dados sobre o processo de graduação de praticantes e respectivo grau de institucionalização, tal como indagar o processo de titulação vertical de Treinadores e de Técnicos de Arbitragem.

Após a elaboração de um conjunto de questões e respectiva aplicação a quatro treinadores, sendo dois do departamento de formação da FNK-P e outros dois, colegas treinadores, foi feito um pré-teste em Fevereiro e Junho de 2005. Foi feita uma entrevista seguinte à aplicação do questionário piloto, clarificaram-se alguns

pormenores referentes à interpretação das questões, corrigindo-se alguns pormenores, ficando o questionário como se apresenta em anexo (Anexo IX).

#### ***4.4.3.4 Organização do Questionário***

O questionário a ser entregue e preenchido autonomamente e sem qualquer acompanhamento do investigador, tem na primeira página uma introdução explicativa do assunto em estudo e as instruções de preenchimento.

O questionário tem duas partes fundamentais: uma relativamente aos dados das associações a que os treinadores se vinculam e outra relativa ao percurso dos seus principais papéis na modalidade. Nesse sentido, era necessário identificar o indivíduo e a organização, o que é feito na parte A e B, respectivamente.

A parte C, que é a parte mais importante relativamente ao associativismo em levantamento, diz respeito aos praticantes e sua titulação (graduações). A seguir, a parte D diz respeito à titulação de Treinadores e a parte E à de Técnicos de Arbitragem.

A última parte (F) é toda sobre o levantamento das principais funções desempenhadas na modalidade. Trata-se de uma listagem de funções eventualmente desempenhadas no Karaté, com a respectiva classificação no passado (foi), presente (é) e seu relacionamento: foi e é. Apresenta-se também o registo do primeiro ano nessa função, o que marca institucionalmente a função.

#### ***4.4.3.5 Aplicação do Questionário***

Durante a terceira parte dos cursos em causa, em Rio Maior, no dia 2 de Setembro apresentámos em “powerpoint” e distribuímos publicamente o questionário a todos os participantes presentes, pedindo a sua colaboração para o presente estudo, recolhendo-os no dia 4. Foi explicado em plenário, à totalidade dos sujeitos questionados, o tipo de perguntas feitas e o tipo de registos pretendidos, ficando à disposição para o esclarecimento de dúvidas sobre o respectivo preenchimento.

Alguns sujeitos entregaram-nos o questionário mais tarde, no fim-de-semana seguinte, e poucos foram os que tiveram de nos enviar o questionário pelo correio: três elementos. Obtivemos uma taxa de resposta de 100%.

#### **4.4.3.6 Fidelidade do Questionário**

A fidelidade de um questionário, como a de um instrumento de recolha de dados, representa a sua qualidade de suscitar respostas estáveis. Dadas as reservas que devemos ter relativamente à falta de um teste de fidelidade, algumas condições contribuem para a diminuição das condições de reserva, nomeadamente a inclusão de algumas perguntas com potencialidade de comprovação histórica e documental e a identificação formal do sujeito e a participação activa do investigador no contexto da formação de treinadores como formador e director de curso (*insider*).

Assim, estão incluídas perguntas no questionário que nos permitem comprovar a razoabilidade e estabilidade das respostas, como seja o conhecimento concreto que o investigador tem do funcionamento das instituições em causa, e o facto de, em alguns casos, diferentes treinadores responderem à mesma pergunta relativa à respectiva associação.

Por outro lado, sendo o investigador um *activista* na comunidade horizontal a estudar, assim como um *insider* na comunidade vertical do Goju, também aderimos à metodologia de STOLEROFF (2000), o pioneiro dos estudos sociológicos *insider* do Karaté em Portugal, e dos poucos investigadores de Karaté no mundo, estudos esses próximos do projecto etnometodológico em Garfinkel em que Alan STOLEROFF destaca GIRTON (1986). Este facto faz com que as respostas dos elementos questionados, sendo identificadas, tenham um grande grau de responsabilidade, o que foi sentido em muitos casos com o pedido de entregarem o questionário em data posterior para verificarem a precisão de alguns elementos.

Por fim, algumas dúvidas suscitadas no tratamento dos questionários, foram resolvidas em entrevista telefónica dirigida à questão em análise.

#### **4.4.3.7 Tratamento dos Dados**

Grande parte dos dados foram codificados numericamente, inseridos informaticamente numa folha de cálculo Microsoft Excel para facilitar a sua manipulação e análise. Não se fez nenhum estudo da fidelidade das codificações e informatização dos dados dada a sua escassez. Um técnico auxiliar fez a sua integração e depois, o autor, fez a sua correcção, não tendo encontrado nenhuma troca de

codificação. Todas as respostas que na parte F tinham a cruz em “é” e com a data de início anterior a 2005, foram tratadas como respostas “Foi e É” (FeE).

Os dados informatizados em folha de cálculo Excel foram objecto de manipulação e tratamento inicial, usando-se técnicas de estatística descritiva como a média como parâmetro de tendência central e o desvio padrão como parâmetro de dispersão, apresentados perante os indicadores em escala contínua, assim como a análise das frequências para os indicadores em escala nominal, encontrando a percentagem relativa de frequência das respectivas respostas.

#### ***4.4.3.8 Apresentação dos Dados***

Para a apresentação dos resultados, utilizaram-se as formas tabulares, apresentando a percentagem das ocorrências relativamente ao total dos questionados e os parâmetros de tendência central e de dispersão nas variáveis em escala contínua.

Os quadros serão apresentados com a respectiva discussão.

#### ***4.4.3.9 Validade***

A validade central deste estudo refere-se à concretização da obtenção dos dados necessários para a sua consecução. Tal foi realizado já que todos os Treinadores responderam com a respectiva entrega após devido preenchimento, robustecendo com dados empíricos significativos o modelo de análise de institucionalização em construção interpretativa.

Este estudo não é válido para generalizações conclusivas sobre o modelo de funcionamento das associações nacionais de Karaté na FNK-P. Na verdade, a escolha recaiu sobre uma tipologia de treinadores que indirectamente traduzem uma forma associativa própria, pelo que é um estudo sobre as associações com os Treinadores mais habilitados de Portugal.

Não há validade de que todos os indicadores dos variáveis utilizados tenham a denominação correcta no quadro de referência de todos os treinadores, por causa da disparidade de terminologia existente nas instituições verticais do Karaté. Por exemplo: “Director Técnico de Base (vários clubes)”; “Director Técnico Intermédio (associação)”; Director Técnico de Topo (Associação)” são designações não habituais

em estruturas vincadamente verticais e bastante hierarquizadas. Nestas variáveis, sem validade estável pela falta de linguagem comum, as reservas de interpretação dos resultados devem ser grandes, sendo o seu levantamento um primeiro passo de classificação a propor à comunidade científica.

Pediu-se que utilizassem fundamentalmente a memória sobre os seus dados curriculares relevantes. Relativamente aos dados de número de praticantes, *dojos*, e similares, que tentassem responder numa dimensão aproximada. Foi ainda dito que caso necessitassem de mais tempo para conseguir os dados achados relevantes poderiam ser entregues os questionários na última parte do curso, em Santo Tirso, o que aconteceu em alguns casos.

#### 4.4.4 Apresentação e Discussão dos Resultados Individuais

##### 4.4.4.1 Como Praticantes e Competidores

Todos os treinadores foram e são praticantes, com uma média de 33±5 anos de prática, correspondendo a uma graduação de 5°±1 dan, variando de 2° até 7° dan. O praticante mais antigo diz ter iniciado em 1961 (44 anos de prática) e o mais recente em 1980 (25 anos de prática).

**Quadro 22 - Treinadores como Praticantes<sup>465</sup>**

		PRATICANTE		1º Ano	Anos	Dan
	<b>FeE</b>	<i>Média</i>	1972	33	4,94	
<i>F</i>	32	<i>Desv. Padrão</i>	5,1	5,1	1,13	
<i>%</i>	100	<i>Val. Mínimo</i>	1961	25	2	
		<i>Val. Máximo</i>	1980	44	7	

O Karaté caracteriza-se por ser uma modalidade de prática até ao “fim da vida” desde que o praticante assim o deseje e a saúde o permita. O esforço pode ser ajustado aos diversos níveis de prática pretendida.

<sup>465</sup> Nos quadros que apresentaremos a seguir, “nF” corresponde a respostas classificadas como “nunca foi”, “F” corresponde a “foi e já não é” e “FeE” corresponde a “foi e é”.

Por outro lado, embora a maioria dos treinadores tenham passado pela experiência competitiva (81%), há nestes treinadores candidatos a habilitações de topo 19% que nunca passaram por essa experiência. Note-se ainda que nenhum deles mantém essa carreira de competidor.

**Quadro 23 - Treinadores como Competidores**

		COMPETIDOR		1º Ano
	nF	F	Média	1977
<i>F</i>	6	26	<i>Desv. Padrão</i>	3,91
<i>%</i>	19	81	<i>Val. Mínimo</i>	1968
			<i>Val. Máximo</i>	1984

A competição de Karaté requer qualidades físicas e anímicas de intensidade grande, mas também é usual notar um certo interesse por outro tipo de prática de Kumite (combate), à medida que se amadurece na carreira de Karateca, sem os níveis de solicitação de velocidade que requer o jogo competitivo institucionalizado federado.

Em termos médios, o ano de ingresso na carreira de competidor foi  $1977 \pm 4$ , tendo uns iniciado em 1968 e outros em 1984.

O treinador que refere ter iniciado em 1968 fê-lo fora de Portugal. Não há nenhum treinador que tenha participado na primeira prova de Janeiro de 1970, mas há um que participou na ida ao Cristal Palace, em 1970, assim como 5 treinadores que iniciaram a sua carreira competitiva em 1976, altura em que acontece a primeira prova competitiva verdadeiramente inter-estilos de que temos registo até agora (UKA), embora ainda sem a participação do Goju e do Wado, o primeiro sem expressão competitiva institucionalizada na altura, o segundo sem qualquer praticante.

#### **4.4.4.2 Como Treinadores**

A esmagadora maioria dos Treinadores está no activo (97%) e mesmo o que não esteja, já esteve, tendo o seu primeiro ano de intervenção como treinador de um centro de prática sido, em média,  $1980 \pm 8$ , ou seja, com uma média de  $26 \pm 8$  anos de

experiência, havendo treinadores que consideram ter iniciado a sua carreira em 1966 e outros em 1993.

Isto significa que todos os treinadores iniciaram a sua carreira antes do modelo de formação da FNK-P ter feito o seu arranque, o que aconteceu formalmente em 1995 com a aprovação do regulamento de formação de treinadores, mas que só se concretizou com os cursos de habilitação mais tarde, tal como já evidenciámos.

**Quadro 24 - Treinadores de 1 Dojo e de Vários Dojo**

1 Dojo		1ºAno	TREINADOR	1ºAno	Vários Dojo				
F	FeE	1979	<i>Média</i>	1981	nF	F	FeE		
<i>F</i>	1	31	7,67	<i>Desv. Padrão</i>	8,59	5	3	24	<i>F</i>
%	3,1	97	1966	<i>Val. Mínimo</i>	1969	16	9	75	%
			1993	<i>Val. Máximo</i>	2002				

Por outro lado, a maioria de treinadores foi e é treinador de vários *dojos* (75%), e dos que actualmente não são, 9% já foram. Só 16% destes treinadores em vias de aquisição de habilitação de topo é que nunca foram. Há então uma certa tendência generalizada para o ensino em mais que um sítio de prática, o que dá a dimensão autoreprodutiva livre que sempre caracterizou historicamente a modalidade: quem aprende Karaté, aprende a metodologia do seu ensino e treino e, como cinto negro, poderá iniciar a sua divulgação em contexto semelhante e reprodutivo no âmbito associativo vertical.

Como sabemos, este modelo é falacioso e tem sido complementado pelas estruturas verticais e horizontais relativamente à formação especializada em dimensões de gestão do ensino e treino que não são facilmente perceptíveis pela sua aplicação prática.

O Estágio associativo é um momento massivo de formação especializada com um determinado técnico, ou num determinado contexto espacial ou temporal, que utiliza o encontro alargado de praticantes em função de objectivos preponderantemente técnicos, mas não só e nem sempre.

A maioria dos treinadores (88%) inquiridos liderou e lidera tecnicamente estágios associativos, e só 13 % é que não o fez até hoje. Os que o fizeram tiveram como primeira intervenção média o ano de 1985±8, tendo iniciado esse trabalho entre 1969 e 1993, o que demonstra a importância do evento na vida regular dos centros de prática e da associação vertical (de estilo).

**Quadro 25 - Treinadores de Estágios**

		Assoc.		1ºAno	T. ESTÁGIOS	1ºAno	Intern.			
		nF	FeE	1985	Média	1991	nF	FeE		
<i>F</i>		4	28	7,9	<i>Desv. Padrão</i>	8,52	22	10	<i>F</i>	
<i>%</i>		13	88	1969	<i>Val. Mínimo</i>	1972	69	31	<i>%</i>	
				1993	<i>Val. Máximo</i>	2000				

Em estágios internacionais, a maioria (69%) deles não intervieram ainda como técnicos, o que é natural, mas que tende a modificar-se à medida que os anos passam e as competências se desenvolvem ao nível dos respectivos pares internacionais. Apenas 31% assumem já ter feito essa intervenção a nível internacional.

#### 4.4.4.3 Como Seleccionadores

A actividade de seleccionador prende-se, essencialmente, com a actividade de escolha e preparação de competidores representativos de um grupo alargado de clubes, pelo que a indagação desta função se inicia na estrutura associativa e não no clube.

**Quadro 26 - Treinadores como Seleccionadores**

		Associação			1ºAno	SELECCIONADOR	1ºAno	Federação				
		nF	F	FeE	1987	Média	1989	nF	F	FeE		
<i>F</i>		12	5	15	7,38	<i>Desv. Padrão</i>	3,81	23	7	2	<i>F</i>	
<i>%</i>		38	16	47	1970	<i>Val. Mínimo</i>	1983	72	22	6	<i>%</i>	
					1999	<i>Val. Máximo</i>	1994					

Uma certa parte dos Treinadores é Seleccionador da sua própria associação (47%), embora 38% nunca o tenha sido. Há ainda a considerar que 16% de treinadores já foram seleccionadores e agora não são. O ano de primeira intervenção associativa como seleccionador foi  $1987 \pm 7$  anos, entre 1970 e 1999.

Já no que respeita ao mesmo trabalho como seleccionadores nas Federações (FPK, FPKDA e FNK-P)<sup>466</sup>, a maioria nunca o foi (72%) e, embora 22 % tenham já passado pela experiência, são dois dos seleccionadores que fazem parte da nossa amostra de treinadores de topo e, treinadores para o curso de Nível III. O nível médio de primeira intervenção é mais recente em dois anos:  $1989 \pm 4$  entre 1983 e 1994. No caso português isso demonstra a dinâmica federativa após a dinâmica associativa.

Note-se que estamos a falar em dinâmica competitiva institucional, pelo que o caso português não indicia normalidade, pois o natural seria que os quadros competitivos assumissem relevância horizontal, no mínimo desde que existem quadros federados internacionais (EKU - 1966 / WUKO - 1970). No entanto, como já notámos em capítulo próprio, Portugal só acorda para o movimento federado horizontal em 1985, como que estimulado pelo primeiro reconhecimento tutelar da WUKO pela estrutura Olímpica internacional.

#### ***4.4.4.4 Como Director Técnico***

O cargo de direcção técnica corresponde a um nível superior de gestão técnica para além da função regular do treino. Implica funções de direcção de equipas de técnicos num movimento comum em torno da evolução dos praticantes e ou competidores .

A direcção técnica parece assumir, nestes treinadores, duas vertentes principais: a Direcção Técnica de um centro de prática (dojo) e a Direcção Técnica do topo de uma associação.

---

<sup>466</sup> Tendo em conta que posteriormente à elaboração do questionário consolidámos a ideia que a CDAM participou em trabalhos de selecção e representação nacional antes do movimento federativo e após a intervenção internacional através da AKP, é aconselhável a introdução da CDAM. Note-se, no entanto, que os elementos intervenientes nesse contexto tutelar tiveram intervenções seguintes através das outras federações pelo que tal elemento, no caso presente, não influiu a validade da questão já que nos interessa descrever o nível de participação como seleccionador sob tutela superior federada. A CDAM assumiu essas funções e a validade da tutela da FPK foi tacitamente veiculada pela DGD (com alguma fragilidade) assim como a da FPKDA após a validade tutelar dada pela CDAM ter terminado.

**Quadro 27 - Treinadores como Directores Técnicos de Dojos**

D.T.	1º Ano	Vários Dojo			
		nF	F	FeE	
<i>Média</i>	1983				
<i>Desv. Padrão</i>	8,5	11	4	17	<i>F</i>
<i>Val. Mínimo</i>	1968	34	13	53	<i>%</i>
<i>Val. Máximo</i>	2002				

**Quadro 28 - Treinadores como Directores Técnicos de Associações**

	Intermédio			1º Ano	D.T. ASSOCIAÇÃO	1º Ano	Topo			
	nF	F	FeE				1986	<i>Média</i>	1985	nF
<i>F</i>	23	2	7	7,81	<i>Desv. Padrão</i>	7,81	13	2	17	<i>F</i>
<i>%</i>	72	6	22	1970	<i>Val. Mínimo</i>	1967	41	6	53	<i>%</i>
				1999	<i>Val. Máximo</i>	1994				

Os quadros intermédios, mesmo dado o facto de termos associações nacionais de estilo, não são mais frequentes que os de topo e não são usuais já que 72% dos treinadores nestes primeiros cursos de topo nunca assumiram essa função. Isto pode estar relacionado com o facto de estarmos a lidar com um maior número de associações pequenas em relação às grandes e, sendo assim, numa associação intermédia, ainda sem treinadores a frequentar os cursos de topo, é óbvio que os primeiros a fazê-lo são os de topo (embora com excepções). Por outro lado, pode ter a ver com a dinâmica de falta de cultura de quadros técnicos intermédios, já que sendo associações de estilo, e, portanto, de dimensão vertical, a figura de topo impera sobre a intermédia. O grau de autonomia parece vincular mais a noção de que o responsável por um grupo de dojos é o máximo caminho a ir na dimensão regional de trabalho entre dojos. Estas hipóteses deverão ser estudadas com mais precisão.

Note-se, por exemplo, que há 41% dos treinadores que respondem nunca terem sido Directores Técnicos de topo na sua associação, o que significa que há associações que têm tido enquadramento técnico de topo externo ou que não o têm. Perante os regulamentos relativamente aos sócios ordinários, esta situação deverá ser resolvida na preparação das associações para essa função.

#### 4.4.4.5 Como Juiz de Graduação

A função de juiz de graduação não tem sido muito valorizada no movimento federativo. Tem sido deixada ao nível da liberdade das associações e, após a definição do regulamento de graduações que é um regulamento de homologação de graduações, foi criada uma fase intermédia de institucionalização horizontal de uma das características verticais da modalidade.

Portugal, ao contrário de países como a França onde a horizontalidade das graduações tem tutela estatal, ou como Espanha onde existem juizes de graduação da federação, tal como o modelo do Japão os tem no seio da Federação, Portugal, dizíamos nós, nunca teve essa intervenção horizontal, assumindo, como se disse, uma homologação das graduações dos seus associados, sem olhar a requisitos técnicos mas sim a requisitos administrativos: idade e tempo de estadia em graduações anteriores como pré-requisitos para uma graduação.

Assim sendo, falar em graduações nacionais no modelo português é falar em graduações associativas.

**Quadro 29 - Treinadores como Juizes de Graduações Nacionais**

		Kyu		1ºAno	JUIZ GRADUAÇÃO	1ºAno	Dan	
		nF	FeE	1985	<i>Média</i>	1988	nF	FeE
<i>F</i>	2	30	8,7	<i>Desv. Padrão</i>	6,53	9	23	<i>F</i>
<i>%</i>	6	94	1967	<i>Val. Mínimo</i>	1976	28	72	<i>%</i>
				2001	<i>Val. Máximo</i>	2001		

Relativamente à função de Juiz de graduação ao nível nacional, só 6% dos treinadores é que estão fora do poder das graduações de kyu, pelo que a esmagadora maioria participa nessa função em média desde 1985±9, sendo a data mais antiga para essa função autónoma de graduação de kyu a de 1967.

No entanto, o grau de autonomização institucional assume liderança nas graduações de cinto negro, e só em 1976 se inicia a participação de técnicos portugueses na graduação de dan. Hoje são 72% de treinadores a cumprir essa função, o que

demonstra um crescimento grande na capacidade de graduação autónoma das associações que em Portugal têm os treinadores de topo mais habilitados.

A participação em graduações internacionais ao nível da estrutura vertical de estilo é ainda reduzida (28%) e, como é óbvio, adquirida mais recentemente, desde 1985, com uma média de início dessas funções em 1998±7.

**Quadro 30 - Treinadores como Juizes de Graduações Internacionais**

JUIZ GRADUAÇÃO	1ºAno	Dan Int.		
		nF	FeE	
<i>Média</i>	1998			
<i>Desv. Padrão</i>	7,38	23	9	<i>F</i>
<i>Val. Mínimo</i>	1985	72	28	<i>%</i>
<i>Val. Máximo</i>	2005			

Interpretaremos melhor esses dados depois de apresentar a dinâmica associativa, o que faremos mais à frente.

#### 4.4.4.6 Representação Técnica de Estilo

Dada a característica de organização do Karaté, como vimos no estudo teórico, o desenvolvimento em torno de um estilo, ou seja, de uma institucionalização vertical de normas, valores e símbolos reflectidos e reflexos das maneiras de pensar, sentir e agir de um determinado grupo de prática, a figura central é a de representante técnico desse estilo, ou seja dessa institucionalização vertical de prática do Karaté.

**Quadro 31 - Treinadores como Representantes de Estilo I**

	Regional			1ºAno	REP. DE ESTILO	1ºAno	Nacional			
	nF	F	FeE				1979	1985	nF	
<i>F</i>	25	1	6	6,58	<i>Média</i>	1985	13	2	17	<i>F</i>
<i>%</i>	78	3	19	1968	<i>Desv. Padrão</i>	1975	41	6	53	<i>%</i>
				1999	<i>Val. Mínimo</i>	1994				
					<i>Val. Máximo</i>					

É um sinal exterior claro de grau de pertença ou integração na comunidade em causa (estilo ou linha de estilo) e, ao mesmo tempo, por ser paradigmaticamente hierarquizada, um sinal exterior de liderança no caso do treinador que passa a ser representante. Foi assim que várias cisões tiveram reconhecimento institucional no Karaté em Portugal e em todo o mundo.

Os quadros de apresentação dos dados relativos à representação de estilos são exemplificativos desta tipologia organizacional do Karaté, reflectindo também uma outra característica que interessa realçar. Não existe tendência para que a maioria dos actuais técnicos a caminho do topo da carreira tenham passado pela dinâmica de representação regional de um estilo, já que 78% afirmam expressam que nunca foram nem o são. Só 19% desses treinadores são representantes regionais e 3%, correspondendo a um caso, foi mas já não é. A cultura de representatividade regional parece não estar muito instituída nos espíritos dos técnicos de topo, mesmo naqueles que nunca foram representantes nacionais (41%).

**Quadro 32 - Treinadores como Representantes de Estilo II**

	Continental			1º Ano	REP. DE ESTILO	Fundador	
	nF	F	FeE	1991	<i>Média</i>	nF	
<i>F</i>	28	1	3	6,16	<i>Desv. Padrão</i>	32	<i>F</i>
<i>%</i>	88	3	9	1986	<i>Val. Mínimo</i>	100	<i>%</i>
				2000	<i>Val. Máximo</i>		

A representação continental é minoritária e, mesmo aqui, um caso de uma associação com dois representantes continentais, o que não deixa de ser estranho para o modelo normal extremamente hierarquizado. Só duas associações estão ou estiveram vinculadas a representatividade continental de estilo, a primeira desde 1986 e a segunda desde 2000 através dos respectivos técnicos

Não há nenhum fundador de um estilo institucionalizado de Karaté.

#### 4.4.4.7 Como Técnico de Arbitragem

A função de Técnico de Arbitragem é classicamente assumida pelos treinadores mais graduados. Recorde-se que o técnico de arbitragem do primeiro torneio de Karaté em 1970 em Portugal foi Ronald Clark, exactamente o técnico que vinculou a vocação dos pioneiros da participação competitiva.

A função de Técnico de Arbitragem, quer no papel de juiz na disciplina de Kata, quer no papel de juiz ou de árbitro na disciplina de Kumite, é a evolução natural do papel de Treinador e avaliador do nível de prática dos seus discípulos. É mesmo um papel idêntico ao da avaliação como juiz de graduação também assumido sempre pelo treinador mais sábio: o mestre.

Nesse sentido, é natural que o Treinador de Karaté mais maduro, e alguns deles pioneiros, tenham assumido as funções de técnico de arbitragem hoje assumida uma função importante a nível da tutela desportiva já que é considerado um dos recursos humanos do Desporto pela Lei de Bases do Sistema Desportivo, hoje, Lei de Bases do Desporto.

**Quadro 33 - Treinadores como Técnicos de Arbitragem Associativa**

	Nacional			1ºAno	TÉCN. ARBITR.	1ºAno	Internacional			
	nF	F	FeE	1985	<i>Média</i>	1989	nF	F	FeE	
<i>F</i>	10	3	19	6,75	<i>Desv. Padrão</i>	7,42	21	4	7	<i>F</i>
<i>%</i>	31	9	59	1972	<i>Val. Mínimo</i>	1976	66	13	22	<i>%</i>
				1999	<i>Val. Máximo</i>	1994				

**Quadro 34 - Treinadores como Técnicos de Arbitragem Federada**

	Nacional			1ºAno	TÉCN. ARBITR.	1ºAno	Intern.		
	nF	F	FeE	1990	<i>Média</i>	1985	nF	F	
<i>F</i>	13	5	14	5,46	<i>Desv. Padrão</i>	4,24	30	2	<i>F</i>
<i>%</i>	41	16	44	1982	<i>Val. Mínimo</i>	1982	94	6	<i>%</i>
				2003	<i>Val. Máximo</i>	1988			

Se a maioria dos treinadores assume o papel de Técnico de Arbitragem a nível associativo (59%), com primeiro ano de intervenção em 1972, essa função a nível internacional é menos representativa (22%).

No que respeita aos quadros federados, não há uma representatividade maioritária a nível nacional e a maioria (94%) nunca foi Técnico de Arbitragem internacional, o que era previsível.

Nas estruturas federadas há uma perda de técnicos de arbitragem quer a nível internacional quer a nível nacional, o que não deixa de ser indicador de instabilidade organizacional já que continuam activos ao nível do treino da modalidade.

#### 4.4.4.8 Como Dirigentes e Fundador

Os motores directivos dos clubes e das associações são, pelos dados recolhidos, os Treinadores com mais experiência e só menos de um quarto desses treinadores é que não exerceram já esse cargo a nível de um centro de prática ou ao nível da associação que representam, tendo-se iniciado essa função com a própria dinâmica da fundação da modalidade em 1966.

**Quadro 35 - Treinadores como Dirigentes Associativos**

		Dojo			1ºAno	DIRIGENTE	1ºAno	Associação			
		nF	F	FeE	1981	Média	1983	nF	F	FeE	
<i>F</i>	7	3	22	9,27	<i>Desv. Padrão</i>	9,09	8	3	21	<i>F</i>	
<i>%</i>	22	9	69	1966	<i>Val. Mínimo</i>	1967	25	9	66	<i>%</i>	
				1999	<i>Val. Máximo</i>	1994					

**Quadro 36 - Treinadores como Dirigente Federativo**

DIRIGENTE	1ºAno	Federação			
<i>Média</i>	1991	nF	F	FeE	
<i>Desv. Padrão</i>	6,54	21	9	2	<i>F</i>
<i>Val. Mínimo</i>	1985	66	28	6	<i>%</i>
<i>Val. Máximo</i>	2000				

A experiência federativa passou por 34% dos treinadores, desde 1985 até ao início do último mandato da FNK-P.

É ao nível da fundação de *dojo* que os treinadores mais se destacam (81%) como fundadores, desde 1966, sendo interessante que não fundaram mais nenhum desde 1999, ou seja, parece haver uma certa estabilização. A fundação associativa inicia-se mais tarde, mas tem uma média de ano mais recente, ou seja, há uma maior fundação de associações institucionalizadas nos anos 70 do que nos anos 80 ou nos anos 90, o que não deixaria de ser natural já que os treinadores em causa são treinadores que iniciaram a sua prática até 1980. De qualquer forma a intervenção como fundador de associações nacionais, embora menos expressiva, ainda é maioritariamente expressiva: 59%.

**Quadro 37 - Treinadores como Fundadores**

Dojo		Nº	1ºAno	FUNDADOR	1ºAno	Nº	Associações			
nF	F	9	1982	<i>Média</i>	1981	4,8	nF	F		
<i>F</i>	6	26	12	8,44	<i>Desv. Padrão</i>	9,05	8,9	13	19	<i>F</i>
%	19	81	1	1966	<i>Val. Mínimo</i>	1967	1	41	59	%
			60	1999	<i>Val. Máximo</i>	1995	30			
							Associação Internacional			
		1ºAno	Nº	nF	F					
		2000	1	31	1	<i>F</i>				
				97	0	%				

Na fundação de ambientes institucionais internacionais de estilo só temos um caso relativamente recente: 2000.

Após a apresentação destes dados relativos às actividades de direcção e fundação, podemos dizer que elas parecem estar relacionadas, pelos dados semelhantes encontrados entre a direcção de um Dojo/Clube e a da fundação de um Dojo/Clube, sendo óbvio que a função de dirigente é maior que a função de fundador, necessitando-se de vários dirigentes para um clube que pode ser fundado por um elemento acompanhado de outros seguidores.

Desta forma, pode-se dizer que há mais dirigentes que fundadores, o que explica que as médias de entrada na “carreira” de dirigente de dojo/clube sejam precoces em relação às de entrada na “carreira” de fundador.

No entanto, há fundadores de *Dojo* que respondem nunca ter sido Dirigente de um *Dojo*, ou seja, assumem uma função de fundação técnica sem envolvimento política e administrativa na questão, assumindo a função de dirigente só para a Associação. Por outro lado também, se a situação referida no parágrafo anterior é evidente para o caso dos centros de prática e clubes, já não é evidente para as associações que têm, normalmente, um cariz funcional e institucional de grau superior.

O que é claramente evidente nestes resultados é a centralização funcional da dinâmica do centro de prática e da vida associativa em torno do Treinador pioneiro (Mestre). Por esse motivo, temos base interpretativa para explicar a dinâmica associativa extremamente rica que observámos no decurso do primeiro estudo apresentado na presente parte deste trabalho.

A institucionalização de clubes e o respectivo registo desses clubes no RNPC tem por base um grau motivacional de vínculo autónomo ou a nível local, ou a nível regional ou a nível nacional ou mesmo ainda a nível internacional, pois alguns pioneiros estiveram envolvidos na fundação de associações internacionais, o que faz levantar a hipótese que mais poderão surgir no futuro.

A fundação de um clube, ou seja, a subida de nível institucional perante a tutela, de um centro de prática, passando a clube devidamente registado e com dinâmica associativa própria, pode ser vista como um sinal exterior de pertença já que se passa a representar uma instituição superior a que se vincula, e é ao mesmo tempo um sinal de demarcação perante os pares.

O Karaté é rico nesses sinais formais exteriores de pertença, quer do ponto de vista individual como as graduações e as titulações já assumidas na Dai Nipon Butokukai, quer do ponto de vista institucional com a linhagem em estilo institucionalizado.

#### **4.4.4.9 Como Formador**

A diferenciação da formação em competências próprias do Karaté e em competências não internas ao Karaté não é aparentemente um fenómeno clássico na modalidade extremamente vinculada ao estilo.

Note-se que a característica claramente vinculadora de uma institucionalização particular em relação ao geral aprendido, ou seja, a de criação de um estilo próprio característico da modernização do Karaté no início do século XX, e característico dos movimentos institucionais clássicos no Kenjutsu-Kendo e Jujutsu, por exemplo, denota a tentativa de vincular um aspecto determinante para além do visível na matéria de prática, e que é a disciplina em si. No entanto, está centralmente focada na ideia de sistema próprio de treino e de instrumentalização cultural dessa forma de treino.

A consciência sobre habilidades de ensino e de gestão de processos de treino que ultrapassam claramente a prática em si, passou de uma sensibilidade de senso comum para uma noção cada vez mais científica que não é adquirida num centro de prática de Karaté. Se algumas instituições verticais se institucionalizaram e diferenciaram por argumentação mais científica e outras mais filosófica, embora algumas meramente política e provavelmente outras económica, são as estruturas horizontais que trazem a nível dos países as necessidades de envolvimento com os processos públicos de ensino e treino. A formação de recursos humanos institucionaliza-se como um processo de garantia do enquadramento institucional e, assim de controlo e responsabilização do agente, por uma acção de foro público. Por outro lado, e o aspecto a que damos pessoalmente mais relevância, a formação institucional horizontal, permite o desenvolvimento em equipa de níveis superiores de conhecimento e competência no âmbito dos processos de gestão do ensino e treino de Karaté.

**Quadro 38 - Treinadores como Formador de Treinadores Associativo**

	Nacional			1ºAno	FORMADOR	1ºAno	Internacional		
	nF	F	FeE	1984	<i>Média</i>		nF	FeE	
<i>F</i>	17	2	13	7,74	<i>Desv. Padrão</i>		31	1	<i>F</i>
%	53	6	41	1970	<i>Val. Mínimo</i>	1999	97	3	%
				1997	<i>Val. Máximo</i>	1999			

A responsabilidade horizontal é ainda mais relevante quando percebemos que os treinadores a nível associativo nacional não assumem relevância formativa (53%) nem o assumem a nível internacional, no contexto das suas associações, (97%).

**Quadro 39 - Treinadores como Formador de Treinadores Federativo**

		Nacional			1º Ano	FORMADOR	Intern.	
		nF	F	FeE	1989	<i>Média</i>	nF	
<i>F</i>	24	5	3	6,23		<i>Desv. Padrão</i>	32	<i>F</i>
<i>%</i>	75	16	9	1984		<i>Val. Mínimo</i>	100	<i>%</i>
					1997	<i>Val. Máximo</i>		

A nível federativo nacional a intervenção dos treinadores de topo é reduzida (9%), o que se prende com a falta de pertinência académica das suas formações em áreas necessárias para esse enquadramento e na pouca maturidade em áreas horizontais de formação metodológica. Com a evolução das certificações pedagógicas no contexto da formação de treinadores, esses treinadores poderão vir a ser mais interventivos em áreas concretas da formação de treinadores em termos horizontais.

É um facto que todos os formadores da FNK-P são praticantes de Karaté com formação académica superior nas áreas científicas específicas de intervenção, ou com certificação pedagógica para o caso de áreas específicas (caso da arbitragem). Contudo, o grau de maturidade desses formadores no contexto da carreira de treinadores ainda é reduzido (9%). Mas o caminho é positivo, pois a geração de treinadores com 30 anos de idade poderá transformar numa década este cenário, equilibrando um sistema que está a assumir institucionalmente um desenvolvimento interessante.

Por fim, notar que nenhum treinador interveio na formação federada internacional de treinadores. Este quadro internacional está fundamentalmente ocupado com questões relativas à competição institucionalizada ao nível das disciplinas de Kata e Kumite, onde Portugal não tem escola pela escassez de resultados. Este é mesmo o ponto mais fraco do desenvolvimento desportivo da modalidade que ainda não acordou para uma dinâmica de gestão que, ao fazê-lo, poderá lançar um movimento de desenvolvimento interessante de seguir.

## 4.4.5 Apresentação e Discussão dos Resultados Associativos

### 4.4.5.1 Caracterização Geral das Associações

As respostas destes treinadores referentes à caracterização das suas associações, permitiu interpretar a dinâmica institucionalizadora a diversos níveis. Um primeiro nível organizacional; um segundo nível de formação de recursos humanos.

Todas as associações representadas têm exclusivamente um estilo de prática de Karatê e organizam-se maioritariamente numa lógica nacional com vínculos de estilo a nível internacional.

**Quadro 40 - Caracterização da Associação - Tipologia**

	Tipo Geográfico		Nº Estilos		Vínculo de Estilo		
	Reg.	Nac.	1 Estilo	V. Est.	Nac.	Int.	Jap.
<i>Nº Associações</i>	4	17	21	0	12	16	14
<i>%</i>	<i>19</i>	<i>81</i>	<i>100</i>	<i>0</i>	<i>57</i>	<i>76</i>	<i>67</i>

É de destacar que há um grande número de associações com vínculo ao Japão original e que há ainda uma interessante colaboração das associações em torno de uma rede do próprio estilo, o que será benéfico para organização de eventos formativos e competitivos do seu estilo.

**Quadro 41 - Caracterização da Associação – Recursos Gerais**

	Praticantes	Competidores	Dojos	Clubes
<i>Média</i>	961,9	146,6	31,1	10,6
<i>Desv. Padrão</i>	918,4	222,1	37,7	24,7
<i>Val. Máximo</i>	3000	700	140	110
<i>Val. Mínimo</i>	50	0	1	0

Existe uma grande disparidade entre associações com 3000 praticantes ou com 700 competidores e associações com 50 praticantes e nenhum competidor. Há associações com 140 centros de prática (dojos) ao lado de associações coincidentes com um centro de prática. Há mesmo associações com nenhum clube institucionalmente

constituído, o que denota também a fragilidade do sistema institucionalizador simultaneamente com a versatilidade encontrada na gestão da modalidade.

É necessário a FNK-P estimular a estruturação de mais clubes e de incrementar uma maior participação competitiva de clubes aparentemente mais frágeis. As associações grandes têm recursos materiais e humanos próprios para fazer os seus campeonatos, enquanto as associações pequenas não.

Estes dados robustecem a fragilidade que já foi evidenciada quando interpretámos os quadros construídos com base nos indicadores dados pela FNK-P.

#### 4.4.5.2 Caracterização do Sistema de Graduações

Todas as associações utilizam o sistema de graduação kyu/dan. Na análise deste quadro, percebemos que a progressão normal de entrada nas graduações varia do 10º kyu ao 6º kyu, sendo mais usual o 10º. O sistema máximo varia de 5º a 10º dan. É característica das escolas Shotokai usarem o sistema máximo de 5º dan. Um outro grupo de escolas tem como máximo o 8º dan, e um outro ainda o 10º dan. Poucas usam outras graduações como máximo entre 5º e 10º dan.

**Quadro 42 - Caracterização das Graduações dos Praticantes - Geral**

	Progressão Normal no Sistema Kyu / Dan		Níveis Máximos na Própria Associação	
	Kyu	Dan	Kyu	Dan
<i>Média</i>	8,7	8,5	1	3,4
<i>Desv. Padrão</i>	1,2	1,5	0	1,0
<i>Val. Máximo</i>	10	10	1	5
<i>Val. Mínimo</i>	6	5	1	2

As graduações máximas atribuídas pelas Associações indicam já um certo grau de autonomia. Graduações máximas de 5º dan são atribuídas pelas organizações com maior número de praticantes graduados. Apesar disso, há ainda duas associações com graduações de topo que só graduam autonomamente até 1º kyu.

Analisando o outro quadro relativamente à responsabilização pelas graduações, notamos que é evidenciada pela unanimidade das associações a característica orgânica

técnica, embora uma registe a Direcção no contexto da problemática em causa, mas nenhuma evidencia a Assembleia-geral.

As graduações de Topo são fundamentalmente assumidas a nível internacional e ao nível dos conselhos técnicos associativos, sendo mais importante o Painel de Graduação que o Juiz Individual. Nas graduações abaixo das de topo, aumenta o grau de intervenção do Juiz individual, assim como a estrutura técnica associativa nacional através do respectivo conselho técnico.

A maioria das graduações de topo é internacional e estruturalmente colegial, ou no conselho técnico ou em painéis de graduação. Há também uma certa representação de graduações individuais (29%). Esta dinâmica individual é maior nas graduações abaixo do topo (43%), numa dinâmica nacional e com alguma expressividade dos Conselhos Técnicos que, embora afastados da organização federativa que arrancou para a departamentalização técnica na década passada, não deixa de se afirmar um indicador de algum trabalho de equipa nas associações nacionais de estilo.

**Quadro 43 - Responsabilidade das Graduações dos Praticantes**

	Grad. de Topo		Grad. Abaixo Topo	
	Nº Ass.	%	Nº Ass.	%
<i>Juiz Individual</i>	6	29	9	43
<i>Painel Graduação</i>	10	48	5	24
<i>Dojo/Clube</i>	1	5	7	33
<i>N. Regional</i>	3	14	7	33
<i>N. Nacional</i>	7	33	10	48
<i>N. Internacional</i>	12	57	3	14
<i>Ass. Geral Assoc.</i>	0	0	0	0
<i>Conselho Técn. Ass.</i>	11	52	10	48
<i>Direcção Assoc.</i>	1	5	1	5
<i>Dep. Técnico Ass.</i>	3	14	3	14

Os recursos humanos em termos de graduações de topo está a crescer e a permitir uma maior dinâmica horizontalizadora que faz reflectir sobre a capacidade clara de tecnicamente ser dinamizado o projecto de graduações federativas que no momento presente ainda não existem. Só existe a instrumentalidade da homologação da

gruação adquirida num sistema vertical, pelo que qualquer titulação de gruação da FNK-P ou da WKF só significa isso: o reconhecimento mais administrativo do que técnico de uma gruação tecnicamente dependente do associativismo vertical (de estilo).

**Quadro 44 - Modelo Formal de Gruações dos Praticantes I**

Possui		Denominação				Pré-Requisitos				Gradua Até			
Sim	Não	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
6	15	6	5	4	1	6	5	4	1	6	5	4	1
28,6	71,4	28,6	23,8	19	4,7	28,5	23,8	19	4,8	28,6	23,8	19	4,8

A maioria das associações não têm qualquer sistema formal de formação de Juizes de gruação de praticantes. Nas seis que os têm, as denominações são diversificadas de um a quatro níveis. Só uma associação tem quatro níveis de Juiz de Gruação, três delas têm três níveis, uma dois e uma associação só tem um nível.

**Quadro 45 - Modelo Formal de Gruações dos Praticantes II**

	1	2	3	4
<b>Denominação</b>	Examinador	Examinador	Examinador	
	Instrutor	Com. Nac. Gruações		
	Sub Instrutor	Instrutor	Instrutor Sénior	
	J. Regional	J. Nacional	Painel Superior	
	Examinador A	Examinador B	Examinador C	Examinador D
	Instrutor			
<b>Pré-requisito</b>	5° dan / Curso	4° dan / Curso	3° dan / Curso	
	1° dan	3° dan		
	Formação Assoc.	Formação Associativa	Formação Japão	
	3° dan	4° dan	Aut. Internac.	
	4° dan	3° dan	2° dan	2° dan
	2° dan			
<b>Gradua até</b>	1° dan	1° Kyu	3° kyu	
	2° kyu	5° dan		
	1° kyu	1° kyu	3° dan	
	4° kyu	1° kyu	5° dan	
	1° kyu	4° kyu	6° kyu	8° kyu
	1° kyu			

A graduação máxima atribuída é de 5º dan apenas por duas associações. É necessário aprofundar as características de formação destes importantes recursos humanos para o Karaté nacional e internacional.

#### **4.4.5.3 Formação de Treinadores e Técnicos de Arbitragem**

Pelas manifestações dos respectivos responsáveis técnicos, há uma preocupação relevante da maioria das associações com a formação de Recursos Humanos do Desporto: Treinadores e Técnicos de Arbitragem. Não é um aspecto central, mas tudo aponta para a sua importância no futuro. Essa formação, provavelmente centrada na didáctica do próprio estilo, é essencial para a formação horizontal na FNK-P, permitindo-se, deste modo, uma formação equilibrada nas duas dimensões.

No entanto, se apenas 12 associações das 60 associadas estão com essa preocupação relevante, em moldes não muito claros, pois sabemos que a maioria destes técnicos questionados não participou nessa função associativa, significa claramente que papel da Federação é essencial, não só pelo relevo tutelar óbvio, mas pela liderança de todo um outro conjunto de associações ainda não representativas dos quadros técnicos de topo a nível nacional, logo menos apetrechadas para se vocacionar um bom projecto de equipa.

**Quadro 46 - Modelo de Formação de Treinadores e Técnicos de Arbitragem**

	Formação de Treinadores		Formação de T. de Arbitragem	
	Sim	Não	Sim	Não
<i>Nº Associações</i>	12	9	11	10
<i>%</i>	57,1	42,9	52,4	47

A formação de Treinadores a nível vertical foi sempre o processo essencial em todos os movimentos iniciais de expansão da modalidade. Todavia, a formação horizontal de recursos humanos torna-se vital para a dinâmica mais científica do processo geral de treino.

#### 4.4.6 Conclusão

Se em Portugal a concepção científica especializada relativamente às Artes Marciais cedo foi evidenciada como Desportos de Combate (ALMADA, 1984, 1992b, 1992c), sendo esse modelo seguido pela noção de convergência modelar no desenvolvimento humano (FIGUEIREDO, 1987), também foi notório que ainda antes dessa estruturação mais científica, nem sempre a tutela se referenciou às Artes Marciais como Desportos de Combate, mesmo nos momentos mais recentes, como foi o caso da CDAM (FIADEIRO, 1984, 1986). É notório que o senso comum de muitos praticantes das artes marciais e, no caso deste estudo, do Karaté, principalmente as linhas de institucionalização vertical mais afastadas do modelo horizontal federado, encaram o Karaté mais como “arte”, “arte marcial” e nunca como “desporto”.

É nossa interpretação que, pelo que conhecemos do caso Francês e Espanhol como exemplos, a sua evolução institucional tutelar feita muito ligada às respectivas Federações de Judo, com posterior desvinculação, levou a um relacionamento com a tutela estatal semelhante entre si e completamente diferente do caso Português. Como já referenciámos, mesmo no caso Francês, paradigmático em relação ao controlo tutelar, movimentos mais “artísticos” e mais “marciais” foram colocados pela tutela francesa no âmbito do Desporto desde o início, por mais vozes contraditórias que se levantassem.

Curioso é notar que actualmente, no Plano Estratégico reformador para o Karaté em Inglaterra (2006-2010), a questão central de que o Karaté é um desporto emerge logo no início, agarrando o alargado conceito de desporto que não é, evidencie-se, o conceito de senso comum:

*É o Karaté um Desporto?*

*“O Desporto abarca muito mais do que os tradicionais jogos de equipa e competição; Desporto significa todas as formas de actividade que através da participação casual ou organizada, objectivam a expressão da condição física e do bem estar mental formando relações sociais ou obtendo resultados em competições a todos os níveis”.*

*Carta Europeia do Desporto, Conselho da Europa, 1993.*

*Certamente que é!*

*(HALAFIHI, 2005, p. 2)*

Apesar de em 1987 o Dr. José MAIA, incentivar a necessidade pedagógica de planeamento cuidado do ensino do Karaté, ultrapassando o que ele chamou ensino de “forma copista, ensinando aos outros da mesma forma que foi ensinado” (MAIA, 1987,

p. VIII), é evidente que, no então definido “conteúdo” da organização da aula de Karaté, nomeadamente “habilidades técnicas de base e superiores”, estavam conteúdos intrínsecos à cultura vertical da modalidade, sendo considerados recursos e trunfos reconhecidos como úteis e pertinentes, em coerência com as finalidades convergentes do estilo. Essa característica ainda hoje é essencial na aprendizagem do Karaté, pois todos os treinadores de topo Federados em Portugal vinculam-se a uma linha de estilo maioritariamente referenciada a parâmetros internacionais e mesmo ao Japão.

O rompimento com esta estrutura vertical é elogiado metodologicamente em António OLIVA Seba, como um canto supremo à horizontalização do Karaté (1982) e a todas as formas de combate (2002).

Na verdade, em 1975, face à identificação da falta de sistematização técnico-táctica na disciplina de Kumite junto de outros treinadores internacionais, OLIVA identifica duas hipóteses alternativas:

*Que a origem milenar do Karaté-do não dispensava uma atenção especial à unidade técnica e táctica, por causa da grande disparidade de estilos e escolas existentes, amparadas mais em raciocínios filosóficos e crematísticos que em fundamentos científicos e lógicos convincentes;*

*Que a unidade de critério técnico-táctico que andávamos à procura não tinha tido tempo para se formar devido aos curtos anos de vida deste jovem desporto de combate, cujas origens se perdiam na noite dos tempos (OLIVA, 1982, p. 27).*

O fruto desta inquietação desportiva e construção de uma sistematização técnico-táctica que rompeu com a marcação de pontos sem dinâmica de deslocamentos e sem variabilidade evidentes nas aproximações clássicas dos outros países, começou a ver-se em Tóquio em 1977 e foi esmagadora em 1980, no V Campeonato do Mundo: Espanha iguala o Japão com onze medalhas, seguidos de França e Estados Unidos com quatro cada um.

Portugal não tem ainda as estruturas organizacionais para a evolução técnico-táctica generalizada no movimento horizontal, já que, como vimos, as associações com treinadores de topo estão fundamentalmente vinculadas a um estilo e a uma dinâmica estrutural vertical de estilo muito forte. As estruturas horizontais que existem, por imposição tutelar, como o caso da AKRAM (Associação de Karaté da Região Autónoma da Madeira), são ainda muito recentes e são um passo importante a dar a nível do continente já que massificarão de forma horizontal a competição

inter-clubes a nível local, sem a qual, não poderá haver estimulação competitiva de algum nível.

Isto não tem de pressupor a substituição das estruturas verticais, fundamentais para a dinâmica de enquadramento institucional das graduações de praticantes, e de percurso na carreira do Karaté como um caminho de vida, tal como notámos pelos dados encontrados.

Assim, a interpretação de um modelo híbrido de organização do Karaté Nacional que construímos desde algum tempo (FIGUEIREDO, 1991e, 1992-1993), deve aqui ser colocada como hipótese de prolongamento a estudar.

É verdade que em termos competitivos a federação se organiza em torno de 6 regiões nacionais: Norte, Centro Norte, Sul, Centro Sul, Açores e Madeira. Mas não é realmente uma organização preocupada com o respectivo desenvolvimento, sendo bem mais vista como uma fase do campeonato nacional. Mas se há uma certa timidez da modalidade, característica de uma certa ética de convergência horizontal, há claramente uma certa incompreensão da tutela pela dinâmica própria da modalidade.

Todos os indícios apontam para que a intervenção da tutela a nível da maioria dos países da Europa foi e está a ser reguladora e, pelo que conhecemos, bastante benéfica para o desenvolvimento desportivo em França e Espanha por exemplo e, agora, em Inglaterra, sendo também muito benéfica para o desenvolvimento da modalidade em regiões como a Madeira com a estruturação em torno da AKRAM sem retirar a perspectiva de organização vertical a determinados níveis institucionais: é o caso das graduações e da formação própria de cada estilo no intercâmbio nacional e internacional.

A dinâmica regional, embora marcada pela vida própria de cada região e pelas relações entre clubes, já que se assume ao nível das trocas de recursos “horizontalizáveis”, pela falta de cultura a esse nível necessita de um estímulo da tutela, pelo que nunca surgirá sem o devido enquadramento tutelar.

A prova disso é que mesmo a Inglaterra, que era o país elogiado por FIADEIRO (1984, p. 39) junto a Portugal com a única estrutura adequada ao enquadramento das artes marciais, também se estrutura definitivamente por uma via regionalizadora após a intervenção estratégica de recursos especializados na área de gestão do desporto. O modelo da MAC (Martial Arts Commission) e da CDAM (Comissão Directiva de Artes

Marciais) nunca foi seguido por França, ou Espanha que cedo acordaram para a organização estrutural regional do seu Karaté e hoje lideram o Karaté Europeu, não só a nível horizontal mas mesmo em alguns momentos verticais.

Um dado relevante encontrado que demonstra uma certa fragilidade estrutural na organização vertical do Karaté ficou demonstrado uma certa pobreza organizacional na formação de Juízes de Graduação. Ela assenta fundamentalmente no percurso do praticante que se torna, ao longo do tempo, com poder para graduar. Para a dinâmica institucional vertical, este sector das graduações é evidentemente importante e merece grande atenção organizacional no futuro.



## 5 CONCLUSÕES

### 5.1 Conclusões Gerais

Esta investigação situou-se no estudo da *motricidade humana* em contexto desportivo, assumindo como objecto de estudo *a materialização institucional da motricidade humana no desporto Karaté*, no âmbito da área de estudo que é a *Gestão do Desporto*.

Definiu-se, desde logo, a *comunidade intencional no Karaté* como fenómeno social de materialização institucional entre actores sociais. Demonstrou-se que o seu aspecto essencial foi e é a *prática de Karaté* não só no que respeita à dimensão competitiva horizontal, mas também a toda uma outra dinâmica vertical característica.

Partiu-se da evidência de falta de estudos que integrem uma totalidade interpretativa. Os estudos feitos, ou estão afectos ao paradigma dominante da visão horizontal do fenómeno desportivo, centrada em projectos de gestão onde a componente institucional que se vincula à agonística de competição hetero-hemulatória; ou estão afectos à “marginalidade” que a institucionalização de um agonismo lúdico em que o grau institucional centrado na auto-emulação reduzida, vai crescendo sem a horizontalidade dominante.

Procurámos assim interpretar, ou seja: explicar e compreender; o fenómeno de institucionalização característico do Karaté e, de certa forma, alcançável a algumas outras actividades motrícias *budo* (Japão) e de outros países do extremo oriente vulgarmente denominadas no ocidente como “artes marciais”.

Perante a pergunta de partida, confirmou-se a hipótese nula de que *os clubes, associações, federações e sociedades desportivas de Karaté, não são um movimento de agitação institucional descontrolada*, tendo sido desenvolvido um *modelo de análise institucional*.

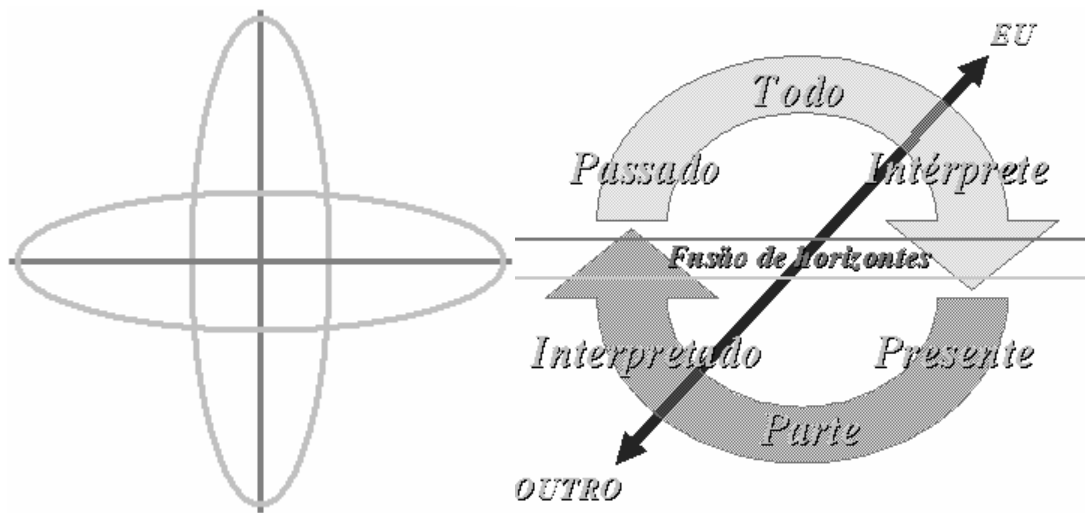
Compreendemos claramente como a institucionalização da dimensão lúdica que se abre, verticalmente, numa matriz de cultura artística, pela procura do desenvolvimento pessoal no bem-estar comum, elogiando o detalhe da eficiência (fazer as coisas bem) e, assim, desenvolvendo uma atenção nas eficácias sucessivas (fazer as coisas certas para serem bem feitas) que, no caminho da “eficácia última” (fazer as coisas certas) em que a acção se contextualiza, marginaliza-se do conceito de procura

racional do destacada e objectivamente “mais eficaz”, na horizontalidade dos diversos contextos.

Ou seja: compreendemos como o jogo é também desporto institucionalizado no sentido marginal e, nem assim, deixa de ser desporto numa concepção pós-moderna. A desinstitucionalização horizontal de um desporto global é a dimensão institucional radical do desporto, característica no Karaté, sem perder a sua dimensão horizontal. A este cruzamento, denominámos como dimensão transversal que depende, essencialmente, da qualidade do intérprete para a circunstância. Não são as tensões entre os actores sociais que terminam, como é óbvio, nem são as opções de gestão por um modelo mais horizontal ou um outro mais vertical que interessa “defender” na procura do mais eficiente e eficaz para a mudança certa na organização de sucesso. Se o olhar horizontal necessita de um macroscópio e o vertical de um microscópio, é instrumentalmente aconselhável o mesoscópio para o olhar transversal, simultaneamente microscópico e macroscópico, simultaneamente local e total, acompanhado de uma dupla vigilância epistemológica como atitude pós-moderna.

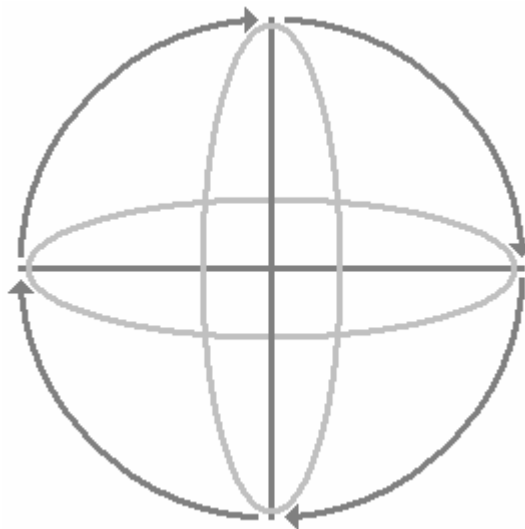
A tutela desportiva tem estado munida de macroscópios com uma pobre visão microscópica que não distinguem a realidade a gerir, tal como demonstrámos em alguns casos a nível nacional (desde a orgânica institucional dos anos 60 sempre afastada do modelo federativo até à Federação Portuguesa de Budo), e a nível internacional (a relação algo diferencial entre o tratamento da WUKO e da WKF em comparação com outras federações internacionais). Por outro lado, a equipa de praticantes, o grupo, o clube, ou seja o “indivíduo mais colectivo” que o macroscópio pobremente alcança, normalmente indirectamente, está fundamentalmente munido do microscópio para os fins diversos que projectam o desenvolvimento desportivo através do desenvolvimento pessoal. E a dinâmica funcional, como demonstrámos, é vertical.

O grito de desenvolvimento da terceira vaga, da pós-modernidade, posiciona-se no “entre dois” e, assim, instrumentalmente, o símbolo do mesoscópio, simultaneamente competente na visão horizontal do total e na visão vertical do local, emerge, tal qual eixo transversal de sentido interpretativo a uma vez vertical e horizontal rumo ao projecto desenvolvimentista.



**Fig. 108 - Modelo Pentadimensional e Círculo Hermenêutico**

O walkman serve simultaneamente aos que não querem incomodar ouvindo música num plano horizontal, e aos que não querem ser incomodados quando ouvem música, definindo assim um plano vertical. A sua natureza transversal cumpre o sucesso instrumental no Oriente e no Ocidente. É um exemplo da natureza transversal de um produto tecnológico analisado mesoscopicamente.



**Fig. 109 - O Mesoscópio Transversal pela Circularidade Hermenêutica**

É o modelo híbrido de gestão ao nível federado, integrando o horizontal geográfico nos três serviços técnicos fundamentais (Formação, Provas e Selecção) com o vertical associativo (Coordenação de Estilos) que, no caso português, emerge como evidência a gerir: existe conhecimento para ser melhor aplicado de forma a obter resultados. Há algumas incompetências que têm de melhorar e há algumas competências boas que podem passar a excelentes. Mas só envolvendo todas as pessoas é que tal poderá acontecer, numa dinâmica de co-implicação evidenciada por ORTIZ-OSÉS.

## 5.2 Conclusões Particulares

O Enquadramento Geral iniciou o exercício interpretativo em que explicação e compreensão evoluíram hermeneuticamente, num esquema planeado para olhar os dados relativos à *acção motrícia de combate ritualizado* que de uma evidência proto-desportiva se foi aproximando do ritmo desportivo contemporâneo. A compreensão do fenómeno da institucionalização do Karaté foi mediada por todos os processos explicativos que a precederam e acompanharam numa hermenêutica com RICOEUR (1981, p. 220), atingindo uma certa praxiologia hermenêutica (GIRTON, 1986) ao nível organizacional, numa observação participante (STOLEROFF, 2000) possível pela natureza da relação observador-observado, em analogia a WACQUANT (2000).

Nesse sentido, o primeiro capítulo, conceptual, apresentou fundamentalmente o conceito de *motrícia* com uma certa continuidade na coerência léxico-evolutiva do *motor* a *motriz*. Como vimos, *moteur* em PARLEBAS (1999) evolui para *motrice*, embora sem citar MERLEAU-PONTY (1945) nem RICOEUR (1987) que nos parecem essenciais, pelo que aduzimos os conceitos de *acção motrícia*, emergindo como linguagem adequada ao conceito de Motricidade Humana (SÉRGIO, 1987), assumindo-se no contexto do Desporto (PIRES, 2005) a Motricidade Desportiva definida como *motrícia desportiva*. Foi também evidenciado que a natureza mesoscópica é instrumentalmente visível nas instituições como as Federações (CORREIA, 2000) de modalidades de Desporto, entre as estruturas macro e as estruturas micro e isso culminou na interpretação dos fenómenos federativos próprios da modalidade a nível nacional e internacional.

No estudo sobre as evidências proto-mitológicas de Gilgamesh a Homero, e proto-desportivas da Grécia clássica à modernidade ocidental passando pelo Renascimento, é de elogiar, em primeiro plano, a *arete*, ou seja a excelência no sentido do carácter virtuoso e, assim, com valor qualificativo próprio à pessoa em acção, assumindo características de *vigor* e *saúde* para a *arete* do corpo e de *sagacidade* e *penetração* para a *arete* do espírito, ainda sem o dualismo cartesiano posterior. Os sentidos da vida em Gilgamesh e os sentidos da acção motrícia nos Gregos, têm sentido no homem contemporâneo em acção motrícia desportiva contextualizável aos budo ou aos *desportos trans-budo*, quando para além da visão vertical da cultura Japonesa institucionalizadora.

A matriz cristã reactiva à frente de ataque Árabe na Europa, entre muitas outras coisas, preparou caminho para uma institucionalização do contacto com o extremo oriente. O sentido religioso e comercial ligaram-se na acção de descoberta da Índia, China e Japão, à procura de cristãos e especiarias, não tendo, nos documentos analisados, sido referenciado um sistema caracteristicamente superior de luta corporal com ou sem armas que evidenciasse uma supremacia técnica ao que se conhecia no ocidente. Mas o oriente tocou nos corações ocidentais e a função orientalista mistificou-se num encerrar de fronteiras interessante.

Notámos como na construção do paradigma cartesiano, o reducionismo da previsão operacional do mundo como um computador, aquilo que denominámos como o “agir pelo pensar”, sendo o pensar a operação focada no projecto de futuro previsível pela lógica racional base do pensamento científico, enfraquecem o “agir pelo sentir”, sendo o sentir a operação focada no projecto de passado intuitivamente captado. O Japão fecha-se e concentra-se no passado, emergindo a sensibilidade artística que ofereceu o pano de fundo para as artes numa verticalidade interior que se institucionaliza e produz, também, as “artes marciais” que se descolam da eficácia futura da guerra, ao contrário do ocidente racionalista e lógico que projecta o futuro em abertura e expansão mundial extra-fronteiras.

O movimento Olímpico culmina este círculo racionalista acelerando todas as modalidades na via da internacionalização: todos queriam participar na festa da modernidade, ou seja no Desporto global. A atitude moral e espiritual do Olimpismo de raiz helénica concretiza-se numa visão operacional de desporto moderno, marcado, portanto, num ritmo de racionalismo acelerado pela visão tecnológica do espaço

hodierno onde a precisão da medida emerge como um dos aspectos fundamentais que envolve a avaliação desportiva objectiva, decorrendo do espírito científico da modernidade e da competitividade mercantil e industrial que é a essência do crescimento económico actual, levando à procura da maximização da prestação.

Entre uma crítica ao código oculto da revolução industrial identificado por TOFLER (orig: 1980), com a relevância no desporto elogiada por PIRES (2003; 2005) e numa matriz conceptual epistemicamente renovada (SÉRGIO, 1987), notámos como tem sido viável, na modalidade em estudo, a tendência para a desinstitucionalização horizontal extrema, descendo do recorde paradigma da maximização industrializante, num verdadeiro código operacional de atitude emergente, demonstrando como o desporto se torna novamente lúdico, já que os praticantes ficam na prática concreta até idades avançadas, ligando-se na verticalidade (estilo) e horizontalidade (federação), tal como é exemplo o actual presidente da Federação Nacional de Karaté – Portugal, ao lado dos seus vários pares nos cargos dirigentes e técnicos no meio federado e associativo.

O lado oriental de emergência das motrícias de combate ritualizado, de onde emerge, em Okinawa, o Karaté no séc. XX, deve ser “desconstruído” (DERRIDA, 2001). Viajámos nos descobrimentos protagonizados pelos Portugueses e demonstrámos que nem a evidência técnica das “artes marciais” foi percebida notoriamente, ao contrário do tempo actual, nem a introdução das espingardas alterou radicalmente o seu rumo desenvolvimentista.

Por um lado, é óbvio que se as técnicas marciais orientais fossem visível e marcadamente superiores teriam sido registadas pelos navegadores ocidentais. Vimos como não há registos; mesmo a hipótese de que o Jogo do Pau português tenha uma relação directa com Kerala é ainda não documentada. Resta a hipótese de que seriam sistemas secretamente guardados, o que não nos parece evidente já que houve confrontos militares e civis que não deram origem a grandes relatos para além dos de KIM (1974, pp. 67-76) ou BOXER (1948, p. 33).

Por outro lado, as espingardas e balas substituíram os arcos e as flechas, sem intervirem simbolicamente no sabre que sempre foi o ícone do guerreiro no Japão, desde a mitologia da sua criação, não pela natureza técnica na guerra, onde assumia quase sempre uma eficácia minoritária como demonstrámos.

Tudo leva a crer também que o Tode (pré-Karaté) é assumido como símbolo do guerreiro em Okinawa, procurando a ascensão social de um povo insular ao nível da cultura japonesa a partir da ocupação Satsuma, sem perder a identidade e referenciabilidade tradicional chinesa. Em Okinawa, elogia-se o termo Bushi numa certa dimensão de erudição na última etapa da sua evolução até ao século XX. Tal não ficou demonstrado com clareza, mas os dados recolhidos tendem a suportar essa hipótese para futuras investigações. O Karaté, vinculador da China com o Japão e num cunho pessoal okinawense, emerge como fio mediador para a interpretação daquele fenómeno, desde a mitologia Shaolin à institucionalização *Budo*, como notámos.

Demonstrámos a necessidade de reinterpretar o sentido da emergência do Karaté, desvinculando-a da narrativa de resistência (GREEN, 2003), evidenciada pelo senso comum especializado. A falácia do desarmamento exagerado de Okinawa pelo clã Satsuma e do respectivo impacto opressor é desmontada pelo historiador SAKIHARA (1987; 2000) – explicação que origina uma outra direcção para a compreensão tal como demonstrámos.

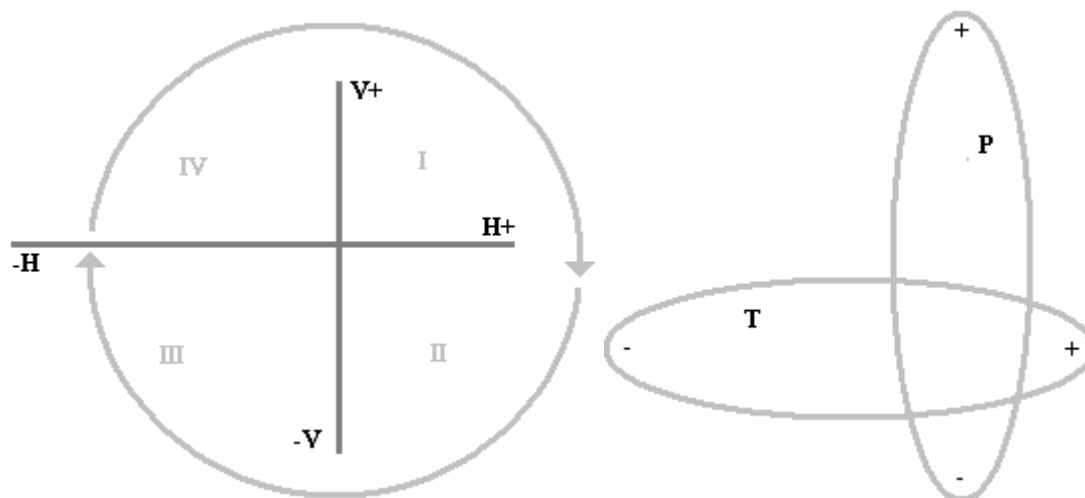
Por outro lado, a falácia do pai fundador do Karaté é desmontada pelo modelo que assume a dimensão vertical de vários estilos dentro da modalidade, ao contrário de outras modalidades como o caso do Judo. O Karaté é pluri-vertical numa horizontalidade que necessita de uma análise transversal.

Notámos como o Karaté se ludifica institucionalmente em Okinawa, sem a dimensão “desportiva” característica da tensão ocidental industrializante, e isso é feito redimensionando-se com a institucionalização das actividades motrícias *Budo*. O sentido da institucionalização assume relevância horizontal na dimensão agonística de direcção hetero-emulatória no caso do Judo, internacionalizando-se. Mas a relevância vertical na dimensão agonística hetero-emulatória assumida inicialmente nas Universidades Japonesas, e, depois, no movimento federado internacional, não substitui, no Karaté, a relevância vertical e horizontal da dimensão lúdica que é, como demonstrámos, e mesmo no caso federado, uma realidade a necessitar de uma denominação clara: praticante. Praticante e competidor são o mesmo actor social em papeis diferentes.

Construímos assim, paulatinamente, um modelo de análise bidimensional por quadrantes, lançando a hipótese de uma certa tendência para a progressão institucional

no Karaté do primeiro ao quarto quadrante, ou seja, um praticante ao inscrever-se num centro de prática, adere, normalmente sem saber, a uma dimensão vertical (estilo), e passa do primeiro para o segundo quadrante, em ambiente máximo de aprendizagem. É uma fase prévia de socialização da cultura própria do Karaté vinculada ao nível organizacional, cumprindo as necessidades sentidas pelo praticante aluno. A seguir, há uma fase de modificação das aspirações e, perante o quadro conhecido, viabiliza-se o comportamento a seguir em dois sentidos: agindo em conformidade com o grupo e, assim, perpetuando o paradigma da cultura recebida; agindo contra o rumo do grupo, criando uma outra estrutura organizacional. Na verdade, a sua progressão nesse ambiente de estilo vai-o despertando também para a realidade extra-estilo, logo para a realidade horizontal e a *taxa de mudança* poderá incrementar a *taxa de aprendizagem* que normalmente levou institucionalmente à procura de novos segundos quadrantes.

A diminuição do primeiro quadrante é demonstrativa de factores positivos no desenvolvimento, quer pela dinâmica de liderança técnica vertical, quer pela dinâmica de contacto com outros estilos, já que acarreta o aumento do terceiro quadrante.



**Fig. 110 - Dinâmica regular da Evolução Institucional**

Por outro lado, a análise pode concentrar-se mais no factor Técnico em comparação com o factor Político, num modelo tridimensional, pois além de classificar a “intensidade” de institucionalização também o faz ao nível do “volume”, medido pela área comum ocupada.

Uma tipologia central, de grande volume, caracteriza uma equilibrada institucionalização entre aspectos políticos e técnico-desportivos. Já uma tipologia “inferior à esquerda” demonstrará uma proximidade ao terceiro quadrante do modelo bidimensional, manifestando, assim, uma tensão técnica positiva sem tensão política de interesse.

Portugal, como demonstrámos, assume claramente uma institucionalização verticalizadora, sem se iniciar a institucionalização federada horizontal, ao contrário de França e Espanha, por exemplo. A UBU foi e é uma instituição mais vertical, interessantemente multidisciplinar, numa certa oposição paradigmática à Federação Portuguesa de Judo nascitura, unidisciplinar e horizontal e hoje em trajecto de posicionamento diferente do modelo federado nas respectivas modalidades, principalmente no que respeita à dimensão horizontal. A CDAM assumiu posteriormente o papel fiscalizador perante a mítica concepção orientalista da perigosidade das práticas. Esse papel é assumido mesmo em relação à UBU original, numa concepção vertical assumida como natural, e só em meados dos anos 80 emerge, pela primeira vez, o movimento federativo no Karaté, unificado posteriormente em 1992. Portugal tem cerca de 30 anos de atraso na dinâmica institucional horizontal e tem uma dinâmica institucional vertical interessantíssima que marca a base de justificação do número de associações registadas. Há assim um certo desequilíbrio institucional visível na dinâmica competitiva institucional que não se traduz em resultados estáveis na dita “alta competição” europeia e mundial, mas que justificam a riqueza institucional demonstrada no Registo Nacional de Pessoas Colectivas e na Federação Nacional de Karaté – Portugal.

Não há dúvida que a bidimensionalidade do movimento de institucionalização do Karaté é uma característica facilmente visível na modalidade e foi o seu estudo mais profundo que nos permitiu a sua identificação.

Demonstrámos também como a dimensão vertical está ligada radicalmente à característica artística e individualista da modalidade, quando o grupo de praticantes se fecha sobre o próprio grupo, tal como o Japão se fechou sobre si próprio, aperfeiçoando, ao limite a sua escola, a sua linha de prática num individual colectivo característico. Na verdade, a dinâmica de institucionalização de um estilo só é possível, não na individualidade do ser, mas sim na “individualidade” do “ser colectivo”, do grupo que institucionaliza esse movimento vertical sem olhar verticalmente para os outros pois

isso seria fazer uma leitura horizontal. Por outro lado, demonstrámos como a horizontalidade institucional está ligada à característica democrática e organizacionalmente competitiva da modalidade, sendo o espaço mais próprio para os que percorrem nos benefícios (e malefícios) da competição institucionalizada no sentido hetero-emulatório, e marcam um Japão em renovação após a segunda Guerra Mundial.

Se da China para Okinawa nunca houve um corte institucional propriamente dito, nem se negou culturalmente a respectiva influência multifactorial, a distância e falta de maturidade institucional horizontal nunca estimulou o conflito organizacional. Mas é um facto que algo de novo se fez na transição da China para Okinawa, do *Quanfa* ao *Tode*. Demonstrámos este primeiro corte. A seguir, demonstrámos o segundo corte de Okinawa para o Japão: a operação de estimulação da organização horizontal começa em Okinawa com a massificação, com objectivos escolares. Prolonga-se à horizontalidade institucional dos primeiros clubes e associações, e, no Japão, emerge a necessidade de institucionalizar as linhas verticais, os estilos. Demonstrámos como a institucionalização dos estilos segue um rumo próprio com o apoio da tutela. A seguir, a internacionalização desses movimentos institucionais verticais dá origem a vários fenómenos interessantes: a horizontalidade Japonesa seguida da Okinawense em alguma tensão; a horizontalidade olímpica internacional com outros níveis de tensão; por fim, a horizontalidade nacionalista de uma verticalidade abafadora da tensão natural, demonstrando uma certa fragilidade humana ao nível da tutela Olímpica.

O Karaté institucionalizou-se horizontalmente sob a perspectiva de querer ser Olímpico, desde 1964, no Japão. A Europa que, desde 1963, se organizava em torno da Federação Europeia, numa dinâmica internacional pioneira, participa, em Outubro e Novembro de 1968 no primeiro campeonato em Los Angeles e México, um pouco polémico pela dinâmica dos convites controlados pelo movimento da JKA e da AAKF, mas que se pode considerar como o momento zero para se fundar, em 1970, a WUKO.

Demonstrámos como, de Okinawa ao Japão, foi também essencial a influência da tutela centralizadora. Inicialmente através da Dai Nipon Butokukai reconhecida pelo Imperador; a seguir através da JKA reconhecida pelo governo japonês e, depois, através da JKF, finalmente horizontal, quando o governo se impôs à JKA vertical; por fim, a WUKO, hoje WKF, a lutarem pelo reconhecimento tutelar Olímpico onde se impuseram perante a IAKF, agora ITKF, também mais vertical que horizontal. Na esteira Olímpica, demonstrámos, através da forma como o Taekwondo se torna

olímpico, uma certa fragilidade essencialmente provocada pela dinâmica nacionalista assumida pela Coreia na corrida olímpica, que, em comparação com uma dinâmica horizontal sempre mais clara no Karaté, ganha. Interessantemente, parece que a estratégia do Wushu está a ser idêntica, no sentido do apoio nacionalista, tendo aqui uma tradição milenar ao contrário do que apontam os estudos mais robustos sobre o Taekwondo.

Concluímos que os dados recolhidos no estudo do caso da institucionalização olímpica do Taekwondo nos permitem robustecer o modelo em construção, demonstrando também que um ramo divergente de um dos estilos de Karaté assumiu uma autonomização própria e, posteriormente, uma liderança Olímpica com o apoio unilateral de um País, de uma tutela nacional, projectando-o politicamente para os quadros da tutela internacional Olímpica. Tecnicamente nada de novo surge na modalidade quando comparada com outras da tipologia de valorização do contacto físico na vitória. Politicamente sim. Hoje, a modalidade transformou-se num amadurecimento desportivo com orientações próprias que dão mais colorido aos Jogos Olímpicos, na sua dimensão horizontal.

Ficou evidente que esta é apenas, e exclusivamente, uma das facetas visíveis do fenómeno competitivo institucionalizado horizontalmente rumo ao COI. Existe sempre a outra dimensão, o outro eixo: a organização e institucionalização vertical que, não desaparecendo, alimenta e alimenta-se numa crítica sobrevivente em discursos marginais e subculturais, normalmente tendentes para o hiper-elitismo, mais do que para o lumpen-discurso (SANTOS, 1989, p. 39). É a riqueza cultural característica das diferentes formas de institucionalização vertical que é “nova” no discurso regular do desporto ocidental europeu.

Os *Budo* foram interpretados como actividades motrícias de institucionalização original japonesa, com características educativas muito similares na sua génese, estando situados no contexto desportivo actual com expressão em modalidades como o Judo, o Karaté, o Aikido, entre outras. Notámos como a coreanização dos *Budo*, para utilizar a expressão de BENNETT, deu origem ao Taekwondo, num exemplo da horizontalização de uma dinâmica vertical do Karaté, tal como está a acontecer com o *Kumdo* (BENNETT, 2005), que é a substituição coreana internacional horizontal do Kendo, perante a visão menos “agressiva”, do ponto de vista organizacional, desta última federação internacional. Isto foi definido como exemplo de construção de uma

modalidade em contextos regulamentares de regras institucionais da modernidade, com base em modalidades claramente necessitadas de gestão em competências pós-modernas: competências mesoscópicas integradoras do foco transversal em que o plano horizontal e vertical são assumidos na totalidade da sua complexidade organizacional.

É necessário prolongar os estudos aqui inicialmente interpretados.

O discurso orientalista com base em fontes secundárias e endeusadoras de *histórias* é comum nas “artes marciais” vistas “primariamente como artes de guerra” ou seja: “formas depuradas de combater” (CAGIGAL, orig: 1982-1983, p. 809). Os factos estão a dar outras pistas sobre aquela rica historicidade. Uma das linhas de investigação que interessa prolongar, referencia-se ao “contar da história” na intenção de consagração de figuras, situações, estilos. Essa contagem da história indicia maneiras de pensar, sentir e agir, a robustecer a interpretação do caminho. Duas dimensões devem ser seguidas: a mítica e a factual. A documentação de ambas impera no trabalho de futuros investigadores.

Urge também interpretar os mecanismos de oferta e procura de serviços ligados a este tipo de modalidades, dando atenção especial ao alto rendimento competitivo e, muito em especial, ao não competitivo institucionalizado, estudando os praticantes e respectivas famílias, as suas necessidades, motivações e aspirações para compreender a razão da procura da modalidade para fins educativos em escalões cada vez mais baixos. O lúdico institucionalizado faz parte de uma robustez desportiva, neste estudo demonstrada, e que é fundamental continuar a interpretar.

Assim, simultaneamente aos estudos vinculados com a gestão através do paradigma processo-produto, essenciais ao progresso do ensino e treino desportivo, é necessário também incluir gritos de estudos de paradigma hermenêutico que aqui tentámos indiciar. Trata-se de uma praxiologia hermenêutica que levará a uma interpretação de excelência da modalidade no tecido social sem descuidar a dupla vigilância epistemológica.

## 6 BIBLIOGRAFIA

- ABE, Tetsushi (2005), Cultural Friction in Budô, in: Budo Perspectives Volume One, Auckland, Kendo World Publications, Vol. 1, Ed: Alexander Bennett, pp. 125-140.
- ABUSCH, Tzvi (2001), The Development and Meaning of the Epic of Gilgamesh: an Interpretive Essay, Journal of the American Oriental Society, Volume: 121, Issue: 4 <<http://www.questia.com/PM.qst?a=o&d=5000947937>> [Consulta 2003-04-29].
- ACADEMIA DE BUDO (1960), Elucidário de Judo. Lisboa, Academia de Budo.
- ALBUQUERQUE, Brás (orig: 1557, 1989), Comentários do Grande Afonso de Albuquerque, Biblioteca da Expansão Portuguesa, Lisboa, Publicações Alfa, 3 vols.
- ALEXANDER, George (1991), Okinawa – Island of Karate, Reliance, Yamazato Publications.
- ALMADA, Fernando, (1984), Os Desportos de Combate, Ludens, Cruz Quebrada, ISEF-UTL, Vol. 8, nº 3, Abril-Junho, pp. 5-10.
- ALMADA, Fernando, (1984b), “Teóricos” versus “Práticos”?, Ludens, Cruz Quebrada, ISEF-UTL, Vol. 8, nº 3, Abril-Junho, pp. 32-33.
- ALMADA, Fernando (1992), Cadernos da Sistemática das Actividades Desportivas nº 2 - Apresentação da Base Conceptual da Sistemática das Actividades Desportivas - Taxonomia e Modelos de Tratamento do Conhecimento, Cruz Quebrada, Faculdade de Motricidade Humana.
- ALMADA, Fernando; PEIXOTO, César; ROQUETE, João; TAVARES, Gonçalo (1992a), Cadernos da Sistemática das Actividades Desportivas nº 3 - Análise do Contexto: A História e a Sistematização nas Actividades Desportivas, Cruz Quebrada, Faculdade de Motricidade Humana.
- ALMADA, Fernando; PEIXOTO, César; ROQUETE, João; TAVARES, Gonçalo (1992b), Cadernos da Sistemática das Actividades Desportivas nº 4 - Análise do Contexto: A Prospectiva nas Actividades Desportivas, Cruz Quebrada, Faculdade de Motricidade Humana.

- ALMADA, Fernando (1995), *a Culpa não é do Desporto*, Cruz Quebrada, Edições FMH.
- ALVARES, Jorge (orig:1547), *Mais Enformação das Cousas de Japão*, in: CALADO, Adelino (1960), *Livro que trata das cousas da Índia e do Japão*, Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Vol. XXIV, pp. 99-112.
- ALVAREZ, Garcia (2000), *Luta – Uma Prática Milenar*, Lisboa, Centro de Estudos e Formação Desportiva.
- ANDRADE, Simão (1518), *Carta a el-rei D. Manuel a respeito da Índia*, in: *As Gavetas da Torre do Tombo*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, vol. V, pp. 122-127.
- ARAÚJO, José (1998), *O Dr. Pires Martins e as Artes Marciais em Portugal*, Bushido, Lisboa, nº 1, pp. 4-5.
- ARAÚJO, José (2005 a), *Breve História da União Portuguesa de Budo*, Site Oficial UBU, < <http://ubu.no.sapo.pt/> > [Última consulta 2005-09-25].
- ARAÚJO, José (2005 b), *O Dr. Pires Martins e as Artes Marciais em Portugal*, Site Oficial UBU, < <http://ubu.no.sapo.pt/> > [Última consulta 2005-09-25].
- ARAÚJO, José (2005 c), *Coronel João Luís Freire de Almeida*, Site Oficial UBU, <<http://ubu.no.sapo.pt/>> [Última consulta 2005-09-25].
- ARAÚJO, José (2005 d), *Entrevista com o Eng. Sebastião da Silveira Durão*, Site Oficial UBU, < <http://ubu.no.sapo.pt/> > [Última consulta 2005-09-25].
- ARAÚJO, Paulo (1990), *A Capoeira – De Arte Marcial a Actividade Gímnica e Folclórica*, Horizonte, vol. VII, nº 39, pp. 83-87
- ARAÚJO, Paulo (1997), *Abordagens Sócio-Antropológicas da Luta / Jogo da Capoeira*, Maia, Instituto Superior da Maia.
- ARAÚJO, Rui (1510), *Notícia dos usos, costumes e número de gentes que havia em Malaca e outras terras da Índia*, in: *As Gavetas da Torre do Tombo*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963, vol. III, pp. 789-796.
- BACHELARD, Gaston (1972), *La Formation de L'Esprit Scientifique*, Paris, J. Vrin.
- BAELZ, Erwin Von (orig: 1932; 1974), *Awakening Japan*, London, Indiana University Press.

- BARREIRA, Cristiano; MASSIMI, Marina (2003), As Idéias Psicopedagógicas e a Espiritualidade no Karate-Do segundo a Obra de Gichin Funakoshi, *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(2), pp. 379-388
- BARROS, João de (orig: 1549); COUTO, Diogo do (orig: 1602-1673), *Décadas Da Ásia*, 24 vols., Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1973-1975 (reimpressão da Ed. de 1777-1788).
- BATIGNE, L. (1996), Sports de Combat et Arts Martiaux à l'Université ou les Intellectuels Face aux Arts Martiaux, in : *Arts Martiaux et Sports de Combat*, Paris, Cahier de l'INSEP 12-13.
- BENNETT, Alexander (2004a), The Beginner's Guide to Bushido, *Kendo World*, Vol. 2, No. 4, pp. 50-56.
- BENNETT, Alexander (2004b), The History of Modern Kendo, *Kendo World*, Vol. 3, No. 1, pp. 6-15.
- BENNETT, Alexander (2004c), Korea – The Black Ships of Kendo – The Internationalization of Kendo and the Olympic Problem, *Kendoworld* <<http://www.kendo-world.com/articles/web/korea/index.php>> - versão pdf: 26pp. [Consulta 2005-05-25].
- BENNETT, Alexander (2005), Kendo or Kumdo: The Internationalization of Kendo and the Olympic Problem, in: *Budo Perspectives Volume One*, Auckland, Kendo World Publications, Vol. 1, Ed: Alexander Bennett, pp. 155-169.
- BENNETT, Alexander (Ed: 2005), *Budo Perspectives Volume One*, Auckland, Kendo World Publications, Editor.
- BÉNOLIEL, Pierre-Yves (1986), Reportage Shaolin – Le Monastère de La Petite Forêt, *Karaté*, Paris, pp. 25-31.
- BERTALANFFY, Ludwig (1977), *Teoria Geral dos Sistemas*, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 3ª ed. (tradução do original de 1968).
- BISHOP, Mark (1999), *Okinawan Karate – Teachers, Styles and Secret Techniques*, Boston, Rutland, Tokio, Tuttle Publishing, 2ª Ed.
- BLANCHARD, K.; CHESKA, A (1986), *Antropologia del Deporte*. Bellaterra. Barcelona.

- BOMPA, Tudor (1990), *Theory and Methodology of Training - The Key to Athletic Performance*, Dubuque-Iowa, Kendall/Hunt Publishing Company, 2ª Ed.
- BOMPA, Tudor (1999), *Periodization: Theory and Methodology of Training*, Champaign, Human Kinetics, 4ª Ed.
- BOUET, Michel (orig:1968; 1995), *Significacion du Sport*, Paris, L'Harmattan, 6ª Ed.
- BOULCH, Jean Le (1971), *Vers Une Science du Mouvement Humain*, Paris, Éditions ESF.
- BOUTHOU, Gaston (1966), *O Fenómeno Guerra, "Ideias e Formas"*, Lisboa, Estúdios Cor.
- BOXER, Charles (1948), *Fidalgos in the Far East – 1550-1770*, Martinus Nijhoff: The Hague.
- BOXER, Charles (orig: 1951; 1993), *The Christian Century in Japan 1549-1650*, Manchester, Carcanet.
- BOXER, Charles (orig: 1953; 2004), *South China In the Sixteenth Century*, Bangkok, Orchid Press.
- BOXER, Charles (orig: 1960; 1989), *O Grande Navio de Amacau, Macau, Fundação Oriente e Centro de Estudos Marítimos de Macau, Trad: Manuel Vilarinho*.
- BOXER, Charles (orig: 1969, 2001), *O Império Marítimo Português – 1415-1825*, Lisboa, Edições 70.
- BRAUNSTEIN, Florence (1999), *Penser les Arts Martiaux, "Pratiques Corporelles"*, Paris, PUF.
- BRAUNSTEIN, Florence; PÉPIN, Jean-François (1999), *La Place du Corps dans la Culture Occidentale, "Pratiques Corporelles"*, Paris, PUF.
- BYRNE, John (1996), "Three of The Busiest New Strategists", *BusinessWeek*, McGraw-Hill Companies Inc, 26 de Julho <[www.businessweek.com/1996/35/b34905](http://www.businessweek.com/1996/35/b34905)> [Consulta em 2005-5-27].
- CAGIGAL, Jose María (1966), *Deporte, Pedagogis y Humanismo*, Madrid, Comité Olimpico Español.

- CAGIGAL, Jose María (orig : 1982-1983), Hacia donde van las Artes Marciales, in: OLIVA, Antonio, et al. (2002), *Combate Supremo*, Ibiza, Club Karate Musoken, CICAC, pp. 809-822.
- CALADO, Adelino (1960), Livro que trata das cousas da Índia e do Japão, Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Vol. XXIV, pp. 1-138.
- CAMÕES, Luís (orig: 1572; 1981), *Os Lusíadas*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- CASAL, Adolfo (1996), *Para uma Epistemologia do Discurso e da Prática Antropológica*, Lisboa, Edições Cosmos.
- CASTANHEDA, Fernão (orig: 1552, 1979), História da Conquista da Índia, “Tesouros da Literatura e da História”, Porto, Lello e Irmão Editores, 2 Vls.
- CASTELO, Jorge (1984), Análise e Sistematização das Acções Ofensivas e Defensivas em Competição (Kumite/Shiai), Ludens, Cruz Quebrada, ISEF-UTL, Vol. 8, nº 3, Abril-Junho, pp. 46-53.
- CASTELO, Jorge; e tal. (1996), *Metodologia do Treino Desportivo*, Cruz-Quebrada, FMH.
- CATZ, Rebecca (1983), *Cartas de Fernão Mendes Pinto e Outros Documentos*, Lisboa, Editorial Presença.
- CERVEIRA, Raul (1976), *Karate-do*. Lisboa. s/e.
- CERVEIRA, Raul (1978), Entrevista com Elmano Caleiro, *Tele Judo e Karaté-Do*, Lisboa, Liber, nº 16, 1/2/78, p. 10.
- CHARDIN, Teilhard (1947 - trad: 1965), *O Fenómeno Humano*, “Filosofia e Religião - 16º”, Porto, Livraria Tavares Martins.
- CHARLES, George (1985-1987), *La Saga du Wu Shu*, Karaté, Paris, nºs 118-133.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain (1982), *Dictionnaire des Symboles*, Paris, Robert Laffont / Jupiter.
- CHING, I (s/d.), *O Livro das Mutações*, São Paulo, Hemus.
- CLAUSEWITZ, Carl (orig : 1832), *Da Guerra*, Mem Martins, Europa-América.
- COELHO, Jaime (1998), *Dicionário de Japonês – Português*, Porto, Porto Editora.

- COI – OLYMPIC PROGRAM COMMISSION (2005), Report to the 117<sup>th</sup> IOC Session, Lausanne, IOC.
- COOK, Harry (1998), Samurai – The Story of a Warrior Tradition, New York, Sterling Publishing.
- COOK, Harry (2001), Shotokan Karete – A Precise History, England, Edição do Autor.
- COOK, Harry (2003), Martial Arts: Karate, Oxford, Raintree.
- CORCORAN, John, FARKAS, Emil (1988), Martial Arts - Traditions, History, People, New York, Gallery Books.
- CORRÊA, Maria Isabelle (s/d), Mitos Cosmogônicos – Suméria e Babilônia, <[http://www.galeon.com/projetochronos/chronosantiga/isabelle/Sum\\_indx.html](http://www.galeon.com/projetochronos/chronosantiga/isabelle/Sum_indx.html)> [Consulta 2003-12-28].
- CORREIA, Abel (1993), “Estado e Praticante Desportivo - Análise Normativa da Intervenção do Estado”, Ludens - Ciências do Desporto, Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana, Vol. 13 - nº 1, pp. 24-36.
- CORREIA, Abel (2000), Estratégia das Federações Desportivas – Estudo das Principais Federações Portuguesas no Ciclo Olímpico de 1993 a 1996, Lisboa, CEFD.
- CORTESÃO, Armando (1978), A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues – Leitura e Notas de Armando Cortesão, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- COSTA, João (1995), A Descoberta da Civilização Japonesa pelos Portugueses, Instituto Cultural de Macau, Instituto de História e Além-Mar.
- COUBERTIN, Pierre (Ed: Norbert MULLER - 2000), Pierre de Coubertin 1863-1937 – Olympism – Selected Writings, Lausanne, International Olympic Committee.
- COUTO, Diogo (orig: 1612; 1988), O Soldado Prático – Introdução, Actualização de Texto e Notas de Reis Brasil, Lisboa, Publicações Europa-América.
- CRESPO, Jorge (1990), A História do Corpo, “Memória e Sociedade”, Lisboa, Difel.
- CRUZ, Gaspar (orig: 1569; 1989), Cousas da China e do Reino de Ormuz, in: Primeiros Escritos Portugueses sobre a China (1989), Biblioteca da Expansão Portuguesa, Lisboa, Alfa, pp. 50-181.

- CRUZ, Gaspar (orig: 1569; 1997), *Tratado das Coisas da China*, Lisboa, Edições Cotovia (notas de Rui Loureiro).
- CRUZ, Gaspar (orig: 1569; 2004), *Treatise in Which the Things of China ...*, in BOXER, Charles (orig: 1953; 2004), *South China In the Sixteenth Century*, Bangkok, Orchid Press, pp. 44-239.
- CRUZ, Gaspar (orig: 1569; 2004), *Treatise in Wich the Things of China ...*, in BOXER, Charles (orig: 1953; 2004), *South China In the Sixteenth Century*, Bangkok, Orchid Press, pp. 44-239.
- DAMÁSIO, António (1995), *O Erro de Descartes - Emoção, Razão e Cérebro Humano*, Lisboa, Europa-América.
- DERRIDA, Jacques (2001), *Papier Machine*, Paris, Galilée.
- DESCARTES, René (orig: 1637; 1982), *Discurso do Método*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.
- DEVLIN, Keith (1999), *Adeus Descartes*, Mem Martins, Europa-América.
- DIAS, João (2005), *Pedagogia do Karaté*, in: *Manual do Curso de Treinador de Nível II e III*, Lisboa, Federação Nacional de Karaté – Portugal.
- DOHRENWEND, Robert (2003), *Tae Kwon Do: An Historical Appraisal*, *Classical Fighting Arts*, California, Dragon Associates Inc., Issue 1, pp. 8-9; 54-58, Issue 2, pp. 12-15; 54-57.
- DONOHUE, John (2002), *Modern Educational Theories and Traditional Japanese Martial Arts Training Methods*, *Journal of Asian Martial Arts*, Pennsylvania, Via Media Publishing Company, Vol 14, N° 2, pp. 8-29.
- DRAEGER, Donn (1972), *The Weapons & Fighting Arts of Indonesia*, Boston, Rutland, Vermont, Tokyo, Tuttle.
- DRAEGER, Donn (1973), *Classical Bujutsu – The Martial Arts and Ways of Japan*, New York, Tokyo, Weatherhill, Vol. 1.
- DRAEGER, Donn (1973a), *Classical Budo – The Martial Arts and Ways of Japan*, New York, Tokyo, Weatherhill, Vol. 2.
- DRAEGER, Donn (1974), *Modern Bujutsu & Budo – The Martial Arts and Ways of Japan*, New York, Tokyo, Weatherhill, Vol. 3.

- DRAEGER, Donn; SMITH, Robert (1969), Asian Fighting Arts, Tokyo - New York - London, Kodansha.
- DUARTE, D. (1944; finalizado precocemente à morte do autor: 1438), Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda a Sela. Ed. Crítica: Joseph Piel. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- DURÁNTEZ, Conrado (1965), Los Juegos Olímpicos Antiguos, Madrid.
- EGAMI, Shigeru (orig: 1975; 2000), The Heart of Karate-do, Tokyo - New York - London, Kodansha (Edição Revista).
- ESTEVES, José (1975), O Desporto e as Estruturas Sociais, Prelo, Lisboa, 3ª Ed.
- FALSONI, Ennio (1977), El Karate en 12 Lecciones, Barcelona, Editorial De Vecchi. Tradução Portuguesa: 1980; Ed: De Vecchi.
- FIADEIRO, José (1984), Artes Marciais / Desportos de Combate – Evolução ou Vias Diferentes?, Ludens, Cruz Quebrada, ISEF-UTL, Vol. 8, nº 3, Abril-Junho, pp. 35-39.
- FIADEIRO, José Manuel (1986), O Processo de Formação nas Artes Marciais, Horizonte, Lisboa, Livros Horizonte, Vol.II, nº 12, Março-Abril, pp. 194-198.
- FIADEIRO, José (1989-1990), Artes Marciais – Desportos de Combate, Bushido – Revista de Artes Marciais e Desportos de Combate, Lisboa, nº 7, Julho, pp.6-8; nº 8/9, Agosto/Setembro, pp 8-10; nº 11, Novembro, pp. 4-6; nº 12, Dezembro, pp. 6-8; nº 14, Fevereiro, pp. 6-9.
- FIGUEIREDO, Abel (1987), “O Significado Actual do Karaté”, Revista de Educação Física e Desporto - Horizonte, Lisboa, vol.IV, nº 22, Nov-Dez, 1987, Dossier: pp.I-VII.
- FIGUEIREDO, Abel (1989), “A Legislação Actual das Artes Marciais”, Bushido - Revista de Artes Marciais e Desportos de Combate, Lisboa, nº 3, Março de 1989, pp.39-42.
- FIGUEIREDO, Abel (1989b), “Quem Tem Medo da Epistemologia?”, in: SÉRGIO, Manuel, Motricidade Humana: Uma Nova Ciência do Homem - Ciclo de Conferências, Lisboa, CDI-ISEF, 1989.

- FIGUEIREDO, Abel (1989c), *Biomecânica das Técnicas Desportivas: Comparação de Parâmetros Cinemáticos na Execução de uma Técnica de Karaté (OIZUKI), Com e Sem Controlo do Impacto*, Monografia Final para a obtenção do Grau de Licenciado, orientada pelo Prof. Doutor João Abrantes, no Instituto Superior de Educação Física da Universidade Técnica de Lisboa, defendida publicamente a 20 de Julho de 1989, perante arguição do Dr. António Veloso e do Prof. Doutor Fernando Almada.
- FIGUEIREDO, Abel (1989d), “A Licenciatura nos Desportos de Combate”, *Bushido - Revista de Artes Marciais e Desportos de Combate*, Lisboa, nº 10, Outubro de 1989, pp.12-13.
- FIGUEIREDO, Abel (1990), “Há Desporto e ‘Desporto’”, *Bushido - Artes Marciais e Desportos de Combate*, Lisboa, nº 14, Fevereiro de 1990, pp. 10-11.
- FIGUEIREDO, Abel (1990b), “O Desenvolvimento do Karaté Nacional (A Tensão entre arte marcial e Desporto de Combate)”, *Bushido - Artes Marciais e Desportos de Combate*, Lisboa, nº 22, Outubro de 1990, p. 22.
- FIGUEIREDO, Abel (1990c), “O ‘Ippon’ no Karaté (Análise Geral da Pontuação na Prova de Kunité)”, *Bushido - Revista de Artes Marciais e Desportos de Combate*, Lisboa, nºs 13, 16, 17 e 18, Jan. 90, Abr. 90, Maio 90 e Jun. 90.
- FIGUEIREDO, Abel (1990d), “O Desenvolvimento do Karaté Nacional (A Tensão entre arte marcial e Desporto de Combate)”, *Bushido - Revista de Artes Marciais e Desportos de Combate*, Lisboa, nº 22, Outubro de 1990, p. 22.
- FIGUEIREDO, Abel (1990e), “O Desenvolvimento do Karaté Nacional (A Tensão entre as Federações)”, *Bushido - Revista de Artes Marciais e Desportos de Combate*, Lisboa, nº 23, Novembro de 1990, pp. 7-8.
- FIGUEIREDO, Abel (1990f), “A Crise”, *Bushido - Revista de Artes Marciais e Desportos de Combate*, Lisboa, nº 24, Dezembro de 1990, pp. 10-11.
- FIGUEIREDO, Abel (1991), “Organização: uma Necessidade Actual”, *Bushido - Revista de Artes Marciais e Desportos de Combate*, Lisboa, nº 25, Janeiro de 1991, p. 6.

- FIGUEIREDO, Abel (1991b), “De Paradigma em Paradigma”, *Bushido - Revista de Artes Marciais e Desportos de Combate*, Lisboa, nº 26, Fevereiro de 1991, pp. 6-7.
- FIGUEIREDO, Abel (1991c), “A Atitude Industrial”, *Bushido - Revista de Artes Marciais e Desportos de Combate*, Lisboa, nº 27, Março de 1991, pp. 6-7.
- FIGUEIREDO, Abel (1991d), “A Formação dos Quadros”, *Bushido - Revista de Artes Marciais e Desportos de Combate*, Lisboa, nº 28, Abril de 1991, pp. 4-5.
- FIGUEIREDO, Abel (1991e), “O Director Técnico Desportivo”, *Bushido - Revista de Artes Marciais e Desportos de Combate*, Lisboa, nºs 29; 30; 31, Maio; Junho; Julho de 1991, pp. 6-7; pp. 8-9; pp. 6-7, e nº 32, Agosto de 1991.
- FIGUEIREDO, Abel (1992-1993), “O Karaté em Portugal - Uma Nova Era? Um Novo Conceito Organizativo?”, *Bushido - Revista de Artes Marciais e Desportos de Combate*, Lisboa nºs 48-51/52; 56, Dezembro 1992 - Abril/Maio 1993; Setembro/Outubro 1993.
- FIGUEIREDO, Abel (1994), A Formação de Treinadores - Uma Proposta Actual (Karaté), in: 3º Congresso Nacional de Educação Física '94: A Educação Física e o Desporto como Factores de Desenvolvimento, Ofir, Ed: CNAPEF, 1998, pp. 284-306.
- FIGUEIREDO, Abel (1994b), Reflexões para um Enquadramento Actual da Educação Física e Desporto, Comunicação apresentada numa Acção de Formação sobre Desportos de Combate nas aulas de Educação Física promovida pela ESE a 20 de Maio de 1994.
- FIGUEIREDO, Abel (1995), A Formação de Treinadores em Portugal, Comunicação Apresentada no IV Congresso de Educação Física e Ciências do Desporto dos Países de Língua Portuguesa coincidente com o V Congresso da Sociedade Portuguesa de Educação Física decorrente em Coimbra, Março.
- FIGUEIREDO, Abel (1995b), “A Emergência do Karate-do”, *Cinturão Negro - Revista Internacional de Artes Marciais*, Madrid, *Budo International*, nº 25, 1995, pp. 14-21. Em francês: “L’Apparition du Karate-do”, *Budo International - Le Magazine International des Arts Martiaux*, Paris, nº 11, Juillet/Aout 1995, pp. 14-21. Em Espanhol: “La Aparicion del Karate-do”, *Cinturon*

Negro - Revista Internacional de Artes Marciales, Madrid, año VI - nº 71, 1995, pp. 14-21.

FIGUEIREDO, Abel (1996), “Movo-me, Logo Existo!”, Millenium - Revista do Instituto Politécnico de Viseu, Viseu, nº 2, Abril, pp. 58-64. Tendo sido elaborado como comunicação no 1º Simpósio de Desporto que se realizou em 11 de Novembro de 1995 na Escola Superior de Educação de Viseu, este trabalho foi publicado em Abril de 1996 na revista Millenium.

FIGUEIREDO, Abel (1997), “A Formação de Treinadores no Desporto Federado – O Treinador no Segundo Milénio”, Actas do II Congresso de Gestão do Desporto, APOGESD, Lisboa, pp 113-121.

FIGUEIREDO, Abel (1997b), “Os Desportos de Combate nos Programas de Educação Física”, Horizonte - Revista de Educação Física e Desporto, Lisboa, vol. XIV, nº 80, Nov-Dez, 1997, pp. 36-39.

FIGUEIREDO, Abel (1998), “Os Desportos de Combate nas Aulas de Educação Física”, Horizonte - Revista de Educação Física e Desporto, Lisboa, vol. XIV, nº 81, Jan-Fev, 1998, Dossier.

FIGUEIREDO, Abel (1998b), “As Concepções de Educação Física no Ocidente”, Millenium - Revista do IPV, Viseu, Ano 3, nº 10, Abril de 1998, pp. 189-204.

FIGUEIREDO, Abel (1999), A Liderança na Gestão Actual do Desporto – Elogio de uma Atitude Hermenêutica e de Fomento da Criatividade Estratégica no Desporto Federado, Comunicação apresentada no 4º Congresso de Gestão do Desporto na FCDEF (Porto), a 29 de Janeiro de 1999.

FIGUEIREDO, Abel (2000), A Gestão Hermenêutica do Desporto – Elogio de uma Atitude Hermenêutica e de Fomento da Criatividade Estratégica no Desporto, comunicação apresentada no 8º Congresso de Educação Física e Ciências do Desporto dos Países de Língua Portuguesa organizado pela FMH em Lisboa, a 15 de Dezembro de 2000.

FIGUEIREDO, Abel (2000b), “As Artes Marciais do Século XXI - A Saída do Caos que é a Ignorância”, Cinturão Negro, Madrid, Budo International, nº 74, Janeiro, 2000, pág. 49.

- FIGUEIREDO, Abel (2000c), “As Artes Marciais do Século XXI - A Sua Emergência na Sociedade Industrial”, Cinturão Negro, Madrid, Budo International, n.º 75, Fevereiro, 2000, pág. 44.
- FIGUEIREDO, Abel (2000d), “As Artes Marciais do Século XXI - Os Fundamentos Pré-Modernos das Artes Marciais, Cinturão Negro, Madrid, Budo International, n.º 77, Abril, 2000, pág. 44.
- FIGUEIREDO, Abel (2001), Fundamentos para uma Metodologia do Treino em Educação Física num novo Contexto Paradigmático, comunicação apresentada no 1º Seminário sobre Condição Física e Rendimento Desportivo na ESE de Castelo Branco, em 17 de Março de 2001.
- FIGUEIREDO, Abel (2001b), A Gestão dos Processos de Enquadramento da Actividade Física – Elogio de uma Atitude Hermenêutica e de Fomento da Criatividade Estratégica, conferência apresentada no Simpósio Actividade Física e Saúde Comunitária, organizado pelo Pólo Educacional de Lamego da ESE de Viseu em Lamego, a 25 de Maio de 2001.
- FIGUEIREDO, Abel (2002), Profissionalização do Movimento Associativo – Da Crise à Criatividade Estratégica, comunicação apresentada num Simpósio de Desporto organizado pela Câmara Municipal de Aveiro na Casa Municipal da Juventude de Aveiro a 20 de Abril de 2002.
- FIGUEIREDO, Abel (2003), “A Institucionalização das Graduações dos Budo”, Mon – Actualizações Budo, Monte de Caparica, nº 2, Abril, pp. 44-49.
- FIGUEIREDO, Abel (2003b), “Os Exercícios de Treino do Karaté – A Saudação”, Karate - Portugal, Porto, nº 2, Jul/Set., pp. 36-37.
- FLORES, Maria; COSTA, João (1996), Portugal e o Mar da China no Séc. XVI – Aspectos da Presença Lusa na Ásia Oriental no Século XVI, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- FNK-P (2003), Regras de Competição (Kumite e Kata), Lisboa, Federação Nacional de Karaté – Portugal, Tradução das regras da Federação Mundial de Karaté (FMK).
- FNK-P (2004), Programa de Formação - 2005, Lisboa, Federação Nacional de Karaté – Portugal (Enviado para o IDP – Formação em Dezembro de 2004).

- FNK-P (2005), Relatório de Actividades e Contas - 2004, Lisboa, Federação Nacional de Karaté – Portugal (Aprovado em Assembleia Geral de 4 de Junho de 2005)
- FPK (1990), Curriculum da Federação Portuguesa de Karaté, Lisboa, FPK, Organização: Rómulo Machado - Vice-Presidente da FPK, não publicado.
- FREDERIC, Louis (1993), A Dictionary of the Martial Arts, Boston, Tuttle.
- FREIRE, João Batista (1989), Educação de Corpo Inteiro - Teoria e Prática da Educação Física, “Pensamento e Ação no Magistério - 12”, São Paulo, Scipione.
- FRIDAY, Karl (2005), Off the Warpath: Military Science & Budo in the Evolution of Ryûha Bugei, in: Budo Perspectives Volume One, Auckland, Kendo World Publications, Vol. 1, Ed: Alexander Bennett, pp. 249-265.
- FRÓIS, Luís (orig: 1594. Ed. Integral: 1976; 1981; 1982; 1983; 1984), Historia de Japan, Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 5 vls.
- FSAM (1976), Federação Soshinkai de Artes Marciais 1966-1976, Porto, FSAM, coord: M. Pina.
- FUNAKOSHI, Gichin (orig: 1914), Okinawa no Bugi – Martial Arts Technique of Okinawa, in: McCARTHY, Patrick (2002), Funakoshi Gichin - Karatedo Tanpenshu – Short Stories of Karatedo, Brismane, International Ryukyu Karate Research Society, pp. 13-20.
- FUNAKOSHI, Gichin (orig: 1925; 2001), Karate Jutsu – The Original Teachings of Master Funakoshi, Tokyo, New York, London, Kodansha. Trad: John Teramoto.
- FUNAKOSHI, Gichin (orig: 1925a), Bubishi Quotes, in: McCARTHY, Patrick (2002), Funakoshi Gichin - Karatedo Tanpenshu – Short Stories of Karatedo, Brismane, International Ryukyu Karate Research Society, pp. 93-99.
- FUNAKOSHI, Gichin (orig: 1934a), Karate, in: McCARTHY, Patrick (2002), Funakoshi Gichin - Karatedo Tanpenshu – Short Stories of Karatedo, Brismane, International Ryukyu Karate Research Society, pp. 35-39.

- FUNAKOSHI, Gichin (orig: 1934b), Azato Ankoh – A Short History about my Teacher, in: McCARTHY, Patrick (2002), Funakoshi Gichin - Karatedo Tanpenshu – Short Stories of Karatedo, Brisbane, International Ryukyu Karate Research Society, pp. 41-48.
- FUNAKOSHI, Gichin (orig: 1934c), Stillness and Action – Yin and Yang, in: McCARTHY, Patrick (2002), Funakoshi Gichin - Karatedo Tanpenshu – Short Stories of Karatedo, Brisbane, International Ryukyu Karate Research Society, pp. 50-54.
- FUNAKOSHI, Gichin (orig: 1935), Speaking About Karate, Budo Karate Journal, Brisbane, International Ryukyu Karate Research Society, 1st Quarter 2004, pp. 19-28.
- FUNAKOSHI, Gichin (orig: 1935a), Thoughts, in: McCARTHY, Patrick (2002), Funakoshi Gichin - Karatedo Tanpenshu – Short Stories of Karatedo, Brisbane, International Ryukyu Karate Research Society, p. 21.
- FUNAKOSHI, Gichin (orig: 1935b; 1974), Katate-dô Kyôhan: The Master Text, London, Ward Lock Limited, Trad: Tsutomu Ohshima.
- FUNAKOSHI, Gichin (orig: 1943; 1994), Karate-do Nyumon – The Master Introductory Text, Tokyo, New York, London, Kodansha, Trad: John Teramoto.
- FUNAKOSHI, Gichin (orig: 1954), Karatedo, in: McCARTHY, Patrick (2002), Funakoshi Gichin - Karatedo Tanpenshu – Short Stories of Karatedo, Brisbane, International Ryukyu Karate Research Society, pp. 56-61.
- FUNAKOSHI, Gichin (orig: 1956; 1973), Karate-dô Kyohan: the Master Text, Tokyo, New York, London, Kodansha. Trad: Tsutomu Ohshima
- FUNAKOSHI, Gichin (orig: 1956a; 1975), Karate-dô – My Way of Life, Tokyo, New York, London, Kodansha; 1956 – Trad. Espanhola de Luis Rois, Madrid, Eyra (com uma cronologia final interessante e útil); Trad. Brasileira – Euclides Calloni, São Paulo, Cultrix.
- GALVÃO, António (orig: 1563, 1987), Tratado dos Descobrimentos, Porto, Livraria Civilização Editora.

- GASCOIGNE, Bamber (2003) A Brief History of The Dynasties of China, London, Robinson.
- GILGAMESH, Versão de Pedro Tamen do texto inglês de N. K. Sandars, Vega, 2ª Edição, 2000.
- GIRTON, George D. (1986), Kung Fu: Toward a Praxiological Hermeneutic of the Martial Arts, in: GARFINKEL, H. (Ed.) Ethnomethodological Studies of Work, London, Routledge and Kegan Paul, pp. 60-91.
- GLEESON, Geof (1975), Judo, Mem Martins, Europa-América, Trad. de António Câmara.
- GLEESON, Geof (1983), Judo Inside Out - A Cultural Reconciliation, Wakfield - West Yorkshire, Lepus Books.
- GODIN, Charles (2004), The Mitose - Motobu Connection, Budo Karate Journal, Brismane, International Ryukyu Karate Research Society, 3rd Quarter 2004, pp. 14-20.
- GODIN, Charles (orig: 1999), The 1940 Karate-Do Special Committee: The Fukyugata “Promotional” Kata, in: <<http://seinenkai.com/articles/art-fukyu.html>> [Consulta 2005-03-20].
- GOGAI, Sasaki (orig: 1921), Secret Fighting Techniques – In Japanese Secondary Schools, in: McCARTHY, Patrick (2002), Funakoshi Gichin - Karatedo Tanpenshu – Short Stories of Karatedo, Brismane, International Ryukyu Karate Research Society, pp. 22-33.
- GOJU-KAI, JKF (2005), Goju-Ryu Karate-do, Japan Karatedo Federation Goju-Kai.
- GOMES, Rui (1993), Culturas de Escola e Identidades dos Professores, “Educa - Organizações”, Lisboa, Educa.
- GOODIN, Charles (2005), Okinawa’s Bushi: The Gentlemen of Karate, Classical Fighting Arts, Califórnia, Dragon Associates Inc., nº 7, pp. 15-23.
- GREEN, Thomas (2003), Sense in Nonsense: The Role of Folk History in the Martial Arts, in: THOMAS, Green; SVINTH, Josepf (2003), Martial Arts in the Modern World, Westport, Praeger, pp. 1-11.

- GREEN, Thomas (2003), Sense in Nonsense: The Role of Folk History in the Martial Arts, in: THOMAS, Green; SVINTH, Josepf (2003), Martial Arts in the Modern World, Westport, Praeger, pp. 1-11.
- HABERSETZER, Roland (1987), Karaté-do, “Enciclopédie des Arts Martiaux”, Paris, Editions Amphora, 3 vls.
- HABERSETZER, Roland (2000), Enciclopedia des Arts Martiaux de l’Extreme Orient, Paris, Amphora, 3<sup>a</sup> Ed.
- HABERSETZER, Roland (2000), Enciclopédie des Arts Martiaux de L’Extrême Orient, Paris, Éditions Amphora.
- HALAFIHI, Nick (2005) A Strategic Whole Sport Plan For English Karate – 2006-2010, on behalf of EKGB.
- HALL, Basil (orig: 1818, 1975), Account of a Voyage of Discovery to the West Coast of Corea and the Great Loo-Choo Island, Royal Asiatic Society – Korea Branch / Kyung-in Publishing.
- HANASHIRO, Chomo (1905), Karate Kumite, Trabalho não publicado e ainda objecto de investigação histórica – só existem três páginas, in: McCARTHY, Patrick (2002), Funakoshi Gichin - Karatedo Tanpenshu – Short Stories of Karatedo, Brismane, International Ryukyu Karate Research Society, p. 69.
- HARRISON, Ernest (orig: 1955; 2003), The Fighting Spirit of Japan, New York, The Overlook Press.
- HAYES, Richard (1998), Paleolithic Adaptive Traits and The Fighting Man, Sedona – Arizona, International Hopology Society.
- HENNING, Stanley (2003), The Martial Arts in Chinese Physical Culture – 1865-1965, in: THOMAS, Green; SVINTH, Josepf (2003), Martial Arts in the Modern World, Westport, Praeger, pp. 13-35.
- HENSHALL, Kenneth (2004), A History of Japan, New York, Palgrave, 2<sup>a</sup> Ed. Tradução de Victor Silva: História do Japão, Lisboa, Edições 70, 2005.
- HENSHALL, Kenneth (2004), A History of Japan, New York, Palgrave, 2<sup>a</sup> Ed. Tradução de Victor Silva: História do Japão, Lisboa, Edições 70, 2005.

- HERRÁIZ, Salvador (1989), Masatoshi Nakayama ... His Last Interview, *Fighting Arts International*, Merseysyde – England, Terry O’Neill, nº 61, pp. 37-41.
- HERRÁIZ, Salvador (2000) - *Karate Y Olimpismo... Toda la Verdad*. Guadalajara : Sociedad Deportiva WRAKD.
- HIGAONNA, Morio (1996), *The History of Karate – Okinawa Goju-Ryu*, Westlake, Dragon Books.
- HIROSHI, Kinjo (2002), *The Revival of Motobu*, in: McCARTHY (2002a), *Motobu Choki – Watashi no Karate-Jutsu – My Art of Karate-Jutsu*, Brismane, International Ryukyu Karate Research Society, pp. 10-11.
- HUBERMAN, A. M. (1973), *Comment s’opèrent les Changements en Éducation: Contribution à l’Étude de l’Innovation, “Expériences et Innovations en Éducation - 4”*, Paris, UNESCO.
- HUIZINGA, Johan (1938, Trad: 2003), *Homo Ludens*, Lisboa, Edições 70.
- HUIZINGA, Johan (1985), *O Declínio da Idade Média*, s.l., Editora Ulisseia.
- IMAI, Masaaki (1986), *Kaizen: The Key to Japan’s Competitive Success*, New York, McGraw-Hill.
- IMAI, Masaaki (1997), *Gemba Kaizen: A Commonsense, Low-Cost Approach to Management*, New York, McGraw-Hill.
- INOCENTES, Armando (2005), *Sociologia do Desporto: Ética, Perversidades e Violência no Desporto*, in: *Manual do Curso de Treinador de Karaté de Nível II*, Lisboa, Federação Nacional de Karaté – Portugal.
- IRIE, Kôhei (2005), *Budô as a Concept: An Analysis of Budô’s Characteristics*, in: *Budo Perspectives Volume One*, Auckland, Kendo World Publications, Vol. 1, Ed: Alexander Bennett, pp. 155-169.
- ITOSU, Anko (orig: 1908), *Itosu’s Ten Articles*, in: McCARTHY, Patrick (2002), *Funakoshi Gichin - Karatedo Tanpenshu – Short Stories of Karatedo*, Brismane, International Ryukyu Karate Research Society, pp. 101-103.
- JANEIRA, Armando (1988), *O Impacto Português Sobre a Civilização Japonesa, “Anais”*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

- JKF (1998), Shiteigata – Karatedo Kata Model for Teaching, Tokyo, Japan Karatedo Federation - Baseball Magazine.
- JKF (2004), Shiteigata 2 – Secondary Karatedo Kata Model for Teaching, Tokyo, Japan Karatedo Federation – Inforest Co.
- JOÃO I, Dom, Livro de Monteria, in: Obras dos Príncipes de Avis, “Tesouros da Literatura e da História”, 1981, Porto, Lello & Irmão Editores, pp. 1-232.
- JORDÃO, Francisco (1977), Do Conhecer ao Ser : Eleia frente à Jónia, Separata de Biblos, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, LIII, pp. 115-124.
- KALFARENTZOS, M. Evangele (1961), “L’Éducation Physique et L’Athlétisme en Grèce”, in : SEURIN, Pierre, L’Éducation Physique dan le Monde, Bordeaux, Éditions Bière.
- KANAZAWA, Hirokazu (2003), Karate – My Life, (s.l.) Kendo World Publications.
- KANO, Jigoro (1994), Kodokan Judo, Tokyo, New York, London, Kodansha.
- KANO, Jigoro (orig: 1936), Olympic Games and Japan, in: THOMAS, Green; SVINTH, Josepf (2003), Martial Arts in the Modern World, Westport, Praeger, pp. 167-172.
- KANO, Kigoro (orig: 1956; 1994), Kodokan Judo, Tokyo, New York, London, Kodansha International.
- KARATE MASTERS, Okinawa (orig: 1936), The 1936 Meeting of Okinawan Karate Masters, in: McCARTHY, Patrick (1999), Ancient Okinawan Martial Arts – Koryu Uchinandi, Bóston, Rutland, Tokyo, Turtle Publishing, Vol. 2, pp. 57-69.
- KERR, George; SAKIHARA, Mitsugu (2000), Okinawa The History of na Island People, Bóston, Rutlend Tokyo, Tuttle, Revised Edition.
- KIM, Richard (1974), The Weaponless Warriors – An Informal History of Okinawan Karate, Califórnia, Ohara Publications.
- KING MAGAZINE (orig: 1925), Karate Kento Oojiai – Karate versus Boxing Main Event, in: McCARTHY (2002), Motobu Choki – Watashi no Karate-Jutsu – My Art of Karate-Jutsu, Brismane, International Ryukyu Karate Research

- Society, pp. 36-42. Tradução em Francês: TOKITSU, Kenji (1994), *Histoire du Karate-do*, Paris, S.E.M, pp. 197-201.
- KYAN, Chotoku (orig: 1930), *Karate Training and What to Know About Fighting*, in: McCARTHY (2002a), *Motobu Choki – Watashi no Karate-Jutsu – My Art of Karate-Jutsu*, Brisbane, International Ryukyu Karate Research Society, pp. 47-51.
- LABORIT, Henri (1971; trad: 1990) *O Homem e a Cidade*, “Biblioteca Universitária”, Lisboa, Europa-América.
- LANZ, Jim (2002), *Family Development and the Martial Arts: A Phenomenological Study*”, *Contemporary Family Therapy*, 24(4), December, Human Science Press.
- LAYTON, Clive (2004), *Were There Really Weapons on Okinawa During the 19th Century*, *Budo Karate Journal*, Brisbane, International Ryukyu Karate Research Society, 1st Quarter 2004, pp. 29-31.
- LEE, Bruce (1975), *Tao of Jeet Kune Do*, Burbank-California, Ohara Publications.
- LEGRAND, Gerard (1986), *Dicionário de Filosofia*, Lisboa, Edições 70 (tradução do original de 1983).
- LIDIN, Olof (2002), *Tanegashima – The Arrival of Europe in Japan*, Copenhagen, Nordic Institute of Asian Studies.
- LIMA, António (1990), *Desportos de Combate – Contributo Terminológico e Sistematização das Actividades*, *Horizonte*, Lisboa, vol.VII, nº 40, Nov-Dez, pp. 119-125.
- LIMA, Sílvio (1987), *Ensaio Sobre o Desporto*, “Desporto e Sociedade - 55”, 2ª Ed., Lisboa, Ministério da Educação, Direcção-Geral dos Desportos (1ª Ed: 1937).
- LIMA, Sílvio (1987b; 1ª Ed : 1938), *Desporto, Jogo e Arte*. Col : *Desporto e Sociedade* - 63. Lisboa. DGD.
- LOMBARDO, Patrick (1993), *Dictionnaire Encyclopedique des Arts Martiaux*, Paris, Editions SEM, 2 Vls.
- LÓPEZ, Juan (2003), *Historia del Deporte*, INDE, Barcelona, 2ª Ed.

- LOWRY, Dave (1995), *Sword and Brush – The Spirit of Martial Arts*, Boston, Shambala Publications.
- MABUNI, Kenwa (orig: 1934; 2002), *The Free Self-defense Art of Karate Kenpo: Offense and Defense*, Karate-jutsu Research Society – Kobukan, Trad: Mario McKenna. Referido como: *Kobo Jizai Goshin-jutsu Karate-do Kenpo* publicado a 5 de Março de 1934.
- MABUNI, Kenwa (orig: 1934a; 2002), *The Study of Seipai – The Secrets of Self-defense Karate-do Kenpo*, Kobukan, Trad: Mario McKenna. Referido como: *Seipai no Kenkyu Goshijutsu Hiden Karate-do Kenpo*, publicado a 10 de Outubro de 1934.
- MABUNI, Kenei (1995), *Karaté-do Traditionnel Shitô-Ryu*, Paris, Sedirep.
- MABUNI, Kenei (2002), *Karaté-do Shitô-Ryu*, Paris, Sedirep.
- MABUNI, Kenei (2004), *La Voie de la Main Nue – Initiation et Karaté-do*, Paris, Dervy, Comentários, interpretações e notas : Massaki Suzuki e Bruno Étienne.
- MADIS (2003), *The Evolution of Taekwondo From Japanese Karate*, in: THOMAS, Green; SVINTH, Josepf (2003), *Martial Arts in the Modern World*, Westport, Praeger, pp. 185-207.
- MAGALHÃES, Vasco Pinto (2003), “O Desporto e o Espírito; O Espírito do Desporto”, in: *O Desporto para Além do Óbvio*, Lisboa, IDP, pp. 161-169.
- MAHLO, Fiedrich (orig: 1969; trad: s/d), *O Acto Tático no Jogo*, “Educação Física e Desporto”, Lisboa, Compendium.
- MAIA, José (1985), *A Criança e o Karaté – Contributo para uma Pedagogia do Ensino do Karaté*, Horizonte, Lisboa, Livros Horizonte, Vol.II, nº 8, Julho-Agosto, Dossier: pp. I-XII – Tradução Adaptada do Trabalho de Guy Monchatre e Jean-Guy Tounafond, “O Sankudô e as Crianças”, in: NANBU, Yoshinao (orig: 1973; trad: 1976), *Guia do Karatê Sankukai*, Rio de Janeiro, Editora Record, pp. 99-131.
- MAIA, José (1987), *A Aula de Karaté*, Horizonte, Lisboa, Livros Horizonte, Vol.IV, nº 22, Novembro-Dezembro, Dossier: pp. VIII-XII.

- MAQUIAVEL, Nicolau (orig: 1513; 2000), *O Príncipe*, Mem Martins, Europa-América, 4ª Edição.
- MARTINS, Pires (1971), *Mil Portugueses Praticam Karate – Entrevista*, in: *A Capital*, 3 de Outubro, p. 16.
- MARUKAWA, Kenji (orig: s/d), *Talking About My Teacher*, in: McCARTHY (2002a), *Motobu Choki – Watashi no Karate-Jutsu – My Art of Karate-Jutsu*, Brisbane, International Ryukyu Karate Research Society, pp. 28-30.
- MARUKAWA, Kenji; MIZUHIKO, Nakata (orig: 1978), *Collection of Sayings by Motobu Choki*, in: McCARTHY (2002a), *Motobu Choki – Watashi no Karate-Jutsu – My Art of Karate-Jutsu*, Brisbane, International Ryukyu Karate Research Society, pp. 30-33.
- MATSON, George (1963), *The Way of Karate*, Rutland, Tokyo, Tuttle.
- MATSUMURA, Bushi (orig: 1882), *7 Virtues of Bu*, in: McCARTHY, Patrick (2002), *Funakoshi Gichin - Karatedo Tanpenshu – Short Stories of Karatedo*, Brisbane, International Ryukyu Karate Research Society, pp. 104-106.
- MAUSS, Marcel (1989), *Sociologie et Anthropologie*, Paris, Presses Universitaires de France.
- McCARTHY (2002a), *Motobu Choki – Watashi no Karate-Jutsu – My Art of Karate-Jutsu*, Brisbane, International Ryukyu Karate Research Society.
- McCARTHY, Patrick (1999), *Ancient Okinawan Martial Arts – Koryu Uchinandi*, Boston, Rutland, Tokyo, Tuttle Publishing, Vol. 2.
- McCARTHY, Patrick (2002), *Funakoshi Gichin – Tanpenshu – Untold Stories*, International Ryukyu Karate Research Society, Brisbane.
- McLAREN, Ian (1988), *Masatoshi Nakayama (1913-1987) – Tribute to a Master*, Fighting Arts International, Merseyside-England, nº 48, pp. 24-28.
- MEIRIM, José (1995), *Clubes e Sociedades Desportivas – Uma nova Realidade Jurídica*, Lisboa, Livros Horizonte.
- MEIRIM, José (2002), *A Federação Desportiva como Sujeito Público do Sistema Desportivo*, Coimbra, Coimbra Editora.

- MENDES, Nelson (1969), *Conceito Actual de Educação Física – A Humanização do Movimento*, s.l., Editor: Mário Cabral.
- MENDES, Nelson; FONSECA, Vitor (1977), *Escola. Escola. Quem és Tu?*, Lisboa, Básica Editora - 1ª edição.
- MENDONÇA, Rui (1972), *Karate - Todas as Bases de Principiante a Cinto Negro*, Porto, Sociedade Distribuidora de Edições, 3ª Edição: 1975.
- MENDONÇA, Rui (1975), *Karate e Zen*, Lisboa, Livraria Popular Francisco Franco, 2ª Edição.
- MERLEAU-PONTY, Maurice (1945), *Phénoménologie de la Perception*, Paris, Gallimard.
- MICHIHARA, Shinji; YOSHIO, Yen (1978), *The Beginning of Karate at Schools*, International Seminar of Physical Education and Sports History, Tokyo, 26-30 Sept. 1978 (comunicação não editada – facultada cópia por P. McCARTHY – International Ryukyu Karate-jutsu Research Society - IRKRS) – Consulta para membros da organização de investigação: <[www.koryu-uchinadi.com/irkrs/international\\_seminar\\_of\\_physica.htm](http://www.koryu-uchinadi.com/irkrs/international_seminar_of_physica.htm)> [Consulta 2004-08-05].
- MINURO (1950), *Essência do Judo*, Lisboa, s.e., Impressão: Sociedade Tipográfica Limitada. Nota: Minuro foi pseudónimo de António Hilmar Schalck Corrêa Pereira, fundador da Academia de Budo.
- MIYAGI, Chojun (1936), *Ryukyu Kenpo Karatedo Enkaku Gaiyo - Historical Outline of Karate-Do, Martial Arts Of Ryukyu Karate-do (Ryukyu Kenpo Karatedo Enkaku Gaiyo)* – Trad: Sanzinsoo – É uma segunda versão do trabalho de 1934, mais actualizada e com ligeiras modificações, feita depois da sua viagem ao Hawai.
- MIYAGI, Chojun (1942), *Breathing In and Breathing Out in Accordance wiyh “Go” and “Ju” – A Miscellaneous Essay on Karate*, Bunka Okinawa, Vol. 3, Nº 6, August 15; <<http://seinenkai.com/articles/sanzinsoo/essay.html>> – Trad: Sanzinsoo [Consulta 2004-12-19].

- MIYAGI, Chojun (orig: 1934), Karate-do Gaisetsu: An Outline of Karate-do, in: McCARTHY, Patrick (1999), Ancient Okinawan Martial Arts – Koryu Uchinandi, Bóston, Rutland, Tokyo, Turtle Publishing, Vol. 2, pp. 39-55.
- MIYAGI, Chojun (orig: 1934a; 1993), Karate-do Gaisetsu (An Outline of Karate-do), Brisbane, International Ryukyu Karate Research Society, Trad: Patrick & Yuriko McCarthy, Cópia nº 54 da edição limitada com documento manuscrito de MIYAGI.
- MOL, Serge (2001), Classical Fighting Arts of Japan – A Complete Guide to Koryû Jûjutsu, Tokyo, New York, London, Kodansha International.
- MORAIS, Venceslau (orig: 1907, 1985), A Vida Japonesa, Porto, Lello & Irmão Editores.
- MOTOBU, Choki (orig: 1926; 1995), Okinawa Kenpo Karate-jutsu Kumite Hen – Okinawa Kempo, Hamilton, Masters Publications, Trad: Ken Tallack.
- MOTOBU, Choki (orig: 1932), Watashi no Karate-Jutsu – My Art of Karate-Jutsu, in: McCARTHY (2002a), Motobu Choki – Watashi no Karate-Jutsu – My Art of Karate-Jutsu, Brisbane, International Ryukyu Karate Research Society, pp. 78-110.
- MOTOMURA, Kiyoto (2005), Budô in the Physical Education Curriculum of Japanese Schools, in: Budo Perspectives Volume One, Auckland, Kendo World Publications, Ed: Alexander Bennett, pp. 233-238.
- MSI (1997), Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal, Ministério da Ciência e da Tecnologia. Também disponível: <[www.missao-si.mct.pt](http://www.missao-si.mct.pt)> [Consulta 1998-7-21].
- MULLER, Norbert (2000), Pierre de Coubertin 1863-1937 – Olympism – Selected Writings, Lausanne, International Olympic Committee.
- MURATA, Naoki (2005), From “Jutsu” to “Dô” – The Birth of Kôdôkan Judo, in: Budo Perspectives Volume One, Auckland, Kendo World Publications, Vol. 1, Ed: Alexander Bennett, pp. 141-154.
- MURDOCH, James (1949), A History of Japan, London, Routledge & Kegan, 3ª Impressão, Vol. I.

- MUSASHI, Miyamoto (orig: 1643; 2001), *Le Traité des Cinq Anneaux – Relire*, Paris, Economica, Trad. e Comentários: Keiko Yamanaka.
- NAGAMINE, Shoshin (1976), *The Essence of Okinawan Karate-do*, Rutland - Vermont - Tokyo, Charles E. Tuttle Company.
- NAGAMINE, Shoshin (2000), *Tales of Okinawa's Great Masters*, Boston, Rutland, Tokyo, Tuttle Publishing, Trad: Patric McCarthy.
- NAGAMINE, Shoshin (2002), *Tale of a Great Bujin*, in: McCARTHY (2002a), *Motobu Choki – Watashi no Karate-Jutsu – My Art of Karate-Jutsu*, Brisbane, International Ryukyu Karate Research Society, pp. 43-46.
- NAKAMOTO, Kichi (1994), *Documento deixado escrito em Japonês durante um estágio de Okinawa Goju-Ryu Karatê-do promovido em Portugal por Jaime Sequeira Pereira, Representante em Portugal de Eiichi Miyazato (10º dan - Okinawa Goju-Ryu)*.
- NAKASONE, Genwa (orig: 1939; 2004), *The Problem of Toude and Karate, Classical Fighting Arts*, California, Dragon Associates Inc., Issue 5, pp. 38-39, Trad: Mario McKenna.
- NAKAYAMA, Masatoshi (1966), *Dynamic Karate*, Tokyo, New York, London, Kodansha, Trad: Herman Kauss.
- NANBU, Yoshinao (orig: 1973; trad: 1976), *Guia do Karatê Sankukai*, Rio de Janeiro, Editora Record.
- NISHIYAMA, Hidetaka; BROWN, Richard (1960), *Karate – The Art of “Empty-Hand” Fighting*, Boston, Rutland Tokyo, Tuttle Publishing.
- NITTOBE, Inazo (orig: 1905, 2001), *Bushido – The Soul of Japan*, Boston, Tuttle.
- NOBLE, Graham (1983) *The Life Story of Karate Master*
- NOBLE, Graham (1985) *Master Funakoshi and the Development of Japanese Karate, Fighting Arts International*, Liverpool, N° 33 (vol. 6, No. 3), pp. 2-7.
- NOBLE, Graham (1987), *Master Henri Plée – The Funakoshi of Europe, Fighting Arts International*, Liverpool, N° 41 (vol. 7, No. 5), pp. 58-70.
- NOBLE, Graham (1996) *The Life Story of Karate Master*

- NOBLE, Graham (2002), Motobu Choki in Retrospect, in: McCARTHY (2002a), Motobu Choki – Watashi no Karate-Jutsu – My Art of Karate-Jutsu, Brisbane, International Ryukyu Karate Research Society, pp. 111-117.
- NOBLE, Graham (2005), An Interview with Hirokazu Kanazawa – Part I, Classical Fighting Arts, California, Dragon Associates Inc., Issue 7, pp. 24-34.
- NOBRE, Eduardo (2004), Duelos e Atentados, Lisboa, Quimera Editores.
- NÓVOA, António (1988), “Inovação para o Sucesso Educativo Escolar”, Aprender, Portalegre, Escola Superior de Portalegre, nº6, Novembro, pp.5-9.
- NÓVOA, António (1989), Dos Professores - Quem são? Onde vêm? Para onde vão?, Lisboa, ISEF-UTL.
- OKINAWA, Prefectura de (1992), La Cultura de Okinawa, Okinawa.
- OLIVA, Antonio, *et al.* (1982), Formalizacion del Karate Deportivo, Madrid, AIESEP. Não Editado: Estudo entregue para publicação pela AIESEP em 1982, malgradadamente perdida com o trágico falecimento da figura ímpar do Desporto que foi José María Cagigal.
- OLIVA, Antonio, BAENA, Fernando, NAVARRO, Jesus (2002), Combate Supremo, Ibiza, Club Karate Musoken, CICAC.
- OLIVEIRA, António (1992), Manifesto sobre o Karate Português, Bushido, Lisboa, nº 47, Nov. de 1992. p. 2.
- OLIVEIRA, Rogério (1984), Gostar de Acertar, Ludens, Cruz Quebrada, ISEF-UTL, Vol. 8, nº 3, Abril-Junho, pp. 42-43.
- OMI, Akihiro (s.d.), Shindo Jinen-ryu Karate-do - History and Tradition of Budo, FightingArts.com, <<http://www.fightingarts.com/reading/article.php?id=87>> [Consulta 2005-06-17].
- ORTEGA y GASSET (1987), A Origem Desportiva do Estado, Lisboa, Direcção Geral dos Desportos.
- ORTIZ-OSÉS, Andrés (1995), Visiones del Mundo – Interpretaciones del Sentido. Bilbao. Universidad de Deusto.
- ORTIZ-OSÉS, Andrés (2001), Mitologias Culturales, in: SOLARES, Blanca (ed.), Los Lenguajes del Símbolo, Barcelona, Anthropos.

- ORTIZ-OSÉS, Andrés (s.d.), Entrevista co Andrés Ortis Osés – Por Blanca Solares, Mexico, UNAM, <<http://sirio.deusto.es/aortiz/entrevista.html>> [Consulta 2005-01-15].
- OSMAN, Hussien (1961), “L’Éducation Physique en Egypte”, in : SEURIN, Pierre, L’Éducation Physique dan le Monde, Bordeaux, Éditions Bière.
- OTSUKA, Hironori (orig: 1977; 1997), Wado Ryu Karate, Ontario, Masters Publications, Trad: Shingo Ishida.
- PARLEBAS, Pierre (1999), Jeux, Sports et Sociétés – Lexique de Praxéologie Motrice, Paris, INSEP
- PATRÃO, José (s.d.), Cronologia Budo – Friso Cronológico, <<http://www.cao.pt/hist1850.htm>> [Última consulta 2005-10-25].
- PAULO, Marco (1922), o Livro de Marco Paulo – O Livro de Nicolao Veneto – Carta de Jerónimo de Santo Estevam – Conforme a impressão de Valentim Fernandes, feita em Lisboa em 1502 (por Francisco Pereira), Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional.
- PAULO, Marco (1922), o Livro de Marco Paulo – O Livro de Nicolao Veneto – Carta de Jerónimo de Santo Estevam – Conforme a impressão de Valentim Fernandes, feita em Lisboa em 1502 (por Francisco Pereira), Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional.
- PEREIRA, Celestino Marques (1953), Portée Pédagogique de L’Analyse de L’Exercice Physique, Dissertação de Doutoramento em Educação Física apresentada no Institut Supérieur d’Education Physique anexo à Faculté de Médecine et de Pharmacie da Université Libre de Bruxelles.
- PEREIRA, Galiote (orig: 1552; 1989), Tratado da China, in: Primeiros Escritos Portugueses sobre a China (1989), Biblioteca da Expansão Portuguesa, Lisboa, Alfa, pp. 15-49.
- PEREIRA, Galiote (orig: 1552; 2004), Certain Reports of China ..., in BOXER, Charles (orig: 1952; 2004), South China In the Sixteenth Century, Bangkok, Orchid Press, pp. 1-43.
- PEREIRA, Jaime (1979), Karaté-do – A Arbitragem – Manual de Competição, Porto, Edição do Autor.

- PEREIRA, Luis (2004), Entrevista ao Sensei Jaime Sequeira Pereira, Karate Portugal, Porto, Ano I, nº 4, Jan.-Mar., pp. 18-21.
- PEREIRA, Nestor (1972), Breve História do Karate Shotokai em Portugal, in: MENDONÇA, Rui (1972), Karate - Todas as Bases de Principiante a Cinto Negro, Porto, Sociedade Distribuidora de Edições, 3ª Edição: 1975.
- PERRY, Commodore (orig: 1856; 2000), Narrative of the Expedition to the China Seas and Japan – 1852-1854, New York: Dover Publications (Vol I).
- PIAGET, Jean (orig: 1964; 1978), A Formação do Símbolo na Criança, 3ª Ed. “Biblioteca Ciências da Educação”, Rio de Janeiro, Zahar Editores, Trad. de Álvaro Cabral e Christiano Oiticica.
- PIETER, Willey (1993), European & Japanese Medieval Warriors, Journal of Asian Martial Arts, Pennsylvania, Via Media, Vol 2, nº 1, pp. 26-39.
- PINHEIRO, Eduardo (2001), Historial, s.l., Associação de Karate-do Seigokan de Portugal, não publicado.
- PINTO, Ana (2004), Uma Imagem do Japão – A Aristocracia Guerreira Nipónica nas Cartas Jesuítas de Évora (1598), Macau, Instituto Português do Oriente, Fundação Oriente.
- PINTO, Fernão Mendes (orig: 1583; 1989a), Peregrinação e Cartas, Porto, Edições Afrodite, 2 vls.
- PINTO, Fernão Mendes (orig: 1583; 1989b), The Travels of Mendes Pinto, Edited and Translated by Rebecca Katz, Chicago, University of Chicago Press.
- PINTO, Fernão Mendes (orig: 1583; 1995), Peregrinação, Lisboa, Europa América, 2 vls., 3ª edição.
- PINTO, Vilaça (2003), Jutsu vs. Do, Mon – Actualizações de Budo, Monte de Caparica, Nº 2, Abril, p. 80.
- PIRES, Gustavo (1987), Do Associativismo à Orgânica Desportiva, “Desporto e Sociedade, nº 45”, Lisboa, Ministério da Educação – Direcção Geral dos Desportos.

- PIRES, Gustavo (1988), “Para um Projecto Multidimensional do Conceito de Desporto”, Horizonte, Lisboa, Livros Horizonte, Vol.V, nº 27, Setembro-Outubro, pp. 101-104
- PIRES, Gustavo (1990), A Aventura Desportiva – O Desporto para o 3º Milénio, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras.
- PIRES, Gustavo (1994 a), A Organização do Futuro – 10 Megatendências, Horizonte, Lisboa, Livros Horizonte, Vol. XI, nº 61, Maio-Junho, pp. 3-13.
- PIRES, Gustavo (2003), Gestão do Desporto – Desenvolvimento Organizacional, Porto, APOGESD.
- PIRES, Gustavo (2005), Gestão do Desporto – Desenvolvimento Organizacional – Da Educação Desportiva à Alta Competição, Porto, APOGESD.
- PLÉE, Henri (1994), “Derniers Commentaires sur les Mystifications”, Karaté-Bushido, Paris, nº 214, Juin, pp. 22-24.
- PLÉE, Henri; FUJITA, Saiko (1998), L’Art Sublime et Ultime des Points Vitaux, Paris, Budo Éditions.
- PLÉE, Henri (2002), Chroniques Martiales, Paris, Budo Éditions.
- PLÉE, Henri (2005), Le Déclin du Budo a Commencé, Karaté-Bushido, Paris, nº 338, Octobre, pp. 52-53.
- POLO, Marco (orig: 1334; Komroff Ed: 1953), The Travels of Marco Polo, New York, Livering Publishing Corporation.
- PORTOCARRERO, Pierre (1986), De la Chine à Okinawa - Tode, Les Origines du Karate-do, Paris, SEDIREP.
- POUND, Dick (Richard) (2004), Inside the Olympics – A Behind-The-Scenes Look at the Politics, the Scandals, and the Glory of the Games, Canada, Wiley.
- POW WOW SPORTZ (2005), Purpose of the Whole Sport Plan Implementation Board, Leeds, Pow Wow Sportz.
- POW WOW SPORTZ (2005b), Whole Sport Plan Implementation Board – Agenda, Leeds, Pow Wow Sportz.

- POW WOW SPORTZ (2005c), *New Corporate Governance for an Integrated Body 2*, Leeds, Pow Wow Sportz.
- POW WOW SPORTZ (2005d), *Minutes of the Meeting held at Sport England on 20<sup>th</sup> June 2005*, Leeds, Pow Wow Sportz.
- POW WOW SPORTZ (2005e), *Press Release: Karate unifies to form Karate England in Historic Move to Modernise and Build Sport's Participation and Success*, Leeds, Pow Wow Sportz.
- QUIVY, Raymond (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- RADA, Martin de (orig: 1575; 2004), *The Relation of Martín de Rada*, in BOXER, Charles (orig: 1953; 2004), *South China In the Sixteenth Century*, Bangkok, Orchid Press, pp. 243-310.
- REYMOND-RIVIER, Berthe (trad: 1983), *O Desenvolvimento Social da Criança e do Adolescente*, “Universidade Nova”, Lisboa, Aster, Trad. de Manuel Gonçalves.
- ROSA, Vítor (2005-2006), *Troca de informações durante a sua investigação conducente à tese de Doutoramento em Sociologia, seja por telefone, por correio electrónico ou mesmo pessoalmente*.
- ROSENBAUM, Michael (2001), *Okinawa's Complete Karate System – Isshin-Ryu*, Boston, YMAA Publication Center.
- RICOEUR, Paul (orig: 1976; 1996), *Teoria da Interpretação*, Lisboa, Ed. 70
- RICOEUR, Paul (orig: 1977; 1988), *O Discurso da Acção*, Lisboa, Ed. 70
- RICOEUR, Paul (1981), *Hermeneutics and the Human Sciences*, New York, Cambridge University Press, Paris, Maison des Sciences de l'Homme.
- ROSNAY, Joel (1977), *O Macroscópio para uma Visão Global*, Lisboa, Arcádia (tradução do original de 1975).
- SAID, Edward (2004), *Orientalismo*, Lisboa, Livros Cotovia.
- SAKAMI, Shunzô (1964), “Ryûkyû and South East Asia”, *Journal of Asian Studies*, vol. XXIII, nº 3, pp. 383-389.

- SAKANE, Shigueru; HINATA, Noemia (1986), Dicionário Português-Japonês Romanizado, São Paulo, Casa Ono.
- SAKIHARA, Mitsugu (1987), A Brief History of Early Okinawa Based on The Omoro Sôshi, Tokyo, Honpo Shoseki Press.
- SAKIHARA, Mitsugu (2000), Afterword, in: KERR, George; SAKIHARA, Mitsugu (2000), Okinawa The History of an Island People, Bóston, Rutlend Tokyo, Tuttle, Revised Edition, pp. 543-566.
- SALVINI, Sylvain (1984-1995), La Grande Epopée des Sports de Combat, Karaté, n°s 108-149 ; Karaté-Bushido, n°s 150-225, Paris.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1989), Introdução a uma Ciência Pós-Moderna, Porto, Edições Afrontamento.
- SANTOS, Eduardo J. (1989), “A Análise Psicológica do Acaso”, *Psychologica*, Coimbra, FPCEC, n° 2, pp. 137-144.
- SAUL, Peter (2004), Human Resource Management’s Role in Creating Volunteer Cultures in Organizations, *Asia Pacific Journal of Human Resources*, Australian Human Resources Institute, Vol. 42(2), pp. 202-213.
- SELLS, John (2000), *Unante – The Secrets of Karate – 2nd Edition*, Hollywood, Hawley.
- SÉRGIO, Manuel (1981), “Prolegómenos a Uma Ciência do Homem”, in: *Filosofia das Actividades Corporais*, Lisboa, Compendium, pp. 115-143.
- SÉRGIO, Manuel (1986a), Para um Desporto de Futuro, “Desporto e Sociedade, n° 11”, Lisboa, Ministério da Educação – Direcção Geral dos Desportos.
- SÉRGIO, Manuel (1986b), Motricidade Humana – Uma Nova Ciência do Homem, “Desporto e Sociedade, n° 24”, Lisboa, Ministério da Educação – Direcção Geral dos Desportos.
- SÉRGIO, Manuel (1987), Para uma Epistemologia da Motricidade Humana, “Educação Física e Desporto”, Lisboa, Compendium.
- SÉRGIO, Manuel (1989), *Motricidade Humana - Uma Nova Ciência do Homem*, C. Quebrada, ISEF-UTL.

- SÉRGIO, Manuel (1994), *Motricidade Humana – Contribuições para um Paradigma Emergente*, Lisboa, Instituto Piaget.
- SÉRGIO, Manuel (1997), *Para uma Teoria Crítica do Desporto*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas.
- SÉRGIO, Manuel (1999), *Um Corte Epistemológico – Da Educação Física à Motricidade Humana*, Lisboa, Instituto Piaget.
- SÉRGIO, Manuel (2001), *Algumas Teses sobre o Desporto*, Lisboa, Compendium.
- SÉRGIO, Manuel (2002), *Da Educação Física à Motricidade Humana*, Funchal, Desporto Madeira.
- SÉRGIO, Manuel (orig: 1974; 2003), *Para Uma Nova Dimensão do Desporto*, Lisboa, Instituto Piaget.
- SÉRGIO, Manuel (2004), *Tanta Coisa Verdadeira*, Coimbra, Ariadne Editora.
- SHABANA, Seijin (orig: 1978), *Motobu Choki – Recollections*, in: McCARTHY (2002a), *Motobu Choki – Watashi no Karate-Jutsu – My Art of Karate-Jutsu*, Brismane, International Ryukyu Karate Research Society, pp. 12-16.
- SIMSON, Vyv; JENNINGS, Andrew (1992), *Dishonored Games – Corruption Money & Greed at the Olympics*, Toronto, S.P.I. Books.
- SKKP (1991), *Soshinkai – 25 Anos de Presença*, Porto, Shotokan Kokusai Karatedo Portugal, Org: Jorge Silva.
- SOBRAL, Francisco (1986), “*Motricidade Humana, Sistema das Ciências e Ciências do Desporto*”, in: *Mestrado em Desporto - Sessão Académica de Inauguração*, Cruz Quebrada, ISEF-UTL, pp. 11-27.
- STOLEROFF, Alan (2000), “*Profissão ou Vocação: Instrutores de Karaté em Portugal*”, Comunicação ao IV Congresso Português de Sociologia, Coimbra, 17 à 19 de Abril de 2000. <<http://www.aps.pt/ivcong-actas/Acta183.PDF>> [Consulta 2004-03-12].
- SVINTH, Joseph (2003), *Getting a Grip*, Ontário, EJMAS – Electronic Journals of Martial Arts and Sciences.

- SVINTH, Joseph (s/d), Kronos: A Chronological History of the Martial Arts and Combative Sports, *Electronic Journals of Martial Arts and Sciences*, in: <<http://ejmas.com/kronos/index.html>> [Consulta: 2003-06-13].
- TAVARES, Gonçalo (2001), *A Temperatura do Corpo*, Lisboa, Instituto Piaget.
- TOFLER, Alvin (orig : 1980 ; 1984), *A Terceira Vaga*, Lisboa, Livros do Brasil.
- TOKITSU, Kenji (1979), *La Voie du Karaté - Pour Une Théorie des Arts Martiaux Japonais*, Paris, Editions du Seuil.
- TOKITSU, Kenji (1994), *Histoire du Karate-do, "Le Monde des Arts Martiaux"*, Paris, S.E.M.
- TRIGO, Eugenia (1999), *Creatividad y Motricidad*, Barcelona, INDE Publicaciones.
- TSUSHIA, Mitsuro (1976), *Nipon Kenpo – Kenkiryu*, Lisboa, Livraria Popular.
- TUBINO, Manuel Gomes (1992), “Uma Visão Paradigmática das Perspectivas do Esporte para o início do Século XXI”, in: MOREIRA, Wagner Wey (Org.), *Educação Física & Esportes - Perspectivas para o Século XXI, “Corpo e Motricidade”*, Campinas, Papirus, pp. 125-139.
- TZE, Lao (orig: 531 a.C.; s/d.) *Tao Te King – O Livro do Sentido da Vida*, São Paulo, Hemus.
- TZU, Sun (orig: 500 a.C.; s/d.) *A Arte da Guerra*, Mem Martins, Europa-América.
- UECHI (?), *The Uechi-Ryu Karate-Do Master Text - A Historical Perspective During the Reign of Uechi-Ryu*, Trad: David W. Smith (2003).
- VALADARES, Isabel (1971), *Karate: Uma Lavagem ao Cérebro, Século Ilustrado*, nº 1739 de 1/5/1971, pp. 26-33.
- WACQUANT, Loic (2000), *Corp et Âme – Carnets Ethnographiques d’un Apprenti Boxeur*, Paris, Agone
- WESTERBEEK, Hans; SMITH, Aron (2003), *Sport Business in the Global Marketplace*, New York, Palgrave Macmillan.
- WESTERBEEK, Hans; SMITH, Aron (2005), *Business Leadership and the Lessons from Sport*, New York, Palgrave Macmillan.

- WILSON, William (1982), *Ideals of the Samurai – Writings of Japanese Warriors*, USA, Ohara Publications.
- WISE, Arthur (1971), *The Art and History of Personal Combat*, New York, Arma Press.
- WUKO (1980), *WUKO – World Union of Karate Organizations*, Tokyo, Org: Eiichi Eriguchi (General Secretary).
- YAMAGUCHI, Gogen, (s.d.) *Dragon Times*, Issue No. 8, pp. 28-31, <<http://seinenkai.com/articles/noble/noble-yamaguchi.html>> [Consulta 2005-07-12]:
- YAMAGUCHI, Gogen, (1996), *Fighting Arts International*, Liverpool, Ronin Publishing, Vol. 5, N° 2, pp. 2-9. <<http://seinenkai.com/articles/noble/noble-yamaguchi.html>> 1996, *Dragon Times*, Issue No. 8, pp. 28-31 [Consulta 2005-03-12].
- YAMAGUCHI, Gogen (1999), *Goju Ryu Karate Do Kyohan*, Hamilton, Ontario, Masters Publication, Trad: Andrea Lee.
- YAMAMOTO, Tsunetomo (orig: 1716; 1979), *Hagakure – The Book of the Samurai*, Tokyo, New York, San Francisco, Kodansha International, Trad: William Scott Wilson. Versão electrónica: <<http://pubweb.northwestern.edu/~lfm169/miscellanea/utilities.htm#samurai>> [Consulta 2005-07-12].
- YANG, Jwing-Ming (1996), *The Essence of Shaolin White Crane*, Massachusetts, YMAA Publications.
- YASUHIRO, Konishi (orig: 1934) Foreward, in: MABUNI, Kenwa (orig: 1934; 2002), *The Free Self-defense Art of Karate Kenpo: Offense and Defense*, Karate-jutsu Research Society – Kobukan, Trad: Mario McKenna.
- YUASA, Yasuo (1987), *The Body – Toward an Eastern Mind-Body Theory*, New York, State University of New York Press.
- YUASA, Yasuo (1993), *The Body, Self Cultivation and Ki Energy*, New York, State University of New York Press.
- ZEN OKIKUREN (orig: 1996; 1999), *In Memory of the 50th Anniversary of the end of the Second World War (Zen Okinawa Karatedo Renmei Ayumi)*, Okinawa, Zen Okinawa Karade-do Renmei, Trad. e Ed. Electrónica : Daniel Koogan

<<http://www.okinawakaratedo.com/Shinjinbukan%20net/Renmei.htm>>.

[Consulta 2005-03-16].

HAMEL, Gary (1996), “Vale a Pena Subverter o Jogo” - Entrevista, *Expresso*, Suplemento XXI, 19 de Outubro, pp. 8-9.

HAMEL, Gary (1997), “Killer Strategies That Make Shareholders Rich”, *Fortune Magazine Text Editions*, 23 de Junho <[www.pathfinder.com/@@fv@CRwcAWfq3fjx/fortune/1997/970623/sup.html](http://www.pathfinder.com/@@fv@CRwcAWfq3fjx/fortune/1997/970623/sup.html)> [Consulta 2000-7-25].

## **7 ANEXOS**

**Anexo I – Períodos da História do Japão**

**Anexo II – Campeonatos da Europa de Karaté**

**Anexo III – Campeonatos do Mundo de Karaté**

**Anexo IV – O Associativismo Institucional no Karaté**

**Anexo V – Listagem de Federações com Utilidade Pública Desportiva (IDP)**

**Anexo VI – Associações Integrantes da FNK-P**

**Anexo VII – Guião Básico de Entrevistas a Pioneiros de Karaté**

**Anexo VIII – Questionário para Responsáveis Federativos Externos**

**Anexo IX – Questionário para Responsáveis Técnicos Associativos de Topo**



## 7.1 Anexo I – Períodos da História do Japão

### SÍNTESE DOS GRANDES PERÍODOS DA HISTÓRIA DO JAPÃO

Datas	Períodos	時代	Governo Principal
(13000–400 a.C.)	Jomon	縄文	Desconhecido
400 a.C.–250 d.C.	Yayoi	弥生	Desconhecido
250 – 538	Kofun ou Yamato	古墳	Gov. Imperial Yamato próximo de Nara (mais tarde: Kyoto)
538 – 710		大和	
710 – 794	Nara	奈良	
794 – 1185	Heian	平安	
1185 – 1333	Kamakura	鎌倉	Xogunado Kamakura
1333 – 1336	Rest. Kemmu	建武	Imperador Go-Daigo
1336 – 1392	Muromachi	室町	Xogunato Ashikaga
1392 – 1573			
1573 – 1603	Azuchi-Momoyama	安土桃山	
1600 – 1867	Edo	江戸	Xogunato Tokugawa
1868 – 1912	Meiji	明治	Imperador Mutsuhito
1912 – 1926	Taisho	大正	Imperador Yoshihito
1926 – 1945	Showa	昭和	Imperador Hirohito
1945 – 1952			
1952 – 1989			
1989 – presente	Heisei	平成	Imperador Akihito

## 7.2 Anexo II – Campeonatos da Europa de Karaté

Ano	País - Cidade
15-12-1963	Paris: 1º Congresso
24-05-1964	Paris: 2º Congresso
21-11-1965	Paris: 3º Congresso

Estatutos EKU / Portugal Membro?

	Ano	País - Cidade	Nº Comp.	Nº Países	
1st	1966	PARIS – FRANCE	6	54	
2nd	1967	LONDON - ENGLAND	10	70	
3rd	1968	PARIS - FRANCE	10	90	
4th	1969	LONDON - ENGLAND	13	117	
5th	1970	PARIS - FRANCE	14	119	
6th	1971	PARIS - FRANCE	15	135	
7th	1972	BRUSSELS - BELGIUM	13	195	
8th	1973	VALENCIA - SPAIN	14	210	* CPK
9th	1974	LONDON - ENGLAND	15	130	CPK
10th	1975	OSTEND - BELGIUM	21	260	CPK
11th	1976	TEHERAN - IRAN	15	225	CPK
12th	1977	PARIS - FRANCE	17	279	CPK
13th	1978	GENEVA - SWITZERLAND	17	186	CPK
14th	1979	HELSINKI – FINLAND	17	240	CPK
15th	1980	BARCELONA - SPAIN	21	345	CPK
16th	1981	VENICE - ITALY	19	245	AKP
17th	1982	GOTHENBURG - SWEDEN	18	278	* AKP
18th	1983	MADRID - SPAIN	17	261	* AKP/CDAM
19th	1984	PARIS - FRANCE	17	268	* AKP/CDAM
20th	1985	OSLO - NORWAY	18	292	AKP/CDAM
21th	1986	MADRID - SPAIN	20	300	* FPK(x) FPKDA(!)
22th	1987	GLASGOW - SCOTLAND	21	310	* FPKDA
23th	1988	GENOA - ITALY	22	350	* FPKDA
24th	1989	TITOGRAD - YUGOSLAVIA	23	370	FPKDA
25th	1990	VIENNA – AUSTRIA	26	430	* FPKDA
26th	1991	HANNOVER - GERMANY	32	349	?
27th	1992	DEN BOSCH - NETHERLANDS	32	420	* FNK-P
28th	1993	PRAGHUE – CZECH R.	33	480	FNK-P
29th	1994	BIRMINGHAM - ENGLAND	34	373	* FNK-P
30th	1995	HELSINKI - FINLAND	37	435	* FNK-P
31th	1996	PARIS - FRANCE	36	461	* FNK-P

\* Participação competitiva

A partir do Congresso em Maio de 1996 a European Karate Union passou a ser a European Karate Federation (EKF)

## 7.3 Anexo III – Campeonatos do Mundo de Karaté

### Campeonatos do Mundo de Seniores

WUKO: 1970-1992 / WKF: 1994-2004

	Ano	Local	P	C	Provas	
1st	1970	Tokyo, Japan	33	178	Kum. Ind. Ip. M; Kum. Equi. M	
2nd	1972	Paris, France	22	220	Kum. Ind. Ip. M; Kum. Equi. M	* CPK
3rd	1975	Long Beach, U.S.A.	30	300	Kum. Ind. Ip. M; Kum. Equi. M	CPK
4th	1977	Tokyo, Japan	47	400	Kum. Ind. Ip. M; Kum. Equi. M (Kata M Experimentalmente)	CPK
5th	1980	Madrid, Spain	48	800	Kum. Ind. Ip. M; Kum. Equi. M; Kum. Ind. Pesos M; Kata Ind. M+P	CPK
6th	1982	Taipei, Taiwan	46	850	Kum. Ind. Ip. M; Kum. Equi. M; Kum. Ind. Pesos M+P; Kata Ind. M+P	CPK
7th	1984	Maastricht, Netherlands	49	930	Kum. Ind. Ip. M; Kum. Equi. M; Kum. Ind. Pesos M+P; Kata Ind. M+P	CPK (1)
8th	1986	Sydney, Australia	48	890	Kum. Ind. Ip. M; Kum. Equi. M; Kum. Ind. Pesos M+P; Kata Ind. M+P; Kata Eq. M+P	FPKDA
9th	1988	Cairo, Egypt	54	1157	Kum. Ind. Ip. M; Kum. Ind. Sbn. M; Kum. Equi. M; Kum. Ind. Pesos M+P; Kata Ind. M+P; Kata Eq. M+P	* FPK
10th	1990	Mexico, Mexico	53	673	Kum. Ind. Ip. M; Kum. Ind. Sbn. M; Kum. Equi. M; Kum. Ind. Pesos M+P; Kata Ind. M+P; Kata Eq. M+P	* FPK / FPKDA
11th	1992	Grenada, Spain	72	712	Kum. Ind. Op. M; Kum. Equi. M+P; Kum. Ind. Pesos M+P; Kata Ind. M+P; Kata Eq. M+P	* FNK-P
12th	1994	Kota Kinabalu, Malaysia	61	684	Kum. Ind. Op. M; Kum. Equi. M+P; Kum. Ind. Pesos M+P; Kata Ind. M+P; Kata Eq. M+P	FNK-P
13th	1996	Sun City, S. Africa	72	643	Kum. Ind. Op. M+P; Kum. Equi. M+P; Kum. Ind. Pesos M+P; Kata Ind. M+P; Kata Eq. M+P	FNK-P
14th	1998	Rio D.J., Brazil	75	720	Kum. Ind. Op. M+P; Kum. Equi. M+P; Kum. Ind. Pesos M+P; Kata Ind. M+P; Kata Eq. M+P	* FNK-P
15th	2000	Munich, Germany	84	820	Kum. Ind. Op. M+P; Kum. Equi. M+P; Kum. Ind. Pesos M+P; Kata Ind. M+P; Kata Eq. M+P	* FNK-P
16th	2002	Madrid, Spain	84	751	Kum. Ind. Op. M+P; Kum. Equi. M+P; Kum. Ind. Pesos M+P; Kata Ind. M+P; Kata Eq. M+P	* FNK-P
17th	2004	Monte re y, Mexico	79	582	Kum. Ind. Op. M+P; Kum. Equi. M+P; Kum. Ind. Pesos M+P; Kata Ind. M+P; Kata Eq. M+P	* FNK-P

\* Participação Portuguesa

## 7.4 Anexo IV – O Associativismo Institucional no Karaté

### Número de Registo de Denominações (RNPc)

DENOMINAÇÕES						FREQUÊNCIAS						TOT AL
Futebol						963						963
Karaté	Karate	Shito	Shoto	Wado	Kyoku	74	158	1	5	1	4	243
Moto(r) clube						214						214
Golfe	SA/LDA					249	-64					185
Campismo (LDA)						181						181
Pesca Desportiva	LDA					194	-42					152
Tiro Arco / Armas de Caça	LDA					178	-28					150
Ténis	LDA/SA	Tenis	LDA/SA			87	-27	123	-	37		146
Equestre (LDA)						130						130
Atletismo						127						127
Ginástica	Ginastica					69	49					118
Artes Marciais Chinesas	Artes Marciais	Arte Marcial	Kung-Fu	Wu-Shu		7	67	2	15	13		104
Orientação (SA/LDA/outras)						91						91
Ciclismo						88						88
Bilhar						84						84
Andebol						81						81
Judo						80						80
Natação						79						79
Esqui						76						76
Aeronáutica	Aeronautica					41	32					73
Basquetebol						60						60
Automobilismo	Karting					3	56					59
Xadrez						57						57
Surf	SA/LDA					122	-71					51
Hóquei	Hoquei					17	33					50
Vela / Clube	Associação	Federação	União	Escola		19	27	1	0	1		48
Taekwon-do						45						45
Patinagem						42						42
Ténis de mesa	Tenis de mesa					18	24					42
Voleibol						40						40
Bridge						39						39
Rugby						36						36
Canoagem						35						35
Boxe						33						33
Cultura Física (LDA)	Culturismo					23	9					32
Aikido						29						29
Kempo	Kenpo					10	16					26
Aeromodelismo						26						26
Actividades Subaquáticas						25						25
Futebol de Salão						24						24

.../...

.../...

DENOMINAÇÕES						FREQUÊNCIAS						TOT AL
<b>Badminton</b>						23						23
<b>Budo</b>						22						22
<b>Dança Desportiva</b>						16						16
<b>Paraquedismo</b>						15						15
<b>Remo Associação</b>	Grupo	Fed	Clube	União	Escola	13	1	1	0	0	0	15
<b>Kickboxing</b>	Fullcontact					10	4					14
<b>Motociclismo</b>						13						13
<b>Squash</b>	LDA					21	-8					13
<b>Columbofilia</b>						12						12
Desportos de Combate						10						10
<b>Minigolf</b>						10						10
<b>Petanca</b>						10						10
Defesa Pessoal						9						9
<b>Lutas Amadoras</b>						9						9
<b>Damas</b>	Federação	Associação	Clube	Escola	Grupo		1	5	3	0	0	9
<b>Basebol / Softbol</b>						7						7
<b>Trampolins</b>						7						7
Jujutsu /Jujitsu						6						6
Kendo						6						6
<b>Motonáutica</b>	Motonautica					1	5					6
Ninjutsu	Ninja					3	2					5
<b>Arqueiros e Besteiros</b>						5						5
<b>Jet-ski</b>						5						5
<b>Triatlo</b>						5						5
<b>Voo Livre</b>	Vôo Livre					4	1					5
<b>Corfebol</b>						3						3
<b>Hovercraft</b>						3						3
Viet-vo-dao						2						2
<b>Esgrima</b>						2						2
<b>Pentatlo</b>						2						2
Kyudo						1						1
<b>Halterofilismo</b>						1						1
<b>Pesca Desportiva Alto Mar</b>						1						1
<b>Sky Náutico</b>	Esqui Aquático					0	1					1

## 7.5 Anexo V – Listagem de Federações com Utilidade Pública Desportiva (IDP)

Federação Académica do Desporto Universitário  
Av. Prof. Egas Moniz - Estádio Universitário de Lisboa -  
Pav. nº. 1 - 1600-190 LISBOA  
Tel. 21 781 81 60 - Fax 21 781 81 61  
D.R. 244 de 21/10/95 - Desp. 61/95

Federação Portuguesa de Actividades Subaquáticas  
Rua Frei Manuel Cardoso, 39 - 1700-206 LISBOA  
Tel. 21 843 94 49/51 - Fax 21 840 61 53  
D.R. 232 de 7/10/94 - Desp. 54/94

Federação Portuguesa de Aeromodelismo  
Apartado 4519 - 1511 Lisboa Codex  
Tel. 21 716 68 12 - Fax 21 716 68 15  
D.R. 209 de 9/09/94 - Desp. 39/94

Federação Portuguesa de Aeronáutica  
Rua General Pimenta de Castro, 4-C - 1700-218 LISBOA  
Tel. 21 80 53 17/87 - Fax 21 80 55 72  
D.R. 124 de 28/05/96 - Desp. 49/96

Federação Portuguesa de Aikido  
Rua Coimbra, 59-3º Dtº - 2775-539 Carcavelos  
Tel. 21 453 52 07 - Fax 21 453 53 08  
D.R. 232 de 7/10/94 - Desp. 57/94

Federação de Andebol de Portugal  
Calçada da Ajuda, 63/ 69 - 1300-007 LISBOA  
Tel. 21 362 68 00 - Fax 21 362 68 07  
D.R. 288 de 11/12/93 - Desp. 37/93

Federação dos Arqueiros e Besteiros de Portugal  
Carreira de Tiro do Est.Nacional-Cruz Quebrada 1495  
Lisboa, Apartado 2097-1102-806 LISBOA  
Tel. 21 419 90 05 - Fax 21 418 00 31  
D.R. 209 de 9/09/94 - Desp. 37/94

Federação Portuguesa de Artes Marciais Chinesas  
Rua António Pinto Machado, 60 - 4100-068 PORTO  
Tel. 22 609 33 30 Fax 22 609 99 44  
D.R. 124 de 28/05/96 - Desp. 53/96

Federação Portuguesa de Atletismo  
Largo da Lagoa, 15-B - 2795-116 LINDA-A-VELHA  
Tel. 21 414 60 20/9 - Fax 21 414 60 21  
D.R. 288 de 11/12/93 - Desp. 36/93

Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting  
Rua Fernando Namora, 46 C/D - 1600-454 LISBOA  
Tel. 21 711 28 00 - Fax. 21 711 28 01  
D.R. 288 de 11/12/93 - Desp. 35/93

Federação Portuguesa de Badminton  
Rua Júlio César Machado, 80 - Apartado 139 - 2501 Caldas da Rainha  
Tel. 262 83 90 20/5 - Fax 262 83 90 26  
D.R. 288 de 11/12/93 - Desp. 38/93

Federação Portuguesa de Basebol e Softbol  
Praceta 25 de Abril, 54-8ºEsq. - 4430 Vila Nova de Gaia  
Tel. 22 379 84 77 - Fax 22 379 94 08  
D.R. 221 de 24/09/97 - Desp. 7976/97

Federação Portuguesa de Basquetebol  
Rua da Madalena, 179 - 2º 1149-033 LISBOA  
Tel. 21 887 30 11/2/3 - Fax 21 887 58 59  
D.R. 288 de 11/12/93 - Desp. 39/93

Federação Portuguesa de Bilhar  
Rua Gonçalves Crespo, 28 - 4ºDto - 1150-186 LISBOA  
Tel. 21 353 44 97 / 21 315 32 20 - Fax 21 353 44 94 / 21 315 32 20  
D.R. 78 de 4/04/94 - Desp. 13/93

Federação Portuguesa de Boxe  
Avª Duque d'Ávila, 9-5º - 1000-138 LISBOA  
Tel. 21 315 05 77 - Fax 21 314 63 53  
D.R. 288 de 11/12/93 - Desp. 40/93

Federação Portuguesa de Bridge  
Avª António Augusto Aguiar, 163-4º E - 1050-014 LISBOA  
Tel. 21 388 48 44 - Fax 21 383 21 56  
D.R. 288 de 11/12/93 - Desp. 41/93

Federação Portuguesa de Budo - Desporto e Artes Tradicionais  
Rua Brigadeiro Baptista de Carvalho, 10-R/C - 2810-031 FEIJÓ  
Tel. 21 259 17 83 - Fax 21 259 34 13  
D.R. 19 de 23/01/98 - Desp. 1388/98

Federação Portuguesa de Campismo  
Avª Coronel Eduardo Galhardo, 24-D - 1199-007 LISBOA  
Tel. 21 812 68 90/1 / 21 812 69 00 - Fax 21 812 69 18  
D.R. 69 de 21/03/96

Federação Portuguesa de Canoagem  
Rua António Pinto Machado, 60-3º - 4100-068 PORTO  
Tel. 22 600 78 50 - Fax 22 609 73 50  
D.R. 78 de 04/04/94 - Desp. 12/93

Federação Portuguesa de Ciclismo  
Rua de Campolide, 237 - 1070-030 LISBOA  
Tel. 21 388 17 80 - Fax. 21 388 17 93  
D.R. 232 de 07/10/94 - Desp. 58/94

Federação Portuguesa de Columbofilia  
Rua Padre Estevão Cabral, 79 - Apartado 39 - 3000-317 COIMBRA  
Tel. 239 85 31 00 - Fax 239 85 31 05  
D.R. 209 de 09/09/94 - Desp. 40/94

Federação Portuguesa de Corfebol  
Rua Almirante Barroso, 58-1º Esq - 100-013 LISBOA  
Tel. 21 351 46 38 - Fax 21 315 95 54  
D.R. 209 de 09/09/94 - Desp. 41/94

Federação Nacional de Cultura Física  
Estrada da Rocha, 20-C - 2795-167 LINDA-A-VELHA  
Tel. 21 414 39 16 - Fax 21 414 39 44  
D.R. 232 de 07/10/94 - Desp. 56/94

Federação Portuguesa de Damas  
Rua Principal - Lote 126 (ou N.º.26) -Varge - Mondar -  
2765-479 RIO DE MOURO  
Tel. 21 915 10 25  
D.R. 288 de 11/12/93 - Desp. 42/93

Federação Portuguesa de Dança Desportiva  
Rua Silva Carvalho, 225-1º - 1250-250 LISBOA  
Tel. 21 388 53 66 - Fax 21 387 95 71  
D.R. 124 de 28/05/96 - Desp. 54/96

.../...

.../...

Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes  
Rua Presidente Samora Machel, Lote 7 - r/c Dto - 2575-064  
OLIVAL BASTO  
Tel. 21 937 99 50 - Fax 21 937 99 59  
D.R. 244 de 21/10/95 - Desp. 60/95

Federação Equestre Portuguesa  
Av<sup>a</sup> Manuel da Maia, 26 - 4<sup>o</sup> Dt<sup>o</sup> 1000-201 LISBOA  
Tel. 21 847 87 74/5/6 - Fax 21 847 45 82  
D.R. 78 de 04/04/94 - Desp. 15/93

Federação Portuguesa de Esgrima  
Rua do Quelhas, 32 - 1200-781 LISBOA  
Tel. 21 397 87 17 - Fax 21 397 83 76  
D.R. de 11/12/93 - Desp. 43/93

Federação Portuguesa de Esqui  
Rua Combatentes da Grande Guerra, 62-2<sup>o</sup> - Apartado 514 -  
6200 Covilhã  
Tel. 271 31 34 61 - Fax 271 31 42 45  
D.R. 209 de 09/09/94 - Desp. 42/94

Federação Portuguesa de Futebol  
Praça da Alegria, 25 - Apartado 21100 - 1127-803 LISBOA  
Tel. 21 342 82 07/8/9/10 - Fax 21 346 72 31  
D.R. 213 de 14/09/95 - Desp. 56/95

Federação Portuguesa de Futebol de Salão  
Rua Cidade de Liverpool, 6 R/C Esq. - 1170-097 LISBOA  
Tel. 21 816 12 60 - Fax 21 816 12 65  
D.R. 209 de 09/09/94 - Desp. 43/94

Federação Portuguesa de Ginástica  
Av<sup>a</sup>. Almirante Reis, 136-3<sup>o</sup> Dto - 1150-022 LISBOA  
Tel. 21 814 11 45 - Fax 21 814 29 50  
D.R. 288 de 11/12/93 - Desp. 45/93

Federação Portuguesa de Golfe  
Av. das Túlipas - Edifício Miraflores, 17<sup>o</sup> - Miraflores -  
1495-161 ALGÉS  
Tel. 21 412 37 80 - Fax 21 410 79 72  
D.R. 288 de 11/12/93 - Desp. 46/93

Federação Portuguesa de Halterofilismo  
Rua do Quelhas, 32 - 1200 LISBOA  
Tel. 21 397 83 73 - Fax 21 397 08 63  
D.R. 288 de 11/12/93 - Desp. 47/93

Federação Portuguesa de Hóquei  
Av<sup>a</sup>. Dr. Antunes Guimarães 961 - 4000-082 PORTO  
Tel. 22 619 71 80 - Fax 22 619 71 89  
D.R. 288 de 11/12/93 Desp. 48/93

Federação Portuguesa de Hovercraft  
Apartado 10.028 - 4151-901 PORTO  
Tel. 91 911 05 37 - Fax 22 938 76 11  
D.R. 59 de 11/03/98 Desp. 4158/98

Federação Portuguesa de Jet-Ski  
Rua Visconde de Seabra, 6<sup>o</sup>-5 Dto - 1700-370 LISBOA  
Tel. 21 796 38 90 - Fax 21 797 59 38  
D. R. de 9/09/94 - Desp. 44/94

Federação Portuguesa de Judo  
Rua do Quelhas, 32 1200-781 LISBOA  
Tel. 21 393 16 30 - Fax 21 396 92 96  
D. R. 288 de 11/12/93 - Desp. 49/93

Federação Nacional de Karaté-Portugal  
Rua do Cruzeiro, 6<sup>o</sup> r/c Dt<sup>o</sup> 1300-164 LISBOA  
Tel. 21 362 31 52 - Fax 21 362 31 60  
D. R. 213 de 14/09/95 - Desp. 55/95

Federação Portuguesa de Kickboxing  
Av<sup>a</sup> Oscar Monteiro Torres, 37 1<sup>o</sup> Dt<sup>o</sup> 1000-216 LISBOA  
Tel. 21 797 71 36 - Fax 21 795 42 00  
D. R. 124 de 28/05/96 - Desp. 51/96

Federação Portuguesa de Lutas Amadoras  
Rua da Lapa, 14-2<sup>o</sup> - 1200-702 LISBOA  
Tel. 21 393 11 90 - Fax 21 393 11 99  
D. R. 288 de 11/12/93 - Desp. 50/93

M Federação Portuguesa de Miniglofe  
Av. da França-Edif. Capitólio-352 Sala 1.13 - 4050-276  
PORTO  
Tel. 22 830 14 58 - Fax 22 830 19 72  
D. R. 241 de 18/10/94 - Desp. 60/94

Federação Nacional de Motociclismo  
Av<sup>a</sup> Sidónio Pais, 10 - 4<sup>o</sup> Esq<sup>o</sup> - 1050-215 LISBOA  
Tel. 21 353 66 90/9 - Fax 21 353 67 01  
D. R. de 09/09/94 - Desp. 38/94

Federação Portuguesa de Motonáutica  
Av<sup>a</sup> Infante D. Henrique-Muralha Nova Cais da Pedra -  
1900 LISBOA  
Tel. 21 887 19 90 - Fax 21 887 20 00  
D. R. 209 de 09/09/94 - Desp. 45/94

Federação Portuguesa de Natação  
Moradia do Complexo do Jamor - Estrada da Costa - 1495-  
688 CRUZ QUEBRADA  
Tel. 21 415 81 90/1 - Fax 21 419 17 39  
D. R. 288 de 11/12/93 - Desp. 51/93

Federação Portuguesa de Orientação  
Apartado 2 - 2640 MAFRA  
Tel. 261 81 91 71 - Fax 261 81 91 73  
D. R. de 21/10/95 - Desp. 62/95

Federação Portuguesa de Paraquedismo  
Travessa das Morenas, 15-A - 7000-624 ÉVORA  
Tel. 266 74 37 98 - Fax 266 74 37 98  
D. R. 124 de 28/05/96 - Desp. 49/96

Federação Portuguesa de Patinagem  
Av. Almirante Gago Coutinho, 114 - 1700-032 LISBOA  
Tel. 21 842 88 50 - Fax 21 842 88 59  
D. R. 288 de 11/12/93 - Desp. 52/93

Federação Portuguesa de Pentatlo Moderno  
Av<sup>a</sup> Duque D'Ávila, 9-4<sup>o</sup> - 1000-138 LISBOA  
Tel. 21 357 36 85 - Fax 21 357 36 85  
D. R. 78 de 04/04/94 - Desp. 9/93

Federação Portuguesa de Pesca Desportiva  
Rua Eça de Queirós, 3-1<sup>o</sup> - 1050-095 LISBOA  
Tel. 21 314 01 77 / 21 352 01 77 - Fax 21 356 31 47  
D. R. 209 de 09/09/94 - Desp. 46/94

Federação Portuguesa de Pesca Desportiva do Alto Mar  
Apartado 105 - 4490 Póvoa de Varzim Codex  
Tel. 252 62 12 12 - Fax 252 62 46 42  
D. R. 209 de 09/09/94 - Desp. 47/94

.../...

.../...

Federação Portuguesa de Petanca  
Rua Dr. Victorino J. Rodrigues Passos Pinto, 1 - 8150 S.  
Brás de Alportel  
Tel. 289 84 37 77 - Fax 289 84 53 16  
D. R. 232 de 07/10/94 - Desp. 55/94

Federação Portuguesa de Remo  
Doca de Santo Amaro-Alcantára 1350-353 LISBOA  
Tel. 21 392 98 40 - Fax 21 392 98 49  
D. R. 102 de 30/05/95 - Desp. 23/93

Federação Portuguesa de Rugby  
Rua Julieta Ferrão, 12-3º - 1600-131 LISBOA  
Tel. 21 799 16 90 - Fax 21 793 61 35  
D. R. 288 de 11/12/93 - Desp. 54/93

Federação Portuguesa Sky Náutico  
Av. D. Pedro I, 3 - 1º Esqº - 2750-437 CASCAIS  
Tel. 21 486 18 01 - Fax 21 486 18 01  
D. R. 38 de 14/02/96

Federação Portuguesa de Squash  
Apartado 9646 - 1906 Lisboa Codex  
Tel. 21 843 50 40 - Fax 21 847 02 64  
D. R. 209 de 09/09/94 - Desp. 48/94

Federação Portuguesa de Surf  
Rua Capitão Manuel Correia, 4 -Murtal- 2775-121  
PAREDE  
Tel. 21 453 84 47 - Fax 21 454 84 70  
D. R. 209 de 09/09/94 - Desp. 49/94

Federação Portuguesa de Taekwon-Do  
Rua dos Correeiros, 221 - 2º Esqº - 1100-165 LISBOA  
Tel. 21 324 02 11/25 - Fax 21 324 03 00  
D. R. 164 de 18/07/95 - Desp. 41/95

Federação Portuguesa de Tiro  
Rua Luís Derouet, 27-3º Esqº 1250-151 LISBOA  
Tel. 21 387 45 94 - Fax 21 385 96 06  
D. R. 288 de 11/12/93 - Desp. 56/93

Federação Portuguesa de Ténis  
Rua Actor Chaby Pinheiro, 7-A - 2795-060 LINDA-A-  
VELHA  
Tel. 21 415 13 56 - Fax 21 414 15 20  
D. R. 78 de 04/04/94 - Desp. 10/93

Federação Portuguesa de Ténis de Mesa  
Rua Padre Luís Aparício, 9-5º - 1169-093 LISBOA  
Tel. 21 353 19 99/21 352 74 13 - Fax 21 352 51 78  
D. R. 288 de 11/12/93 - Desp. 55/93

Federação Portuguesa de Tiro com Arco  
Estrada da Costa - 1495-688 CRUZ QUEBRADA  
Tel. 21 419 90 28 - Fax 21 419 90 28  
D. R. 209 de 09/09/94 - Desp. 50/94

Federação Portuguesa de Tiro com Armas de Caça  
Alameda António Sérgio, 22-8ºC - 1495-132 ALGÉS  
Tel. 21 412 61 60 - Fax 21 412 61 62  
D. R. 78 de 04/04/94 - Desp. 14/93

Federação Portuguesa de Trampolins e Desportos  
Acrobáticos  
Avª João Crisóstomo, 35-2º Esq. - 1050-127 LISBOA  
Tel. 21 353 75 58 - Fax 21 354 50 80  
D. R. 78 de 04/04/94 - Desp. 11/93

Federação de Triatlo de Portugal  
Alameda do Sabugueiro, 1B -Caxias- 2780-543 PAÇO  
D'ARCOS  
Tel. 21 442 15 53 - Fax 21 441 84 87  
D. R. 78 de 04/04/94 - Desp. 16/93

Federação Portuguesa de Vela  
Doca de Belém - 1400-038 LISBOA  
Tel. 21 364 73 24 - Fax 21 362 02 15  
D. R. 288 de 11/12/93 - Desp. 57/93

Federação Portuguesa de Voleibol  
Rua Henrique Pousão, 56 - 4100-278 PORTO  
Tel. 22 607 95 90 - Fax 22 606 54 77  
D. R. 288 de 11/12/93 - Desp. 58/93

Federação Portuguesa de Vão Livre  
Rua da Quinta da Fonte, 25 - 1800-320 LISBOA  
Tel. 21 852 28 85 - Fax 21 852 28 85  
D. R. 124 de 28/05/96 - Desp. 52/96

Federação Portuguesa de Xadrez  
Rua Frei Francisco Foreiro, 2-4º Esqº - 1150-166 LISBOA  
Tel. 21 351 26 20 a 9 - Fax 21 352 56 10  
D. R. 288 de 11/12/93 - Desp. 59/93

## 7.6 Anexo VI – Associações Integrantes da FNK-P

1	AK - P	ASSOCIAÇÃO DE KARATE-DO PORTUGAL
2	AAKDA	ASSOCIAÇÃO AÇOREANA DE KARATE-DO E DISCIPLINAS ASSOCIADAS
3	AAMA	ASSOCIAÇÃO DE ARTES MARCIAIS DO ALGARVE
4	ABAM	ASSOCIAÇÃO BUSHIDOKAN DE ARTES MARCIAIS
5	ADKVR	ASSOCIAÇÃO DISTRITAL DE KARATE DE VILA REAL
6	ADS-AK	ASSOCIAÇÃO DISTRITAL DE SANTARÉM - AMICALE KARATE
7	AJKF-GKP	ASSOCIAÇÃO JAPAN KARATE-DO FEDERATION - GOJU-KAI PORTUGAL
8	AKA	ASSOCIAÇÃO DE KARATE DOS AÇORES
9	AKAMS-G	ASSOCIAÇÃO KARATE-DO ARTES MARCIAIS SHOTOKAI - GAIA
10	AKB	ASSOCIAÇÃO DE KARATE DE BEJA
11	AKBA	ASSOCIAÇÃO DE KARATE DO BARLAVENTO ALGARVIO
12	AKGP	ASSOCIAÇÃO DE KARATE GOJU - PORTUGAL
13	AKLF	ASSOCIAÇÃO DE KARATE-DO LUSO FRANCESA
14	AKPM	ASSOCIAÇÃO KARATE-DO SHOTOKAN PEDRA MOURINHA
15	AKRAM	ASSOCIAÇÃO DE KARATE DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
16	AKS	ASSOCIAÇÃO DE KARATE SHOTO
17	AKSP	ASSOCIAÇÃO KARATE-DO SEIGOKAN DE PORTUGAL
18	AKV	ASSOCIAÇÃO DE KARATE DE VISEU
19	AKWK	ASSOCIAÇÃO KARATE WADO-KAI
20	AKWP	ASSOCIAÇÃO KARATE-DO WADO PORTUGAL
21	ANAM	ASSOCIAÇÃO NACIONAL ARTES MARCIAIS
22	ANK	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE KARATE
23	APGKK	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE GOJU KAI KARATE-DO
24	APK	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE KARATE-DO
25	APK SHO	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE KARATE SHOTOKAN
26	APKGS	ACADEMIA PORTUGUESA DE KARATE-DO GOJU-RYU SHODOKAN
27	APKS	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE KARATE SHUKOKAI
28	APKW	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE KARATE-DO WADO-RYU
29	APOGK	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE OKINAWA GOJU-RYU KARATE-DO
30	APPK	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PRATICANTES DE KARATE
31	ASGKP	ASSOCIAÇÃO SEIWAKAI GOJU RYU KARATE PORTUGAL
32	ASKP	ASSOCIAÇÃO SHOTOKAN KARATE-DO DE PORTUGAL
33	ASP	ASSOCIAÇÃO SHOTOKAI DE PORTUGAL
34	AWIKP	ASSOCIAÇÃO WADO INTERNACIONAL KARATE-DO PORTUGAL
35	B-APKS	BUSHIDO-ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA KARATE-DO SHOTOKAI
36	CAC	CLUBE ATLÉTICO E CULTURAL
37	CKF	CLUBE DE KARATE DE FREAMUNDE
38	CKL	CLUBE DE KARATE DE LAGOS
39	CKT	CENTRO DE KARATE DE TAVIRA
40	CPK	CENTRO PORTUGUÊS DE KARATE
41	HKP	HOITSUGAN KARATE DO PORTUGAL
42	IKC	INSTITUTO DE KARATE DE COIMBRA

.../...

.../...

43	JIP	JUNDOKAN INTERNACIONAL DE PORTUGAL
44	KCV	KARATE CLUBE DE VIANA DO CASTELO
45	KOC-AP	KARATE-DO OKINAWA CHOLING - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
46	KPS	KARATE-DO PORTUGAL SHOTOKAN
47	LKSA	LIGA KARATE DE SHOTOKAN DO ALGARVE
48	LNKP	LIGA NACIONAL DE KARATE PORTUGAL
49	LPK	LIGA PORTUGUESA DE KARATE-DO
50	MSK	MABUNI SHITO-RYU KARATE-DO PORTUGAL
51	NKA	NÚCLEO KARATE DE ALMADA
52	NKSSM	NÚCLEO DE KARATÉ SHOTOKAN SERRA DAS MINAS
53	NPK	NÚCLEO PORTUGUES DE KARATE-DO
54	NPKW	NÚCLEO PORTUGUÊS DE KARATE-DO WADO
55	OPKS	ORGANIZAÇÃO PORTUGUESA DE KARATÉ SHITO-RYU
56	UDKS	UNIÃO DOJOS KARATE SHOTOKAN
57	UKA	UNIÃO DE KARATE DO ALGARVE
58	UKSP	UNIÃO DE KARATE SHOTOKAN DE PORTUGAL
59	USRP	UNIÃO SHITO-RYU PORTUGAL
60	VSC	VITORIA SPORT CLUBE

ANTK	ASSOCIAÇÃO NACIONAL TREINADORES DE KARATE
ANAK	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ARBITROS DE KARATE
ANDK	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES DE KARATE
APTAK	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TÉCNICOS DE ARBITRAGEM DE KARATE

Fonte: listagem oficial de Associações devidamente inscritas para participarem na Assembleia-geral de 4 de Junho de 2005.

Não estão incluídas as associações que foram admitidas nessa assembleia-geral nem estão as associações sem a cotização devidamente paga.  
A listagem publicada na Internet não está actualizada.

## **7.7 Anexo VII – Guião Básico de Entrevistas a Pioneiros de Karaté**

### **Guião de Entrevistas de Recolha de Dados Sobre a História Pessoal e Institucional do Karaté em Portugal**

#### **Objectivo central:**

Conhecer as Origens do Karaté em Portugal.

Estabelecer em ambiente informal um relacionamento útil à continuidade de conversas futuras de aprofundamento da temática.

Construir uma base de contactos para estudo aprofundado e recolha de documentos da história do Karaté nacional.

#### **Problemas:**

Falta de dados e documentação pública sobre o assunto em causa

Com base nos dados do Questionário Aplicado aos Directores Técnicos de Topo, prolonga-se a obtenção de dados relativamente ao percurso pessoal ao longo da sua prática de Karaté, registando resumidamente as declarações dos pioneiros do Karaté em Portugal.

A bibliografia existente, a documentação recolhida e as entrevistas efectuadas vão traçando um percurso da história do Karaté que vai sendo confirmado ou corrigido com declarações e nova documentação.

### **PERGUNTAS**

Data:

Nome:

Contacto – TM:

E-mail:

Existe alguma biografia facultável?:

1. Onde começou a praticar Karaté e com quem.
2. Dados documentais como cartões, fotografias, existem?
3. Quem mais praticava na altura.
4. Datas dos percursos pelas diferentes instituições e referências nacionais e internacionais.
5. Datas dos primeiros acontecimentos relevantes: exames, competições, formação intensa (estágios, cursos, etc.).



## **7.8 Anexo VIII – Questionário para Responsáveis Federativos Externos**



# QUESTIONÁRIO

Este questionário enquadra-se num estudo de Gestão do Desporto sobre os modelos de organização e gestão das instituições de Karaté. O primeiro aspecto respeita à institucionalização das graduações, o segundo à institucionalização das carreiras de Treinadores e o terceiro à de Técnicos de Arbitragem.

Os dados serão tratados de acordo com as normas usuais em investigação científica.

Pedimos ao Sr. Presidente ou membro da Direcção da Federação Nacional, o favor de o preencher o mais rapidamente possível, para poder ser recolhido em tempo oportuno.

Abel Figueiredo  
Universidade Técnica de Lisboa  
Faculdade de Motricidade Humana  
Portugal  
(abel.figueiredo@mail.telepac.pt)

## A - IDENTIFICAÇÃO

1. Denominação da Federação: \_\_\_\_\_
2. País: \_\_\_\_\_ Continente: \_\_\_\_\_
3. Cargo ocupado na Federação: \_\_\_\_\_ Desde (Ano): \_\_\_\_\_
4. Nº aproximado de praticantes de Karaté inscritos na Federação: \_\_\_\_\_
5. Nº de praticantes estimados no seu país: \_\_\_\_\_
6. A Federação tem uma relação institucional oficial com o Estado / Governo?  
Sim  Não
7. É a única Federação reconhecida oficialmente pelo Estado / Governo para a Gestão Nacional do Karaté?  
Sim  Não
8. O sistema de eleição dos órgãos Nacionais assenta em que tipo de estruturas?  
Grupos de Clubes/Associações/Federações por Regiões Geográficas   
Grupos de Clubes/Associações/Federações por estilos   
Outro tipo: \_\_\_\_\_

## B - PRATICANTES

9. A Federação utiliza ou reconhece o sistema dan/kyu de graduações dos praticantes de Karaté?  
Sim  Não
10. A responsabilidade institucional pelo exame de graduação está ao nível de:  
Clube  Associação Geográfica  Associação de Estilo  Federação Nacional   
Estado/Governo  Outras: \_\_\_\_\_
11. A graduação do praticante é utilizada como pré-requisito de base para outras funções:  
Treinador  Técnico de Arbitragem  Competidor  Dirigente   
Formador de Recursos Humanos de Karaté  Júri de Graduações de Praticantes   
Outros: \_\_\_\_\_

### **C - TREINADORES (agentes de ensino e treino de Karaté)**

12. A Federação utiliza ou reconhece oficialmente um sistema de formação e habilitação de Treinadores?

Sim  Não

13. A responsabilidade institucional pela formação de treinadores de Karaté está ao nível de:

Clube  Associação Geográfica  Associação de Estilo  Federação Nacional

Governo Desportivo do País  Governo Desportivo da Região Geográfica

Outras: \_\_\_\_\_

14. Os Formadores têm formação geral e específica como formadores de Treinadores de Karaté?

Sim  Não  Não sei

15. A Federação tem uma estrutura técnica própria para a Formação de Treinadores?

Sim  Não

16. Está satisfeito com o sistema de formação de Treinadores de Karaté no seu País?

Sim  Não

17. Acha que as organizações continentais de Karaté devem promover congressos / simpósios / seminários no âmbito da formação de treinadores?

Sim  Não

### **D - TÉCNICOS DE ARBITRAGEM**

18. A Federação utiliza ou reconhece oficialmente um sistema de formação e habilitação de Técnicos de Arbitragem?

Sim  Não

19. A responsabilidade institucional pela formação de Técnicos de Arbitragem de Karaté no seu País está ao nível de:

Clube  Associação Geográfica  Associação de Estilo  Federação Nacional

Governo Desportivo do País  Governo Desportivo da Região Geográfica

Outras: \_\_\_\_\_

20. Os Formadores têm formação geral e específica como formador de Técnicos de Arbitragem de Karaté?

Sim  Não  Não sei

21. A Federação tem uma estrutura técnica própria para a Formação de Técnicos de Arbitragem?

Sim  Não

22. Está satisfeito com o sistema de formação de Técnicos de Arbitragem de Karaté no seu País?

Sim  Não

Muito Obrigado.

# CUESTIONARIO

Este cuestionario se encuadra en un estudio de Gestión Deportiva sobre los modelos de organización y gestión de las instituciones del Karate. El primer aspecto es referente a la institucionalización de los grados de los practicantes, el segundo a la institucionalización de la preparación de los Entrenadores y el tercero de la preparación de los Árbitros.

Los datos serán tratados de acuerdo con las normas usuales en la investigación científica.

Pedimos al Sr./Sra. Presidente/a o Director/a de la Federación Nacional, que rellenen el cuestionario lo más rápidamente posible.

Abel Figueiredo  
Universidade Técnica de Lisboa  
Faculdade de Motricidade Humana - Portugal  
(abel.figueiredo@mail.telepac.pt)

## A – IDENTIFICACIÓN:

1. Nombre de la Federación: \_\_\_\_\_
2. País: \_\_\_\_\_ Continente: \_\_\_\_\_
3. Cargo que ocupa en la Federación: \_\_\_\_\_ Desde (Año): \_\_\_\_\_
4. Nº aproximado de practicantes de Karate inscritos en la Federación: \_\_\_\_\_
5. Nº de practicantes estimados en su país (federados y no federados): \_\_\_\_\_
6. La Federación tiene una relación institucional con o Estado / Gobierno?  
Si  No
7. Es la única Federación reconocida oficialmente por el Estado / Gobierno para la Gestión Nacional del Karate?  
Si  No
8. El sistema de elecciones de los órganos Nacionales se basa en que tipo de estructura?  
Grupos de Clubes/Asociaciones/Federaciones por Regiones Geográficas   
Grupos de Clubes/ Asociaciones / Federaciones de estilos   
Otros tipos: \_\_\_\_\_

## B – PRACTICANTES:

9. La Federación utiliza o reconoce el sistema dan/kyu de grados de los practicantes de Karate?  
Si  No
10. La responsabilidad institucional para el examen de grado está a nivel de:  
Club  Asociación Geográfica  Asociación de Estilo  Federación Nacional   
Estado/Gobierno  Otras: \_\_\_\_\_
11. El grado del practicante se utiliza como pre-requisito para otras funciones:  
Entrenador  Arbitro  Competidor  Dirigente   
Profesores de Recursos Humanos de Karaté  Jueces de Grados dan/kyu   
Otros: \_\_\_\_\_

**C – ENTRENADORES (agente de enseñanza y entrenamiento de Karate)**

12. La Federación utiliza o reconoce un sistema de formación/preparación y habilitación de entrenadores de Karate?

Si  No

13. La responsabilidad institucional para la formación de entrenadores de Karate esta al nivel de:  
Club  Asociación Geográfica  Asociación de Estilo  Federación Nacional   
Estado/Gobierno  Otras: \_\_\_\_\_

14. Los Profesores tienen formación general y específica como profesores de entrenadores de Karate?

Si  No  No lo conozco

15. La Federación tiene una estructura técnica propia para la Preparación de Entrenadores?

Si  No

16. Esta satisfecho con el sistema de preparación de entrenadores de Karate en su país?

Si  No

17. Piensa que las organizaciones continentales de Karate deben promover congresos / simposio / seminarios en el ámbito de la preparación de entrenadores?

Si  No

**D - ÁRBITROS:**

18. La Federación utiliza o reconoce un sistema de formación/preparación y habilitación de Árbitros de Karate?

Si  No

19. La responsabilidad institucional para la formación de Árbitros de Karate esta al nivel de:  
Club  Asociación Geográfica  Asociación de Estilo  Federación Nacional   
Estado/Gobierno  Otras: \_\_\_\_\_

20. Los profesores tienen formación general y específica como profesores de Árbitros de Karate?

Si  No  No lo conozco

21. La Federación tiene una estructura técnica propia para la Preparación de Árbitros?

Si  No

22. Esta satisfecho con el sistema de preparación de Árbitros de Karate en su país?

Si  No

Muchas Gracias.

# QUESTIONNAIRE

Cette questionnaire s'encadre dans une recherche scientifique sur les modèles de gestion de las institutions du Karaté dan l'environnement de la Gestion du Sport. Le premier aspect cet sur la institutionnalisation des grades, le second, cet sur l'institutionnalisation de les carrier de les entraîneurs (professeurs) et, le troisième, sur les Techniques de l'Arbitrage.

Les réponses seront traitées d'accord avec les normes usuelles en investigation scientifique.

Université Technique de Lisbonne  
Faculté de Motricité Humane  
Portugal  
(abel.figueiredo@mail.telepac.pt)

## A – IDENTIFICATION

1. Nom de la Fédération: \_\_\_\_\_
2. Pays: \_\_\_\_\_ Continent: \_\_\_\_\_
3. Charge occupée dans la Fédération: \_\_\_\_\_ Première Année: \_\_\_\_\_
4. N° approximée de pratiquants de Karaté filée dans la Fédération: \_\_\_\_\_
5. N° de pratiquants estimées dan votre pays: \_\_\_\_\_
6. La Fédération a une relation institutionnel officielle avec le Etat / Gouvernement ?  
Oui  Non
7. C'était l'unique Fédération reconnue officiellement par l'Etat / Gouvernement pour le Karaté ?  
Oui  Non
8. Le système d'élection des organes Nationales se base dans que tipe de structures ?  
Groups dés Clubs/Associations/Fédérations par Région Géographiques   
Groups dés Clubs/Associations/Fédérations par Style de Karaté   
Outres: \_\_\_\_\_

## B - PRATIQUANTS

9. La Fédération utilise ou reconnais le système dan/kyu des grades des pratiquants du Karaté ?  
Oui  Non
10. La responsabilisation institutionnelle par les examens des grades c'était au niveau de(s) :  
Club  Association Géographique  Association de Style  Fédération Nationale   
Etat/Gouvernement  Outres: \_\_\_\_\_
11. Le grade du pratiquant c'était utilisée comme réquisit de base pour outres foncions, comme:  
Entraîneur  Technique d'Arbitrage  Compétiteur  Dirigent   
Formateurs des Cadres Humaines de Karaté  Juge des Grades des Pratiquants   
Outres: \_\_\_\_\_

### **C - ENTRAÎNEURS (agents d'enseignement et/ou entraînement de Karaté)**

12. La Fédération utilise ou reconnait un système de préparation et habilitation des entraîneurs/professeurs de Karaté?

Oui  Non

13. La responsabilisation institutionnelle pour la préparation et habilitation des entraîneurs/professeurs de Karaté c'était au niveau de:

Club  Association Géographique  Association de Style  Fédération Nationale   
Gouvernement sportive du pays  Gouvernement sportive de la Région Géographique   
Outres: \_\_\_\_\_

14. Les formateurs des d'entraîneurs/professeurs de Karaté ont formation général et spécifique comme formateurs d'entraîneurs/professeurs?

Oui  Non  Je ne sais pas

15. La Fédération a une structure technique propre pour la formation d'entraîneurs/professeurs de Karaté?

Oui  Non

16. Vous êtes satisfait avec le système de formation d'entraîneurs/professeurs de Karaté dans votre pays?

Oui  Non

17. Pensez-vous que les organisations continentales du Karaté doivent promouvoir des congrès / Symposiums / Séminaires dans l'ambitus de la formation des entraîneurs de Karaté?

Oui  Non

### **D – TECHNIQUES D'ARBITRAGE**

18. La Fédération utilise ou reconnait un système de préparation et habilitation des Techniques d'Arbitrage de Karaté?

Oui  Non

19. La responsabilisation institutionnelle pour la préparation et habilitation des Techniques d'Arbitrage de Karaté c'était au niveau de :

Club  Association Géographique  Association de Style  Fédération Nationale   
Gouvernement sportive du pays  Gouvernement sportive de la Région Géographique   
Outres: \_\_\_\_\_

20. Les formateurs ont formation général et spécifique comme formateurs des Techniques d'Arbitrage de Karaté?

Oui  Non  Je ne sais pas

21. La Fédération a une structure technique propre pour la formation des Techniques d'Arbitrage de Karaté?

Oui  Non

22. Vous êtes satisfait avec le système de formation des Techniques d'Arbitrage de Karaté dans votre pays?

Oui  Non

Merci Beaucoup.

# INQUIRY

We want to study institutionalized models on Karate Sports managing.  
The first aspect reflects grading process, the second one, Coaching, and the third one, Referee Technical Officials.

Data will be processed on behalf usual scientific research.

We ask to Mr. or Mrs. President or even, Director of National Karate Federation, to respond in the shorter time period as possible so that we can take the inquiry in proper timing.

Abel Figueiredo  
Universidade Técnica de Lisboa  
Faculdade de Motricidade Humana - Portugal  
(abel.figueiredo@mail.telepac.pt)

## A - IDENTIFICATION

1. Federation Name: \_\_\_\_\_

2. Country: \_\_\_\_\_ Continental: \_\_\_\_\_

3. Function you have on Federation: \_\_\_\_\_ Since (Year): \_\_\_\_\_

4. Number of Karate people registered on National Federation (approximately): \_\_\_\_\_

5. Number of Karate practitioners you think on your Country (approximately): \_\_\_\_\_

6. The National Federation has any institutional and official relationship with your Country Sports Governing Body?

Yes  No

7. Your National Federation is the only official recognized governing body for Karate in Your country?

Yes  No

8. The election of Directors of the National Federation is made on what type of structures?

Groups of Clubs/Associations/Federations by Geographic Regions

Groups of Clubs/Associations/Federations by Karate Styles

Other Type: \_\_\_\_\_

## B - PRACTITIONERS

9. The Federation uses or recognizes de dan/kyu grading system of Karate practitioners?

Yes  No

10. The institutional responsibility by grading examination is at the level of:

Club  Geographic Association  Style Association  National Federation

Sports Governing Body  Other ones: \_\_\_\_\_

11. The practitioner grade is used as requisite to other functions as:

Coach  Referee  Competitor  Director

Teacher of Karate Human Resources  Practitioner Grading Judge

Other: \_\_\_\_\_

**C - COACH (teaching and trainer agent)**

12. The Federation uses or recognize officially a coaching and habilitation system for coach?

Yes  No

13. The institutional responsibility for teaching/coaching karate coach is at the level of:

Club  Geographic Association  Style Association  National Federation

National Sports Governing Body  Geographic Sports Governing Body

Other

ones: \_\_\_\_\_

14. Coach teachers has general and specific formation as teachers of Karate coach?

Yes  No  I don't know

15. The Federation has any technical structure for teaching karate coach?

Yes  No

16. Are you satisfied with teaching system for Karate coach on you country?

Yes  No

17. Do you think continental Karate organizations should promote technical congress / seminars on Karate coaching?

Yes  No

**D - REFEREES**

18. The Federation uses or recognize officially a coaching and habilitation system for Referees?

Yes  No

19. The institutional responsibility for teaching/coaching karate referees is at the level of:

Club  Geographic Association  Style Association  National Federation

National Sports Governing Body  Geographic Sports Governing Body

Other ones: \_\_\_\_\_

20. Teachers for Karate Referee has any general and specific formation as teacher of Karate referees?

Yes  No  I don't know

21. The national federation has any technical structure for Referees Teaching and Coaching?

Yes  No

22. Are you satisfied with teaching system for Karate referees on you country?

Yes  No

Thank you very much.

## **7.9 Anexo IX – Questionário para Responsáveis Técnicos Associativos de Topo**





**QUESTIONÁRIO**  
**ANÁLISE INSTITUCIONAL DO KARATÉ**  
**Os Directores Técnicos de Topo**

Este questionário, integrado no âmbito de um estudo alargado dos modelos de organização institucional do Karaté, é dirigido aos líderes técnicos de topo das associações da modalidade.

Só os graus superiores de formação e qualificação dos técnicos de Karaté serão considerados para a nossa amostra, pelo que foi escolhido para poder responder às questões colocadas.

A colaboração dos Exmos. Srs. Directores Técnicos de Topo é essencial para este estudo, querendo que as respostas sejam cuidadas e exactas.

A confidencialidade de todas as suas respostas será completa e utilizada exclusivamente para este estudo cujos parâmetros publicáveis nunca permitirão identificar os indivíduos isoladamente.

Confiante na sua inteira adesão, agradeço desde já, com os melhores cumprimentos,  
Abel Figueiredo

**INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO**

Ler com atenção a pergunta colocada.

Assinalar as respostas pretendidas com uma cruz no quadrado respectivo.

A ausência de resposta significa que a situação não se aplica ao seu caso.

Escrever números e letras (maiúsculas) bem legíveis. Caso sejam datas aproximadas colocar antes da data o sinal  $\pm$  que significa “mais (+) ou menos (-)”.

**Conceitos chave:**

**Dojo** – Centro de Prática de Karaté / **Clube** – Formalmente registado no Registo Nacional de Pessoas Colectivas / **Associação** – Agrupamento de Dojos e/ou Clubes sócios da FNK-P / **Federação** – FPK, FPKDA, FNK-P, EKU/EKF, WUKO/WKF / **Juiz de Graduação** – Técnico com competência para atribuir Graduações por uma organização de Karaté (nacional – quando reconhecida pela FNK-P – ou internacional – quando reconhecida pela organização de Estilo de vínculo internacional) / **Estilo** – Escola referencial de prática de Karaté que pode ter várias **Linhas** /

**A – IDENTIFICAÇÃO PESSOAL (confidencialidade absoluta)**

Nome: \_\_\_\_\_

Data Nascimento (d/m/a): \_\_\_\_\_ Idade \_\_\_\_\_

Associação: \_\_\_\_\_

**B - CARACTERIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO (valores aproximados):**

1. Tipologia:  Vários Estilos .....  Um só estilo .....  Regional .....  Nacional

2. Vínculos de Estilo: ....  Nacionais .....  Internacionais .....  Japão

3. Estilo Karaté (Ryuha) \_\_\_\_\_

4. Linha de Estilo (Kaiha) \_\_\_\_\_

5. N° Praticantes \_\_\_\_\_ 6. N° Competidores Federados \_\_\_\_\_

7. N° Dojos Envolvidos: \_\_\_\_\_ 8. N° Clubes Federados: \_\_\_\_\_

**C - PRATICANTES**

1. A sua **Associação** utiliza um sistema de graduações dan/kyu dos praticantes de Karaté?

Não  Sim

(Se respondeu não, passe para a parte D)

2. O sistema de progressão usado vai da entrada pelo \_\_\_\_\_ Kyu até ao \_\_\_\_\_ Dan

3. Qual a graduação máxima já atribuída pela sua Associação? ..... \_\_\_\_\_

4. Os níveis de responsabilidade pelos exames de graduação **de topo** passam por:

Juiz Individual de Graduação  Painéis de Vários Juizes de Graduação

Dojo/Clube  Nível Regional  Nível Nacional  Nível Internacional

Assembleia Geral da Associação  Conselho Técnico Associação

Direcção da Associação  Departamento Técnico da Associação

Outros: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5. Os níveis de responsabilidade pelos exames abaixo da graduação **de topo** são:

- Juiz Individual de Graduação       Painéis de Vários Juizes de Graduação  
 Dojo/Clube     Nível Regional     Nível Nacional     Nível Internacional  
 Assembleia Geral da Associação       Conselho Técnico Associação  
 Direcção da Associação       Departamento Técnico da Associação  
 Outros: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

6. A sua **Associação** utiliza um modelo formal próprio para a formação de Juizes de Graduação dos praticantes de Karaté?

- Não       Sim  
(Se respondeu não, passe para a parte D)

7. Se respondeu que sim, Caracterize-o.

Denominação	Pré-Requisitos	Pode Graduar Até

#### **D - TREINADORES**

1. A sua **Associação** utiliza um modelo formal próprio para a formação específica de Treinadores de Karaté?

- Não       Sim

#### **E - TÉCNICOS DE ARBITRAGEM**

1. A sua **Associação** utiliza um modelo formal próprio para a formação específica de Técnicos de Arbitragem de Karaté?

- Não       Sim

## F – FUNÇÕES DESEMPENHADAS NA MODALIDADE

**foi**   **é**  
 ↓ ↓

- Praticante de Karaté --- desde o ano de \_\_\_\_\_ --grad. actual: \_\_\_\_\_[DAN]
- Competidor de Karaté ----- 1º ano \_\_\_\_\_
- Treinador de um Dojo/Clube ----- 1º ano \_\_\_\_\_
- Treinador de vários Dojos/Clubes ----- 1º ano \_\_\_\_\_
- Treinador de Estágios Associativos ----- 1º ano \_\_\_\_\_
- Treinador de Estágios Internacionais ----- 1º ano \_\_\_\_\_
- Seleccionador Associativo ----- 1º ano \_\_\_\_\_
- Seleccionador da Federação (FPK, FPKDA, FNK-P) ----- 1º ano \_\_\_\_\_
- Director Técnico de Base (vários clubes) ----- 1º ano \_\_\_\_\_
- Director Técnico Intermédio (Associação) ----- 1º ano \_\_\_\_\_
- Director Técnico de Topo (Associação) ----- 1º ano \_\_\_\_\_
- Juiz de Graduação (Associação) de kyu ----- 1º ano \_\_\_\_\_
- Juiz de Graduação (Associação) de dan ----- 1º ano \_\_\_\_\_
- Juiz de Graduação (internacional) de dan ----- 1º ano \_\_\_\_\_
- Representante Técnico de Estilo (Regional) ----- 1º ano \_\_\_\_\_
- Representante Técnico de Estilo (Nacional) ----- 1º ano \_\_\_\_\_
- Representante Técnico de Estilo (Continental) ----- 1º ano \_\_\_\_\_
- Fundador de Estilo de Karaté ----- 1º ano \_\_\_\_\_
- Técnico de Arbitragem (Associação) ----- 1º ano \_\_\_\_\_
- Técnico de Arbitragem (Associação Internacional)----- 1º ano \_\_\_\_\_
- Técnico de Arbitragem Federado ----- 1º ano \_\_\_\_\_
- Técnico de Arbitragem Federado (Internacional) ----- 1º ano \_\_\_\_\_
- Dirigente de Dojo/Clube ----- 1º ano \_\_\_\_\_
- Dirigente de Associação de Estilo ----- 1º ano \_\_\_\_\_
- Dirigente da Federação (FPK, FPKDA, FNK-P) ----- 1º ano \_\_\_\_\_
- Fundador de Dojos/Clubes de Karaté ---- 1º ano \_\_\_\_\_ -- Quantos? \_\_\_\_\_
- Fundador de Associações de Karaté ----- 1º ano \_\_\_\_\_ -- Quantas? \_\_\_\_\_
- Fundador de Associações Internacionais - 1º ano \_\_\_\_\_ -- Quantas? \_\_\_\_\_
- Formador de Treinadores (Associativo) ----- 1º ano \_\_\_\_\_
- Formador de Treinadores (Associativo Internacional) ----- 1º ano \_\_\_\_\_
- Formador de Treinadores (Federativo Nacional) ----- 1º ano \_\_\_\_\_
- Formador de Treinadores (Federativo Internacional) ----- 1º ano \_\_\_\_\_

Muito Obrigado pela Colaboração